

Mensagem à Assembleia Legislativa 2008





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Superintendência Central de Planejamento e
Programação Orçamentária

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

**Apresentada na reunião inaugural
da segunda sessão legislativa ordinária
da décima sexta legislatura**

BELO HORIZONTE - MG
2008

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Rua Tomás Gonzaga, 686 - Lourdes
Belo Horizonte - MG
CEP:30.180-140

Fone: (31) 3290-8197

Site: www.planejamento.mg.gov.br

Minas Gerais. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento.
Superintendência Central de Planejamento e Programação
Orçamentária.

Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa do Estado
de Minas Gerais: apresentada na reunião inaugural da segunda
sessão legislativa ordinária da décima sexta legislatura.
Belo Horizonte:
Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 2008.
440 p.

1. Administração Pública - Minas Gerais. I. Título

CDU 353 (815.1)

APRESENTAÇÃO	IX
QUADRO MACROECONÔMICO	17
ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÔMICA	19
DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS	39
SETOR PÚBLICO ESTADUAL	53
AGROPECUÁRIA	55
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (SEAPA)	57
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (EMATER)	59
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS (EPAMIG)	60
FUNDAÇÃO RURAL MINEIRA (RURALMINAS)	61
INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA (IMA)	62
BOMBEIRO MILITAR	63
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS (CBMMG)	65
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR	69
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR (SECTES)	71
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (IPEM/MG)	74
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS (UEMG)	77
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS (IGA)	78
FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO DE MINAS GERAIS (UTRAMIG)	79
FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF (FHA)	81
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FAPEMIG)	83
FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (CETEC)	84
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES)	87
CULTURA	91
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA (SEC)	93
FUNDAÇÃO CLÓVIS SALGADO (FCS)	100
RÁDIO INCONFIDÊNCIA LTDA	102
FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (REDE MINAS)	103
INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO (IEPHA)	104
FUNDAÇÃO DE ARTE DE OURO PRETO (FAOP)	105
DEFENSORIA PÚBLICA	109
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	111
DEFESA SOCIAL	113
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL	115
DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO JEQUITINHONHA, MUCURI E NORTE DE MINAS	121
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS (IDENE)	123
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	129
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SEDE)	131
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (JUCEMG)	140
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG)	141

SUMÁRIO

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS (CODEMIG)	143
COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS (GASMIG).....	145
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MINAS GERAIS (INDI)	146
COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS (CEMIG)	148
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA	155
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA (SEDRU)	157
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE MINAS GERAIS (COHAB).....	158
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS (COPASA)	160
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS (DETEL).....	161
DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	163
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEDESE)	165
EDUCAÇÃO	171
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS (SEE)	173
ESPORTE E JUVENTUDE	179
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E DA JUVENTUDE (SEEJ).....	181
FUNDAÇÃO CAIO MARTINS (FUCAM).....	187
ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁDIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (ADEMG)	188
FAZENDA.....	191
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA (SEF)	193
MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S/A (MGI).....	197
GOVERNADORIA DO ESTADO	199
GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS ..	201
AUDITORIA-GERAL DO ESTADO (AUGE)	202
ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO (AGE).....	206
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (OGE)	210
GOVERNO.....	213
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO (SEGOV)	215
ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DE MINAS.....	216
CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS (CONSEA-MG)	217
LOTERIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (LEMG)	217
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (IOF-MG)	217
MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	219
SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD.....	221
INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS (IGAM).....	222
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF).....	223
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (FEAM).....	224
PLANEJAMENTO E GESTÃO	227
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)	229
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP)	244
COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (PRODEMGE)	248
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS (IPSEMG)	251
MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A. (MGS)	254
POLÍCIA CIVIL	257

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	259
POLÍCIA MILITAR	265
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	267
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS (IPSM)	271
REFORMA AGRÁRIA.....	277
REFORMA AGRÁRIA	279
SAÚDE.....	285
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE (SES)	287
FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS (FUNED)	295
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE MINAS GERAIS (ESP-MG)	296
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DE MINAS GERAIS (HEMOMINAS)	298
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE MINAS GERAIS (FHEMIG).....	301
TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS	307
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS (SETOP) E DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS (DEOP)	309
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS (DER-MG)	312
TREM METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE S/A (METROMINAS).....	315
TURISMO	317
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO (SETUR)	319
COMPANHIA MINEIRA DE PROMOÇÕES (PROMINAS)	323
ANEXO	325

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PALÁCIO DA LIBERDADE

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados:

Em atendimento à determinação da Constituição do Estado de Minas Gerais, encaminho à Egrégia Assembléia Legislativa mensagem em que presto contas do desempenho das ações do governo em 2007, com o objetivo de lhes assegurar, e à sociedade em geral, o pleno exercício dos seus direitos de informação e fiscalização.

Abençoado é o administrador que encerra diferentes etapas do ciclo de governança podendo apresentar resultados concretos e consistentes à sociedade. Mais importante ainda é quando esses resultados respondem às demandas e confirmam os compromissos fundamentais assumidos. É esta a realidade de Minas, que tem avançado de forma racional, planejada e sob bases seguras, tendo como referência fundamental o cidadão. E isso explica a grande sinergia entre as diversas esferas de governo e instituições, especialmente o Legislativo mineiro, que, mais uma vez, demonstrou ao país que quando os interesses legítimos da sociedade sobrepujam diferenças partidárias, o sectarismo exacerbado dá lugar ao debate, ao efetivo exercício democrático e, ao final, todos ganham.

Senhoras e senhores, a análise histórica do desempenho socioeconômico de Minas Gerais e do Brasil, a partir de 2003, prova que Minas liderou nacionalmente uma inflexão extremamente positiva na administração pública.

Esta mudança de direção, como os resultados objetivos apresentados neste documento demonstram, já está sendo percebida pela sociedade, pois os principais indicadores de qualidade de vida dos mineiros melhoraram, quase sempre acima da média nacional. Os resultados, que impressionam observadores brasileiros e das mais importantes organizações multilaterais internacionais, não são fortuitos, fruto do acaso ou das circunstâncias, mas têm como âmago o modelo de planejamento e de gestão estabelecido no Choque de Gestão, agora revisitado e aprimorado em sua 2ª Geração.

O planejamento em Minas, a partir do Choque de Gestão, adaptou-se a um novo modelo de desenvolvimento. Planejamentos compreensivos, com pretensões oniscientes e onipotentes, marcas do velho desenvolvimento, estão dando lugar a planejamentos adaptativos, que propõem a reorientação das organizações públicas para geração dos resultados esperados pela sociedade.

Não mais se discute se queremos o Estado mínimo ou o Estado empresário. O tamanho do Estado e seu papel, o desenho das organizações e a gestão pública devem resultar de uma análise sobre o ônus e o resultado esperado das políticas públicas. Daí a importância da integração entre planejamento, gestão, avaliação, transparência e controle social, pilares do modelo de gestão mineiro.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PALÁCIO DA LIBERDADE

Muitos ainda associam a reorganização do setor público, iniciada em 2003, a um propósito único de assegurar o equilíbrio das contas públicas. Os resultados apresentados comprovam, de modo absoluto, que se construiu uma estratégia e uma agenda de desenvolvimento de longo-prazo com surpreendente êxito na sua implementação.

O equilíbrio fiscal foi a condição para a ampliação dos investimentos mais estratégicos para Minas, que se realizam por meio dos projetos estruturadores. Os investimentos em Minas com recursos do tesouro estadual cresceram 546% entre 2003 e 2007. Para 2008, somando-se os 4,8 bilhões de investimento do orçamento público com os investimentos das nossas estatais, que também cresceram, chegaremos à previsão de investir R\$ 9 bilhões. O enquadramento e a melhoria dos indicadores fiscais, notadamente o endividamento, permitiu o acesso de Minas a fontes externas de recursos, que totalizarão, em 2008, R\$ 1,2 bilhão de receita. Minas é o Estado que mais investe nas regiões Sul e Sudeste em relação ao orçamento disponível.

A evolução do setor público mineiro permitiu que, em 2007, instituíssemos o modelo de planejamento e gestão mais inovador do país, comparável a paradigmas internacionais, de acordo com a avaliação do Banco Mundial, instituição que, nas palavras de seu diretor Marcelo Giugale, “está conduzindo em Minas Gerais a principal operação do planeta.”

A 2.^a Geração do Choque de Gestão definiu 11 áreas de resultados. Cada área agrega os principais desafios, objetivos e metas para administração pública, bem como iniciativas essenciais para transformar a estratégia em resultados concretos. O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) e o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), transformados em lei após debate na Casa Legislativa com ampla participação da sociedade, sintetizam os principais objetivos da administração pública para 2023 e 2011, que tornarão Minas, conforme preconizado em nossa visão de futuro, o melhor Estado para se viver.

Os avanços foram conquistados em diversas searas da atuação do governo estadual. Na educação, considerada prioridade especial devido à sua importância para o desenvolvimento, Minas Gerais conseguiu excepcionais resultados nos programas implantados.

Como condição necessária ao aprendizado foram realizados inúmeros investimentos na infra-estrutura das escolas estaduais. Em 2007, foram atendidas 2.979 escolas com recursos para melhoria na infra-estrutura, 3.400 tiveram kits de informática montados, 3 mil foram conectadas à internet e 455 tiveram sistema de gestão informatizado instalado.

No tocante ao desenvolvimento dos recursos humanos, a certificação ocupacional foi implantada na rede estadual de ensino de Minas Gerais. É um processo de avaliação para atestar que o servidor que pretenda ocupar o cargo de diretor de escola possui as condições para o adequado desempenho das atividades inerentes a esse cargo, segundo os padrões de competência estabelecidos pela Secretaria de Estado de Educação. Foram aplicados dois



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PALÁCIO DA LIBERDADE

exames de certificação, em setembro de 2006 e março de 2007, em 12.462 servidores.

Entre os principais avanços alcançados pela educação, podemos citar o crescimento da taxa de alfabetização dos alunos de oito anos no 3.º ano do ensino fundamental da rede estadual. O percentual de alunos que atingiram o nível “recomendável” de leitura subiu de 48,6% em 2006 para 65,7% em 2007, de acordo com os resultados do programa de avaliação do ciclo inicial de alfabetização (Proalfa-2007).

Durante muito tempo, difundiu-se uma cultura de justificar o fracasso da escola pela miséria da região. Hoje, este quadro está sendo revertido. As escolas das regiões mais pobres de Minas estão fazendo um trabalho diferenciado e se comprometem com o resultado do aluno. Na avaliação do Proalfa, os municípios com IDH mais baixos apresentaram elevação nos índices de aprendizado relativo à alfabetização superior à média do Estado. A média de crescimento do Estado foi 6,5% em relação ao resultado de 2006, e nas regiões Norte e nos vales do Jequitinhonha e Mucuri essa média foi de 7,6 %, dado que aponta em direção à redução das desigualdades regionais.

O sucesso dos alunos mineiros pôde ser comprovado em provas nacionais, como a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, na qual Minas ficou em primeiro lugar em número de medalhas.

Como avanços significativos na área de saúde, destacamos o aumento da quantidade de municípios com equipes do Programa Saúde Família (PSF). Minas é o Estado brasileiro que possui mais equipes do PSF: 3.630 delas atuam em 830 cidades mineiras, e 510 municípios já foram contemplados com recursos para reforma, construção e equipamento das Unidades Básicas de Saúde. Essas equipes atendem 64,6% da população de Minas Gerais.

Na região do semi-árido mineiro, por meio dos investimentos realizados na saúde preventiva, houve redução do nível de desnutrição das crianças. De 2004 até 2007, o percentual de crianças até seis anos com baixo peso reduziu de 10% para 5%. No mesmo período, a taxa geral do Estado caiu de 7,55 para 5%.

Os investimentos do Governo de Minas na área de segurança pública permitiram quedas expressivas na ocorrência de crimes violentos (homicídios, estupro, furtos e roubo a mão armada). Desde 2003, o Governo de Minas vem investindo sistematicamente em programas de prevenção à criminalidade, no aumento do contingente policial, na capacitação de pessoal, na abertura de vagas no sistema prisional e no reaparelhamento e modernização das forças policiais.

Minas Gerais está consolidando sua política de defesa social mantendo trajetória contínua de redução da criminalidade. De acordo com estudo realizado em 2007 pela Universidade Federal de Minas Gerais (Crisp/ UFMG), em parceria com a Secretaria de Estado de Defesa Social, houve queda de 24,7% no índice de crimes violentos no território mineiro desde janeiro de 2003. A maior diminuição dos crimes violentos foi verificada na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), de 45,4%. A capital mineira, analisada



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PALÁCIO DA LIBERDADE

separadamente, acumulou queda ainda mais representativa, chegando a 49,51%.

Belo Horizonte registrou a maior queda na ocorrência de crimes cometidos contra o patrimônio (roubos sem a utilização de armas e roubos a mão armada): 50,80%. Na Região Metropolitana, a redução foi de 48,2 %. Os indicadores apontaram queda de 26,62% em todas as regiões do Estado entre 2003 e 2007.

Em Minas Gerais, a área de infra-estrutura vem apresentando grandes melhorias por meio dos programas Proacesso e ProMG. A Linha Verde, a melhoria do Aeroporto Internacional Tancredo Neves (AITN), o Minas Comunica, o Cresce Minas, dentre outros, também permitem um círculo virtuoso de novos investimentos.

O programa estruturador Pavimentação de Ligações e Acessos Rodoviários aos Municípios (Proacesso) objetiva atender a 224 municípios. O Governo do Estado já autorizou o início da pavimentação de acessos a 168 municípios, totalizando 3.740 quilômetros de rodovias, cujas obras beneficiarão diretamente cerca de 1.072.000 mineiros. Em 2007 foram pavimentados 396 quilômetros chegando a um total de 1.594 quilômetros de acessos pavimentados desde o início do programa. Encontram-se em andamento as obras de pavimentação dos acessos a 40 municípios. Existem, ainda, 50 obras em licitação e/ou com licitação em preparação.

O Programa Estruturador de Recuperação e Manutenção Rodoviária do Estado de Minas Gerais (ProMG) propõe recuperar e manter em condições adequadas a rede rodoviária pavimentada sob jurisdição do DER-MG, hoje com 16.019 quilômetros. O objetivo principal do ProMG é o restabelecimento das condições de segurança e conforto para o usuário. Já foram executados serviços em 9.790 quilômetros, sendo 1.600 quilômetros somente em 2007. Dentro do ProMG destaca-se o ProMG Pleno que, por meio de um novo conceito de gestão de contratos, busca atingir e manter padrões de desempenho definidos que assegurem condições satisfatórias de segurança e trafegabilidade para um período de quatro anos. Nessa nova sistemática, já foram contratadas a recuperação e a conservação de 1.800 quilômetros de rodovias. Desse total, aproximadamente mil quilômetros foram recuperados até dezembro de 2007.

Das três obras que integram a Linha Verde, duas já estão concluídas, o Bulevar Arrudas e a duplicação da rodovia MG- 010. A adequação da Avenida Cristiano Machado será concluída em 2008, mas quatro obras-de-arte especiais já foram entregues à população, com destaque para o viaduto de intersecção da Rua Jacuí e Avenida Silviano Brandão. Estão também em andamento as obras de duplicação em 5,3 quilômetros da rodovia MG-020 no trecho BH (Bairro Tupi) – Santa Luzia, com previsão de término em 2008.

Destacou-se, também, o Aeroporto Internacional Tancredo Neves (AITN) em recorde de movimentação de passageiros. Em 2007, 4,3 milhões de passageiros utilizaram o terminal, representando crescimento de 16% em relação a 2006 (3,7 milhões). Este fato evidencia a importância crescente do AITN como um dos mais importantes aeroportos do país. Em 2007 ocorreu a



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PALÁCIO DA LIBERDADE

apresentação do conceito funcional do projeto “Cidade Aeroporto de Belo Horizonte” na 2.^a Conferência “*Airport City*” em Frankfurt, Alemanha, coroando o AITN como um dos principais aeroportos de passageiros e cargas da América do Sul.

O Programa Minas Comunica, de universalização do acesso às telecomunicações em Minas Gerais, alcançará, até março de 2008, 100% dos municípios mineiros, que terão sinais de telefonia celular e banda larga.

No projeto estruturador Cresce Minas foram concluídas obras do Programa Emergencial para a Recuperação dos Sistemas de Subtransmissão e de Distribuição da Cemig nos municípios de Uberlândia, Itanhandu, São João del-Rei, Itabirito e Manga. O projeto é composto por 74 planos de ampliação e de expansão do sistema elétrico da Cemig, envolvendo mais de 200 instalações, entre linhas de transmissão, subestações e estações de telecomunicações, atendendo a todas as regiões do Estado. Esses novos empreendimentos geram mais empregos e incremento de renda.

Na área de meio ambiente destacam-se os programas de conservação de matas nativas e o Minas Sem Lixões. Na conservação de matas, o Estado alcançou, em 2007, marca histórica de regularização, mediante aquisição de mais de 40 mil hectares de terras para formação de unidades de conservação. Adicionalmente, 140 mil hectares de florestas produtivas foram plantados, com a proteção de 1.919 hectares de área nativa e preservação de 400 nascentes. No Minas sem Lixões, 38% da população urbana foi atendida com sistemas de disposição adequada de resíduos sólidos urbanos. No saneamento, foi implantada a estação de tratamento de esgoto Nova Pampulha em Vespasiano, por meio da qual foi possível eliminar 105 lançamentos de esgoto na Sub-bacia do Arrudas e 220 lançamentos na Sub-bacia do Onça.

O conjunto de programas com foco na juventude foi ampliado, com destaque para o inovador Poupança Jovem, que contemplou 3.800 jovens de Ribeirão das Neves e atenderá 16.600 jovens no ano seguinte. Ainda haverá forte ampliação do Fica Vivo, com perspectiva de assistência a 18 mil jovens em 2008. E outro compromisso fundamental deste governo, a implantação do PEP (Programa de Ensino Profissionalizante), prevê abertura de 30 mil vagas neste mês.

Na gestão pública, Minas reafirmou sua recente vocação de inovar com o objetivo de aprimorar e universalizar o atendimento ao cidadão e ao setor produtivo. Para o empreendedor, o pagamento de todos os tributos e outras arrecadações pela internet e a Certidão de Débito Tributário gratuita, também pela internet. Outra medida visando descomplicar a vida dos empreendedores foi a emissão da primeira nota fiscal eletrônica em 2007. Já chegamos a mais de 85 mil notas fiscais eletrônicas emitidas. E o novo processo de credenciamento de Emissão de Cupom Fiscal tem como meta reduzir de nove para uma semana o prazo do processo.

Criamos a Unidade de Atendimento Integrado como forma de revitalizar, ampliar os serviços e o atendimento ao cidadão antes realizados nos PSUs. Em 2008 e 2009 haverá forte expansão destas unidades e a ampliação dos serviços prestados.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PALÁCIO DA LIBERDADE

Ainda destaco o início da construção do Centro Administrativo como marco que consolidará a política eficiente de gestão pública do Governo do Estado, referência hoje para todos os estados brasileiros. A obra dará eficiência e agilidade aos serviços prestados pela administração direta.

Portanto, senhoras e senhores deputados, após este breve relato de algumas realizações do governo estadual em 2007, a avaliação que hoje fazemos é de que avançamos em várias áreas de forma planejada, efetiva e tendo o cidadão como referência sempre. Pretendemos continuar assim: concretizando grandes realizações, decidindo com austeridade e responsabilidade, contendo despesas e qualificando os gastos públicos, no intuito de aumentar nossa capacidade de investimento e, conseqüentemente, garantir melhores resultados para o povo mineiro.

Sabemos que ainda há muito por fazer. Vamos enfrentar todos os desafios, um a um, com a mesma seriedade, com a mesma unidade e a mesma determinação com que temos conduzido as políticas públicas. Renovo hoje as nossas melhores esperanças de que faremos esta travessia completa, para um outro cenário e um outro patamar de desenvolvimento, muito antes que nós imaginávamos. Cada um dos senhores e das senhoras deve-se orgulhar do que estamos fazendo. Com o nosso trabalho, estamos provando que o Estado pode ser, sim, se houver vontade política e compromisso público, eficiente, dinâmico, responsável e parceiro da sociedade. Estamos todos ajudando a escrever uma nova história. Orgulhem-se, pois Minas já é referência e paradigma para um novo tempo no serviço público.

AÉCIO NEVES DA CUNHA

Governador do Estado de Minas Gerais

QUADRO MACROECONÔMICO

QUADRO MACROECONÔMICO

ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÔMICA

ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÔMICA

1 – DESEMPENHO ECONÔMICO

A economia brasileira manteve-se estabilizada em 2007, alcançando taxas de seus principais indicadores dentro das metas e previsões estabelecidas no início do ano. Em relação ao PIB a expectativa é a de que a taxa supere ao que esperava para o período.

Segundo o “Focus – Relatório de Mercado” do Banco Central do Brasil, divulgado em 28 de dezembro de 2007, a projeção era a de crescimento do PIB de 5,2%. Além disso, as expectativas eram de se alcançar um crescimento de 5,8% na produção industrial, a taxa de juros Selic de 11,15% e um superávit de R\$ 40 bilhões na Balança Comercial. No que se refere ao IPCA, a taxa de 4,46% divulgada pelo IBGE está acima da do ano passado, mas ainda está dentro das metas estabelecidas no início do ano. Além do mais, ela foi fortemente influenciada pelo elevado percentual apurado em dezembro, fruto de significativos aumentos observados nos itens carnes, leites e derivados, que sofreram ajustes inesperados no final do ano.

Alguns dos resultados obtidos para a economia mineira até novembro indicam a possibilidade de, uma vez mais, se alcançar um crescimento no PIB mineiro superior ao nacional. Por exemplo, dados acumulados até novembro indicam crescimento da produção física mineira de 8,75% ante 5,97% atingida na média nacional. A indústria extrativa mineira elevou-se em 11,1%, sendo o dobro da nacional. Já a indústria de transformação cresceu mais em Minas Gerais do que no país, no mesmo período.

No que se refere ao comércio internacional, Minas Gerais elevou seu saldo comercial em 9,7% em 2007 comparativamente ao alcançado em 2006, enquanto no país houve queda de 13,8% nesse período.

Outros indicadores ratificam a possibilidade de aumento maior do PIB mineiro ante o nacional. Da mesma forma que no país, o crescimento mineiro terá outros fatores impulsionando o crescimento econômico além do mercado externo. Inclusive a elevação observada nas importações direcionam-se mais para os bens de capital, indicando ampliação do mercado produtor e consumidor interno, beneficiado pela elevação do rendimento médio real habitual da população ocupada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que cresceu mais que a média das regiões metropolitanas brasileiras.

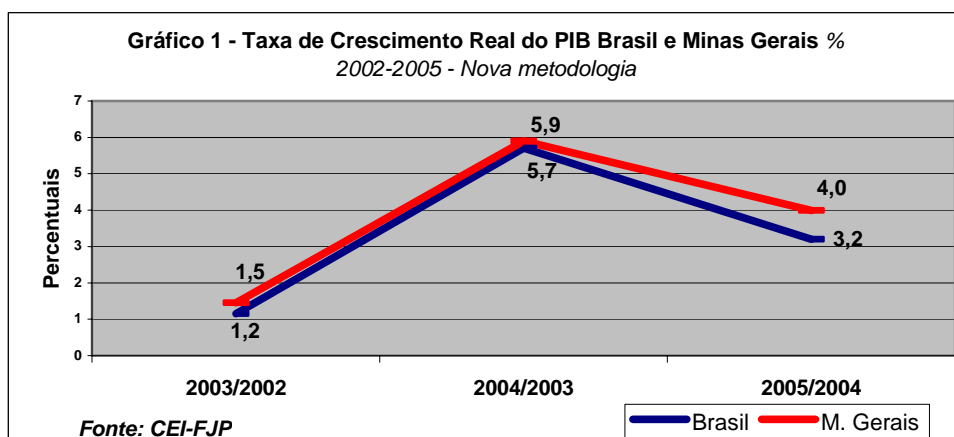
2 – A ECONOMIA MINEIRA

Dados do PIB mineiro, apurados pela Fundação João Pinheiro relativos a 2006 e 2007, serão disponibilizados apenas no primeiro semestre de 2008.

A divulgação recente dos novos valores do PIB, mineiro e brasileiro, com a nova metodologia de cálculo, de 2002 a 2005, mostra alterações em relação às participações e composições apuradas na metodologia anterior.

Do ponto de vista de crescimento real, os dados apurados com a nova metodologia, e destacados no gráfico¹, confirmam taxas de crescimento do PIB mineiro superiores ao nacional nos últimos anos ¹.

¹ A apuração do PIB na nova metodologia altera as taxas de crescimento no país e em Minas Gerais inclusive a posição relativa entre eles. Na metodologia anterior, em 2003 e 2004 a taxa de crescimento de Minas Gerais era inferior à do país. Somente em 2005 a taxa mineira superava a



De qualquer forma, as informações gerais indicam, em 2005, uma participação relativa de 9% do PIB mineiro em relação ao do país, o que coloca Minas Gerais no 3º lugar no ranking nacional.

O Produto Interno Mineiro tem nas atividades de serviços seus principais componentes, seguidas da atividade industrial e agropecuária².

2.1 - A AGROPECUÁRIA EM MINAS GERAIS

A agropecuária teve sua participação relativa reduzida de 10,07% do PIB mineiro em 2002 para 9,31% em 2005.

Este setor sofre influência cíclica significativa da produção cafeeira. Tanto isto é verdade que em 2003, relativamente a 2002, a agropecuária teve queda de 4,39%. No ano seguinte apresentou aumento de 9,18% e, em 2005, relativamente a 2004, o crescimento foi de apenas 0,96%. Tais resultados foram consequências das variações ocorridas na agricultura no período de 2002 a 2005.

A tabela 1 a seguir destaca informações relativas às safras agrícolas de 2006 e 2007 e as perspectivas para 2008. As informações são do GCEA-MG - Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias de Minas Gerais - elaboradas pelo Centro de Análises e Estudos Estratégicos - Ciagro/Emater-MG.

nacional. Veja Mensagem de Governo, SEPLAG-MG, Análise de Conjuntura Econômica tabela 1 p.23

² Segundo Informativo CEI, Produto Interno Bruto de Minas Gerais, 2005, Nova Base, indica, em 2005, participação relativa de 58,23%, 32,47% e 9,31%, respectivamente dos Serviços, Indústria e Agropecuária. Dados de 2006 e 2007 só serão divulgados no primeiro semestre de 2008 pela Fundação João Pinheiro

ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÔMICA

Tabela 1 - Minas Gerais
COMPARATIVO DA SAFRA DE GRÃOS

Cultura	2005/2006			2006/2007			Variação(%) Atual safra com a safra anterior		
	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (Kg/ha)	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (Kg/ha)	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (Kg/ha)
Algodão ¹	34.807	62.531	2.874	30.102	55.330	2.941	-13,5	-11,5	2,3
Amendoim	2.374	3.776	1.591	3.086	6.328	2.051	30,0	67,6	28,9
Arroz Sequeiro	34.689	53.184	1.533	35.543	57.217	1.610	2,5	7,6	5,0
Arroz Irrigado	12.521	51.201	4.089	10.735	45.837	4.270	-14,3	-10,5	4,4
Arroz Várzea	34.259	71.729	2.094	37.732	81.203	2.152	10,1	13,2	2,8
Feijão 1ª safra	192.777	176.510	916	198.671	219.331	1.104	3,1	24,3	20,5
Feijão 2ª safra	159.281	187.009	1.174	139.082	159.638	1.148	-12,7	-14,6	-2,2
Feijão 3ª safra	52.996	113.121	2.135	51.457	111.930	2.175	-2,9	-1,1	1,9
Mamona	2.377	3.620	1.523	2.422	3.684	1.521	1,9	1,8	-0,1
Milho 1ª safra	1.203.533	5.066.548	4.210	1.285.501	5.973.285	4.647	6,8	17,9	10,4
Milho 2ª safra	22.384	85.652	3.826	30.118	99.473	3.303	34,6	16,1	-13,7
Soja	1.005.113	2.453.975	2.441	882.745	2.414.459	2.735	-12,2	-1,6	12,0
Sorgo 1ª safra	8.696	18.806	2.163	16.661	46.398	2.785	91,6	146,7	28,8
Sorgo 2ª safra	68.366	154.388	2.258	56.394	115.379	2.046	-17,5	-25,3	-9,4
TOTAL TRIGO	12.864	58.335	4.535	11.552	50.408	4.364	-10,2	-13,6	-3,8
TOTAL GRÃOS	2.847.037	8.560.385	3.007	2.791.801	9.439.900	3.381	-1,9	10,3	12,5

Fonte: GCEA-MG

Algodão¹ = somente em caroço grãos

Os dados da tabela 1 revelam predominância da cultura do milho e da soja no Estado em termos de área plantada, produção e no caso do milho também na produtividade.

A safra de 2006/2007 demonstra utilização menor na área plantada em relação ao período anterior na ordem de 2%. Apesar disso, a produção gerada em 2007 revela-se 10,3% superior à do ano anterior. Tal resultado tornou-se possível, entre outras coisas, pela elevação de 12,5% no nível de produtividade.

Para a safra 2007/2008, o GCEA-MG prevê elevação de 4,7% na produção agrícola e de 0,4% na área cultivada³.

2.2 – A INDÚSTRIA EM MINAS GERAIS

O setor industrial é composto pela extrativa mineral, transformação, construção e pelos serviços industriais de utilidade pública. Dados divulgados sobre o PIB mineiro⁴ indicam que o setor aumentou sua participação no PIB mineiro de 28,58% em 2002 para 32,47% em 2005, depois de ter alcançado 33,69% em 2004. Nesse mesmo período, a taxa média de crescimento deste setor foi 4,22%. A extrativa mineral (11,8%) seguida da indústria de transformação foram os subsetores de maior desempenho médio.

O setor industrial mineiro teve uma participação de 10,6% do total do VTI -Valor da Transformação Industrial- do Brasil em 2004. A indústria extrativa de Minas Gerais representou 1,4% no VTI nacional e 13,5% no total do VTI mineiro. Já a indústria de transformação mineira representou 9,2% do VTI do Brasil em 2004, 9,9% do VTI da indústria de transformação nacional e 86,5% do total do VTI de Minas Gerais.

No quadro industrial mineiro, a indústria de transformação destaca-se como o segmento mais relevante, representando 18,9% do PIB e 58% da produção industrial.

³ Centro de Análise e Estudos Estratégicos, Informativo Conjuntural, nº 32, nov.2007, Emater-MG

⁴ Idem, op.cit.

A indústria da construção constitui um outro segmento importante na estrutura industrial mineira, representando 14,9% da produção industrial e 4,3% do PIB.

De acordo com os dados gerais sobre empresas de construção, referentes a 2004, Minas Gerais teve participação relativa significativa no conjunto das empresas brasileiras. No que se refere ao Valor Adicionado, as empresas mineiras participaram com 21,6% deste setor no país. Esta participação resulta do total de 2,9% das empresas brasileiras instaladas em Minas Gerais, que ocuparam 12,2% de pessoas do total brasileiro e geraram 12,1% da renda bruta do setor de construção no país⁵.

De 2002 a 2005, a taxa média de crescimento da construção elevou-se significativamente a partir de 2003 devido ao desempenho da construção civil resultante principalmente das obras da Linha Verde e da recuperação da Avenida Antônio Carlos, na Região Metropolitana, e no programa de recuperação das rodovias estaduais. Segundo o SICEPOT⁶, os investimentos nessas obras levaram o setor a operar com quase 90% de sua capacidade instalada.

Além das obras públicas, o segmento da construção civil sofreu ainda o impacto positivo de expansões das empresas privadas, especificamente as siderúrgicas e mineradoras, cujos níveis de ocupação aumentaram em 12,8% até setembro de 2006⁷.

Os serviços industriais de utilidade pública (SIUP) apresentaram no período participação média de 4,43% do PIB mineiro e 14,3% no setor industrial. Este segmento é composto basicamente pelos serviços de energia e fornecimento de água.

2.2.1 - PRODUÇÃO FÍSICA DAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS E DE TRANSFORMAÇÃO

Conforme apurações da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG)⁸, o conjunto das indústrias mineiras utilizaram, até novembro de 2007, 87,43% da sua capacidade instalada, percentual 5,08% superior ao do mesmo período do ano anterior.

Este percentual foi composto no seu total por uma taxa média de utilização de 94,38% na indústria extrativa mineral e de 86,35% na indústria de transformação, valores também superiores aos observados até novembro de 2006.

Segundo informações da FIEMG⁹, no período registrado até novembro de 2007, dentre os setores que apresentaram taxas de ocupação superiores à média estadual, destacaram os calçados (96,16%), a indústria extrativa mineral (94,38%), material de transportes com 96,16%, mecânica (90,17%), papel e papelão (90,16%) e minerais não-metálicos (88,47%).

⁵ Dados gerais sobre empresas de construção, segundo Grandes regiões e unidade da Federação da sede das empresas. Brasil, 2004. IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Indústria, Pesquisa Anual da Indústria da Construção, v.14, 2004.

⁶ Sindicato das Indústrias da Construção Pesada de Minas Gerais

⁷ Informativo CEI, Fundação João Pinheiro, dezembro de 2006.

⁸ FIEMG, "Fiemg Index 10/01/2008.

⁹ Idem, op.cit

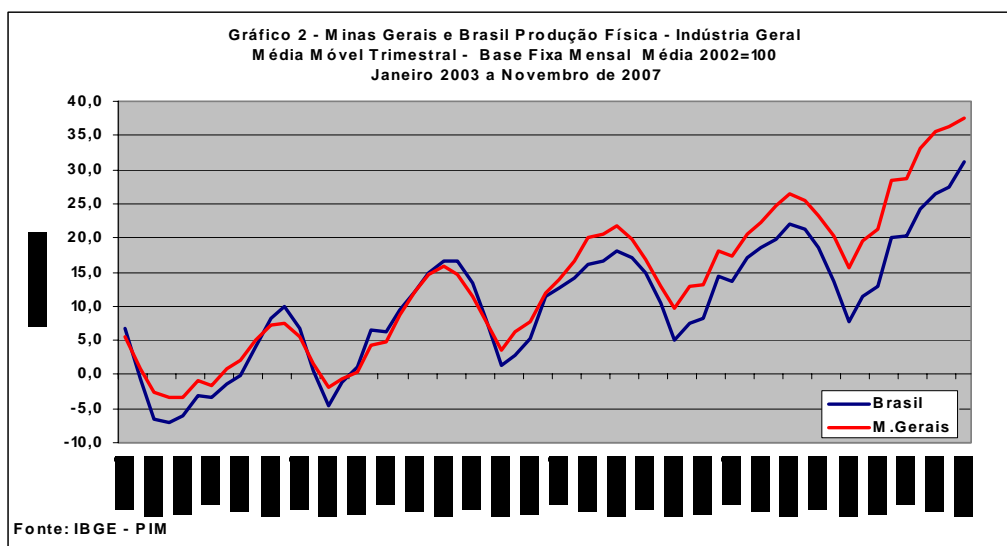
A indústria extrativa mineral e a de transformação, somadas, representaram 22,6% do PIB mineiro em 2005.

Segundo a Pesquisa Industrial Anual do IBGE¹⁰, o valor da transformação industrial de Minas Gerais aumentou, em 2005, 5,4% em relação à 2004, abaixo dos 6,5% apurados para o país. Este aumento foi resultado da elevação de 30% no VTI da indústria extrativa e 1,5% na indústria de transformação.

A indústria extrativa de Minas Gerais representou em 2005 8,7% do VTI nacional e 16,8% do mineiro. Já a indústria de transformação mineira participou com 8,7% da geração do VTI nacional e 83,2% do estadual.

Tomando-se como referência dados divulgados pelo IBGE, foi traçado o gráfico 2, a seguir, referente à evolução do crescimento da produção física industrial em Minas Gerais, comparativamente à performance nacional.

Os valores do referido gráfico foram calculados pela média móvel trimestral dos índices de base fixa, tendo como base o ano de 2002. Eles representam a situação da indústria geral, composta no agregado pela indústria de transformação e pela extrativa mineral.



A evolução dos dados do gráfico 2 mostra uma trajetória cíclica e ascendente das taxas de crescimento da produção física no Brasil e em Minas Gerais. Notam-se os períodos de crescimento nos primeiros semestres e os decrescentes a partir de agosto até o início do outro ciclo. Além disso, o gráfico permite ainda observações importantes: a primeira refere-se à desaceleração no ritmo de crescimento observada em 2005 comparativamente ao desempenho dos anos anteriores; a segunda é uma trajetória de crescimento mais prolongado do que nos anos anteriores quando as taxas de crescimento tinham inflexão em agosto e os dados revelam que até setembro de 2006 tal fato ainda não ocorreu. Por fim, percebe-se que as médias móveis demonstram maior crescimento na produção física mineira desde fevereiro de 2005, distanciando-se daquelas observadas no país, sobretudo em 2007.

¹⁰ Pesquisa Industrial, IBGE, 2005

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

As taxas de crescimento da produção física da indústria de Minas Gerais e do Brasil em 2006 e em 2007 (dados acumulados até novembro) estão destacadas na tabela 2. Elas apresentam as informações do Brasil e de Minas Gerais referentes a indústria geral, a indústria extrativa e a indústria de transformação.

Tabela 2
Taxa de Crescimento da Produção Física - Indicadores da Indústria - (Em %)
Minas Gerais e Brasil
2006 -Acumulado até novembro de 2007

Regiões e Setores	Períodos	
	2006	Acum.até nov/07
Brasil		
Indústria Geral	2,82	5,97
Indústria Extrativa	7,35	5,42
Indústria de Transformação	2,56	6,01
Minas Gerais		
Indústria Geral	4,53	8,75
Indústria Extrativa	8,8	11,13
Indústria de Transformação	3,81	8,10

Fonte: IBGE - PIMPF

A tabela 2 destaca as taxas de crescimento da produção física no Brasil e em Minas Gerais, na indústria geral e seus componentes mais importantes.

Os dados mostram que as taxas de crescimento foram superiores em Minas Gerais em todos os itens destacados. Com isto, a indústria geral mineira alcançou até novembro de 2007 taxa de crescimento de 8,75% , bem superior a 5,97% da média nacional.

O resultado alcançado pela indústria de transformação em Minas Gerais, até novembro de 2007, foi fortemente influenciado pelo desempenho da produção física do setor de máquinas e equipamentos que acumulou crescimento de 17,5% no período. Contribuíram também para estes crescimentos os resultados de 22,09%, 21,93% e 20,77% alcançados respectivamente pela indústria de máquinas e equipamentos, veículos automotores e celulose, papel e produtos de papel.

O percentual de crescimento de 8,75% obtido no território mineiro sofreu o impacto positivo do crescimento de 11,13% da indústria extrativa (o dobro da média nacional) e de 8,1% da indústria de transformação, também significativamente superiores ao índice médio nacional.

2.3 - O SETOR TERCIÁRIO EM MINAS GERAIS

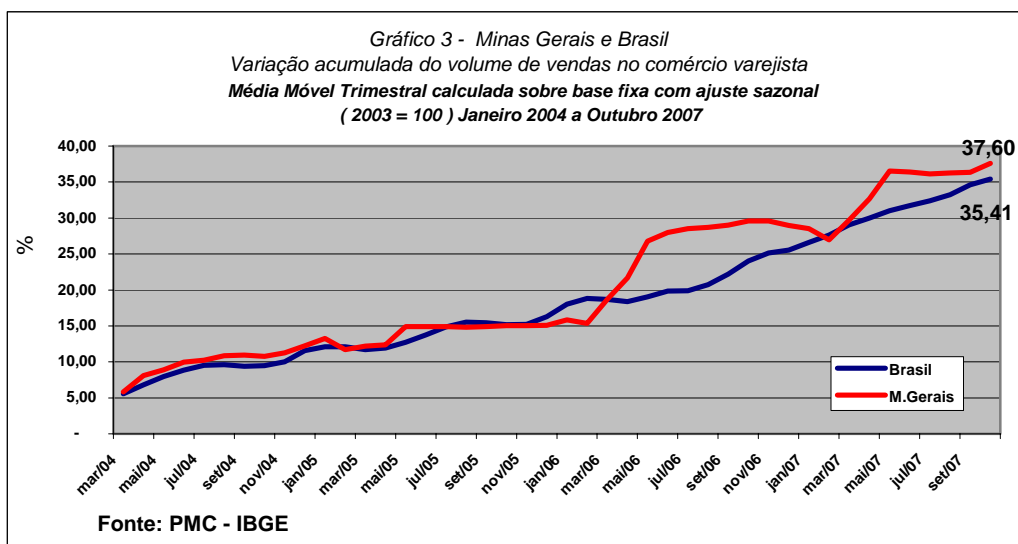
O terciário é composto por atividades relacionadas ao comércio, transportes, comunicações, etc. que no seu conjunto, já com a nova metodologia, gerou de 2002 a 2005, em média, 58,8% do PIB mineiro.

Em 2005, a participação relativa deste setor no PIB mineiro atingiu 58%, representando 8,1% do total gerado por essas atividades no país.

No total das atividades terciárias a “Administração Pública” desponta como a mais importante, e foi responsável, em 2005, por 23% do PIB mineiro, seguida do comércio (19,7%) e aluguel (15,2%).

A trajetória do setor comercial em Minas Gerais vem-se apresentando de forma crescente nos últimos anos. Esta tendência, de certa forma, acompanhou a trajetória do comércio varejista no Brasil, com um ligeiro deslocamento nos dois últimos anos.

Dados divulgados pelo IBGE sobre o volume físico de vendas do comércio varejista, no Brasil e em Minas Gerais, por meio da sua Pesquisa Mensal do Comércio, geraram o gráfico 3. Nele foram utilizados os índices sazonalmente ajustados do volume de venda do comércio varejista de janeiro de 2004 a outubro de 2007. Os dados têm como base o ano de 2003 e estão apresentados em médias trimestrais.



O gráfico 3 mostra momentos diferentes no comparativo entre os desempenhos do comércio de Minas Gerais com a média brasileira.

De janeiro de 2004 até início de 2005, o crescimento em Minas Gerais foi ligeiramente superior ao nacional. De fevereiro de 2005 até o início de 2006, as posições entre as taxas de crescimento se alternaram. Entretanto, a partir de maio de 2006, há um descolamento maior em relação a Minas Gerais, cujas taxas e trajetórias se apresentam em proporções significativamente superiores às da média nacional nos dois últimos anos.

A taxa de crescimento observada em 2006 e a de outubro de 2007 (considerando o acumulado dos últimos 12 meses) do volume físico de vendas do comércio varejista no Brasil e em Minas Gerais estão apresentadas na tabela 3. Elas mostram uma reversão nos índices de crescimento com a taxa média do país superando a de Minas Gerais nas informações geradas em 2007.

Tabela 3
MINAS GERAIS E BRASIL
Taxa de Crescimento do Volume de Vendas
Comércio Varejista - em %

Região	Período	
	2006	Out/2007*
Brasil	6,2	9,1
Minas Gerais	10,3	7,8

Fonte: IBGE: PMC

Nota (*) -Acumulado últimos 12 meses até outubro de 2007

3 – EVOLUÇÃO DO PESSOAL OCUPADO E DO EMPREGO

De acordo com os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) divulgados pelo IBGE, referente a 2006, a população residente brasileira totalizava 187.228 mil pessoas, das quais 19.522 mil, ou seja, 10,4% residentes em Minas Gerais.

Deste contingente, 55,9%, ou seja, 104.649 mil compõem o conjunto de pessoas com 10 ou mais anos de idade que formam a população economicamente ativa. Neste grupo, Minas Gerais, com 11.410 mil, apresenta participação relativa de 10,9%. No que concerne a pessoas economicamente ativas ocupadas, Minas Gerais tinha, em 2006, um contingente de 9.872 mil pessoas, equivalente a 11% da população economicamente ativa brasileira, composto por 89.318 mil indivíduos.

A variação do contingente de pessoal ocupado em Minas Gerais no período de 2005-2006 está listado por ramos de atividades econômicas na tabela 4.

Os dados revelam que no período não ocorreram grandes alterações nas posições relativas das ocupações absorvidas nas atividades. Eles mostram que há predominância na geração de ocupação no setor agrícola que, juntamente com a indústria e o comércio e reparação, são responsáveis por 54% do total de ocupações. Adicionando a este grupo os serviços domésticos e a educação, saúde e serviços sociais, este percentual atinge 71%.

Pelos valores apurados que compõem a tabela 4, observa-se que o setor de “alojamento e alimentação” maior taxa de crescimento, seguido de “outros serviços sociais coletivos, sociais e pessoais. A indústria de transformação e a agricultura apresentaram taxas de crescimento bem próximas¹¹

¹¹ Não se destacou as “outras atividades” e as “atividades maldefinidas ou não declaradas” pelas suas composições.

ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÔMICA

Tabela 4
Minas Gerais
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas no período de 365 dias

Ramo da atividade	2005		2006		Variação
	Pessoas (mil)	% s/ total	Pessoas (mil)	% s/ total	%
Agrícola	2.109	22,2	2.201	22,3	4,4
Indústria	1.437	15,1	1.492	15,1	3,8
Indústria da Transformação	1.318	13,9	1.374	13,9	4,2
Construção	658	6,9	664	6,7	0,9
Comércio e reparação	1.602	16,8	1.642	16,6	2,5
Alojamento e alimentação	343	3,6	387	3,9	12,8
Transporte, armazenagem e comunicação	385	4,0	407	4,1	5,7
Administração pública	450	4,7	455	4,6	1,1
Educação, saúde e serviços sociais	807	8,5	839	8,5	4,0
Serviços domésticos	836	8,8	810	8,2	-3,1
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	375	3,9	400	4,1	6,7
Outras atividades	481	5,1	537	5,4	11,6
Atividades maldefinidas ou não declaradas	28	0,3	39	0,4	39,3
Total	9.511	100	9.873	100	3,8

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2006

Ainda em relação à população ocupada, a tabela 4 destaca a composição relativa da estrutura por ramo de atividades do país comparativamente à de Minas Gerais.

Tabela 5
Brasil e Minas Gerais
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas no período de 365 dias - 2006

Ramo da atividade	Brasil		Minas Gerais		Participação %
	Pessoas (mil)	% s/ total	Pessoas (mil)	% s/ total	MG/Brasil
Agrícola	17.347	19,4	2.201	22,3	12,7
Indústria	13.238	14,8	1.492	15,1	11,3
Indústria da Transformação	12.517	14,0	1.374	13,9	11,0
Construção	5.752	6,4	664	6,7	11,5
Comércio e reparação	15.746	17,6	1.642	16,6	10,4
Alojamento e alimentação	3.375	3,8	387	3,9	11,5
Transporte, armazenagem e comunicação	4.074	4,6	407	4,1	10,0
Administração pública	4.416	4,9	455	4,6	10,3
Educação, saúde e serviços sociais	8.009	9,0	839	8,5	10,5
Serviços domésticos	6.872	7,7	810	8,2	11,8
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3.762	4,2	400	4,1	10,6
Outras atividades	6.500	7,3	537	5,4	8,3
Atividades mal definidas ou não declaradas	227	0,3	39	0,4	17,2
Total	89.318	100,0	9.873	100,0	11,1

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2006

Os dados da tabela 5 mostram estrutura relativa semelhante entre Minas Gerais e o país com pequenas diferenças nos valores relativos, porém com a mesma predominância dos ramos de atividades. A participação de Minas Gerais no total do pessoal economicamente ativo ocupado é de 11,1%, com a agricultura superando em pouco este valor, com 12,7%.

3.1 - MOVIMENTAÇÃO DO EMPREGO CELETISTA

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (CAGED) registra a movimentação da geração e extinção de oportunidades de emprego, propiciando a apuração da geração líquida de emprego. As informações divulgadas por meio do CAGED referem-se à movimentação do emprego celetista, apurado em todas as unidades da federação.

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2008

A comparação entre a geração líquida de empregos, acumulados até novembro de 2006 e 2007, está apresentada na tabela 6.

Tabela 6
Brasil e Minas Gerais
Geração Líquida de Emprego Celetista por Subsetores da Atividade Econômica*
2006 e 2007 - Acumulado até Novembro

Região	Acumulado até novembro de 2006	Acumulado até novembro de 2007	% da Taxa de Variação
Brasil (a)	1.546.179	1.936.806	25,3
Minas Gerais (b)	191.942	197.845	3,1
Relação % b/a	12,4	10,2	

Fonte: MTE - Caged

* Diferença entre admissões e demissões

Os dados da tabela 6 mostram queda relativa de Minas Gerais na participação da geração líquida de emprego celetista. Tal resultado é fruto da menor geração líquida de emprego de Minas Gerais ante o crescimento de 25,3% observado na média nacional.

A movimentação da geração líquida de emprego celetista no país e em Minas Gerais, nos valores acumulados até novembro de 2007, por subsectores, está apresentada na tabela 7.

Os dados revelam que a extrativa mineral apresentou queda na geração de emprego maior em Minas em relação à média nacional. Em Minas Gerais, apenas a “indústria de transformação” e a “construção civil” tiveram crescimento na geração líquida de emprego, enquanto que no país apenas a extrativa mineral indicou queda.

3.2 – EMPREGO NA INDÚSTRIA

Graças à Pesquisa Industrial Mensal do Emprego e Salário do IBGE pode-se obter informações referentes às taxas de crescimento do pessoal ocupado no país e nos estados e, também, por subsectores industriais.

Estas taxas para o país e para Minas Gerais estão apresentadas na Tabela 8 correspondentes ao período acumulado até setembro de 2006 e 2007 e por subsectores.

Tabela 7
Brasil e Minas Gerais
Taxa de Crescimento no Nível de Emprego Celetista por Sub-setores da Atividade Econômica
Acumulado até novembro de 2007

Setores	Minas Gerais			Brasil		
	% Acum.Nov.07 Acum.Nov.06	Empregos Líquidos Gerados*	Contribuição na Ger.Emprego (%)	% Acum.Nov.07 Acum.Nov.06	Empregos Líquidos Gerados*	Contribuição na Ger.Emprego (%)
Total	3,1	197.845	100,00	25,3	1.936.806	100,00
Extrativa Mineral	(23,9)	2.968	1,50	(20,7)	9.634	0,50
Indústria de Transformação	28,3	55.218	27,91	47,0	537.556	27,75
Construção Civil	15,0	26.777	13,53	66,6	202.636	10,46
Comércio	(8,6)	34.020	17,20	17,4	374.962	19,36
Serviços	(2,9)	67.433	34,08	6,7	627.898	32,42
Outros**	(24,1)	11.429	5,78	32,7	184.120	9,51

Fonte: MTE - Caged

* Diferença entre admissões e demissões acumulada de janeiro a novembro de 2007

** Inclui Administração Pública, agricultura, silvicultura e serviços de utilidade pública

Tabela 8
Minas Gerais e Brasil
Taxa de crescimento do pessoal ocupado na indústria - em %

Itens e Regiões	Período	
	2006*	2007 *
Brasil		
<i>Ind.Geral</i>	-0,04	2,14
<i>Extrativa</i>	0,91	1,67
<i>Transformação</i>	-0,14	2,15
Minas Gerais		
<i>Ind.Geral</i>	0,71	1,47
<i>Extrativa</i>	-2,72	-2,39
<i>Transformação</i>	1,10	1,69

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

Nota (*): Taxa acumulada até novembro 2006 e 2007 em relação ao mesmo período do ano anterior

Os dados da Tabela 8 revelam taxa de crescimento do pessoal ocupado na indústria em Minas Gerais abaixo da média nacional. Os valores mostram, ainda, maior evolução no país que no estado mineiro quando se comparam as taxas dos dois períodos em destaque.

Embora em magnitudes diferentes, esta evolução movimenta-se no mesmo sentido da apresentada pelos empregos celetistas analisada no item anterior.

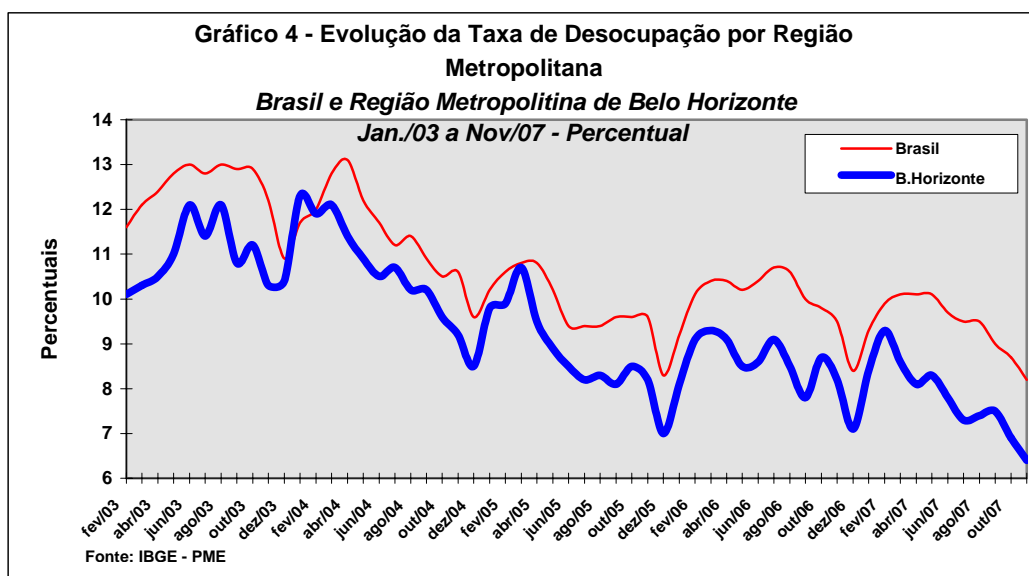
4 – MERCADO DE TRABALHO NA RMBH

De acordo com a Pesquisa Mensal do Emprego (PME), do IBGE, a Região Metropolitana de Belo Horizonte possui em 2007 um contingente de 2,4 milhões de pessoas classificadas como economicamente ativas, correspondente a 10,3% do total das regiões metropolitanas brasileiras. Este grupo de pessoas equivale a aproximadamente 59% da população em idade ativa mineira.

Segundo os conceitos estabelecidos pelo IBGE duas informações geradas se destacam entre as mais relevantes na análise da evolução do mercado de trabalho: taxa de ocupação e de desocupação da população economicamente ativa.

A evolução da taxa de desocupação – ou desemprego aberto – na Região Metropolitana de Belo Horizonte e do total das Regiões Metropolitanas consideradas na pesquisa mencionada¹² estão destacadas no gráfico 4, de janeiro de 2003 a novembro de 2007.

¹² A PME é realizada em seis regiões metropolitanas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.



A evolução apresentada no gráfico 4 mostra, na quase totalidade dos meses, taxas de desocupação maior no conjunto das regiões metropolitanas do que na RMBH. A característica comum das evoluções é a trajetória decrescente das taxas de desocupação.

A Tabela 9 destaca o número médio mensal de pessoas ocupadas, com 10 ou mais anos, na semana de referência, em 2006 e acumulado até novembro de 2007, por região metropolitana pesquisada pelo IBGE.

Os dados revelam que São Paulo é a região metropolitana que absorve maior contingente, seguido do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte. Nota-se, ainda, que São Paulo, Belo Horizonte e Salvador apresentaram taxas de crescimento no número de pessoas ocupadas acima da média.

Tabela 9
Pessoas Ocupadas - Regiões Metropolitanas*
2006-2007

Regiões Metropolitanas	Nº Pessoas (em mil)**		Variação % 2007/2006
	2006	2007***	
São Paulo	8.567	8.803	2,8
Rio de Janeiro	5.038	5.104	1,3
Belo Horizonte	2.195	2.279	3,8
Porto Alegre	1.739	1.770	1,8
Salvador	1.425	1.490	4,6
Recife	1.317	1.326	0,7
Total da Regiões	20.281	20.772	2,4

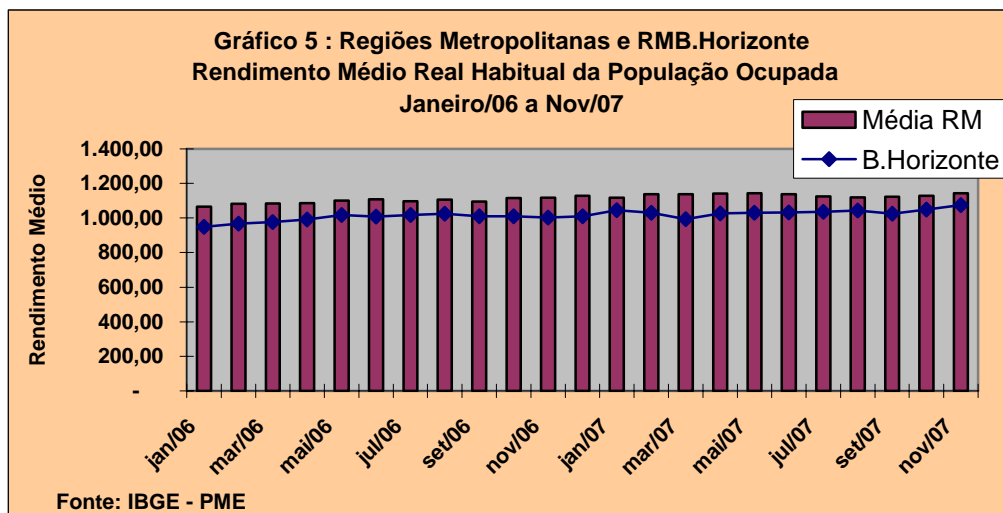
Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego

Notas: (*) - Pessoas de 10 ou mais anos ocupadas na semana de referência

(**) - Média mensal anual

(***) - Média até novembro de 2007

No que se refere ao rendimento médio real habitual da população ocupada o gráfico 5 mostra que a RMBH tem apresentado níveis de rendimentos inferiores aos da média das regiões metropolitanas.



Quando se compara a média anual do rendimento mensal da RMBH ao total dos rendimentos das regiões metropolitanas, obtém-se taxa de crescimento pouco superior em Minas Gerais. Enquanto o estado mineiro apresentou crescimento médio de 3,6%, no país ele atingiu 3%¹³.

5 - SETOR EXTERNO E A ECONOMIA MINEIRA

A evolução do comércio externo mineiro no período de 2002 a 2007 mostra a geração de superávits crescentes na comercialização mineira com o exterior. Os dados da tabela 10 mostram uma trajetória crescente no superávit do saldo comercial com o exterior desde 2000.

Tabela 10 - Minas Gerais
 Valores das Exportações e Importações
 2000 - 2007 - Valores em US\$ mil

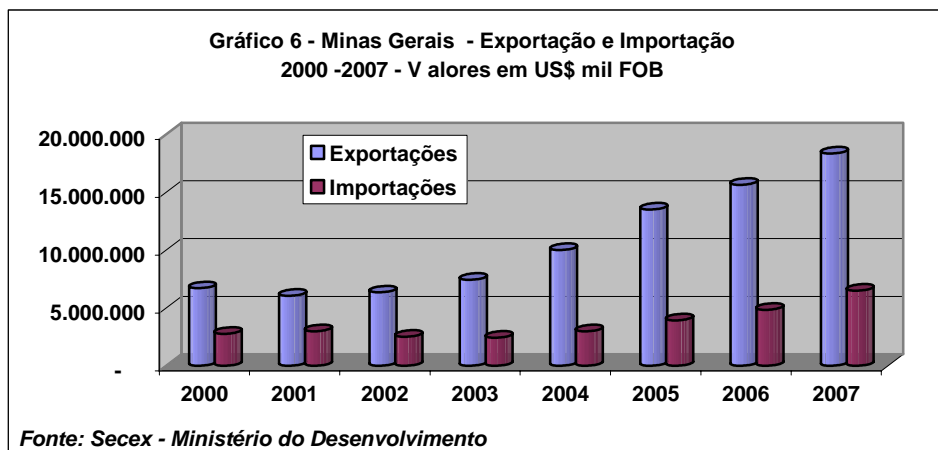
Período	Exportações (A)	Importações (B)	Saldo (A-B)
2000	6.712.299	2.778.805	3.933.494
2001	6.059.713	3.001.478	3.058.235
2002	6.353.219	2.514.643	3.838.576
2003	7.440.403	2.431.952	5.008.451
2004	10.007.225	2.987.333	7.019.892
2005	13.514.972	3.935.679	9.579.293
2006	15.658.215	4.858.640	10.799.575
2007	18.350.000	6.500.000	11.850.000

Fonte: Secex - Ministério do Desenvolvimento

¹³ IBGE - PME Novembro/2007 pg 23. Considerou-se em 2007 a média até novembro

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

Pelo gráfico 6 nota-se o grande diferencial entre o volume das exportações e o das importações mineiras. As importações correspondem a mais ou menos um terço do total das exportações nos três últimos anos.



As exportações mineiras apresentaram nos últimos seis anos patamares diferentes de participação no total das exportações brasileiras. De 2000 a 2007, a participação média mineira foi de 11%. Como se nota no gráfico 7, o patamar de participação de Minas Gerais no total das exportações do país apresenta dois níveis distintos: entre 2001 e 2004 a participação média mineira foi de 10,4%. Este percentual se eleva para 11,4% nos três últimos anos.



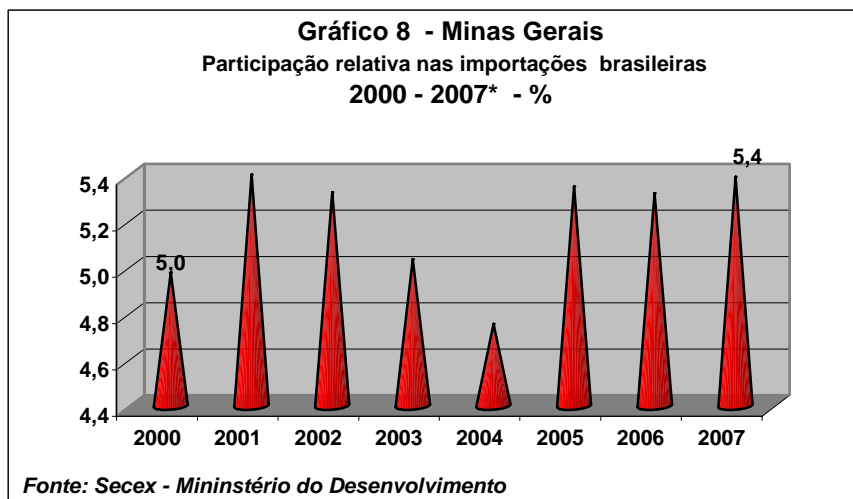
A pauta de exportação de Minas Gerais concentra-se em 40 empresas responsáveis por 72,7% das exportações realizadas em 2007, ante 68,6% observado no mesmo período do ano anterior.

Dentro deste conjunto, a mineração tem predominância, já que apenas duas empresas foram responsáveis por 24,1% das exportações. Considerando

ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÔMICA

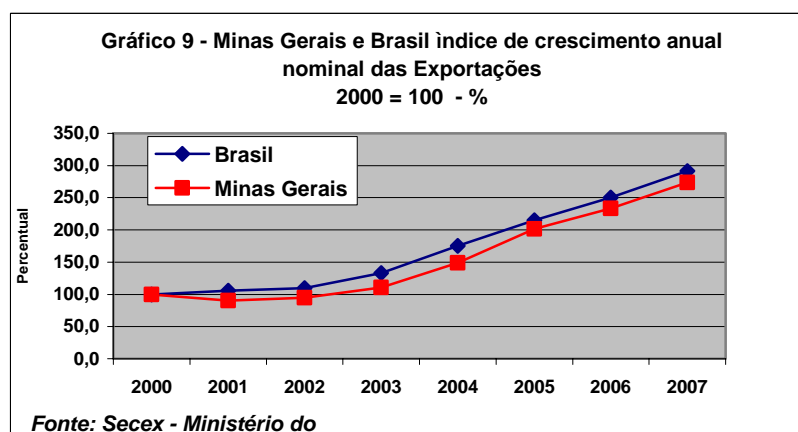
as cinco maiores exportadoras, este percentual atingiu 40% em 2007 ante 36% observados no mesmo período do ano anterior.

Já as importações mineiras tiveram ao longo do período em destaque uma participação média relativa de 5,1% no total das importações brasileiras, com uma ligeira elevação nos últimos três anos. Tal grau de participação pode ser visualizado com o auxílio do gráfico 8.

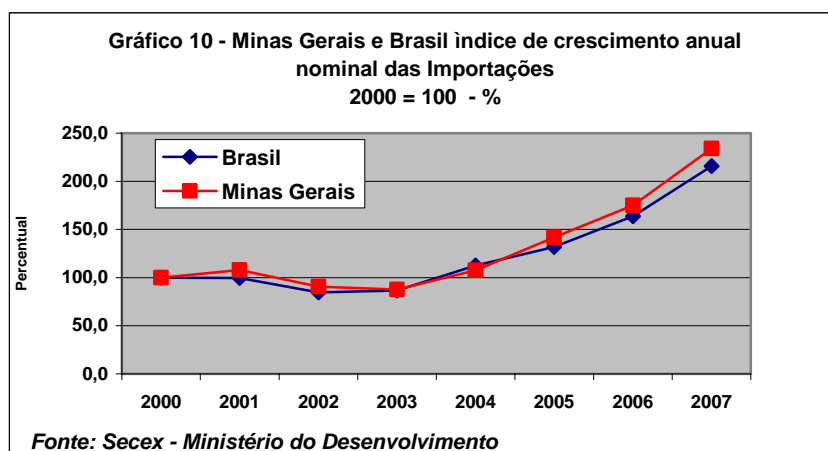


A evolução dos índices de crescimento das exportações e das importações mineiras e brasileiras de 2000 a 2007, tomando-se como base 2000, está destacada nos gráficos 9 e 10.

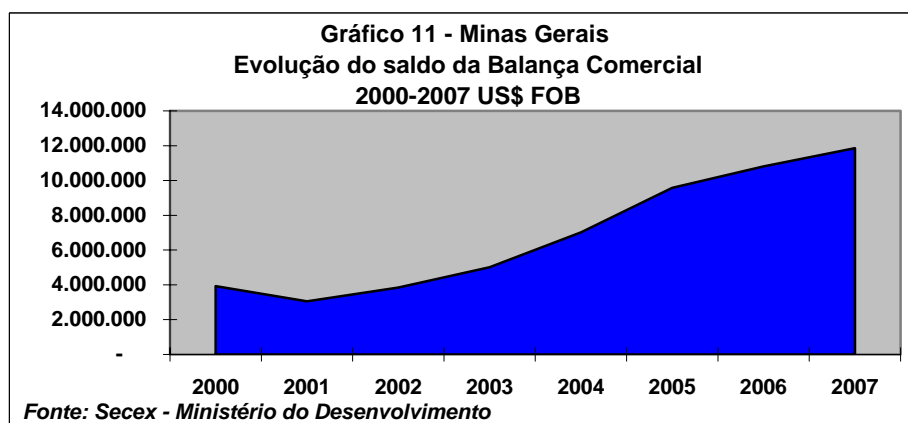
Nos dois casos, a trajetória da evolução do índice de crescimento nominal é a mesma, com a diferença de que nas exportações as taxas de crescimento do país superam as do estado mineiro.



Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

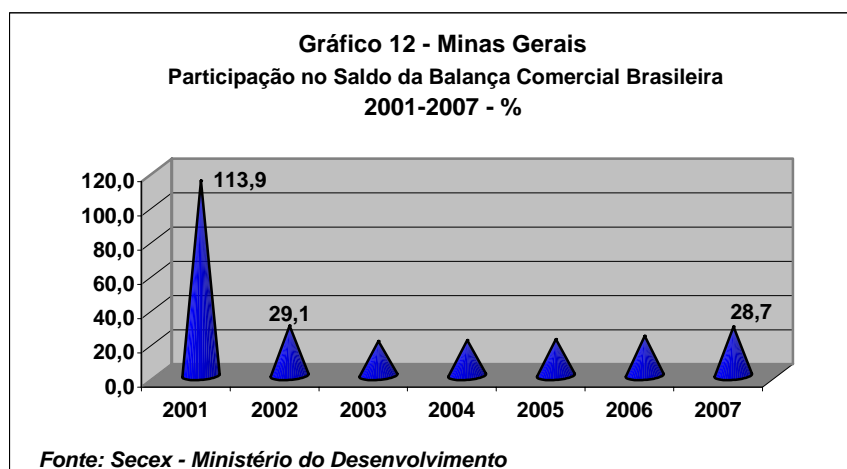


A performance do comércio internacional de Minas Gerais tem gerado superávits crescentes na Balança Comercial, cujos resultados estão apresentados no gráfico 11.



Estes resultados têm elevado a contribuição do estado na geração do saldo da Balança Comercial Brasileira.

Conforme mostra o gráfico 12, a participação média de Minas Gerais no superávit comercial brasileiro foi de 23,9% no período 2002-2007. Em 2001, o superávit mineiro foi, inclusive, superior ao do país. A trajetória apresentada neste gráfico é crescente a partir de 2003, alcançando em 2007 participação próxima à de 2002.



Dados relativos ao desempenho de 2007 comparativamente aos de 2006, para o Brasil e Minas Gerais estão apresentados na tabela 11.

No que se refere às exportações os dados revelam que Minas Gerais teve um crescimento maior na taxa das exportações. Em 2007 a taxa de crescimento em relação a 2006 foi de 17,1% , ante 15,8% observada no ano anterior. O resultado alcançado em 2007 mostra um acréscimo relativo maior no estado, comparativamente à média do país.

Por outro lado, Minas Gerais teve uma elevação relativa nas importações pouco superior à observada no país. Enquanto em Minas Gerais a taxa de crescimento elevou-se de 23,5% em 2006 para 33,9% em 2007 (diferença de mais 10,4%), no país ela passou de 24,1% para 32% no mesmo período (diferença de 7,9%). Apesar disso, o saldo comercial mineiro apresentou acréscimo de 9,7% ante a queda de 13,8% apurada na média nacional, quando comparado com o do ano anterior.

Tabela 11 - Minas Gerais e Brasil
Taxa de Crescimento Nominal - Comércio Exterior
2006 - 2007 - Base de cálculo valores em US\$ FOB

Regiões	2006		2007		% Variação do Saldo Comercial - 2007/2006
	Exportações	Importações	Exportações	Importações	
Brasil	16,3	24,1	16,6	32,0	-13,8
Minas Gerais	15,8	23,5	17,1	33,9	9,7

Fonte: Secex - Ministério do Desenvolvimento

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS

1. INTRODUÇÃO

Os investimentos públicos realizados pelo Governo de Minas alcançaram mais de R\$ 2,8 bilhões no exercício de 2007. Esses valores representam 8,7% do total da despesa do Estado, o que constitui significativo destaque da execução orçamentária de 2007.

A continuidade de medidas adotadas, desde a primeira administração do atual governo, para maior gerenciamento dos gastos públicos e constante aperfeiçoamento das medidas de gestão tributária, levou a expressivos resultados de incrementos nas receitas próprias, o que vem propiciando os recursos necessários para os investimentos públicos estaduais.

A receita corrente do Estado, consoante dados preliminares, obteve um acréscimo de R\$ 4,4 bilhões em 2007 sobre 2006, o que equivale a um crescimento de 14,7%. Do lado da despesa corrente, o aumento foi de R\$ 3,2 bilhões com variação nominal de 12,9%, no mesmo período.

As despesas vinculadas constitucionalmente às receitas tributárias em favor de áreas específicas tiveram trajetórias de crescimento nominal semelhantes a essas receitas, oferecendo recursos expressivos para as áreas de educação, saúde e fomento à pesquisa. Salienta-se, também, que os incrementos obtidos na arrecadação dos principais tributos estaduais (ICMS e do IPVA) se convertem em ganhos correspondentes para os municípios mediante as transferências de quotas-partes.

No que se refere aos indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), além da manutenção do cumprimento do limite legal de 60%, o Estado tem conseguido manter o limite prudencial de 57% para o comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) com as despesas de pessoal.

Em relação ao indicador do nível de endividamento, ou seja, a Dívida Consolidada Líquida como proporção da RCL, a relação diminuiu de 189,13% em 2006 para 187,90 em 2007, ficando abaixo não apenas da trajetória de ajuste prevista na Resolução do Senado Federal nº 40 de 2001, como também do próprio teto de 200%, estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A seguir, serão analisados, por partes, os resultados obtidos nos anos de 2006 e 2007, produtos de um eficiente programa de ajuste fiscal realizado pelo governo nos anos anteriores, consolidando o aprimoramento do setor público e o melhor atendimento às demandas sociais por serviços essenciais. Além disso, estimulam o clima de negócios no Estado, pressuposto da ampliação de investimentos empresariais e da contínua expansão na oferta de novos empregos aos mineiros.

2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FISCAL 2007

A política de austeridade nas despesas e incremento das receitas próprias do Estado, adotada desde o primeiro mandato do atual Governo de Minas Gerais, gerou em 2007 resultados positivos na execução do orçamento

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

fiscal, com destaque para a alocação de recursos em investimentos estaduais. Além disso, foram mantidos em 2007 a estabilização e o equilíbrio das contas públicas alcançados já no final de 2004.

A Tabela 1 mostra a evolução das receitas e despesas fiscais de Minas Gerais, subdivididas nas categorias corrente e capital, nos anos 2006 e 2007.

TABELA 1
Minas Gerais: Execução Orçamentária Fiscal - 2006/2007

Especificação	Valores Correntes		Participação Relativa (%)		Taxa de Crescimento Nominal (%)
	R\$ milhões				
	2006	2007*	2006	2007	
1 - Receita Corrente	30.224	34.665	103,9	106,2	14,7
2 - Dedução FUNDEF/FUNDEB	-2.202	-2.839	-7,6	-8,7	28,9
3 - Despesa Corrente	25.095	28.327	86,2	86,8	12,9
4 - Resultado Corrente (1+2-3)	2.927	3.499	10,1	10,7	19,5
5 - Receita de Capital	1.078	808	3,7	2,5	-25,0
6 - Despesa de Capital	3.924	4.116	13,5	12,6	4,9
7 - Resultado de Capital (5-6)	-2.846	-3.308	-9,8	-10,1	16,2
8 - Receita Total (1+2+5)	29.100	32.634	100,0	100,0	12,1
9 - Resultado Orçamentário (4+7)	81	191	0,3	0,6	135,1

Fonte: Relatório Fiscal RFCAE 341 E 448 (Receita e Despesa) - SIAFI - MG

* Dados Preliminares: receita de dezembro e despesa empenhada até dezembro de 2007 - posição em 11/1/2008

O resultado corrente de 2007 aproximou-se de R\$ 3,5 bilhões, o que representa mais de 10,7% da receita total. Esse resultado veio favorecer os recursos aplicados nas despesas de capital.

Ainda sob essa ótica, em 2007 a receita corrente cresceu nominalmente 14,7%, índice superior aos 12,9% atingidos pela despesa corrente.

A receita de capital registrou variação negativa de 25% sobre 2006 enquanto que a despesa de capital obteve percentual positivo de 4,9% no mesmo período.

O superávit orçamentário do Estado no ano de 2007 totalizou o montante de R\$ 191 milhões, devido ao êxito do Choque de Gestão, programa adotado desde 2003, composto por um conjunto de medidas de gerenciamento das despesas e custos operacionais, e de elevação da eficiência na arrecadação tributária estadual.

3. COMPORTAMENTO DA RECEITA ESTADUAL

A receita orçamentária fiscal do Estado perf fez um total de R\$ 32.634 milhões em 2007, sendo 97,5% originados da receita corrente e 2,5% da receita de capital. O crescimento nominal foi de 12,1%, em comparação à

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS

receita total de 2006, visto que a receita corrente atingiu expansão nominal de 14,7%, enquanto a receita de capital teve queda nominal de 25%.

Em 2007, de acordo com a Tabela 2, o total da receita fiscal teve um incremento de R\$ 3,5 bilhões, em valores correntes, em relação a 2006, influenciado especialmente pelo acréscimo de R\$ 3,47 bilhões obtido na arrecadação das receitas próprias, que participaram com 98,4% do crescimento total. O planejamento estratégico e a atuação intensiva da administração e da fiscalização fazendárias foram os fatores determinantes para essa expansão.

O ICMS, principal receita tributária do Estado, foi responsável por um aumento no montante de R\$ 2,3 bilhões, com variação nominal de 13,9%, correspondente a 65,4% do acréscimo verificado na receita fiscal.

TABELA 2
Minas Gerais - Evolução da Receita Corrente Fiscal - 2006/2007.

Especificação	Valores Correntes		Participação Relativa (%)		Taxa de Crescimento Nominal %	Contribuição para o Crescimento - %
	R\$ milhões					
	2006	2007*	2006	2007		
1 - Receita Corrente	30.224	34.665	103,9	106,2	14,7	125,7
1.1 - Receita da Arrecadação Estadual	24.570	28.046	84,4	85,9	14,1	98,4
Receita Tributária	19.944	22.663	68,5	69,4	13,6	76,9
ICMS	16.662	18.973	57,3	58,1	13,9	65,4
Outros Tributos (1)	3.282	3.690	11,3	11,3	12,4	11,5
Receita de Contribuição Social	2.315	2.588	8,0	7,9	11,8	7,7
Receita de Multas/Juros Mora e Dívida Ativa	595	609	2,0	1,9	2,5	0,4
Receita Patrimonial	1.114	1.597	3,8	4,9	43,4	13,7
Outras Receitas Correntes (2)	603	587	2,1	1,8	-2,5	-0,4
1.2 - Receita de Transferências	5.654	6.620	19,4	20,3	17,1	27,3
Transferências da União	3.651	3.956	12,5	12,1	8,3	8,6
Transf. Multigov. (FUNDEF/FUNDEB)	1.922	2.597	6,6	8,0	35,1	19,1
Outras Transferências	81	67	0,3	0,2	-17,5	-0,4
2 - Dedução do Fundef/Fundeb	-2.202	-2839	-7,6	-8,7	28,9	18,0
3 - Receita de Capital	1.078	808	3,7	2,5	-25,0	-7,6
Total da Receita Fiscal	29.100	32.634	100,0	100,0	12,1	100,0

Fonte: Relatório RFCAE 341 - Receita Fiscal - SIAFI - MG

Nota: (1) Inclui: IPVA, IRRF, ITCD e Taxas

(2) Inclui as receitas de agropecuária, industrial, serviços, indenizações e restituições e receitas diversas

* Dados preliminares, receita de dezembro/2007 - posição em 11/1/2008

A arrecadação de outros tributos (IPVA, IRPF, ITCD e TAXAS) atingiu crescimento de 12,4%, frente à do ano anterior. A Receita Patrimonial teve aumento nominal significativo de 43,4% devido a uma melhor gestão de ativos do Estado. Observa-se, ainda, uma variação nominal de 11,8% na Receita de Contribuição Social e de pequena variação de 2,5% nas receitas provenientes das multas/juros de mora e da dívida ativa.

As receitas correntes vindas de transferências ao Estado pela União, comparadas com as recebidas em 2006, expandiram nominalmente em 8,3%, ficando bem abaixo dos 14,1% obtidos na receita de arrecadação própria do Estado.

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2008

A dedução da receita corrente do Estado para o Fundeb (Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), regulamentado pela Lei Federal nº. 11.494, de 20 de junho de 2007, em substituição ao Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério), teve evolução nominal de 28,9%.

Conforme o disposto na lei supramencionada, a partir de 2007 esse fundo tem na sua base de cálculo elevação nos índices de dedução das receitas dos tributos que já contribuem para formá-lo, como também inclusão de dedução das receitas dos tributos IPVA e ITCD. Assim, a variação nominal é bem expressiva, quando confrontada à variação de 7,6% ocorrida no exercício de 2006, frente ao de 2005.

Os valores apresentados na Tabela 3 descrevem a composição e os dados relativos a taxas de crescimento nominal e real da receita tributária estadual, no ano de 2007, em comparação com as de 2006.

Tabela 3
Minas Gerais : Arrecadação Tributária - 2006/2007
Valores Correntes - R\$ milhões

Receita Tributária	Período		Taxa de Variação	
	2006	2007*	Nominal - %	Real - % (1)
ICMS	16.662	18.973	13,9	9,8
IPVA	1.349	1.588	17,7	14,2
Outros tributos e taxas	1.933	2.102	8,7	4,9
Total	19.944	22.663	13,6	9,6

Fonte: Relatório RFCAE 341 - Receita Fiscal - SIAFI - MG

Nota: (1) - Valores atualizados pelo IPCA - (Dez/2007 = 100)

(*) Dados preliminares, posição em 11/1/2008

O ICMS, que representa 83,7% da receita tributária, registrou variação nominal de 13,9% e real de 9,8% - deduzida a inflação anual de 4,46%, medida pelo IPCA do IBGE. Essa expansão pode ser atribuída, em grande parte, ao esforço da gestão tributária estadual.

Conforme se destaca na Tabela 4, a base de arrecadação do ICMS concentra-se nos seguintes segmentos econômicos: energia elétrica, comunicações, combustíveis e lubrificantes, além da prestação de serviços de transportes.

Tabela 4
Minas Gerais : Composição da Arrecadação do ICMS - Jan a dez 2006/2007
Valores Correntes

Discriminação da Receita	Arrecadação Corrente	
	2006	2007
	% do Total	% do Total
Energia elétrica	13,8	13,4
Combustíveis e lubrificantes	22,6	21,0
Comunicações	10,8	10,2
Transportes	2,4	2,5
Subtotal	49,7	47,1
Demais segmentos	50,3	52,9
Total	100,0	100,0

Fonte: DINF-RMA/SEF-MG

Nota: ICMS sem juros, multas e dívida ativa

Os dados apresentados na tabela 4 são extraídos do RMA - Relatórios Mensais de Arrecadação -, e indicam que a concentração do ICMS em quatro bases geradoras (energia elétrica, combustíveis e lubrificantes, comunicações e transportes) alcançou 47,1% da arrecadação total em 2007. Ressalta-se que essa taxa de concentração é menor que as de 49,3% e 49,7% registradas em 2005 e 2006, respectivamente. Essa trajetória reflete melhoria na participação dos demais segmentos, que passam de 50,7% da arrecadação total em 2005 para 50,3% em 2006 e 52,9% em 2007. O dinamismo econômico observado em 2007 bem como as ações adotadas na gestão tributária estadual contribuíram para essa melhoria na diversificação da arrecadação do tributo.

Como assinalam os dados gerenciais apresentados na Tabela 5, o desempenho da arrecadação do ICMS (incluindo as receitas de multas, juros e dívida ativa) em Minas Gerais, demonstra que o Estado obteve as maiores taxas de crescimento nominal e real desse imposto entre os principais estados brasileiros, superando a média de crescimento desse tributo no país, até novembro de 2007.

Dessa forma, o Estado aumenta sua participação relativa na arrecadação total do país de 9,9% até novembro de 2006 para 10,3% até novembro de 2007, como também mantém a posição de segunda maior unidade federativa na arrecadação de ICMS.

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

Tabela 5
Brasil - Arrecadação do ICMS nos principais Estados (1)
Regime de Caixa - Consolidado Jan a Nov - 2006/2007 - Valores Correntes

Unidades da Federação	Arrecadação jan a Nov 2006		Arrecadação jan a Nov 2007		Variação % 2007/2006	
	R\$ milhões	% do Total	R\$ milhões	% do Total	Nominal	Real (2)
Minas Gerais	15.482	9,9	17.546	10,3	13,3	9,50
São Paulo	52.429	33,6	57.431	33,6	9,5	5,86
Rio de Janeiro	13.365	8,6	14.348	8,4	7,4	3,73
Rio Grande do Sul	10.860	7,0	11.098	6,5	2,2	-1,26
Paraná	8.436	5,4	9.167	5,4	8,7	4,99
Outros	55.276	35,5	61.090	35,8	10,5	6,88
Total	155.848	100,0	170.680	100,0	9,5	5,86

Fonte: MEFP-COTEPE/ICMS

Elaboração: Divisão de Tratamento da Informação-DTI/DINF/SAIF/SEF-MG

Nota: (1) - inclui principal, multas, juros e dívida ativa.

(2) - IPCA-IBGE - Base: Novembro/2007=1

As receitas originárias de transferências correntes estão destacadas na Tabela 6. Essas transferências são compostas, em sua maioria, de recursos tributários arrecadados pela União e transferidos às unidades federativas por determinação constitucional. Há também transferências de recursos em função de convênios destinados a serviços e investimentos específicos a serem implementados pela unidade recebedora e ainda transferências de recursos para o atendimento de serviços prestados pelo Estado as quais requerem contrapartida estadual como, por exemplo, o Sistema Único de Saúde (SUS).

Os dados dessa tabela demonstram que as transferências correntes recebidas pelo Estado em 2007 tiveram variação nominal de 17,1%, em relação aos recursos recebidos em 2006.

Houve acréscimo de 15,8% nas transferências do FPE (Fundo de Participação dos Estados). As transferências do IPI Exportação (Imposto sobre Produtos Industrializados) e as da CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) também expandiram nominalmente em 19,2% e 6,9%, respectivamente. Quanto às transferências do SUS (Sistema Único de Saúde) e da QUESE (Quota Estadual do Salário Educação) o crescimento nominal foi de 10,3% e 29,3%, respectivamente, no período.

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS

TABELA 6
Minas Gerais : Transferências Correntes - 2006/2007
Valores Nominais em milhões e em %

Transferências Correntes	2006		2007*		Variação % B/A
	R\$ milhões (A)	% Total	R\$ milhões (B)	% Total	
1.1 - Transferências da União	3.651	64,6	3.956	59,8	8,3
FPE	1.477	26,1	1.710	25,8	15,8
IPI	308	5,4	367	5,5	19,2
CIDE	190	3,4	203	3,1	6,9
QESSE	174	3,1	225	3,4	29,3
Comp.Exportação (Lei Kandir)	189	3,3	189	2,9	0,0
SUS	672	11,9	741	11,2	10,3
Convênios	189	3,3	90	1,4	-52,4
Outras	453	8,0	430	6,5	-4,9
1.2 - FUNDEF/FUNDEB	1.922	34,0	2.597	39,2	35,1
1.3 - Outras Transferências	81	1,4	67	1,0	-17,5
Total das Transferências	5.654	100,0	6.620	100,0	17,1

Fonte: Relatório RFCAE 341 - Receita Fiscal - SIAFI - MG

* Dados preliminares, receita de dezembro/2007 - posição em 11/1/2008

De acordo com a Tabela 7, as receitas de capital tiveram variação nominal negativa de 25% em 2007, quando comparada à de 2006. Os recursos de capital representam 2,5% da arrecadação total do Estado. As Operações de Crédito tiveram redução nominal de 22,4%.

As transferências de capital da União para o Estado, em 2007, somaram R\$ 147 milhões, enquanto que 2006 foram de R\$ 345 milhões, o que levou a uma diminuição de 57,5% na sua variação nominal. No entanto, teve pouca influência no índice global, pois a sua participação relativa no total da receita fiscal é inexpressiva.

TABELA 7
Minas Gerais - Evolução da Receita de Capital Fiscal - 2006/2007.

Especificação	Valores Correntes		Participação Relativa (%)		Taxa de Crescimento Nominal %	Contribuição para o Crescimento - %
	R\$ milhões					
	2006	2007*	2006	2007		
1 - Receita Corrente	30.224	34.665	103,9	106,2	14,7	125,7
2 - Dedução do Fundef/Fundeb	-2.202	-2.839	-7,6	-8,7	28,9	18,0
3 - Receita de Capital	1.078	808	3,7	2,5	-25,0	-7,6
3.1 - Operações de Crédito	253	196	0,9	0,6	-22,4	-1,6
3.2 - Amortizações de Empréstimos	333	378	1,1	1,2	13,5	1,3
3.3 - Transf. da União de Capital	345	147	1,2	0,4	-57,5	-5,6
3.4 - Outras Receitas de Capital	147	87	0,5	0,3	-40,8	-1,7
Total da Receita Fiscal	29.100	32.634	100,0	100,0	12,1	100,0

Fonte: Relatório RFCAE 341 - Receita Fiscal - SIAFI - MG

* Dados preliminares, receita de dezembro/2007 - posição em 11/1/2008

4. COMPORTAMENTO DA DESPESA ESTADUAL

As despesas fiscais realizadas pelo Estado de Minas Gerais, em 2007, perfizeram um total de R\$ 32,4 bilhões, como mostram os dados da Tabela 8, com crescimento nominal de 11,8%, frente aos gastos realizados em 2006.

Tabela 8
Minas Gerais - Evolução da Despesa Orçamentária Fiscal - 2006/2007

Especificação	Valores Correntes		Participação Relativa (%)		Taxa de Variação Nominal %	Contribuição para o Crescimento - %
	R\$ milhões		2006	2007*		
	2006	2007*				
1 -Despesa Corrente	25.095	28.329	86,5	87,3	12,9	94,4
Pessoal e Encargos	12.781	14.268	44,0	44,0	11,6	43,4
Juros e Encargos da Dívida	1.917	2.136	6,6	6,6	11,5	6,4
Transferências a Municípios	5.278	6.057	18,2	18,7	14,8	22,7
Outras Despesas Correntes	5.121	5.868	17,6	18,1	14,6	21,8
2 - Despesa de Capital	3.924	4.116	13,5	12,7	4,9	5,6
2.1 - Investimentos Gerais	3.425	3.650	11,8	11,3	6,6	6,6
Investimentos	2.713	2.821	9,3	8,7	4,0	3,1
Inversões Financeiras	712	829	2,5	2,6	16,5	3,4
2.2 - Amortizações da Dívida	499	466	1,7	1,4	-6,6	-1,0
Total (1 + 2)	29.019	32.445	100,0	100,0	11,8	100,0

Fonte: Relatório RFCAE 448 - Despesa Fiscal - SIAFI - MG

(*) Dados preliminares: despesa empenhada até dezembro - posição em 9/1/2008

A participação relativa das despesas correntes no total das despesas estaduais aumentou, passando de 86,5% em 2006 para 87,3% em 2007. As despesas com Pessoal e Encargos em todos os poderes que integram o Estado, item de mais relevância desse grupo, apresentaram variação nominal de 11,6%, contribuindo com 43,4% do total de crescimento nas despesas fiscais. Os fatores que mais contribuíram para esse incremento foram: o crescimento vegetativo da folha, os aumentos dados para os cargos comissionados e funções gratificadas; os aumentos dados para os servidores do magistério e da segurança pública, como também as progressões horizontais concedidas aos servidores do quadro do magistério.

Mesmo com esse acréscimo, pelos parâmetros definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que impõe a observância ao comprometimento de a despesa com pessoal do Executivo não poder exceder a 49% da Receita Corrente Líquida (RCL), o Poder Executivo cumpriu a meta estabelecida, conforme detalhamento na Tabela 9.

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS

TABELA 9
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria 632/06 - STN		R\$ milhares
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		12.688.632
Pessoal Ativo		7.285.295
Pessoal Inativo e Pensionistas		5.085.807
Despesas com Pessoal a Apropriar Orçamentariamente		-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)		317.531
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)		1.649.967
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		938
Decorrentes de Decisão Judicial		154.166
Despesas de Exercícios Anteriores		8.514
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		1.486.348
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)		11.038.665
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		23.804
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (III / IV)		46,34
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49 %		11.671.881
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) 46,55 %		11.088.287

FONTE: SIAFI - MG

Elaboração: SCCG/STE/SEF

DADOS PRELIMINARES -
posição em 11/1/2008

Quanto à despesa de pessoal do conjunto do Estado em relação à RCL, com limites máximo de 60% e prudencial de 57%, estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, verificou-se em 2007 a observância ao teto legal, como já o fora em 2006, segundo dados destacados na tabela 10.

Tabela 10
Minas Gerais - Consolidado da Despesa Realizada com Pessoal
Período 2006 - 2007 - Valores Correntes

Poderes	2006		2007*	
	R\$ Milhares	% RCL	R\$ Milhares	% RCL
Executivo	9.844.998	44,58	11.038.665	46,34
Legislativo	489.935	2,22	518.181	2,18
Judiciário	1.118.086	5,06	1.285.242	5,40
Ministério Público	407.019	1,84	440.192	1,85
Consolidado	11.860.038	53,71	13.282.280	55,76
RCL	22.083.399	100,00	23.820.166	100,00

Fonte: Informações Preliminares de cada Poder

Elaboração: SCCG/STE/SEF

(*) Dados preliminares

As despesas de Transferências a Municípios registraram variação nominal de 14,8% em 2007, em decorrência do compartilhamento legal, com os municípios, dos tributos estaduais e de multas, juros e dívida ativa,

seguindo, assim, trajetória de crescimento nominal semelhante à da arrecadação estadual de tais tributos.

O item Outras Despesas Correntes, que abrangem as despesas com a oferta de serviços públicos e para a manutenção da máquina administrativa, atingiu crescimento nominal de 14,6%, com ligeira elevação na participação relativa, passando de 17,6% em 2006 para 18,1% em 2007.

As despesas realizadas com o pagamento de Juros e Encargos da Dívida Pública somaram, em 2007, o montante de R\$ 2,1 bilhões, superior em 11,5%, em valores nominais, ao despendido no ano anterior. Esse incremento deve-se ao aumento obtido na receita líquida real do Estado, que é a base para aplicação do percentual de 13% relativos ao pagamento dos contratos de refinanciamento da dívida interna ao amparo da Lei Federal nº 9.496/97.

No que se refere às despesas de capital, em 2007, foi executado o montante de R\$ 4,1 bilhões, com variação nominal de 4,9% em comparação com o exercício anterior, reduzindo-se de 13,5% para 12,7% a participação relativa dessas despesas no conjunto da despesa orçamentária fiscal.

Conforme os dados apresentados na Tabela 8, os recursos alocados em investimentos gerais aumentaram de R\$ 3,43 bilhões em 2006, para R\$ 3,65 bilhões em 2007, com taxa de variação nominal positiva de 6,6%. Do total aplicado, foi destinado a investimentos o montante de R\$ 2,82 bilhões, registrando um crescimento nominal de 4%.

A queda nominal de 6,6%, verificada nas Amortizações da Dívida, passando de R\$ 499 milhões em 2006 para R\$ 466 milhões em 2007, foi beneficiada pelo menor ônus que a dívida em moeda estrangeira passou a representar, como ocorrência da valorização do real.

5. COMPORTAMENTO DA DÍVIDA ESTADUAL

A Tabela 11 retrata o comportamento da dívida pública do Estado de Minas Gerais nos anos de 2006 e 2007, cujo principal componente é o montante refinanciado com o governo federal sob a Lei 9.496/97. De acordo com os dados discriminados, o estoque da dívida pública estadual alcançou R\$ 48,96 bilhões em 31/12/2007, sendo 8,22% superior ao saldo de 31/12/2006.

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS

Tabela 11
Minas Gerais - Estoque da Dívida Pública Estadual - Posição em 31/12/2006 e 31/12/2007
Valores Correntes

Especificação	Posição em 31/12/2006		Posição em 31/12/2007		Variação Nominal %
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	
Dívida Pública Fundada	45.240	100,0	48.960	100,0	8,22
1- Interna	44.646	98,7	48.398	98,9	8,40
Refinanciamento da dívida - Lei 9.496	27.318	60,4	29.955	61,2	9,65
Saneamento do Sistema Financeiro	12.215	27,0	13.192	26,9	8,00
Outros	5.113	11,3	5.251	10,7	2,70
2- Externa	594	1,3	562	1,1	-5,37

Fontes: 2006 - Balanço Anual / SIAFI/MG; 2007: SEF/STE/SCOC/DCD

Nota-se que o maior impacto vem da evolução do estoque de duas dívidas contratuais internas, que juntas corresponderam a 98,9% do endividamento total. Ou seja, do saldo devedor da dívida refinanciada com a União, nos termos da Lei nº. 9496/97, que atingiu R\$29,95 bilhões em 31.12.2007, 9,65% são superiores ao saldo do ano anterior e ao estoque do financiamento para o saneamento e privatização dos bancos estaduais, cujo saldo devedor alcançou R\$ 13,19 bilhões em 31.12.2007, superior em 8% ao saldo de 31.12.2006.

O crescimento da dívida do Estado com o governo federal deve-se basicamente aos seguintes fatores: 1) adoção do Índice Geral de Preços (IGP-DI); 2) juros de 7,5% no 1º contrato e 6% no 2º contrato, o do saneamento e privatização dos bancos estaduais; e 3) o limite de 13% da receita líquida real para pagamento dos serviços que, ao ser superado, teve o excesso incorporado ao principal.

O saldo da dívida externa apresenta redução nominal de 5,37% na apuração de 31/12/2007, frente ao final de 2006, reduzindo também sua participação relativa no total da dívida estadual de 1,3% para 1,1%. O menor saldo da dívida externa em 2007 se explica pelos pagamentos feitos pontualmente para quitá-la, bem como pela valorização do real em relação ao dólar norte-americano no ano.

Em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, a Tabela 12 descreve o comportamento da Dívida Consolidada e da Dívida Consolidada Líquida, mostrando os estoques existentes em 31/12/2006 e 31/12/2007.

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2008

TABELA 12
Minas Gerais - Estoque da Dívida Fiscal Líquida
Valores Correntes - R\$ milhões - Posição em 31/12/2006 e 31/12/2007

Especificação	Saldo em 31/12		Variação
	2006	2007 (1)*	Nominal %
Dívida Consolidada	48.088	52.149	8,4
Deduções:			
- Ativo Disponível	3.106	4.228	36,1
- Haveres Financeiros	5.438	6.053	11,3
+ Restos a pagar processados	2.224	2.861	28,6
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	41.767	44.729	7,1
Receita Corrente Líquida (RCL)	22.083	23.804	7,8
Relação DCL/RCL (%)	189,13	187,90	-0,7

Fonte: Relatório RFCAE 349 - Balancete Mensal - SIAFI - MG

Elaboração: SCCG/STE/SEF

* Dados preliminares, receita de dezembro/2007 - posição em 11/01/2008

Para a DCL em relação à RCL, o Estado de Minas Gerais enquadrou-se abaixo do limite de 200% no final do exercício de 2006 ficando também abaixo da trajetória de ajuste estabelecido pela LRF, para que os Estados alcançassem esse limite até abril de 2015, conforme dispõe a Resolução do Senado Federal n.º40 de 2001. Em 31.12.2006, a relação DCL/RCL foi de 189,13%, e em 31.12.2007 esse índice passou para 187,90%.

SETOR PÚBLICO ESTADUAL

SETOR PÚBLICO ESTADUAL

AGROPECUÁRIA

AGROPECUÁRIA

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (SEAPA)

A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento vem-se consolidando como órgão governamental de formulação e implementação de políticas públicas para desenvolvimento sustentável do agronegócio e do meio rural, alicerçando-se por meio de uma gestão inovadora, promovendo integração efetiva de suas vinculadas num processo de alinhamento estratégico que torna estável a consecução de resultados.

Seguindo diretrizes de seu Plano Diretor, a Seapa estruturou o Sistema de Informações do Agronegócio Mineiro (AGRIDADOS) com os objetivos precípuos de viabilizar análises estratégicas, análises conjunturais e de elaborar cenários sobre o setor e seus segmentos (www.agridados.agricultura.mg.gov.br).

No âmbito do programa Minas Carne, foram reativados cinco frigoríficos nos municípios de Carlos Chagas (Supremo), Campina Verde (Garantia-Torlin), Janaúba (Independência), Teófilo Otoni (Fribói) e Patos de Minas (Suinco). Estão em ampliação quatro plantas de frigoríficos nos municípios de Itajubá (Mafita-Frivasa), Campina Verde (Garantia-Torlin), Corinto (Inalcor) e Unaí (Arantes Alimentos). Na ação programa de Melhoria Genética do Rebanho Bovino de Minas Gerais (Pró-Genética), foram realizadas 12 feiras que resultaram na comercialização de 360 touros melhoradores da bovinocultura de corte, puros de origem. Quanto ao incremento da exportação, houve 20% em peso e 30% em valores nos estabelecimentos de exportação de bovinos no Estado, atingindo 80 mil toneladas, de uma meta prevista de 200 mil toneladas de carne bovina em até seis anos.

*Melhoria
genética do
rebanho*

No programa Minas Leite, está sendo implantado, em 270 propriedades na região de Curvelo, o programa de Qualificação Gerencial e Tecnológica das pequenas propriedades de bovinocultura de leite, sendo 12 propriedades demonstrativas no Estado conduzidas como forma de induzir ao uso de tecnologia. O Pólo de Excelência do Leite montado na Zona da Mata, na região de Juiz de Fora, conta com um projeto que estabelece as diretrizes de trabalho dessa cadeia produtiva. No que concerne ao incentivo à industrialização do soro, já existem três empresas operando com secagem do soro e mais três em processo de estudos de viabilidade no âmbito do programa de Adequação Ambiental. No processo de agregação de valor mais duas novas empresas estão se estabelecendo em Minas e cada uma processará 500 mil litros/dia.

A Seapa recebeu, por meio da Lei Delegada 114/2007, as competências para elaborar e gerir as políticas públicas para a cadeia produtiva florestal em Minas Gerais. Foi editado o decreto que regulamenta o Fundo Pró-Floresta, a Câmara Técnica Estadual de Desenvolvimento Florestal com a finalidade de coligar e contribuir para a elaboração de uma nova política de produção, convergindo ações da iniciativa privada, do governo, da academia e da representação de produtores e cooperativas e o Pólo de Excelência em Florestas em Viçosa, o qual integra o programa estruturador Rede de Inovação Tecnológica, coordenado pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e

*Responsável
pelas políticas
públicas para
a cadeia
produtiva
florestal*

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

Ensino Superior, em parceria com a Seapa. No contexto de integração lavoura-pecuária-floresta, está sendo executado o plantio de 1 mil hectares de florestas no município de Ubá, na modalidade fomento florestal, para gerar matéria-prima para indústria moveleira regional.

No programa Minas Artesanal foi criada a identidade do programa, elaborados cinco modelos de embalagens, um modelo de rótulo, duas gôndolas demonstrativas e o plano de marketing. Ocorreram participações em diversas feiras estaduais e nacionais, como também em seminários varejistas do sul de Minas Gerais. A Seapa recebeu duas missões técnicas francesas em apoio à organização das cadeias produtivas do queijo Minas artesanal, sobre a metodologia de caracterização do produto e território. Foram realizadas duas missões técnicas francesas de apoio à organização da cadeia produtiva da batata, de acompanhamento dos trabalhos de segmentação de mercado e promoção comercial das novas variedades.

Decorrente do Acordo de Cooperação Governo de Minas-Região Piemonte, a Seapa recebeu visita de duas missões técnicas italianas, formulando propostas de cooperação técnica nas áreas da fruticultura e do geoprocessamento.

SUPERAGRO 2007

A SUPERAGRO Minas 2007 (47.^a Exposição Estadual Agropecuária e a 10.^a Expocachaça) tornou-se a mais ampla e diversificada feira do agronegócio de Minas Gerais. Reunindo cerca de 3 mil animais de 23 raças e aproximadamente 700 criadores e expositores de vários estados, foram comercializados 357 lotes de bovinos, eqüídeos e ovinos. O faturamento dos leilões foi de 4,6 milhões de reais.

No programa estruturador Agregação de Valor e Certificação de Café (AGROMINAS), foram concluídos os Centros de Excelência de Café em Machado, Patrocínio e Viçosa, atendidos 11.500 cafeicultores em eventos técnicos e capacitados 80 extensionistas. Foi apresentado trabalho de pesquisa no Congresso Brasileiro de Pesquisa do Cafeeiro em Lavras, Expocafé na Fazenda Experimental de Três Pontas.

Foi instalado no corrente exercício, e à semelhança dos Centros de Inteligência do Leite, Milho e Café, os Centros de Inteligência do Feijão e da Soja, entidades virtuais destinadas a produzir informações, análises e estudos estratégicos para o desenvolvimento do agronegócio feijão e agronegócio soja em Minas Gerais.

Projeto Jaíba

O Projeto Jaíba, localizado nos municípios de Jaíba e Matias Cardoso, no norte de Minas, que teve sua infra-estrutura montada para a Etapa 2, deverá viabilizar a utilização de 90% da área, chegando a 20 mil hectares. A produção agrícola da área atingiu o volume total de 950 mil toneladas. Foram gerados, até hoje, 23 mil empregos diretos. A produção de frutas e hortaliças para o mercado interno se consolida cada vez mais, atendendo aos mercados de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. A oferta de produtos para exportação também se consolidou, principalmente de exportação de limão, chegando ao segundo semestre a exportar dois contêineres de 22 toneladas, por semana, para o mercado europeu, como também a exportação da banana orgânica. No

âmbito social, foram entregues mais de 212 células habitacionais na Etapa 1, como também definiu-se a área de reserva ambiental em 194.797,26 hectares.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (EMATER)

A Emater consolida a sua força em prol do desenvolvimento de Minas Gerais marcando a sua presença em 778 municípios, que corresponde a mais de 90% do total de municípios do Estado.

Foram beneficiados 345 mil agricultores familiares. Na ação Constituição e Dinamização de Estruturas Associativas a empresa organizou, assessorou e/ou apoiou 12 mil estruturas associativas e, com isso, 20 mil agricultores passaram a realizar compra e/ou venda em conjunto; atendeu 135 mil agricultores familiares na ação Promoção da Melhoria da Qualidade de Vida – Segurança Alimentar e Meio Ambiente, obtendo resultados nas mais variadas práticas.

No projeto estruturador Minas sem Fome foram atendidas 119.929 famílias, beneficiando cerca de 600 mil pessoas em 718 municípios de Minas Gerais. No projeto Pró-Pomar, 19 mil famílias foram beneficiadas; no projeto Lavouras Comunitárias são 70 mil famílias com projetos de lavouras de grãos; no projeto Unidades Coletivas de Processamento de Alimentos, 20 projetos estão sendo executados para 450 famílias; 59 tanques comunitários de coleta granelizada de leite foram instalados, contemplando 1.680 famílias, e no projeto Criação de Pequenos Animais (apicultura) 500 famílias foram beneficiadas. Foram também realizados 1.500 cursos de capacitação para 27 mil famílias no projeto Segurança Alimentar e Nutricional e Técnica de Produção de Alimentos e, no Projeto Transformar, 1.298 jovens treinados.

*Participação
ativa no Minas
Sem Fome*

No programa estruturador Agrominas foram executadas 30 etapas do circuito mineiro de cafeicultura e realizado o IV Concurso Estadual de Qualidade dos Cafés de Minas Gerais, com inédito leilão internacional, atraindo novos negócios e oportunidades para o Estado, com solenidade de premiação durante o FESTCAFÉ – International Coffee Meeting, megaevento de negócios do mercado cafeeiro mundial que teve a presença de compradores internacionais, exportadores, produtores, profissionais da área de alimentação, comerciantes, cooperativas, além de interessados pela bebida café. Foram selecionadas 737 propriedades de agricultores familiares, as quais estão sendo acompanhadas e adequadas para certificação. No programa, foram beneficiados 11.500 agricultores familiares.

Na revitalização da bacia do rio São Francisco, dos 33 projetos (sub-bacias hidrográficas), 17 foram por meio de convênio com a Codevasf e 16 por meio de recursos do Tesouro do Estado/FHIDRO. Foi elaborado e aprovado pelo FHIDRO projeto envolvendo a revitalização de 34 sub-bacias hidrográficas, em 34 municípios da bacia do rio São Francisco; foi elaborado e aprovado pela Semad projeto envolvendo a revitalização de três sub-bacias

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

hidrográficas, em três municípios da bacia do rio das Velhas, e foi elaborado, em parceria com a Ruralminas e IEF e liderado pela Seapa e Semad, o projeto envolvendo a revitalização de 89 sub-bacias hidrográficas, em 89 municípios da bacia do rio São Francisco.

No Projeto Jaíba foram disponibilizados serviços de assistência técnica e extensão rural a 1.828 agricultores familiares.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS (EPAMIG)

Foram conduzidos, durante 2007, 253 projetos de pesquisa, dos quais 53 foram concluídos gerando 73 novas tecnologias.

Dentro do programa de Pesquisa de Arroz, três cultivares foram lançadas, a BRSMG Predileta, indicada para o cultivo de várzeas (com ou sem irrigação por inundação controlada), a BRSMG Caravela e BRSMG Relâmpago, para plantio em terras altas.

Para difundir suas tecnologias, a Epamig publicou seis Informes Agropecuários, seis boletins técnicos, seis revistas do Instituto de Laticínios Cândido Tostes, que figuram entre as publicações de nível A, classificados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e publicou dois livros: “Seringueira, Seqüestro de Carbono” e “101 Culturas – Manual de Tecnologias Agrícolas” e 11 circulares técnicas.

A Epamig iniciou o fornecimento de sementes para o projeto estruturador Minas sem Fome, que atende aproximadamente 63 mil produtores rurais de 683 municípios mineiros, tendo sido distribuídos 1.087.380 quilos de sementes, sendo 351.180 quilos produzidos nas fazendas experimentais da Epamig: 54 mil quilos de arroz, 170.800 quilos de feijão e, 126.380 quilos de milho. Os 736.200 quilos restantes foram adquiridos de terceiros e repassados ao programa.

No sul de Minas, mil quilos de sementes de feijão da variedade Pérola, melhorado geneticamente em laboratório, serão distribuídos a produtores rurais, garantindo menor custo e maior produtividade.

Nas escolas técnicas, 74 alunos se formaram técnicos em Leite e Derivados e Laticínios e 22 em Agropecuária e Cooperativismo, merecendo destacar que o Centro Tecnológico/Instituto de Laticínios Cândido Tostes foi o primeiro colocado no concurso do ensino médio/Enem, em Minas Gerais.

São referência, em todo o país, os estudos do programa de Agroenergia da Epamig que analisam o uso do girassol, pinhão manso e mamona na produção de biodiesel. Em Uberaba aconteceu a 17.^a Reunião Nacional de Pesquisa de Girassol, principal fórum de discussão sobre essa cultura no Brasil.

*Estudos do
Programa de
Agroenergia da
Epamig são
referência
nacional*

Durante o 24.^a Congresso Nacional de Laticínios, promovido pela Epamig/Centro Tecnológico Instituto de Laticínios Cândido Tostes em Juiz de Fora, foi lançado o Pólo de Excelência de Leite e Derivados, visando auxiliar os micro, pequenos e médios produtores.

No Projeto Jaíba 11, projetos foram encerrados, dentre eles o de variedades de uvas apirenicas (sem semente) com cultivar testado e indicado, que possibilita uma nova alternativa de renda para os agricultores. Também foi desenvolvido um insumo agropecuário, correspondente a um adubo alternativo – BIOATIVO –, no programa de adubação de bananeira no norte de Minas Gerais.

Em relação ao programa estruturador Agrominas Café foram testadas e indicadas sete novas cultivares.

FUNDAÇÃO RURAL MINEIRA (RURALMINAS)

Com recursos captados na área federal e com contrapartida estadual, a Ruralminas está implantando duas grandes barragens: Setúbal, em Jenipapo de Minas, no Vale do Jequitinhonha, e Peão, em São João do Paraíso, norte de Minas.

No âmbito do programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, por meio do contrato de repasse assinado com a Agência Nacional de Águas (ANA), foram licitados 11 projetos, beneficiando 11 municípios, com execução de 2.688 bacias de captação, 199,3 quilômetros de readequação de estradas vicinais e 1.928 hectares de terraceamento. Foram elaborados 25 projetos executivos para readequação de 400,75 quilômetros de estradas vicinais, 6.078 ha de terraceamento e construção de 4.258 bacias de captação.

*Revitalização
da Bacia do
Rio São
Francisco*

Por meio da locação de máquinas e equipamentos implementou ações que geraram produção, emprego e renda no campo. Foram trabalhadas 41.690 horas máquina, atendendo 12.218 produtores e 179.682 habitantes, em 73 municípios, sendo 10 na região norte, 09 no Vale do Jequitinhonha/Mucuri, 12 no Sul de Minas, 05 no Noroeste, 07 na Central, 03 no Triângulo, 04 no Alto Paranaíba, 06 no Centro Oeste, 03 no Rio Doce e 14 na zona da Mata, com a disponibilização de 26.354.652 m² de área beneficiada com saneamento básico, dragagem de curso d'água, aração e gradagem e terraplenagem.

Na ação Caminhos de Minas foram readequados 537 km de estradas com enfoque ambiental e conservados 10.041 km de estradas vicinais.

No Projeto Jaíba, foram escriturados 304 lotes, sendo 179 urbanos e 125 rurais.

INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA (IMA)

*Implantação
do Certifica
Minas*

O grande avanço da gestão do IMA em 2007 foi a implantação do projeto estruturador Sistema de Certificação e Vigilância Sanitária da produção agropecuária – (CERTIFICA MINAS), com metas definidas até 2011, alinhado com os objetivos estratégicos do PPAG, inserido na área de resultados de inovação, tecnologia e qualidade.

O principal objetivo do projeto estruturador CERTIFICA MINAS é ampliar a inserção competitiva da produção agropecuária mineira nos mercados nacional e internacional, com ênfase na superação das barreiras zoossanitárias existentes.

O CERTIFICA MINAS visa, ainda, melhoria nos programas de defesa sanitária e de inspeção de produtos de origem animal e vegetal, informatização e interligação das unidades descentralizadas e implantação do Sistema de Defesa Agropecuária (SIDAGRO).

O IMA realizou também, com sucesso, ações pertinentes aos programas finalísticos do PPAG, que contribuíram para o alcance de resultados do agronegócio de Minas destacando, no que concerne à vigilância sanitária animal e vigilância sanitária vegetal, respectivamente, 101,1% e 102,8% do programado, superior, igualmente, às metas programadas para as ações de Inspeção de Resultados de Origem Animal, tendo atingido 108,9 %, e Fiscalização de Insumos Agropecuários com 114,01%. Na Certificação-Origem e Qualidade Agropecuária realizou 7,2 % do programado e 29,2% em relação à Certificação de Produtos Agropecuários.

Os projetos estruturadores do Jaíba e Desenvolvimento Sustentável do Rio São Francisco com, respectivamente, 1.702 propriedades fiscalizadas e 3.700 fiscalizações em estabelecimentos, visaram ao controle do comércio e do uso de agrotóxicos CERTIFICA MINAS, com nova metodologia de trabalho. Os resultados dos programas finalísticos do IMA contribuíram no exercício da defesa sanitária animal e vegetal, na preservação da saúde pública e do meio ambiente, para alcançar o objetivo de “tornar Minas o melhor Estado para se viver”.

BOMBEIRO MILITAR

BOMBEIRO MILITAR

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS (CBMMG)

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais (CBMMG) tem como missão constitucional a prestação de serviços de prevenção e combate a incêndio, busca e salvamento, bem como de defesa civil, tendo por princípio oferecer à sociedade mineira um atendimento especializado, com alto padrão de qualidade, eficiência e agilidade.

Em seu planejamento estratégico, o CBMMG buscou, no exercício de 2007, a otimização dos recursos logísticos para emprego nas atividades operacionais, bem como a intensiva capacitação de bombeiros militares, com ênfase nas ações preventivas, visando a ampliar a capacidade de resposta e a elevar a segurança das comunidades atendidas pelas unidades instaladas.

*Vultosos
investimentos
no
aparelhamento
do CBMMG.*

Investiram-se R\$ 28.872.309,74 objetivando a supressão da demanda reprimida de equipamentos, possibilitando a aquisição de duas viaturas para transporte de representação, oito viaturas de prevenção, 11 viaturas de combate a incêndio (auto salvamento leve), oito caminhões sem carroceria (ASL), 10 viaturas de resgate e um helicóptero. Ainda em 2007, o CBMMG recebeu a viatura auto-bomba plataforma escada, resultado de um investimento realizado em 2006, no valor de R\$ 3.565.454,00. A plataforma elevada atinge a altura de 54 metros, facilitando o acesso e o combate a incêndios em edifícios.

Como forma de subsidiar a atividade operacional, foram igualmente adquiridos novos equipamentos e materiais, entre os quais seis jet-ski com reboques, 27 compressores de ar respirável, 50 aparelhos GPS, 100 mangueiras para combate a incêndio, 12 reboques para barcos, 30 aparelhos de poço, 25 barcos em duralumínio, 206 aparelhos de mergulho, 104 coletes equilibradores, 102 botas para combate a incêndio, 80 escadas de dois ganchos, 80 escadas prolongáveis, 40 geradores de energia de 2.500 watts, 40 oxímetros de pulso, 50 motosserras, 30 binóculos e 87 esfingomanômetros, representando um investimento de R\$ 2.135.432,20.

Em janeiro de 2007, foi efetivamente implantado o Batalhão de Operações Aéreas (BOA), criado por meio do Decreto 44.411/06, com a finalidade de coordenar as ações realizadas com o emprego de aeronaves em missões típicas de bombeiros. Essa estrutura atualmente conta com 33 militares e iniciou suas operações com um avião Cessna 210 e um helicóptero Esquilo, dando suporte às tropas terrestres dos mais diversificados modos, como, por exemplo: na disponibilização de informações precisas aos comandantes de operações terrestres; no combate a incêndios florestais; com a utilização de faróis em operações noturnas; na remoção de vítimas localizadas em áreas de difícil acesso, como também no transporte de militares e cargas para diversos pontos do estado. Está previsto para 2008 a entrega do segundo helicóptero do CBMMG, que se encontra em fase final de montagem pela empresa Helibrás.

*Implantação do
Batalhão de
Operações
Aéreas (BOA).*

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

Outra grande conquista de 2007 foi a aquisição do imóvel Praia Clube, englobando uma área de 150.000 m², mediante um investimento de R\$ 6.705.916,88, com o fim de implantar novo Centro de Treinamento de Bombeiros Militares, o que potencializará a realização de diversos cursos e treinamentos especializados atinentes às atividades da corporação. Nesse mesmo contexto, em 2007, foram adquiridos nove lotes no Bairro Tropical, com uma área de 10.800 m², por meio de um investimento de R\$ 721.856,57, visando a abrigar as instalações do Centro de Suprimento e Manutenção (CSM) do CBMMG.

Em relação à área de gestão e tecnologia de informação, foram adquiridos 125 microcomputadores, 20 notebooks, 69 impressoras monocromáticas, 60 impressoras multifuncionais, 40 impressoras matriciais 16 *no-breaks* e 42 servidores. Ainda por meio da Secretaria de Estado de Defesa Social, o CBMMG adquiriu 26 *no-breaks* e 178 microcomputadores, entre outros equipamentos de suporte, representando investimentos de R\$ 2.325.508,15.

Como forma de dinamizar os recursos de tecnologia já disponíveis, visando à redução do tempo de comunicação e a contribuir para agilizar os trâmites administrativos, foram investidos R\$ 390.875,86 em manutenção e ampliação do sistema de comunicação. Com isso, o CBMMG adquiriu em 2007 um total de 32 rádios transceptores móveis, 112 rádios transceptores portáteis, seis rádios fixos para as centrais de operações, 38 centrais telefônicas, 40 gravadores telefônicos para o número 193 e 30 aparelhos de fax para as unidades operacionais.

Dentro da política de educação profissional, os militares do CBMMG recebem educação e treinamento profissional do Centro de Ensino de Bombeiros (Cebom), do Centro de Ensino e Graduação da Polícia Militar de Minas Gerais (CEG/PMMG) e outras instituições de ensino onde são perseguidos os princípios de qualificação, motivação, antecipação, aplicação, igualdade e afinidade. Esses princípios visam à preparação técnica do profissional no exercício de suas funções, tendo em vista a atuação em áreas especializadas que demandam profissionais qualificados. Nesse sentido, 273 militares concluíram no CBMMG especialização, aperfeiçoamento ou formação. Por sua vez, 401 militares de várias regiões do estado participaram de 22 cursos de capacitação. Em 2007, houve uma ampliação de 67,31% na execução física desta ação em relação a 2006, o que representa 31.516 bombeiros militares formados, capacitados e treinados, contra 18.836 em todo o ano de 2006.

O Programa Assistência ao Bombeiro Militar, em 2007, apresentou um crescimento no número de atendimentos médico-psicológicos e odontológicos, mantendo a tendência de expansão observada a partir de 2005, o que se justifica pela implantação de novas Seções de Apoio à Saúde (SAS) em todos os batalhões nos anos de 2005 e 2006. Desse modo, foram realizados 21.907 atendimentos médico-psicológicos no exercício de 2007, bem como 11.839 odontológicos. De 2005 a 2007, houve um acréscimo de 27,25% no número de atendimentos médico-psicológicos e de 36,36% nos odontológicos. Igualmente, encontra-se em fase de conclusão as instalações

Ampliação de 67,31% no número de bombeiros militares formados, capacitados e treinados.

Expressivo aumento do número de atendimentos à saúde entre 2005 e 2007.

da primeira clínica de fisioterapia do CBMMG, empreendimento viabilizado por meio de convênio entre o CBMMG, a PMMG e o IPSM.

Com a finalidade de regulamentar as atividades de bombeiros voluntários, em consonância com os parâmetros da Lei Federal n.º 9.608/98, que dispõe sobre o serviço voluntário no país, bem como com a Lei Estadual n.º 13.369/99 e o Decreto Estadual n.º 41.287/00, que dispõem sobre o programa de incentivo à criação de brigadas de bombeiros voluntários, o CBMMG realizou o primeiro seminário sobre o tema, no auditório do Tribunal de Justiça de Minas Gerais nos dias 22 e 23 de novembro de 2007. Com um público de mais de 200 pessoas, o evento contou com a presença de representantes do Ministério Público, bem como de bombeiros voluntários de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. A realização do seminário serviu como base para subsidiar o processo de regulamentação das atividades dos bombeiros voluntários, a ser feita por meio de instrução técnica do CBMMG.

Realização do 1º seminário para regulamentar as atividades dos bombeiros voluntários.

Em 2007, as diversas unidades operacionais atenderam 288.913 ocorrências. Desse modo, a meta física projetada para 2007 foi superada em 26,72%, que se explica pela implantação de novas frações do CBMMG, bem como pelas aquisições de equipamentos e novas viaturas a partir de 2004.

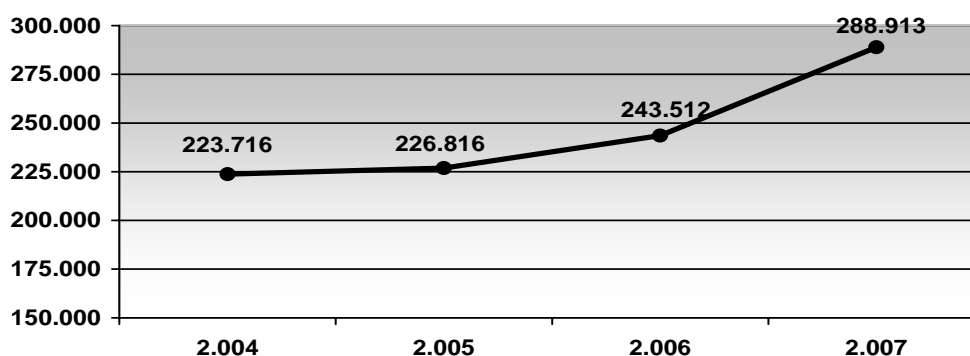
Superação da meta anual de atendimento de ocorrências em 26,72%.

NATUREZAS DAS OCORRÊNCIAS ATENDIDAS PELO CBMMG PERÍODO 2004 a 2007

NATUREZAS	2004	2005	2006	2007
Diversas de Bombeiro	5.631	7.749	10.070	8.785
Defesa Civil	329	763	729	1.038
Incêndio	9.301	8.767	11.478	16.919
Prevenção	97.717	99.647	88.684	87.527
Busca e Salvamento	73.599	77.872	94.241	118.303
Procedimentos Administrativos	21.778	17.856	22.571	33.477
Operações Diversas	15.361	14.162	15.739	22.864
SOMA	223.716	226.816	243.512	288.913

Fonte: Setor de Estatística da BM2.

OCORRÊNCIAS ATENDIDAS PELO CBMMG - MINAS GERAIS - 2004 A 2007



Fonte: Setor de Estatística BM2.

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

*900 famílias
atendidas por
meio do Projeto
Bombeiro
Amigo do Peito.*

Além das atribuições previstas em sua missão constitucional, o CBMMG realiza diversos projetos sociais em benefício da população mineira.

O Projeto Bombeiro Amigo do Peito, presente na cidade de Juiz de Fora, tem por finalidade atender às mães com problemas relativos à amamentação, incentivar o aleitamento materno na comunidade e coletar o leite de mães doadoras, possibilitando a distribuição a crianças hospitalizadas que necessitam de leite materno assim como àquelas de baixo peso e filhos de mães portadoras do vírus HIV. Em 2007, mais de 900 famílias foram atendidas.

*Expansão do
Programa
Bombeiro
Mirim para
mais seis
localidades.*

O Programa Bombeiro Mirim expandiu para mais seis localidades, estando presente, além do município de São Sebastião do Paraíso, nos municípios de Belo Horizonte, Contagem, Juiz de Fora, Uberlândia, Divinópolis e Nova Serrana, contando com 734 participantes. Dessa forma, as crianças do turno escolar matutino passam a parte vespertina do dia no quartel, e vice-versa. Em 2007, foram desenvolvidos cursos de prevenção de acidentes e cidadania, com temas variados, tendo como objetivo influenciar positivamente no desenvolvimento pessoal de crianças de 7 a 13 anos.

*Extensão do
Projeto Golfinho
para mais
quatro cidades.*

O Projeto Golfinho também se expandiu em 2007. Antes realizado só no município de Juiz de Fora, hoje se encontra presente nas cidades de Belo Horizonte, Contagem, Uberlândia e Divinópolis, contando com 675 participantes. O projeto é uma iniciativa de responsabilidade social que atende crianças e adolescentes de 7 a 13 anos de idade, promovendo a prática de esporte por meio da natação. Nessa perspectiva, os alunos também desenvolvem atividades culturais e assistem a palestras sobre cidadania, civismo, preservação ambiental, primeiros socorros, além de outras atividades recreativas.

*20 toneladas
de alimentos
distribuídos por
meio do Projeto
Pelotão 193.*

O Projeto Pelotão 193, presente em todo o estado, realiza espetáculos por meio de grupo teatral composto por bombeiros militares, abordando a temática prevenção de acidentes. O Pelotão 193 arrecada 1 quilograma de alimentos não-perecíveis como custo do ingresso, e o distribui a entidades e comunidades carentes. Em 2007, arrecadaram-se e distribuíram-se aproximadamente 20 toneladas de alimentos.

O exercício de 2007 foi de muitas conquistas para a corporação, porém há muito que se fazer, como o prosseguimento na reestruturação logística do órgão, o incremento de efetivo como também o acréscimo do número de frações do CBMMG no estado. No contexto geral, o CBMMG vem melhorando a abrangência de atendimentos e a capacidade técnica e tecnológica, de forma a suprir as diversas demandas atreladas à sua missão.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR (SECTES)

A Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia consolidou esforços, em 2007, na execução dos projetos estruturadores sob sua responsabilidade. No Projeto Estruturador Inclusão Digital, instituiu ações de monitoramento de cursos profissionalizantes na rede que foi criada e implantou modelo de gestão para a excelência em seus núcleos. Cerca de 400 mil pessoas já foram atendidas pelos 50 CVTs existentes, sendo 78 mil capacitadas e certificadas nos diversos cursos oferecidos. Os 215 telecentros, por sua vez, instalados em escolas da rede pública e espaços de convivência comunitária, constituem oportunidades de inclusão digital para crianças e jovens. Em 2007 dois novos CVTs se integraram à rede, assim como oito novos telecentros, localizados nas regiões Centro, Triângulo, Jequitinhonha e Norte de Minas. A continuidade do programa já foi garantida com a celebração de novo convênio com o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), visando à implantação da fase IV do projeto, com aporte previsto de R\$51.630.600,00, sendo R\$20.351.600,00 concedidos pelo governo estadual a título de contrapartida.

Inclusão Digital

A instituição de dois novos projetos estruturadores, sob coordenação da Sectes, Rede de Inovação Tecnológica (RIT) e Arranjos Produtivos em Biotecnologia, Biocombustíveis, Eletroeletrônicos e Software, resultou em novas ações e na absorção de projetos que estavam a cargo do Programa Arranjos Produtivos Locais, gerenciados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede). A inauguração das instalações do Centro Minas Design, em 28/3/2007, marcou o início do funcionamento de um dos projetos mais arrojados do RIT. O site do Centro Minas Design entrou em funcionamento em junho. Em outubro, foi lançado o 1º Prêmio Minas Design para profissionais e estudantes da área. A assinatura da Agenda de Trabalho Bilateral Minas-Piemonte acordou uma parceria internacional por meio de intercâmbio de profissionais em diversos níveis, divulgação do produto mineiro e favorecimento da internacionalização das empresas, construção de um banco de dados para atender as entidades envolvidas, e pesquisa aplicada para desenvolvimento de processos e produtos inovadores. O centro conduziu ações para inserção do design nos APs de Ubá, Uberaba e Região Metropolitana de BH para criação da Rede Setorial de Gemas e Jóias, para promoção de intercâmbio internacional de jovens mineiros universitários oferecendo-lhes uma visão do ambiente real em centros de excelência, empresas e entidades que possam contribuir para a sua melhor colocação profissional; e para divulgação da importância do design como fator de desenvolvimento mercadológico.

O Programa de Uso Múltiplo de Florestas Renováveis, também do RIT, desenvolveu transferência de tecnologia para o plantio e manejo de 1 mil hectares de florestas de eucalipto em pequenas e médias propriedades rurais, localizadas no entorno do Pólo Moveleiro de Ubá, abrangendo as cidades de Dolores do Turvo, Paula Cândido, Divinésia, Guidoal, Rodeiro, São Geraldo, Senador Firmino, Ubá, Astolfo Dutra, Tocantins, Piraúba, Cataguases e Visconde do Rio Branco. As ações do projeto incluem, também, a concessão de bolsas de iniciação científica a estudantes de engenharia florestal para atuarem no Projeto Transferência de Tecnologia em Plantio e Manejo de

*Uso Múltiplo de
Florestas
Renováveis*

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2008

Pólo de
Excelência em
Florestas

Florestas para a Zona da Mata; treinamento para nivelamento técnico da equipe; confecção de 3 mil cartilhas sobre legislação e conservação ambiental, usos múltiplos da madeira e produtor florestal; produção de 2 milhões de mudas de eucalipto em viveiros IEF; elaboração de cadastro, georreferenciamento das áreas a serem plantadas, visitas para assistência técnica e orientação aos produtores rurais em cada propriedade, com distribuição de insumos, preparo do solo e plantio. O Pólo de Excelência em Florestas foi lançado em 28 de novembro de 2007, pelo governador Aécio Neves, e, sediado nas dependências da Universidade Federal de Viçosa, atuará na consolidação do desenvolvimento sustentável florestal, no qual Minas já possui liderança, tradição e massa crítica. Além disso, pretende organizar e fortalecer as estruturas geradoras de conhecimento e tecnologias, formação de recursos humanos e prestação de serviços técnico-especializados, para a promoção do desenvolvimento sustentável do setor de base florestal.

Incluem-se no RIT as ações de modernização de incubadoras, incentivo à inovação e implantação de parques tecnológicos, cujos destaques foram o apoio da Fapemig a 16 projetos de incubadoras de empresas de base tecnológica; a capacitação dos gerentes das incubadoras em gestão de desenvolvimento de produtos; captação de recursos da FINEP para fortalecimento das ações comerciais de 21 empresas vinculadas às incubadoras; premiação de melhor incubadora de empresas de base tecnológica do país para a Incubadora INOVA-AGE/UFGM; a graduação de 26 empresas ao longo do ano; lançamento do PII nas universidades de Juiz de Fora, Lavras e Itajubá; fechamento dos planos tecnológicos e confecção dos protótipos dos 13 projetos selecionados do PII da Universidade Federal de Lavras; início das obras complementares do 3º Regimento de Cavalaria da Polícia Militar para adequada alocação do BHTEC; obtenção da licença ambiental prévia para implementação do Parque Tecnológico de Viçosa (PTV); finalização dos projetos arquitetônico e complementares de engenharia do edifício do condomínio de empresas incubadas do ParCTec-Parque Científico e Tecnológico, a ser instalado na área da Universidade Federal de Itajubá.

APL de
Biocombustíveis

No âmbito do Projeto Estruturador Arranjos Produtivos em Biotecnologia, Biocombustíveis, Microeletrônica e Software, destacaram-se também as ações para gestão e organização do APL de Biocombustíveis, que se desenvolverá na região norte de Minas, em torno da Usina de Biodiesel da PETROBRAS, a ser instalada no município de Montes Claros. Envolvendo diversos parceiros, tratou-se da elaboração de políticas para o biodiesel e o álcool, com elaboração de projetos para capacitação de gestores de unidades de esmagamento de oleaginosas e produção de material técnico para produtores e mapeamento da matriz de co-produtos da cadeia produtiva da bioenergia; para a criação de um centro de pesquisa de biodiesel naquela região do Jaíba; e para o Centro de Referência em Bioenergia, sediado em Minas Gerais, com previsão de financiamento internacional. A obtenção de créditos de carbono, mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL), carvão vegetal, certificação de biodiesel, reciclagem e aproveitamento de óleo de cozinha para a produção de biocombustíveis foram alguns dos temas tratados.

Subsecretaria de
Ensino Superior

Foi criada em 2007, a Subsecretaria de Ensino Superior (SUBSES), por meio da Lei Delegada nº115, dentro da estrutura da Secretaria de Estado de

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. As atividades desempenhadas este ano seguiram o objetivo do programa Supervisão e Controle do Ensino Superior e a ação Acompanhamento das Atividades do Ensino Superior. A Subsecretaria colaborou na preparação de minuta de decreto e resolução conjunta Sectes/SEE (Secretaria de Estado de Educação) definindo critérios para a recomposição das Câmaras do CEE, estabeleceu agenda de cooperação em conjunto com o Conselho Estadual de Educação e analisou, para fins de homologação, os pareceres deste conselho visando à autorização de funcionamento, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, credenciamento de instituições e prorrogação de credenciamento. Neste ano, a Subsecretaria estreitou relações com o Ministério da Educação (MEC), especialmente com a Secretaria de Educação a Distância da Diretoria de Políticas Públicas da SEED/MEC. No que concerne às realizações articuladas com educação a distância, destaca-se, além da realização do “Fórum de Educação a Distância – Legislação e Impacto Político-Social”, a elaboração do Programa Mineiro de Educação a Distância, como modelo de fomento à oferta de cursos a distância para formação profissional, em parceria com municípios, instituições de ensino superior e a rede de Centros Vocacionais Tecnológicos. Com relação às universidades estaduais, a Subsecretaria serviu como intermediadora do Governo do Estado na busca de soluções de demandas como construção do campus BH da Uemg, credenciamento para oferta de cursos a distância no MEC pelo NEAD (Núcleo de Educação a Distância) e a implantação de mestrados e doutorados em educação, design e meio ambiente. Elaborou o projeto de construção de Banco de Dados do Ensino Superior, que objetiva promover a interação com os setores voltados ao ensino superior e à produção científica. Mediante financiamento da Fapemig, a implantação deste banco espera otimizar a busca e a articulação de fontes de financiamento, um melhor nível de informação e de interação entre os diversos agentes envolvidos no volume da produção científica e tecnológica do Estado. Atendendo à demanda de projetos relativos à capacitação profissional, a SUBSES em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (Sedru/MG) propôs a realização de um curso de formação de gestores municipais. A proposta do curso, atualmente em fase de orçamento, é uma parceria entre o Núcleo de Educação a Distância da Uemg e a Faculdade de Pedro Leopoldo. Neste mesmo empenho, encontra-se o Programa de Capacitação Tecnológica da IBM, apoiado pela SUBSES e desenvolvido nas instituições de ensino superior sediadas no Estado.

O lançamento do edital de demanda induzida, em conjunto com a Fapemig, resultou na contratação de 40 projetos com aporte de 2 milhões, com o objetivo de apoiar atividades que propiciem a difusão e popularização de ciência e tecnologia na sociedade. O prêmio de divulgação científica Francisco de Assis Magalhães Gomes focalizou o “jornalismo científico”, como estímulo e incentivo à apresentação de reportagens criativas e inovadoras, conciliando o rigor científico da informação com uma linguagem simples e atrativa. A Semana Nacional de C&T propiciou, em parceria com Ministério da Ciência e Tecnologia, prefeitura, empresas e instituições de ensino e pesquisa, a realização de 411 atividades, em uma área de mais de 3.000 m² do Parque Municipal, com mais de 30 mil visitantes, entre eles mais de 5 mil estudantes de escolas públicas. Outras inserções do programa em projetos especiais da Sectes foram: coordenação e apoio à realização de feiras e exposições itinerantes de C&T no âmbito do estado; incentivo aos programas de

*Edital de
demanda
induzida*

alfabetização científica, treinamento e capacitação de professores; apoio à criação e revitalização de museus, parques, centros de ciências e laboratórios; estímulo e promoção de encontros periódicos entre pesquisadores e a mídia; realização e apoio a cursos e seminários para aperfeiçoamento em jornalismo científico e inovação tecnológica; apoio aos projetos de divulgação científica em rádios e televisões, especialmente universitárias; apoio aos projetos de popularização de C&T utilizando a estrutura dos Centros Vocacionais Tecnológicos – CVTs; e idealização e apoio aos projetos de divulgação científica na internet. Destaca-se, entre as ações do Programa Especial de Gestão dos Recursos Hídricos, o encerramento do convênio celebrado com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, com a entrega dos relatórios de estudo de identificação de áreas tecnicamente adequadas para parques aquícolas nos reservatórios de Furnas (Rio Grande/Sapucai) e Três Marias (Rio São Francisco); e dos relatórios de estudo ambiental para regularização dos parques aquícolas nos lagos das usinas hidroelétricas de Furnas e Três Marias.

Pautando-se nas diretrizes do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), no decorrer do exercício de 2007, a Sectes elaborou o Planejamento Estratégico, levando em consideração os objetivos estratégicos das áreas de resultado diretamente relacionadas à Sectes e os componentes do Acordo de Resultados, quais sejam: os resultados finalísticos, os projetos estruturadores, a Agenda Setorial do Choque de Gestão e o esforço de racionalização de gastos. Simultaneamente, foram treinados servidores no Modelo de Excelência da Gestão, que está sendo implantado na Sectes.

Este documento, intitulado “Gestão Estratégica 2007-2011”, será um marco balizador para as ações da Sectes e de suas instituições vinculadas, permitindo que o sistema operacional de ciência, tecnologia e ensino superior contribua efetivamente para Minas Gerais seja o melhor estado para se viver.

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (IPEM/MG)

O Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais (IpeM/MG) tem por finalidade fiscalizar e executar, nos termos da delegação que lhe foi outorgada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), as atividades de metrologia legal e da qualidade industrial de Minas Gerais, onde vinculado administrativamente à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sectes).

O IpeM-MG fiscaliza bombas medidoras de combustíveis, instrumentos de pesar e medir, taxímetros e hidrômetros, além de produtos pré-medidos – aqueles embalados ou medidos longe da vista do consumidor – e a conformidade de produtos têxteis e de produtos certificados. Em suas doze unidades regionais localizadas em Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberlândia, Governador Valadares, Varginha, Montes Claros, Divinópolis, Curvelo, Passos, Patos de Minas, Caratinga e Pouso Alegre, o IpeM realizou em 2007, 1.343 inspeções em veículos que transportam cargas perigosas, 100.223 fiscalizações em produtos pré-medidos, 71.383 fiscalizações em

Unidades
regionais

produtos com conformidade avaliada pelo INMETRO, 1.775.116 instrumentos de medição verificados; 487 relatórios técnicos de calibração expedidos.

Além dos trabalhos que já realiza, o Ipem-MG está cada vez mais próximo de obter do INMETRO o credenciamento para iniciar a certificação de produtos. O processo teve início em outubro de 2006 com a contratação do Instituto IDORT de São Paulo, para que fosse criado um OCIP (Organismo Certificador de Produtos) no Ipem: o CERTIpem. Em seguida implantou-se o sistema de gestão da qualidade no CERTIpem e capacitou-se a quem vai atuar com a certificação. A etapa final consiste na auditoria de acreditação que o INMETRO vai realizar.

A certificação de produtos mineiros se iniciará pela cachaça, que vem ganhando cada vez mais espaço no mercado internacional e destaque na pauta de exportações, seguido do café, frutas e suinocultura. Entre alguns dos benefícios alcançados pela certificação está a valorização da marca, aumento da confiança no produto, maior acesso aos mercados interno e externo, entre outros.

*Certificação de
produtos
mineiros*

Sempre atento à prestação de serviços com qualidade e ética, o Ipem-MG vem distribuindo suas equipes da área metrológica e da qualidade para a verificação e fiscalização de roteiros nas diversas localidades do Estado. A receita auferida em suas atividades garantem auto-suficiência financeira para cobrir as necessidades de custeio e investimentos em estrutura física, técnica e administrativa. Comparando-se a arrecadação do mesmo período de 2006 para 2007, observa-se um significativo incremento. O montante das principais receitas fica evidenciado abaixo.

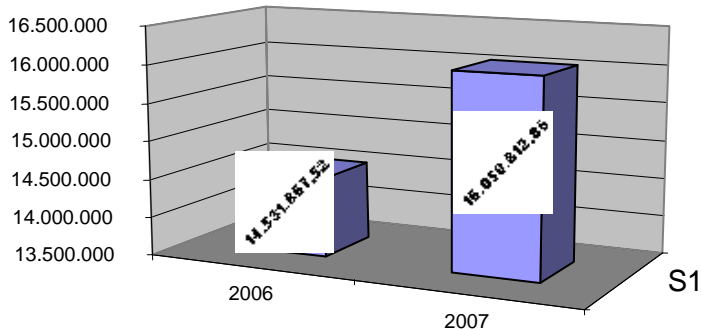
RECEITA COM MULTAS (METROLÓGICAS E DA QUALIDADE) E SERVIÇOS METROLÓGICOS

TIPO DE RECEITA	PERÍODO	
	JAN A OUT/2006	JAN A OUT/2007
Serv. Metrológicos	11.687.724,62	13.158.319,14
Multas Metrológicas	719.021,26	273.234,09
Multas da Qualidade	287.780,37	42.902,71
Dívida Ativa	1.837.341,27	2.576.356,92
TOTAL	14.531.867,52	16.050.812,86

Fonte: Portal INMETRO da RBMLQ

Aliado à recuperação de ativos, que destaca o Ipem como o primeiro em toda a RBMLQ, atingindo o montante de mais de R\$2,5 milhões até outubro de 2007, a execução dos serviços metrológicos também foi impulsionada em número físico-financeiro. O empenho das equipes que ingressaram por meio de concurso, com a experiência das que já atuavam, proporcionou bons resultados. Espera-se, contudo, que após o trabalho de redimensionamento de roteiros, com a adequação de materiais e equipamentos necessários a todas as equipes já capacitadas, os resultados sejam ainda melhores no atendimento a toda a demanda do Estado.

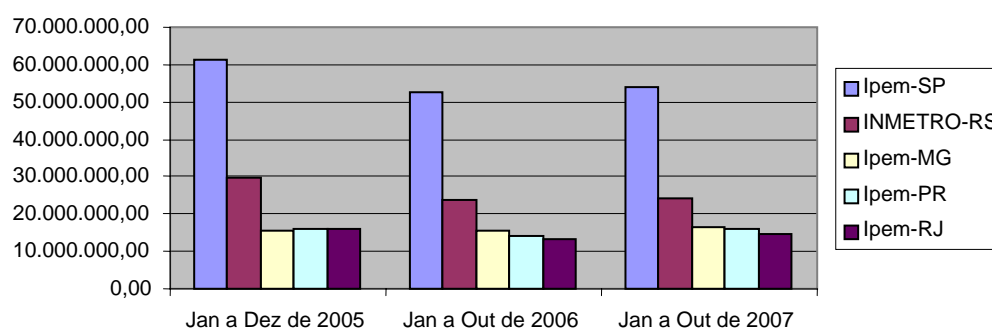
**RECEITA COM MULTAS, DIVIDA ATIVA E SERV. METROLOGICOS
(COMPARATIVO 2006/2007 ENTRE JANEIRO E OUTUBRO)**



Voltado sempre para um atendimento cada vez mais amplo, atuante e de qualidade para a sociedade mineira, o Ipem-MG também destaca-se entre os Ipem da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade, permanecendo, em 2007, na posição de 3º lugar em arrecadação. Sabendo-se da importância política, econômica e estratégica de Minas Gerais no cenário nacional, fica ainda mais incentivador a busca por maiores demandas que possam satisfazer as necessidades no Estado pela prestação de serviços de qualidade na área de metrologia e qualidade industrial.



EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO ENTRE OS Ipem



Em agosto de 2007, Minas Gerais foi escolhida por unanimidade pelo INMETRO e representantes estaduais de Ipem para sediar a Reunião Plenária da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade na cidade de Ouro Preto. Essa escolha demonstrou a importância de Minas no cenário nacional e a notoriedade do Ipem-MG em relação aos demais Ipem, coincidindo também a comemoração de seus 40 anos de existência. Neste encontro, foram discutidos temas como plano de investimentos, modelos de gestão para a rede metrológica, atualização de taxas metrológicas, automação dos processos de fiscalização e verificação, entre outros.

*Importância de
Minas no
cenário nacional*

Priorizando a capacitação técnica de seu servidor, como garantia da prestação de serviços de qualidade à população, foi realizada em julho a primeira etapa do Treinamento Básico em Metrologia, ministrado pelo Instituto Euvaldo Lodi em parceria com a Rede Metrológica de Minas Gerais a 87 servidores que ingressaram no Ipem-MG mediante Concurso Público realizado em 2006.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS (UEMG)

A Universidade do Estado de Minas (Uemg) foi criada em 1989 pelo Art. 81 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado. Comprometida com o desenvolvimento regional, responsável por levar a localidades densamente povoadas e desassistidas de ensino superior a sua tríplice função de ensino, pesquisa e extensão, é constituída pelo campus de Belo Horizonte, pelo Instituto Superior de Educação Dona Itália Franco, em Barbacena, pela Faculdade de Engenharia, em João Monlevade, pela unidade localizada no município de Frutal, por fundações associadas e cursos fora de sede.

As fundações associadas estão localizadas nos municípios de Campanha, Carangola, Diamantina, Divinópolis, Ituiutaba e Passos, com 78 cursos regulares de graduação na sede, 8.270 alunos matriculados e 68 cursos fora de sede, com 1.974 alunos matriculados. Foram desenvolvidas reformas e adaptações nos prédios da Rua Paraíba, 29, onde será instalada a Faculdade de Educação e no prédio da Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves, reforma e benfeitorias, onde funcionarão o CENPA, o CENDRHE, a Diretoria Geral do Campus de Belo Horizonte e a COPEPS. O Estado mantém 613 docentes, com as respectivas titulações acadêmicas: 98 graduados, 243 especialistas, 233 mestres e 39 doutores.

Foi concluída a primeira etapa do Acordo de Resultados e dos relatórios da Agenda Setorial, da qual é parte integrante, e a implantação do Projeto Gestão Estratégica, que servirá de base para assinatura da segunda etapa do Acordo de Resultados. Vale ressaltar a introdução de links de dados para viabilizar o ensino a distância na universidade, viabilização do sistema Pergamum nas bibliotecas das unidades de ensino, implantação de um Sistema Acadêmico Integrado e a instalação do Centro de Pesquisa a Distância (SEPEAD).

A gestão pública é exercida no campus de Belo Horizonte, formada por cinco unidades, o campus de Barbacena, a Faculdade de Engenharia e a unidade de Frutal, totalizando 21 cursos regulares de graduação, com 4.454 alunos matriculados, e três cursos de graduação fora de sede, localizados nos municípios de Poços de Caldas, Santa Maria do Suaçuí e Ubá para 323 alunos.

A Uemg atende demandas de parcerias com prefeituras do interior do Estado, entidades governamentais, privadas e órgãos de fomento, a fim de oportunizar a jovens e adultos o acesso ao ensino superior e contribuir para o

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

desenvolvimento regional. Promoveu-se a estadualização do ensino superior nos municípios de Frutal e Ubá. O Campus de Belo Horizonte oferece, ainda, pós-graduação *lato sensu* nas áreas de design, educação, artes e música, com 663 alunos matriculados.

Cursos *stricto-sensu*

Por meio de parcerias, participa da REDEMAT, resultante de convênio entre a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec), oferecendo cursos *stricto-sensu* em engenharia de materiais/doutorado com 29 alunos, e engenharia de materiais/mestrado, com 134 alunos matriculados. O Curso de mestrado interinstitucional em ciências ambientais, mediante convênio com as fundações associadas, conta com 64 alunos. A universidade deu início à implantação do curso de pós-graduação *stricto-sensu*, com três programas de mestrado em educação, design e meio ambiente, com o apoio da Fapemig, por meio de recursos de demanda endogovernamental.

Sistema de Reserva de Vagas

Hoje, 415 alunos se beneficiam do sistema de Reserva de Vagas, lei criada em 2004. a Uemg vem destinando a cada curso cotas aos candidatos que ingressarem no processo seletivo. Dentro do Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior foram liberados, para o sistema de bolsas a alunos carentes das Fundações Associadas, R\$4,5 milhões beneficiando aproximadamente 2.024 alunos, perfazendo 7.928 bolsas no valor de R\$ 1.822.078,38. Estima-se que até o final do período sejam despendidos R\$3 milhões. Para a extensão universitária foi liberado um valor de R\$570.000,00, que estão sendo investidos em bolsas para alunos e professores, e R\$1 milhão para o financiamento de 222 projetos de pesquisa.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS (IGA)

O ano de 2007 foi marcado pela retomada do IGA como órgão de assessoria do Governo do Estado para a cartografia e informações geográficas. Essa posição se concretizou com a atitude do Estado de assumir a responsabilidade pela condução do processo que resultará numa nova cartografia básica para Minas Gerais.

Base altimétrica e hidrográfica do Brasil

Essa cartografia, em escala 1:10.000, será multifinalitária e atenderá às necessidades dos órgãos e instituições da administração pública Estadual. A coordenação técnica desse processo será exercida pelo IGA, refletindo as decisões do Conselho de Coordenação Cartográfica do Estado de Minas Gerais (CONCAR). No início do ano foi concluída a primeira base altimétrica e hidrográfica do Brasil em escala 1:10.000 no novo Sistema Geodésico Brasileiro, SIRGAS-2000, para o município de Itabira, com metodologia de pesquisa patrocinada pela Fapemig e que geraram três artigos, apresentados por pesquisadores do IGA em congressos qualis "A" da CAPES.

Por meio do PCRH, Programa de Capacitação de Recursos Humanos da Fapemig, o IGA prosseguiu o foco da atualização tecnológica de seus pesquisadores realizando 80 treinamentos em 11 cursos nas áreas de

geodésia, mapeamento temático, cartografia, fotogrametria, geografia e tecnologias. O IGA participou, ainda, dos cursos promovidos pela Utramig como preparação para a elaboração de seu planejamento estratégico. No período de 5 de outubro a 11 de dezembro realizaram-se as reuniões, com quatro equipes de cinco servidores, que culminaram com a publicação do documento.

Foram demarcadas seis APA em Minas Gerais para o IEF graças a um convênio com a Semad: Bacia do Rio Machado, Bacia do Rio Uberaba, Serra de São José, Cachoeira das Andorinhas, Águas Vertentes e Vargem das Flores. Outras quatro estão em fase de demarcação: Lagoas Marginais dos rios São Francisco, Doce e Piracicaba e APA Cochá-Gibão.

*APA em Minas
Gerais*

Concluiu-se o Projeto Endogovernamental Levantamento Geoambiental das Regiões do Médio e Alto rio Sapucaí e Alto rio Pardo e iniciaram-se outros três: implantação do Laboratório de Pesquisa em Fotogrametria Digital, construção de um protótipo para subsidiar, via internet, o Plano Diretor de Municípios Mineiros e Atlas Digital de Minas Gerais.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO DE MINAS GERAIS (UTRAMIG)

A Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais (Utramig) é uma instituição de direito público sem fins lucrativos, com autonomia jurídico-administrativa, vinculada ao Governo do Estado de Minas Gerais por intermédio da Secretaria de Estado de Ciência Tecnologia e Ensino Superior – Sectes.

A vinculação da Utramig ao setor de ciência e tecnologia propiciou a participação direta no projeto estruturador “Formação Profissional Orientada pelo Mercado”, tendo ficado sob sua responsabilidade a Implementação de modelo de gestão nas unidades (CVTs) da Rede de Formação Profissional, cursos de formação profissional; Implantação do sistema de avaliação da Rede de Formação Profissional Local.

Para a implementação de modelo de gestão nos CVTs de Brumadinho, Lagoa Santa, Nova Lima, Ribeirão das Neves, Sabará e Vespasiano (objetivos da ação em 2007), seis cursos de conceitos e instrumentos de gestão para resultados e seis cursos de modelo de excelência da gestão na educação foram realizados pela Utramig até 21/12/2007, disponibilizando licenças de uso de software de gestão para os mesmos CVTs, com treinamento das equipes e suporte técnico.

Os cursos de formação profissional executados pela Utramig em seis municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte durante 2007 qualificaram 421 profissionais em diversas áreas.

*Cursos de
formação
profissional*

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

Dando continuidade à busca pela excelência iniciada em 2004 com a aplicação do Choque de Gestão, complementada em 2005 com a implantação da gestão sistêmica com base nos critérios de excelência do Programa Mineiro de Qualidade e Produtividade (PMQP), e a premiação em 2006 com a faixa prata do Prêmio Mineiro de Qualidade (PMQ), a Utramig elaborou, em processo amplamente participativo, seu planejamento estratégico para o horizonte de 2007 a 2013, devidamente alinhado ao PMDI e ao planejamento estratégico da Sectes.

O planejamento estratégico elaborado contém o plano de auto-sustentabilidade financeira da instituição, que apresenta meta de eliminação da dependência de recursos do Tesouro do Estado até 2013, por meio do aumento de receitas próprias.

Com base nas estimativas dos resultados para o final de exercício, é possível um aumento de 9,7% na receita de 2007 em relação à receita obtida em 2006, e de 43,4% em relação à receita obtida em 2005, configurando uma tendência de crescimento.

Controle dos gastos

O controle dos gastos com os diversos consumos regulares da organização continua se realizando de forma sistemática, e os resultados apurados são amplamente divulgados em quadros distribuídos na instituição, dentro do programa Gestão à Vista, prática já consolidada na Utramig.

Para a disseminação do conhecimento de gestão apropriado pela Utramig, foram realizados seminários e cursos para os servidores da Sectes (no primeiro semestre) e de suas instituições vinculadas (no segundo semestre), que representaram 345 capacitações, distribuídas entre os cursos de conceitos e instrumentos de gestão para resultados e modelo de excelência na gestão.

Para a elaboração e execução dos cursos disponibilizados ao sistema de ciência tecnologia e ensino superior, a Utramig contou com a parceria do Instituto Qualidade Minas (IQM), mantenedor do Programa Mineiro de Qualidade e Produtividade.

O programa de capacitação continuada da equipe de colaboradores da Utramig em 2007, resultou em 571 capacitações na equipe.

O Sistema de Educação Responsável (SER), programa de responsabilidade socioambiental da Utramig implantado em 2005, foi ampliado em 2007, englobando todos os públicos de relação da instituição – comunidade, colaboradores, fornecedores, meio ambiente e governo.

Durante 2007, o projeto Mãos à Obra, integrante do programa SER, estabeleceu parceria com a ASMARE para a implantação da coleta seletiva na unidade sede da Utramig. O projeto Educação Inclusiva, que visa inserir deficientes auditivos e visuais no mercado de trabalho e promover o resgate da sua auto-estima, capacitou 68 pessoas durante os dois semestres de 2007 (28 deficientes no primeiro semestre e 40 no segundo).

O ensino técnico foi contemplado com o aumento de cursos durante o ano, destacando-se a implantação do curso técnico de Segurança do Trabalho em Belo Horizonte. Negociações com parceiros de Lagoa Santa, Nova Lima e Vespasiano permitirão mais salas de aula e espaços a serem disponibilizados à Utramig a partir de 2008, impactando em aumento no número de alunos já no próximo exercício.

FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF (FHA)

O ano de 2007 foi marcado pela vinculação da Fundação Helena Antipoff da Secretaria de Estado da Educação, à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sectes), conforme Lei Delegada nº 145, de 25 de janeiro de 2007.

Ao vincular-se à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e de acordo com as diretrizes do Governo de Minas, adotou-se o modelo sistêmico, enfatizado pelo Programa Mineiro de Qualidade e Produtividade (PMQP), para auto-sustentabilidade seu Plano de Gestão Estratégica.

A Fundação sempre buscou cumprir com responsabilidade a sua tarefa de oferecer ensino de qualidade na educação básica e na superior. Em 2007, O Instituto Superior de Educação Anísio Teixeira da Fundação, contou com 1.747 alunos de graduação em pedagogia, educação física, matemática, ciências biológicas e letras e com 28 alunos de pós-graduação no curso de educação especial na escola inclusiva.

No trabalho de extensão universitária foram promovidos 23 eventos, beneficiando os próprios acadêmicos, a educação básica e grande parte da comunidade. Na Semana da Responsabilidade Social, alunos, professores e especialistas foram a campo promover palestras, atividades culturais, esportivas e recreativas. Na semana do conhecimento científico onde todos os trabalhos giraram em torno das diretrizes curriculares, formação do professor e mercado de trabalho.

*Extensão
universitária*

A classificação do curso normal superior no Exame Nacional de Desenvolvimento Educacional (ENADE), com conceito 4, foi considerado também resultado relevante para a instituição. Na educação básica da Escola Sandoval Soares de Azevedo foram mantidos o ensino fundamental de nove anos, atendendo 1.468 alunos, e o ensino médio 884 alunos, distribuídos em 65 turmas.

O subprojeto Aluno de Tempo Integral foi implantado com duas turmas, atendendo 44 alunos do 1º ao 5º ano, que apresentaram defasagem no processo ensino-aprendizagem.

A escola tem apresentado também resultados relevantes nas ações do Projeto Escola-Referência, motivo da sua inserção no grupo de parceiros com o

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

Instituto Unibanco no Projeto “Jovem do Futuro”, cujos objetivos são aumentar os resultados nas avaliações sistêmicas e diminuir a evasão escolar no ensino médio.

A Clínica de Psicologia Edouard Claparède, unidade de atendimento psicopedagógico do Conselho de Psicologia – 4ª região (MG/ES) registrou 603 atendimentos em várias modalidades de psicologia, de psiquiatria, de fonoaudiologia e de orientações aos pais e familiares, somando ainda outras atividades como reuniões semanais para estudo de caso, reuniões com coordenadores e comitê de normatização e protocolos em saúde de Ibirité, e também foi administrado distribuição de passe livre junto do DER.

As Oficinas Pedagógicas Caio Martins, cujo objetivo é Educar pelo Trabalho, promoveram o enriquecimento curricular e a formação de atitudes responsáveis, evitando a ociosidade e ampliando a jornada escolar, favorecendo a sondagem de vocações nas áreas artísticas, esportivas e de trabalhos manuais. Foram atendidos 627 alunos nas oficinas de violão, dança, coral, capoeira, fanfarra, língua pátria e inglês, artes, cestaria, origami, papel artesanal e cestaria, tapeçaria e brincando de aprender.

A ECAR (Equipe de Civismo Altaneiro do Rosário) atividade também voltada para o enriquecimento extracurricular e principalmente para trabalhar a formação de hábitos e atitudes, atendeu 60 crianças e adolescentes encaminhados por escolas e/ou Conselho Tutelar, por apresentarem desvio de comportamento, desenvolvendo convivência de grupo em acampamentos, reuniões, treinamentos de sobrevivência e de primeiros socorros e participação nas atividades cívicas e culturais realizadas em várias instituições dentro e fora do município.

No Museu e Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff, ainda, continua em fase de catalogação e paralelamente atendeu 8.135 visitantes e pesquisadores das áreas de educação e psicologia.

A Biblioteca Comunitária Helena Antipoff está atendendo uma demanda de 4.421 leitores entre crianças adolescentes e adultos e, além disso, mantém encontros e debates nas áreas de religião, saúde e educação.

Parceria com o Instituto Unibanco A Fundação contou também com várias participações no âmbito nacional, destacando-se a parceria com o Instituto Unibanco; Olimpíada Brasileira da Matemática das Escolas Públicas, Prova Brasil, II Encontro Nacional da Sociedade Brasileira do Ensino de Ciências e Biologia; Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte; Jogos Poliesportivos de Minas Gerais e na Feira de Ciências, Tecnologia e Inovação (INOVATEC).

Na rede física, a Escola Sandoval Soares de Azevedo recebeu do Projeto FUNEF Comum – escola como referência do ensino fundamental recursos para a reforma do telhado e da expansão do ensino médio e equipamentos didáticos para montagem e desmontagem de computadores.

Neste ano também, a Fundação contou com as nomeações dos profissionais da educação básica, concursados em 2006. Graças à política de desenvolvimento dos servidores públicos, a Fundação está capacitando 92 funcionários de seus diversos setores, nos cursos de informática básica; excel avançado, gestão de almoxarifado, administração de pessoal, Sistema Operacional Linux, noções básicas de higiene, alimentação e nutrição, auxiliar de biblioteca, segurança patrimonial e ronda e auxiliar de secretaria de escola.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FAPEMIG)

No âmbito do território mineiro, o principal objetivo da Fapemig, foi atingido graças aos diversos programas de fomento à pesquisa e inovação tecnológica: Apoio a eventos e congressos a 800 pesquisadores, num total de R\$5 milhões organizações de eventos de caráter científico e tecnológico (C&T); participações coletivas em eventos de caráter C&T ; participações individuais em congressos no, país e exterior; publicações de artigos e livros técnicos e científicos; concessão de bolsas para instituições de ensino, nas diversas esferas governamentais, nas modalidades iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-Doutorado, totalizando R\$28 milhões.

Para 2007 previam-se 4 mil bolsas, mas foram concedidas 4.900, representando uma evolução de 0,25. Considerando o orçamento integral, parte foi destinada aos programas RIT da Sectes focados em inovação tecnológica com investimentos da ordem de R\$30M. Em capacitação de recursos humanos (PCRH), apoiaram-se 1.400 pesquisadores no Estado de Minas Gerais, aportando R\$ 3.2 milhões.

*Concessão de
4.900 bolsas*

Quanto ao apoio a projetos de pesquisa, os resultados foram: modalidade universal - 842 projetos, aportando R\$ 28 milhões; modalidade induzida - 1.031 projetos, aportando R\$ 38 milhões modalidade endogovernamental - 20 projetos, aportando R\$ 8 milhões; modalidade especial - 25 projetos, aportando R\$ 6 milhões. Para 2007 estavam previstos 680 projetos para a demanda universal e 1mil projetos para a demanda induzida. Houve uma evolução de 0,24% e 3,1%, respectivamente. Os projetos foram selecionados mediante editais públicos. Durante 2007 foram lançados 21 editais, nas seguintes áreas: manutenção de equipamentos de custo elevado e imprescindível ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica em MG; Programa Pesquisador Mineiro (PPM); Programa de Apoio a Grupos Emergentes de Pesquisa; bolsa de incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico destinada a servidor público estadual; Programa de Apoio a Publicações Científicas e Tecnológicas (aquisição de livros técnico-científicos para pós-graduação-2007; publicação de periódicos científicos institucionais); apoio à criação e/ou manutenção de Núcleo de Inovação Tecnológica e de Proteção ao Conhecimento; Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional - Bolsa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional; Programa Popularização da Ciência e Tecnologia - apoio à difusão e popularização de ciência e tecnologia - C & T; Pólo de Excelência Minerometalúrgico; Apoio a Projetos de Extensão em Interface com a Pesquisa;

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

Estruturação e Lançamento do Pólo de Excelência em Florestas Renováveis; desenvolvimento de pesquisas e inovação para a gestão, o uso múltiplo e sustentável de recursos hídricos, visando o apoio à estruturação do pólo de excelência setorial; apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico no agronegócio mineiro.

No âmbito dos programas estruturadores, foram apoiadas as seguintes atividades: inovação tecnológica mestres e doutores na empresa; apoio ao desenvolvimento e implementação de boas práticas de laboratório visando à estruturação do pólo de excelência em biotecnologia; Programa Mineiro de Desenvolvimento Tecnológico e Produção de Biocombustíveis; Arranjo Produtivo Local (Apl); desenvolvimento de tecnologia da informação para as cadeias produtivas e principais arranjos produtivos locais em Minas Gerais; subvenção para o Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas – PAPPE.

Dentro da Zona da Mata, Zona Sul, Norte de Minas, Região Central, Rio Doce e Centro-Oeste os municípios contemplados foram: Juiz de Fora, Viçosa, Alfenas, Itajubá, Santa Rita do Sapucaí, Lavras, Muzambinho, Montes Claros, Belo Horizonte, Sete Lagoas, São João Del-Rei, Ouro Preto, Diamantina, Caratinga, Coronel Fabriciano, Governador Valadares e Divinópolis, resultando na ampliação do conhecimento científico tecnológico e inovação.

FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (CETEC)

A Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec), centro de pesquisa criado em 1972, tem a missão de contribuir para o desenvolvimento do Estado por meio da incorporação de soluções tecnológicas ambientalmente compatíveis às atividades de bens e serviços, em benefício da sociedade.

O Cetec norteia-se com vistas ao aumento da competitividade das empresas, por meio da otimização de processos, da inovação e melhoria da qualidade de produtos, e da redução do comprometimento ambiental decorrente das atividades produtivas, oferecendo suporte tecnológico ao parque industrial existente e criando atratividade à implantação de mais indústrias no Estado, com desdobramentos na geração de emprego e renda. Atua também, de forma cooperativa, com parceiros externos, para compartilhamento de recursos e para a potencialização do impacto dos resultados. Dessa forma, o Cetec está alinhado ao Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) ao destinar suas ações para o desenvolvimento de empresas dinâmicas e inovadoras e ao considerar o crescimento econômico como uma alavanca de transformações sociais.

Projetos de
pesquisa

Os projetos de pesquisa, desenvolvimento e serviços tecnológicos são executados nas seguintes áreas de tecnologia ambiental, tecnologia metalúrgica e de materiais, tecnologia mineral, biotecnologia, metrologia e ensaios e informação tecnológica, em sintonia com o Programa Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2007-2011.

A atuação em Tecnologia Ambiental tem grande aderência com a área de resultado do PPAG Qualidade Ambiental, atendendo, especialmente, aos objetivos de aprimorar a gestão de bacias hidrográficas, visando à melhoria da qualidade de água, à gestão eficiente dos passivos de mineração e indústrias, à ampliação do tratamento de resíduos sólidos e consolidação do Sistema de Informação Ambiental e de Monitoramento.

O Cetec provê suporte tecnológico para a produção sustentável e a preservação ambiental por intermédio de gestão e conservação de recursos hídricos, biomonitoramento da qualidade das águas em bacias hidrográficas de Minas Gerais, podendo-se destacar ainda o desenvolvimento de metodologias para controle do mexilhão dourado em usinas hidrelétricas, estudos sobre acúmulo de metal em peixes e plantas aquáticas e análises de mortandade de peixes no Estado. As ações possuem forte relação com os objetivos do projeto estruturador “Consolidação da Gestão de Bacias Hidrográficas”. Vale destacar também, o estudo sobre contaminação de peixes por algas azuis no Rio das Velhas, no Distrito de Várzea da Palma, com relação direta ao projeto estruturador “Revitalização do Rio das Velhas”; monitoramento da qualidade do ar na região do antigo Hipódromo Serra Verde em atendimento ao projeto estruturador “Implantação do Centro Administrativo do Estado”; assessoramento às prefeituras para gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos envolvendo a erradicação dos lixões, a recuperação de áreas degradadas, a inclusão social dos catadores e a disposição adequada desses resíduos, bem como a avaliação e recuperação de áreas degradadas pelas atividades extrativas de gemas e rochas ornamentais, a estruturação do APL de pedra-sabão no assentamento de Cafundão, município de Mariana, com vistas à melhoria das condições de trabalho, em sintonia com os objetivos do projeto estruturador “Resíduos Sólidos”.

A ação de Tecnologia Metalúrgica e de Materiais, alinhada com a área de resultado “Inovação, Tecnologia e Qualidade”, que objetiva fortalecer a articulação entre a rede de ciência, tecnologia e inovação e o setor produtivo, aumentar a competitividade e a capacidade de inovação das empresas e dos arranjos produtivos mineiros, é realizada por intermédio da execução de projetos de pesquisa e inovação tecnológica nas áreas de produção-piloto de células solares fotovoltaicas, contribuindo para o fortalecimento do pólo tecnológico do silício e aplicações; projetos na área tecnologia de recobrimento e modificação de superfícies como, por exemplo, as de alta eficiência para coletores solares, revestimento de dutos de petróleo com utilização de pó de PET, recobrimento de materiais bioimplantáveis (pinos transfixantes), desenvolvimento de superfície antiincrustante para controle da invasão do mexilhão dourado em águas jurisdicionais brasileiras, produtos e processos inovadores na produção de aços inoxidáveis visando a transferência de tecnologias de maior valor para a competitividade de produtos industriais, caracterização de parte do acervo do Museu de Valores do Banco Central por microsondagem eletrônica, estudo de nanocápsulas portadoras de fármacos, com aplicação de nanoscopia, técnicas de microscopia de força atômica para visualização e caracterização de vírus, e síntese de gemas.

*Tecnologia
Metalúrgica e de
Materiais*

Nessa área, o Cetec promove ainda, por intermédio de convênio com a Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg) e com a Universidade Federal

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

de Ouro Preto (UFOP), curso em nível de mestrado e doutorado, ministrado pela Rede Temática de Engenharia de Materiais (REDEMAT).

Na ação de Tecnologia Mineral, destaca-se a realização de estudos de caracterização e beneficiamento mineral em escalas de laboratório e planta-piloto para CVRD, Anglogold e Alcoa.

A ação de Biotecnologia é realizada por intermédio da execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica nas áreas de produção de biodiesel, atendendo aos objetivos do projeto estruturador “Arranjos Produtivos Locais em Biocombustíveis”; e certificação da cachaça mineira, para aumento do valor agregado com a consolidação de um laboratório de referência nos parâmetros físico-químicos.

Com foco no apoio ao desenvolvimento de novos produtos, ou na melhoria da qualidade dos já existentes, o Cetec desenvolve pesquisas tecnológicas e presta serviços referenciais nas áreas da metrologia e ensaios. As atividades, que têm impacto positivo para milhares de empresas mineiras e brasileiras, envolvem monitoramento da qualidade dos combustíveis comercializados em cerca de 2 mil postos de abastecimento do Estado, corroborando com o esforço de combate à fraude e à evasão fiscal; a inspeção técnica de materiais para saneamento e calibração de hidrômetros em uso, bem como a realização de estudo que permite a tomada de decisão sobre a instalação de dispositivos eliminadores de ar em instalações residenciais; a execução de análises de traços metálicos em água para hemodiálise, sangue, soluções de diálise para a rede hospitalar de Minas Gerais e do País; calibração em pressão, vazão de gás natural, temperatura, torque, força e massa, para melhoria da confiabilidade metrológica nos processos de produção e para certificação da qualidade; a execução de ensaios de desempenho de motores e emissões veiculares, que aportam mais competitividade à cadeia da indústria automotiva do Estado; inspeção para fins fiscais, ação conjunta do Cetec, da Receita Federal e da Gerda, de todos os materiais componentes e produtos importados para a primeira etapa de expansão da Usina Presidente Arthur Bernardes, em Ouro Branco; prestação de serviços ao Igam para o monitoramento da qualidade das águas das principais bacias hidrográficas mineiras: São Francisco, Velhas, Paranaíba, Doce, Paraíba do Sul, Pardo, Jequitinhonha e Mucuri.

Informação tecnológica para a indústria

O Cetec na área de informação tecnológica para a indústria, sobretudo para a pequena e média indústria, busca melhoria e inovação de seus processos e produtos por intermédio: de participação em rede nacional para atendimento às demandas de informações tecnológicas a empreendedores, micro e pequenas empresas; do Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas - SBRT; de apoio tecnológico para a adequação de produtos para exportação, por intermédio do PROGEX, com total sintonia com a área de resultado “Investimento e Valor Agregado da Produção, destacando-se o alinhamento com os projetos estruturadores: Inserção Competitiva das Empresas Mineiras no Mercado Internacional, Arranjos Produtivos, especialmente no APL de Eletroeletrônica, e Sistema de Certificação e Vigilância Sanitária da Produção Agropecuária com o objetivo de ampliar a inserção competitiva, por intermédio do reconhecimento da qualidade e da certificação de produtos do Estado com

vistas a mercados internacionais. A execução do projeto “Inovação dos processos de lapidação de micro e pequenas empresas integrantes do APL de gemas e artefatos de pedra de Teófilo Otoni” tem alinhamento com a Área de Resultado “Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce”, uma vez que visa à produção local, com ênfase na formação de uma cultura de inovação, com desenvolvimento ambiental sustentável da região.

O programa de gestão institucional tem total aderência à Área de Resultado “Qualidade e Inovação em Gestão Pública”, uma vez que busca incorporar inovações e disseminar boas práticas de gestão. Ressalta-se a continuidade da participação do Cetec, pelo oitavo ano ininterrupto, no projeto “Excelência na Pesquisa Tecnológica”, conduzido pela Associação Brasileira de Instituições de Pesquisa Tecnológica (ABIPTI), segundo critérios de excelência da Fundação Prêmio Nacional da Qualidade e o desenvolvimento de projeto, financiado pela FINEP, para as atividades de apoio à modernização da gestão.

O Cetec buscou também sua inserção no projeto estruturador Governo Eletrônico, com a adesão ao Projeto de Biblioteca Virtual, com o objetivo de democratizar o acesso a informações sobre projetos tecnológicos desenvolvidos pela instituição.

O Cetec vem obtendo sucesso nas ações do Programa de Recomposição e Manutenção da Infra-Estrutura, podendo ser destacadas aquelas relacionadas à obtenção de recursos financeiros para a modernização da infra-estrutura laboratorial, área finalística da instituição, o que garante seu reconhecimento como órgão de referência na área tecnológica no Estado. O Cetec possui uma das mais expressivas infra-estruturas laboratoriais de Minas Gerais, com capital imobilizado de US\$80 milhões. Encontram-se em andamento projetos de modernização da infra estrutura laboratorial com fontes de fomento como a FINEP e a Fapemig, totalizando um investimento de aproximadamente R\$2,5 milhões.

*Mais expressivas
infra-estruturas
laboratoriais de
Minas Gerais*

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES)

A Unimontes, cumprindo a missão de “contribuir para a melhoria e transformação da sociedade, atender às aspirações e aos interesses da comunidade, tornando-se fator de integração regional”, solidifica-se como elo basilar de disseminação do ensino superior de qualidade, da pesquisa e da extensão, atuando efetivamente em uma área de 120.000 Km², o que corresponde a quase 40% do território mineiro, alcançando mais de 300 municípios das regiões norte, nordeste e noroeste e dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, abrangendo população superior a dois milhões de habitantes.

Até 2007, a Unimontes graduou 36.127 novos profissionais em seus diversos cursos, nacionalmente reconhecidos pela excelência, conforme avaliações promovidas pelo Ministério da Educação e pelo próprio Conselho

*Graduou 36.127
novos
profissionais*

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

Estadual de Educação de Minas Gerais. Neste ano, mais de 825 cidadãos ingressaram em seus cursos de graduação.

Na sua contínua superação de limites, além da graduação, a Unimontes oferece pós-graduação *lato sensu* nas mais diversas áreas do conhecimento. Na pós-graduação *stricto sensu*, conta com cursos de mestrado em ciências biológicas, ciências da saúde (profissional e acadêmico), desenvolvimento social, ciências agrárias (produção vegetal no semi-árido) e zootecnia, todos devidamente reconhecidos pela Capes/MEC. Foi iniciado, neste ano, o doutorado interinstitucional em economia, em convênio com a UFMG.

Em 2007, 1.376 novos profissionais foram qualificados em cursos técnico-profissionalizantes oferecidos pelo seu Centro de Ensino Médio e Fundamental.

Projetos de extensão

Destacando a integração universidade/comunidade, foram consolidados, neste ano, projetos de extensão, com a realização de 1.217 eventos, mais de 90 projetos extensionistas, beneficiando nos últimos quatro anos público superior a 450 mil pessoas.

Na investigação científica, os avanços têm sido expressivos. Atualmente, são desenvolvidos mais de 200 projetos de pesquisa contando, de forma especial e significativa, com o apoio da Fapemig e do CNPq.

Hospital Universitário Clemente de Faria

Menção especial deve ser feita em relação à ampliação e reforma do espaço físico, bem como a aquisição de novos e modernos equipamentos para o Hospital Universitário Clemente de Faria, com destaque, ainda, a inauguração em agosto de 2007 do Centro Ambulatorial de Especialidades Tancredo Neves, ampliando e melhorando a assistência à população e os espaços para o ensino, pesquisa e extensão.

O Hospital Universitário da Unimontes tem primado pela humanização e qualidade no atendimento à população de uma vasta região, contribuindo para a formação de profissionais qualificados para a área da saúde, bem como vem-se constituindo em importante agente no processo de investigação científica. Foram realizados em 2007 mais de 378 mil procedimentos médico-hospitalares exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde.

A comunidade acadêmica contou, ainda, com o especial atendimento da Diretoria de Documentação e Informações e da Biblioteca Universitária. Foram efetivados, neste ano, 386.287 procedimentos, entre empréstimos, visitas, restaurações, comutação e treinamento de calouros.

Imbuída da missão institucional, a Unimontes participou do processo de melhoria contínua da gestão do seu corpo docente e técnico-administrativo, o que os tornou aptos e motivados às constantes mudanças.

A qualificação dos servidores, o atendimento à saúde do trabalhador e a melhoria da qualidade de vida no trabalho, sistemas de avaliação de desempenho, Integra-Uni, Tarde da Criança, Semana do Servidor,

Treinamentos de Competências Gerenciais e diversos cursos de capacitação procurou conscientizar os servidores de sua importância na missão institucional de produção e disseminação do conhecimento.

Com atuação responsável, pautada pela transparência e princípios éticos, a Unimontes ratifica o seu compromisso de agente de integração e desenvolvimento regional, respaldada pelo decisivo e incontestável apoio do Governo de Minas, transformando-se em um ideal para tantos quanto a ela se achegam em busca do saber, da qualificação profissional e da redenção de seus sonhos de cidadania.



CULTURA

CULTURA

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA (SEC)

A atual gestão da Secretaria de Estado de Cultura (SEC) tem-se caracterizado pelos esforços de democratização do acesso aos bens e serviços culturais por meio de importantes projetos como “Construindo uma Minas Leitora”, “Fundo Estadual de Cultura” e “Cena Minas”.

Nesse sentido, a continuidade do projeto “Construindo uma Minas Leitora”, que tem como objetivo zerar o déficit de bibliotecas públicas no Estado, modernizar as bibliotecas mais carentes, capacitar recursos humanos em gestão de bibliotecas e institucionalizar uma rede de bibliotecas-pólo, assegurou o apoio ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais, com destaque para a atualização da base de dados, alcançando 97,2% dos municípios mineiros.

O “Fundo Estadual de Cultura” contribui para a descentralização cultural no Estado, sendo um instrumento de apoio, a ser somado à Lei Estadual de Incentivo à Cultura e a outros mecanismos de financiamento existentes em Minas. Buscou apoiar projetos que, tradicionalmente, encontram maiores dificuldades na captação de recursos no mercado. A criação desse importante instrumento de fomento à cultura, que conta com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) como seu agente financeiro, vem demonstrando constante preocupação com a descentralização da cultura em Minas Gerais.

No fomento à produção cultural, o “Cena Minas” possibilitou melhores condições de trabalho aos artistas cênicos, incentivando pesquisas de linguagens, favorecendo a troca de informações, além de beneficiar a população das diversas regiões do Estado, contribuindo para a formação do público, especialmente de crianças e jovens, e facilitando o acesso ao conhecimento e às produções artísticas de qualidade.

Cena Minas

Ressalte-se, ainda, a criação da Superintendência de Interiorização na estrutura organizacional da SEC com o objetivo de promover uma política de descentralização e interiorização da cultura e tendo como metas: aumentar o acesso e a produção de bens culturais no Estado; intensificar o processo de qualificação e capacitação dos agentes culturais dos municípios mineiros e promover a articulação entre as unidades do sistema de cultura em sua atuação no interior do Estado.

*Interiorização
da cultura no
Estado*

Com isso, a Secretaria de Estado de Cultura - nas áreas de ação cultural, arquivo, bibliotecas, museus, suplemento literário, fomento e incentivo à cultura, interiorização, juntamente com as Fundações de Arte de Ouro Preto, Clóvis Salgado, TV Minas, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico e Rádio Inconfidência - vem conseguindo a melhoria de sua atuação.

A seguir, a SEC apresenta os resultados da atual gestão, nas diversas unidades que integram o Sistema Estadual de Cultural, em 2007.

Mensagem à Assembléia Legislativa

A Superintendência de Ação Cultural (SAC), área finalística da Secretaria de Estado de Cultura, visa a fortalecer a articulação entre as unidades do Sistema Estadual de Cultura e os grupos, os artistas, as entidades, os produtores e as administrações municipais. Em 2007, esta unidade ultrapassou as metas e as propostas previstas para o período, desenvolvendo programas de capacitação, de gestão da informação, de fomento e de incentivo cultural.

Apoio às
bandas de
música

O programa de Apoio às Bandas Cívicas do Estado de Minas Gerais contou com R\$ 1,5 milhão advindos de parceria com a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemig) e de emendas parlamentares. Foram adquiridos 1.810 instrumentos musicais, atendendo a mais de 130 corporações de 123 municípios.

O programa Oficina de Elaboração, Captação e Gestão de Projetos Culturais foi realizado em sete municípios, contando com 196 participantes, refletindo-se em cerca de 2 mil produtores culturais. A Oficina de Percussão realizou-se em quatro municípios, contando com 91 participantes. A Oficina de Formação de Projetos Audiovisuais aconteceu em três municípios e contou com 50 alunos; a Oficina de Produção Audiovisual foi realizada em dois municípios e contou com 60 alunos.

O projeto Patrimônio Arquivístico Musical Mineiro conseguiu recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), totalizando R\$ 480,5 mil para a realização de pesquisa de obras dos séculos XVIII, XIX e do início do Século XX, em 13 acervos de manuscritos musicais dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. São eles: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese Metropolitana de Diamantina; Arquivo Francisco Valle (São Paulo); Arquivo Histórico Monsenhor Horta (Mariana); Arquivo Vespasiano Gregório dos Santos (Belo Horizonte); Biblioteca Alberto Nepomuceno da UFRJ (Rio de Janeiro); Casa de Cultura de Santa Luzia; Arquivo Manoel José Gomes/Centro de Ciências, Letras e Artes (Campinas); Laboratório de Musicologia da ECA-USP (São Paulo); Museu da Inconfidência (Ouro Preto); Museu da Música (Mariana); Orquestra Lira Sanjoanense (São João del-Rei); Orquestra Ribeiro Bastos (São João del-Rei); Sociedade Musical Santa Cecília (Sabará). As obras editadas produziram três álbuns e três CD-Rom e serão disponibilizadas em um site a partir de seu lançamento com realização de concerto pela Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, sobre peças dos autores Lobo de Mesquita, Jerônimo de Souza e Francisco Valle.

O programa de Apoio a Projetos de Interesse Público atendeu a nove projetos do segmento da cultura popular, três de audiovisual, três de dança, quatro de teatro, seis de literatura, 13 de eventos culturais, quatro de música, um de arquitetura, cinco de oficinas, três de manutenção de espaços culturais, três de patrimônio e um de artes plásticas.

O programa Cemig Cultural reuniu recursos da ordem de R\$ 16,4 milhões, contemplando 152 projetos nas várias áreas artísticas e culturais. O programa Copasa Cultural aportou R\$ 2,065 milhões, abrangendo nove projetos.

O Centro de Tradições Mineiras (CTM) concedeu apoio à Guarda de Congo São Bartolomeu (Belo Horizonte) e à Comissão Mineira do Folclore (Belo Horizonte) para realização do II Seminário - Minas: Integração Interétnica e produção do CD Folia de Venda Nova.

O Filme em Minas - biênio 2007/2008 - incentivou 34 projetos em sete categorias: longas-metragens, curtas-metragens, documentários em vídeo, novos formatos, publicação e digitalização de acervos, cópiagem, desenvolvimento de projetos e incentivo especial do governo de Minas ao cinema. Os produtos audiovisuais resultantes do programa compõem-se de uma mostra disponível para circulação no interior de Minas. Destaca-se a Minas Film Commission, que promove a locação, mão-de-obra e infra-estrutura para produção audiovisual nacional e internacional, tendo apoiado seis projetos.

*Incentivo à
produção
audiovisual*

O Cena Minas - Prêmio Estado de Minas Gerais de Artes Cênicas, em parceria com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), novo instrumento de fomento cultural - vem somar-se à Lei Estadual de Incentivo, ao Fundo Estadual de Cultura e a outros mecanismos existentes no Estado, recebendo 101 inscrições de projetos, seu primeiro edital foi lançado em novembro de 2007, aportando a este segmento 1 milhão de reais.

A Superintendência de Museus (SUM) visa a implementar a política museológica do Estado de Minas Gerais e a gerenciar as unidades a ela subordinadas, atendendo aos princípios de preservação, de promoção e de acesso ao patrimônio museológico mineiro.

*Implementação
de uma política
museológica no
Estado*

Ao longo do ano, realizou o cadastramento de 306 museus, em 141 municípios. Prestou, também, assessoria técnica para o gerenciamento de museus existentes em 26 municípios de Minas, localizados em diferentes regiões.

A Superintendência realizou 16 cursos de formação de professores das redes pública e particular da Região Metropolitana de Belo Horizonte, alcançando 173 professores.

Visando a difundir e a disseminar conceitos e práticas museológicas, promoveu, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), oficinas de expografia, segurança em museus e conservação de acervos, em Belo Horizonte e Juiz de Fora, contando com a presença de participantes procedentes de ambos os municípios, além daqueles oriundos de *Pedro Leopoldo, Mariana, Contagem, Cordisburgo e Jequitinhonha*.

Vale ressaltar que, por meio de uma programação cultural e educativa dos museus vinculados - Museu Mineiro, em Belo Horizonte; Museu Casa Guimarães Rosa, em Cordisburgo; Museu Casa Guignard, em Ouro Preto; Museu Casa Alphonsus de Guimaraens, em Mariana; Museu do Crédito Real, em Juiz de Fora - a SUM atingiu 28.996 visitantes.

Mensagem à Assembleia Legislativa

Dando continuidade ao trabalho de formação e capacitação na área museológica, a Superintendência de Museus se destacou com o trabalho pioneiro no Brasil na realização de videoconferências dirigidas a gestores públicos, profissionais da área museológica e outros interessados.

A escolha dos temas abordados observou as demandas recebidas pela SUM no plano museológico: implantação, gestão e organização dos museus; elaboração de projetos e fomento para a área museológica e ação educativa em museus.

A iniciativa contou com o apoio da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais que, por meio do projeto estruturador Inclusão Digital, transmitiu as videoconferências, ao vivo, para 45 municípios do Estado que dispõem de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT).

Cabe, ainda, mencionar as publicações do Guia de Ação Educativa em Museus e do álbum fac-símile Cartões de Guignard para Amalita, ambos com tiragem de mil exemplares, com recursos advindos das leis federal e estadual de Incentivo à Cultura.

A Superintendência de Bibliotecas Públicas (SUB) visa a reunir, a preservar, a organizar e a divulgar o patrimônio bibliográfico do Estado.

Atenção ao
patrimônio
bibliográfico do
Estado

Com uma ação efetiva de apoio ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais, assegurou-se a continuidade do projeto Construindo uma Minas Leitora.

Os programas de reforma, de modernização e de adequação do prédio da Biblioteca Pública Estadual “Luiz de Bessa” e de seu anexo, de informatização e de digitalização dos acervos tiveram prosseguimento, em parceria com a iniciativa privada, com a melhoria da infra-estrutura física e tecnológica de sua sede, com a informatização de acervos e serviços, com a criação de bancos de dados, com o tratamento e a divulgação da Coleção Mineiriana e com a modernização de bibliotecas do interior.

Até dezembro de 2007, estará concluída mais uma etapa da reforma do prédio-sede (projeto de Oscar Niemeyer), com a modernização do setor de periódicos, com obras que incluem estacionamento, depósitos, área de encadernação, zeladoria, copa, banheiros, paisagismo, iluminação, sinalização e câmeras de segurança.

Foram adquiridos 9.670 livros, com 25.874 títulos informatizados e incorporados à base de dados, incluindo acervos retrospectivos, além da digitalização de 28 títulos de jornais e revistas históricas da hemeroteca. Manteve-se o acervo de publicações periódicas com a assinatura de 70 títulos de jornais e revistas.

Foram realizadas 890.560 consultas on-line que, somadas às consultas de pessoa física, totalizaram 1.326.904 atendimentos.

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, foram desenvolvidas 260 ações de incentivo à leitura, destacando-se 110 visitas orientadas de escolas públicas e privadas, 33 exposições bibliográficas, 83 horas do conto/leitura dramatizada, além de sessões de cinema, de teatro, de palestras e de lançamentos de livros e similares.

*Incentivo à
leitura*

No interior, o programa Construindo uma Minas Leitora inaugurou mais 99 bibliotecas. Foram realizados cursos de capacitação de gestores de bibliotecas em 277 municípios, bem como doados livros para 225 municípios, realizadas 90 exposições bibliográficas, além do Encontro de Bibliotecas Públicas Municipais em São João del-Rei, com a presença de 89 municípios.

Destaca-se a atualização da base de dados do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais, que cadastrou as bibliotecas públicas de 97,2% dos municípios mineiros.

A SUB esteve presente no XXIII Congresso Nacional de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação e no Encontro do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais, realizado pela Fundação Biblioteca Nacional. Receberá, em dezembro, a Medalha Etelvina Lima, prêmio concedido pelo Conselho Regional de Biblioteconomia à instituição pública do Estado que mais se destacou na área de incentivo à leitura. Coordenou, em Minas Gerais, o Prêmio Literário “Nossa gente, Nossas letras”, concedido pelo Instituto Oldenburg e pela Editora Record para estudantes de letras, homenageando Carlos Drummond de Andrade.

Com a criação, modernização e boa gestão de bibliotecas públicas na capital e no interior, o Estado democratiza o acesso à leitura, direito cultural imprescindível a qualquer cidadão, independentemente de idade, raça, credo, condição social ou interesse, reduzindo assim o índice de analfabetismo funcional, aumentando o nível de letramento e o grau de competência informacional da população.

A Superintendência de Publicações e do Suplemento Literário, em 2007, atendeu a demandas para inclusão de leitores, de pontos de distribuição, a de solicitação de acréscimo de exemplares enviados a instituições cadastradas e, ainda, de tiragem definida em 15 mil exemplares. Os pontos cadastrados para recebimento incluem todos os assinantes do Diário Oficial, o que abrange as 853 prefeituras de Minas Gerais, além de universidades, faculdades, livrarias e centros culturais da capital, do interior e de outras cidades do país, bem como de leitores cadastrados.

Foram impressos, no ano, 15 mil exemplares do suplemento, além de dois suplementos especiais, em papel couchê, com edição de 2 mil exemplares cada, nos meses de junho, com o tema “Acervo de Escritores Mineiros”, e de dezembro, homenageando São João del-Rei, capital da Cultura.

A Superintendência de Fomento e Incentivo à Cultura (SFIC) visa à democratização do acesso aos bens e serviços culturais.

Mensagem à Assembléia Legislativa

Em 2007, foram inscritos 638 projetos no Fundo Estadual de Cultura (FEC), sendo aprovados 84. Destes, 80,7% são do interior e 19,3% de Belo Horizonte, dados que ilustram o foco prioritário na interiorização e no desenvolvimento cultural das diversas regiões do Estado.

Mais de 800 pessoas receberam treinamentos promovidos pela Secretaria de Estado de Cultura em 48 municípios do interior do Estado (11 treinamentos presenciais e 37 videoconferências), e um treinamento em Belo Horizonte, com foco no Edital do FEC - 2007.

Nos dois editais até agora realizados, em 2006 e 2007, foram disponibilizados pelo Fundo Estadual de Cultura mais de R\$ 20 milhões, nas modalidades liberação de recursos não-reembolsáveis e financiamento reembolsável. Ao todo, foram contemplados 93 municípios no Estado de Minas Gerais. O próximo edital do Fundo Estadual de Cultura, com previsão para o primeiro trimestre de 2008, pretende mais uma vez privilegiar ações inovadoras descentralização cultural.

Foram realizados encontros para discussão de reformas na Lei Estadual de Incentivo à Cultura, além de duas sessões plenárias, na Assembléia Legislativa, com a presença dos ilustres deputados da Comissão de Cultura, de representantes da classe artística e de produtores culturais do Estado, para exposição das sugestões de reformulação da Lei 12.733/97.

No Edital 01/2007, da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, para execução em 2008, foram inscritos 1.812 projetos, sendo 1.039 por Belo Horizonte e 773 pelo interior, representando um quantitativo de projetos apresentados pelo interior de 42,66%. Do total de projetos, 1.809 foram inscritos na modalidade ICMS corrente e três projetos na modalidade de Dívida Ativa.

Houve treinamentos presenciais em 19 cidades do interior e um na capital, bem como videoconferências disponibilizadas para 34 municípios, totalizando 54 municípios. Indiretamente, outras cidades foram atendidas, uma vez que os treinamentos contaram, também, com representantes de municípios vizinhos. Outra ação inédita e de grande importância foi a emissão de 710 certificados de conclusão aos projetos executados, sem restrições nas prestações de contas.

A renúncia fiscal em 2007, para captação em 2008, será de cerca de 40 milhões de reais.

A Superintendência de Interiorização (SI), criada em 2007, visa à articulação das ações de interiorização da Secretaria de Estado de Cultura.

Foram definidos os cinco Núcleos de Interiorização de Cultura: Araçuaí, Governador Valadares, Uberlândia, Pouso Alegre e São João del-Rei. Este último, já implantado, vem cumprindo as funções de representação regional da Secretaria de Estado de Cultura, coordenando diversas oficinas de capacitação de agentes culturais da região.

Foi criada a Rede de Articuladores de Cultura, em todo o Estado, que se constitui, no momento, de 39 pessoas (em 26 municípios), cuidadosamente selecionadas, tendo em vista sua reconhecida atuação e sensibilidade na área da cultura. Esta rede tem por fim a promoção do intercâmbio de informações culturais entre os municípios do interior do Estado, o que, em breve, permitirá identificar oportunidades, organizar empreendimentos e realizar ações relacionadas às políticas públicas não apenas dos municípios participantes mas também no entorno destes.

Criação da rede de articuladores de cultura

Por meio do apoio à criação e implantação do projeto estruturador Circuitos Culturais de Minas Gerais no interior do Estado, foram definidos os municípios que possuirão sede do Museu de Percursos do Vale do Jequitinhonha – Minas Novas, Araçuaí e Jequitinhonha – e realizadas negociações com o poder público municipal, a fim de garantir espaço físico para as unidades museológicas. Também vem sendo realizado o acompanhamento das obras do Instituto Cultural Dona Mercedes, no município de Jequitinhonha, que também integra o Museu de Percursos. Para implementação do Museu da Cachaça, a SI responsabilizou-se pelo evento de lançamento oficial do projeto e pela assinatura do Termo de Cooperação entre o município de Salinas e a Secretaria de Estado de Cultura.

Dentre as várias frentes de atuação desta superintendência, destacam-se: recebimento, encaminhamento e acompanhamento das demandas dos municípios do interior nas diversas áreas da cultura; contribuição da coleta, sistematização e disponibilização de informações de natureza cultural; planejamento da viagem do sistema estadual de cultura à região do Noroeste de Minas e representações institucionais nas quais envolveram políticas da Secretaria de Cultura.

O Arquivo Público Mineiro (APM) é responsável pela ação arquivística no âmbito do executivo estadual, implementando iniciativas de gestão, de preservação e de acesso aos documentos públicos e privados de interesse público.

No intuito de salvaguardar o patrimônio documental de Minas Gerais, o APM realizou a higienização de 335 livros e de 48,78 metros lineares de documentos, assim como a microfilmagem de 27.800 páginas de documentos.

A melhoria nas condições de guarda e de conservação documental foi sistematicamente promovida. Nesta perspectiva, foi dada continuidade à reforma do prédio anexo e da sede do APM, obra que permitirá a criação de áreas mais adequadas ao acondicionamento, tratamento e organização de acervos.

Melhoria nas condições de guarda e de conservação documental

Também ocorreram ações externas visando à conservação preventiva do patrimônio documental de Minas Gerais. Várias cidades do interior receberam visitas de técnicos para consultorias, palestras e participação em seminários e cursos.

Mensagem à Assembléia Legislativa

Foram implementados os projetos: Memória da Administração do Estado de Minas Gerais (1889-1945) - 2ª Etapa; Preservação e Divulgação da Memória de Minas Gerais registrada em filmes; Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIA/APM). Foram finalizados os projetos: Casa dos Contos; Digitalização dos Jornais Mineiros do século XIX; Memória da Administração do Estado de Minas Gerais (1889-1945) - 1ª. Etapa.

Além de dois ciclos de palestras, foi realizado o II Seminário Internacional do Arquivo Público Mineiro - Documentos Eletrônicos: Gestão e Preservação, com participação de palestrantes de diversos países e de estados do Brasil, sendo registrados 518 inscritos.

Visando dar continuidade à implantação do programa de Gestão de Documentos nos órgãos e entidades da administração pública estadual, o Arquivo Público Mineiro desenvolveu as suas atividades, capacitando 47 membros de Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos de Arquivos, prestando 378 assessorias técnicas aos órgãos e entidades, orientando e analisando procedimentos que culminaram na autorização de eliminação de 1.034,76 metros lineares de documentos destituídos de valor probatório, informativo ou histórico. Foram atendidos 18.612 consulentes.

*Lançado o
Sistema
Integrado de
Acesso do
Arquivo Público
Mineiro (SIA)*

Em 05 de novembro de 2007, foi lançado o Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIA/APM). O SIA é uma base informatizada que possibilita a pesquisa direta no acervo do APM, por meio da internet. Já estão disponíveis, para consulta, bancos de dados e de imagens, assim como instrumentos de pesquisa e cerca de 80 mil páginas de manuscritos dos séculos XVIII e XIX, além da coleção completa da Revista do Arquivo Público Mineiro. Desde o seu lançamento, o site do SIA já teve mais de 5 mil acessos.

Ressalte-se, ainda, a edição de dois números da Revista do Arquivo Público Mineiro, de um Caderno Técnico sobre gestão de documentos e o lançamento de quatro livros: Panfletos Abolicionistas: o 13 de maio em versos; Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucury: a modernidade possível; Instrução para a Capitania de Minas Gerais (1782); e São João del-Rey: uma cidade no Império.

FUNDAÇÃO CLÓVIS SALGADO (FCS)

*Democratização
do acesso das
pessoas aos
diversos bens
culturais*

A Fundação Clóvis Salgado (FCS) visa à democratização do acesso das pessoas aos diversos bens culturais. Neste sentido, trabalhou na diversificação e expansão de suas atividades, possibilitando o acesso da população do Estado de Minas Gerais às artes, além de contribuir para a divulgação de todas as formas de expressão artística. Por meio de uma qualificada programação, atingiu um público de aproximadamente 960 mil pessoas, em seus diversos eventos.

Contando com a sólida parceria de grandes empresas para realizar eventos próprios a preços subsidiados e gratuitos, reforçou e ampliou os

projetos já existentes (Quarta Erudita, Escolas em Concerto, Concertos no Parque, Concerto Brasileiro, Concerto Minas Experimental, Concertos Didáticos, Série Música Coral, Música no Foyer, Melodia, Diálogos, Teatroencontro.com e Terças Poéticas).

As Galerias receberam grandes exposições de destaque no cenário nacional, como Encontro Mercado, Oriente e Trópico, Ziraldo – o eterno menino maluquinho, e uma grande mostra em homenagem ao Centenário de Oscar Niemeyer.

Foram realizados o IV Festival Internacional de Curtas de Belo Horizonte, a Temporada de Óperas apresentando Falstaff, de Giuseppe Verdi, e O Homem Que Confundiu Sua Mulher Com Um Chapéu, de Michael Nyman, o Projeto CEFARCIRANDA, sendo este uma série de oficinas com conteúdos variados e profissionais renomados no mercado, para profissionais e alunos de dança, música, ópera e teatro de escolas de Belo Horizonte.

A Cia de Dança recebeu a premiação de Melhor Espetáculo, com a Coreografia de Cordel, no 12º Prêmio Sesc/Sated, além de apresentar-se em Beirute, no Líbano, Amman, na Jordânia, e Ramallah, na Cisjordânia.

A Serraria Souza Pinto abrigou 48 eventos de grande porte, culturais e empresariais.

O projeto Circulação 2007 foi o destaque de circulação dos corpos artísticos da Fundação Clóvis Salgado, com apresentações e oficinas da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, do Coral Lírico, da Cia. de Dança Palácio das Artes, da Orquestra Jovem do Palácio das Artes - nas suas formações completas ou em grupos de câmara - e do Expresso Melodia em 214 cidades mineiras.

Empenhada em investir e dar oportunidade a novos talentos, através do edital de Artes Visuais 2007, o projeto Novos Talentos selecionou 17 mostras para ocuparem as galerias Genesco Murta, Arlinda Corrêa Lima e espaço Mari'Stella Tristão ao longo do ano, e, por meio do edital de Estímulo às Artes, selecionou 23 propostas para o projeto Música Independente, um para a área de dança e outro para a área de teatro.

Houve incentivo à produção artística e ao desenvolvimento de novos talentos entre os alunos do Centro de Formação Artística (Cefar), resultando na formação da Big Band Cefar, e do Grupo de Percussão do Cefar, além da produção do espetáculo cênico musical CefarConcerto, que reuniu os alunos de dança, de teatro e de música.

Investiu-se em melhorias na infra-estrutura, como reforma total do Cine Humberto Mauro, para maior conforto dos frequentadores. A FCS modernizou o sistema de combate a incêndio, em conformidade com as exigências do Corpo de Bombeiros, garantindo mais segurança.

Mensagem à Assembléia Legislativa

E, por fim, reformulou o site do Palácio das Artes, visando a aprimorar o caráter multimídia e, conseqüentemente, a disponibilização de informações diversas, propiciando maior interação com o público.

RÁDIO INCONFIDÊNCIA LTDA

A Rádio Inconfidência visa qualificar e diversificar a sua programação no intuito de valorizar a cultura de Minas e do Brasil, promovendo a integração do Estado. Para isto, vem trabalhando na reestruturação do seu acervo técnico, material e humano.

Em 2007, na área administrativa, tem sido despendido um grande esforço na regularização da contabilidade pública e privada da rádio. Foi iniciada a implantação de um novo modelo de gestão que será concluído no primeiro semestre de 2008.

*Aumento da
área de
cobertura das
transmissões*

Dando continuidade às obras de reforma, iniciadas em 2006, foi realizada, no Centro de Transmissão AM (CTAM), a construção do novo muro, de cercamento da área de 140.000 m², a instalação de radiais de cobre e a substituição do sistema de aterramento, aumentando assim a área de cobertura de transmissões AM e OC e melhorando as condições de segurança física e elétrica da unidade. No edifício-sede, o Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais (Deop) iniciou a reforma dos seis andares em outubro de 2007.

Foi iniciado o processo de aquisição de um novo transmissor FM digital, aguardando a definição do padrão a ser adotado no Brasil, o que poderá ser postergado para 2008. Além disso, novos equipamentos de informática, de automação e de gravação de áudio estão sendo adquiridos para ampliar o parque tecnológico da emissora. A renovação da frota de veículos da rádio, em dezembro de 2007, prevê a aquisição de mais sete unidades e uma redução de 13 para 10 veículos, com recursos próprios.

*Diversificação
da
programação*

O ano de 2007 foi marcado pela qualificação e diversificação da programação da Rádio Inconfidência no sentido de valorizar a cultura de Minas e do Brasil, de promover a integração do Estado e de ampliar a interlocução com emissoras públicas de todo o país. No jornalismo, a implantação do Jornal Integração, veiculado diariamente, ampliou a cobertura da informação sobre o interior de Minas. A atuação da equipe de jornalismo esportivo vem conquistando audiência e credibilidade, tanto na sua relação com os clubes mineiros quanto no retorno dado pelo crescente público ouvinte. A comemoração dos 20 anos do programa Bazar Maravilha, realizada com o apoio e a parceria do BDMG Cultural, da Cemig e da Secretaria de Estado de Cultura, levou ao Parque das Mangabeiras, em 28 de outubro, vários artistas consagrados do cenário musical mineiro e um público de quase 3 mil pessoas, para uma transmissão ao vivo, em rede AM/FM, do programa, que é um dos campeões de audiência da emissora. O departamento comercial da Rádio realizou pesquisas de satisfação – com resultados positivos – entre clientes e

ouvintes da emissora e concretizou inúmeras promoções e mais de 200 apoios culturais (10% a mais do que em 2006). O crescimento de vendas previsto para 2007 é de 15%.

Todo o projeto de revitalização da Rádio Inconfidência tem como objetivo principal recuperar o lugar de grande emissora pública, com uma programação e um sinal de qualidade que tenham alcance regional, nacional e mundial. A recuperação da sua potência significa, em sentido amplo, valorizar a cultura mineira e brasileira com uma informação criteriosa e uma programação qualificada, diversificada, abrangente e inteligente, seja por AM, FM, OC ou pelo site www.inconfidencia.com.br, lançado em 2007, que ampliou ainda mais a comunicação com o público.

FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (REDE MINAS)

A Fundação TV Minas Cultural e Educativa (Rede Minas) encerra o ano novamente premiada. Pelo segundo ano consecutivo conquista o prêmio da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE) como Veículo do Ano, em nível nacional. Este prêmio é concedido pela entidade examinando o que ocorreu na televisão brasileira durante o ano, e normalmente é atribuído a emissoras privadas. No segmento público, somente a Rede Minas o conquistou.

*TV Minas
premiada
como veículo
do ano*

No cenário nacional, a televisão pública passa por uma fase de intensa evolução, em função da migração digital. Nesta fase, graças ao conceito conquistado pela Rede Minas, o seu presidente foi eleito também presidente da ABEPEC (Associação Brasileira de Emissoras Públicas Educativas e Culturais), que representa 23 emissoras públicas estaduais.

Uma das principais missões da Rede Minas é a integração do Estado. A emissora tem hoje 57 afiliadas no interior, sendo a maior rede pública estadual do Brasil e, nos próximos meses, deverá completar a universalização do sinal para todos os 853 municípios mineiros (hoje está em cerca de 750). A integração com as emissoras afiliadas possibilita à Rede Minas maior presença de conteúdos do interior na programação. Diariamente, matérias de todas as regiões do Estado são transmitidas nos seis telejornais da TV, e as melhores são repassadas à Rede Pública de Televisão para serem mostradas em todo o Brasil.

São 24 horas no ar, com uma média diária de sete horas e meia de programação própria. Ao todo, são seis telejornais, quatro programas diários, 29 programas semanais (16 produzidos internamente, em co-produção com a TVE Brasil e oito em parceria com outras instituições) e dois programas mensais.

Para oferecer à sociedade conteúdos importantes e ausentes na programação das emissoras comerciais, a TV Minas mostra a diversidade ligada ao meio ambiente, à educação, à ciência e à tecnologia, produzida em

Mensagem à Assembléia Legislativa

Minas, além de debates e coberturas especiais, com prioridade integral para conteúdos culturais mineiros.

Entre os destaques estão: o primeiro programa infantil, Dango Balango, veiculado em rede nacional pela TV Cultura de São Paulo, TV Rá-Tim-Bum, por meio da qual o programa é veiculado também nos Estados Unidos; o premiado Planeta Minas, que trata em profundidade temas mineiros; e os tradicionais Brasil das Gerais (programa interativo sobre questões do cotidiano); Agenda (revista que aborda a produção artística e cultural mineira); e o programa Rede Jovem de Cidadania, premiado pela ONU por promover a melhoria das condições de vida na periferia.

Neste último ano de trabalho, a emissora adotou as medidas necessárias ao seu gerenciamento e se manteve em situação de equilíbrio, com a consolidação da parceria com uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), intitulada Associação para o Desenvolvimento da Radiodifusão de Minas Gerais (ADTV), que permite agilidade na operação da emissora. A sua área técnica recebeu investimentos para atualização tecnológica.

Tendo em vista a iminente implantação da TV Digital, a emissora elaborou seu projeto técnico, fundamental para as negociações dos recursos que serão necessários para sua implantação.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO (IEPHA)

O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha) deu prosseguimento à implementação de suas políticas voltadas para o patrimônio, atuando na elaboração de projetos, na execução de obras de restauração e preservação, além de ações de proteção por meio de instrumentos legais, entre eles o tombamento de bens materiais e o registro de bens imateriais, a identificação e o inventário de bens culturais. Alinhado às diretrizes da Secretaria de Estado de Cultura e do Governo de Minas, o instituto vem fortalecendo suas ações de interiorização, sempre buscando parcerias com as comunidades, dando-lhes o suporte necessário.

Para o ICMS Patrimônio Cultural, exercício 2008, 648 municípios apresentaram documentação para análise, o que representa 76% das cidades mineiras. O Iepha, por meio de parcerias com municípios e instituições estaduais, promoveu dez fóruns regionais sobre ICMS – Proteção ao Patrimônio Cultural, com a participação de 78 municípios e capacitação de 300 agentes culturais. Foram promovidos também nove cursos regionais sobre diretrizes para proteção do patrimônio cultural, atingindo 80 municípios e capacitando 321 agentes culturais.

*Levantamento
do Inventário
do patrimônio
cultural*

Foi dado prosseguimento às ações de identificação e pesquisa do patrimônio cultural mineiro, por meio do Programa de Inventário de Proteção do Acervo Cultural (IPAC/MG) e do Programa de Identificação e Recuperação de

Bens Culturais Desaparecidos, que tem por finalidade coibir o comércio ilícito de obras de arte.

No âmbito do programa de Diagnóstico e Fiscalização de Bens Tombados, o Iepha vistoriou 96 bens tombados pelo Estado e por municípios, contemplando 41 cidades.

Entre as ações de conservação e restauração do patrimônio, destacam-se a continuidade do projeto estruturador Circuito Cultural Praça da Liberdade, com a restauração do mobiliário, término da segunda etapa da restauração do Arquivo Público Mineiro e a elaboração de projetos para conclusão das obras de restauração do prédio da antiga Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas.

Destacam-se, ainda, a restauração da cobertura dos prédios da Secretaria de Estado de Cultura, assim como a finalização da primeira etapa de restauração da Fazenda Boa Esperança, em Belo Vale, prosseguimento do programa Monumenta/Serro, com a contratação das obras de elementos artísticos e civis da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, dos elementos artísticos da Igreja de Bom Jesus de Matozinhos e da restauração da Chácara do Barão do Serro, além da continuidade da restauração de bens culturais.

Dentro do programa PRODETUR NE II, foi elaborado o Termo de Referência para a contratação de projetos para seis bens culturais no Vale do Jequitinhonha.

Ainda em 2007, o Iepha teve sua estrutura orgânica básica alterada pela Lei Delegada 149, de 25 de janeiro de 2007.

FUNDAÇÃO DE ARTE DE OURO PRETO (FAOP)

A Fundação de Arte de Ouro Preto (Faop) tem como missão promover, incentivar e executar atividades culturais para valorizar a arte em todas as suas dimensões e propiciar atitudes de compromisso e responsabilidade com o patrimônio cultural.

Valorização da arte

A Faop mantém a Escola de Arte Rodrigo Melo Franco de Andrade (EARMFA), estruturada no Núcleo de Arte, no Núcleo de Conservação e Restauração e no Núcleo de Ofícios. Desenvolve projetos de pesquisa e extensão, atua na conservação e restauração de bens móveis e imóveis e na manutenção do Memorial Pedro Aleixo, da Galeria de Arte Nello Nuno, da Biblioteca Murilo Rubião e do Espaço Cultural Casa Bernardo Guimarães.

O Núcleo de Arte tem seu foco no pensar, perceber e produzir arte. Oferece cursos de iniciação, desenvolvimento e aperfeiçoamento em diversos campos da arte, fomentando o diálogo entre as várias técnicas e linguagens artísticas. Fornece instrumentos de expressão que permitem a compreensão do fazer, do pensar e do contextualizar a arte. Em 2007, atendeu 486 alunos

Mensagem à Assembléia Legislativa

de todas as faixas etárias que apresentaram duas mostras finais de artes visuais e audições musicais. Também promoveu o Encontro com Artista, projeto que propicia a troca de experiências entre profissionais de reconhecida produção artística nacional e a comunidade local e regional.

Por meio do Núcleo de Conservação e Restauração, a Faop executou dois processos seletivos para o curso técnico em conservação e restauração de bens culturais, reconhecido pelo Ministério de Educação (MEC). Qualificou 30 profissionais tecnicamente capacitados para analisar, diagnosticar e intervir em bens patrimoniais móveis. O curso tem importante papel na preservação dos acervos comunitários e recebe peças, a título de material didático, sem custos para as comunidades guardiãs. O núcleo mantém equipe técnica que realiza consultorias, diagnósticos e projetos de conservação e restauração de bens móveis por meio de seu ateliê de prestação de serviços. Nas comunidades atendidas também são promovidas ações de educação patrimonial. Executou a restauração de 111 bens móveis nos suportes papel, escultura policromada e pintura de cavalete, como contribuição para a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Em Lavras Novas, distrito de Ouro Preto, restauraram-se elementos artísticos integrados da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres e, também, em Lobo Leite, distrito de Congonhas do Campo, a Igreja de Nossa Senhora da Soledade está sendo restaurada.

O Núcleo de Ofícios capacitou, em abril de 2007, 99 oficiais da construção civil para intervenção qualificada em sítios históricos e, neste momento, oferece capacitação para outros 55 oficiais no segundo curso iniciado em agosto. O Formação Profissionalizante em Arte, Restauo e Ofícios (ARO), outro programa do Núcleo de Ofícios, oferece aos jovens de 16 a 20 anos, em situação de risco social, uma formação humana e profissionalizante ampla, baseada nas competências e habilidades disponibilizadas nos diferentes núcleos da EARMFA. Iniciado em outubro de 2007 com 62 alunos, o ARO busca promover a inclusão social, a inserção no mercado de trabalho e a preparação para o mundo profissional com instrumental de arte e cultura.

Atualmente, o Núcleo de Ofícios realiza o acompanhamento técnico e a fiscalização da restauração da Igreja Nossa Senhora da Conceição, em Gagé, distrito de Conselheiro Lafaiete, assim como das obras-escola de conservação e restauração de dois importantes imóveis do conjunto tombado de Ouro Preto, edifícios-sede do Núcleo de Arte e do Núcleo de Conservação e Restauração. Nestas obras são utilizadas técnicas tradicionais pelos alunos estagiários supervisionados pelos mestres artífices e professores do núcleo.

A Biblioteca Murilo Rubião abriga um acervo de 4.415 obras, em fase de ampliação, por meio de parcerias com instituições do Brasil e do exterior. Atualmente está sendo executada a gestão documental nos arquivos da Faop, conforme legislação vigente.

As atividades de difusão, de promoção e de divulgação desenvolvidas pela Galeria de Arte Nello Nuno propiciaram e fomentaram expressões artísticas diversificadas. Este espaço cultural da Faop abriga mostras da genuína manifestação artística com exposições programadas por uma agenda

*Aproximação
do público
escolar, da
comunidade e
dos visitantes
com o legado
cultural*

qualificada, conforme edital anual, atingindo uma média de 13 mil visitantes/ano, entre moradores e visitantes.

Com ações educativas, a Faop abre suas portas para potencializar a fruição e a compreensão dos diferentes acervos e mostras presentes nos seus espaços culturais. Ao disponibilizar a diversidade de informações geradas em seus cursos, ateliês, projetos e eventos, a Faop contribui para a formação de um público crítico e ativo e promove a aproximação do público escolar, da comunidade e dos visitantes com o seu legado cultural.

O projeto de extensão Resgate Cultural, cuja finalidade é resgatar ofícios e manifestações culturais estaduais ameaçados de extinção ou de descaracterização, teve, em 2007, sua metodologia de trabalho revista por equipe multidisciplinar, a ser implantada a partir de 2008. O projeto apresenta resultados surpreendentes ao garantir a continuidade das expressões artísticas locais, ao promover a geração de renda nas comunidades, ao recuperar a autoestima dos artesãos e ao fortalecer os sentimentos de identidade e de cidadania. Outro projeto de extensão de grande envergadura e em fase final de execução é a elaboração da metodologia para atuação do Sistema Sebrae-MG na cultura, com foco na economia da cultura e na culturalização da economia.

A Faop, como local de reflexão por excelência, devido à singularidade e à abrangência de sua missão, promove seminários temáticos anuais. O Seminário Nacional Patrimônio Cultural: Conservação e Restauração no século XXI reuniu, em novembro, os mais expressivos agentes que atuam na área, tanto para convergir suas experiências como para refletir sobre as teorias e os conceitos da conservação e restauração, sobre o ensino e sobre o reconhecimento das profissões relacionadas. Outro seminário, o ArteHoje, voltou-se para artistas, estudiosos e interessados em arte, em geral, e promove a reflexão acerca dos processos de produção de imagens na contemporaneidade bem como os possíveis meios de conservação e restauração dessa produção.

A Faop oferece ao mercado nacional e internacional profissionais qualificados para a prestação de serviços em arte, conservação, restauração e resgate de técnicas, fazeres e saberes tradicionais. Assim, participa efetivamente e de forma singular do contexto cultural brasileiro ao reconhecer o valor das manifestações culturais do passado e do presente. Persegue sua missão institucional respeitando a diversidade cultural, o cultivo à liberdade de expressão, o fomento à criação e proposição do novo, com competência técnica, responsabilidade e seriedade na realização de suas ações educativas. Como formadora de novas gerações de profissionais promove interfaces fundamentais entre a produção e a preservação do patrimônio cultural de Minas Gerais.

DEFENSORIA PÚBLICA

DEFENSORIA PÚBLICA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do estado, a que incumbe a assistência jurídica integral e gratuita, em todos os graus, aos necessitados, de acordo com o art. 134 da Constituição Federal de 1988, bem como com o art. 129 da Constituição Estadual.

Tendo como função institucional garantir o exercício do direito fundamental de acesso à justiça, a Defensoria Pública de Minas Gerais é responsável pela orientação jurídica, postulação e defesa, judicial e extrajudicial, dos direitos e interesses dos necessitados, compreendendo a conciliação, propositura e acompanhamento de ações judiciais, elaboração de requerimentos administrativos, interposição de recursos, participação em audiências e realização de atos necessários ao cumprimento de suas finalidades.

A Defensoria Pública está em permanente processo de aperfeiçoamento institucional e legislativo. O mais recente movimento dessa natureza foi a aprovação da Lei Complementar n.º 101, de 23/11/2007, que alterou a Lei Complementar n.º 65/2003, modificando a estrutura da carreira e elevando de 918 para 1.200 o número de cargos efetivos de defensor público, acompanhando o crescimento do Poder Judiciário. Igualmente, a Lei n.º 17.162, de 26/11/2007, inova a política remuneratória dos defensores públicos, contribuindo para estabilizar o quadro de carreira, além de constituir importante fator de atração de novos e qualificados candidatos.

Reestruturação da carreira de defensor público.

No sentido acima preconizado, o V Concurso Público para ingresso na carreira, homologado em 12/11/2007, aprovou, em um universo de 4 mil inscritos, 124 candidatos.

Realização do V Concurso para ingresso na carreira.

Atualmente, das 294 comarcas instaladas em Minas Gerais, 68 (23%) encontram-se totalmente providas, entendendo-se como tal aquelas em que a quantidade de defensores públicos é igual ou superior ao número de juízes. De outra forma, 57 comarcas (20%) estão parcialmente providas, considerando-se assim aquelas cujo número de defensores públicos é menor do que o número de juízes e, por fim, 169 comarcas (57%) encontram-se desprovidas.

Essa equação será minimizada com o ingresso dos 124 candidatos aprovados no V Concurso, nomeados a partir de dezembro, permitindo fortalecer e ampliar o cumprimento de sua missão institucional, propiciando o necessário suprimento das comarcas.

Na assistência jurídica ao cidadão hipossuficiente, a Defensoria Pública, em 2007, realizou 891.887 atendimentos em todo o estado. Com efeito, para que as políticas centrais da Defensoria Pública fossem ampliadas, a instituição buscou alternativas para aprimorar a assistência jurídica prestada à população, focando públicos considerados prioritários, em razão de sua vulnerabilidade social. Nesse contexto, foram assinados convênios com o governo federal, em novembro de 2007, para três novos núcleos de defesa

Mensagem à Assembléia Legislativa

das mulheres em situação de violência nas comarcas de Araguari, Juiz de Fora e Varginha, e, ainda, para a criação de um núcleo de direitos humanos (Projeto Balcão de Direitos) no Vale do Rio Doce, que será instalado na comarca de Governador Valadares.

No exercício de 2007, o número de prestações jurídicas nos núcleos especializados de defesa dos direitos das mulheres vítimas de violência alcançou 5.364 atendimentos em Belo Horizonte, 2.040 em João Monlevade, 1.800 em Montes Claros e 2.172 em Itajubá.

*Consolidação
dos Núcleos de
Infância e
Juventude e do
Idoso.*

Dos projetos já implementados em parceria com o Poder Público Federal, foi estruturado o Núcleo Especializado de Infância e Juventude em Belo Horizonte, promovendo a capacitação de defensores públicos, psicólogos e estagiários para atendimento e assistência jurídica integral e gratuita à criança e ao adolescente. Por sua vez, o Núcleo do Idoso, responsável pelo atendimento jurídico especializado e pela promoção de atividades de inserção social desse segmento, foi consolidado, destacando-se a realização da campanha do Dia do Idoso, em parceria com a Coordenadoria do Idoso.

Ainda para ampliar sua política de atendimento, a Defensoria Pública realiza, com a Rádio Globo Minas, por meio do projeto Globo Móvel, destinado à prestação de serviços de informação, entretenimento, promoção, solução de problemas da comunidade, encaminhamento de reivindicações e interação entre o ouvinte e a emissora. Nesse contexto, defensores públicos orientam juridicamente as pessoas da comunidade, nas manhãs de sábado, durante o programa *Manhã da Globo*, transmitido diretamente de um determinado ponto de Belo Horizonte ou da região metropolitana. O programa tem um dos maiores índices de audiência da emissora.

Melhorias também ocorreram na estrutura física da Defensoria Pública. Exemplo disso é a mudança em curso para a nova sede, localizada na Rua Paracatu, 304, Bairro Barro Preto, em Belo Horizonte, local que propiciará ambiente mais apropriado às atividades desempenhadas pela instituição. Nesse contexto, com o fim de aprimorar as condições de trabalho, foi adquirido novo mobiliário, computadores e equipamentos. Já, no interior, destaca-se o início do projeto de informatização, que visa a disponibilizar internet e computadores para todas as comarcas que estejam total ou parcialmente providas.

DEFESA SOCIAL

DEFESA SOCIAL

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

A Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDs), criada pela Lei Delegada nº. 56, de 29 de janeiro de 2003, com a finalidade de planejar, organizar, gerenciar, controlar e avaliar as ações operacionais do setor a cargo do estado objetiva a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, a redução dos índices de criminalidade bem como a recuperação de presos e sua reintegração à sociedade.

A SEDs adota uma concepção organizacional de controle da criminalidade e da violência destinada a atender os anseios da sociedade mineira por meio de uma política de segurança pública, com vistas a promover redução das taxas de criminalidade como também o incremento da segurança subjetiva da população.

No ano de 2007, em conformidade com as ações previstas no Plano Estadual de Segurança Pública, a SEDs implementou cinco eixos de atuação: o sistema prisional, a prevenção à criminalidade, o atendimento às medidas socioeducativas, avaliação e qualidade do sistema de defesa social e a integração das Polícias Militar, Civil e do Corpo de Bombeiros .

O sistema prisional implantou a Central de Suprimentos da Superintendência de Segurança Prisional, que tem por finalidade armazenar com qualidade os equipamentos de segurança das unidades prisionais. Houve ainda o reaparelhamento das unidades prisionais bem como a aquisição de equipamentos para as que foram implantadas. O ano de 2007 foi marcado pela busca de eficácia e qualidade do sistema prisional bem como pelo aumento da agilidade nas atividades burocráticas por meio de revisão e atualização das rotinas de trabalho, enfatizando a delegação de competência. Criou-se uma nova estrutura organizacional, redefinindo responsabilidades e competências, objetivando a eficácia e eficiência na área de segurança, principalmente no que se refere à política de pessoal, de fixação de efetivos, sistema de comunicação, dotação e distribuição de armamento letal e não letal, viaturas e equipamentos.

Implantação da Central de Suprimentos do sistema prisional.

Em 2007, a Subsecretaria de Administração Penitenciária assumiu a custódia de presos condenados e provisórios de onzearceragens da Polícia Civil, representando 1.384 vagas, liberando policiais militares e civis da guarda e escolta de presos. Houve ainda a inauguração de cinco unidades prisionais, o que significa o incremento de 1.488 vagas com vistas a reduzir o déficit de vagas no sistema, com ênfase na racionalização da gestão das unidades prisionais e no aprimoramento das condições de segurança e de ressocialização de presos.

Assunção de onzearceragens da Polícia Civil (1.384 vagas) e inauguração de cinco unidades prisionais (1.488 vagas).

A Superintendência de Atendimento ao Preso coordena as atividades relativas às áreas de saúde, jurídica, educacional e de trabalho dos indivíduos presos nas unidades prisionais gerenciadas pela SEDs. É, portanto, responsável pela execução da pena nos moldes da Lei de Execuções Penais, de forma a proporcionar condições para a reintegração social dos indivíduos condenados e provisórios.

Mensagem à Assembléia Legislativa

Desse modo, em 2007, foram realizados 420.629 atendimentos na área de saúde e psicossocial. Essa área conta com 410 profissionais, dos quais 222 passaram por capacitação.

*3.920 presos
freqüentes em
escolas de
ensino formal.*

Foram também disponibilizadas aos presos ações de alfabetização, educação de jovens e adultos, exame supletivo (de massa), ensino superior a distância, cursos profissionalizantes e atividades extracurriculares (concursos de literatura, matemática e festival de música). O ensino formal é oferecido em 27 unidades prisionais por meio de escolas da rede estadual de ensino (convênio com a Secretaria de Estado de Educação). Em setembro de 2007, havia 3.920 presos freqüentes nestas escolas. Quanto ao ensino profissionalizante, em 2007 foram certificados 138 presos e 154 ainda se encontram em processo de profissionalização. Foi firmado convênio com a Universidade de Uberaba (Uniube) para oferta do curso superior de Tecnologia em Produção Sucroalcooleira (modalidade ensino a distância) para 27 presos da Penitenciária Professor Aluísio Ignácio de Oliveira, em Uberaba. Os próprios presos pagam suas mensalidades com a remuneração trabalho deles.

*3.550 presos
integrados em
atividades
laborais.*

Atualmente, são 3.550 presos que trabalham, de modo que a meta para 2008 é de expansão para 4.500 presos. São 35 gerentes de produção atuando nas frentes de trabalho das unidades prisionais. Com essas vagas, houve a extinção de 1.600 postos de trabalho remunerados pelo estado, o que representou uma economia de R\$ 500.000,00, com concomitante expansão do número de presos trabalhando por remição de pena e para parceiros.

Igualmente, aos presos com insuficiência de recursos é oferecida assistência jurídica desenvolvida por 125 advogados contratados. Em 2007, mais de 8 mil presos receberam atendimento individualizado.

*Eixo de
prevenção à
criminalidade.*

No que tange ao eixo de prevenção à criminalidade, o governo estadual tem investido em políticas públicas inovadoras que atuam na realidade social antes que o crime aconteça, além de viabilizar a reintegração social, a fim de diminuir a reincidência criminal. Em 2007, além dos objetivos pactuados no PPAG, as ações de prevenção conseguiram alcançar a ampliação da participação comunitária bem como a capacitação das comunidades para lidar com a violência.

Atualmente, a Seds conta com 30 estruturas de Núcleos de Prevenção (NPCs) localizados em diversas comunidades de risco em Belo Horizonte, na Região Metropolitana de BH, e em cidades importantes do interior do estado como Governador Valadares, Uberlândia, Ipatinga e Montes Claros. Em cada um dos 30 NPCs, encontram-se em funcionamento pelo menos dois programas de prevenção ao crime e à violência e são realizadas para toda a comunidade campanhas educativas, oficinas de inclusão produtiva, estímulo às iniciativas comunitárias, atividades coletivas de cidadania e cultura, ocupação de espaços ociosos, propostas de educação e socialização para todos e projetos comunitários que visam à redução de ocorrências criminais.

Atenção especial é dedicada aos indivíduos que integram os chamados grupos de risco, isto é, jovens com idade entre 12 e 24 anos, pessoas que cometeram pequenos delitos, adultos que cumprem medidas ou penas

alternativas e egressos do sistema prisional. A Superintendência de Prevenção à Criminalidade conta com programas específicos para cada nível de prevenção.

A atuação direta nas áreas de maior incidência criminal fica a cargo dos programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos. O primeiro atendeu, em 2007, mais de 15.600 jovens em situação de risco por meio da manutenção de 493 oficinas de esporte, lazer, cultura e inclusão produtiva. O segundo programa referente ao nível primário de prevenção, Mediação de Conflitos, permite o acesso a resoluções extrajudiciais de conflitos, atuando de maneira descentralizada nas áreas de maior incidência criminal. Além de ter realizado 15.765 atendimentos, o programa atuou em projetos temáticos locais respeitando as peculiaridades e demandas referentes a cada comunidade.

A prevenção secundária, que se caracteriza pelo controle social de indivíduos que cometeram delitos de menor potencial ofensivo, é representada pelo Programa de Monitoramento e Acompanhamento de Penas Alternativas (Ceapa). Em 2007 o programa monitorou 12.353 medidas.

A prevenção terciária, que trabalha com indivíduos que já cumpriram penas de privação de liberdade, atribuída ao Programa de Reintegração Social do Egresso do Sistema Prisional, atendeu mais de mil beneficiários em 2007.

O atendimento ao adolescente autor de ato infracional é atribuído à Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (Suase). Em 2007, foram inauguradas duas casas de semiliberdade e um Centro Socioeducativo nos municípios de Belo Horizonte, Uberlândia e Divinópolis, alcançando 948 novas vagas para atendimento ao adolescente autor de ato infracional.

O Estado de Minas Gerais, visando à completude da política de atendimento ao adolescente autor de ato infracional, criou em 2007 a Superintendência de Gestão das Medidas de Meio Aberto e Articulação da Rede Socioeducativa da Suase, responsável por desenvolver programas, projetos e ações que visam à implementação, em parceria com municípios mineiros, de medidas socioeducativas em meio aberto. O intuito é possibilitar uma eficaz alternativa à privação de liberdade do jovem infrator, possibilitando a responsabilização e formação do adolescente sem que haja sua segregação.

Mais que a mera ampliação de vagas para cumprimento de medida socioeducativa e aumento dos aportes de recursos para o desenvolvimento da política de atendimento, o governo do estado busca disponibilizar um ambiente adequado à promoção do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, possibilitando sua formação emancipadora e a não reiteração da prática de atos infracionais. Nessa esteira, pode-se citar o Programa de Capacitação Continuada do Sistema Socioeducativo e o Programa de Gestão do Sistema Socioeducativo, ambos cunhados em 2007 e que têm o objetivo de profissionalizar ainda mais as ações nas unidades, refletindo sobremaneira no atendimento prestado.

Mais de 15.600 jovens atendidos por meio do Fica Vivo.

15.765 atendimentos realizados no âmbito do programa Mediação de Conflitos.

Inauguração de 948 novas vagas para atendimento ao adolescente autor de ato infracional.

Mensagem à Assembléia Legislativa

*Criação do
Núcleo de
Encaminhamento
de Adolescentes.*

Cumpre ressaltar que a Subsecretaria, buscando transcender as ações que contemplam somente a execução de medidas socioeducativas, criou em 2007 o Núcleo de Encaminhamento de Adolescentes à Família de Belo Horizonte, que tem o escopo de possibilitar encaminhamento adequado ao adolescente logo após a sua liberação pela autoridade policial e, além disso, encontra-se em avançada discussão a implantação da Unidade de Atendimento Integrado de Belo Horizonte, que contempla a integração operacional dos órgãos do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Secretaria de Estado de Defesa Social, para efeito de agilização do atendimento ao adolescente a quem se atribua a autoria de ato infracional.

Outro eixo do Plano Estadual de Segurança Pública é a modernização e integração das organizações policiais combinado com a maior valorização de seus profissionais. A partir do Sistema Integrado de Defesa Social(Sids), que envolve o compartilhamento e junção, de acordo com as possibilidades e demandas dos sistemas de telecomunicação e informática já existentes nos órgãos de defesa social, podem-se destacar as seguintes conquistas:

*Implantação
do Disque-
Denúncia
Unificado.*

Implantação do Disque-Denúncia Unificado, um serviço unificado da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros Militar que, em parceria com o Instituto Minas Pela Paz, é preparado para receber informações sobre crimes e sinistros, processá-las e dar respostas rápidas à população. O foco desse novo serviço é o atendimento de denúncias anônimas por meio do tridígito 181, que resultem em investigação e não no atendimento de emergências, como é feito no 190, 193 e 197, tornando as atividades policiais e de bombeiros mais pró-ativas.

*Implantação,
na RMBH, do
Registro de
Eventos de
Defesa Social.*

Implantação, na RMBH, do Registro de Eventos de Defesa Social (Reds), que é um boletim de ocorrências informatizado destinado ao lançamento de todos os eventos de defesa social independentemente da instituição ou do local do registro, formando uma base de dados única, padronizada e consistente, tornando possível a geração de estatísticas consolidadas de todo o fenômeno criminal. Isso permitirá o planejamento estratégico, possibilitando a avaliação e a redefinição das políticas de segurança pública, bem como o planejamento operacional, viabilizando melhor alocação dos recursos operacionais existentes.

*Implantação
do Projeto Olho
Vivo na região
noroeste de
Belo Horizonte.*

Igualmente, foi implantado o Projeto Olho Vivo na região noroeste de Belo Horizonte, onde foram instaladas 34 câmeras com tecnologia de transporte de imagens em alta velocidade e fidelidade. A partir dessa ferramenta no hipercentro de Belo Horizonte, verificou-se a diminuição de 28% na criminalidade violenta. Espera-se poder alcançar resultados significativos pelo menos na mesma proporção na ampliação da área de atendimento do projeto.

*Criação da
Superintendência
de Avaliação e
Qualidade da
Atuação do
Sistema de
Defesa Social.*

Em 2007, houve a criação da Superintendência de Avaliação e Qualidade da Atuação do Sistema de Defesa Social. Dentre suas atribuições estão inseridas ações de treinamento, capacitação e formação de agentes do sistema de defesa social.

A formação dos profissionais de segurança pública é instrumento

fundamental para a melhoria da atuação das polícias mineiras. Para atingir este objetivo, é indispensável promover a educação profissional adequada, atualizada, abrangente e contínua, de forma a contribuir efetivamente para a integração e a articulação das ações das organizações policiais.

Essa é a preocupação central da Diretoria de Integração de Ensino e Pesquisa (DEP), integrante da supracitada superintendência, cujas atividades se pautam na construção da sistemática de trabalho integrado e com qualidade juntamente com seus parceiros: as Polícias Militar, Civil e o Corpo de Bombeiros Militar. Esse trabalho está alicerçado no respeito à identidade organizacional, às particularidades e às demandas intrínsecas de cada instituição envolvida, almejando a qualidade da atuação do sistema de defesa social.

Em 2007, dentro do escopo do projeto estruturador “Avaliação e Qualidade da Atuação dos Órgãos de Defesa Social”, e com a missão de treinar servidores com foco na qualidade, a DEP teve como meta a execução das seguintes ações: modernização dos centros de ensino do sistema de defesa social; estruturação das condições operacionais dos centros de ensino do sistema de defesa social; implementação e integração das atividades de ensino; implementação e integração das atividades de ensino voltadas para a qualidade da atuação dos órgãos de defesa social e implementação de ações de policiamento comunitário, prevenção ativa e segurança cidadã.

Dessa forma, foram treinados 4.548 servidores do sistema de defesa social, em consonância com os projetos de capacitação e linhas de ação pactuadas para 2007 como meta da Diretoria de Integração de Ensino e Pesquisa (DEP).

Treinamento de 4.548 servidores do sistema de defesa social.

Ademais, há o Projeto de Educação a Distância (telecentros) com a Rede Nacional de Educação a Distância, a qual foi criada em 2005 pela Senasp/MJ em parceria com a Academia Nacional de Polícia, sendo uma escola virtual destinada aos profissionais de segurança pública. Esta rede tem por objetivo viabilizar o acesso dos profissionais de segurança pública aos processos de aprendizagem, independentemente das limitações geográficas e sociais existentes, promovendo assim a capacitação em massa.

Esta rede é um salto qualitativo em termos de investimento no capital humano, na valorização do profissional de segurança pública, na busca de excelência nas ações de formação e, conseqüentemente, na melhoria das ações de segurança pública. Com o seu fortalecimento, o governo federal estabelece uma política em que os processos de aprendizagem serão contínuos, sistêmicos e não-excludentes, garantindo assim a coerência com as demais políticas de melhoria da qualidade da educação em segurança pública. Hoje existem 16 telecentros em fase de construção e distribuídos pelas cidades de Belo Horizonte (2), Betim, Governador Valadares, Contagem, Ibirité, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Patos de Minas, Poços de Caldas, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Teófilo Otoni, Uberaba e Uberlândia, promovendo a educação continuada e a capacitação de servidores de segurança pública com qualidade e acessibilidade.

Mensagem à Assembléia Legislativa

*Identificação e
difusão de
boas práticas.*

Outro eixo de ação da Superintendência está na questão do aprimoramento da qualidade da atuação dos órgãos que compõem o sistema de defesa social. Para que tal objetivo seja atingido, é necessário que os atores sejam estimulados a refletir continuamente sobre as atividades realizadas, sobre os resultados esperados e sobre os que foram efetivamente alcançados. Assim, estão sendo realizados diagnósticos e pesquisas, bem como identificadas, difundidas e reconhecidas boas práticas do sistema de defesa social, além de ações de valorização da saúde dos profissionais que atuam no sistema.

A identificação de boas práticas visa a estimular, por meio de reconhecimento, os diversos integrantes do sistema a adotar ações inovadoras e assumir compromissos de mudança que objetivem a melhoria contínua da prestação de serviços aos cidadãos.

*Criação do
Programa de
Promoção à
Saúde e da
Comissão
Integrada de
Saúde.*

A valorização dos profissionais que atuam no sistema de defesa social tem sido buscada por meio da realização de ações voltadas à saúde. Nesse sentido, foi criado o Programa de Promoção à Saúde (Sicods) e a Comissão Integrada de Saúde, para discutir e sugerir ações nesta seara. As ações realizadas buscam a qualidade do sistema de defesa social, mediante a sistematização de informações que permitam planejar políticas públicas para a área, bem como por meio da disseminação de práticas que podem e devem ser adotadas, a fim de se obter a melhoria dos serviços prestados à população, reduzindo a violência e contribuindo para o aumento da confiança da população nas instituições que integram o referido sistema.

**DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO JEQUITINHONHA,
MUCURI E NORTE DE MINAS**

**DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO JEQUITINHONHA,
MUCURI E NORTE DE MINAS**

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS (IDENE)

A Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e do Norte de Minas (SEDVAN) tem como finalidade fortalecer politicamente a região mineira de economia historicamente deprimida, promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável de um território, e o seu fortalecimento é o objetivo central.

A secretaria incorpora o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Idene), como órgão operacional, e tem como missão articular, coordenar e deliberar entre os agentes econômicos, institucionais e sociais a implementação e gestão participativa de programas e projetos que assegurem o processo de desenvolvimento sustentável de sua área de abrangência territorial, considerando o conhecimento acumulado dos agentes locais, respeitando suas características e promovendo a transformação das suas potencialidades em riqueza para a região, objetivo este inserido no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI.

A criação desta secretaria foi a primeira experiência de um governo estadual em que um órgão público está inteiramente voltado para o desenvolvimento de um território. Essa região, ocupada por uma população de dois milhões e oitocentas mil pessoas, é caracterizada por uma imensa diversidade cultural e social, que inclui comunidades de acampados e assentados de reforma agrária, assalariados rurais, produtores familiares, proprietários rurais minifundistas, populações tradicionais (ribeirinhas, pescadores artesanais, quilombolas), garimpeiros, povos indígenas, atingidos por barragens, comunidades extrativistas, entre outros, inclusive pelas populações de grandes e modernas cidades, o que exigiu o desenho de uma metodologia inovadora capaz de promover ações públicas para a redução das desigualdades e alcançar amplo desenvolvimento.

A metodologia desenhada é a Gestão Participativa, capaz de promover ações e políticas públicas centradas numa nova ética social, com democracia, inclusão e participação da sociedade, com geração de emprego e renda, em prol do desenvolvimento. Neste esforço, a implementação de políticas regionais estruturantes pela secretaria, voltadas para o desenvolvimento sustentável estão sendo multiplicadoras de efeitos positivos não somente para estas regiões mas também para o restante do Estado.

O Modelo de Gestão Participativa de Distribuição de Responsabilidades surgiu como importante instrumento para a consolidação das relações de confiança entre os vários atores sociais, públicos e privados. A SEDVAN tem como característica fundante a parceria, seja ela com a sociedade civil organizada ou com diversas áreas temáticas, como secretarias e outros órgãos do Estado, que sinalizam para a descentralização administrativa das ações com o foco numa única região e, principalmente, para a aproximação do governo com a cultura de uma região antes esquecida pela ação estatal. Essa estratégia de atuação ampliou enormemente a rede de parceiros e beneficiários, por

*Gestão
participativa*

Mensagem à Assembléia Legislativa

envolver a população local nos projetos que são, efetivamente, prioritários para seu desenvolvimento.

*Mobilização
dos diversos
setores sociais*

Exemplo disso é o expressivo rol de parcerias com o governo federal, universidades e redes sociais, resultando numa grande mobilização dos diversos setores da sociedade civil organizada, incluindo o segmento de tradições religiosas (300 gestores do Cidadão.Net; 1.350 instituições parceiras do Cidadão Nota Dez; 1.800 gestores do Leite pela Vida; 170 gestores do Artesanato em Movimento; 240 agentes de desenvolvimento da Rede Comunidade Viva; 200 estudantes de 13 faculdades do Sorriso no Campo; 1.800 Associações Comunitárias do PCPR/MG.) Há que ressaltar, também, a constatação da eficiência da ação coletiva organizada e efetiva na transparência e controle social sobre os programas e projetos do sistema Sedvan/Idene.

Aproximadamente 600 mil pessoas estão sendo beneficiadas, e recursos da ordem de R\$ 112,6 milhões foram aplicados na região, em 2007, por meio dos projetos que envolvem crédito subsidiado para infra-estrutura produtiva e social para as associações de trabalhadores rurais, instalação de equipamentos públicos de produção coletiva e inclusão digital, serviços de monitoria virtual, equipamentos e serviços de combate à desnutrição e de promoção da saúde bucal, capacitação, aquisição e distribuição de produtos alimentícios, incremento da agricultura familiar, apoio ao desenvolvimento do turismo e artesanato da região, além da organização de associações comunitárias por intermédio de um grande projeto de alfabetização.

No que se refere ao combate às desigualdades sociais das regiões norte e nordeste de Minas, o Rede Comunidade Viva visa ao fortalecimento dos projetos e programas do sistema Sedvan/Idene dedicados a essa temática. Sua ação consistiu na realização de três seminários de sensibilização, organização e aprimoramento das institucionalidades dos diferentes projetos e programas, além da publicação de um livro contendo artigos sobre o material pedagógico dos seminários.

O Cidadão.NET é um programa que faz a inclusão digital, por meio de telecentros comunitários, dos cidadãos residentes nos municípios com baixo IDH e alto índice de analfabetismo. Os telecentros comunitários promovem a alfabetização digital, o acesso gratuito à internet, a difusão de informações públicas, bem como o uso das tecnologias da informação e da comunicação para processar e produzir conhecimentos e implantar campanhas e ações comunitárias com vistas à melhoria da qualidade de vida das pessoas. Desde que foi implementado, já foram capacitados aproximadamente 700 jovens, Educadores.NET, que atuam como multiplicadores da inclusão digital a serviço da cidadania e efetivam a gestão participativa e o processo de apropriação dos telecentros, que inclui representantes de vários segmentos da sociedade. O Cidadão.NET já incluiu cerca de 18 mil pessoas no universo digital, com a implantação de 110 telecentros e investimentos da ordem de R\$ 8 milhões. Em 2007, foram investidos R\$ 1,3 milhão.

A inclusão social também é promovida por intermédio do programa Cidadão Nota Dez, que trata a alfabetização como um processo que

potencializa a emancipação social das comunidades para a gestão de políticas sociais, por meio da construção participativa de um modelo de gestão alternativo, incentivando a politização para a cidadania ativa, buscando o entendimento da força da participação coletiva, da formulação de alternativas ao desenvolvimento e geração de trabalho e renda, a partir da sala de alfabetização. O plano de capacitação continuada foi, em 2007, dirigido às equipes pedagógicas e a toda a rede de gestão do Cidadão Nota Dez, com a capacitação de 1.393 parceiros entre alfabetizadores, gestores, coordenadores e supervisores, para a consolidação de 17 Núcleos de Apoio à Alfabetização, Inclusão Social e Cidadania. Ele abrange os 188 municípios que compõem a área de atuação da Sedvan/Idene, já atingiu 200 mil pessoas e alfabetizou 86 mil jovens e adultos até a conclusão da IV fase, em 2007. Os investimentos foram de R\$ 8.155.000,00. Em fevereiro de 2008 se inicia a V fase, que pretende atingir 100 mil pessoas.

*Programa
Cidadão Nota
Dez*

O Leite pela Vida visa diminuir os índices de desnutrição e mortalidade infantil e gerar emprego e renda, por meio da compra local de alimentos, no segmento da agricultura familiar, com garantia de preço e distribuição de 150 mil litros/dia de leite a famílias que possuam crianças entre seis meses e seis anos de idade, nutrízes, gestantes e idosos acima de 60 anos. Atualmente, a rede de captação do leite conta com 39 laticínios e cooperativas que recebem R\$ 1,00 por litro de leite e se encarregam de fazer o repasse de R\$ 0,50 por litro aos 4.887 pequenos produtores habilitados. O programa está no quinto módulo e atinge 193 municípios. Em 2007, foram capacitados agentes para formação dos 193 Comitês Gestores do Leite. Os investimentos foram de R\$ 54.350.000,00.

Leite pela vida

O Sorriso no Campo promove a melhoria generalizada na saúde bucal da população residente na zona rural, por meio de ações odontológicas preventivas e educativas, realizadas por estudantes de odontologia, no período de férias escolares. Desde que foi implementado, há quatro anos, o programa prestou atendimento a mais de 250 mil pessoas, com a participação de mil estudantes e distribuição de mais de 500 mil kits de prevenção. Nas duas etapas, 200 municípios foram atendidos e cerca de 60 mil pessoas foram beneficiadas. Participaram 400 estudantes de 13 faculdades parceiras. Na etapa realizada em julho de 2007, cerca de 20 municípios que não pertencem à área de atuação do sistema Sedvan/Idene foram incluídos. Para 2008, pretende-se realizar mais duas etapas do programa e estender ainda mais a área de atuação do programa, para municípios que possuem IDH inferior a 0,7.

O Artesanato em Movimento busca desenvolver os meios e mecanismos para a formação de redes de trabalho integrado, na qual cada organização atuará dentro do seu campo de competências de forma complementar, além de criar condições e fundamentos para a elaboração de políticas públicas que regulamentem o setor e favoreçam seu desenvolvimento na região. Em 2007, o Artesanato em Movimento priorizou a elaboração de planos, programas e projetos com vistas a otimização da aplicação dos recursos e dos esforços na realização das ações para o fomento do setor artesanal. O programa buscou ações que possibilitassem sua consolidação e avanços, como a atualização do diagnóstico do setor, nos 144 municípios das regiões norte e nordeste de Minas, registrada no Sistema de Processamento de Dados do Programa

Mensagem à Assembléia Legislativa

Artesanato em Movimento – SIDPAM; o acompanhamento dos 12 Comitês Intermunicipais (CIA); o fortalecimento da Associação Centro de Negócios Artesanato em Movimento – CENATO. O Programa Artesanato em Movimento marcou presença na XVIII Feira Nacional de Artesanato com a participação de 10 Comitês Intermunicipais de Artesanato (CIA), por meio da Fundação Banco do Brasil, que disponibilizou 10 estandes ao programa. Os investimentos foram de cerca de 77 mil reais.

Turismo Solidário

O Turismo Solidário é uma nova modalidade de viagem que tem como principal objetivo promover a inclusão social da população carente e a dinamização da economia dos municípios por meio do desenvolvimento do turismo possibilitando novos empreendimentos, postos de trabalho, aumentando a circulação de riquezas, distribuindo renda de forma mais equitativa e democrática e combatendo a pobreza em torno do uso sustentável das riquezas ambientais, materiais e patrimoniais de suas cidades. As localidades contempladas pelo programa são 20: Alecrim, Bonfim, Cachoeira do Norte, Cafezal, Campo Alegre, Campo Buriti/ Coqueiro Campo, Capivari, Chapada do Norte, Couto de Magalhães de Minas, Extrema, Gangorras, Grão-Mogol, Mato Grosso/ Ribeirão, Mendanha, Milho Verde, Santa Rita, São Gonçalo do Rio das Pedras, São Gonçalo do Rio Preto, São João da Chapada e Serro. Em 2007, o programa teve como foco a promoção/ comercialização e divulgação dos destinos e do Turismo Solidário. Foram confeccionados 7 mil folders, 5 mil catálogos, camisetas, canetas, cartões de visitas, blocos de anotações e banner. O material foi utilizado em feiras voltadas para a atividade turística, cujo programa teve espaço graças a uma parceria com a Secretaria de Turismo e Sebrae/MG. Essas feiras aconteceram em Belo Horizonte – Salão Mineiro do Turismo, Rio de Janeiro – ABAV 2007 e Festival do Turismo de Gramado, quando membros dos grupos gestores puderam ter conhecimentos do “trade” turístico através de missões. Ainda houve duas viagens de familiarização voltadas às operadoras de turismo e imprensa em setembro e novembro de 2007, com participação de aproximadamente 60 pessoas que levaram o tema aos eventos internacionais posteriores ao famtour, que trouxeram grandes demandas e expectativas de sucesso para proposta do Turismo Solidário. Os grupos gestores passaram por quatro capacitações, fortalecendo, assim, a gestão participativa do programa. Os investimentos foram de R\$124.600,00.

Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR)

O Projeto de Combate à Pobreza Rural do Estado de Minas Gerais (PCPR/MG), oriundo do Acordo de Empréstimo com Banco Mundial (Bird), incluído entre os Projetos Estruturadores do Estado, visa apoiar investimentos comunitários, não-reembolsáveis, de natureza produtiva, social e de infraestrutura básica, das comunidades rurais mais pobres da área de atuação do sistema Sedvan/Idene, contribuindo para a redução da pobreza rural, por meio da geração de trabalho e renda e da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar das famílias beneficiadas. Além disso, o projeto busca fortalecer as associações comunitárias e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) para que sejam os atores principais das ações a serem desenvolvidas, participando ativamente nas discussões sobre as suas demandas e definindo a prioridade da destinação dos recursos e das políticas públicas no município. Em 2007, pelo PCPR, já foram assinados 645 convênios, totalizando um investimento de cerca de R\$ 33 milhões,

DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO JEQUITINHONHA, MUCURI E NORTE DE MINAS

beneficiando 39 mil famílias. Até o final do ano está prevista a liberação de mais 1.216 convênios, superando a meta de 800. No total, o PCPR beneficiará comunidades rurais mais pobres de 188 municípios das regiões Norte (89) e Central (11) e dos vales do Jequitinhonha (53) e Mucuri (35). Serão contemplados 1.800 projetos produtivos e atendidas 93 mil famílias. A previsão é de que o projeto seja executado no prazo de quatro anos.

Cisternas no Semi-árido Mineiro visa à construção de 4.500 cisternas de placas para armazenamento de água de chuva, em 55 municípios do semi-árido mineiro. Em 2007, deu-se continuidade às capacitações sobre o processo de construção e gerenciamento de recursos hídricos e formação de *cisterneiros* na metodologia da construção de cisterna de placa. Até o momento, 885 cisternas já foram concluídas, e foram investidos R\$ 1.460.250,00. Para o exercício de 2008, está prevista a conclusão das 4.500 cisternas.

Ovinos Gerais visa garantir a sustentabilidade da agricultura familiar e melhorar a qualidade de vida dos pequenos produtores rurais do norte de Minas, gerando alternativas de emprego e renda por meio da implantação de unidades de ovinocultura. Cada unidade é constituída por 150 ovelhas, três reprodutores, 50 hectares de pastagem, devidamente cercada e aprisco. Quinze unidades já foram implantadas para beneficiar cerca de 1.800 pessoas. Para 2008, pretende-se criar um termo aditivo para implementação de mais 20 unidades produtivas de ovinocultura.

Garantia da sustentabilidade da agricultura familiar

Com a implantação de unidades produtivas, “Cozinhas Comunitárias Sertanejas” estimula a geração de renda, valoriza a alimentação sertaneja e incentiva o associativismo e o cooperativismo entre as comunidades. Dezoito associações comunitárias em diferentes municípios já foram contempladas, incluindo uma comunidade quilombola. Até o momento, foram capacitadas 1.056 pessoas para a gestão sustentável e operação das unidades produtivas. Já foram gerados cerca de 540 empregos diretos e há 18 municípios beneficiados. Em 2007, equipamentos para novas 10 unidades de cozinhas comunitárias foram adquiridas, com investimentos de R\$ 476.860,62.

Cozinhas Comunitárias Sertanejas

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SEDE)

Minas Gerais vive um período virtuoso que combina aquecimento econômico, ajuste fiscal e reordenação institucional. Um novo ambiente de negócios emerge e se consolida, caracterizado pela articulação entre os setores público e privado, com vistas a investimentos. Em prol do desenvolvimento econômico e social, o estado vem promovendo importantes inversões em projetos de infra-estrutura, recuperação de rodovias e ferrovias, ampliação e melhoria das atividades aeroportuárias e incremento da oferta energética, consolidando um contexto propício aos investimentos privados na ampliação da capacidade produtiva e elevação da competitividade das empresas.

O referido processo de reordenação institucional dera um arranjo inovador ao sistema operacional de desenvolvimento econômico, que congrega entes capazes de atuar dinamicamente na captação de negócios, provendo igualmente amplo apoio aos empreendimentos. Nos três primeiros trimestres de 2007, o setor industrial de Minas Gerais apresentou expansão de 8,4% em relação a igual período de 2006, considerado o melhor desempenho do país, segundo o IBGE. Nesse ínterim, a atividade industrial mineira cresceu significativamente acima da média nacional, que ficou em 5,4%.

Confirmando o momento favorável a negócios, levantamento realizado pelo Indi revela que os investimentos anunciados para Minas Gerais desde 2003, e com implantação prevista até 2010, somam, hoje, R\$ 152,6 bilhões. Apenas em 2007 foram anunciados 527 novos projetos, totalizando R\$ 48,4 bilhões.

As diretrizes adotadas pelo Conselho Integrado de Desenvolvimento (COIND) em 2007 deram prioridade à contratação de financiamentos já aprovados de R\$ 592,2 milhões, que representaram investimentos de R\$ 3,09 bilhões, gerando 13.065 empregos diretos.

Destaque deve ser dado aos investimentos públicos, que alcançaram R\$ 51,2 bilhões até dezembro de 2007, representando uma expansão de 53,4% em relação ao valor apurado no acumulado do ano passado. Os investimentos anunciados pelo governo estadual em 2007, excluindo as empresas estatais, quase dobraram em relação ao propagado em 2006. Esse fato demonstra que Minas vem progressivamente recuperando sua capacidade de investir, o que se deve tanto à modernização e reestruturação da máquina administrativa quanto aos aumentos reais de arrecadação.

Em 2007, a SEDE, em colaboração com outras seis secretarias, coordenou a realização de três seminários sobre oportunidades de investimento privado. Nesse contexto, os secretários foram a campo para, com a ajuda de lideranças regionais, fazer um amplo diagnóstico do potencial, das necessidades e obstáculos enfrentados pelos setores mais importantes para as economias regionais.

Os seminários tiveram o objetivo de agrupar informações que serão

Nos três primeiros trimestres de 2007, o setor industrial expandiu 8,4% em relação a igual período de 2006, considerado o melhor desempenho do país.

R\$ 152,6 bilhões de investimentos anunciados desde 2003 e com implantação prevista até 2010.

Forte expansão dos investimentos da administração estadual.

Mensagem à Assembléia Legislativa

usadas como base das políticas de atração de investimento e fomento aos setores estratégicos regionais e às cadeias produtivas. O desenvolvimento econômico alavancado pelos investimentos privados também possibilitaram a melhoria dos índices de desenvolvimento humano das regiões mais pobres de Minas Gerais, diminuindo disparidades entre as diferentes áreas.

O primeiro seminário foi realizado em Teófilo Otoni (abrangendo 27 municípios do Vale do Mucuri); o segundo em Montes Claros (abrangendo 92 municípios da região Norte); e o último em Governador Valadares (abrangendo 102 municípios do Vale do Rio Doce).

Em 2007 continuaram em execução os projetos previstos no orçamento fiscal como a Consolidação das Cadeias Produtivas - Minas do Princípio ao Fim. Nesse quadro, foram criados 13 grupos de trabalho, focando as cadeias de agricultura familiar, agronegócio, bioenergia, construção civil, eletroeletrônica, fármacos, logística, metal-mecânico, minerometalúrgico, química pesada, serviços, silvicultura, têxtil, calçados e móveis.

No momento, essas cadeias estão sendo avaliadas com vistas à definição de políticas e de estratégias de atração de novos investimentos, a partir do início de 2008. Inserem-se, também, nesse contexto, as iniciativas em curso visando ao desenvolvimento ou consolidação de núcleos de inteligência em setores relevantes para a economia mineira.

O primeiro núcleo de inteligência, de petróleo e gás, foi instituído em novembro de 2007, com o objetivo de incluir competitivamente as empresas mineiras no segmento de petróleo e gás, ampliando a participação delas no mercado, por meio do aumento da convergência, sinergia e eficácia das ações.

Outra ação importante foi a retomada das iniciativas com foco nos arranjos produtivos locais, tanto no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) quanto com parceiros, entre os quais o Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI), a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais/Instituto Euvaldo Lodi (FIEMG/IEL) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Nesse quadro, essa parceria foi especialmente fortalecida com o intuito de desenvolver o projeto Produtividade, Qualidade e Competitividade de Pequenas e Médias Empresas de Minas Gerais, que deverá ser contratado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

No âmbito do projeto estruturador Parcerias para a Provisão de Serviços de Interesse Público, o primeiro projeto de parceria público-privada do setor rodoviário no país teve o contrato assinado em 2007 e já está mudando a rotina de quem passa pela MG-050, a mais importante rodovia estadual. Com 372 quilômetros, ligando a capital ao interior de São Paulo, a rodovia será uma das mais importantes vias de transporte destinada ao escoamento da produção do estado. O consórcio que venceu a licitação vai gerir a rodovia por 25 anos e fará investimentos de R\$ 712 milhões.

Já em relação às estruturas institucionais do programa de PPP, estudos

empreendidos pela SEDE, em conjunto com a Secretaria de Estado de Fazenda, identificaram a vocação da empresa Minas Gerais Participações S.A. (MGI) para abarcar a função de entidade garantidora de projetos de PPP no Estado de Minas Gerais.

Dois outros importantes marcos atingidos em 2007 foram o lançamento do manual de operações do programa de parcerias público-privadas do Estado de Minas Gerais e a inauguração, em dezembro, do Portal PPP. O manual de operações do programa tem como objetivo informar sobre regras e processos que devem ser observados por todos os entes estaduais para o desenvolvimento de um projeto em formato de PPP. Trata-se de um documento inédito na América Latina, que, entre outros, contou com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Por sua vez, o Portal PPP reúne informações sobre oportunidades de investimento em parcerias com o governo de Minas, para interessados residentes no Brasil ou no exterior.

Lançamento do manual de operações e do portal do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de Minas Gerais.

No âmbito da ação de fomento à realização de modelagens de PPP, a minuta do edital e contrato do projeto de parceria público-privada no setor penitenciário foi colocada em consulta pública em dezembro de 2007.

O Programa de Universalização do Acesso aos Serviços de Telecomunicações do Estado de Minas Gerais (Minas Comunica) vai garantir a cobertura de telefonia celular em todas as cidades do estado. Previsto inicialmente para ser concluído em outubro de 2008, o programa teve o cronograma adiantado e todas as 412 cidades que não contavam com o serviço terão suas redes instaladas até março de 2008. Dessa forma, o programa vai beneficiar aproximadamente 2,5 milhões de habitantes.

Programa Minas Comunica.

Três operadoras, escolhidas por meio de licitação, estão instalando as redes. A Oi é responsável por 151 municípios das regiões do Jequitinhonha/Mucuri, Rio Doce e Centro-Oeste. A Telemig Celular está levando sua rede a 134 municípios das regiões Sul, Norte, Noroeste e Triângulo. Já a Claro está viabilizando o sinal em 127 municípios das regiões Central e Zona da Mata.

O governo de Minas, em parceria com as operadoras, está investindo R\$ 163,5 milhões na instalação das redes, que servirão como fator de desenvolvimento e inclusão. Boa parte das cidades incluídas no programa tem baixos índices de desenvolvimento humano, e o programa vai garantir o acesso a um tipo de tecnologia que se tem tornado ferramenta fundamental no dia-a-dia da população.

Um fato importante em 2007 foi a reativação dos conselhos, considerando a importância deles como instrumento de diálogo e articulação entre os setores produtivos. Os conselhos propiciam a participação na formulação e implantação da política estadual referente à área de indústria, comércio exterior, energia, mineração e transformação mineral, tudo isso em consonância com as diretrizes fixadas no PMDI. São seis os conselhos sob a gestão da SEDE. Em 2007 foram reativados o Conselho Integrado de Desenvolvimento (COIND), o Conselho Estadual de Energia (CONER) e o Conselho Estadual de Geologia e Mineração (CEGEM).

Reativação dos conselhos setoriais.

Mensagem à Assembléia Legislativa

*Conclusão do
Plano Estadual
de Logística de
Transporte.*

Dentro das diretrizes do governo, com investimentos jamais realizados em Minas, no que se refere à infra-estrutura, a Setop concluiu em 2007 o Plano Estadual de Logística de Transporte (PELT), importante ferramenta nos planos de desenvolvimento econômico do estado. Nesse sentido, o governo estadual também acompanha os planos do governo federal de concessão das rodovias federais no estado.

Igualmente, a SEDE, por intermédio da criação de um grupo de trabalho, procurou focar o modal ferroviário e a questão portuária, dois gargalos que prejudicam os investimentos no estado.

No que tange às ferrovias, foi levado ao Ministério dos Transportes estudo mostrando a necessidade premente da construção do trecho Patrocínio-Prudente de Moraes. A questão da travessia de Belo Horizonte também foi acompanhada pela SEDE, tendo sido obtido importante entendimento com o Ministério dos Transportes fixando compromissos e prazos. Além disso, foram realizadas várias reuniões com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) com o objetivo de buscar a revitalização de trechos subutilizados em Minas Gerais.

Outro ponto de vital importância para Minas, a questão portuária, tem merecido especial atenção da SEDE, sempre em sintonia com a Secretaria Especial de Portos do Governo Federal. Vários contatos estão sendo realizados com governos estaduais e empresas privadas na busca de alternativas para Minas Gerais, como, por exemplo, o Porto do Açu, o Porto de Itaguaí, além de outras opções.

Dentro dessa perspectiva, a SEDE tem trabalhado sempre em parceria com a iniciativa privada e com os governos federal e estaduais, em projetos específicos que envolvem a intermodalidade, e que seguramente trarão enorme benefícios a toda região envolvida, extrapolando inclusive em alguns casos as fronteiras de Minas Gerais.

*Expressivo
incremento das
exportações
mineiras.*

Dados recentemente divulgados pelo MDIC demonstram que, entre janeiro e novembro de 2007, houve expressivo aumento das exportações mineiras, que avançaram 17,7% em relação ao mesmo período de 2006, superando o crescimento médio das exportações nacionais, que foi de 16,6%. Com este desempenho, as exportações de Minas Gerais atingiram US\$ 16,8 bilhões até novembro, superando o total alcançado em todo o ano de 2006 (US\$ 15,7 bilhões). Este resultado assegura ao estado a posição de segundo principal exportador do país, respondendo por 11,5% das exportações nacionais no acumulado até novembro de 2007. É importante ressaltar que o peso de Minas Gerais no setor externo brasileiro supera sua participação no PIB nacional¹⁴.

O bom desempenho das exportações mineiras pode ser atribuído, sobretudo, a dois fatores: o aumento das exportações e dos valores pagos pelos produtos da cadeia minerometalúrgica, e a expansão do comércio com a

¹⁴ Em 2005, segundo a nova metodologia de cálculo do IBGE, o PIB de Minas Gerais correspondia a aproximadamente 9% do PIB nacional.

China. Recentemente este país passou a ser o principal destino das exportações mineiras, ultrapassando as vendas para os Estados Unidos, que decresceram em 2007.

Além da China, as vendas externas mineiras também expandiram fortemente para outros importantes parceiros comerciais, como Alemanha, Argentina, Países Baixos e França, bem como para mercados menos tradicionais, como Finlândia, Tailândia e Irã, revelando uma diversificação das regiões de destino.

Diversificação das regiões de destino das exportações mineiras.

Apesar do desempenho favorável, verifica-se a concentração da pauta exportadora mineira em um número relativamente reduzido de produtos e empresas. A cadeia minerometalúrgica, que respondeu por mais de 53% do valor total exportado pelo estado no período compreendido entre janeiro e setembro de 2007, vem ampliando sua importância histórica. Outros grupos de produtos com elevado peso na exportação mineira são o café, materiais de transporte, pedras e metais preciosos, papel e celulose, produtos químicos, carnes e produtos do complexo sucroalcooleiro.

No que tange às exportações por fator agregado, os produtos básicos foram os que apresentaram melhor desempenho entre janeiro e outubro de 2007, com uma expansão de 23,8% no valor de suas exportações em relação ao mesmo período de 2006. Já a expansão das vendas externas de produtos semimanufaturados e manufaturados avançou 19,7% e 10,2%, respectivamente.

Este cenário reflete o fato de que são as *commodities* minerais e agrícolas (e seus derivados diretos) que mais têm contribuído para o crescimento das exportações mineiras, o que se deve aos preços favoráveis e à demanda aquecida por esses produtos no mercado internacional.

Quanto às empresas, as 10 maiores exportadoras do estado foram responsáveis por mais da metade (51,7%) do total exportado nos primeiros 10 meses de 2007.

É importante salientar que todas as regiões mineiras elevaram suas exportações entre janeiro e setembro de 2007, com destaque para o Alto Paranaíba, cujas vendas externas cresceram 61%, e para o Jequitinhonha / Mucuri, com crescimento de 47% nas exportações¹⁵. No estado, a economia da Região Central é a que se apresenta mais fortemente inserida no mercado internacional, com 53,5% de participação no total exportado por Minas no período. Outras regiões com peso relevante nas exportações estaduais são o Sul de Minas (14,2%) e o Rio Doce (9,8%).

Até novembro de 2007, houve crescimento de 35,5% das importações em relação a igual período do ano anterior.

As importações mineiras, por sua vez, atingiram US\$ 6 bilhões no acumulado até novembro de 2007, o que representa um crescimento de 35,5%

¹⁵ No entanto, no caso do Jequitinhonha / Mucuri é importante salientar que este crescimento se dá sobre uma base bastante reduzida, representando um montante ainda pequeno em termos absolutos.

Mensagem à Assembléia Legislativa

em relação ao mesmo período do ano anterior. As importações são mais diversificadas do que as exportações, com um número muito maior de itens. Cabe destacar a forte presença de máquinas e equipamentos, assim como de insumos (produtos químicos, minerais metalúrgicos, entre outros) na pauta importadora.

Os principais países de origem das importações do estado foram Estados Unidos, China, Alemanha, Argentina e Itália. Dentre os principais parceiros comerciais, destaca-se o forte crescimento das importações provenientes da China e, dentre parceiros menos tradicionais, ganha relevo o avanço das importações provenientes da Finlândia.

Crescimento de 9,8% no superávit comercial do estado até novembro de 2007.

Apesar do forte aumento das importações, Minas Gerais continua a se destacar pelos elevados superávits comerciais, que entre janeiro e novembro de 2007 atingiram US\$ 10,8 bilhões, o que representa um crescimento de 9,8% em relação ao ano anterior.

Criação da Central de Atendimento ao Exportador Mineiro (Central Exportaminas).

Cabe ressaltar a criação da Central de Atendimento ao Exportador Mineiro (Central ExportaMinas), com o objetivo de estimular a atividade exportadora no estado. A central, capacitada para realizar a prospecção de mercados no exterior e atenuar dificuldades para inserção de produtos mineiros em destinos estrangeiros, já assume importante papel no apoio à inserção das micro, pequenas e médias empresas de Minas Gerais no mercado internacional, e empenha esforços para promover a diversificação das exportações mineiras.

Em 2007, a central de atendimento atingiu a marca de 1.068 atendimentos a empresários. Como resultado do trabalho do núcleo de inteligência comercial do estado, foram lançadas duas publicações inéditas de comércio exterior: Panorama do Comércio Exterior de Minas Gerais e Mapeamento das Exportações de Minas Gerais.

Renovada a parceria com Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) para manutenção da Central ExportaMinas, foram mantidos entendimentos com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), com o Sebrae-MG, e com a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG), para expandir a estrutura de atendimento a potenciais exportadores, em um esforço conjunto de inserir empresas mineiras no mercado internacional. Nesse sentido, foi desenvolvido e inicialmente veiculado o Portal Eletrônico Exportaminas.

Recorde de movimentação de passageiros no Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

Este ano destaca-se também o Aeroporto Internacional Tancredo Neves (AITN), em recorde de movimentação de passageiros. De janeiro a outubro de 2007, quase 3,5 milhões de passageiros utilizaram o terminal, número próximo ao total verificado no ano passado (3,7 milhões), evidenciando a importância crescente do AITN como um dos principais aeroportos do país.

Em 2007 ocorreu a apresentação do conceito funcional do projeto “Cidade Aeroporto de Belo Horizonte” na 2ª Conferência “Airport City” em

Frankfurt, Alemanha, destacando o AITN como um dos principais aeroportos de passageiros e cargas da América do Sul.

Também foram concluídos os estudos de viabilidade de vôos internacionais a partir do AITN, cujo resultado foi apresentado no Fórum de Desenvolvimento de Rotas Aéreas Mundiais, realizado em outubro na cidade de Estocolmo, para as empresas TAP, Ibéria, American Airlines, Delta Airlines, Continental Airlines, Air France, TAM, UPS, FEDEX e DHL. Nesse quadro, o Aeroporto Internacional Tancredo Neves começou a operar vôos para o exterior, a partir de países da América Latina, devendo operar com vôos para os países da Europa no início de 2008.

O Aeroporto Internacional Tancredo Neves inicia a operação de vôos para o exterior.

Registre-se, ainda, a conjugação de esforços entre a SEDE e a Setop para a consolidação do novo plano aeroviário do Estado (PROAERO) visando ao desenvolvimento da aviação regional a partir do Aeroporto da Pampulha.

Até o fim do ano, juntos, os dois principais aeroportos da região metropolitana de Belo Horizonte (AITN e Pampulha) foram utilizados por 5,1 milhões de passageiros. Este número é 43,5% maior do que o registrado em 2004. O governo de Minas tem trabalhado em parceria com a Infraero pela expansão da capacidade do aeroporto para até 8 milhões de passageiros ao ano no curto prazo.

Igualmente, o estado se dispôs a investir nas obras de infra-estrutura do aeroporto industrial, com o objetivo de acelerar o processo de desenvolvimento e instalação de indústrias de tecnologia que têm no modal aéreo o principal meio de transporte de insumos ou produtos finais. A medida visa a consolidar o aeroporto como importante centro de transporte de carga no país e aumentar a competitividade dos setores de alta tecnologia de Minas Gerais.

O investimento de aproximadamente R\$ 10 milhões na urbanização da área do aeroporto industrial (46 mil metros quadrados), cujo projeto executivo já foi concluído, ainda depende de assinatura de convênio com a Infraero. A licença ambiental para essas obras já foi obtida, e já está em desenvolvimento o estudo para a 2ª fase do aeroporto industrial, específica para a indústria aeronáutica. Cabe destacar que o aeroporto industrial do AITN é o primeiro credenciado pela receita federal no país. As empresas que se instalarem no local passam a operar em regime de suspensão tributária.

Implantação do primeiro porto seco industrial do país.

O Porto Seco Granbel, em Betim, foi credenciado pela receita federal em março de 2007 como o primeiro porto seco industrial do país, oferecendo isenção de tributos sobre insumos importados e nacionais quando o produto final for embarcado para o exterior.

O sistema de suspensão tributária, combinado com a logística multimodal (integração rodovia-ferrovia), oferece facilidades para que as empresas exportadoras de produtos de grande valor agregado tenham competitividade no mercado externo. Daí o estudo de viabilidade do porto seco do Norte de Minas, em Montes Claros.

Mensagem à Assembléia Legislativa

Em 2006, um convênio firmado entre o governo de Minas Gerais e a Infraero, para viabilizar as operações do aeroporto regional da Zona da Mata, o Aeroporto de Goiânia, previa para a Infraero a responsabilidade de prover os recursos humanos, materiais e financeiros para a gestão do aeroporto, bem como de realizar adequações físicas com vistas à prestação de serviços compatíveis com o movimento operacional esperado e dentro do padrão de serviço exigido pelos usuários. Desse modo, o aeroporto já está homologado pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), e a SEDE está em negociação com companhias aéreas para que vôos regulares sejam oferecidos no aeroporto, tão logo as obras sejam concluídas. Ao mesmo tempo, planos para carga aérea e instalação de indústrias estão em articulação.

Obtenção de importantes linhas de financiamento internacional para o estado.

Além de investimentos privados, foram obtidas linhas importantes de financiamento internacional para o estado, com o objetivo de assegurar a continuidade das melhorias na gestão pública, consolidando e ampliando as conquistas já alcançadas. Assim, o financiamento de US\$ 1 bilhão do Bird para Minas Gerais é a maior operação do banco para a América Latina. O empréstimo faz parte do novo limite de endividamento do estado autorizado pelo governo federal, como resultado do ajuste fiscal, redução de despesas e melhor eficiência da gestão do governo mineiro. O acordo com o Banco Mundial é único em execução no mundo sem contrapartida financeira, mas com previsão de metas sociais e econômicas.

Já as negociações com o BID levaram à aprovação de financiamento para o Programa Minas Comunica de universalização do acesso às telecomunicações em Minas Gerais, com linha de crédito de US\$ 50 milhões.

Realização de acordo de irmandade com a região de Piemonte (Itália).

No relacionamento internacional, Minas Gerais solidificou, em junho, o acordo de irmandade com a região de Piemonte, na Itália, por intermédio da promoção de diversos tipos de entendimentos e intercâmbios em áreas técnicas. Em outubro, o estado participou ativamente da criação do Fórum Eurolatinoamericano de Turim para o desenvolvimento regional baseado na inovação.

Como resultado do acordo de cooperação mantido com o Quebec/Canadá, houve estreitamento de relações em várias áreas, com destaque para a saúde. Em novembro de 2007, a Fundação Hemominas estabeleceu convênio de natureza técnica com sua homóloga Héma/Quebec para a construção, em Minas Gerais, do Centro de Tecidos Biológicos (Cetebio), primeiro projeto do gênero de toda a América Latina, abrindo caminho para importantes pesquisas com células-tronco a médio e longo prazos.

Com a conclusão do Plano Estadual de Energia 2030 e com a elaboração da matriz energética prospectiva, prevista para o 1º trimestre de 2008, será estruturada a política energética para o estado, estimando a demanda de energia pelos diversos setores econômicos e a oferta por meio das diversas fontes energéticas.

No âmbito do Programa Gestão Ambiental Minas Gerais Século XXI, fez-se avaliação ambiental estratégica dos 380 empreendimentos remanescentes

identificados em Minas, de maneira a calcular seu impacto socioambiental e econômico. O estudo estima a viabilidade do potencial hidrelétrico remanescente, o que pode facilitar o processo de licenciamento ambiental, fomentando a atração de investimentos para o setor. A construção de pequenas centrais hidrelétricas é uma forma de regionalização do desenvolvimento socioeconômico.

O cooperativismo ganhou, em 2007, uma área específica na SEDE. Esta área deu prioridade à realização de visitas técnicas de diagnóstico e sensibilização em cooperativas de vários segmentos, além das articulações com órgãos federais visando à busca de parcerias e recursos para o segmento. Destacam-se, ainda, os trabalhos para a implantação do Conselho Estadual do Cooperativismo (CECOOP) e o acordo de cooperação com o Sistema de Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (OCEMG) / Sistema Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo de Minas Gerais (SESCOOP/MG), para a realização de ações conjuntas técnico-educativas.

Realização de visitas técnicas de diagnóstico e sensibilização em cooperativas de vários segmentos.

Nessa perspectiva, em 2007, a SEDE participou do I Encontro de Mercado para Cooperativas de Minas Gerais, do I Seminário de Responsabilidade Social das Cooperativas Mineiras e do VI Encontro de Mulheres Cooperativistas de Minas Gerais.

Na área de comércio e serviços, registra-se a participação em feiras de artesanato, moda, agronegócio, móveis e decoração, panificação, confeitaria e sorveteria, cosméticos e beleza, fogos de artifício, supermercadista, café, bem como a bienal do automóvel, evento que foi realizado em Minas Gerais pela primeira vez em dezembro de 2007.

Foram relevantes em 2007 os contatos estabelecidos com órgãos federais, como o MDIC, em especial o seu grupo técnico de comércio. Registre-se também a participação em fóruns nacionais de apoio e de discussões de políticas para os segmentos de comércio e serviços como a Rede Nacional de Agentes de Comércio Exterior e o Fórum Mineiro da Micro e Pequena Empresa.

A Superintendência de Artesanato, junto com seus parceiros (Sebrae/MG, Ceart/MG, Sedvan, Setur, SEC, Deop, Servas, ALMG, Copasa, MDIC, MTUR, IPHAN-Museu do Folclore, Centro Cape, Ipsemg e SESC/MG), realizou, em 2007, 15 feiras, exposições e eventos em geral, nacionais e regionais, tanto no estado como em outras cidades do país. Nesses eventos foram atendidos 1.539 artesãos de 206 municípios mineiros. O faturamento obtido por eles foi de R\$ 557,89 mil cumprindo-se, assim, o propósito de viabilizar a comercialização dos produtos artesanais mineiros.

Realização de 15 feiras, exposições e eventos, sendo atendidos 1.539 artesãos de 206 municípios mineiros.

Com o objetivo de apoiar o desenvolvimento da atividade nas diversas regiões, foram visitadas várias comunidades na região sudoeste do estado, no norte de Minas, na trilha dos Inconfidentes, no Circuito do Ouro e em Poços de Caldas, totalizando 30 comunidades visitadas, com 429 artesãos contactados. De igual modo, em parceria com o Sebrae/MG, foram acompanhadas as capacitações na área de abrangência da Sedvan com o Programa Artesanato em Movimento, sendo capacitados 788 artesãos em 50 cidades, e no Projeto Pólo Veredas, foram 655 artesãos capacitados em 27 cidades.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (JUCEMG)

Dando prosseguimento ao processo de interiorização de seus serviços, a Jucemg mantém 11 postos de atendimento (Projeto JUNTAMINAS) nas cidades de São João del Rei, Nova Ponte, Barbacena, Itaúna, Iguatama, Muzambinho, Sarzedo, Boa Esperança, Muriaé, Sacramento e Curvelo, além de seis escritórios regionais em Juiz de Fora, Uberlândia, Varginha, Governador Valadares, Uberaba e Montes Claros.

Expansão do número de requerimentos atendidos.

O Programa Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins apresentou, entre janeiro e outubro de 2007, o total de 336.162 requerimentos protocolizados, cifra 2,8% superior à meta anual de atendimento (327 mil requerimentos), abarcando atos de empresas (165.848), livros mercantis (62.247) e certidões (108.097).

Nesse mesmo sentido, foram registradas 42.302 empresas em 2007, abarcando as modalidades de empresário individual (17.785), sociedades de responsabilidade limitada (24.277), sociedades anônimas (154) e cooperativas (86).

Implantação de unidades do Programa Minas Fácil em sete municípios.

No âmbito do Minas Fácil, iniciativa já presente em 28 municípios, sete cidades passaram a contar com o serviço (Nova Serrana, Viçosa, Itabira, Sete Lagoas, Passos, Três Corações e Itajubá), que integra o projeto estruturador Descomplicar. Em 2007, o programa passou a ser coordenado pela Jucemg, órgão responsável pelo registro de empresas. A idéia é desburocratizar o processo de formalização de empresas, concedendo mais tempo ao empresário para investir em sua empresa.

Adoção de itens de segurança da casa da Moeda.

Outro projeto de relevo se refere à segurança dos papéis de empresa com a adoção de itens de segurança da Casa da Moeda, perpassando investimentos na autenticidade e segurança dos documentos oficiais emitidos ou certificados pela autarquia. Nesse quadro, as certidões passaram a ser emitidas em papel de segurança da Casa da Moeda, adotando-se igualmente a certificação de documentos com selo dessa mesma instituição, com o objetivo de evitar a falsificação dos documentos de empresas. Dentro desse mesmo enfoque, destaca-se a implantação da central de documentos roubados, permitindo a divulgação dos serviços da Central de Comunicação de Documentos Roubados, Furtados ou Extraviados, para coibir a abertura de empresas “fantasmas”.

Minas Gerais será o primeiro estado a implantar o Sistema Público de Escrituração Digital.

No que tange à modernização e à simplificação da vida do empreendedor, Minas Gerais será o primeiro estado a implantar o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED Contábil). Esse projeto, pioneiro no país, começou a ser desenvolvido há dois anos por meio de um trabalho conjunto do Serpro e da Prodemge. Com essa novidade, o empresário (ou seu contador), de seu escritório, poderá entregar o livro eletrônico para autenticação, como já acontece com a declaração de imposto de renda de pessoa jurídica. O SPED Contábil fará interface entre a Junta Comercial e a Receita Federal.

Em 2007, a Jucemg investiu na qualidade e na agilidade, por meio da contratação dos serviços de consultoria do INDG, promovendo a redução de custos e do tempo de análise e tramitação de processos. A meta é melhorar o atendimento ao cidadão e alcançar maior satisfação dos servidores com a instituição

Destaca-se também a autorização de concurso para tradutor e intérprete comercial. Após 30 anos, será realizada em 2008 esta modalidade de concurso, abrangendo 14 idiomas.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG)

Criado pela Lei Estadual n.º 2.067, de 05/01/1962, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. (BDMG) é uma instituição financeira de fomento de caráter regional que tem por missão ser banco inovador e parceiro do cliente em soluções financeiras para empreendimentos comprometidos com o desenvolvimento sustentável de Minas Gerais.

As operações realizadas pela instituição abrangem desde grandes empreendimentos estruturadores da base econômica, até microempresas e pequenos empreendimentos, urbanos ou rurais, beneficiando iniciativas industriais, agrícolas e agroindustriais, atividades comerciais e de prestação de serviços, infra-estrutura e desenvolvimento urbano, em todas as regiões do território mineiro. Em 31/12/2007, o Banco possuía contratos de financiamentos ativos em 648 municípios. Isto significa que o BDMG encontrava-se presente em 76% dos municípios mineiros que, por sua vez, concentram aproximadamente 94% da população e 97% do PIB de Minas.

O valor do patrimônio líquido do banco evoluiu de R\$ 760 milhões (em 31/12/2006) para R\$ 811 milhões (em 30/11/2007), o que equivale a um crescimento de 6,7% até novembro. O lucro líquido acumulado no período atingiu R\$ 31 milhões. Já o saldo de aplicações em financiamentos para empresas alcançou R\$ 3 bilhões em novembro de 2007.

Como administrador dos ativos remanescentes dos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal, o BDMG recuperou, em 2007, R\$ 15 milhões, incorporando ao patrimônio da administração estadual recursos públicos reavidos de clientes inadimplentes com aquelas instituições.

Em 2007, foram realizadas 4.312 operações de crédito, totalizando R\$ 721 milhões em financiamento, um crescimento de 6,7% das liberações em relação ao mesmo período do ano anterior. Foram atendidos 3.450 clientes em 475 municípios mineiros.

As liberações de recursos provenientes do BNDES, de repasses de outras instituições, de fianças bancárias e de capital próprio alcançaram R\$ 200 milhões, equivalentes a 28% do total liberado. Já as operações referentes aos recursos oriundos de fundos estaduais corresponderam à liberação de R\$

O BDMG encontra-se presente em 76% dos municípios mineiros.

Evolução de 6,7% no patrimônio líquido do banco até novembro de 2007.

Realização de 4.312 operações de crédito, totalizando R\$ 721 milhões.

Mensagem à Assembléia Legislativa

521 milhões (72%), sendo R\$ 49,6 milhões relativos à execução orçamentária de 2006.

Crescimento de 12,8% no valor das liberações para micro e pequenas empresas.

As liberações para micro e pequenos empreendimentos, incluindo os pequenos produtores rurais, atenderam a 3.151 clientes, no valor de R\$ 167 milhões, o que representou um crescimento de 12,8% sobre o valor liberado em 2006. Estas operações corresponderam a 23,1% das liberações e a 91,3% do número de clientes atendidos pelo banco no período. Vale ressaltar que foi este o segmento que mais contribuiu, em valores absolutos, para a expansão dos financiamentos liberados no ano, em relação a 2006.

Adicionalmente, a análise da distribuição regional das operações de financiamento realizadas pelo BDMG, em 2007, aponta para uma importante desconcentração. A participação da região Central, que era de 43% em 2003, passou para 33%. A melhor divisão dos recursos do banco beneficiou outras regiões, como o Sul, o Triângulo, o Vale do Jequitinhonha/ Mucuri, o Norte e o Noroeste.

Aprovação do Plano Estratégico

O Plano Estratégico 2008-2011 foi aprovado pelo Conselho de Administração em novembro e estabelece as bases para a atuação do banco em sintonia com os novos desafios da economia contemporânea.

A estratégia delineada prioriza maior aderência da instituição às necessidades dos clientes, o alinhamento ao PMDI e aos projetos estruturadores, e o aproveitamento de novas oportunidades de negócios. O plano busca, portanto, novo paradigma para a atuação do BDMG, propondo uma atuação inovadora, de forma a aproveitar as oportunidades emergentes.

Estruturação de um novo portfólio de produtos.

A instituição trabalhou em 2007 na estruturação de um novo portfólio de produtos, de forma a ampliar sua capacidade de gerar negócios. O primeiro produto desenvolvido, o *leaseback*, estará à disposição dos clientes do BDMG em janeiro de 2008. Esse produto consiste em um arrendamento mercantil onde o cliente transfere a propriedade de um bem móvel ou imóvel ao banco e recebe o respectivo valor creditado em conta, complementando, assim, os recursos de financiamento para o projeto. Desse modo, o BDMG procura ampliar a oferta de financiamento, aumentar a rentabilidade e captar novos projetos e empreendimentos.

Outro produto em operação no BDMG é a linha de crédito de apoio à infra-estrutura e logística de transportes no Estado de Minas Gerais (ProInfra). Seu objetivo é a melhoria das condições de infra-estrutura do estado, proporcionando desenvolvimento regional por meio de concessão de financiamento às empresas do setor de construção pesada.

Como alternativa operacional, o BDMG se insere, também, no mercado de capitais, com o treinamento de equipe técnica e a constituição de um núcleo específico para esta finalidade. A decisão do banco de atuar nesse segmento se deve à consolidação do mercado de capitais no país como fonte de captação de recursos de longo prazo para viabilizar investimentos das empresas.

Destaca-se também o desafio proposto de estabelecer novas formas de atuação, priorizando a flexibilidade e o desenvolvimento de soluções financeiras pensadas com foco no cliente. Alinhado a essa estratégia e visando a atender à Resolução 3.477 do Conselho Monetário Nacional (CMN), o BDMG implantou a Ouvidoria, que está em funcionamento desde 30 de novembro. Os critérios desse órgão exigem que a instituição responda às reclamações em até 30 dias, sendo essas registradas e encaminhadas ao Banco Central e ao Conselho de Administração do banco. Nessa perspectiva, as informações obtidas são ainda entendidas como ferramenta de gestão estratégica, auxiliando no aprimoramento do serviço prestado pelo BDMG a seus clientes.

*Implantação
da Ouvidoria
do BDMG.*

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO DE MINAS GERAIS (CODEMIG)

A Codemig, em 2007, investiu R\$ 21,1 milhões e tem a previsão de aplicar, em 2008, recursos de R\$ 434 milhões, dos quais R\$ 392 milhões na implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.

*R\$ 21,1
milhões em
investimentos.*

A companhia tem concentrado a sua atuação na promoção do desenvolvimento econômico do estado. Neste exercício, concluiu os projetos executivos e obteve de órgãos e entidades estaduais de meio ambiente as licenças ambientais necessárias para o início da obra do Centro Administrativo. Paralelamente, conduziu todas as etapas do processo licitatório até a sua conclusão.

Em 4 de dezembro de 2007, foi assinado o contrato com os três consórcios que venceram a licitação para a construção do Centro Administrativo. A expectativa é de que as obras, orçadas em R\$ 948 milhões, comecem em abril de 2008. Projeto arrojado e inovador do arquiteto Oscar Niemeyer, o conjunto de edificações abrigará o Palácio de Governo e as 17 secretarias de Estado.

*Assinatura do
contrato para
a construção
do Centro
Administrativo.*

O Centro Administrativo será construído em espaço de 804 mil metros quadrados, onde antes funcionava o antigo Hipódromo Serra Verde, na região norte da capital. O conjunto terá o Palácio de Governo, uma praça cívica, um auditório para 540 lugares, dois edifícios de 15 pavimentos nos quais funcionarão as secretarias e órgãos e um centro de convivência destinado à instalação de agências bancárias, restaurantes e outros serviços para os 16 mil funcionários e para cerca de 10 mil pessoas que devem circular pelo local diariamente.

No âmbito do projeto de introdução de áreas industriais planejadas, está em processo de implantação o distrito industrial de Jeceaba, em área de 11,8 milhões de metros quadrados, que exigirá investimentos de R\$ 30 milhões. O distrito industrial permitirá à empresa Vallourec & Sumitomo (V&S) a construção de uma usina siderúrgica.

Nesta mesma área de atuação, a Codemig vem desenvolvendo ações

Mensagem à Assembléia Legislativa

para a implantação do Distrito Industrial Vespasiano II, destinado a abrigar empresas de alta tecnologia.

Estão sendo realizados projetos, obras de implantação e revitalização de áreas industriais e ações para obtenção de licenciamentos ambientais em alguns municípios mineiros, entre os quais Extrema, Patos de Minas, Jeceaba, Vespasiano, Ribeirão das Neves, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Teófilo Otoni, Juiz de Fora, Pedro Leopoldo, Confins, Tupaciguara, Uberlândia, Araguari, Araxá, Barbacena, Conselheiro Lafaiete e Santos Dumont.

Dentro de seu programa de investimentos no setor mineral, a empresa tem o objetivo de identificar e quantificar depósitos de gás na região centro-oeste de Minas Gerais, em parceria com a iniciativa privada. Os primeiros estudos foram iniciados em 2006 e a previsão é de que informações conclusivas sejam conseguidas em 2009.

No fomento ao setor de turismo de negócios, a Codemig concluiu as obras do Expominas de Belo Horizonte e de Juiz de Fora bem como do Minascentro.

A Companhia está promovendo a revitalização do Circuito das Águas, a fim de aumentar o potencial turístico da região. Em Caxambu, o balneário do Parque das Águas passará por reforma e reestruturação completa, com obras essas orçadas em R\$ 2,9 milhões. Por sua vez, a proposta para a cidade de Lambari compreende a revitalização do Parque das Águas, com recursos de R\$1,4 milhão, encontrando-se também em execução a revitalização das margens do Lago Guanabara. Já as ações para Cambuquira compreendem a revitalização do Parque das Águas, com investimento de R\$ 1,3 milhão.

O governo do estado passou a disponibilizar para o mercado em 2007 os dados da área 9 do levantamento aerogeofísico, que cobre 8.873 km² em 12 municípios do oeste mineiro. O levantamento é uma ferramenta de prospecção mineral que indica as áreas com maior potencial para pesquisas geológicas pelas mineradoras. Com mais esta região, o total de áreas com levantamento aerogeofísico cobre 35% do território do estado.

A pesquisa foi realizada com o auxílio de equipamentos de magnetometria e gamaespectrometria. Foram percorridos mais de 23,6 mil quilômetros em voo linear, a 100 metros de altura do solo, com espaçamento de 500 metros entre as linhas.

O levantamento das áreas 7, 8 e 9, iniciados em 2006, cobre uma área equivalente a 22,5% do território mineiro. As pesquisas resultam de investimentos da ordem de R\$ 10,5 milhões por parte do governo de Minas e do governo federal, repassados à Codemig mediante convênio.

COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS (GASMIG)

Em um cenário de desequilíbrio na oferta de gás, que causa apreensão às distribuidoras de outros estados, a Gasmig detém condição única entre suas congêneres: contratos de suprimento em volumes crescentes ao longo do tempo, capazes de atender a toda a demanda projetada para Minas Gerais pelos próximos 20 anos. Ao fim de 2007, a rede de distribuição da empresa alcançou 354,8 quilômetros de extensão. O número de clientes chegou a 264, sendo 174 empresas, 88 postos de gás natural veicular (GNV) e duas termelétricas.

A garantia de abastecimento permite à Gasmig dar continuidade ao seu plano de expansão, focado na ampliação da oferta de gás natural onde já atua, notadamente na Grande Belo Horizonte e municípios localizados na área de abrangência do Gasoduto Rio-Belo Horizonte (Gasbel) e na abertura de novas frentes de distribuição no Vale do Aço e no Sul de Minas.

Após a implantação do Gasoduto do Sul de Minas, a Gasmig poderá, ainda, deslocar, para outra região, suas bases de fornecimento de Gás Natural Liquefeito (GNL), que hoje atendem aos municípios de Poços de Caldas e Andradás, num projeto pioneiro no país. O GNL apresenta volume 600 vezes menor do que o gás natural em sua forma gaseificada, o que viabiliza o atendimento economicamente viável a clientes das regiões onde ainda não existem gasodutos instalados.

Ao lado do esforço de captação de mercado para a comercialização do gás a ser disponibilizado pela ampliação da capacidade de transporte da Gasbel, a Gasmig investiu, no decorrer do ano, R\$ 15,5 milhões na construção de 7,62 quilômetros de ramais de gasoduto nos municípios de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Sabará, Santa Luzia e Matozinhos.

R\$ 15,5 milhões investidos na construção de 7,62 quilômetros de ramais de gasoduto.

Parte desses investimentos foi aplicada na obra de expansão da rede de distribuição de gás natural Linha Lateral Serra Verde-Distrito Industrial II de Santa Luzia, com 6,4 quilômetros de tubulação. Em Barbacena foi construída e colocada em operação uma base de gás natural comprimido, para fornecimento de 10 mil m³/dia à empresa Anel Gás.

Construção de uma base de gás natural comprimido em Barbacena.

Em novembro foi concluído o processo de licitação para a implantação de um ramal de 34,5 quilômetros que atenderá ao Projeto Itabiritos, da Companhia Vale do Rio Doce, em Nova Lima, na área da antiga MBR, que foi incorporada pela Vale. Nessa obra, orçada em R\$ 40 milhões e com início previsto para janeiro de 2008, a Gasmig já investiu R\$ 12 milhões na aquisição de dutos. O novo ramal permitirá que a empresa amplie seu fornecimento diário de gás natural em 320 mil metros cúbicos.

Também no segundo semestre de 2007, teve início o processo licitatório destinado à contratação de empresas ou consórcios que se responsabilizarão, por meio de uma operação tecnicamente chamada de BOT (*build, own and transfer*) ou CPT (construção, propriedade e transferência), pela construção do gasoduto do Vale do Aço. Esse gasoduto com 278,5

Mensagem à Assembléia Legislativa

quilômetros de extensão levará gás natural aos municípios de Ouro Preto, João Monlevade, Timóteo, Coronel Fabriciano, Ipatinga e Belo Oriente.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MINAS GERAIS (INDI)

Com o apoio da Cemig e do BDMG, o Indí divulga, promove novos negócios e capta investimentos industriais com o objetivo de ampliar e consolidar o crescimento econômico e social mineiro.

Sua assistência abrange todas as fases do empreendimento, da concepção à etapa operacional, estendendo-se, ainda, aos projetos de diversificação, expansão, modernização ou realocização.

O Indí também oferece, gratuitamente, ao investidor análises setoriais, auxílio na busca de galpões, intermediações com outros órgãos governamentais e entidades de classe bem como aproximação com potenciais parceiros no país e no exterior. Para melhorar ainda mais os serviços prestados, o instituto vem passando por um processo de reestruturação interna.

Cabe destacar que, no projeto estruturador Promoção e Atração de Investimentos Estratégicos e Desenvolvimento das Cadeias Produtivas das Empresas Âncoras, o Indí é o principal apoio operacional da SEDE.

Entre as ações promovidas pelo Indí, destacam-se: o encaminhamento ao BDMG, para análise, de 43 projetos, totalizando investimentos de R\$ 494 milhões; o encaminhamento à Cemig de 11 projetos, com um potencial de consumo de energia estimado em 49 MVA; assistência a 119 projetos, totalizando R\$ 3,2 bilhões; 41 protocolos, totalizando R\$ 6,9 bilhões (outubro de 2007), entre os quais os das empresas Jussara, V&M, Tigre, Copenhagen, Biometrus, Ivision e Medabil; negociações de grandes projetos, entre eles: FIAT, com investimento de R\$ 5 bilhões, gerando 5.600 empregos; V&M, com investimento de R\$ 3 bilhões, gerando 2 mil empregos; CSN, com investimento de R\$ 9,5 bilhões, gerando 5 mil empregos; e Usiminas, com investimento de R\$ 6,8 bilhões, gerando mil empregos.

O Indí vem envidando esforços visando à implantação de extenso programa na área de bioenergia, negociando a implantação de diversos investimentos nessa área em Minas Gerais. Com esse objetivo estão sendo firmados protocolos de intenções com as usinas de açúcar e álcool que pretendem se instalar em Minas Gerais. Destacam-se os projetos dos Grupos/Usinas Cururipe, Santa Elisavale e Moema.

Tais ações associam-se ao esforço promovido no âmbito do projeto estruturador Atração de Investimentos e Inserção Regional. Registre-se, aqui, a reestruturação socioeconômica da área da Usina JK (Irapé), onde, em conjunto com a Cemig e outros órgãos do estado, o Indí diagnosticou as principais necessidades da região, articulando negociações para o seu atendimento e

*Encaminhamento
de 43 projetos
para análise do
BDMG no valor
de R\$ 494
milhões.*

*Assistência a
119 projetos,
totalizando R\$
3,2 bilhões.*

buscando atrair investimentos compatíveis, contribuindo, ainda, para a realização de programas de capacitação de mão-de-obra. Nesse sentido, destaca-se, ainda, o convênio celebrado com a Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina para o desenvolvimento da Zona da Mata nas áreas de fruticultura, bioenergia, milho e negociações envolvendo aposta em marcha e consolidação do aeroporto regional de Goianá.

Em conjunto com a Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais, está sendo desenvolvido o programa que objetiva atrair investimentos para os municípios mineradores. Foram avaliadas oito cidades e identificadas oportunidades de investimentos em Itabira, Itabirito e Congonhas.

Para atrair fornecedores de produtos selecionados para Minas Gerais, o Indi, em 2007, organizou e participou de oito missões internacionais das quais se destacam as missões à Espanha, o Latin Asia Business Forum em Cingapura e as missões do Piemonte a Minas Gerais e vice-versa.

Participação em oito missões internacionais para atração de investimentos.

Grandes investimentos públicos e privados, no valor total de R\$ 152,57 bilhões, foram anunciados para o estado no período compreendido entre 2003 e 2010. O número de projetos saltou de 1.240 para 1.767 em 2007. O número de empregos gerados também apresentou notável elevação, subindo de 237 mil para aproximadamente 305 mil. Por meio do projeto estruturador Promoção e Atração de Investimentos Estratégicos das Cadeias Produtivas e Empresas Âncoras, o estado tem cumprido o papel de melhorar o ambiente de negócios e a vida de milhares de mineiros.

1.767 projetos anunciados para Minas entre 2003 e 2010.

Dentro dessa perspectiva, a logística passou a exercer papel fundamental na definição dos investimentos do setor siderúrgico. Fatores como proximidade do projeto em relação às reservas de minério de ferro, malhas rodoviária e ferroviária e redes de telecomunicações, além da facilidade de acesso ao gás natural, ao mercado externo e aos insumos em geral, têm sido determinantes para localização dos grandes projetos no estado.

De janeiro a outubro de 2007, Minas Gerais produziu 9.927.800 toneladas de aço bruto, o correspondente a 35,6% da produção nacional. Já a produção de laminados e semi-acabados para a venda foi de 8.764.700 toneladas no período, o equivalente a 33,8% do total produzido no país.

Atração de dez projetos no setor sucroalcooleiro, totalizando R\$ 2,66 bilhões e 16 mil empregos quando estiverem em plena operação.

Por sua vez, dez projetos do setor sucroalcooleiro foram anunciados em 2007, sendo oito deles relativos à instalação de novas usinas. Sete projetos serão desenvolvidos no Triângulo Mineiro e o restante está distribuído entre as regiões Sul, Vale do Mucuri e Noroeste. Os investimentos somam R\$ 2,66 bilhões e devem gerar 16 mil empregos quando estiverem em plena operação. A capacidade de moagem será de 23,4 milhões de toneladas de cana-de-açúcar.

Desde 2005, 40 projetos de expansão e construção de usinas de açúcar e álcool, que somam R\$ 8,5 bilhões, correspondendo a quase 6% do total de investimentos anunciados para o estado entre 2003 e 2010, serão responsáveis pela geração de mais de 53 mil empregos.

Mensagem à Assembléia Legislativa

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS (CEMIG)

A Cemig deu continuidade, em 2007, à expansão de sua base de consumidores, promovendo, para tanto, o concomitante crescimento de sua capacidade instalada, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Descrições		Ano			
		2007	2006	2005	2004
Atendimento	Número de consumidores	6.664.016 (1)	6.240.218	6.009.979	5.874.904
	Número de empregados	10.830 (2)	10.658	10.271	10.668
	Número de consumidores por empregado	595 (1)	585	585	551
	Número de localidades atendidas	5.415	5.415	5.415	5.415
	Número de municípios atendidos	774	774	774	774
Mercado	Área de concessão (km ²)	567.265	567.265	567.265	567.265
	Geração (GWh)	36.100 (1) (3)	34.212 (3)	31.063 (3)	28.476
	Consumo residencial médio (kWh/ano)	1.316 (1)	1.312	1.327	1.351
Operacionais	Número de usinas em operação	57 (1) (3)	56 (3)	54 (3)	52
	Capacidade instalada (MW)	6.568 (1) (3)	6.523 (3)	6.112 (3)	5.949

Fontes: AG, PO/PE, RH/AP, PC/PM

(1) Os meses de novembro e dezembro foram estimados.

(2) O número de empregados refere-se a out/2007.

(3) Os montantes de geração, capacidade instalada e nº. de usinas englobam as usinas de propriedade da Cemig Geração e Transmissão S.A., das Empresas Controladas/Coligadas e dos Consórcios do Grupo Cemig.

Investimento
de R\$ 1,5
bilhão em
geração,
transmissão e
distribuição.

A empresa investiu cerca de R\$ 1,5 bilhão. Deste valor, R\$ 234 milhões em geração, R\$ 66 milhões em transmissão, R\$ 127 milhões em subtransmissão e R\$ 1,080 bilhão em distribuição. Os investimentos se destinam aos programas de repontenciação de usinas, Minas Pequenas Centrais Hidrelétricas (Minas PCH) e implantação da usina de Baguari, no Vale do Rio Doce.

No projeto estruturador Cresce Minas, foram concluídas obras do Programa Emergencial para a Recuperação dos Sistemas de Subtransmissão e de Distribuição da Cemig, nos municípios de Uberlândia, Itanhandu, São João del Rei, Itabirito e Manga. O programa é composto de 74 planos de ampliação e expansão do sistema elétrico da Cemig, envolvendo mais de 200 instalações, entre linhas de transmissão (LTs), subestações (SEs) e estações de telecomunicações, atendendo a todas as regiões do estado.

*Projeto
estruturador
Cresce Minas.*

Nesse quadro, fora concluída a licitação de quatro novos lotes do projeto, que prevê a aplicação, até 2009, de R\$ 750 milhões, para garantir o atendimento aos consumidores com maior eficiência, confiabilidade e qualidade. As obras de implantação e reforma de linhas de transmissão e distribuição, subestações e redes de transmissão ocorrerão em 241 municípios, beneficiando 4 milhões de habitantes, o que representa cerca de um terço do total de 774 municípios mineiros da área de concessão.

Está em andamento o plano de reforço para a região de Cláudio, envolvendo obras nas SEs Cláudio, Oliveira e Pouso Alegre, além de desvio na LT Cláudio-Carmópolis, de 69 kV. Essas obras visam a atender ao aumento da demanda na região oeste do estado, principalmente devido à expansão da indústria siderúrgica.

Dentro do projeto Cresce Minas, destacam-se também as obras de reforço em subestações, linhas e redes de distribuição, nas regiões Norte, Leste, Oeste, Triângulo, Sul, Mantiqueira e Centro, compreendendo um conjunto de 687 quilômetros de linhas de distribuição, 607,5 MVA de capacidade de transformação, 11 novas subestações, 101 obras de ampliações em diversas subestações, 2.052 quilômetros de novas redes de distribuição, além de melhorias e reforços em 2.750 quilômetros de redes de média tensão.

Entre as obras já concluídas em 2007, destaca-se a integração da subestação de Araçuaí 2 ao sistema de distribuição da região Jequitinhonha, que permitirá a melhoria do atendimento ao mercado da região leste do estado a partir da Usina Hidrelétrica de Irapé (UHE Irapé).

*Projeto
estruturador
Universalização
do Acesso à
Energia Elétrica
no Campo.*

No projeto estruturador Universalização do Acesso à Energia Elétrica no Campo, o número de ligações tem sido crescente desde 2004, e a expectativa inicial era de que todo o mercado potencial identificado fosse atendido até 2006. Porém, com a divulgação ampla do programa, o mercado potencial rural cresceu numa proporção que tornou impraticável a universalização do atendimento até o final do período inicialmente previsto.

A Cemig implementou toda uma estratégia para vencer o desafio de promover a universalização rural. Porém, a forma como surgiram esses novos solicitantes obrigou a Cemig a buscar a extensão do prazo, que deverá ser revisto pelo Ministério de Minas e Energia para dezembro de 2008.

Na primeira etapa do Programa Luz para Todos, a Cemig levou energia elétrica a mais de 190 mil domicílios e estabelecimentos, beneficiando 850 mil mineiros residentes em áreas rurais que ainda não possuíam eletricidade,

Mensagem à Assembléia Legislativa

aplicando investimentos superiores a R\$1,6 bilhão.

Dos 168 assentamentos localizados na área de concessão da Cemig, foram atendidos 127, com a ligação de 7.339 famílias. O programa também contemplou a ligação de 1.380 escolas, resultando no cumprimento de 100% da meta.

Para efetivar as ligações, a Cemig gerou cerca de 10 mil oportunidades de trabalho diretas e indiretas. As equipes contratadas em função do programa foram treinadas e capacitadas na Escola de Formação Profissional da Cemig e nos centros de treinamento das integradoras.

Ademais, enquanto espera a concretização das negociações entre o Ministério de Minas e Energia e o governo de Minas, para definição das bases da segunda etapa do programa, a Cemig continua efetuando ligações, atendendo ao crescimento vegetativo da demanda. Neste período de transição, estima-se sejam ligadas cerca de 15 mil unidades consumidoras.

*Projeto
estruturador
Energia
Elétrica para o
Noroeste
Mineiro.*

O projeto estruturador Energia Elétrica para o Noroeste Mineiro cumpriu, em 2007, 99% de implantação da rede integrada de subtransmissão e distribuição em média tensão. Isso permitiu a ligação de novos consumidores e o atendimento ingente do mercado de energia elétrica, disponibilizando infra-estrutura essencial ao crescimento econômico da região.

Desse modo, foi firmado contrato com o consórcio construtor no valor de R\$ 106,7 milhões, com o apoio do governo do estado por meio de regime especial de tributação do ICMS. Foram implantadas três subestações, ampliadas três subestações existentes, construídos 158 quilômetros de linhas de transmissão de 138 kV e 1.300 quilômetros de redes de média tensão em 13,8 kV e 34,5 kV, dobrando a capacidade de atendimento ao mercado da região de 150 megawatts para 300 megawatts.

O Projeto Noroeste já está beneficiando 19 municípios: Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Brasilândia de Minas, Cabeceira Grande, Dom Bosco, Guarda-Mor, Formoso, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Grande, Natalândia, Paracatu, Riachinho, Santa Fé de Minas, Uruana de Minas, Urucuia, Unaí e Vazante, numa área total de 65.777 km², beneficiando 95 mil consumidores, 476 grandes produtores rurais e uma população de 375 mil habitantes.

*Programa
Clarear.*

O Programa Clarear atenderá cerca de 650 mil clientes em área urbana no quadriênio. No período 2004-2006 foram atendidos 470 mil consumidores, e a previsão de atendimento até dezembro de 2008 é de mais 180 mil ligações. Nesse quadro, 83 mil atendimentos demandaram extensão e/ou modificação na rede elétrica entre janeiro de 2004 e novembro de 2007, incorporando cerca de 58 mil postes ao ativo da empresa.

*Programa
Campos de
Luz.*

A Cemig, por intermédio do Programa Campos de Luz e cumprindo o termo aditivo ao contrato que prevê o acréscimo no número de campos de futebol amador para um total aproximado de 380 campos e estende o término

do certame para dezembro de 2008, interligou mais 32 campos até novembro de 2007, pretendendo atender os 80 campos restantes em 2008. Esse aditivo não aumentou o volume de investimentos do convênio para quaisquer das partes, valendo-se apenas da redução significativa no custo médio dos campos atendidos.

Dentro do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente, a Cemig substitui em seu sistema pontos de iluminação pública a vapor de mercúrio por outros que funcionam a vapor de sódio basicamente com recursos de dois programas. O Programa ReLuz financia 75% do projeto no âmbito da Cemig, que, por sua vez, parcela em até 36 meses para as prefeituras interessadas. Já o Programa de Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) financia o restante do projeto, mas neste caso a empresa realiza a substituição sem custos para os municípios.

*Programa
Nacional de
Iluminação
Pública
Eficiente.*

Os projetos para tornar mais eficiente a iluminação pública consistem na substituição de luminárias, reatores, relés, braços e lâmpadas a vapor de mercúrio de 80, 125, 250 e 400 watts por equipamentos a vapor de sódio de 70, 100, 150 e 250 watts.

O objetivo principal é a modernização dos sistemas de iluminação pública com a introdução de tecnologia mais eficiente do consumo de energia elétrica no horário de ponta do sistema elétrico, reduzindo os gastos com operação e manutenção e aumentando a segurança nas vias públicas.

Ao longo de 2007 foram realizadas, no município de Betim, obras de expansão da iluminação, na BR-381 e na via expressa, e de substituição de todos os pontos de iluminação pública a vapor de mercúrio, perfazendo um montante de R\$9 milhões.

Quanto ao Programa de Eficiência Energética da Aneel, foram concluídas em 2007 as obras do ciclo 2004-2005, que somaram R\$15,4 milhões.

A Cemig deverá encerrar o ano ligando cerca de 190 mil novos consumidores. A empresa concluiu o contrato firmado com a Eletrobrás/Ministério de Minas e Energia, que previa inicialmente a ligação de 156 mil propriedades rurais no estado em três anos. Com um aditivo a esse contrato, a Cemig já alcançou a marca de 170 mil ligações rurais, beneficiando 600 mil pessoas.

A Cemig também está presente no Chile por meio da construção da linha de transmissão Charrua-Nueva Temuco, de 220 kV, com 205 quilômetros de extensão e início de operação previsto para abril de 2008. Essa iniciativa representa uma vantagem estratégica, na medida em que propicia o desenvolvimento de capacidade gerencial para operar em ambientes regulatórios de outros países.

*Linha de
transmissão
Charrua-Nueva
Temuco
(Chile).*

Em dezembro de 2005, após a obtenção da licença de operação definitiva, o aproveitamento hidrelétrico de Aimorés passou a operar com sua

Mensagem à Assembléia Legislativa

capacidade total de 330 megawatts. Já, durante 2007, prosseguiu a adequação final de infra-estrutura da hidrelétrica compreendendo as cidades de Aimorés, Itueta e Resplendor.

Operação comercial do aproveitamento o hidrelétrico de Capim Branco II.

Em março de 2007, foi iniciada a operação comercial do aproveitamento hidrelétrico de Capim Branco II (AHE Capim Branco II). Atualmente, essa usina está com todas as suas unidades geradoras em operação. Em dezembro de 2005, um consórcio formado pela Cemig, Furnas e Neoenergia ganhou o leilão promovido pela Aneel para implantar e operar o AHE Baguari, cujo início das obras ocorreu em abril de 2007. Até 2010, essas obras estarão totalmente concluídas, acrescentando 350 megawatts ao parque gerador de Minas Gerais.

Os AHEs Capim Branco I e Capim Branco II, que integram o Complexo Energético Capim Branco, foram implantados no rio Araguari e têm potência de 240 e 210 megawatts, respectivamente. Estão localizados entre os municípios de Araguari e Uberlândia, no Triângulo Mineiro. As obras do AHE Capim Branco I começaram em setembro de 2003 e o início da geração comercial ocorreu em fevereiro de 2006. O AHE Capim Branco II foi iniciado em março de 2004 e sua geração comercial ocorreu em março de 2007.

Início das obras do aproveitamento hidrelétrico Baguari.

O AHE Baguari, com potência de 140 megawatts, está sendo implantado no rio Doce, atingindo terrenos dos municípios de Alpercata, Fernandes Tourinho, Iapu e Sobralia, pela margem direita, e Governador Valadares e Periquito, pela margem esquerda. O início das obras ocorreu em abril de 2007 e a operação comercial está prevista para setembro de 2009.

Seguindo a política de manter e incrementar a qualidade das instalações em operação, as seguintes atividades de melhoria e modernização estão sendo executadas: modernização da UHE Jaguará ainda em 2007; automação da UHE Três Marias com a instalação de controle totalmente digitalizado para as suas unidades geradoras; substituição do sistema digital de supervisão e controle da UHE Nova Ponte por outro de alta tecnologia; implantação de sistemas e equipamentos de medição de faturamento em dez grandes usinas da Cemig, atendendo a procedimentos da Aneel.

Programa Minas PCH.

O Programa Minas PCH, que foi lançado por meio de chamada pública em novembro de 2004, continua aberto para a entrada de projetos. Atualmente, estão cadastradas no programa 22 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), com potência instalada total de 300 megawatts, das quais cinco já estão com acordos de confidencialidade, seis estão com memorandos de entendimento assinados e seis foram aprovadas pelo conselho de administração da Cemig para início das obras. No rol destas últimas, a PCH Cachoeirão, com potência instalada de 27 megawatts, está sendo implantada no rio Manhuaçu, nos municípios de Caratinga e Ipanema, localizados na região leste do estado. O início das obras ocorreu em março de 2007 e a geração comercial está prevista para o segundo semestre de 2008. As PCHs Dorcas de Guanhanes, Senhora do Porto, Fortuna II e Jacaré, com potência instalada de 14, 12, 9 e 9 megawatts, respectivamente, serão implantadas nos rios Guanhanes e Corrente Grande (Jacaré), na bacia do Rio Doce, abrangendo os municípios de Dorcas de Guanhanes e Virgíniópolis (Jacaré). O início das obras

está previsto para janeiro de 2008 e a geração comercial para janeiro de 2009. Por sua vez, a PCH Pipoca, com potência instalada de 20 megawatts, a ser implantada no rio Manhuaçu, está localizada nos municípios de Caratinga e Ipanema. O início das obras está previsto para janeiro de 2008 e a geração comercial para dezembro de 2009.

A Cemig Geração e Transmissão S. A. firmou diversas parcerias para estudos de inventário hidrelétrico e de viabilidade técnica, econômica e ambiental de empreendimentos de geração hidrelétrica e eólio-elétrica, visando a aumentar a competitividade da companhia nos negócios de expansão da geração, a partir de um maior conhecimento técnico, econômico e ambiental dos potenciais empreendimentos.

A Cemig, em parceria com Concert Technologies S.A., Nansen S.A. Instrumentos de Precisão, Leme Engenharia LTDA. e FIR Capital Partners Ltda, criou a empresa Focus Soluções Tecnológicas S. A., cuja razão social está sendo alterada para Axxiom Soluções Tecnológicas S. A., com o objetivo de ofertar soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas que operam no ramo de utilidade pública.

Igualmente, várias obras foram concluídas em 2007. A linha de transmissão Aimorés- Mascarenhas 2, de 230 kV, com 12 quilômetros de extensão, que interliga o aproveitamento hidrelétrico de Aimorés ao sistema interligado nacional (SIN), entrou em operação em 14 de novembro de 2007. Foram também concluídas, em abril de 2007, a linha de transmissão Irapé-Araçuaí 2, de 230 kV, com 61 quilômetros de extensão, bem como a subestação Araçuaí 2, pela Companhia Transirapé de Transmissão, também fazendo parte da concessão o terminal da subestação Irapé. Outro empreendimento concluído foi a linha de transmissão Itutinga-Juiz de Fora 1, de 345 kV, com 145 quilômetros de extensão, pela Companhia Transudeste de Transmissão, uma obra de reforço do SIN, compondo também a concessão a implantação dos terminais da subestação Itutinga e a subestação Juiz de Fora 1.

Além dessas linhas de transmissão, encontra-se em implantação, pela Companhia de Transmissão Centroeste de Minas, a linha de transmissão Furnas-Pimenta, de 345 kV, com 75 quilômetros de extensão, para reforço do sistema interligado nacional, de forma que a entrada em operação comercial está prevista para maio de 2008.

Destaca-se também a recapacitação de oito linhas de transmissão de 230 kV, na região leste do estado, consideradas necessárias ao bom funcionamento da rede básica em Minas Gerais pelo Plano de Ampliações e Reforços (PAR 2005/2007) do operador nacional do sistema elétrico (ONS).

Está em andamento o projeto da linha de transmissão Charrua-Nueva Temuco, de 220 kV, no Chile, com 205 km de extensão e término previsto para janeiro de 2008.

Criação da empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A.

Conclusão das linhas de transmissão Aimorés-Mascarenhas 2, Irapé-Araçuaí 2 e Itutinga-Juiz de Fora 1.

Recapacitação de oito linhas de transmissão de 230 kV.

Mensagem à Assembleia Legislativa

Em abril de 2007, foram concluídas a instalação de uma subestação móvel em Igarapé, com capacidade de 10 MVA, bem como as obras associadas de interligação às redes de distribuição. Esse empreendimento visa a atender aos municípios de São Joaquim de Bicas e Igarapé, possibilitando a expansão de grandes clientes e melhorando a qualidade e confiabilidade das redes de distribuição naquela região.

Em maio de 2007, foi concluída a construção da subestação Monte Sião, com capacidade de 15 MVA, além de uma linha de transmissão de 138 kV com 31 quilômetros de extensão, assim como ampliação da subestação Ouro Fino no sul de Minas Gerais. Essas obras têm o objetivo de reforçar o sistema na região de Monte Sião, garantindo o atendimento ao crescimento do mercado regional, caracterizado pela indústria de malhas, além de melhorar a qualidade da energia fornecida.

Em junho de 2007, foram concluídas as obras para atendimento da empresa Bragantina de Energia, com a construção de uma seção de 138 kV na subestação Paraisópolis e 70 quilômetros de linha de transmissão, também de 138 kV, até a subestação Cambuí, de propriedade dessa empresa. Ainda em junho foram concluídas as obras de integração da subestação Araçuaí 2 ao sistema de subtransmissão da região do Vale do Jequitinhonha, constituída de intervenções nas subestações Padre Paraíso, Teófilo Otoni e Araçuaí 2, além da construção de 0,8 km de linha de transmissão, as quais atenderão ao aumento da demanda de energia na região, dando mais confiabilidade ao sistema.

*Melhor
concessionária
de energia da
região Sudeste,
segundo o
Índice Aneel de
Satisfação do
Consumidor.*

A Cemig foi considerada a melhor concessionária de energia elétrica da região Sudeste pela terceira vez. O Prêmio Iasc 2006 (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor) foi concedido após pesquisa com mais de 19 mil consumidores de 64 concessionárias de energia.

*Líder mundial
do setor,
segundo o
Índice Dow
Jones de
Sustentabilidade*

Fator de subida importância para a empresa, em 2007, fora a indicação, pela edição 2007/2008 do Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade, como a líder mundial do setor, que engloba as empresas de energia elétrica, distribuição de gás, saneamento e outros serviços de utilidade pública em todo o mundo. Essa conquista marca, também, o oitavo ano consecutivo de permanência na seleta lista de empresas do *Dow Jones Sustainability World Index (DJSI World)*. A Cemig se mantém no índice desde sua criação, em 1999, como única empresa do setor elétrico da América Latina.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA (SEDRU)

Reestruturada pelo Decreto 44.459, de 12 de fevereiro de 2007, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana tem como missão institucional promover a articulação intergovernamental e a integração regional dos municípios por meio da implantação de programas e projetos que promovam o desenvolvimento regional e urbano. Para desempenhar este papel, a Sedru está subdividida em duas subsecretarias – a Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e a de Desenvolvimento Metropolitano. Vinculam-se à Secretaria a Companhia de Habitação de Minas Gerais (Cohab), a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), e o Departamento Estadual de Telecomunicações (Detel), e, por subordinação administrativa, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana.

Na Subsecretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana são desenvolvidas ações que visam à redução das desigualdades regionais e intramunicipais e ao aproveitamento das potencialidades locais e regionais. Com este objetivo houve em 2007:

- proposição de nova normatização de regulação urbana e projetos de fortalecimento do associativismo municipal;
- criação do banco de dados com Planos Diretores dos municípios mineiros legalmente obrigados, possibilitando avanços no conhecimento do planejamento
- realização de oficinas para capacitação de servidores municipais de 183 municípios;
- assessoramento a 20 municípios para a regulação urbana, avaliação de proposta para Plano Diretor, constituição de consórcios conforme lei federal de 11/07/2005;
- licitação para construção de 20 unidades habitacionais no município de Grão-Mogol beneficiando a de 100 habitantes com financiamento do governo federal e estadual;
- obras de construção, reforma e melhorias de moradias em 11 municípios da microrregião do Alto Paraopeba com entrega de 389 unidades habitacionais beneficiando 1.945 habitantes;
- encerramento das obras dos convênios assinados em 2004 com 18 municípios dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas para a construção de 332 unidades habitacionais, beneficiando 1.660 habitantes;

*Obras
concluídas*

Dentro do Programa Saneamento Básico foram assinados convênios com municípios não atendidos pela Copasa para a execução de obras de abastecimento de água em 14 municípios e ampliação da coleta e destinação final de resíduos sólidos urbanos em 11 municípios.

Dentre as ações e programas desenvolvidos em 2007 pela Subsecretaria de Desenvolvimento Metropolitano, destacam-se:

Mensagem à Assembléia Legislativa

*Conferência
Metropolitana
da RMBH*

*Recursos do
PAC para
Habitação e
Saneamento*

*Plano de
Desenv. Para o
Vetor Norte
da RMBH*

- A realização da 1ª Conferência Metropolitana da RMBH e da 1ª Conferência Metropolitana da RMVA com o objetivo de implementar o arranjo institucional previsto nas leis complementares 88, 89 e 90 de 2006. Nessas conferências foram instalados os conselhos deliberativos, as assembleias metropolitanas, regulamentado o fundo metropolitano, e encaminhados à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais os projetos de lei para criação das Agências de Desenvolvimento Metropolitano.
- Articulação com os municípios da RMBH e o governo federal para obtenção dos recursos do PAC, tendo sido destinados R\$ 3,6 bilhões para obras de saneamento e habitação no Estado de Minas Gerais. Articulação com o Ministério das Cidades para obtenção de recursos para planos de regularização fundiária e projetos de requalificação de centros urbanos em municípios do vetor norte da RMBH.
- Realização de três oficinas de capacitação de gestores municipais dos municípios da RMBH e RMVA, nas áreas de consórcios públicos, parcelamento do solo e captação de recursos do PNAFM.
- Integração institucional entre a Sedru e a GRANBEL e municípios da RMBH e RMVA.
- Dentre as ações realizadas no Projeto Estruturador RMBH, destacam-se: início da elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Vetor Norte da RMBH e área de influência do Anel Viário de Contorno Norte; início do desenvolvimento do SIRUS - Sistema Integrado de Regulação do Uso do Solo, que coloca na mesma base georreferenciada os 34 Planos Diretores da RMBH e suas respectivas Leis de Uso e Ocupação do Solo, para análise de conflitos e definição de macrodiretrizes; início do Plano de Regularização Fundiária para o município de Vespasiano; implementação dos órgãos de gestão metropolitana da RMBH; início da fiscalização conjunta entre SEDRU, SEMAD e PMMG em loteamentos da RMBH, visando ao controle da ocupação do solo urbano.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE MINAS GERAIS (COHAB)

Em 2007, a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab-MG) continuou sua atuação como órgão executor da política habitacional do Estado, realizando soluções de interesse social em habitação, com verbas do Fundo Estadual de Habitação, por meio do Programa Lares – Habitação Popular (PLHP) e do Programa Lares Geraes – Segurança Pública (PLSP), bem como recursos do Ministério das Cidades e do FGTS.

A Cohab-MG promoveu, como importante mudança tecnológica, a instalação de aquecedores solares na construção das unidades habitacionais; estabeleceu critérios socioeconômicos, normas e procedimentos para a inscrição dos candidatos à aquisição da moradia própria, os quais constam de manual desenvolvido com esse fim específico pela companhia e que estão sendo aplicados pelas prefeituras, juntamente com o Conselho Municipal de Habitação, mediante treinamento de funcionários dos municípios realizado na sede da Cohab.

Das 16.481 unidades, cuja construção foi contratada durante o atual governo, já foram concluídas 12.278 em 130 municípios, sendo 2.107 entre janeiro e outubro de 2007. Anualmente, encontram-se em construção mais 3.861, em 41 municípios mineiros. Além disso, 442 licitações foram homologadas e concluídos projetos de 1.654 unidades.

*2.107
unidades
habitacionais
concluídas*

A Cohab-MG registrou a demanda de mais 20 mil unidades habitacionais, apresentada por 250 municípios interessados em participar do programa.

Em continuidade ao processo de captação de recursos de outras fontes para o Programa Lares Habitação Popular (PLHP), essa companhia contratou com a Caixa Econômica Federal a implantação de 120 unidades no município de Itaú de Minas, com recursos do FGTS. Contratação semelhante está sendo analisada para os municípios de Conquista, Fronteira e Passos. Com recursos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – (PSH) advieram operações nos municípios de Montes Claros e Pedra do Indaíá.

No Programa Lares Geraes - Segurança Pública (PLSP), as ações da Cohab-MG concentraram-se no processo de contratação dos financiamentos. Em 2007, foram convocados 1.104 candidatos, dos quais 372 já tiveram sua análise cadastral aprovada e 233 concedidos financiamentos de casa pronta. Há previsão de conclusão de mais 102 unidades no município de Varginha.

Lares Geraes

Nos demais programas foram concluídas 70 unidades habitacionais no município de Juiz de Fora, com recursos do Ministério da Integração Nacional e contrapartida do governo estadual, 258 unidades habitacionais nas regiões Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri, com recursos do governo estadual e de contrapartida dos municípios.

Em prosseguimento ao processo de captação de recursos, a Cohab-MG procedeu à venda de terrenos inadequados para implantação de conjuntos habitacionais, nos municípios de Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Nova Lima, Uberlândia e Timóteo.

O processo de quitações antecipadas dos contratos de mutuários com cobertura do Fundo de Compensação em Vigilância Sanitária (FCVS) efetuou, este ano, 4.573 contratos, resultado obtido mediante esforço contínuo da empresa. Tal providência atende aos anseios dos mutuários bem como aos interesses da Cohab-MG, uma vez que a quitação antecipada viabiliza o uso de normativos do FGTS que promovem o equilíbrio das operações ativas e passivas da carteira imobiliária.

*Trabalho
Social nos
Conjuntos
Habitacionais*

Um trabalho social nos conjuntos habitacionais objetivou orientar os adquirentes quanto à convivência comunitária e ao uso adequado das moradias, sendo atendidos cerca de 5 mil mutuários nos municípios de Buritizeiro, Itajubá, Itaú de Minas, João Pinheiro, Juatuba, Passos, Pedra do Indaíá, Serra dos Aimorés, Santa Luzia, Santo Antônio do Monte, São João del-Rei e Vespasiano.

Mensagem à Assembléia Legislativa

No plano de modernização da Companhia, além de infra-estrutura e equipamentos, a Cohab implementou projetos estratégicos como o Sistema de Gestão Corporativa (ERP), em parceria com a Datasul, que integra em uma única base de dados as informações da controladoria, serviços e logística, contratos e recursos humanos, gerando como benefícios a racionalização dos serviços e maior rapidez nas informações.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS (COPASA)

*Exportação de
conhecimentos
para Angola e
Paraguai*

Em 2007, a Copasa consolidou-se como empresa modelo no cenário nacional e internacional, exportando conhecimento para Angola e Paraguai e criando subsidiárias que ampliam seus serviços e negócios. A empresa é hoje destaque em premiações no setor de serviços públicos e de resultados no chamado Choque de Gestão implementado pelo Governo de Minas por causa de ações como:

*Criação da
COPANOR*

- Criação das subsidiárias Copanor – “Copasa – Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A” para promover sistemas de água e esgoto nas localidades do Norte de Minas e das bacias hidrográficas dos rios Jequitinhonha, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu; a Copasa – “Águas Minerais de Minas S/A”, voltada para a exploração de recursos hidrominerais no Estado, e a Copasa – “Serviços de Irrigação S/A” com o objetivo de administrar, executar e explorar o sistema de irrigação da Etapa II do Projeto Jaíba.
- Contrato de assistência técnica entre a Copasa e a Empresa de Serviços Sanitários do Paraguai ESSAP, envolvendo capacitação e transferência de tecnologia, e com a Prefeitura de Cuiabá com o objetivo de contribuir para o Programa de Reestruturação Empresarial da Cia de Saneamento da Capital – SANECAP.
- Obras de reforma e modernização do Sistema Produtor do Rio das Velhas, envolvendo recursos da ordem de R\$ 140 milhões, com vistas a ampliar o maior, mais antigo e mais estratégico sistema produtor de água tratada da Região Metropolitana de Belo Horizonte;
- Foram renovadas concessões de 14 sedes municipais, sendo 11 com serviços de abastecimento de água e três com esgoto sanitário, assinados seis novos contratos de concessão, sendo dois de água (Barbacena e Rio Novo) e quatro de esgoto sanitário (Barbacena, Estrela do Indaiá, Francisco Dumont e Santa Rita de Caldas).
- O Programa Caça-Esgoto elimina os lançamentos indevidos nos cursos d'água da RMBH, encaminhando os esgotos para as estações de tratamento. Além disso, a Copasa participa, na forma de convênios com as prefeituras, da urbanização de fundos de vales e despoluição de cursos d'água, que juntos com a implantação de estações de tratamento de esgoto, contribuem para resgatar a qualidade das águas de Minas.

*Renovação de
Concessões*

Projeto Estruturador “Saneamento Básico: Mais Saúde para Todos”

Os investimentos neste projeto são da ordem de R\$ 800 milhões distribuídos nos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA

esgoto. Cerca de 92 mil novas residências contam com os serviços de água e 68 mil com esgotamento sanitário.

O volume tratado de esgoto deverá aumentar 32% em relação ao ano anterior. Atualmente, a Copasa trata 42% dos esgotos coletados em sua área de atuação, destacando-se Janaúba, Bueno Brandão e São João del-Rei, beneficiando aproximadamente 100 mil pessoas.

Estima-se um crescimento de 4% na população atendida com água tratada, atingindo 12 milhões de habitantes. A Copasa iniciou a operação de sistemas de água em 12 localidades, totalizando 867 operadas em 2007.

Esgotamento Sanitário para 6,3 milhões de hab.

Os serviços de esgotamento sanitário beneficiarão 6,3 milhões de habitantes em 126 localidades operadas.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS (DETEL)

O Detel, autarquia vinculada à Sedru, tem como finalidade básica formular e executar a política estadual de telecomunicações mediante o desenvolvimento de duas atividades-fim, a Engenharia de Radiodifusão e a Engenharia de Telecomunicações.

Instalação de 35 sistemas de retransmissão de sinais da Rede Minas

A Engenharia de Radiodifusão é destinada às atividades de instalação, manutenção e expansão de estações retransmissoras de sinais de TV no Estado de Minas Gerais.

Os 35 sistemas de retransmissão de sinais da Rede Minas, dentro do programa de expansão e ou recuperação dos sinais da emissora, perfazem 798 dos 853 municípios que atualmente estão recebendo suas imagens.

Foram realizadas 731 manutenções na várias estações retransmissoras de sinais da TV Minas e emissoras e 36 manutenções em sistemas de rádio enlace monocal em vários municípios mineiros mediante contratos com prefeituras e associações comunitárias.

Foram realizados 322 projetos de instalação de sistema de retransmissão de sinais de TV, 31 pareceres técnicos e 39 planilhas de custos para assinatura de contratos.

A Engenharia de Telecomunicações é destinada a elaborar e executar planos, programas e projetos referentes a telecomunicações e telefonia rural.

Realizaram-se 97 testes de propagação para viabilizar a instalação de telefones rurais por meio de Sistema Rádio Monocal (SRMC), sendo 90 para o Projeto Estruturador da Estrada Real. Nesse projeto, foram instalados 21

Mensagem à Assembleia Legislativa

postos telefônicos em comunidades rurais, beneficiando uma população antes desprovida de meios de comunicação.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEDESE)

Em janeiro de 2007 ocorreu, por meio das Leis Delegadas 112, 120 e 121, uma reestruturação física e orgânico-administrativa da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese) extinguindo a Subsecretaria de Esportes e Juventude e criando as Coordenadorias Especiais da Política Pró-Criança e Adolescente e de Promoção e Defesa da Mulher, além da incorporação da Coordenadoria Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência à Sedese.

Projetada para dar firme sustentação aos novos desafios de consolidar, ampliar e aperfeiçoar as políticas públicas de inclusão e cidadania no Estado, a Sedese executou, em 2007, três projetos estruturadores: Primeiro Emprego, Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas e Programa Minas Esportes (ação Curumim). Entre suas ações mais relevantes, destacam-se o Poupança Jovem, o Curumim e a Qualificação Social e Profissional do Trabalhador.

*Execução de três
projetos
estruturadores*

O Projeto Curumim, cujo objetivo é acolher crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 14 anos em horário alternativo ao da escola, oferecendo atividades esportivas, educativas, culturais e de lazer, atendeu, em 2007, aproximadamente 4 mil crianças e adolescentes por mês, em suas 24 unidades localizadas nos municípios de Belo Horizonte, Contagem, Ibirité, Ribeirão das Neves e Vespasiano.

O projeto estruturador Primeiro Emprego promoveu o desenvolvimento integrado das ações que compõem a Política Pública de Trabalho e Renda por meio da ação Implantação dos Centros Públicos de Promoção do Trabalho (CPPT), em especial com a qualificação social e profissional do trabalhador, a intermediação de mão-de-obra, a orientação ao trabalho e a elevação de escolaridade.

Nesse sentido, o projeto contemplou, em 2007, oito CPPTs, investindo-se também na qualificação de seu corpo técnico e administrativo por meio da capacitação de 793 profissionais. Também foram capacitados em competências básicas para o trabalho 7.200 trabalhadores. Não obstante os problemas de interpretação restritiva da Delegacia Regional do Trabalho acerca do desenvolvimento de estágio por alunos do ensino médio, foram atendidos 500 jovens dentro do Programa de Estágio Remunerado.

Além disso, no âmbito do Plano Territorial de Qualificação (PlanTeQ) foram garantidos recursos do Orçamento do Estado da ordem de R\$ 1,045 milhão, o que permitiu, até outubro de 2007, a capacitação de mais de 10 mil trabalhadores dentro do Programa de Competências Básicas para o Trabalho.

*Garantia da
capacitação de
trabalhadores*

O projeto estruturador Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas desenvolveu ações centralizadas na família em situação de vulnerabilidade social, econômica e pessoal, promovendo sua inclusão e garantindo-lhe o acesso a bens e serviços sociais básicos. Em 2007, 27 ações de assistência e promoção social foram executadas, contribuindo para o alcance dos objetivos do projeto.

Mensagem à Assembléia Legislativa

Poupança Jovem incentivando a formação de jovens em áreas vulneráveis

O Poupança Jovem merece atenção especial por ter como objetivo a formação dos jovens de áreas vulneráveis, aumentando a sua empregabilidade e incentivando o protagonismo juvenil. Para tanto, ao final de cada ano de participação no programa, a todos os jovens nele inscritos creditar-se-á uma bolsa no valor de R\$ 1 mil em uma conta de poupança, que se acumulará até que se conclua o ensino médio, sendo vedada a concessão quando da reprovação do jovem em algum ano letivo. Em 2007 o projeto piloto em Ribeirão das Neves obteve a adesão de 3.800 jovens em 25 escolas estaduais do ensino médio desse município, estando prevista sua expansão para três novos municípios em 2008.

Implantação e implementação de CRASs

Foram financiados três projetos dentro da Inclusão Produtiva de Famílias Vulnerabilizadas: Plano Estratégico de Coleta Seletiva, Cozinha do Programa de Atenção Integral à Família e Estância Familiar Ampliada, nos municípios de Campo Belo, Monte Azul e Três Marias.

Na área de proteção social, desenvolveram-se seis ações, destacando o apoio aos municípios para a implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Cento e três unidades de CRAS foram implementados com recursos de investimento e custeio, prestando 56.023 atendimentos a 28.343 famílias.

A ação Família Acolhedora, reformulada conforme a nova proposta do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, além dos municípios já participantes (Montes Claros, Caeté, Nova Lima e Belo Horizonte), passou a atender também os municípios de Governador Valadares, Campo Belo, Delta, Lagoa da Prata e Viçosa.

O abrigamento de crianças, adolescentes e pessoas com deficiência atendeu a 31 municípios, em 65 casas-lares, beneficiando 526 crianças e adolescentes. Com a desativação definitiva do Centro Pró-Vida, 15 pessoas com deficiências foram transferidas para casas-lares do interior do Estado.

O atendimento à criança em meio aberto se deu em três centros infantis, os quais receberam aproximadamente 1.200 crianças e adolescentes por mês. Nesses centros, busca-se promover o desenvolvimento integral de indivíduos de 6 a 18 anos, em situação de vulnerabilidade social e econômica, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários e favorecendo a permanência na família e na escola formal.

Crianças, adolescentes e jovens com necessidades especiais e com deficiências de até 21 anos foram atendidos em 34 clínicas prestadoras de serviços especializados nas áreas de psicologia, pedagogia ou psicopedagogia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e fisioterapia, atingindo o patamar de 21.138 atendimentos nos municípios de Belo Horizonte, Contagem e Mateus Leme.

Em relação ao Agente Jovem, houve o monitoramento de 225 municípios que executam o programa, totalizando 14.240 jovens atendidos.

Dentre os benefícios concedidos no programa, pagos em parcela única, incluem-se o auxílio-natalidade e funeral, disponibilizados a famílias de 23 municípios, cujos esforços foram concentrados em 2007 nos que se encontravam em estado de calamidade pública, como nos casos de enchentes e contaminação industrial.

Uma das ações de maior importância para o avanço na gestão é a descentralização das políticas da assistência social, por meio da qual os 853 municípios do Estado têm sido assessorados na implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Atualmente, 512 municípios estão habilitados na Gestão Plena, 269 municípios na Gestão Inicial e 516 municípios na Gestão Básica. Apenas 2% dos municípios mineiros não apresentam condições de habilitação para gerir a própria política de assistência social.

Apoio aos municípios na implantação do SUAS

De igual importância são os avanços na ação Implantação do Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação do SUAS, com a adequação no 1.º módulo já implantado do sistema (módulo de Informação), encontrando-se em processo de validação o módulo de Monitoramento. A implantação de mecanismos de transferência de recursos do SUAS fundo a fundo é uma meta estabelecida pelo governo, sendo abertas, em 2007, as discussões dos procedimentos necessários para a introdução desse sistema, relativos à transferência regular e automática de recursos financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) para os fundos municipais de assistência social, garantindo a co-responsabilidade do financiamento das ações de custeio dos serviços de Proteção Social Básica.

O governo de Minas tem, por meio de diversas ações, reafirmado sua adesão ao SUAS, sendo o primeiro Estado brasileiro a destinar recursos orçamentários para a implantação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). A alocação pelo Estado de recursos no FEAS é o elemento garantidor do financiamento da política de assistência social.

Ressalte-se que a qualificação de recursos humanos para a gestão e controle da política de assistência social capacitou, de forma regionalizada, 5.400 pessoas em 21 municípios, dentre elas gestores, técnicos e conselheiros estaduais e municipais de assistência social, com a finalidade de fortalecer a gestão nos municípios mineiros e disseminar os conteúdos teóricos e operacionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Na área de direitos humanos, no enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes foram realizadas várias campanhas, perfazendo 11 etapas, tendo como público-alvo caminhoneiros, cem mil professores e profissionais de 3.925 escolas da rede estadual, servidores das diretorias de ações descentralizadas da Secretaria de Estado da Saúde, diretorias regionais da Sedese, municípios mineiros, entre outros, fazendo-se caminhadas, panfletagens, palestras e principalmente *blitzen* nas principais rodovias do Estado. Essa ação se estendeu a todos os 853 municípios mineiros, envolvendo 350 mil pessoas, sendo também adesivados aproximadamente 500 mil veículos.

Ação Enfrentamento ao abuso e exploração sexual se estende a todos municípios do Estado

Mensagem à Assembleia Legislativa

No atendimento ao migrante e à população de rua, foram assistidas 5.982 pessoas em 24 municípios, entre fornecimento de passes para migrantes e abrigo.

No combate à violação dos direitos humanos houve, até outubro, 3.416 atendimentos. O Disque Direitos Humanos, um serviço telefônico de recebimento, encaminhamento e monitoramento de denúncias de violação de direitos humanos recebeu, em média, 3.200 ligações por mês, sendo prestadas informações e orientações sobre os serviços públicos disponíveis à população na área de direitos humanos.

O Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes Violentos atingiu seus objetivos com assistência psicossocial e jurídica às vítimas, registrando, de janeiro a novembro, 167 novos usuários e 2.622 retornos, com os seguintes tipos de serviços prestados: serviço social – 498; atendimento jurídico – 1.077; atendimento psicológico – 1.047.

O combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos recebeu especial atenção por meio da criação em 2007 do Centro de Referência de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênicos do Estado de Minas Gerais que, já no primeiro ano, realizou 1.307 atendimentos até novembro.

Em função do Decreto nº 4.887/2003 foi implantado o Projeto Quilombolas de Minas Gerais que tem como objetivo conhecer a realidade das comunidades quilombolas do Estado, com vistas a criar subsídios para uma política estadual de regularização de terras. Iniciado com a seleção de três comunidades quilombolas, ao final de sua 1.ª fase o projeto já abrangia a pesquisa em 17 comunidades.

Qualificação
Social e
Profissional do
Trabalhador

No âmbito do trabalho, emprego e renda é a ação Qualificação Social e Profissional do Trabalhador, com execução 16.416 qualificações até o final de 2007, acima da meta inicialmente prevista em função da complementação de recursos advindos do programa Primeiro Emprego, que possibilita a adequação entre a oferta e a demanda por trabalho. Tal ação proporciona não só a inclusão produtiva do trabalhador, mas também a geração de capital humano, essencial ao crescimento econômico sustentável.

Ainda neste programa, a manutenção de 92 postos de atendimento do Sistema Nacional de Emprego (Sine) permitiu captação de vagas no mercado de trabalho, inscrição, convocação e encaminhamento de trabalhadores.

No que concerne à mulher, a criação da Coordenadoria Especial de Promoção e Defesa da Mulher atendeu à reivindicação da sociedade mineira, e, em particular, do movimento de mulheres. Em 2007, a coordenadoria participou das conferências municipais e regionais ministrando palestras sobre os direitos da mulher, tendo também organizado a Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, que contou com 502 delegadas municipais oriundas de 277 municípios, sendo eleitas 183 delegadas para representar o Estado em Brasília na conferência nacional. A coordenadoria ainda desenvolveu

o projeto Caminhão da Saúde da Mulher, disponibilizando exames laboratoriais (bioquímicos, hematológicos, papanicolau), ultra-sonografia, densiometria óssea, eletrocardiograma e mamografia.

O abrigamento para vítimas de violência doméstica atendeu a 65 pessoas - entre mulheres e seus filhos - nas casas-abrigo, cuja ação concentrou-se na zona rural de Governador Valadares e municípios vizinhos.

Em 2007, foi possível qualificar 400 mulheres na ação Qualificação de Mulheres Chefes de Família.

No caso do portador de deficiência, a Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente (CAADE) desenvolveu duas ações: Publicação de Boletim Informativo de Ações em Prol das Pessoas com Deficiência e Orientação para Inclusão e Promoção Social da Pessoa com Deficiência. Na primeira ação foram publicados e distribuídos três mil boletins informativos com orientações relativas à inclusão social das pessoas com deficiência. Na segunda, foram orientadas através de atendimentos presenciais, telefone, e-mails, palestras, oficinas e postos do Sine mais de 10.300 pessoas, superando a meta proposta de 10 mil.

*CAADE
contribui na
melhoria dos
processos de
inclusão social
das pessoas
com deficiência*

Vale ressaltar que foram capacitadas 80 pessoas portadoras de necessidades especiais dentro do Programa de Qualificação de Pessoas com Deficiência.

Essas ações contribuem para a melhoria dos processos de inclusão social das pessoas com deficiência, bem como para o conhecimento de suas necessidades básicas e de suas potencialidades como cidadão. A CAADE atende todo o Estado de Minas Gerais, com uma participação mais efetiva em Belo Horizonte e Região Metropolitana.

EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS (SEE)

A Secretaria de Estado de Educação desenvolveu ações voltadas para a recuperação da educação pública de Minas Gerais. Integrando o esforço do governo de “tornar Minas Gerais o melhor Estado para se viver”, a Secretaria priorizou a formação integral da criança e do adolescente.

Para a alfabetização nos ciclos inicial e complementar do ensino fundamental, que visa melhorar o desempenho escolar na leitura e na escrita, assegurando que todas as crianças estejam lendo e escrevendo até os oito anos de idade, foram capacitados os professores e especialistas, elaborados materiais adequados e desenvolvido o Plano de Intervenção Pedagógica – Alfabetização no Tempo Certo.

O Projeto Escola de Tempo Integral, cujo objetivo é o de melhorar a aprendizagem do aluno por meio da ampliação do tempo de permanência diária na escola e de ampliar o universo de experiências, tem em vista suas necessidades pedagógicas e talentos, mediante o desenvolvimento de atividades artísticas, culturais e esportivas. Em 2007, 1500 escolas já iniciaram esse atendimento, oferecendo a opção curricular de tempo integral, com a participação de aproximadamente 120 mil alunos que desenvolvem, além do currículo básico obrigatório, oficinas que contemplam reforço, linguagem, matemática, atividades artísticas, esportivas e de formação pessoal e social.

*Projeto Escola de
Tempo Integral*

O Projeto Abrindo Espaços visa melhorar a qualidade das interações escola-comunidade orientadas por uma visão afirmativa da juventude e uma concepção de escola aberta e integrada com a comunidade, ampliando as oportunidades de novas experiências aos finais de semana.

*Projeto Abrindo
Espaços*

A metodologia de trabalho consiste no acesso à cultura, ao esporte, à arte, ao lazer e vivências de cidadania a uma juventude que anseia por chances reais de manifestação de seu potencial criativo, tendo a escola como ponto de partida na promoção de conhecimento, cultura e superação de problema, por meio do trabalho coletivo, com vistas à socialização e comprometimento da comunidade com a escola.

O Projeto Escola Viva, Comunidade Ativa traz a possibilidade de reflexão, diálogo e busca de soluções para tantos problemas enfrentados pelas escolas que estão localizadas em áreas de alto risco social e, portanto, vivendo sob a pressão da violência e marginalização social.

*Projeto Escola
Viva*

À SEE/MG cabia encontrar alternativas que viabilizassem um ambiente mais favorável à aprendizagem, condições para que o ensinar e o aprender pudessem ser efetivados com mais eficácia e as relações interpessoais, com toda a comunidade educativa, aprimoradas no respeito, cooperação e compromisso mútuo.

A ampliação da participação das comunidades nas discussões e decisões da escola, que significa um maior comprometimento com o processo

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

de formação de suas crianças e jovens e transformação social, reforça a relevância do Projeto Escola Viva, Comunidade Ativa para a sociedade.

Foram executadas ações como:

- Ampliação do projeto para 503 escolas em 102 municípios de MG;
- Elaboração do Plano de Desenvolvimento Pedagógico Institucional (PDPI) nas 503 escolas;
- Investimento em infra-estrutura (rede física, mobiliários e equipamentos),
- Capacitação e parcerias nas escolas de Ribeirão das Neves.

Ensino Médio

Quanto ao ensino médio, a SEE, para melhorar a qualidade do ensino e tornar a escola mais atraente para o aluno, tomou as seguintes medidas:

- A aquisição do livro didático de todas as disciplinas da base nacional comum;
- distribuição de merenda escolar para 183.472 alunos noturno da região do semi-árido e metropolitana de Belo Horizonte;
- por meio do Programa de Educação Profissional (PEP), 36.600 novas vagas para cursos técnicos profissionalizantes nas diversas áreas previstas na LDB;
- curso normal para professores de educação infantil em 68 escolas com aproximadamente 8 mil vagas;
- implantação de curso de informática visando à preparação para o trabalho, abrangendo desde a montagem e a manutenção de computadores até construção de websites, entre outras.

Procurando melhorar as condições de trabalho do professor, foram realizadas capacitações de professores para a implantação dos CBC - Currículo Básico Comum - de química, física e biologia, atualização de língua espanhola e elaboração dos CBC para filosofia e sociologia, e a implantação do aprofundamento de estudos, que possibilita reforçar os conteúdos trabalhados, dando aos alunos e professores, no contraturno, espaço para melhor preparação para concursos ou sanar dúvidas.

Programa de Desenvolvimento Profissional

Ainda houve a implementação do Programa de Desenvolvimento Profissional - PDP - e ações dos Grupos de Desenvolvimento Profissional - GDP, envolvendo 153 GDP em 95 escolas, beneficiando 2.142 professores e indiretamente 135mil alunos.

Na modalidade de Jovens e Adultos, além dos exames supletivos do ensino fundamental e médio, realizados a cada semestre, a Secretaria de Estado da Educação autorizou o atendimento a jovens e adultos em cursos regulares de suplência (anos finais do ensino fundamental e ensino médio) em escolas estaduais. A medida beneficiou 139.617 alunos. Implantação de escolas nas unidades prisionais, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, atendendo 4.574 alunos em 46 municípios.

No que se refere à Educação Especial, foram capacitados cerca de 600 professores e realizou-se a formação continuada de 54 instrutores e 230 intérpretes educacionais atuantes na rede estadual.

Educação
Especial

Também houve a ampliação da acessibilidade tecnológica para alunos com deficiências em mais de 120 escolas estaduais, 50 escolas participantes do projeto incluir e ampliação da rede de apoio especializado em mais de 123 escolas estaduais.

Quanto ao desenvolvimento dos recursos humanos, a certificação ocupacional foi implantada na rede estadual de ensino de Minas Gerais. É um processo de avaliação para atestar que o servidor que pretenda ocupar o cargo de diretor de escola possui as condições para o adequado desempenho das atividades inerentes a esse cargo, segundo os padrões de competência estabelecidos pela Secretaria de Estado de Educação. A SEE-MG considera a gestão da escola peça-chave para implementação de políticas orientadas para resultados e, para isso, a qualificação do dirigente escolar torna-se elemento fundamental para a estruturação de uma escola pública de excelência.

Foram aplicados dois exames de certificação, em setembro de 2006 e março de 2007, em 12.462 servidores.

O PROGESTÃO é um curso de formação continuada e em serviço, organizado na modalidade à distância, direcionado a diretores, vice-diretores, professores e especialistas em educação básica. Tem como objetivo desenvolver as competências necessárias aos gestores para a elevação dos níveis de eficiência e eficácia da gestão escolar, implementação de uma cultura de gestão democrática e promoção da melhoria dos resultados educacionais.

PROGESTÃO

O projeto atendeu, em 2007, a 299 escolas da Rede Crescer, beneficiando 807 servidores participantes da capacitação.

O processo de indicação de candidatos ao cargo de diretor e à função de vice-diretor de escolas estaduais tem a participação da comunidade escolar, como o objetivo de promover o gerenciamento competente das escolas estaduais e ampliar a participação da comunidade escolar na gestão democrática dessas unidades de ensino.

Em 2007 houve indicação de servidores para exercerem o cargo de diretor e a função de vice-diretor em 3.750 escolas, excluídas apenas as escolas que não comportam no seu quadro de pessoal o cargo de diretor.

A SEE-MG, em parceria com o MEC e municípios, ciente da demanda de habilitação de professores que lecionam em escolas públicas sem a formação legalmente exigida, ofereceu o PROFORMAÇÃO, curso em nível médio, com habilitação para o magistério na modalidade normal. Juntamente com a remuneração adequada e a melhoria das condições do trabalho docente, a formação de professores vem sendo vista como elemento de um tripé estratégico para efetiva profissionalização do magistério e o estabelecimento

PROFORMAÇÃO

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

de uma das condições fundamentais para a boa qualidade do ensino e da aprendizagem.

Na região do semi-árido mineiro foram beneficiados 21 municípios, 92 escolas e 141 servidores.

Em parceria com a CECIMIG/UFMG, a SEE-MG implementou, atendendo aos projetos estruturadores de Ampliação e Melhoria do Ensino Fundamental e Universalização e Melhoria do Ensino Médio, o curso de capacitação de professores de ciências, física, química e biologia, com carga horária de 160 horas-aula, destinado a professores de escolas participantes dos projetos Escola Viva, Comunidade Ativa e Escolas-Referência. Tem o objetivo de proporcionar melhoria do ensino dos conteúdos e proporcionar aos professores maior compreensão e domínio dos conteúdos e metodologias recomendadas nas novas propostas curriculares.

Foram atendidas 274 escolas, com 595 professores capacitados.

Avaliação de Desempenho

A Avaliação de Desempenho tem como objetivo contribuir para o gerenciamento de pessoas e alcance de metas e resultados esperados e implementação do princípio da eficiência na administração pública. Fornece subsídios a políticas de desenvolvimento na carreira por meio de promoção e progressão, captação de pessoas com competências necessárias para alcance das metas e resultados institucionais, de movimentação e permanência em cargos.

Foram atendidos 140.403 servidores (dados fornecidos pelo SISAP Central - SEE-MG/Prodemge) e 3.915 escolas (dados fornecidos pela Diretoria de Capacitação de Gestores - DCGE/SRH).

O Plano Anual de Desenvolvimento do Servidor - PADES - compreende a implementação de capacitação, de elevação de escolaridade, bem como outras ações que possibilitem o desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e atitudes para a melhoria do desempenho do servidor.

No que se refere ao apoio à escola e ao estudante, a SEE atendeu cerca de 840 solicitações incluindo reformas, ampliações e construção de unidades escolares, bem como manutenção e custeio de todas as escolas da rede estadual, aquisição de mobiliários e equipamentos.

Todas as escolas, também, foram atendidas em alimentação escolar e distribuição de livros didáticos.

Em transporte escolar, 708 municípios foram atendidos com recursos para manutenção da frota e 114 para aquisição de veículos e manutenção.

Sistema Mineiro de Avaliação – SIMAVE

A Secretaria vem aprimorando o Sistema Mineiro de Avaliação - SIMAVE, que fornece subsídios para as políticas públicas propostas para a rede. O SIMAVE é composto pelo Programa de Avaliação da Alfabetização -

PROALFA, Programa de Avaliação da Rede Pública da Educação Básica (PROEB) e Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE).

O PROALFA avalia os alunos no ciclo inicial de alfabetização, ou seja, 2º, 3º e 4º anos do ensino fundamental, permite verificar os níveis de alfabetização do aluno e possibilita à escola identificar a necessidade de intervenção para a correção dos problemas. As avaliações do 2º e 4º anos são amostrais e a do 3º ano censitária. A avaliação censitária, realizada em 2006, identificou os alunos que estavam no nível baixo de alfabetização. Para esses alunos, a SEE propôs às escolas estratégias diferenciadas para realizar uma intervenção pedagógica no final de 2006 e em 2007. Também em 2007, o PROALFA avaliou os alunos que apresentaram baixo desempenho em 2006. Participaram dessa avaliação cerca de 355 mil alunos do 3º ano, 44.600 que se encontravam no baixo desempenho em 2006 e 59.300 alunos do 2º e 4º anos. Os resultados indicaram uma significativa melhora nos níveis de alfabetização em todos os anos de escolaridade. Analisando o percentual de alunos em cada nível de alfabetização – baixo, intermediário e recomendável – observa-se que na rede pública – estadual e municipal – a porcentagem de alunos no nível recomendável aumentou em 20,6% no 2º ano, 28,5% no 3º ano e 46,5% no 4º ano. Comparando as duas redes de ensino, nos 2º e 3º anos o aumento da porcentagem de alunos no nível recomendável foi maior na rede estadual que na municipal, o inverso ocorrendo para o 4º ano. O crescimento na rede estadual para a porcentagem de alunos no nível recomendável foi de 16,7% no 2º ano, 35,1% no 3º ano e 39,7% no 4º ano.

PROALFA

O PROEB é uma avaliação censitária de alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio nas disciplinas de língua portuguesa e matemática. Os resultados de 2006, divulgados em 2007, apontam, para a rede estadual, um significativo aumento no desempenho dos alunos do 5º ano, pequeno crescimento no 9º ano e estabilidade no 3º ano do ensino médio.

PROEB

O PAAE é um sistema informatizado com a geração de provas e emissão de relatórios de desempenho por turma. As provas são aplicadas no início e final do ano para as turmas do 1º ano do ensino médio. Essa avaliação facilita a auto-avaliação das escolas, porque fornece dados diagnósticos para subsidiar o planejamento do ensino e as intervenções pedagógicas do professor. Uma das ações da PAAE foi a elaboração de 14 mil itens. Hoje, a SEE conta com um banco de 20 mil itens.

O Projeto Escolas em Rede, instituído pela Secretaria de Estado da Educação, tem como objetivo desenvolver a cultura do trabalho em rede no cotidiano da comunidade escolar, por meio da inclusão e uso das Tecnologias de Informação e Comunicação. No ano de 2007, foi dada a continuidade às ações de consolidação do projeto, observando-se resultados significativos nos cinco pilares que dele fazem parte: laboratório de informática, conectividade banda larga de internet, curso de formação para o trabalho, centro de referência virtual do professor e sistema mineiro de administração escolar.

Projeto Escolas em Rede

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E DA JUVENTUDE (SEEJ)

A Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude (SEEJ), criada pela Lei Delegada nº 112, de 25 de janeiro de 2007, tem por finalidade planejar, dirigir, executar, controlar e avaliar as atividades setoriais a cargo do Estado que visem ao desenvolvimento social, por meio de ações relativas ao esporte, ao lazer, ao protagonismo juvenil, à prevenção do uso de entorpecentes e à recuperação de dependentes.

Dentre as ações das SEEJ, em 2007, destaca-se o projeto estruturador Minas Olímpica, que atende crianças e adolescentes de todo o Estado. Essa iniciativa promoveu por meio do desporto a inclusão social e o protagonismo juvenil, na medida em que buscou talentos esportivos, ampliou o acesso de estudantes a práticas desportivas e culturais, qualificou profissionais de educação física, estimulou a prática do esporte nas escolas e apoiou o esporte amador e o paradesporto.

*Minas
Olímpica*

O total geral de recursos destinados ao esporte em 2007 superou a marca dos 10 milhões de reais. Foram destinados R\$1,5 milhão para melhorias e construção de infra-estrutura esportiva e mais de R\$1,5 milhão para o apoio ao desenvolvimento do esporte pelas federações esportivas, sendo R\$1 milhão para eventos e R\$500 mil para equipamentos, entre tabelas de basquete, placares eletrônicos, áreas de tatame e piso de vôlei.

Por meio da “Oficina de Esportes”, foram realizadas 42 oficinas em 40 municípios atingindo cerca de 6.500 crianças e/ou adolescentes que tiveram acesso ao esporte de competição (Gráficos 1, 2, 3 e 4).

No campo qualitativo, graças a contrato firmado com o Serviço Social da Indústria (SESI), foi possível obter o alinhamento da metodologia de trabalho em todas as oficinas, o que possibilitou a capacitação de profissionais da área.

Gráfico 1
Acesso ao Esporte de Competição por Faixa Etária
Minas Gerais – Período: 2007

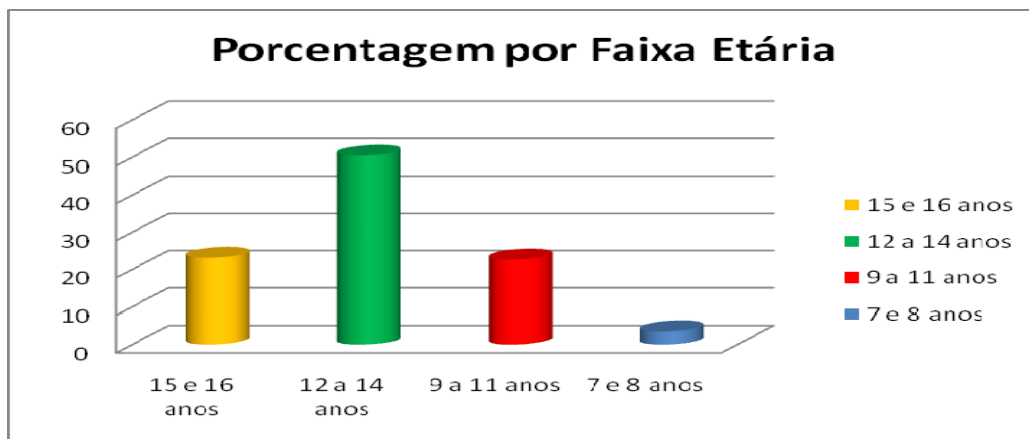


Gráfico 2
Acesso ao Esporte de Competição por Sexo
Minas Gerais - Período: 2007

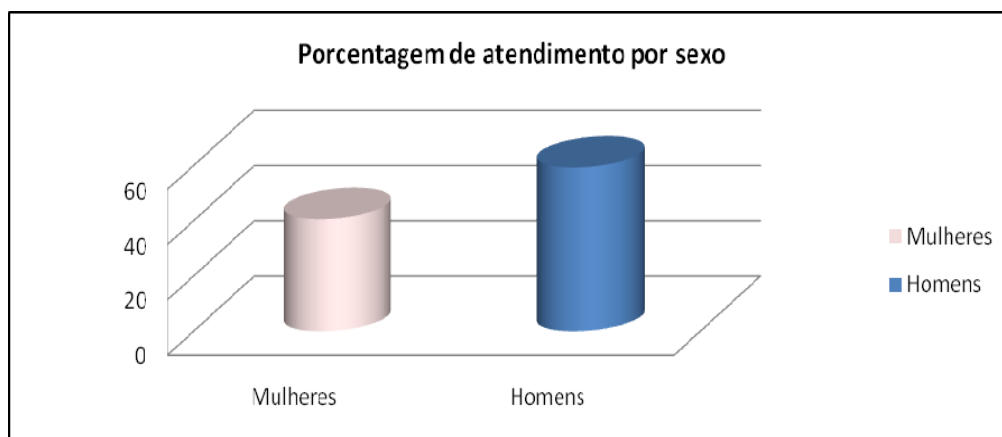


Gráfico 3
Acesso ao Esporte de Competição por Município
Minas Gerais - Período: 2007

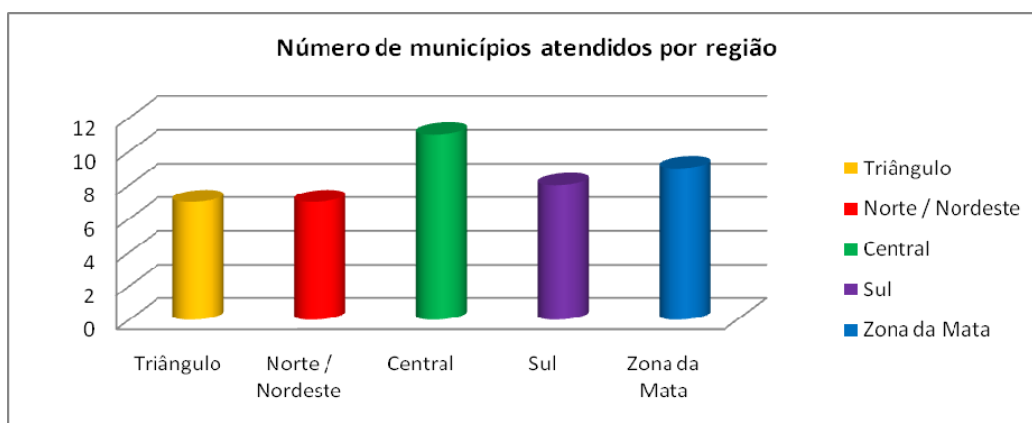
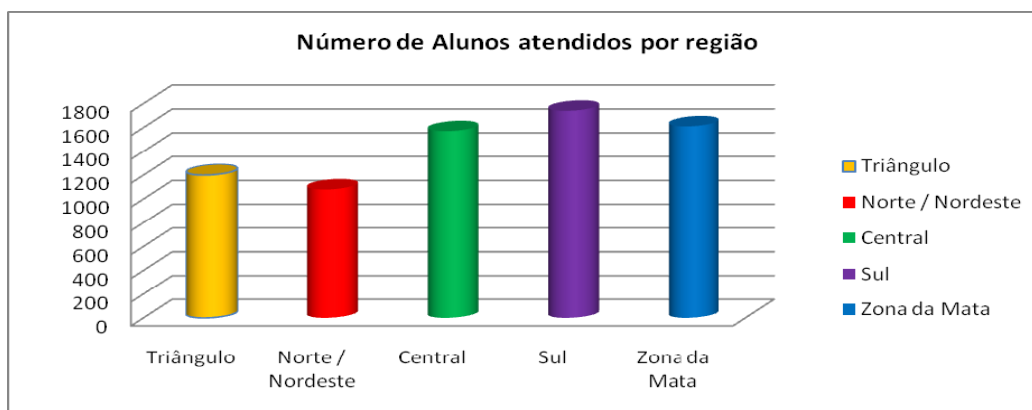
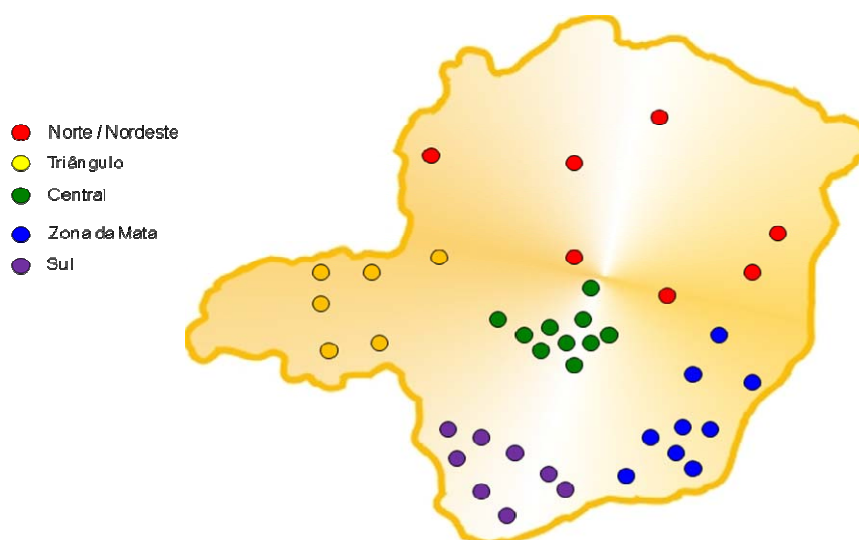


Gráfico 4
Acesso ao Esporte de Competição por Alunos Atendidos
Minas Gerais – Período: 2007



DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO PROGRAMA



O Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG), realizado em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, ampliou e aprimorou a prática esportiva nas escolas e desenvolveu a educação esportiva como forma de obtenção de

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

Realização dos
Jogos Escolares
de Minas
Gerais

avanços no desempenho escolar e na formação social. Conforme demonstrado na Tabela 1, as ações alcançaram 531 municípios, 3.100 escolas e 111.936 alunos/atletas, ultrapassando a meta estabelecida pelo indicador do programa estruturador. Paralelamente, foram qualificados 93 agentes de Promoção e Divulgação, 1.019 agentes de Execução Técnica Regional e 851 executores de Arbitragem, oportunidade em que se ofereceu à comunidade local conhecimentos profissionais na área de organização de eventos esportivos.

Tabela 1
Minas Olímpica – Municípios participantes dos JEMG por Região
Minas Gerais – Período: 2007

Regionais	Total de Municípios participantes
CENTRO	84
NORTE	62
SUL	123
TRIÂNGULO	47
ZONA DA MATA	112
VALE DO AÇO	103
TOTAL	531

Fonte: Projeto Estruturador Minas Olímpica – 2007

O Jogos do Interior de Minas (JIMI) promoveu e estimulou os municípios envolvidos a atuarem ativamente em políticas sustentáveis de incremento ao esporte e proporcionou oportunidades para a prática esportiva nas comunidades, além de gerar vários empregos nas cidades-sede.

181
municípios
participantes
dos jogos do
Interior de
Minas

De acordo com a Tabela 2, participaram dessa iniciativa 181 municípios e 14.501 atletas, superando a meta indicada no programa estruturador. Em parceria com o Senac foram realizados também cursos a distância na área esportiva, capacitando-se 680 pessoas em diversas regiões do Estado.

Tabela 2
Minas Olímpica – Municípios participantes dos JIMI por Região
Minas Gerais – Período: 2007

Regionais	Total de Municípios participantes
Norte A	11
Norte B	13
Nordeste	11
A	
Nordeste	21
B	
Sul A	15
Sul B	16
Sudeste A	15
Sudeste B	10
Centro A	21
Centro B	23
Triângulo	9
A	
Triângulo	16
B	
TOTAL	181

Fonte: Projeto Estruturador Minas Olímpica – 2007

O programa Nova Geração, por sua vez, instituiu a ação educativa de inclusão social tendo o esporte como prática principal, oferecendo atividades culturais e de pedagogia lúdica para crianças e adolescentes de 10 a 15 anos em situação de vulnerabilidade social.

Esse programa introduziu novos métodos de acompanhamento das atividades dos núcleos: elaboração de projeto pedagógico e planejamento mensal; implantou metodologia nas atividades do programa baseadas nas quatro competências básicas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco): aprender a ser, aprender a conviver, aprender a aprender e aprender a fazer; incentivou captação de recursos: estratégia para aferir crescente sustentabilidade das ações e projetos propostos, com um projeto enviado ao Conselho Estadual da Criança e Adolescente (CEDCA).

Os resultados obtidos do programa Nova Geração se expressam nos seguintes números: a) atendimento de 30.055 educandos pelo programa, superando a meta de 30 mil prevista no projeto estruturador; b) qualificação de 1.060 educadores; c) assinatura de convênio com 239 municípios, totalizando a implantação de 243 núcleos.

Tabela 2
Minas Olímpica Nova Geração – Núcleos Participantes Por Região
Minas Gerais – Período: 2007

Regionais	Total de Núcleos Participantes
CENTRO	44
NORTE	31
NORDESTE	64
SUL	45
SUDESTE	26
TRIÂNGULO	33
TOTAL	243

Fonte: Projeto Estruturador Minas Olímpica - 2007

A Coordenadoria Especial da Juventude, em parceria com o Conselho Estadual da Juventude, fomentou e apoiou a implantação de Conselhos Municipais de Juventude em 46 municípios mineiros. Paralelamente desenvolveu o Projeto Vocação, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/MG). Essa iniciativa resultou na capacitação de 10.230 jovens com idade entre 14 e 24 anos para exercerem um ofício na área rural, inserindo-os no mercado de trabalho regional e contribuindo para a melhoria das condições do desenvolvimento local.

*Atendimentos
a jovens pelo
Projeto
Juventude
Ativa*

O projeto Juventude Ativa, por sua vez, voltou-se para atender jovens com perfil de liderança, entre 18 e 24 anos de idade, com o objetivo de torná-los agentes de Inclusão Social com a função de realizar atividades nas áreas de assistência social e de políticas públicas de juventude em seus municípios mediante uma retribuição sob a forma de bolsa-auxílio. Esse programa capacitou 250 jovens de 50 municípios.

A Subsecretaria de Políticas Antidrogas desenvolveu durante 2007 as ações adiante identificadas.

1º Encontro Estadual de Conselhos Municipais Antidrogas: norteou-se em transmitir a experiência do Estado de combate ao uso de drogas e instituiu um fórum de discussões e de iniciativas de aprimoramento da rede integrada de conselhos. Participaram do encontro cerca de 200 pessoas representantes das 10 macrorregiões de planejamento do Estado.

Capacitação dos agentes sociais da Ação Setorial e Política Arquidiocesana (ASPA) - Uma Parceria Contra as Drogas -: foram capacitados 120 agentes sociais das Pastorais da Região Metropolitana de Belo Horizonte sobre o uso e o abuso de drogas, com a disponibilização de ferramentas para intervenções e encaminhamentos de dependentes.

Curso de Formação para dirigentes, coordenadores e técnicos de comunidades terapêuticas da Rede Complementar de Suporte Social na Atenção ao Dependente Químico (parceria da SEEJ com a Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (FEBRACT) e o apoio da Federação das Comunidades Evangélicas do Brasil (FETEB): 65 participantes de 17 municípios participaram do curso, oportunidade em que foram sensibilizados sobre a importância da integração entre as instituições da rede e a repercussão na melhoria de atendimento aos usuários de álcool e outras drogas.

1º Concurso de Vídeo de Animação – “Drogas, Tô Fora! Faça você sua própria escolha”: participaram do concurso os corpos docente e discente das instituições de ensino de nível superior do Estado de Minas Gerais, o que possibilitou diálogos e reflexões sobre o uso e abuso de álcool e o nefasto impacto na condução de veículos automotores.

III Seminário Nacional/IV Encontro Mineiro de Comunidades Terapêuticas e Instituições Afins: este evento permitiu que comunidades terapêuticas e instituições afins de vários estados se reunissem para discutir os transtornos decorrentes do uso e abuso de substâncias psicoativas e fomentou a criação de comissões locais para monitoramento das comunidades terapêuticas e a implementação da “Rede Complementar de Suporte Social na Atenção ao Dependente Químico”.

X Concurso de Frase, Desenhos e Projetos Viva Feliz Sem Drogas: envolveu 19 mil instituições públicas e particulares do ensino fundamental, médio e especial de todos os municípios mineiros. O concurso levou o participante à reflexão sobre o espaço em que está inserido e sobre a importância das escolhas.

Pesquisa Beber e Dirigir no Estado de Minas Gerais: 210 condutores de veículos de Belo Horizonte participaram. Os dados da pesquisa contribuíram para a formulação do diagnóstico estadual sobre comportamento de condutor de veículos usuário de álcool ou de substâncias entorpecentes.

FUNDAÇÃO CAIO MARTINS (FUCAM)

A Fundação Educacional Caio Martins (Fucam), entidade vinculada à Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude, realizou as seguintes ações, dentro da programação proposta para 2007, de acordo com os objetivos educacionais que direcionam todas as suas atividades.

Atendeu em regime de acolhimento integral e parcial 1.321 adolescentes pobres, em seus seis centros educacionais, localizados nos municípios de Esmeraldas (337 alunos), Buritizeiro (107), Juvenília (327), Januária (182), São Francisco (258) e Riachinho - Urucuia (109).

Apesar do desgaste da infra-estrutura das oficinas pedagógicas da Fucam, foram realizados cursos em regime de atendimento integral para 540

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

Promoção da educação pelo e para o trabalho

alunos, na faixa etária de 14 a 17 anos. Estas iniciativas promoveram a educação pelo e para o trabalho com cursos introdutórios nas áreas de informática, artesanato, mecânica, bombeiro-eletricista, horticultura, jardinagem, gráfica e agropecuária.

Os Centros Educacionais da Fucam mantêm o ensino fundamental completo, nos quais 180 alunos receberam certificado de conclusão.

No Centro Educacional de Esmeraldas, foram oferecidos à comunidade escolar alunos do curso técnico em agropecuária (pequenos produtores rurais da região), os seguintes cursos: plantas medicinais, noções básicas de inseminação artificial, tratorista, indústria rural, cestaria e reprodução de bovinos. Receberam certificados 29 alunos.

No Centro Educacional do Carinhanha foi desenvolvido o projeto Batata Doce, orientado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que está sendo multiplicado nas comunidades vizinhas com ótima aceitação pelo produtor rural.

Os projeto de agropecuária (estudos e pesquisas dos alunos do curso técnico em agropecuária) da Fucam tem como objetivo melhorar a qualidade da exploração das fontes de produção dos seis centros educacionais e enriquecimento cultural. Estes projetos são desenvolvidos em parceria com a Embrapa, Universidade Federal de Viçosa (UFV-CEDAF), as Prefeituras Municipais, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Minas Gerais (SENAR-MG).

A Fucam desenvolveu a cultura de milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, banana e sorgo. Estas culturas têm como objetivo a educação dos alunos e a complementação da alimentação servida nos seis centros educacionais. É, também, desenvolvido em todas as unidades a horticultura para consumo. No mesmo sentido, na pecuária foram implementados os projetos de criação de bovinos e suínos para a produção de carne e leite.

ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁDIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (ADEMG)

A Administração de Estádios de Minas Gerais (Ademg) é responsável pelo gerenciamento do Estádio Governador Magalhães Pinto (Mineirão) e o Ginásio Jornalista Henriot Drumond (Mineirinho), ambos construídos e mantidos mediante convênio em terreno da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

No “Mineirinho” ocorreram 20 eventos entre shows artísticos, religiosos e esportivos e, de forma permanente, às quintas-feiras e domingos, a Feira de Artesanato da Pampulha, evento que faz parte do calendário de lazer de Belo Horizonte.

No “Mineirão” houve 61 jogos de futebol do Campeonato Mineiro, Brasileiro, da Copa do Brasil e Sul Americana, além de preliminares dos times-base mineiros, com um público de aproximadamente 1.303.000 torcedores pagantes durante o ano. Também foram realizados o “Encontro Evangélico” para 80 mil pessoas, “Axé Brasil”, com 60 mil e o “Pop Rock Brasil”, que contou com a presença de mais de 30 mil espectadores. Aos domingos foram realizadas 52 feiras de veículos, registrando a entrada de 140.560 veículos no estacionamento do Mineirão. Turistas nacionais e estrangeiros, além de crianças, principalmente de escolas públicas, visitaram o estádio, totalizando 46.112 pessoas. Os estacionamentos do Mineirão e Mineirinho receberam 141.538 veículos provenientes dos eventos futebolísticos, shows artísticos e feira de artesanato.

Em 2007, foram concluídos os serviços de revitalização da fachada do Mineirão e a instalação do piso de saguão principal. A reforma de um bar e quatro banheiros realizou-se graças a convênio firmado com o Departamento de Obras Estaduais (Deop) para melhor atendimento aos visitantes e torcedores.

O Mineirão, após duas visitas de vistoria técnica realizadas pelas comitativas da Federação Internacional de Futebol (Fifa) e Confederação Brasileira de Futebol (CBF), foi considerado apto a receber os jogos de futebol entre as seleções do Brasil e Argentina em julho de 2008, partida válida pelas eliminatórias da Copa do Mundo de 2010.

*Mineirão
considerado
apto a receber
jogos pelas
eliminatórias
da Copa 2010*

FAZENDA

FAZENDA

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA (SEF)

Cabe à Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) prover e gerir os recursos financeiros do Estado, formulando e implementando políticas que garantam a justiça fiscal, o equilíbrio das contas públicas e o desenvolvimento de ações de governo, em benefício da sociedade mineira.

Sempre centrada em sua missão, a partir de janeiro de 2007, com a instituição do Programa de Governo O Estado para Resultados, a SEF alinhou o seu planejamento estratégico às novas diretrizes e manteve foco em resultados, visando ao equilíbrio das contas públicas e ao aumento do índice de satisfação de seus clientes.

A carteira de projetos da SEF conta com 62 projetos estratégicos, dos quais 60 atendem aos objetivos estratégicos do Caderno de Compromissos e dois aos objetivos da Agenda Setorial do Choque de Gestão. Na execução desses projetos, devem ser destacados o engajamento, o empenho e a motivação de todos os servidores fazendários, cujos benefícios serão revertidos para toda a sociedade.

Em 2007, os principais investimentos, que permitiram melhorar a infraestrutura e as condições operacionais da SEF, correram à conta dos projetos estruturadores Eficiência Tributária e Simplificação e Modernização da Gestão Fiscal.

No âmbito da Subsecretaria da Receita Estadual (SER), distinguem-se os projetos de melhoria e simplificação do relacionamento do fisco com os contribuintes, de garantia da arrecadação das receitas fiscais e de adoção de política tributária que favoreça o incremento da economia mineira, aumentando a arrecadação sem elevar a carga tributária.

A receita tributária, composta de quatro impostos, sejam eles o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) - e o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), além das taxas de competência estadual, apresenta contínua evolução com destaque para o ICMS, principal fonte de arrecadação do Estado, conforme tabela e gráfico abaixo.

Receita
Tributária

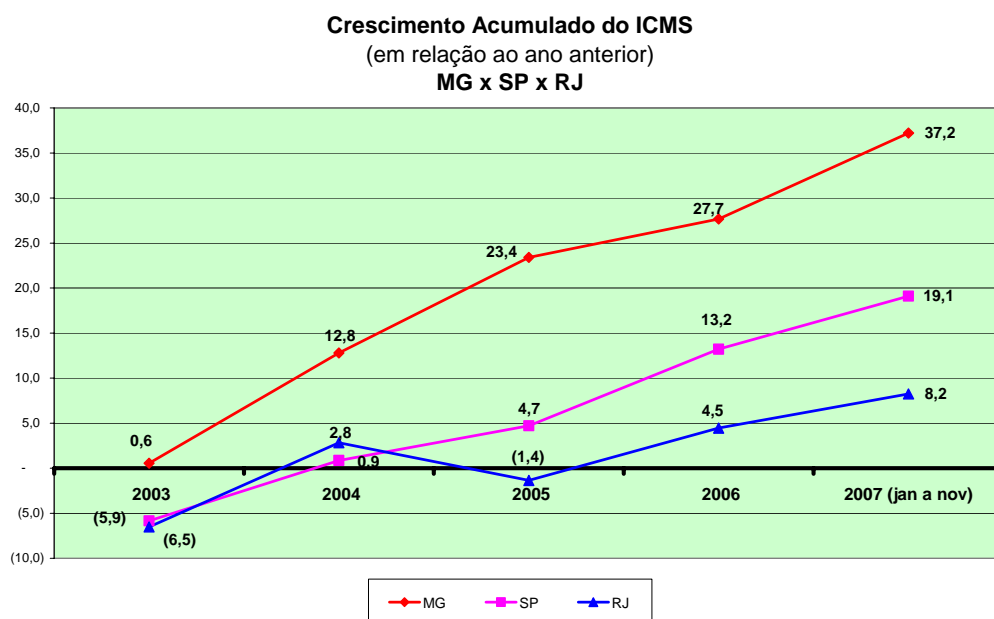
Tabela 1 - Receita de ICMS de Minas Gerais
R\$ milhões (valores correntes) – 2004 – 2007
R\$ em milhões

Exercício fiscal	Receita	Variação Nominal em R\$	Variação Nominal em %
2004	12.828	-	-
2005	15.129	2.301	17,94
2006	16.662	1.533	10,13
2007 *	18.900	2.238	13,43

Fonte:

(*) Projeção até dezembro

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2008



Área de
tributação
destacam-se
diversas ações

Na área de tributação, destacam-se diversas ações, tais como a elaboração do instrumento normatizador da comissão de política tributária; a avaliação de todos os setores econômicos submetidos à substituição tributária até 2006; a criação do Núcleo Estratégico de Tributação, com o objetivo de gerir as atividades estratégicas vinculadas à política tributária na SEF; a instituição de novas categorias de Substituição Tributária; a avaliação de tratamento tributário diferenciado e em conjunto com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); a análise de soluções para pôr fim a litígios com contribuintes nos setores de participação expressiva na receita do ICMS, tais como energia elétrica e comunicação; realização de estudos de projetos de investimentos no Estado de Minas Gerais, em parceria com a Sede/MG; realização de estudos para viabilizar a redução de carga tributária de ICMS devido nas operações com diversos materiais, como forma de estimular as aquisições internas; estudos para a implantação da nova Consolidação da Legislação Tributária Administrativa do Estado de Minas Gerais (CLTA/MG); e estudos para adequação de alíquotas nos setores de comunicação e combustíveis.

Área de
arrecadação

Na área de arrecadação, educação fiscal, informações fiscais e atendimento aos clientes e usuários, as principais ações foram o aprimoramento dos processos de cobrança administrativa, com a conclusão do processamento dos dados referentes à remissão ocorrida em 2005; a implantação do projeto piloto da nota fiscal eletrônica - 1ª etapa; os ajustes necessários para implantação do SIMPLES nacional; os testes efetuados no Cadastro Sincronizado; o ajuste do sistema de apuração do Valor Adicionado Fiscal (VAF) à Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE); os eventos de educação fiscal, no montante de 2.393, realizados até outubro de 2007, como reuniões técnicas com prefeitos, secretários, e capacitação de educadores e participação em eventos como o Congresso Mineiro de

Municípios e a SuperAgro 2007; 11 ampliações de unidades fazendárias; e a construção do Posto Fiscal de Extrema.

No âmbito da Subsecretaria do Tesouro Estadual (STE), destacam-se os estudos e análises dos limites de endividamento, que permitiram a ampliação do limite de contratação de operações de crédito em 2 bilhões de reais, já previstos no Programa de Ajuste Fiscal e que serão aplicados nas áreas de saneamento, habitação e no PMDI; a negociação com o Banco Mundial, que permitiu menos encargos da dívida do Estado de Minas Gerais com aquela instituição financeira; a celebração, em setembro de 2007, do 5º Aditivo ao Termo de Cessão de Crédito de Contas de Resultado a Compensar (CRC) Cemig/Estado, que resultou na redução efetiva do saldo devedor do contrato no montante de R\$102,1 milhões e conseqüente redução das obrigações decorrentes. Outro fato marcante foi o controle mais apurado dos registros do Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias (CAUC) e do Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal (CADIN) dos órgãos da administração direta e indireta. Tal procedimento permitiu efetiva diminuição no tempo de solução das pendências no CAUC, agilizando as liberações de recursos para atender a contratos e convênios de interesse do Estado.

*Negociação com
o Banco Mundial*

Quanto ao gerenciamento e controle das atividades relativas à manutenção e desenvolvimento do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais (SIAFI-MG) e de seu Armazém de Informações, além dos relatórios gerenciais e dados referentes ao acompanhamento da gestão contábil, orçamentária, financeira e patrimonial, destacam-se ainda os serviços de implantação do novo processo de administração das transmissões dos pagamentos aos bancos conveniados dos recursos geridos pelo Tesouro Estadual; o registro da arrecadação, via Documento de Arrecadação Estadual (DAE), integrado ao Sistema Integrado de Administração da Receita Estadual (SIARE); a integração com o sistema de convênios de saída de recursos (Sigcon) - saída via web - Secretaria de Estado de Governo (Segov); o recebimento das informações financeiras consolidadas das arrecadações, pelo banco centralizador, para certificação com as informações consolidadas de DAE(s) do SIARE; à validação do registro de certificação de fornecedores cadastrados no Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços (SIAD); as rotinas de impressão de relatórios das unidades executoras (SIAFI-MG); e a especificação da integração com o Portal de Compras - web.

SIAFI-MG

A Gestão Estratégica da SEF, como forma de acompanhar e medir os resultados dos projetos em desenvolvimento, optou pelo uso da ferramenta Balanced Scorecard-BSC, com destaque para a elaboração dos Mapas Estratégicos da SEF e de suas unidades administrativas, a definição dos objetivos estratégicos e dos indicadores de desempenho que serão adotados. Cumpre ressaltar que a elaboração dos mapas, metas e objetivos deu-se num processo participativo, contando com representantes de todas as unidades da SEF. Na área de Gestão e Finanças, a gestão de gastos constituiu-se num instrumento rico que foi capaz de agregar todas as unidades da SEF em torno da boa utilização de recursos públicos, suas políticas e concepções, contribuindo para o alcance da meta governamental de racionalização dos

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

gastos. Essa gestão também forneceu subsídios para composição do Sistema Integrado de Apuração de Custos a ser implementado como piloto na SEF, com possibilidade de ser estendido a outros órgãos do Estado.

Programa de formação gerencial

A Superintendência de Recursos Humanos (SRH), com o firme propósito de propiciar o aperfeiçoamento dos servidores da SEF, investiu no programa de formação gerencial com a criação de seis grupos específicos para treinamento, composto pelas alta e média gerência, gerentes de base e em potencial e grupos formados por assessores e assessores especiais. Esse programa será concluído em 2010 e dará ênfase às áreas de Gestão de Pessoas, Gestão para Resultados, Gestão do Conhecimento e Gestão Estratégica de Governo. Até outubro de 2007, realizaram-se 278 eventos de capacitação, com cursos de maior duração e especialização técnica, e 294 servidores participaram de cursos de pós-graduação, em áreas de atuação estratégica da SEF. Foram realizadas 24.243 horas de treinamento (até outubro). Para recompor a força de trabalho da SEF, a SRH realizou concurso público para provimento de 400 cargos de gestor fazendário (GEFAZ) e de 400 cargos de técnico fazendário de Administração e de Finanças (TFAF). Destaque-se também o projeto “Atende a Casa”, concluído em agosto de 2007, com a finalidade de fornecer ao servidor maior comodidade no atendimento.

A Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) desenvolveu os diversos projetos de tecnologia da informação da SEF, cumprindo sua missão de provimento de informações, serviços e soluções em tecnologia da informação e comunicação.

Segurança das Informações

Em relação à segurança das informações da SEF, foram adotadas medidas como a implementação de controles, mitigando vulnerabilidades diagnosticadas em análise de riscos, realizada em 2006; a realização de testes de invasão, a fim de identificar possíveis pontos de falha no ambiente, na tecnologia, nos processos e nas pessoas que utilizam esses recursos; a instalação de uma sala-cofre, à prova de incêndios e inundações e dotada de sistemas redundantes de climatização e fornecimento ininterrupto de energia, para abrigar os principais equipamentos empregados no processamento e armazenamento central das informações dessa Secretaria.

Os equipamentos do parque de informática tiveram sua capacidade mais que duplicada, a fim de melhorar o desempenho dos sistemas e serviços da SEF, além de terem sido instalados dispositivos redundantes para suportar processos críticos do negócio da Secretaria, aumentando sua disponibilidade.

Nova Rede Multisserviços

Em relação à infra-estrutura de tecnologia da informação (TI), destacam-se: a instalação dos novos equipamentos, adquiridos em 2006, e a consolidação da nova Rede Multisserviços, que acrescentou uma série de requisitos e funcionalidades, elevando o nível da qualidade dos serviços colocados à disposição da SEF; a preparação das condições para a utilização de videoconferência; e a tecnologia conhecida como VOIP (Voz sobre IP), a qual permitirá que se use a rede de dados para veicular também voz (ligações telefônicas), reduzindo, assim, gastos de telefonia.

É de se destacar que a Gestão Estratégica da SEF permanece firme no cumprimento da sua missão de tornarem viáveis financeiramente as políticas de governo, mantendo-se alinhada e trabalhando em parceria com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) e em sintonia com o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), com o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e com a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Por fim, durante a execução do Planejamento Estratégico da SEF, no exercício de 2007, foram desenvolvidas ações para a racionalização dos gastos, da manutenção do equilíbrio fiscal e de investimentos que geraram benefícios para a sociedade mineira, tudo isso com transparência e em harmonia com o atual Programa de Governo.

MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S/A (MGI)

A Minas Gerais Participações S/A (MGI), em sua missão de auxiliar o desenvolvimento do Estado por meio de investimentos e de saneamento de questões pendentes originadas da privatização dos bancos estaduais, priorizou em 2007, a realização de Ativos de Créditos. Foram recuperados R\$ 24,1 milhões, sendo R\$ 7,8 milhões em créditos oriundos do BEMGE, R\$ 11,8 milhões do CREDIREAL e R\$ 4,3 milhões da MINASCAIXA, sendo R\$ 3,1 milhões provenientes da recuperação de crédito e R\$ 1,2 milhão da venda de imóveis.

*Ativos de
Créditos*

No mesmo período, em relação às metas quantitativas, foram analisados 4.886 processos com ações judiciais referentes ao BEMGE/CREDIREAL/MINASCAIXA. Quanto à extinta MINASCAIXA, foram analisados 17.979 contratos com pendências no Fundo de Compensações de Variações Salariais (FCVS) e liberadas 499 hipotecas relativas a créditos imobiliários.

Atento ao dia 10 de janeiro de 2008, data em que prescreve o prazo para ajuizamento dos créditos em liquidação originários do BEMGE e CREDIREAL, até o momento já foram analisados 2.405 processos.

As ações priorizadas, resultantes das atividades próprias da MGI, permitiram gerar para o Estado de Minas Gerais recursos da ordem de R\$ 10 milhões, correspondentes a juros sobre capital próprio.

GOVERNADORIA DO ESTADO

GOVERNADORIA DO ESTADO

GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O Gabinete Militar do Governador (GMG), cumprindo sua missão institucional, promove a segurança do governador, do vice-governador e de seus familiares, prestando assessoramento direto ao chefe do Poder Executivo estadual em assuntos militares. O GMG também executa o transporte aéreo e terrestre ao governador, vice-governador e autoridades por eles determinadas. Ainda no âmbito de suas atribuições, o GMG, por meio da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec), é responsável pelo planejamento, coordenação e execução de atividades de prevenção, preparação e socorro, atuando de forma complementar na recuperação e reconstrução de cenários afetados por desastres nos municípios mineiros, articulando-se com os demais órgãos ou entidades que compoem o sistema de defesa civil.

Por meio de termo de cooperação firmado com a Secretaria de Estado de Saúde, realizado com a interveniência da Polícia Militar, o GMG operacionalizou o empenho de aeronaves do Estado de Minas Gerais para atendimento de 23 demandas do Programa MG Transplantes, providenciando o transporte aéreo de equipes médicas para captação de órgãos doados em localidades distantes de Belo Horizonte, garantindo a efetividade dos transplantes e contribuindo para o salvamento de vidas.

Atendimento de 23 demandas do Programa MG Transplantes.

A Escola Permanente de Defesa Civil, instituída em 2005 pelo Gabinete Militar (Cedec), capacitou, em 2007, 487 agentes de 155 municípios mineiros, formando 25 turmas do Curso Básico de Defesa Civil, ministrados na sede da Cedec bem como nas sedes das associações microrregionais, para onde foram encaminhadas as equipes itinerantes de treinamento.

Capacitação de 487 agentes de 155 municípios.

Outros cursos de capacitação em Defesa Civil foram ministrados para os servidores da Cedec e para agentes municipais, entre os quais o Sistema de Comando em Operações (SCO), Curso de Avaliação de Danos (Cadán), Agentes para Ações Psicossociais em Abrigos e Atuação em Acidentes com Produtos Perigosos - Integração no Atendimento.

Historicamente, o período de seca em Minas Gerais ocorre entre abril e setembro. Não obstante, em 2007, o fenômeno iniciou-se em março prolongando-se até novembro. Diante desse quadro, a Cedec esteve presente nos 132 municípios que decretaram situação de emergência, atuando na assistência e proteção da população bem como fornecendo suporte técnico para o correto registro do sinistro. Nesse contexto, a atuação da Cedec minimizou os danos e possibilitou a oportuna homologação de 113 decretos, dos quais 54 foram reconhecidos pelo governo federal.

Agindo preventivamente, a Cedec distribuiu aos municípios mineiros 100 cisternas de vinil com capacidade de 8 mil litros, para o armazenamento de água durante o tempo chuvoso. A distribuição levou em consideração critérios técnicos relacionados ao histórico de seca e decretação de emergência nos anos anteriores, totalizando 950 cisternas distribuídas desde o início do projeto em 2006, cujo sucesso foi determinante para a definição da meta de distribuição de mais 30 mil cisternas às comunidades necessitadas no período de 2008 a 2010.

Distribuição de 100 cisternas de vinil de 8 mil litros.

*Disponibilização
de 182
caminhões-pipa
para
abastecimento de
95 municípios.*

Ainda no combate aos efeitos da seca, a Cedec executou convênio firmado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e com a Copasa disponibilizando 182 caminhões-pipa para abastecimento de 95 municípios do semi-árido mineiro com situação de emergência homologada, assegurando acesso à água potável para a população da zona rural nestas localidades.

*Assistência
material a 323
municípios e
comunidades
afetados por
desastres.*

Ao todo, no exercício de 2007, foram distribuídos 63.575 cestas básicas de 10 quilogramas, 12.479 cestas básicas de 18 quilogramas, 13.970 colchões, 33.081 cobertores, 8.859 telhas de fibrocimento, 240 rolos de lona e 4.435 sacos de roupa, assistindo 323 municípios e comunidades do estado afetados por desastres.

No âmbito administrativo, destaca-se a racionalização de sua gestão patrimonial, efetivando a transferência de viaturas e de equipamentos diversos para 397 municípios mineiros, que os mantinham sob contratos de cessão de uso firmados entre os anos de 1988 e 1991. A medida se reveste de importante alcance tanto para a administração estadual quanto para os municípios, na área de defesa civil e de saúde, além de solucionar pendências administrativas que se prolongavam durante anos.

AUDITORIA-GERAL DO ESTADO (AUGE)

A sociedade brasileira vem passando por profundas transformações que têm exigido o redimensionamento do Estado assim como a prática de modelos alternativos de gestão. Nesse contexto de mudanças fica evidenciado o fortalecimento da auditoria na administração pública moderna. Esse paradigma emergente da gestão pública, entre outros aspectos, enfatiza os ideais de democracia e cidadania, ressaltando a participação e o controle da sociedade civil sobre a administração.

A Auditoria-Geral do Estado, tendo em vista o referido contexto e dando continuidade à política de implementação da carreira de auditor interno no Estado, empossou, em março de 2007, 49 auditores na unidade central e nas unidades descentralizadas de auditoria, todos devidamente aprovados em concurso público aberto no exercício anterior e treinados no curso de formação.

Dessa forma, ainda que o quantitativo de novos auditores não tenha atingido o patamar ideal, é certo afirmar que o quadro de servidores públicos atuantes no cargo de auditor interno no Estado de Minas Gerais sofreu uma significativa mudança, especialmente quando considerados os aspectos capacidade técnica e profissional.

Considerando, ainda, esse contexto, apresenta-se como marco para a evolução do Controle Interno em Minas Gerais, e conseqüente atendimento às exigências da sociedade, a implementação de um sistema integrado para governança baseado em tecnologia WEB, que proporciona maior eficiência e

eficácia no planejamento, execução e acompanhamento de trabalhos de auditorias, constituindo um importante sistema de apoio às boas práticas de gerenciamento em auditoria, com divulgação on-line de informações decorrentes dos trabalhos realizados.

Nas áreas finalísticas destaca-se o desempenho da Superintendência Central de Auditoria de Gestão (SCAG). Além da elaboração dos relatórios legalmente exigidos, relatório de Gestão Fiscal e o relatório de Execução Orçamentária, a SCAG desenvolveu o relatório de Avaliação Social dos Programas Governamentais e os relatórios de avaliação dos projetos estruturadores ProMG, Proacesso, Saúde em Casa e Saneamento Básico – Mais Saúde para Todos.

Para dar suporte aos trabalhos de avaliação dos programas governamentais, a Superintendência realizou o curso de Auditoria de Gestão para as equipes do Sistema Central de Auditoria Interna que, de forma pioneira, contou com a participação da equipe da Auditoria Interna da Secretaria de Estado da Saúde para a execução da auditoria do programa Saúde em Casa.

Para os trabalhos desenvolvidos na auditoria de programas governamentais, continua em vigor o convênio de cooperação técnica celebrado com a Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), que visa à ação integrada para a realização de auditoria em projetos, obras e reformas de engenharia civil, restauração, pavimentação e construção de estradas.

Com o objetivo de avaliar a regular e efetiva aplicação dos recursos públicos estaduais pelo terceiro setor, a SCAG, com o apoio da Superintendência Central de Auditoria Operacional (SCAO/AUGE), realizou auditoria nos Termos de Parceria celebrados entre órgãos e entidades estaduais e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Foram avaliados os contratos celebrados entre a Fundação Clóvis Salgado e o Instituto Cultural Sérgio Magnani (ICSM); a Fundação TV Minas Cultural e Educativa e a Associação de Desenvolvimento da Radiodifusão de Minas Gerais (ADTV) e a Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude e a De Peito Aberto Incentivo ao Esporte de Minas Gerais. Para subsidiar esses trabalhos, a SCAG iniciou, com o apoio da Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento (SPD), a elaboração do Manual de Auditoria em OSCIPs.

*Auditoria nos
Termos de
Parceria
celebrados
entre órgãos e
entidades
estaduais as
OSCIPs*

Durante 2007, foram realizados, ainda, trabalhos de auditoria nos Acordos de Resultados celebrados pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF) e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater/MG), encerrando as auditorias na estrutura até então vigente deste contrato de gestão.

De forma pioneira, a Diretoria Central de Auditoria de Contas (DCAC) realizou duas auditorias contábeis, cujos procedimentos e técnicas foram baseados em normas de auditoria utilizadas por empresas de auditoria externas do país. O primeiro trabalho foi executado na Rádio Inconfidência Ltda., com o objetivo de expandir a atuação da Auditoria-Geral do Estado nas empresas públicas. O outro foi realizado no Instituto de Previdência dos

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2008

Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG), com o fim de opinar sobre a inclusão de determinadas receitas no cálculo da Receita Corrente Líquida, indicador necessário para a apuração das despesas constantes no relatório de Gestão Fiscal.

Destacam-se também os resultados apresentados pela Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento (SPD). Esta diretoria é responsável pela execução da ação Desenvolvimento de Pesquisa e Modernização do Controle Interno, cuja meta foi a elaboração de dois projetos finalísticos, plenamente cumprida.

Além disto, a SPD obteve, durante o exercício, os seguintes êxitos: conclusão da implantação do Sistema Informatizado de Indicadores de Auditoria (SINAU) e da elaboração do manual de utilização; conclusão/revisão do Manual do Relatório de Avaliação da Execução do Orçamento Anual; elaboração do Roteiro de Auditoria para avaliação das receitas próprias de órgãos, entidades autárquicas e fundacionais, empresas subvencionadas pelo Tesouro Estadual e Fundos Estaduais; desenvolvimento de metodologias para auditoria em grupos de contas contábeis: Receita Corrente Líquida, inclusive o respectivo roteiro de auditoria; revisão da IS/SCAO Nº. 01/2003, sobre padronização da codificação da numeração de relatórios e demais documentos técnicos emitidos.

*Conclusão da
implantação
do Sistema
Informatizado
de Indicadores
de Auditoria
(SINAU)*

Também estão em andamento os seguintes projetos: desenvolvimento de nova metodologia para Avaliação da Execução do Orçamento Anual e adequação do manual de procedimentos para Avaliação da Execução do Orçamento Anual; desenvolvimento do 5º Indicador Operacional – Contratações a Classificar; elaboração de manual de procedimentos para utilização do indicador operacional desenvolvido e adequação do SINAU, mediante inserção do indicador operacional desenvolvido; revisão da metodologia para elaboração do relatório do Controle Interno, que compõe a prestação de contas do exercício ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCMG) e respectivos roteiros de auditoria; desenvolvimento, em parceria com a SCAG, de metodologia para auditoria em OSCIP, inclusive o respectivo roteiro de auditoria. Finalmente, a SPD promoveu palestras e seminários para quase 500 pessoas.

Já em relação à Superintendência Central de Correição Administrativa (SCCA), primeiramente há que se falar das mudanças estruturais ocorridas em função do Decreto 44.655, de 19 de novembro de 2007, que regulamentou a nova estrutura da Auditoria-Geral do Estado.

Por intermédio do citado instrumento normativo foram mantidas, da estrutura original, a Diretoria Central de Atendimento e Acompanhamento Processual e a Diretoria Central de Coordenação de Comissões Disciplinares. Já a Diretoria Central de Análise Processual e Aperfeiçoamento Disciplinar passou a denominar-se Diretoria Central de Aperfeiçoamento Disciplinar, Promoção da Integridade, Ética e Transparência Institucional, competindo-lhe, entre outras atribuições, articular-se com a Diretoria Central de Auditorias Especiais e de Prevenção e Combate à Corrupção, da SCAO.

Assim, foi reforçado o enfoque na prevenção da ocorrência dos ilícitos administrativos e introduzido, formal e materialmente, a função de combate à corrupção no âmbito do Poder Executivo estadual.

Em relação aos projetos e atividades desenvolvidos, destaca-se o cumprimento da ação Gerenciamento do Subsistema de Correição Administrativa, com a conclusão de 239 processos administrativos. Foram realizados, também, palestras e treinamentos para mais de 600 pessoas durante o exercício, abordando temas como prevenção de ilícitos administrativos e informação sobre correição administrativa, capacitação de pessoas em práticas de processo administrativo disciplinar e noções de procedimentos disciplinares.

Aguarda-se, agora, a aprovação do Código de Processo Disciplinar dos Servidores Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e da Resolução Conjunta que define o procedimento para a demissão por insuficiência de desempenho, conforme previsto na Lei Complementar nº 71/2003, cujas minutas foram enviadas à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) para análise e manifestação.

Por último, promoveu-se a consolidação do Sistema de Informação de Correição Administrativa (SICAD), com a finalização da etapa de cadastramento dos processos e sindicâncias em andamento no módulo próprio do sistema e com a introdução de todos os expedientes constantes no Cartório da SCCA, paralelamente aos novos que deram entrada durante o ano, por meio das rotinas informatizadas de recebimento, análise e decisão de instauração, estabelecendo um novo e coordenado fluxo processual e de informações e tornando completa a base de dados para consulta interna e externa via página AUGE na internet.

Consolidou o Sistema de Informação de Correição Administrativa (SICAD)

Finalizando o informe das atividades realizadas pelas áreas finalísticas da AUGE, a Superintendência Central de Auditoria Operacional (SCAO) buscou, no gerenciamento do Sistema Estadual de Auditoria Interna, cumprir sua missão institucional de contribuir para a melhoria dos resultados da gestão pública, dentro de uma filosofia preventiva e de assessoramento aos dirigentes dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo estadual.

Para tanto, ela emitiu, como unidade executora direta, 30 relatórios de auditoria, 15 notas técnicas e 3 certificados decorrentes de demandas específicas do governo do Estado e recebeu 215 denúncias válidas, veiculadas na mídia ou transmitidas pelo site da Auditoria-Geral, das quais 146 foram respondidas e 69 encontram-se em fase de apuração.

Da coordenação dos trabalhos das unidades setoriais e seccionais de auditoria, tecnicamente subordinadas à AUGE, resultaram 4.552 produtos, variando de relatórios e certificados de auditoria e pareceres e notas técnicas até cartas de recomendação. Estes trabalhos foram desenvolvidos com fundamento na competência orgânica da SCAO em promover o acompanhamento e a avaliação da conformidade da execução orçamentária, financeira e patrimonial da despesa e da receita, assim como a consistência

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

dos mecanismos de controle interno adotados no âmbito do Poder Executivo estadual.

A SCAO promoveu, também, treinamentos e seminários dirigidos aos auditores, visando, entre outros objetivos, a capacitação para a utilização dos sistemas SINAU, SIAD, CAFIMP e SIAFI. Além disso, participou de fóruns e encontros correlatos à questão do Controle Interno, buscando a atualização de seus servidores e o intercâmbio de experiências com técnicos de outras unidades federativas do Brasil.

Complementando as atividades realizadas pela AUGÉ no exercício de 2007, foram cadastradas 5.956 entidades no Cadastro Geral de Convenientes e foram inscritos 46 fornecedores no Cadastro Geral de Fornecedores Impedidos de Licitar com a Administração Pública.

A Auditoria-Geral do Estado buscou exercer o controle da gestão pública com equidade e compromisso social, dentro de uma filosofia preventiva e de assessoramento aos dirigentes dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

Os resultados obtidos pelo Sistema Estadual de Auditoria Interna, durante a gestão de 2007, demonstram os esforços dos agentes na busca da melhoria de qualidade e produtividade dos trabalhos de auditoria, no intuito de subsidiar a tomada de decisões governamentais.

ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO (AGE)

A Advocacia-Geral do Estado cumpre, na forma da legislação estadual complementar, o exercício da representação judicial e extrajudicial do Estado, bem como das atividades de consultoria e assessoramento jurídico.

Com o fito de desempenhar com excelência sua missão institucional, o órgão tem vivenciado, desde 2003, um processo de reestruturação administrativa, o que reflete as diretrizes gerenciais do atual governo.

A descentralização da Advocacia-Geral do Estado pelo interior, que se mostrou especialmente vigorosa nos últimos dois anos, teve sua continuidade em 2007, por meio da criação do Escritório Seccional em Poços de Caldas, provendo o sul de Minas de uma maior capacidade de atuar na defesa dos legítimos interesses do Estado.

O propósito de expansão das atividades da AGE efetivou-se também a realização de concurso público de provas e títulos, resultando na nomeação de 57 novos procuradores do Estado, os quais foram lotados nos municípios mineiros e nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual que mais careciam.

A trajetória assumida pela atual gestão permitiu a manutenção da qualidade e a cobertura dos serviços prestados pela Advocacia-Geral do Estado em face do vertiginoso crescimento do número de mandados de citação e notificações em mandado de segurança recebidos, que, de janeiro a outubro de 2007, ultrapassou 23 mil. Em comparação com 2003, que registrou 6,6 mil, percebe-se um crescimento de cerca de 350% nas demandas em que a Advocacia-Geral do Estado é chamada a atuar no contencioso judicial, defendendo os atos da Administração Pública. Além do expressivo número de mandados de citação e notificações em mandado de segurança recebidos pela AGE até outubro de 2007, que representa a quantidade de novas ações propostas contra o Estado, vale destacar o número de intimações no período, que chegou a quase 18 mil, contra 15,7 mil em 2006.

Aumento do número de serviços prestados mantendo-se a qualidade

No âmbito da atividade consultiva, em que são analisadas matérias importantes para a política governamental, o órgão demonstrou incremental desempenho. Em termos quantitativos, a título de exemplo, vale ressaltar que a consultoria jurídica examinou, entre janeiro e outubro de 2007, cerca de 300 expedientes. Em termos qualitativos, dentre os pareceres que geraram grandes resultados para as políticas de governo, destacam-se, pela Procuradoria do DER, aqueles sobre contratos viabilizadores do PROACESSO; pela consultoria jurídica, o parecer sobre o contrato que transferiu a folha de pagamento dos servidores estaduais para o Banco do Brasil, possibilitando a entrada nos cofres públicos de mais de R\$ 1 bilhão e o parecer que analisou a existência de conflito jurídico entre resolução do Conama e legislação estadual, viabilizando a instalação de empreendimento siderúrgico no município de Jeceaba com investimentos de mais de R\$ 1 bilhão; pela Procuradoria do Idene foram elaborados pareceres que viabilizaram o procedimento de credenciamento no âmbito do Programa Fome Zero – Leite pela Vida e a celebração de contrato com Movimento de Educação de base da Igreja Católica para a execução do Programa Brasil Alfabetizado – Cidadão Nota 10. Cabe ressaltar que, no primeiro semestre, o tempo médio gasto pelos procuradores da Consultoria Jurídica para elaboração de pareceres e notas foi de 7,58 dias.

Elaboração de importantes pareceres

No que diz respeito à sua atuação no contencioso judicial, a Advocacia-Geral do Estado demonstrou, especialmente durante 2007, a efetividade do seu trabalho de defesa dos interesses do Estado de Minas Gerais. Atualmente, com exceção dos temas cuja jurisprudência encontra-se pacificada, é incomum grande número de ações sobre o mesmo assunto ajuizadas contra o Estado.

A arrecadação da dívida ativa de ICMS, de janeiro a outubro de 2007, alcançou R\$ 123,4 milhões. O total da arrecadação da dívida ativa tributária, por sua vez, no mesmo período, perfaz um montante superior a 130 milhões de reais, sendo mais de 20 milhões arrecadados em outubro de 2007. A arrecadação com parcelamentos chegou a cerca de R\$ 50 milhões. Foram emitidas, até setembro de 2007, mais de seis mil certidões de dívida ativa tributária. No primeiro semestre de 2007, o resgate de créditos oriundos de multas ambientais chegou a R\$ 315,6 mil.

Destacam-se, ainda, na seara tributária, vitórias importantes como a confirmação, pelo STJ, da constitucionalidade da taxa de incêndio instituída

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

pela lei mineira nº 6.763/75; a declaração, pelo STF, da inconstitucionalidade do Decreto 35.528/2004, do estado do Rio de Janeiro, que dispensava tratamento privilegiado às operações com café industrializado naquele estado; e a reversão, no STJ, de decisão que obrigava o Estado a devolver mais de R\$ 22 milhões à Souza Cruz S/A.

Conselho de
Administração
de Pessoal
(CAP)

Em especial, o Conselho de Administração de Pessoal (CAP), unidade colegiada a que cumpre acolher, analisar e decidir reclamações e pleitos dos servidores, ativos e inativos, das secretarias de Estado, das autarquias e das fundações públicas, em relação a atos que afetem seus direitos funcionais, julgou, até setembro de 2007, 2.841 processos administrativos, superando em mais de 50 processos o mesmo período 2006.

Na área do contencioso não-tributário, detentora de especial projeção em relação à missão institucional da Advocacia-Geral do Estado, em função de suas implicações imediatas com o face ao Tesouro Estadual e com as políticas de governo, destacam-se as atuações da Procuradoria do Trabalho, Precatórios e Tesouro, da Procuradoria de Patrimônio Imobiliário, da Procuradoria de Obrigações e da Procuradoria Administrativa.

A Procuradoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (PPIMA), a que incumbe a defesa do Estado em ações sobre direitos reais, patrimônio imobiliário, artístico, ambiental e histórico, terras devolutas e desapropriações, recebeu, entre janeiro e outubro de 2007, 4,9 mil novos processos, incluindo usucapião, que corresponde a mais de 95% dos casos de sua competência. A PPIMA teve sua atuação destacada, especialmente em ações referentes ao projeto estruturador Circuito Cultural Praça da Liberdade, nas quais o Estado de Minas Gerais foi vitorioso nas lides em que havia a possibilidade de paralisação das obras. Outras vitórias importantes ocorreram em ações de desinterdição de cadeias mineiras; de confirmação e retomada de posse de imóveis, como os do Centro de Capacitação do Corpo de Bombeiros e da Funed; e no processo de desapropriação para construção do distrito industrial, que poderia significar perda de cerca de um bilhão de reais para os cofres públicos.

A Procuradoria de Obrigações (PO) teve sua atuação destacada por matérias atinentes à legislação de trânsito; licitações; cobrança de honorários por defensores designados judicialmente; contratos administrativos; questões relativas à responsabilidade civil objetiva do Estado; acompanhamento de ações populares, mandados de segurança e defesa em ações civis públicas, em especial aquelas cujo objetivo é o fornecimento de medicamentos específicos (impacto na política estadual de saúde pública), segurança pública, entre outros. Em 2007, registrou-se, até outubro, a entrada de cerca de 5 mil novos expedientes distribuídos entre os procuradores do Estado lotados na PO e de cerca de 4,5 mil intimações.

A Procuradoria Administrativa (PA) pode ser identificada como fator essencial à condução da política de recursos humanos levada a efeito pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, atuando em processos de repercussão política e/ou financeira, principalmente, sobre concurso público, contribuição previdenciária, abate-teto e revisão de pensão e proventos. No

ano de 2007, registrou-se a entrada de cerca de 4,5 mil novos expedientes distribuídos aos Procuradores do Estado lotados na PA e 3,5 mil intimações.

A Procuradoria do Trabalho, Precatórios e Tesouro (PTPT) recebeu, entre janeiro e outubro de 2007, cerca de mil novas reclamações trabalhistas, e realizou o pagamento 1.137 mandados de Requisitório de Pequeno Valor (RPV), perfazendo aproximadamente 17 milhões de reais. No mesmo período foram pagos 319 precatórios da Administração Direta, o que corresponde a 513 credores pagos, num total de quase 190 milhões de reais quitados. Registrou-se, até outubro de 2007, a entrada de mais de 2 mil novos expedientes distribuídos entre os procuradores do Estado lotados na PTPT.

A atividade de pagamento de precatórios merece destaque por seu forte impacto na defesa do erário. Depois de inscrito o precatório e consignado na Proposta de Lei Orçamentária Anual para empenho no ano seguinte, a Advocacia-Geral desenvolve atividade contenciosa de revisão e impugnação dos cálculos de liquidação das obrigações declaradas sub-judice e atividade de conciliação e de celebração de acordos judiciais para pagamento a menor dos débitos.

A respeito desse trabalho, cumpre destacar uma grande vitória alcançada pela atuação da Advocacia-Geral do Estado (AGE), que conseguiu uma redução de aproximadamente 27 milhões em um precatório contra o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER/MG), em abril de 2007. A cobrança avaliada em mais de R\$ 27 milhões caiu para R\$ 17,2 mil, devido à revisão de cálculo. O precatório decorre de indenizações por ocupação de terreno, na época da construção da rodovia MG-152.

*Redução de
aproximadamente
27 milhões em
um precatório*

Apesar de estar havendo, nos últimos anos, forte aumento no número de novas demandas contra o Estado de Minas Gerais, a inscrição de precatórios não acompanhou tal elevação. Para a LOA 2008, a inscrição da Administração Direta e das entidades em que a AGE atua ateu-se ao montante de R\$ 265.972.467,84, quando em anos anteriores esse valor chegou a ultrapassar os 480 milhões de reais.

No âmbito da gestão, a regularização do pagamento de precatórios merece relevo por representar decisão de forte impacto administrativo e social. O atual governo, ao assumir, encontrou a quitação de precatórios paralisada no ano de 1995. No decorrer dos dois mandatos, o Estado de Minas Gerais vem-se empenhando decididamente pelo equilíbrio de suas contas, inclusive no pagamento de precatórios. Na Justiça do Trabalho, desde 2006, os precatórios trabalhistas estão em dia. Na Justiça Comum, houve vários avanços e o Estado, só em 2007, quitou todos os precatórios alimentares e comuns dos anos de 1997 a 2000, em relação à Administração Direta e ao Departamento Estradas e Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER). Na Administração Indireta, ressalvado o DER, falta apenas o pagamento dos precatórios remanescentes do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG) e do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais (IPSM), aos quais será observada a ordem cronológica da forma da Constituição.

Em suma, percebe-se a relevância do papel institucional da Advocacia-Geral do Estado no arranjo político-administrativo do Estado de Minas Gerais na persecução de sua missão de defender com êxito os direitos e legítimos interesses públicos.

OUVIDORIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (OGE)

Após a instalação e estruturação definitiva da OGE, perceberam-se transformações substanciais na visão do cidadão sobre o modelo de gestão na administração pública, proporcionando o aperfeiçoamento da prestação dos serviços públicos de receber, encaminhar e acompanhar, até a solução final, denúncias, reclamações e sugestões de agente, órgão ou entidade da administração pública direta e indireta do Poder Executivo Estadual.

Sistema de
Gestão de
Ouvidoria

Atualmente, a OGE conta com mecanismos técnicos modernos e eficientes de atendimento ao cidadão, disponibilizados em canais de comunicação como serviço 0800-2839191, postal, presencial e endereço eletrônico ouvidoria@ouvidoriageral.mg.gov.br, via internet, mediante Sistema de Gestão de Ouvidoria (SGO), resultado de parceria da OGE com a Ouvidoria Geral do Estado da Bahia, sem ônus para o Estado.

O referido sistema possui mecanismos interativos precisos que permitem a articulação, integração, intercâmbio e disponibilização de dados com resultados alcançados, atendendo aos anseios relativos à execução das ações governamentais inseridos nos objetivos institucionais de cada órgão, e, principalmente, na satisfação do cidadão, que acompanha todos os trâmites da sua manifestação.

Com melhoria nos mecanismos técnicos para um atendimento mais ágil, a OGE atingiu o total de **2.799** demandas (outubro/2007), nas diversas ouvidorias especializadas, entre denúncias, reclamações e sugestões.

Com os serviços prestados pela OGE, o mineiro dispõe de um canal aberto de comunicação para manifestar seus anseios e reclamações, inclusive em caráter sigiloso, direito de todo cidadão, demonstrando o compromisso do Estado no cumprimento das ações de gestão pública e cidadania.

A OGE tem-se esforçado para a melhoria na execução das suas atribuições institucionais. Para isso foram empreendidas ações para o alcance dos resultados relativos aos objetivos pactuados como:

Núcleos de
Atendimento
de Ouvidoria

- Parceria da OGE com a Seplag para instalação de Núcleos de Atendimento de Ouvidoria nos postos de atendimento do PSIU. Considerando que Minas é um Estado de grande extensão territorial e de variadas especificidades regionais, a descentralização tornou-se necessária. Dos 25 Núcleos de Atendimento previstos, 11 já foram implantados, nos municípios de Coronel Fabriciano, Diamantina, Divinópolis, Governador Valadares, Juiz de fora, Montes Claros, Paracatu, Poços de Caldas, São João del Rei,

Teófilo Otoni e Uberlândia, com boa receptividade pela população, proporcionando maior credibilidade no efetivo cumprimento das ações de gestão pública pelo governo.

- Parceria com o Ministério Público por meio dos Centros de Apoio Operacional das Promotorias Especializadas de Direitos Humanos, de Justiça Criminal e Execução Penal, Centro Operacional das Promotorias de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo;
- Parceria com a Seds visando compartilhar o Sistema de Gestão de Ouvidoria (SGO) da OGE e a INFOPEN - informações penitenciárias, bem como envidar esforços físicos para promoção de atividades afins;
- Parceria com a SES/MG, buscando a implementação de ações que otimizem resultados de acordo com os objetivos assumidos pela OGE. De acordo com o Termo de Cooperação Técnica entre a OGE e a SES, as ações da Ouvidoria do SUS passam a ser acompanhadas e monitoradas também pela OGE, principalmente as demandas oriundas das Gerências Regionais de Saúde da SES/MG, bem como auxiliar o Departamento Geral do SUS – DOGES/MS, nas demandas de urgência, caracterizadas pela gravidade e complexidade;

Realização de oficinas de trabalho nas gerências regionais de saúde visando à sensibilização do papel da Ouvidoria de Saúde no resgate da cidadania, bem como treinamento técnico nos sistemas de banco de dados do SGO/OGE e Ouvidor SUS do Ministério da Saúde;

*Ouvidoria de
Saúde*

Para melhor acompanhamento de processos gerados pelo crescente número de manifestações recebidas pela OGE, foi fortalecida a integração entre OGE e a Auditoria Geral do Estado, visando responder ao cidadão em tempo hábil sobre as suas manifestações;

Publicação na Revista do Conselho de Criminologia e Política Criminal do artigo “Ouvidorias Públicas” Um Novo Modelo de Governança e Democracia, que ressalta principalmente o resgate da democracia com ênfase na análise qualitativa dos fatos ocorridos para moldagem de um novo modelo capaz de transformar conceitos, visando construir uma sociedade justa com participação do cidadão no desenvolvimento de políticas de gestão;

Encontram-se em fase final de negociação e assinatura os convênios relativos aos projetos de “Aparelhamento da Ouvidoria do Sistema Penitenciário” com o Ministério da Justiça/DEPEN e de “Participação Popular e Intersetorialidades na Reforma Sanitária e no Sistema Único de Saúde” com o Ministério da Saúde, cujas propostas de convênios com os referidos ministérios totalizam um investimento de R\$ 482.000,00 de recursos federais e R\$ 96.400,00 de contrapartida do Estado.

*Aparelhamento
da Ouvidoria
do Sistema
Penitenciário*

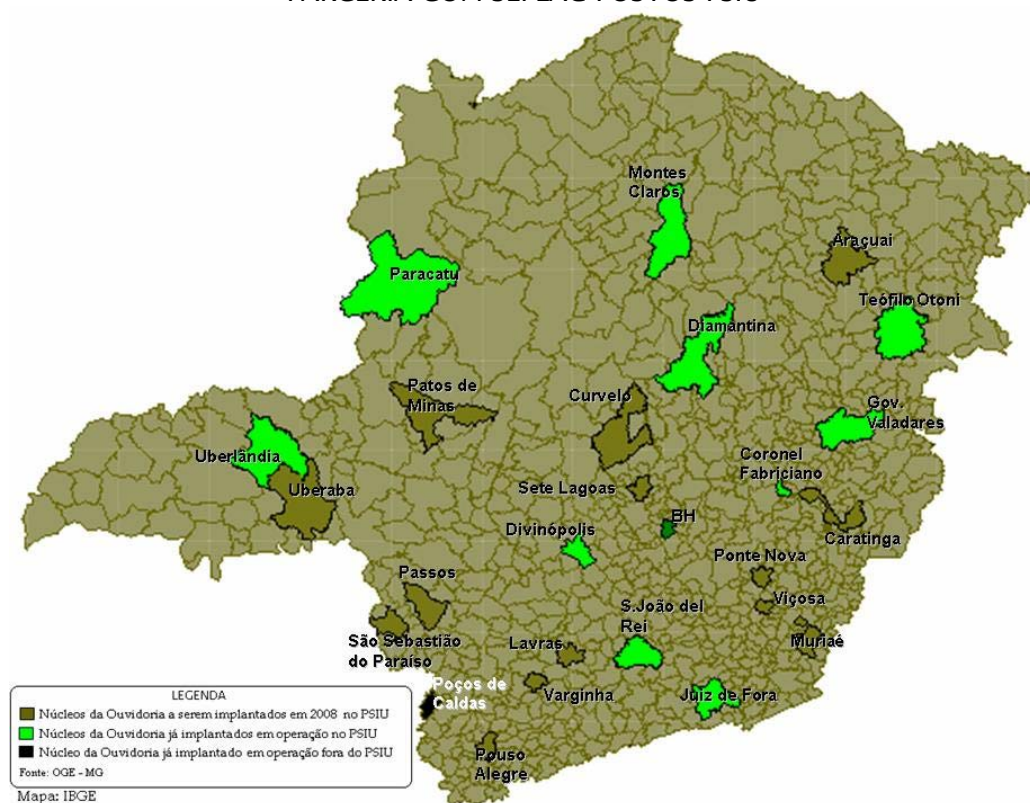
De maneira contínua, em fóruns nacionais de ouvidores, audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos na ALEMG, reuniões, palestras, seminários nacionais e congressos, os ouvidores especializados adquirem

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2008

maiores conhecimentos e práticas de outras ouvidorias e/ou entidades nos assuntos e especificidades exigidas no exercício das atividades de ouvidorias. Nesse contexto, as transformações ocorridas foram potencializadas com a busca de experiências recentes que trazem modelos alternativos de gestão de ouvidoria na administração pública.

Dentro de sua competência, a OGE continuará buscando incorporar disseminação, inovação e qualidade no exercício prático de gestão dos serviços públicos ao cidadão, mediante integração para troca de informações e experiências que visem à prevenção educativa para a correção das eventuais irregularidades na prestação do serviço público pró-ativa, de maneira que o governo redimensione suas ações e metas futuras.

MAPA DOS NUCLEOS DE ATENDIMENTO OGE
PARCERIA COM SEPLAG POSTOS PSIU



GOVERNO

GOVERNO

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO (SEGOV)

Cumprindo o compromisso de prestar assessoramento direto ao governador do Estado nas suas atribuições constitucionais, nos atos de gestão dos negócios públicos e assuntos relativos à política de comunicação social, a Secretaria de Estado de Governo vem desempenhando o papel de coordenar a representação e o relacionamento político-institucional com lideranças políticas, publicar atos administrativos assinados pelo governador, executar tarefas relativas ao funcionamento e manutenção dos palácios, assessorá-lo perante a imprensa, além de divulgar todas as atividades desenvolvidas pelos órgãos da administração pública estadual.

A Subsecretaria da Casa Civil (Subsecom) desenvolveu, implantou e aprimorou o módulo de saída do Sistema de Gestão de Convênios (Sigcon), que modernizou e desburocratizou o processo de obtenção de autorização prévia para a celebração de convênios, o que possibilitou a emissão de relatórios gerenciais detalhados sobre o universo dos convênios celebrados pelos diversos órgãos/entidades do Poder Executivo. Consolidou, ainda, a utilização do Sistema Integrado de Processamento de Atos (Sipa), estendendo o seu uso à administração indireta. Estes sistemas, aliados ao Sistema de Acompanhamento de Projetos de Lei, completam o processo de modernização da Subsecretaria da Casa Civil e contribuem para a eficiência e eficácia de sua missão institucional de processamento dos atos legais e fornecimento de informações gerenciais para a articulação política do governo.

Implantação do módulo de saída do Sistema de Gestão de Convênios.

A política de comunicação social implementada no Governo Aécio Neves busca informar as principais estratégias, ações e resultados alcançados pela administração pública estadual. Dentro destes parâmetros, em linhas gerais, os objetivos da comunicação do Governo de Minas são: criar e fortalecer o senso de cidadania na comunidade; posicionar a administração estadual em relação às suas competências e valores; informar e manter canais permanentes de comunicação com o cidadão; posicionar a população em relação aos serviços prestados pela administração pública.

Nas suas áreas finalísticas, jornalismo e publicidade, a Subsecom implementou o *site* Agência Minas (www.agenciaminas.mg.gov.br), referência no acesso ao noticiário (texto, foto, áudio e vídeo) das ações do Governo de Minas, proporcionando aos usuários, que são os profissionais de comunicação de todo o país e o público em geral, acesso fácil e ágil às matérias produzidas pelas assessorias de comunicação dos órgãos ou entidades que compõem o Poder Executivo.

Em 2007, a Subsecom consolidou a interiorização do noticiário, cumprindo a meta estabelecida desde 2003 de priorizar a produção de matérias jornalísticas radiofônicas e televisivas para distribuição às emissoras de rádio e TV nas diversas regiões de Minas, com o objetivo principal de levar aos cidadãos informações relevantes sobre as ações desenvolvidas pela administração estadual, dentro do princípio constitucional de que os governos devem prestar contas de seus atos. Nessa perspectiva, a Subsecom ultrapassou a marca de 800 emissoras atendidas pelo núcleo de rádio.

Interiorização do noticiário, sendo mais de 800 emissoras atendidas pelo núcleo de rádio em 2007.

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2008

Em 2007, o núcleo de TV consolidou a utilização do sistema de geração de imagens por satélite com transmissão ao vivo, para todo o estado, de grandes eventos do Governo. Vale ressaltar também a implantação do sistema FTP, que agiliza o envio de matérias para postagem no *site* Agência Minas.

As principais campanhas, dentro dos objetivos propostos, foram IPVA: visando a esclarecer aos proprietários de veículos automotores as datas de vencimento das parcelas do imposto; Volta às Aulas: sobre o início do ano letivo e informações relevantes na área de educação (integra o calendário anual do governo); Poupança Jovem: institucional e informativa sobre o programa, voltada para jovens em situação de risco social; Lares Geraes: regionalizada de prestação de contas sobre a atuação do governo em programa habitacional, com a construção de moradias para a população de baixa renda; Minas Comunica: institucional sobre o programa de expansão do sistema de telefonia celular em Minas Gerais; Balanço Saúde: presta contas sobre as realizações do governo na área, ressaltando a regionalização da saúde, priorizando o atendimento mais próximo da casa do cidadão, e propaga a atuação dos programas Viva Vida, de atendimento à gestante e ao recém-nascido, do programa Saúde em Casa, que intensifica e garante recursos para o programa Saúde da Família, e, por fim, esclarece sobre as obras de melhoria da saúde na Região Metropolitana de Belo Horizonte; Superagro: salienta as oportunidades do setor de agronegócio em Minas Gerais, em exposição na feira; Cadastramento Escolar: informa os pais sobre a necessidade do cadastramento de seus filhos em idade escolar, para que o estado possa disponibilizar as vagas e possibilitar matrículas em escolas próximas às residências (integra o calendário anual do governo); Ensino Profissionalizante: sobre o cadastramento para cursos profissionalizantes que estarão disponíveis em um novo programa do governo para a área de educação, voltado para jovens cursando o ensino médio; Linha Verde: prestação de contas sobre a entrega de trechos já concluídos; Balanço: prestação de contas que enfoca os projetos, medidas e ações do governo para incrementar o desenvolvimento em todas as regiões de Minas.

Atendimento
de 345
iniciativas
parlamentares
por meio do
Padem.

A Subsecretaria de Assuntos Municipais recebeu de emendas parlamentares o crédito autorizado de R\$ 12,75 milhões do orçamento anual, aplicado conforme indicação dos parlamentares em municípios e entidades, somando 345 iniciativas. A aplicação deste recurso do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal (Padem) tem como alvo atender as demandas apresentadas pelos municípios e entidades, definidas por meio de programa de trabalho.

ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DE MINAS

Os Escritórios de Representação do Governo de Minas em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo cumpriram suas funções de representar e defender os interesses de Minas.

CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS (CONSEA-MG)

O Consea-MG tem como sua principal realização a aprovação do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, previsto em lei e entregue ao governo do estado com proposições para implementação de ações, projetos e programas que concorram para a realização do direito humano à alimentação adequada.

Aprovação do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

Juntamente com a Segov e com a Emater-MG, o Programa de Promoção do Direito Humano à Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Prodhasan), até o momento, teve como resultado a implementação de 4.764 lavouras familiares de milho e feijão.

De igual modo, o Consea-MG produziu um fôlder institucional divulgando ações relacionadas com a segurança alimentar e nutricional, um caderno de textos e também reproduziu o Plano Estadual, a fim de conferir maior visibilidade a essa política pública estadual.

Nessa perspectiva, é imperativo ressaltar a posição de destaque do Estado de Minas Gerais na discussão e na implementação de políticas relacionadas à segurança alimentar e nutricional.

LOTARIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (LEMG)

A Loteria do Estado de Minas Gerais destinou, em 2007, R\$ 1,95 milhão a programas de assistência social gerenciados pela Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente (CAADE) e pela Associação Brasileira Comunitária para Prevenção de Abuso de Drogas.

Destinação de R\$ 1,95 milhão a programas de assistência social.

A fim de reduzir os custos administrativos e operacionais da autarquia, várias medidas foram adotadas, entre as quais o cancelamento do contrato de locação de veículos; a substituição de mão-de-obra terceirizada; a contratação, por meio de pregão presencial, de empresa para exploração do produto lotérico denominado Loteria Convencional, com o propósito de conquistar mercados e modernizar a forma de distribuição e comercialização dos bilhetes.

IMPrensa Oficial do Estado de Minas Gerais (IOF-MG)

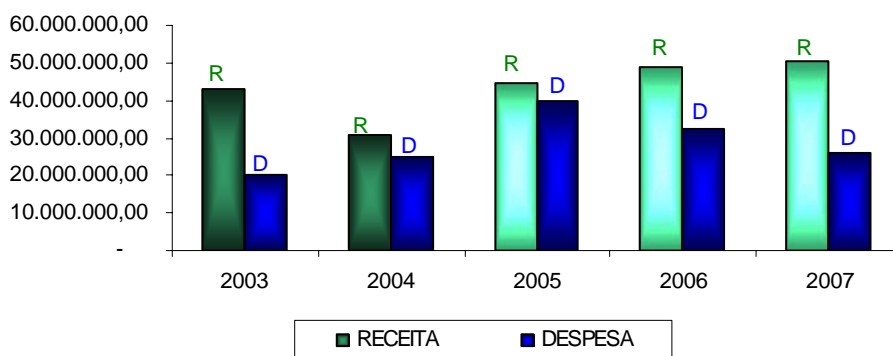
A Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, em consonância com as diretrizes governamentais, durante o exercício de 2007, deu continuidade ao projeto de modernização institucional com ênfase na melhoria da qualidade dos serviços prestados, no controle de custos e na modernização dos sistemas de informação.

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2008

Disponibilização
gratuita do
jornal Minas
Gerais na
internet.

Destacam-se, entre as três ações mais relevantes, a celebração do Acordo de Resultados, o início de implantação do Sistema da Qualidade e a disponibilização gratuita do jornal Minas Gerais na internet.

Demonstrativo da Receita Arrecadada x Despesa Realizada 2003-2007



* Valores de Novembro e Dezembro de 2007 foram estimados.

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEMAD

A melhoria da qualidade ambiental na segunda geração do Choque de Gestão, foi definida como uma das Áreas de Resultados do Governo, o que colocou sob a responsabilidade do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a gerência e coordenação de quatro projetos estruturadores: Revitalização do Rio das Velhas - Meta 2010, Consolidação da Gestão de Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas, Conservação do Cerrado e Recuperação da Mata Atlântica e Resíduos Sólidos.

Em face dos desafios assumidos perante o Governo de Minas, com a assinatura do Caderno de Compromissos, o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável sofreu profundas mudanças em sua estrutura operacional. As mudanças visaram integrar e qualificar, efetivamente, as ações sob a responsabilidade do Sistema.

O Sistema integrou suas áreas administrativas visando à racionalização do gasto público, destinando-se assim mais recursos às suas atividades finalísticas.

O licenciamento ambiental no Estado passou a ser tratado de forma integrada, graças a capacitação dos técnicos do Sistema na metodologia da Análise Integrada do Processo de Regularização Ambiental (AIPRA). Com a integração, o tempo de análise de um processo de licenciamento ambiental, reduziu-se drasticamente. Todas as Superintendências Regionais de Meio Ambiente foram capacitadas para esse tipo de análise no decorrer de 2007 e, a partir de 2008, todo o licenciamento ambiental se dará por esse instrumento.

Licenciamento Ambiental de forma integrada

O Estado finalizou o zoneamento ecológico-econômico de todo o seu território, em parceria com a Universidade Federal de Lavras, instrumento fundamental para a definição das políticas de desenvolvimento econômico sustentável para o Estado.

A avaliação ambiental estratégica, outro instrumento importantíssimo para a gestão ambiental, foi concluída para dois setores estratégicos: o energético e o rodoviário. As informações obtidas nesses instrumentos serão fundamentais para a definição da política de estado para os dois setores.

Avaliação ambiental estratégica

A fiscalização ambiental foi reforçada e integrada, com a institucionalização do Comitê Gestor da Fiscalização Ambiental Integrada (CGFAI). Em 2007, foram realizadas 14 operações de fiscalização ambiental integrada, envolvendo o Sistema, Polícia Militar, Polícia Civil e Ministério Público, que atingiram diversas regiões de Minas.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS (IGAM)

Foi dada especial atenção à consolidação dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, o Plano Estadual de Recursos Hídricos, os planos diretores de recursos hídricos de bacias hidrográficas, o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos, o enquadramento dos corpos de água em classes segundo seus usos preponderantes, a outorga de direito de gestão de recursos hídricos, a cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Foi intensificado o fortalecimento dos comitês de bacia hidrográfica, com entrega de equipamentos e mobiliário, além da contratação de pessoal de apoio administrativo no intuito de organizar os processos internos de cada comitê. Foram instituídos os comitês de bacias dos rios das Mortes e Jacaré.

Minas avançou na construção da II etapa do Plano Estadual de Recursos Hídricos promovendo oito encontros regionais para a divulgação dos resultados obtidos na primeira etapa do plano.

Agência Nacional de Recursos Hídricos O Governo de Minas assinou, por intermédio do Igam, convênio com a Agência Nacional de Recursos Hídricos (ANA) e o governo estadual do Espírito Santo por meio do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) no intuito de elaborar os Planos Diretores da bacia hidrográfica do rio Doce.

Assinou-se convênio da Agência Nacional das Águas (ANA) para realização do cadastro de usuários na bacia do rio São Francisco.

A Campanha de Regularização do Uso dos Recursos Hídricos “Faça o uso legal” tem como objetivo informar e facilitar o acesso aos meios de regularização do uso da água, além de levantar dados sobre a utilização dos recursos hídricos no Estado.

Ampliou-se o monitoramento da qualidade de água com a implantação de nove redes, sendo uma na UPGRH do entorno do reservatório de Furnas, uma na UPGRH dos rios Pardo e Mogi-Guaçu, uma na UPGRH dos afluentes mineiros do médio rio Grande, uma na UPGRH dos afluentes mineiros do baixo rio Grande, uma na UPGRH do entorno da represa de Três Marias, uma na UPGRH do rio Urucuia, uma na bacia do rio Pará, uma na UPGRH do rio Paraopeba e uma no grupo de sub-bacias Jaíba, Varzelândia e Verdelândia, além do mapeamento da qualidade das águas superficiais do Estado realizado por meio de ensaios físico-químicos, bacteriológicos e ecotoxicológico em amostras de quatro campanhas, quando são efetuadas coletas em 260 pontos.

Proágua O Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro (Proágua), graças a um acordo de empréstimo entre o Banco Mundial e o governo federal, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, beneficiou 43 mil habitantes das localidades que envolvem os

sistemas Araçuaí-1A, Araçuaí-1B e Diamantina, garantindo a ampliação da oferta de água de boa qualidade e promovendo o uso racional e sustentável dos recursos hídricos com ênfase na gestão participativa.

Minas está negociando com o Governo Federal, o Próagua Nacional, que destinará ao Estado recursos na ordem de R\$ 100 milhões aproximadamente.

O Fundo de recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO - completou seu primeiro ano de operação. Foram aprovados 15 projetos num valor total de R\$5.151.305,90. O ano de 2007 marcou o início das atividades de capacitação para elaboração de projetos para este fundo. Onze unidades de planejamento e gestão de recursos hídricos, sete comissões interinstitucionais de educação ambiental e mais de vinte municípios receberam orientações do Igam sobre como elaborar projetos para obter recursos do FHIDRO. Para garantir maior agilidade e eficiência na tramitação e aprovação de projetos, foi criada a Secretaria Executiva do FHIDRO e também a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da implementação físico-financeira dos projetos aprovados em seu âmbito. Além disso, as reuniões do Grupo Coordenador passaram a ser mensais, e foi criado um sítio na internet com informações atualizadas.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF)

Na gestão das florestas e da biodiversidade houve ampliação da base florestal produtiva, fiscalização e monitoramento das atividades de exploração, transporte e consumo de produtos da fauna e flora, elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável, promoção do desenvolvimento tecnológico da silvicultura, criação e implantação de áreas protegidas, efetivação do uso público de unidades de conservação, ampliação das áreas de vegetação nativa e conectividade entre fragmentos florestais, prevenção e combate a incêndios florestais, revisão e evolução dos instrumentos normativos e gestão compartilhada da fauna.

O IEF executou o cadastramento de produtores rurais, a formalização de parcerias com associações de reposição florestal e empresas privadas, a estruturação da produção e plantio de sementes e mudas visando ampliar a base florestal produtiva em 20 mil hectares e 5 mil hectares de área nativa plantada/ regenerada.

O governo criou 11 unidades de conservação, totalizando 80 mil hectares, abrangendo os parques estaduais Caminhos dos Gerais, Serra do Intendente, Montezuma, Pau Furado, Serra da Boa Esperança e diversas reservas particulares do patrimônio natural.

*Unidades de
conservação*

Foram regularizados, na questão fundiária, 32mil hectares de terras, concretizando o domínio e a posse do Estado sobre diversas áreas inseridas nos limites das unidades de conservação compostas pelo Parque Estadual do

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2008

Sumidouro, Parque Estadual Lagoa do Cajueiro, Parque Estadual da Mata Seca, Parque Estadual do Pico do Itambé, Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, Estação Ecológica do Tripuí, Parque Estadual Verde Grande e Parque Estadual de Grão-Mogol.

Foram desenvolvidas ações de estruturação das unidades de conservação, com a elaboração dos planos de manejo, criação e capacitação de conselhos consultivos e melhoria da infra-estrutura das áreas protegidas, para controle e garantia de proteção com vistas à implementação de atividades de uso sustentável dos recursos naturais.

*Prevenção,
controle e
combate a
incêndios
florestais*

Na prevenção, controle e combate a incêndios florestais foram realizados treinamentos de brigadistas, campanhas educativas e obras de infra-estrutura na base de Curvelo e sub-base de Januária. Está em fase de elaboração o projeto de recuperação da pista do aeroporto de Viçosa e construção da sede da base, objetivando uma maior agilidade no combate a incêndios em todo o Estado de Minas Gerais.

O esforço do governo estadual no combate aos incêndios florestais é reconhecido nacionalmente. Em 2007 apesar do número recorde de incêndios em decorrência das condições climáticas desfavoráveis, todos os incêndios ocorridos no Estado foram debelados.

No âmbito do Promata foram concluídas as obras nos parques Estaduais de Ibitipoca, Rio Doce, Papagaio, Floresta Estadual Uaimií e Estação Ecológica do Tripuí. O Promata já recompôs 5.900 hectares de mata atlântica no Estado de Minas Gerais. As negociações para a fase II do Promata, que está prevista para iniciar em 2009, já estão avançadas entre o banco alemão KfW e o governo brasileiro, com um aporte financeiro já garantido do banco alemão de 8 milhões de euros.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (FEAM)

A Feam teve suas atribuições alteradas para uma atuação mais focada nos aspectos de gestão ambiental estratégica com quatro eixos básicos – ar, solo, resíduos sólidos e energia – com ênfase em programas, projetos e pesquisas alinhado com as políticas governamentais, incluindo proposição de novos instrumentos de gestão ambiental, elaboração de cenários, mudanças climáticas e apoio à regularização ambiental.

*Centro Mineiro
de Referência
em Resíduos*

Em parceria com o Servas, foi implantado o Centro Mineiro de Referência em Resíduos. O centro é uma iniciativa pioneira no Brasil e atua como núcleo irradiador de informações, projetos e parcerias com a finalidade de estimular a reflexão e a ação da cidadania para os desafios da gestão integrada de resíduos. O objetivo é promover a articulação entre os setores público e privado, terceiro setor, comunidade acadêmica e sociedade civil na busca por alternativas para transformar resíduos em oportunidades de trabalho, renda e preservação dos recursos naturais.

Com o Programa Minas Sem Lixões, foi alcançada a meta de 38% da população urbana atendida com sistemas de disposição adequada de resíduos sólidos urbanos. Todas as informações sobre a gestão de resíduos urbanos no Estado estão disponibilizadas por meio do Inventário de Resíduos Sólidos, realizado em parceria com a Universidade Federal de Lavras, via internet, no site www.feam.br.

Os resíduos de serviços da saúde, problema bastante complexo para os gestores de saúde pública e meio ambiente, foram objeto de realização de quatro seminários técnicos para capacitação de técnicos do Sistema visando orientar a fiscalização da implantação dos Planos de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde.

O gerenciamento de barragens de contenção de resíduos e rejeitos em indústrias e minerações, alvo de grande número de ações por parte da Feam, foi consolidado, o cadastro das estruturas foi disponibilizado via Internet, e também foram executadas cinco campanhas de fiscalização integrada, abrangendo cerca de 110 barragens, para verificação da implementação das medidas recomendadas nos relatórios de auditoria encaminhados pelos empreendedores, que sinalizaram avanços na operação e manutenção desses sistemas.

*Gerenciamento
de barragens*

Buscando avançar na gestão de áreas contaminadas, está sendo desenvolvida uma proposta de deliberação normativa, a ser aprovada pelo Copam, visando iniciar o cadastro de áreas contaminadas no Estado, ferramenta básica para o Programa Estadual de Gestão de Áreas Contaminadas a ser iniciado em 2008. Foram também iniciadas ações para o Programa Solos de Minas para estudo, normalização e monitoramento do solo.

Ainda com vistas ao aperfeiçoamento da legislação ambiental, estão sendo discutidas, por meio de grupos de trabalho interinstitucionais, propostas de deliberações normativas, a serem aprovadas pelo Copam, definindo critérios para a disposição final adequada de resíduos gerados pela atividade siderúrgica e da destilação de álcool.

O programa Ambientação recebeu reconhecimento internacional tendo sido selecionado para o 1º Congresso Internacional de Educação Ambiental dos países lusófonos e Galícia, demonstrando a relevância da experiência de Minas Gerais. O programa, contando com mais de 5 mil colaboradores, completou 33 instituições participantes. Nessas instituições 70% dos resíduos gerados são destinados a reciclagem, gerando trabalho e renda para catadores de materiais recicláveis. No prédio do Sistema foi registrada redução de mais de 30% no consumo de água.

*Programa
Ambientação*

Outro avanço significativo foi o lançamento do programa na sede da Prefeitura de Araxá - primeira prefeitura municipal a ter o programa implantado.

O Estado concluiu o Primeiro Inventário das Emissões de Gases de Efeito-Estufa no Estado de Minas Gerais produzidas pelas atividades

*Inventário das
Emissões de
Gases de Efeito-
Estufa*

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2008

industriais, minerárias e agropecuárias, pelas mudanças no uso do solo e na cobertura florestal, pela produção e armazenamento de resíduos domiciliares e industriais, itens para alimentação, higiene, lazer, locomoção e diversos serviços prestados à população.

Foi assinado o convênio Semad/FIEMG/AMDA para início dos trabalhos de cálculo das emissões de gases de efeito-estufa por indústrias instaladas em um Agrupamento Produtivo Local (APL), a ser selecionado por essas entidades, com objetivo de obter sua neutralização por meio do plantio de matas com espécies nativas.

Foi consolidado o Grupo de Governança Ambiental na Região Metropolitana de Belo Horizonte, composto por órgãos estaduais, municipais e a sociedade civil, com o objetivo de conciliar a expansão urbana e a preservação ambiental na região.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) executou, em 2007, tendo como referência o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) e o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), sua missão de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas visando ao desenvolvimento econômico, social e institucional de Minas Gerais, além de coordenar as ações do estado nas áreas de gestão de recursos humanos, logísticos e tecnológicos, empreendendo também iniciativas de modernização administrativa e de saúde ocupacional.

No que se refere à gestão do macroprocesso de planejamento e orçamento estadual, ponto de destaque é a integração das equipes e rotinas de planejamento e orçamento propiciada pela unificação das superintendências centrais antes isoladamente responsáveis pelo planejamento e pela gestão orçamentária, mudança possibilitada pela reforma administrativa empreendida no início de 2007.

Integração das equipes e rotinas de planejamento e orçamento.

A elaboração do PPAG 2008-2011 constituiu o trabalho de maior envergadura durante o ano, sendo o projeto enviado à Assembléia composto por 129 programas associados, 69 especiais e 57 estruturadores, distribuídos em 14 áreas temáticas, totalizando aproximadamente 168 bilhões de reais a serem executados ao longo de todo o período.

Elaboração do PPAG 2008-2011.

Por sua vez, a LOA 2008, totalmente integrada ao PPAG, foi inovadora ao prever o montante histórico de R\$9,1 bilhões em investimentos e inversões financeiras (23%), incluindo o orçamento fiscal e o orçamento de investimento das empresas controladas pelo estado, em um montante total orçado de R\$39,88 bilhões.

R\$ 9,1 bilhões de reais em investimentos e inversões financeiras.

No que tange à gestão do processo de programação e alteração orçamentária, destaca-se a implantação do módulo de suplementações do Sistema Orçamentário (Sisor), racionalizando e uniformizando as rotinas de solicitação, análise e decisão dos pleitos formulados pelas unidades.

Outra inovação nesse processo é a concentração dos créditos adicionais de todas as unidades em um único decreto diário, evitando a publicação de inúmeros atos concomitantemente. Nessa perspectiva, a implantação do módulo de Decreto de Crédito Adicional no âmbito do Sistema de Gestão de Atos (Siga) constituiu iniciativa de sucesso, na medida em que informatizou a tramitação dos decretos orçamentários, simplificando e dinamizando todo o procedimento.

Com efeito, a implantação do armazém de informações Sigplan-Sisor, abarcando, inicialmente, toda a base de dados relativa à formulação do PPAG e da LOA, facilitou enormemente o acesso às informações de planejamento e orçamento.

A Superintendência Central de Gestão Estratégica dos Recursos e Ações do Estado (SCGERAES) trabalha com um conjunto de medidas de gestão que

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2008

visam a transformar a estratégia do governo em resultados. Seu principal foco é facilitar a condução dos projetos estruturadores do Governo de Minas Gerais, dinamizando o desempenho de cada um deles.

*Gerenciamento
intensivo dos
projetos
estruturadores
do governo.*

Nesse sentido, a SCGERAES garante a presença dos principais projetos de governo nos instrumentos de planejamento de longo (PMDI), médio (PPAG) e curto prazo (LOA); incorpora técnicas de gerenciamento intensivo de projetos; introduz mecanismos que propiciam o alcance das metas dos projetos estruturadores; permite avaliação da aderência dos recursos à estratégia global do governo; e favorece a condução de medidas corretivas.

Desde 2004, a SCGERAES desenvolve metodologia para o gerenciamento dos projetos estruturadores. Em 2007, com a elevação do número de projetos, a SCGERAES inovou em sua metodologia de mensuração e avaliação de resultados.

Atuando como um escritório de gerenciamento intensivo de projetos, a SCGERAES apoiou os órgãos/entidades da administração pública estadual responsáveis pelo gerenciamento e execução dos 57 projetos estruturadores, desde a fase de concepção até o detalhamento, com a realização das seguintes tarefas: formulação do objetivo, do escopo e respectivo detalhamento; formulação de premissas e da estrutura analítica de cada projeto; concepção de uma matriz de responsabilidade indicando atribuições às equipes responsáveis pela execução de cada etapa ou atividade; elaboração de indicadores; planejamento de custos; planejamento de convênios e suprimentos; gerenciamento de restrições, dificuldades e obstáculos pertinentes às ações implementadas; elaboração do plano de comunicação e de mudanças; definição estratégica de ações que se interligam para o alcance das metas do projeto; promoção de uma gestão focada nos resultados esperados de cada projeto; fomento ao comprometimento organizacional com os prazos e metas estabelecidas; definição de metas com análise da capacidade operacional; capacitação e sensibilização de gerentes e equipes; apoio ao envolvimento dos secretários no gerenciamento dos projetos; integração e envolvimento entre órgãos/entidades na fase de implementação.

*Monitoramento
sistemático de
projetos
multissetoriais*

A Superintendência Central de Coordenação Geral (SCCG), buscando alinhar as ações governamentais em consonância com o programa Planejamento e Articulação das Ações Governamentais, promoveu o acompanhamento sistemático de projetos com características multissetoriais que envolvem não somente a atuação de distintas unidades de governo como ainda parcerias com organizações multilaterais, como o Banco Mundial, o BID e o governo federal. Desse modo, esse acompanhamento foi realizado no Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR), Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur), Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos do Semi-Árido Brasileiro (Proágua Semi-Árido), Programa de Revitalização da MG-020, Estradas Ecoturísticas e Programa Lares Geraes Segurança Pública.

Nesse sentido, promoveu também o apoio aos órgãos e entidades da administração estadual na identificação e captação de recursos do governo federal, assim como articulou a negociação com a bancada de parlamentares

mineiros no Congresso Nacional em torno de emendas ao Orçamento Geral da União 2008, com o intuito de ampliar os recursos disponíveis para o financiamento de projetos estratégicos do governo mineiro.

De igual modo, a SCCG supervisionou termos de parceria com o terceiro setor, buscando garantir a conjunção de interesses do setor público com as atividades desempenhadas pelas organizações da sociedade civil. Neste tópico, contribuiu na negociação do termo de parceria com o movimento das donas de casa (MDC), na elaboração e supervisão do termo de parceria firmado com o Instituto de Governança Social (IGS), bem como na supervisão do termo de parceria com o Instituto Qualivida.

Reestruturação do fórum de superintendentes de planejamento, gestão e finanças.

Destaca-se igualmente a reestruturação do fórum de superintendentes de planejamento, gestão e finanças, tornando-o mais participativo e democrático. Em 2007, a Seplag promoveu seis fóruns dessa natureza.

A SCCG elaborou, ainda, um diagnóstico da situação atual e do perfil dos conselhos estaduais existentes na estrutura da administração estadual, criou uma proposta de sítios para estes conselhos, assim como operacionalizou o processo de capacitação de conselheiros.

Em 2007, o acompanhamento e o controle dos convênios de captação de recursos pela administração estadual continuou sendo realizados por meio do módulo de entrada do Sistema de Gestão de Convênios (Sigcon), o qual fora aprimorado com novas funcionalidades. Nesse quadro, foram implementadas a estimativa de receita de convênios para o exercício de 2008 e a programação quadrimestral de cotas orçamentárias.

Aprimoramento do Sistema de Gestão de Convênios (Sigcon).

No intuito de capacitar os servidores responsáveis pelo registro de dados no Sigcon, a Seplag realizou o treinamento de 96 servidores de órgãos/entidades beneficiados com recursos de convênios e portarias. Dessa forma, a capacitação abordou a legislação relacionada à execução de convênios e a operação do sistema.

A Superintendência Central de Recursos Logísticos e Patrimônio (SCRLP) é responsável pelos programas Gestão de Patrimônio Público e Gestão Estratégica de Suprimentos. O primeiro tem como objetivo a melhoria da gestão de patrimônio público, buscando otimizar a utilização, a cessão de uso e a alienação do patrimônio público do estado. Já o programa Gestão Estratégica de Suprimentos objetiva definir estratégias de suprimento de materiais e serviços de qualidade, de forma que os órgãos e entidades prestem serviços de qualidade e baixo custo, cumprindo sua finalidade institucional.

O programa Gestão Estratégica de Suprimentos (GES), que se caracteriza pela aplicação inovadora da metodologia *strategic sourcing* em compras governamentais, teve início em julho de 2006 e foi implantado, durante 2007, em vários setores como saúde (medicamentos básicos e excepcionais e refeições hospitalares), obras (Programa de Recuperação de Rodovias Estaduais-Pro-MG), defesa social (refeições para delegacias, presídios e penitenciárias), governança eletrônica (equipamentos de informática e

Programa Gestão Estratégica de Suprimentos.

impressão), educação (material de escritório e consumíveis), tendo a preocupação com critérios de sustentabilidade com vasto alcance social, ao contemplar famílias de compras com características multidisciplinares relevantes nas ações estratégicas do estado. A expectativa é de se obter uma economia de 60 a R\$80 milhões nos próximos 12 meses. Nesse sentido, resultados preliminares indicam uma economia de R\$ 6 milhões nas primeiras compras efetivadas com a aplicação dessa nova estratégia de aquisição, que leva em conta as características específicas de cada grupo de suprimentos. A partir dos primeiros resultados obtidos, pretende-se dar continuidade ao Programa GES, propiciando a extensão de melhores práticas de gestão de suprimentos a outras famílias de compras.

A opção do Governo de Minas pela modalidade pregão eletrônico em sua política de compras já levou a reduções significativas de custo nas licitações, destacando a transparência que o processo proporciona, inclusive disponibilizando para os cidadãos todas as informações referentes às compras. Outro importante avanço é a maior utilização do sistema de registro de preços, reduzindo o número de processos de compras no estado. Nesse sistema, uma unidade se responsabiliza pelo gerenciamento da compra, propiciando a participação concomitante de inúmeros órgãos/entidades no processo, o que favorece maior economia em virtude de as compras serem empreendidas em maior escala.

*Implantação do
banco de
melhores preços
no SIAD.*

Outra conquista no exercício foi a implantação do módulo banco de melhores preços do SIAD, cujas atualizações das fórmulas de cálculo dos preços de referência são realizadas pelo Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD). O objetivo é balizar os processos de compras realizados pelos órgãos/entidades do estado com os preços históricos praticados em Minas Gerais (presentes, no caso das aquisições da administração estadual, no armazém de informações do SIAD). Esse banco de preços consta inclusive na agenda setorial da Seplag como ferramenta indispensável para subsidiar a elaboração do planejamento de compras de 2008. Para tanto, foram igualmente produzidas notas técnicas e relatórios contendo indicadores primários e secundários da cadeia de suprimentos com modelos que possibilitam acompanhar a evolução do consumo de cada unidade, bem como o perfil de suas aquisições.

*Tratamento
diferenciado
para micro e
pequenas
empresas nas
aquisições da
administração
estadual.*

Algumas ações do projeto estruturador Descomplicar estão relacionadas à SCRLP como a publicação do decreto que dispõe sobre o tratamento diferenciado e simplificado a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte nas aquisições públicas da administração estadual, a sua respectiva regulamentação por meio de resoluções de procedimento, a identificação do porte das empresas no cadastro geral de fornecedores do SIAD, bem como parceria com a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG), possibilitando o atendimento aos fornecedores nos postos do Minas Fácil em 2008.

Nesse sentido, houve a integração de bases de dados com a JUCEMG, com o objetivo de realizar o enquadramento das empresas registradas no estado, para concessão dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006. Estas ações contribuirão para a simplificação das relações entre a

administração estadual e as microempresas e empresas de pequeno porte, com adaptações no SIAD a fim de efetivar a cotação eletrônica de preços para as referidas empresas, bem como alterações no pregão, de forma a propiciar um atendimento preferencial.

A correção e a padronização dos itens de materiais constantes do módulo de materiais e serviços do SIAD já padronizou cerca de 12.000 itens de diferentes tipos de materiais por empresa de consultoria altamente especializada, para a melhoria do processo de compras. Igualmente, fora contratada empresa especializada para auditoria no processo de gestão de suprimentos do Estado de Minas Gerais. O objetivo desta contratação é diagnosticar os ambientes administrativo, operacional e tecnológico que suportam os processos de suprimentos realizados pelo Poder Executivo, de forma a identificar a aderência destes às necessidades de controle e segurança requeridas para assegurar a integridade, a validade e o sigilo das informações processadas pelos sistemas de informação. Em 2007, foram realizadas cinco das nove fases previstas em contrato.

Correção e padronização dos itens de materiais.

Destaca-se, também, a assinatura de acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que autoriza o Estado de Minas Gerais a utilizar o sistema de compras eletrônicas para aquisição de bens com recursos de empréstimos contratados ao banco. Vale destacar que o Banco Mundial (BIRD) já havia dado esta permissão, de forma que Minas Gerais é o único estado federado no mundo com a segurança do sistema validada pelo referido banco. Para tanto, foram realizadas adaptações do pregão eletrônico, dando maior celeridade à condução do certame.

Em relação à gestão de imóveis do estado, houve o aperfeiçoamento do sistema imobiliário de Minas Gerais (SIM), bem como o aprimoramento dos procedimentos relativos ao lançamento e atualização de dados. Em 2007, o foco dos trabalhos se concentrou nos processos, a partir da ampliação das instruções processuais, de forma a apresentar à Advocacia Geral do Estado (AGE) os documentos dos imóveis ainda não registrados. Dessa forma, foram cadastrados cerca de 200 imóveis, inclusive com a atualização do patrimônio, sem contar o trabalho permanente de baixa e inserção de bens, sendo regularizados cerca de mil imóveis até novembro de 2007, e a análise dos documentos dos imóveis, visando à sua atualização no sistema, ultrapassou duas mil unidades.

Melhoria do sistema imobiliário de Minas Gerais (SIM)

De igual modo, em busca de uma gestão mais eficiente, já foram cadastrados no SIAD mais de 1,2 milhão de itens de material permanente (bens patrimoniados), assim como 90% dos almoxarifados de material de consumo, trazendo como benefício maior controle no acompanhamento de estoques pela administração.

A bolsa de materiais recebeu e realocou mais de oito mil itens de material que estavam em desuso, repassando-os a órgãos e entidades, evitando aquisições da ordem de dois milhões de reais. Nesse contexto, a bolsa de materiais recebeu da Advocacia Geral do Estado, por meio de recuperação de ativos, oriundos de dações em pagamento e processos de

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2008

parcelamento excepcional de débitos, materiais com valor total aproximado de R\$1,6 milhão.

*R\$ 8,2 milhões
recuperados por
meio da
alienação de
1.337 veículos.*

O setor de transportes encaminhou para emplacamento 1.171 veículos, auxiliando no processo de renovação da frota oficial do estado. Também promoveu 10 leilões de veículos em 2007, alienando 1.337 veículos, o que permitiu a recuperação de R\$8,2 milhões para o tesouro estadual.

Ressalta-se como de grande importância a conclusão das melhorias necessárias nos módulos do SIAD para a implantação dos postos orgânicos coletivos, em que o abastecimento em postos próprios do estado é solicitado pelo responsável da garagem, validado por senha do motorista e realizado com baixa automática no estoque da unidade. São mais de 4.500 veículos gerenciados pelo módulo frota, possibilitando o devido controle de uso. Com a implantação do processo de controle de combustíveis por meio desse módulo, os dados de abastecimento dos veículos são transmitidos *on-line*, permitindo o acompanhamento do consumo dos veículos em tempo real. Dezenove órgãos/entidades realizam o controle por meio desse módulo, indicando o sucesso dessa experiência. Assim, nos próximos meses, o trabalho será de ampliação da abrangência desse processo, de modo que toda a frota da região metropolitana esteja integrada ao sistema.

E, de forma inédita no país, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas e o Ministério Público assinaram termo de adesão para uso do sistema eletrônico de compras do estado por meio de resolução que lhes propiciará os mesmos benefícios que o Poder Executivo tem nas compras eletrônicas. Trata-se de uma ação importante, na medida em que possibilitará a realização de compras compartilhadas, ampliando o poder de compra ao mesmo tempo que propicia a redução do custo dos processos.

*Desativação do
antigo sistema
de pagamento
em março de
2007.*

A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, após concluir a implantação do novo módulo de pagamento do Sistema de Administração de Pessoal (Sisap), no ano de 2006, desativou o antigo sistema de pagamento em março de 2007, passando a utilizar o novo módulo com total segurança nas operações.

A Superintendência Central de Administração de Pessoal (SCAP) desenvolveu, em 2007, o tutorial de todas as rotinas de pagamento do novo módulo, tendo como principais atividades o treinamento dos servidores das áreas de pagamento dos órgãos/entidades da administração direta e indireta; o treinamento dos servidores das áreas de recursos humanos de 32 instituições da administração indireta, para entrada de dados que compõem as certidões de tempo de serviço; a reestruturação do Sisap para registro dos novos cargos comissionados, funções gratificadas e gratificações estratégicas, conforme define as Leis Delegadas 174 e 175 de 26/1/2007.

*Implantação do
Portal do
Servidor.*

A Seplag, buscando a modernização da gestão administrativa e considerando a necessidade da produção de informações precisas sobre recursos humanos no âmbito do Poder Executivo estadual, implantou em dezembro de 2007 o Portal do Servidor, que contém informações sobre dados pessoais, funcionais e financeiros dos servidores civis do Poder Executivo

registrados no Sisap. O novo site tem por objetivo permitir ao servidor acesso às informações de sua vida funcional e de seu pagamento bem como maior controle na administração de pessoal.

Encontra-se em desenvolvimento, sob a gerência da SCAP, a interface do Sistema de Gestão de Concursos Públicos (Sigecop) com o Sisap, o qual controlará a reserva e ocupação de vagas disponibilizadas em edital por carreira e instituições da administração direta e indireta. O objetivo é promover maior controle e eficiência na gestão de concursos públicos, permitindo maior transparência em relação ao provimento de cargos.

Outro trabalho desenvolvido pela SCAP, em 2007, foi o ato de efetivação de 98.697 servidores designados em 110.768 cargos da Secretaria de Estado de Educação, conforme critérios previstos na Lei Complementar n.º 100, de 6 de novembro de 2007.

*Efetivação de
98.697
servidores
designados.*

Em novembro de 2007, a Seplag, juntamente com o Banco do Brasil, realizou a transferência de contas bancárias de aproximadamente 300 mil servidores civis do Poder Executivo. Essa transferência compreendeu atividades de planejamento, comunicação com os servidores e com as unidades da administração direta e indireta, controle, monitoramento e execução da gravação eletrônica dos novos dados bancários dos servidores no Sisap.

*Transferência
das contas
bancárias dos
servidores civis
do Poder
Executivo.*

Em 2007, a Lei Delegada n.º 26 transferiu as competências de coordenação e supervisão dos Postos de Serviços Integrados Urbanos (PSIUs) para a Seplag, especificamente para a Superintendência Central de Governança Eletrônica. Tendo em vista ampliar a qualidade, a agilidade, a transparência e a economicidade dos serviços prestados aos cidadãos, a Superintendência Central de Governança Eletrônica implementou diversas iniciativas, entre as quais a reestruturação dos PSIUs, a fim de prover adequada infra-estrutura de tecnologias de informação e comunicação. Esta iniciativa, empreendida por meio do Programa Governança Eletrônica, pretende buscar a modernização dos PSIUs, tendo como objeto a capacitação de servidores e a readequação das arquiteturas de *hardware*, *software* e redes com ênfase na integração de sistemas e banco de dados.

*Modernização
dos Postos de
Serviços
Integrados
Urbanos
(PSIUs).*

Como primeira ação para um novo modelo de atendimento ao cidadão, foi realizado diagnóstico de estrutura, gestão e qualidade da prestação de serviços em cada posto. Desse modo, o diagnóstico possibilitou a reestruturação imediata das unidades do Barreiro e de São João del Rei ainda em 2007.

O governo mineiro decidiu intensificar seus esforços de impulsionar a integração da administração estadual na sociedade da informação por meio da rede governo e formulação de políticas de tecnologia de informação e comunicação (TIC).

Daí o projeto para implantação de uma rede corporativa convergente como solução para o provimento de serviços de suporte à comunicação

simultânea de dados, de voz e de vídeo. A rede corporativa deverá ser baseada na tecnologia IP e capaz de prover também acesso à internet e serviço de trânsito internet. Este acréscimo de disponibilidade permitirá que as comunicações entre os órgãos/entidades da administração estadual, bem como entre esses e os cidadãos, sejam quantitativa e qualitativamente adequadas, tornando possível levar os serviços de *e-governo* ao alcance de todos os cidadãos.

Projeto
estruturador
Governança
Eletrônica.

Além da criação da rede governo, outra importante ação é a elaboração, por meio do projeto estruturador Governança Eletrônica, de política e modelo de gestão de TIC. Este projeto será responsável pela elaboração do planejamento estratégico de TIC do Poder Executivo contendo: as políticas para as áreas de TIC; estratégias de definição e implementação de serviços, processos e sistemas de informação; modelo de governança de TIC; definição e implementação de ações de médio e curto prazo para a operacionalização das estratégias; e fomento da elaboração dos planos diretores de TIC setoriais em conformidade com a política central.

Ampliação da
rede corporativa
de telefonia
móvel.

O projeto Edital de Telefonia Móvel-Rede Corporativa tem como objetivo prover o nível estratégico das instituições públicas mineiras com aparelhos telefônicos celulares formando uma rede corporativa englobando todo o primeiro e o segundo escalões do Poder Executivo. A iniciativa foi o primeiro passo para a uniformização da gestão de telefonia móvel na administração estadual. Em 2005, foi realizada a primeira licitação na modalidade licitatória conhecida como registro de preços, iniciativa pioneira para esse tipo de serviço no estado, que resultou em tarifas, em média, 80% abaixo do mercado. O objetivo dessa nova licitação é ampliar a abrangência da rede corporativa de telefonia móvel da RMBH para todos os municípios mineiros que possuam cobertura, de acordo com os critérios de acesso à rede definidos no processo Seplag 001/2005.

O projeto de elaboração de um registro de preços da família de compras de informática empreendeu aquisições de diversas unidades da administração estadual, abarcando microcomputadores, *notebooks* e servidores de terminal. Devido à grande demanda, foram conseguidos preços competitivos abaixo dos praticados no mercado, com uma economia de aproximadamente R\$ 35 milhões em comparação com os preços de referência.

No início de 2007, foi finalizada a especificação de uma plataforma que vai suportar a gestão eletrônica de conteúdos, a gestão de processo de negócios e a integração de sistemas da administração estadual denominado plataforma de gestão eletrônica de conteúdo, gestão de processos de negócio e integração de sistemas (Aurus). A implantação do Aurus trará para o estado um repositório centralizado de processos e documentos; capacidade de gerenciar fluxos de trabalho para outros sistemas, reduzindo o custo de desenvolvimento; agilidade na definição e alteração de processos, acompanhamento preciso da execução; tramitação eletrônica de documentos; agilidade no acesso à informação, entre outros benefícios.

Implantação da
Biblioteca
Virtual do
Estado de
Minas Gerais.

Em agosto de 2007, foi implantada a Biblioteca Virtual do Estado de Minas Gerais Raymundo Nonato de Castro, com o objetivo de recuperar,

reunir, preservar e armazenar textos, em sua versão integral, de toda a produção bibliográfica não publicada pelas instituições públicas da administração estadual. O projeto-piloto foi a biblioteca da Fundação João Pinheiro com a digitalização de 5.162 relatórios e mapas. Até novembro de 2007 já tinham sido baixados cerca de 2.100 documentos, o que demonstra a disseminação da informação e democratização do acesso aos documentos, contribuindo para o desenvolvimento social, científico e econômico de Minas Gerais.

A criação do projeto Padrão de Conteúdos Informacionais para os Sítios do Poder Executivo contribuiu diretamente para o alcance do objetivo estratégico de ampliar a utilização do governo eletrônico, dando ênfase à prestação de serviços ao público, como um dos resultados finalísticos da área de resultados Qualidade e Inovação em Gestão Pública. Desse modo, até novembro já foram produzidos 1.034 conteúdos de um quantitativo programado de 1.160 até dezembro de 2007.

O projeto Quiosques de Auto-Atendimento busca atender à ação de inovação, melhoria e ampliação progressiva da prestação de serviços ao cidadão por meio da internet e outros recursos de TIC. O projeto disponibilizará a instalação de cinco terminais de auto-atendimento, como projeto-piloto, em alguns postos de atendimento do governo ao cidadão.

*Projeto
Quiosques de
Auto-
Atendimento*

O Programa Choque de Gestão tem por objetivo reorganizar e modernizar o arranjo institucional de gestão do estado para valorizar o servidor, fazer mais e melhor com menos e gastar menos com o próprio estado e mais com o cidadão. Em continuidade às ações de valorização e desenvolvimento do servidor e de gestão por resultados, o projeto estruturador Choque de Gestão - Pessoas, Qualidade e Inovação na Administração Pública contemplou, em 2007, iniciativas relacionadas ao aperfeiçoamento das metodologias e à modificação do marco legal, com o fim de aprimorar e aprofundar o processo em curso de modernização institucional.

*Programa
Choque de
Gestão.*

No que se refere à política de alinhamento e avaliação institucional, denominada em Minas Gerais de acordo de resultados, foi elaborada e implementada uma substancial revisão de metodologia. Com o objetivo de integrar todos os instrumentos de planejamento do estado, possibilitando a concretização da estratégia governamental, e também favorecer o engajamento e o compromisso dos servidores de nível operacional, o processo de pactuação de resultados foi dividido em duas etapas. Uma primeira etapa pactua resultados agregados e sistêmicos, envolvendo os sistemas operacionais de planejamento e execução de políticas públicas, como os sistemas de educação, saúde e defesa social. Essas metas agregadas são os indicadores de resultados finalísticos (já definidos e aprovados no PMDI), a taxa de execução dos projetos estruturadores, os marcos da agenda setorial do choque de gestão, além de indicadores de racionalização de gastos. Dentro dessa nova dinâmica, os 20 acordos de resultados assinados em 2007 envolvem 61 instituições.

*Política de
alinhamento e
avaliação
institucional.*

Por sua vez, a 2ª etapa vai refletir o detalhamento da estratégia pactuada na 1.ª etapa em ações e indicadores detalhados por equipe em cada

*Detalhamento
da estratégia de
governo em
ações e
indicadores
pactuados por
equipe.*

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

órgão/entidade, buscando o alinhamento estratégico com elevada participação e mobilização interna dos servidores. Nesse sentido, ainda em 2007, foi iniciado em diversas secretarias e entidades um processo de alinhamento estratégico, cujo produto final será a pactuação da 2ª etapa com um conjunto de indicadores, metas e ações detalhados por equipe.

Em consonância com esse modelo, há uma nova lógica de pagamento de prêmio por produtividade, que foi consolidada pelo envio à Assembléia Legislativa da proposta de revisão da Lei n.º 14.694 de 2003, que dispõe sobre o acordo de resultados e o prêmio de produtividade. Este projeto de lei, além de promover diversas melhorias pontuais no modelo, permite o pagamento do prêmio por equipe de trabalho, garantindo maior percepção do incentivo pelas diversas equipes responsáveis pela execução do acordo de resultados.

Não obstante, em paralelo ao desenvolvimento e implementação da metodologia referida, foram realizados pagamentos de prêmio por produtividade de diversos órgãos/entidades em virtude de acordos de resultados anteriormente celebrados. Desse modo, em 2007, foi pago um valor global de R\$55,05 milhões para mais de seis mil servidores das seguintes instituições: Advocacia Geral do Estado, Auditoria Geral do Estado, Secretaria de Estado de Fazenda, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Fundação Estadual do Meio Ambiente, Instituto Mineiro de Gestão das Águas e Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais.

*Celebração de
seis novos
termos de
parceria entre o
poder público e
a sociedade civil
organizada.*

O alinhamento às estratégias do governo e aos resultados definidos no PMDI também se efetiva por meio da contratualização de resultados entre o poder público e a sociedade civil organizada. Com o objetivo de fomentar a relação entre esses atores, em 2007, foram celebrados seis novos termos de parceria entre os seguintes atores: Secretaria de Estado de Defesa Social e Associação Preparatória de Cidadãos do Amanhã (Aprecia); Secretaria de Estado de Esportes e Juventude e o Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento do Esporte Educação e Cultura (IBDEEC); Secretaria de Estado de Esportes e Juventude e a associação De Peito Aberto; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e o Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS); Secretaria de Estado de Governo e o Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais; Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais (CEMAIS). Desse todo, destaca-se o Programa Poupança Jovem, ação estratégica a ser implementada pelo governo, que é o tema da parceria entre o CEMAIS e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

Considerando, ainda, a necessidade de aperfeiçoar o modelo de parceria em questão, foi encaminhado à Assembléia Legislativa o projeto de lei n.º 1.582/07, que propõe alterações na legislação mineira que regulamenta as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

Como uma das frentes relacionadas às políticas de recursos humanos, o processo de avaliação de desempenho individual obteve avanços com a publicação da Lei Complementar n.º 96, de 17 de janeiro de 2007, e que revogou alguns dispositivos da Lei Complementar n.º 71, que geravam

*Avaliação de
desempenho
individual.*

amarras no processo e impossibilitavam uma avaliação mais efetiva e que refletisse realmente as peculiaridades das funções desempenhadas pelos inúmeros servidores avaliados.

Com isso, uma nova regulamentação do processo de avaliação foi consolidada por meio do Decreto n.º 44.559, publicado em 29 de junho de 2007, estabelecendo novas regras para a avaliação de desempenho individual dos servidores estáveis da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, que visam à simplificação e à flexibilização do processo e, principalmente, à qualidade e à efetividade da avaliação como instrumento de gestão do desempenho dos servidores. Uma das mudanças introduzidas foi a alteração do período avaliatório, que agora coincidirá com o exercício financeiro (de 1º de janeiro a 31 de dezembro), o que permitirá maior integração entre os instrumentos de planejamento e gestão nos órgãos e entidades, facilitando o processo de alinhamento das metas a serem cumpridas por cada servidor com as metas institucionais. Em 31 de dezembro de 2007, concluído o 3º período avaliatório, a previsão é de que 125 mil tenham sido avaliados.

Paralelamente, foram implementadas várias melhorias e novas funcionalidades no Sistema de Avaliação de Desempenho (Sisad) que, em dois anos de implantação, conta com mais de 234 mil processos lançados.

No que diz respeito aos resultados das ações de desenvolvimento do servidor, no ano de 2007, os órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual destinaram o montante de R\$ 8,16 milhões para a execução de ações de capacitação para os servidores. Nesse contexto, com o objetivo de ampliar a execução das referidas ações, a Seplag suplementou R\$ 774,83 mil no orçamento de 21 órgãos e entidades.

Política de desenvolvimento do servidor.

No que tange às ações de educação profissional, foram ofertadas às unidades, em parceria com a Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, vagas em 15 cursos de diversas áreas de conhecimento, a fim de aprimorar o desempenho da administração pública. Dessa forma, no 1º semestre foram capacitados cerca de mil servidores e, no 2º semestre, o mesmo número de servidores, representando um valor de R\$ 431,79 mil.

Durante 2007, a Superintendência Central de Políticas de Recursos Humanos (SCPRH) coordenou, em parceria com a Fundação João Pinheiro, com a Superintendência Central de Recursos Logísticos e Patrimônio e com a Superintendência Central de Modernização Institucional, cursos que contaram com a participação de 705 servidores, o que resultou em um desembolso de R\$ 147,23 mil. Igualmente, no intuito de contribuir para a elevação da escolaridade dos servidores (abarcando os níveis fundamental e médio), o Programa Minas Educar contou com a participação de 6.818 pessoas.

Como outros resultados da política de desenvolvimento do servidor, o Governo de Minas firmou sete convênios com instituições de ensino superior objetivando beneficiar os servidores estaduais e seus dependentes, facilitando

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2008

o acesso às ações de educação superior por meio do pagamento de mensalidades com descontos que variam entre 10% e 30%. Daí ser importante ressaltar a conclusão da 1.^a turma do curso de especialização em gestão estratégica de pessoas da Fundação Getúlio Vargas, com 59 servidores formados. O referido curso contribuiu para o fortalecimento das unidades de recursos humanos e o compartilhamento de experiências institucionais.

Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE).

De igual modo, foi iniciada, em 2007, a execução do projeto estadual referente ao Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE), convênio celebrado com o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, com o objetivo de fortalecer as ações em desenvolvimento pelo Programa Choque de Gestão. Assim, houve, com recursos do PNAGE, a participação de servidores em treinamentos, cursos e seminários constantes da política de desenvolvimento do servidor, assim como ações de capacitação para os servidores da unidade de coordenação estadual do PNAGE (UCE).

Na área de modernização institucional, além das ações presentes no projeto estruturador Choque de Gestão, merecem destaque também as referentes à otimização de processos e de modelagem organizacional realizadas em 2007.

Racionalização de processos.

A racionalização de processos envolve a avaliação e melhoria dos processos organizacionais, utilizando tecnologias e ferramentas de gestão que possam trazer benefícios à atuação da administração pública direta, autárquica e fundacional. Nesse sentido, em 2007 concluiu-se o Manual de Racionalização de Processos, a finalização do projeto-piloto de planejamento da força de trabalho, a implantação do Sistema de Gestão de Atos em duas superintendências e a aplicação da metodologia de racionalização de processos nos seguintes órgãos: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria de Estado de Esporte e Juventude; Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social-Sistema Nacional de Emprego (SINE); e Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Além disso, foi identificada a cadeia de valor de todos os processos existentes na Seplag e dos processos da área-meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Os trabalhos desenvolvidos tiveram como principal foco apoiar os projetos estruturadores e as unidades que tinham como meta, no acordo de resultados, o redesenho de processos.

Reestruturação organizacional e dos cargos comissionados.

A reestruturação organizacional e dos cargos comissionados ocorrida no início de 2007, de forma semelhante ao início do primeiro mandato e com vistas a facilitar a implementação do programa de governo “Pacto por Minas: Estratégias para a Transformação Social”, utilizou o instrumento da delegação de atribuição para elaboração de leis. Desse modo, com respaldo na Resolução n.º 5.294, de 15 de dezembro de 2006, foram editadas 67 leis delegadas, entre as quais a Lei Delegada n.º 112, de 25 de janeiro de 2007, que representa o marco inicial na reestruturação do aparelho estatal mineiro ao definir a organização e a estrutura da administração pública do Poder Executivo. Por meio desta Lei Delegada, foram criados o Programa Estado para Resultados, a Secretaria de Estado de Esportes e de Juventude e a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. Ainda neste processo, pelas Leis

Delegadas n.º 174 e 175, de 26 de janeiro de 2007, foi implantada uma nova sistemática de cargos de provimento em comissão e funções de confiança como um mecanismo auxiliar na gestão por resultados.

O programa Gestão de Recursos Humanos tem por premissa fomentar o desenvolvimento de recursos humanos para a melhoria da formação e capacitação do servidor, promovendo a articulação entre órgãos e entidades, tendo em vista uma administração pública ágil, flexível e eficiente. Nessa perspectiva, a Superintendência Central de Recursos Humanos, em relação à provisão de pessoas para a administração pública, vem atuando em duas frentes, empreendendo ações inovadoras e que repercutem sobre a eficiência do provimento de cargos efetivos e comissionados. Com relação aos cargos efetivos, vêm sendo realizados, continuamente, concursos públicos, objetivando a recomposição dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades, o suprimento dos déficits decorrentes de aposentadorias e ainda a substituição de mão-de-obra terceirizada, em cumprimento às disposições constitucionais. Dessa maneira, em 2007, foram ofertadas mais de 5 mil vagas em edital.

*Programa
Gestão de
Recursos
Humanos.*

Para aumentar a eficiência da gestão dessa política de provisão, foi criado o Sistema Informatizado de Gestão de Concursos Públicos (Sigecop). Esse sistema contempla a gestão do processo do início ao fim, desde a reserva de vagas até o ingresso do candidato no serviço público, compatibilizando a execução dos concursos com as necessidades de melhoria de aspectos relativos a provimento.

*Criação do
Sistema de
Gestão de
Concursos
Públicos
(Sigecop).*

Para os cargos de provimento em comissão, foi instituída, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, a certificação ocupacional, processo de avaliação desenvolvido para atestar as competências necessárias ao desempenho das atividades relacionadas com as funções a serem ocupadas. Em 2007, a certificação ocupacional levou em conta as funções exercidas pelos dirigentes máximos das áreas de planejamento, gestão e finanças dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e para os cargos ocupados pelos titulares das gerências regionais de saúde da Secretaria de Estado de Saúde.

*Certificação
ocupacional.*

As principais ações pertinentes às carreiras e à remuneração dos servidores do Poder Executivo, no exercício de 2007, foram: concessão de reajustes salariais para os policiais civis, militares, bombeiros militares, agentes de segurança penitenciários, agentes de segurança socioeducativos, servidores das carreiras de professor de educação básica, especialista em educação básica, analista de educação básica, assistente técnico de educação básica, assistente de educação, auxiliar de serviços de educação básica (com jornada de 30 horas semanais) e para as carreiras do pessoal civil da Polícia Militar, bem como para os diretores e secretários de escola, além de elevar o valor de gratificação devida aos servidores das carreiras de auditor fiscal da receita estadual e gestor fazendário.

Houve também reestruturação da carreira de defensor público, com implementação do regime de subsídio; regulamentação das atribuições dos cargos das carreiras dos grupos de atividades agricultura e pecuária, educação superior, transportes e obras públicas, meio ambiente e desenvolvimento

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

sustentável, cultura, desenvolvimento econômico e social, ciência e tecnologia, planejamento, gestão, tesouraria, auditoria e atividades político-institucionais do Poder Executivo; autorização para implementação de progressão na carreira para cerca de 50 mil servidores das carreiras dos grupos de atividades educação básica, educação superior, saúde, bem como para os servidores do quadro de pessoal civil da Polícia Militar e especialistas em políticas públicas e gestão governamental; autorização para concessão de promoção por escolaridade adicional para servidores de 10 órgãos e entidades que concluíram cursos entre 1/7/2006 e 30/6/2007; pagamento do adicional de desempenho (ADE) para os servidores que ingressaram no serviço público estadual após a Emenda à Constituição Estadual n.º 57, de 15 de julho de 2003 que não fazem jus a adicionais por tempo de serviço e concluíram o período de estágio probatório até 31/12/2006; e elaboração de leis e decretos que tratam do posicionamento e lotação de servidores.

De igual modo, foi elaborado um plano de ação voltado para a motivação dos servidores públicos, item constante na agenda setorial, que será implementado inicialmente na Seplag e posteriormente ampliado para os demais órgãos e entidades do Poder Executivo.

*Conclusão do
perfil de
competências
do gestor
público.*

Destaca-se também, em 2007, a conclusão do perfil de competências do gestor público, uma das ações do projeto estruturador Ampliação da Profissionalização dos Gestores Públicos, em execução pela Superintendência Central de Política de Recursos Humanos. Nessa perspectiva, esse perfil poderá ser utilizado como entrada para os subsistemas de certificação ocupacional, desenvolvimento gerencial e avaliação de desempenho dos gestores públicos, bem como para os sistemas de seleção profissional, de recompensa e de reconhecimento.

*Centro
Administrativo
do Estado de
Minas Gerais.*

O Choque de Gestão busca, em sua concepção e desdobramentos, chegar à efetivação de um desenho institucional mais moderno e dinâmico, consubstanciado na formação de uma base comum na estrutura-meio, capaz de integrar planejamento, gestão e finanças à mesma unidade administrativa. A partir desta concepção estruturadora, cria-se a demanda pela centralização dos serviços da administração pública em um mesmo local, surgindo então a manifestação expressa da vontade de implantar o Centro Administrativo de Minas Gerais (CAMG).

Na execução dos procedimentos que viabilizam esta vontade, verifica-se que, além dos ganhos de eficiência a serem propiciados à máquina pública, há também ganhos sociais significativos, dentre os quais a disponibilização, para fins de lazer e cultura, do complexo arquitetônico da Praça da Liberdade, bem como a modificação positiva dos padrões de uso e ocupação da área que circunda o Centro Administrativo, a ser construído na área do antigo hipódromo Serra Verde, localizado no vetor norte de Belo Horizonte.

Dada à complexidade de tal empreendimento, o Centro Administrativo está sendo implementado em várias frentes simultâneas, e cabe à Seplag a viabilização ambiental do projeto e toda a logística necessária para a implantação e operação do Centro Administrativo.

Para viabilização ambiental do projeto, cabe destacar a obtenção da licença provisória em junho de 2007 e da licença de implantação do Centro Administrativo em novembro de 2007, bem como o trabalho realizado entre as comunidades locais para sensibilização e envolvimento, de tal forma a garantir o andamento regular do projeto.

Relativamente ao projeto de implantação e operação, as ações têm-se pautado pelo desenvolvimento de estudos para a verificação de melhores opções de prestação de serviços aos servidores, assim como aos cidadãos que demandarão o atendimento das unidades que migrarão para o Centro Administrativo, tudo isso em consonância com esforços de racionalização e otimização da relação custo/benefício da implantação e operação do CAMG.

*Programa de
Saúde
Ocupacional.*

A Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional realizou 152 levantamentos em ambientes de trabalho com o objetivo de eliminar ou minimizar situações insalubres/perigosas e, quando isso não foi possível, concedeu adicionais de insalubridade ou periculosidade.

O Programa de Saúde Vocal, priorizado em 2007, realizou 222 palestras com a distribuição de cartilhas explicativas, objetivando instruir os professores estaduais sobre o uso profissional adequado da voz.

*Programa de
Saúde Vocal.*

Igualmente, houve aperfeiçoamento da estrutura responsável pela realização de perícias médicas na administração estadual, abrangendo a capacitação de 231 pessoas (entre peritos e pessoal administrativo), abarcando os procedimentos periciais e a respectiva legislação. Nesse contexto, em 2007 há que ser ressaltada a execução de 153 mil perícias médicas, bem como visitas técnicas às 28 regionais da Seplag, para orientar as equipes administrativas em relação aos procedimentos periciais.

A fim de modernizar e racionalizar os processos de trabalho, encontra-se em desenvolvimento o Sistema de Gestão Eletrônica de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, que abrange prontuário eletrônico, fluxo eletrônico de trabalho e relatórios gerenciais dinâmicos. Em 2007, foram concluídas 20% das etapas de elaboração do sistema, correspondentes às fases de planejamento e pré-modelagem, mediante as quais foram decididas questões atinentes à racionalização das atividades, tornando a sua execução mais eficiente e eficaz após a implantação do sistema.

Dentre as ações desempenhadas e previstas para o Datagerais em 2007, destacam-se os passos iniciais para a elaboração, com base no ano de 2004, de uma tabela de recursos e usos regional (TRU-Regional) e, na sequência, uma matriz de insumo produto para o Estado de Minas Gerais. A TRU-Regional deverá ser integrada à metodologia da nova série de contas regionais, em desenvolvimento pelo IBGE e pelos órgãos estaduais de estatística e/ou planejamento conveniados, tendo por base o ano de 2002.

Datagerais.

Igualmente, foi iniciada a concepção do módulo de carga de dados que será gerado para a atualização e complementação das variáveis já inseridas no site www.datagerais.mg.gov.br. Este produto deve conferir autonomia

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

à Fundação João Pinheiro para a alimentação de dados, a partir do segundo semestre de 2008. Dentre os produtos já inseridos pode-se enumerar: Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Lei Robin Hood, Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), Produto Interno Bruto (PIB), além de informações de aspectos demográficos, atividades econômicas, finanças públicas, habitação e saneamento, ocupação e rendimento dos municípios mineiros e do estado. Nesse contexto, foram executadas, no âmbito da Fundação João Pinheiro, as rotinas de levantamento e sistematização para a atualização destas bases estatísticas.

Projeto Jaíba.

Com referência ao Projeto Jaíba, que atende parte dos municípios de Jaíba e Matias Cardoso, foi montada a infra-estrutura para a Etapa 2, quando deve ser utilizada 90% da área, chegando a 20 mil hectares em 2007. A produção agrícola da área do projeto atingiu o volume de 950 mil toneladas, e foram gerados 23 mil empregos diretos. No que tange à Etapa 1, é importante ressaltar a entrega de mais 212 células habitacionais.

Consolidação da oferta de produtos para exportação no âmbito do Projeto Jaíba.

Destaca-se também, em 2007, a consolidação da oferta de produtos para exportação, principalmente a de limão, chegando no segundo semestre a exportar 2,2 contêineres de 22 toneladas cada por semana para o mercado europeu, e iniciou-se a exportação de banana orgânica para o mesmo mercado.

O ano de 2007 foi também auspicioso pela formalização da subsidiária da Copasa na área de irrigação. Nesse quadro, foram definidas as áreas de reserva ambiental do Projeto Jaíba, totalizando 194.797,26 hectares, compreendendo 97.378,58 hectares de área de preservação ambiental (APA), 18.666,27 hectares de área de reserva legal (ARL), 13.752,41 hectares de área de reserva biológica (ARB), e 65 mil hectares de área de preservação integral (API).

Em 2007 foram iniciados os estudos para a implantação das etapas 3 e 4 do Projeto Jaíba, com a participação da Codevasf.

Estão programados para a área do projeto investimentos da ordem de US\$ 306 milhões, compreendendo uma usina de álcool, uma indústria de sucos e compotas, uma indústria de conservas alimentícias bem como toda a produção agrícola necessária para o abastecimento destas indústrias.

Ressalta-se também que a produção de frutas e hortaliças para o mercado interno se consolida cada vez mais, atendendo os mercados de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP)

A Fundação João Pinheiro tem por finalidade a realização de estudos, projetos de pesquisa aplicada, formação e capacitação de recursos humanos,

prestação de apoio técnico às instituições públicas e privadas, bem como a coordenação do sistema estadual de estatística.

Para cumprimento de tais objetivos, diversos projetos foram implantados e implementados pelo Centro de Estatística e Informações, pelo Centro de Estudos de Políticas Públicas Paulo Camillo de Oliveira Penna e pela Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho.

Dos projetos desenvolvidos destacam-se: Caracterização do Processo de Incubação de Empresas de Base Tecnológica em Minas Gerais, que teve como cliente a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sectes); As Várias Faces do Mercado de Trabalho no Brasil, contratado pela Fundação Djalma Guimarães, tendo como produto o primeiro livro da série Estudos sobre Mercado de Trabalho, que reuniu artigos de convidados sobre temas específicos relacionados ao mercado de trabalho regional e nacional; Elaboração das Projeções de População Municipal 2000-2025 e Estimativas da População Atendida pela Copasa, cujo objetivo foi projetar a população dos 853 municípios do Estado de Minas Gerais para o período, bem como definir a metodologia para estimativa da população atendida pela Copasa.

Contratado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), o Programa de Capacitação de Recursos Humanos (PCRH 1) disponibilizou treinamento especial para os servidores da instituição, como o Curso de Aperfeiçoamento no Projeto Produto Interno Bruto dos Municípios, capacitando os servidores da área de contas regionais e municipais, bem como outros servidores do Centro de Estatística e Informações.

*Programa de
Capacitação de
Recursos
Humanos
(PCRH).*

Nesta perspectiva, o Programa de Capacitação de Recursos Humanos (PCRH 2 e PCRH 3) também disponibilizou vários treinamentos para os quadros da Fundação João Pinheiro: Geoprocessamento-Mapas Digitais Avançados (Mapinfo), por meio da Fapemig, que trabalhou os conceitos fundamentais do software e suas ferramentas; Geoprocessamento Estado da Arte e Análises em Ambientes de Sistema de Informações Georreferenciadas, que abordou os princípios fundamentais das técnicas e métodos em processos de geoprocessamento; Aperfeiçoamento em Economia: V Encontro Nacional de Contas Regionais e Municipais (PCRH/Fapemig), que propiciou o treinamento em análise multivariada e capacitou a equipe composta de dois pesquisadoras na elaboração dos cálculos do produto interno bruto (PIB) e na construção da base de dados, abordando o PIB anual, trimestral e municipal; Políticas Culturais Comparadas: A Experiência de Financiamento à Cultura em Municípios Mineiros, destinado à análise dos modelos de financiamento na área de cultura em municípios de Minas Gerais com população superior a 50 mil habitantes; Capacitação em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas de Cultura (fase III) e Capacitação de Servidores Públicos e Lideranças Culturais para a formulação e implementação de políticas públicas de cultura nos municípios mineiros.

Visando a dar suporte técnico ao desenvolvimento de projetos e pesquisas e capacitar facilitadores para a produção de estatísticas e indicadores econômicos e sociais, destaca-se o treinamento de servidores da instituição realizado no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2008

*Escola de
Governo.*

A Escola de Governo, em sua missão de formação e qualificação de recursos humanos voltados para a modernização do serviço público, manteve, em 2007, uma gama diversificada de ocupações nos níveis de formação superior (graduação, especialização e mestrado), extensão e treinamento. De modo integrado às atividades de ensino e de produção acadêmica sobre as temáticas mais atuais da gestão pública, foram captados projetos e realizadas pesquisas em que a participação de alunos de graduação e mestrado foi utilizada de modo a contribuir com a formação acadêmica, de forma a estimular a atitude investigativa. De igual forma, seminários e outros eventos de cunho formativo e de intercâmbio também foram oferecidos, promovendo o debate sobre diferentes temas relacionados à gestão e políticas públicas.

*Curso Superior
de Administração
Pública (CSAP).*

Nesse sentido, a Escola de Governo vem cumprindo papel central na atual política de formação de quadros de excelência por meio do Curso Superior de Administração Pública (CSAP) e na consolidação da carreira dele derivada, que, ao lado do mestrado em Administração Pública, propicia a reflexão e o aprofundamento de conhecimentos técnico-instrumentais para o exercício de funções estratégicas na máquina pública estadual.

*Melhor curso de
administração do
país.*

O desempenho obtido pelos alunos da graduação no Exame Nacional de Desempenho Escolar (Enad), cujos resultados posicionaram o Curso Superior de Administração Pública (CSAP) como o melhor curso de administração do país, consolida os princípios norteadores de sua criação.

*Aprimoramento do
Curso de Mestrado.*

Cabe destacar também a reformulação do currículo do curso de mestrado, o qual obteve aprovação no relatório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Nesse contexto, a titulação em nível de doutorado do quadro permanente de docentes ratifica a importância do estímulo à qualificação que vem sendo dado aos docentes e pesquisadores da Escola de Governo.

Com a mesma preocupação de excelência acadêmica, os cursos de especialização em nível de pós-graduação, de oferta regular ou sob demanda, foram desenvolvidos, tendo como foco, além da qualificação específica de feição profissional, a criação de bases para uma interlocução efetiva entre os diferentes níveis da burocracia pública, promovendo igualmente os princípios de modernização do estado.

Nesse contexto, diversos cursos foram demandados com destaque para os seguintes: Administração; Auditoria em Saúde, para servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg); Contabilidade e Finanças Públicas; Economia da Saúde, para servidores da área de saúde; Educação Inclusiva, para profissionais da área de educação, em parceria com a Fundação Dom Bosco; Gestão Estratégica de Segurança Pública (Cegesep) para majores da Polícia Militar (PMMG); Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP) para tenentes e capitães da PMMG; Gestão Pública em Transportes e Obras, para técnicos do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER) e o Curso de Segurança Pública e Sistema de Justiça Criminal, para servidores da área da segurança pública do estado.

Entre as atividades de extensão, cumpre destacar a participação dos alunos da graduação no Projeto Rondon, que tem como pré-requisito a apresentação de projetos dos cursos inscritos, tendo sido aprovados vários no ano de 2007.

Por meio da gerência de capacitação e treinamento, uma outra frente de atuação se fez presente de modo intenso em 2007, ofertando cursos em diversas áreas para órgãos/entidades do estado, voltados para áreas táticas e operacionais, fornecendo instrumental técnico bem como parâmetros para um desempenho mais eficiente.

Como meta do Programa Choque de Gestão Pessoas, Qualidade e Inovação na Administração Pública, foram treinados 2.836 profissionais, merecendo destaque os seguintes cursos: Aplicação do Tratamento Preferencial Dispensado às Pequenas Empresas nas Aquisições Públicas do Estado; Como Implementar e Manter o Regime de Registro de Preços; Contabilidade Pública; Correspondência Oficial; Formação de Pregoeiros; Gerenciamento de Projetos; Gerenciamento de Projetos para Empreendedores Públicos; Gestão de Convênios e Contratos; Gestão de Informação e Governança Eletrônica; Gestão de Políticas Públicas; Gestão Estratégica de Recursos Humanos; Liderança e Mudança Organizacional; Orçamento, Gestão Orçamentária e Financeira; Planejamento Estratégico, Elaboração de Projetos e Captação de Recursos; Português e Oficina de Textos; Regime Próprio de Previdência e Processo de Aposentadoria; e Técnicas Legislativas.

Por sua vez, o Programa Formação e Capacitação de Recursos Humanos e Desenvolvimento de Pesquisas/Projetos em Gestão Pública realizou os seguintes cursos: Altos Estudos; Capacitação em Gestão de Contratos e Obras Públicas; Gerenciamento de Projetos; Como Implantar e Manter o Sistema de Registro de Preços; Política Monetária e Bancos Centrais e Gestão Pública para Resultados.

Entre as atividades acadêmicas e de formação profissional, dois seminários propiciaram o intercâmbio entre organismos internacionais, nacionais e regionais, inserindo Minas Gerais na pauta das discussões sobre políticas econômicas e sociais, o V Seminário de Economia de Belo Horizonte e o Fórum Latino-americano de Políticas Sociais: abordagens e desafios.

Destacam-se igualmente os projetos de pesquisa de fundamental interesse acadêmico e institucional: Combate ao Trabalho Infantil em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), cujo objetivo é a identificação e o mapeamento do trabalho infantil; Cadastramento de Famílias Moradoras em Conjuntos Habitacionais, visando ao diagnóstico de famílias moradoras em conjuntos habitacionais construídos com recursos do Orçamento Participativo da Habitação, em parceria com a Arquidiocese e a Prefeitura de Belo Horizonte; Gestão do Espaço Metropolitano: homogeneidade e desigualdade; Regionalização da Atenção à Saúde em Contexto Federativo e Suas Implicações para a Equidade de Acesso e a Integralidade da Atenção, destinado a mensurar as ações governamentais na área de saúde, traçando um diagnóstico e fornecendo subsídios para planos, projetos e programas nessa área.

Treinamento de 2.836 pessoas no âmbito do Programa Choque de Gestão.

Programa de Formação e Capacitação de Recursos Humanos e Desenvolvimento de Pesquisas e Projetos em Gestão Pública.

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (PRODEMGE)

Em 2007, a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (Prodemge) teve como princípios norteadores de sua atuação a viabilização dos projetos estruturadores do governo, o desenvolvimento de soluções e o apoio técnico aos diversos órgãos/entidades da administração pública estadual na obtenção de maior eficiência, agilidade, controle e segurança na gestão de serviços e informações.

Para isso, a companhia identificou e adotou novas tecnologias e investiu fortemente na capacitação e valorização do seu corpo funcional e na composição de uma nova estrutura organizacional, adequando-se às necessidades e expectativas de seus clientes.

*Reformulação
do Licitanet.*

Ao mesmo tempo que investiu em sistemas voltados para as atividades finalísticas de diversos órgãos/entidades da administração estadual, a Prodemge priorizou novos módulos dos sistemas corporativos, além de prover o administrador público de ferramentas para subsidiar a tomada de decisão, como as reformulações feitas no Licitanet, que agregaram melhorias significativas às compras do estado, com mais segurança, agilidade, transparência e economia. Desse modo, foi realizada a integração com os módulos do novo portal de compras assim como implantado o novo módulo de cadastro de fornecedores.

*Projeto
Integração de
Sistemas
Corporativos e
Salas de
Situação
(Projeto
Integra).*

Uma importante inovação dos processos administrativos do governo, baseada nas tecnologias de informação e comunicação, é o Projeto Integração de Sistemas Corporativos e Salas de Situação (Projeto Integra), desenvolvido para Seplag. O objetivo do projeto é prover os níveis decisórios do estado de instrumentos de monitoramento das ações de governo por meio de indicadores mais representativos para a gestão.

Na área de planejamento e gestão, o Sistema de Administração de Pessoal (Sisap) recebeu inovações importantes, visando à melhoria dos procedimentos administrativos, destacando-se o desenvolvimento do módulo de pagamento do Sisap, que simplificará os processos de pagamento de pessoal. De igual modo, a Prodemge trabalhou intensivamente no Sistema de Gestão de Concursos Públicos.

Destacam-se também a implementação de novos relatórios para o Tribunal de Contas, a fim de tornar os processos de acompanhamento mais consistentes, assim como a elaboração do PPAG e do Orçamento 2008.

*Desenvolvimento do
Sistema Integrado de
Apuração de Custos.*

No âmbito de atuação da Secretaria de Estado de Fazenda, foram desenvolvidos procedimentos também direcionados à agilidade e transparência dos processos de administração da receita estadual, especialmente dirigidos ao produtor rural, à transferência de créditos tributários e ao controle de exportação. A Prodemge desenvolveu ainda o

Sistema Integrado de Apuração de Custos e a emissão do documento de arrecadação estadual eletrônico (DAE Cidadão), além dos módulos DAE Siafi, DAE Siare e DAE Banco.

Na área de segurança, as tecnologias de informação e comunicação apoiaram ações importantes em todos os órgãos/entidades componentes do sistema da defesa social. O Sistema PcNet, por exemplo, permite o gerenciamento e o controle da elaboração de procedimentos criminais por meio da internet, dotando a Polícia Civil de um instrumento moderno e seguro para a gestão de suas operações.

No âmbito da gestão de informações da Secretaria de Estado de Defesa Social, foi efetuada a implantação do armazém de informações do Sistema Integrado de Defesa Social (Sids), com vários módulos que disponibilizam ferramentas para consulta a estatísticas e informações gerenciais que retratam situações em tempo real. Igualmente, foi desenvolvido armazém específico de informações para acompanhamento de custo dos presos em Minas Gerais, assim como o Sistema de Prevenção à Criminalidade, além dos módulos saúde, jurídico e educacional do Sistema Integrado de Informação Penitenciária (InfoPen).

Implantação do armazém de informações do Sistema Integrado de Defesa Social.

Na Polícia Militar, destaca-se a capacitação de 300 policiais nas ferramentas Linux e Open Office e a implantação do Sistema de Promoção de Oficiais. Já no Corpo de Bombeiros Militar, foi introduzido projeto de modernização do comando geral e da Diretoria de Apoio Logístico.

Desenvolvido para a Advocacia Geral do Estado, o Sistema Custodiarius permite o controle e o acompanhamento de todas as manifestações processuais realizadas pelos procuradores no exercício da representação judicial do estado.

Na linha do tratamento de informações, destaca-se o projeto da Biblioteca Virtual, em parceria com a Seplag e com a Fundação João Pinheiro (FJP), que possibilita a disponibilização de todo o acervo técnico da FJP.

Em 2007, a Prodemge atendeu prontamente às necessidades dos usuários de informática da administração estadual, por meio da capacitação de 990 servidores de diversas instituições nas tecnologias adotadas na administração pública.

Capacitação de 990 servidores de diversas instituições.

A prestação de serviços aos clientes, a partir do *Datacenter* da Prodemge, registrou, até outubro de 2007, a impressão de 27 milhões de páginas, 60 mil atendimentos pela equipe de apoio, 1.500 circuitos de comunicação de dados monitorados 24 horas e o processamento de 58 milhões de *jobs*. No suporte técnico prestado, salienta-se a redução do tempo de execução de consultas ao banco de dados do Sistema de Arrecadação do Ipsemg (desenvolvido por terceiros e otimizado pela Prodemge), passando de 39 horas para 7 minutos.

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

Implantação e
configuração da
rede de
computadores e
telefonia do
Centro de
Especialidades
Médicas.

Além do desenvolvimento de sistemas, a Prodemge executou a instalação de infra-estrutura elétrica e lógica para seus clientes, destacando a implantação e a configuração da rede de computadores e telefonia do Centro de Especialidades Médicas (CEM). Todo esse ambiente tecnológico é gerenciado pela Prodemge por meio do conceito de gestão de ambiente de tecnologia de informação e comunicação (TIC), que oferece disponibilidade e rapidez na solução de problemas técnicos.

A Prodemge também participa de outras iniciativas, dando sua contribuição para a disseminação de informações e experiências relacionadas às tecnologias de informação e comunicação, destacando-se a publicação da Revista Fonte, especializada em tecnologia de informação, e a organização do Seminário Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação para a Gestão Pública (SECOP), realizado em Belo Horizonte, reunindo executivos de todo o país.

Um dos principais investimentos da Prodemge, em 2007, na área de tecnologia de informação, foi direcionado à adoção de metodologias para a melhoria dos processos de desenvolvimento de *software*. Nesse quadro, a companhia trabalha com base no modelo de maturidade MPS.BR, que é aderente às principais normas e modelos voltados para a qualidade de *software* do mundo.

Expansão da
capacidade de
armazenamento
de dados.

Outro destaque é a modernização do parque computacional, com a abertura do processo licitatório para contratação de um servidor IBM 9672 (modelo R86), e expansão da capacidade de armazenamento de 1.3 para 3.3Tb.

Internamente, a Prodemge iniciou um processo de reorganização administrativa, resgatando seu planejamento estratégico, e, ao mesmo tempo, reformulou a estrutura organizacional, buscando a racionalização de seus processos. Nesse mesmo contexto, foi realizado o mapeamento e o redesenho de processos internos, com foco na melhoria de qualidade e aumento de produtividade.

A companhia tem enfatizado o desenvolvimento de seus recursos humanos, adotando as seguintes medidas: implementação do plano de cargos, salários e carreiras, com critérios de crescimento e maiores oportunidades de ascensão; adoção de processo seletivo interno para cargos gerenciais; e implantação do banco de talentos, subsidiando os processos de seleção interna e capacitação.

Nessa perspectiva, em 2007, foram realizadas 2.250 capacitações, para qualificação do quadro técnico da empresa em tecnologias de informação e comunicação, como também em cursos de MBA e especialização ministrados por instituições acadêmicas como a Fundação Getúlio Vargas e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS (IPSEMG)

O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg) tem por finalidade prestar assistências previdenciária, médica, hospitalar, farmacêutica, odontológica e complementar aos servidores ativos, inativos, seus dependentes e pensionistas. Durante o exercício de 2007, em consonância com as estratégias do governo, o instituto desenvolveu projetos e ações significativas que culminaram com a inauguração de um novo Centro de Especialidades Médicas, reforma do prédio principal do Hotel da Previdência, em Araxá, melhoria nos fluxos de concessão e atualização de pensão, operacionalização do fluxo de compensação previdenciária, aprovação do plano de gestão de resíduos sólidos do Hospital Governador Israel Pinheiro (HGIP), além de manter a eficiência nos serviços prestados aos seus beneficiários.

Na busca da excelência no atendimento ambulatorial, o Ipsemg inaugurou, em novembro de 2007, o Centro de Especialidades Médicas. Dentre as melhorias realizadas nas novas instalações, merecem destaque a criação de clínicas específicas para mulheres, crianças e adolescentes e de promoção da saúde, acesso facilitado para os beneficiários portadores de necessidades especiais e a implantação do Sistema de Atendimento Ambulatorial (SAA), proporcionando maior transparência dos serviços prestados e mais conforto, agilidade, humanização e valorização para os usuários.

*Centro de
Especialidades
Médicas*

O atual Centro de Especialidades Médicas, na localizado à Rua Domingos Vieira, no Bairro Santa Efigênia, ocupa o segundo e o terceiro pisos e conta com 129 consultórios, 10 salas para procedimentos, 27 guichês de atendimento, além de áreas específicas para ultra-sonografia, eletroencefalografia, eletrocardiografia, ergometria e radiologia, oferecendo maior comodidade, tendo em vista a realização de exames no mesmo local da consulta. O novo centro também conta com modernos equipamentos e com sistemas integrados, facilitando o acompanhamento e o levantamento dos dados e das informações para emissão e elaboração de relatórios.

Com o objetivo de dar continuidade ao alinhamento das ações do instituto com o Plano do Governo, em 2007, o Ipsemg assinou novo Acordo de Resultados, que tem como foco a melhoria da qualidade dos serviços prestados, a transparência nas ações, além de valorizar e, conseqüentemente, estimular os servidores. O Acordo de Resultados vem demonstrando ser um eficiente instrumento de gestão para o alcance das metas institucionais, bem como para o envolvimento das pessoas para trabalho em equipe.

Com a implantação do Sistema de Autorização Eletrônica (SAE), parte integrante do processo de modernização institucional, o Ipsemg, ao longo de 2007, criou mecanismos e informações para acompanhamento e controle por beneficiário, por procedimento e por especialidade de forma on-line, permitindo a gestão efetiva dos processos realizados na capital e no interior. Um desses mecanismos foi a implantação e a distribuição em todo o Estado de

*Sistema de
Autorização
Eletrônica
(SAE),*

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2008

Minas Gerais de 765 mil cartões magnéticos de identificação para os beneficiários representando uma mudança cultural na agilização dos atendimentos oferecidos, melhorando o acesso na obtenção de serviços, racionalizando os custos e garantindo maior segurança e controle na gestão da saúde.

Sistema de Custos

Diante dos objetivos institucionais de atender à demanda oferecendo serviços de qualidade aos beneficiários e, em contrapartida, diminuir os gastos públicos, está em curso a implantação do Sistema de Custos, a fim de apurar todas as atividades e produtos para fornecer informações que possibilitarão, simultaneamente, medir, controlar, avaliar e promover melhorias nos processos, bem como monitorar o “previsto” (orçamento) versus o “realizado” (despesa liquidada).

A adequação dos Sistemas Corporativos do Estado de Minas Gerais (SIAFI, SIAD e SISAP) instituiu uma base comum de dados por Centro de Custos/Unidades Administrativas, possibilitando a visualização dos 296 Centros de Custos criados em 2007, além da elaboração dos indicadores de custos parametrizados para CTI Adulto, CTI Infantil, consulta na rede de serviços próprios e credenciados, internação, cirurgia, odontológico, bem como a disponibilização pela *intranet* dos gastos mensais administrativos.

Tecnologia da Informação

Na área de Tecnologia da Informação, os projetos executados e implementados caracterizam-se tanto pela modernização como também pela melhoria de sua infra-estrutura tecnológica. Dentre os projetos finalizados em 2007 destacam-se os seguintes: implantação do Sistema de Atendimento Ambulatorial (SAA) para o novo Centro de Especialidades Médicas; instalação, nas unidades do Ipsemg, dos novos PABX digitais, sendo quatro na capital e 17 no interior; criação e introdução da Política de Segurança da Informação; renovação de 20% do Parque Tecnológico do Ipsemg; adequação do Portal Ipsemg para Gestão de Conteúdo; atualização de óbitos no Sistema de Cadastro Único (CADU) com dados do Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (SISOB); implantação do Sistema de Autorização Eletrônica da Saúde (SAE); disponibilização do contracheque on-line no Portal de Serviços do Ipsemg, criação do Portal de Segurança do Ipsemg para controle de acesso aos sistemas CADU, Sistema de Assistência Descentralizada à Saúde (SADS), Sistema de Concessão de Pensão (SICON) e Sistema de Pagamento de Pensionistas (SISPAG).

Em atendimento à Política de Desenvolvimento dos Servidores Públicos, na área de desenvolvimento humano, em 2007, foi dada continuidade à implantação do Plano de Desenvolvimento do Servidor (PADES) a partir do levantamento de necessidades de treinamento em todas as unidades do Ipsemg, além de oferecer aos servidores a possibilidade de participarem dos programas de capacitação e desenvolvimento, de capacitação funcional e de valorização do servidor, dentre outros.

Hospital Governador Israel Pinheiro

O Hospital Governador Israel Pinheiro (HGIP) adquiriu em 2007 mais 1 mamógrafo, aumentando a sua capacidade de realização de exames, transferiu a unidade de Ecocardiograma/Duplex Scan e reformou o Bloco Cirúrgico proporcionando maior conforto e comodidade aos beneficiários. Com a

ampliação do setor de hemodiálise em 2006, o HGIP passou a atender toda a demanda, não sendo necessário encaminhar novos pacientes para a rede credenciada. No laboratório do HGIP, foi disponibilizado aos beneficiários a retirada de resultados de exames laboratoriais via *internet*, além de obras de manutenção corretiva e preventiva.

Em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ipsemg e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, para fins de obtenção do licenciamento ambiental para o Hospital Governador Israel Pinheiro, foi aprovado o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Saúde junto à Vigilância Sanitária, incluindo a construção dos abrigos de resíduos finais no subsolo e intermediários nos andares, sendo executado o Plano de Controle Ambiental (PCA) e o Relatório de Controle Ambiental (RCA), bem como protocolizado nos órgãos competentes o Relatório de Impacto da Circulação (RIC), os Estudos Hidrológicos, os Estudos das Interferências das Concessionárias de Serviços Públicos (Telemar, Cemig, Gasmig, Copasa, BHTrans e Infovias), o levantamento para a Copasa de todos os consumos de água e produtos químicos lançados nos esgotos e a solicitação para a emissão de parecer de conformidade.

A prestação de serviços no interior foi ampliada graças ao credenciamento de clínicas, laboratórios e hospitais. Implantou-se a nova tabela ambulatorial, visando a maior controle, por meio da padronização dos procedimentos realizados pela rede de serviços credenciados.

*Prestação de
serviços no
interior*

No intuito de atender a demanda com qualidade e presteza, foram credenciados, na capital, várias clínicas odontológicas e cirurgões dentistas. Vale ressaltar que a Clínica Odontopediátrica tem obtido ótimos resultados nos índices de doenças bucais, devido aos trabalhos preventivos de conscientização realizados por meio de palestras informativas e orientações de técnicas de escovação ministradas aos beneficiários.

A Diretoria de Previdência vem ao longo dos últimos anos promovendo uma série de ações que visam obter maior eficiência na prestação dos serviços, tendo como foco a satisfação de seus clientes. Nesse sentido, adotou em 2007 diversas medidas objetivando especialmente reduzir o tempo de análise dos processos de concessão e de atualização de pensões, que encerra o ano sendo realizada em dez dias úteis em média. A celeridade no atendimento às demandas dos beneficiários alinha-se à proposta do Governo de Minas em prestar serviços de excelência aos servidores públicos estaduais e seus dependentes.

*Maior eficiência
na prestação
dos serviços*

Em 2007, a Diretoria de Previdência, visando aumentar a transparência de seus atos e o conforto para seu público, passou a disponibilizar via *internet*, entre outros, os seguintes serviços: resultados de pedidos de concessão de pensão e de atualização de valor de benefício, com a respectiva previsão de pagamento, consulta e emissão de contracheque e informe de Imposto de Renda de pensionista, além de ampliar o atendimento por meio de correio eletrônico e de telefonia. Foram realizadas também melhorias na unidade de atendimento ao segurado, que ganhou novas instalações e equipamentos, bem como reforço de pessoal para o atendimento presencial.

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2008

Fundo de
Previdência do
Estado de
Minas Gerais

O Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais (Funpemg) que apresentava reservas de R\$ 262.694.660,23 em 31/12/2006, deve encerrar 2007 com patrimônio projetado em R\$ 456 milhões, o que corresponde a um aumento de cerca de 74% em relação ao exercício anterior. Fruto de ações administrativas junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o fluxo da Compensação Financeira Previdenciária representou saldo em favor do Funpemg superior a R\$ 3,5 milhões entre janeiro e novembro de 2007. Já com o ingresso regular das receitas de contribuição patronal e dos servidores, o Funpemg deve arrecadar mais de R\$ 147,7 milhões, o que representa aumento de 62,6% comparado aos R\$ 90,8 milhões arrecadados em 2006. A elevação se deve ao ingresso de novos segurados no fundo, ao aumento do percentual de repasse anual previsto na Lei Complementar n. 64/2002 e à política de aumentos salariais empreendida pelo Governo neste ano. Por fim, a aplicação das disponibilidades do fundo no mercado financeiro responderá por receitas financeiras estimadas em mais de R\$ 39,2 milhões. A rentabilidade do Funpemg acumulada entre janeiro e novembro de 2007 foi de 10,91% e se manteve acima de sua meta atuarial (INPC+6%), que registrou 9,86% no período, e da sua meta gerencial (taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI), que registrou oscilação de 10,86%. Em termos relativos, a rentabilidade do Fundo representou mais de 110% da meta atuarial e de 100,2% da meta gerencial. Tais resultados contribuíram para a manutenção do sólido equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios do fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais, sendo garantia de tranquilidade para seus segurados.

MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A. (MGS)

Como empresa terceirizada, a MGS é prestadora de atividades auxiliares, interagindo como parceira na estrutura administrativa do estado oferecendo serviços que agregam valor e promovem a melhoria operacional para os clientes.

Modernização
tecnológica.

Em 2007, na área de tecnologia da informação, a MGS deu continuidade à implantação de seu parque tecnológico com troca de servidores, aquisição de 200 computadores e de ativos de rede e software. Implantou os seguintes sistemas: faturamento por meio de fatura eletrônica com certificação digital; cartão alimentação MGS; marcação de ponto via internet; contabilidade gerencial e custos (em andamento); gerenciamento de arquivos/documentos; gerenciamento previdenciário (ASO/PPP); sonorização (Prédio Bemge); e *jaws* para deficiente visual (para atender os empregados da MGS).

Na área de segurança, foram introduzidas catracas na Fundação Ezequiel Dias, órgãos do sistema estadual de meio ambiente, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e Secretaria de Estado de Saúde. O sistema de controle de visitantes foi implantado na Fundação Ezequiel Dias, nos órgãos do sistema estadual de meio ambiente e Secretaria de Estado de Saúde. Já o sistema de monitoramento eletrônico foi inaugurado nos órgãos do sistema

estadual de meio ambiente, Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, prédio do Bemge e na Secretaria de Estado de Saúde.

Seguindo a política de balizar, para o governo do estado, o segmento de mercado em que atua, a MGS tem experimentado contínuo crescimento. Nessa linha de propiciar atendimento em atividades meio de serviços gerais e de apoio técnico-operacional aos órgãos/entidades da administração estadual, a MGS conseguiu iniciar, em 2007, a prestação de serviços para a Secretaria de Estado de Fazenda, para a Escola de Saúde Pública, para o Tribunal de Justiça e, ainda, ampliar consideravelmente préstimos ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais. Em paralelo, a MGS eliminou todo o custo administrativo e tributário sobre o fornecimento de vales-alimentação para seus contratantes, com o advento de seu próprio cartão-alimentação.

*Introdução do
cartão
alimentação
MGS.*

Inseriu-se ao rol dos serviços prestados a seus clientes a gestão de documentos, com uso de tecnologia de ponta, o que permite ao cliente agregar valor ao seu ativo mediante a racionalização de espaços, o gerenciamento e controle de todo o ciclo de sua documentação, incluindo a segurança de armazenamento e de movimentação. Com isso, os clientes podem acompanhar via internet toda documentação disponibilizada para a guarda da MGS.

*Implantação do
serviço de
gestão de
documentos.*

Na área de logística, as aquisições realizadas por meio de pregão eletrônico representaram 92,86% do total, enquanto os pedidos movimentados pelas compras diretas somaram 7,14%. Desse modo, as compras realizadas pela empresa via pregão eletrônico geraram uma economia absoluta de R\$ 1,56 milhão entre o valor adjudicado e o valor estimado, correspondente a 33,66%.

No decorrer de 2007, importante salientar a possibilidade dos clientes solicitarem via internet os materiais necessários às suas necessidades. Para isto, foram promovidas alterações na estrutura operacional por meio da classificação por categorias de todo o material demandado.

Quanto à gestão de documentos, a empresa adquiriu em julho de 2007 um galpão de aproximadamente 7.500 m², para absorver o volume de documentos de novos contratos, o qual deverá entrar em operação após a liberação dos órgãos públicos competentes. Cumpridas estas etapas, a MGS poderá dobrar a capacidade instalada com o almoxarifado da Rua Jaguarí.

*Realização de
concurso público
com a
aprovação de
7.712
candidatos.*

A MGS continuou, em 2007, a cumprir as metas estabelecidas para aprimorar cada vez mais sua gestão empresarial. Nesse contexto, realizou um concurso que contou com a participação de 16.994 candidatos dos quais 7.712 foram aprovados, e até outubro 4.187 contratados. Ainda em 2007, foi elaborado o edital para um novo concurso, cujas provas foram marcadas para janeiro de 2008.

Dando seguimento aos cursos de capacitação para os empregados, foram atendidas 2.800 pessoas na unidade da Rua Paracatu, no Centro de

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

Treinamento Olímpio Pires Guerra, e contratou-se uma nutricionista para atuar no treinamento dos que trabalham nas áreas de alimentação.

Outro resultado relevante alcançado em 2007 se refere à plena estruturação da área de assistência social, iniciada em 2006.

*Emissão de
faturas
eletrônicas.*

O sistema de contabilidade, adotado em 2006, vem adquirindo consistência por meio da agregação de novos controles internos. Nessa perspectiva, a emissão de faturas eletrônicas é uma conquista importante e com notável aceitação dos clientes.

De janeiro a novembro de 2007, foram ajuizadas contra a empresa 132 reclamações trabalhistas e cinco novas ações cíveis. No mesmo período de 2006, houve o ingresso de 174 ações, o que representa uma queda de 21%. Com efeito, foi concluído o pagamento de 47 processos trabalhistas e recuperados 73 créditos referentes a depósitos recursais, totalizando o montante de R\$220,32 mil.

POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Polícia Civil de Minas Gerais, órgão autônomo e permanente do poder público, subordinado diretamente ao governador e dirigido pelos delegados de polícia de carreira, tem como missão o exercício, com autonomia, ressalvada a competência da União, das funções de polícia judiciária, investigação e apuração, no território do estado, das infrações penais, exceto as militares, cabendo-lhe, também, a preservação da ordem e da segurança, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, assim como exercer, privativamente, as atividades de inteligência, medicina legal e criminalística, de registro e licenciamento de veículo automotor e habilitação de condutor, sendo também responsável pelo processamento e arquivo de identificação civil e criminal.

No que tange à gestão de recursos humanos, o atendimento dado ao servidor policial e administrativo, de ordem psíquica, consolida-se como um dos requisitos para o seu bom desempenho profissional. O serviço policial é uma tarefa que envolve risco freqüente e, por conseguinte, gera um desgaste intenso, podendo causar instabilidade emocional bem como prejudicar o servidor nas suas funções. Nessa perspectiva, cabe à Diretoria de Recursos Humanos da Polícia Civil a execução do Programa de Acompanhamento Psicossocial, que oferece apoio psicológico aos servidores da capital e do interior do estado, atendendo igualmente àqueles que se encontram enfermos em hospitais ou em seus lares, assim como às famílias de policiais falecidos.

*Atendimento
Psicossocial.*

O Hospital da Polícia Civil é o órgão responsável pelo atendimento médico, odontológico, ambulatorial, fisioterápico e pericial do servidor policial e administrativo, além de seus dependentes. A partir da reforma do prédio do hospital, houve uma acentuada melhoria estrutural, propiciando não apenas o retorno às atividades normais mas, sobretudo, a manutenção do alto padrão de atendimento ali oferecido. Como sempre o hospital participa de campanhas de vacinação em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, promove a prevenção de doenças, sendo, também, o responsável pelo “Programa de Saúde do Policial Civil”. Desse modo, realizou, junto com o Ipsemg, um completo “check-up” dos policiais lotados nas Delegacias Seccionais das cidades de Betim, Ibirité, Ribeirão das Neves e Santa Luzia, constando ainda de seu planejamento mais nove outras cidades da região metropolitana. Na área odontológica, além do atendimento contínuo nas diversas especialidades, foi implantada a especialidade “Ortodontia”, promovendo a colocação de aparelhos em crianças de até 14 anos, totalmente sem ônus para o usuário. Em suma, em 2007 houve 95.684 atendimentos, quantidade inferior ao ano anterior, justamente por causa das reformas mencionadas.

*Hospital da
Polícia Civil.*

Em parceria com a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop) e com o Departamento de Obras Públicas (Deop), novas unidades policiais foram construídas em 2007 nas cidades de Belo Horizonte (duas), Alfenas e Lagoa Santa, além de reformas e ampliações na própria capital (21), em Carmo do Rio Claro (duas), Congonhas, Conselheiro Pena, Curvelo, Frutal, Itajubá, Juiz de Fora, Pirapora e Sete Lagoas.

*Construção e
reforma de
unidades
prediais.*

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

De igual modo, a política de modernização da Polícia Civil tem prosseguido com o processo de aquisição de equipamentos de ponta nos setores de informática, telecomunicação e telefonia, além de mobiliário, veículos e armamentos, com recursos do próprio estado, como também oriundos de convênios com o Ministério da Justiça.

Integração do sistema de defesa social.

O processo de integração do sistema de defesa social, a partir das atividades da Polícia Civil, foi pautado com vistas a solidificar as suas relações com a Polícia Militar, com o Corpo de Bombeiros Militar e com a Secretaria de Estado de Defesa Social. As novas regiões integradas de segurança pública são formadas pela integração de Regiões da Polícia Militar com os Departamentos de Polícia Civil. Além dessa racionalização de ordem tática e estratégica, os chefes das unidades policiais prosseguem reunindo-se mensalmente com o propósito de analisar a incidência do crime em regiões ou zonas de maior turbulência.

Promoção do Curso de Capacitação em Segurança Turística.

Por ser uma das instituições participantes do programa de integração da Secretaria de Defesa Social, a Polícia Civil promoveu o “*Curso de Capacitação em Segurança Turística*”, que teve como partícipes policiais civis e convidados, como policiais militares, bombeiros e servidores das secretarias de turismo do local, de alguns municípios que fazem parte do “*Circuito Estrada Real*”. Tal iniciativa teve como coordenadores, na Polícia Civil, a Diretoria de Modernização Institucional e a Diretoria de Planejamento Setorial, com o apoio pedagógico da Acadepol, e recursos disponibilizados pela Secretaria de Estado de Turismo. O foco central desse empreendimento no campo da capacitação policial foi diferenciar e qualificar o atendimento aos turistas e à população local. O corpo docente foi cedido pela Faculdade de Turismo da Unileste de Coronel Fabriciano (além de professores da própria Polícia Civil). Assim, as cidades beneficiadas pelo curso (o primeiro de uma série de módulos) foram Diamantina, Itabira, São João del Rei, Juiz de Fora, Ouro Preto e Belo Horizonte. Todavia, o que se propõe é que esse ciclo de estudos seja estendido a outros circuitos turísticos.

Implantação de Postos Integrados de Defesa Social.

Ainda com respeito à “*Estrada Real*”, o sucesso da implantação do Posto Integrado de Defesa Social em Diamantina, há dois anos, superou todas as expectativas, e, por isso mesmo, resultará na criação de mais postos no decorrer dos próximos anos, tendo novamente a parceria do Instituto Estrada Real, com os auspícios da Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds). Nesse quadro, está em andamento o “*Projeto de Gestão Integrada de Segurança Pública na Estrada Real II – Trecho de Itabira a Conselheiro Lafaiete*”, que retrata em sua concepção básica a gestão integrada de segurança pública inaugurada em Minas Gerais na presente administração. No trecho supracitado, é oportuno apontar como beneficiados os municípios de Itabira, Bom Jesus do Amparo, Barão de Cocais, Santa Bárbara, Catas Altas, Mariana, Ouro Preto, Ouro Branco, Congonhas e Conselheiro Lafaiete.

A função didático-pedagógica, um dos pilares de qualquer administração que esteja comprometida com a qualidade de seus serviços, está a cargo da Academia de Polícia Civil, competindo-lhe promover o recrutamento, a seleção e o desenvolvimento dos recursos humanos da Polícia Civil, obedecendo à legislação específica. Neste contexto, além da

coordenação pedagógica do “Curso de Segurança Turística”, reportado anteriormente, outros cursos foram oferecidos com vistas à qualificação de delegados, agentes de polícia, peritos criminais e escrivães: “Manejo e Emprego de Arma de Fogo” (ministrado em Patos de Minas para 10 alunos); “Formação de Agentes Penitenciários” (750 agentes); “Atualização em Investigação Criminal” (50 alunos); “Investigação Criminal de Crimes contra o Patrimônio” (150 alunos); “Promotor de Polícia Comunitária” (120 alunos); “Redação Oficial” (ministrado em Montes Claros para 40 alunos); “Oficina de Trabalho sobre as várias faces da ‘Violência contra a Mulher’” (86 alunos); “Capacitação de Policiais Civis da Área Técnico-Científica” (45 alunos); “Analista de Crime” (47 alunos); “Fundamentos do Trabalho Policial Civil” (75 alunos); “Geoprocessamento e Análise Espacial” (40 alunos); “Criminologia” (60 alunos); “Especialização em Segurança e Criminalidade” (50 alunos): em parceria com a UFMG e com o CRISP; “Biossegurança” (47 alunos); “Capacitação em Docência para Coordenadores, Professores e Monitores” (572 alunos); etc. Desse modo, a Acadepol tem conseguido o desenvolvimento da matriz de educação sistêmica articulada com a carreira profissional e com o modelo de gestão institucional.

Qualificação de policiais civis.

Por sua vez, o Colégio Ordem e Progresso alcançou ótimos resultados ante os baixos índices de evasão e reprovação observados em 2007. Com corpo docente composto por 65 professores, conta também o colégio com 35 funcionários.

Colégio Ordem e Progresso.

Até novembro de 2007, foram celebrados 138 novos convênios, totalizando 536 em vigor (excepcionando-se o Departamento de Trânsito), em sua maioria com prefeituras, intensificando a parceria entre estado e município na importante questão da segurança pública, com o objetivo de subsidiar melhor aparelhamento das unidades policiais que se incumbem das atividades-fins da instituição e, assim, propiciar o aprimoramento dos serviços de polícia judiciária. Houve, ainda, 55 doações de bens móveis, com destaque para equipamentos de informática e veículos. Recentemente, foi firmado convênio de cooperação técnica com a Fenaseg, cuja parceria objetivou o estabelecimento de local apropriado, provisoriamente denominado “Pátio Seguro”, para a guarda e vigilância, de forma mais eficiente e eficaz, sem ônus para o estado, de veículos removidos/recuperados pelos órgãos que compõem o sistema de defesa social, que são objeto de crimes patrimoniais, com a instalação inicial em Belo Horizonte e abrangência na região metropolitana, havendo proposta de expandir-se para outras localidades.

No aspecto alimentação de presos, é importante destacar a parceria estabelecida com a Secretaria de Estado de Defesa Social, sob a forma de co-gestão, em que essa assume a administração de estabelecimentos prisionais antes sob a responsabilidade da Polícia Civil, liberando os policiais civis que, em desvio de função, faziam a guarda das cadeias, propiciando o retorno às suas atividades-fins, com impacto positivo na investigação criminal. Para tanto, a PCMG continua a arcar com os contratos de alimentação, água, luz e outros dispêndios o tempo suficiente para que a Seds consiga efetivar os procedimentos licitatórios que permitam a ela assumir integralmente as despesas. Nesse contexto, ainda que de forma precária, já foram transferidos 13 desses contratos, permanecendo ainda em vigor 275.

Liberação de policiais civis para atuação na área de investigação criminal.

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

124 unidades
policiais com
PC-Net
implantado.

A Coordenação Geral de Segurança (COSEG), unidade responsável pelas áreas de estatística criminal, captação de informação, inteligência policial, além da análise criminal da Polícia Civil, é uma unidade de estratégica importância na repressão à criminalidade. Sua evolução tem contribuído para a acentuada melhoria dos trabalhos relacionados à coleta de informações, aprimorando o gerenciamento e o monitoramento da investigação policial. No que tange ao Sistema de Gerenciamento de Procedimentos Policiais via *web*, o *PC-Net*, houve nova ampliação de seu alcance que já atinge 124 unidades policiais, destacando-se inclusive a implantação de novos módulos.

7.051.261
documentos
emitidos pelo
Departamento
de Trânsito.

São atribuições básicas do Departamento de Trânsito de Minas Gerais (Detran/MG), dentre outras, registro e licenciamento de veículos, planejamento, direção, normatização, coordenação, controle, fiscalização, supervisão e execução de serviços relativos ao trânsito e à formação de condutores, nos termos da legislação vigente. No exercício de 2007, o Detran/MG expediu 7.051.261 documentos referentes a Certificados de Registro de Licenciamento de Veículos (CRLV), Certificados de Registro de Veículo (CRV) e Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH).

Na área de educação de trânsito, em 2007, novamente ocorreu o concurso "*Motorista e Motociclista Padrão*", bem como foram empreendidos cursos para educadores de trânsito e oficinas pedagógicas, abarcando 5 mil educadores de aproximadamente 500 municípios mineiros. Realizaram-se também blitzes educativas, palestras em empresas e instituições sobre trânsito, assim como a organização de cursos e atividades diversas na Semana Nacional de Trânsito.

Implantação do
sistema
eletrônico de
controle e saída
de veículos
vistoriados.

Visando à transparência no processo de vistoria veicular, o Detran/MG implantou, na Divisão de Registro de Veículos, o sistema eletrônico de controle de entrada e saída de veículos vistoriados e publicou a Portaria n.º 97.443, de 10/10/2007, que regulamentou os procedimentos para concessão de autorização a estabelecimento comercial para gravação, regravação ou remarcação de chassi ou monobloco, motor ou agregado em veículos automotores.

Para resguardar os direitos do cidadão, a Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos instalou posto de informações do Sindicato dos Corretores de Seguro (Sincor) destinado a prestar esclarecimentos ao público acerca do recebimento do seguro DPVAT, em caso de acidentes de trânsito que resultem em óbito, lesões corporais e despesas médico-hospitalares.

De igual modo, o Departamento de Trânsito tem primado pela qualidade no atendimento aos usuários de clínicas credenciadas, regulamentando, por meio da Portaria n.º 97.444, de 11/11/2007, procedimentos para o credenciamento de novas clínicas médicas e psicológicas em localidades atendidas pela banca examinadora, para realizar exames de aptidão física, mental e avaliação psicológica.

Igualmente, o Detran/MG disponibilizou, pela internet (www.detrannet.mg.gov.br), novos serviços objetivando oferecer maior comodidade e agilidade na prestação de serviços ao cidadão. Tal medida

resultou na redução significativa do fluxo de usuários no departamento, viabilizando a redistribuição de servidores para atendimento de outras demandas.

Com vistas à otimização dos serviços prestados à comunidade, a Delegacia Especializada de Investigação de Furto e Roubo de Veículos Automotores foi reintegrada ao Departamento de Trânsito, potencializando os trabalhos de investigação.

Outra área de atuação exclusiva da Polícia Civil, ressalvada a competência da Polícia Federal, é o processo de investigação criminal, realizado a partir de um ciclo completo que tem início com o conhecimento, por quaisquer meios, da notícia de infração penal, desdobrando-se de uma articulação ordenada de atos notariais e afetos à formalização das provas em inquérito policial ou outro instrumento legal, bem como dos atos operativos de minimização dos efeitos do delito e de gerenciamento da crise dele decorrente, de pesquisa técnico-científica sobre a autoria e a conduta criminal, encerrando-se com o esgotamento das possibilidades investigativas contextualizadas no respectivo procedimento. Por fim, a trajetória se complementa no subsídio dado ao trabalho feito pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público por ocasião da repressão ao crime, recolhendo os agentes responsáveis pelos delitos, garantindo a ordem e a segurança pública. Nesta perspectiva, foram instaurados 339.366 procedimentos criminais de investigação entre inquéritos, termos circunstanciados de ocorrência e outros instrumentos investigativos.

339.366
procedimentos
de investigação
instaurados no
âmbito do
processo de
investigação
criminal.

Assim, também foram realizadas 52.914 perícias médico-legais, 118.081 perícias técnico-científicas, além de emitidos 2.213.288 documentos de identificação civil e criminal. Nesse quadro, ganha relevo as aquisições feitas pela área de criminalística da Superintendência Técnico-Científica, destacando-se os *softwares* “Video Investigator” e “Imaquest/Printquest”. Igualmente, houve a expansão dos laboratórios para a realização de exames de entorpecentes no interior do estado, por meio do projeto de criação dos Postos de Perícias Integradas, tornando possível a sua descentralização também para Betim, Paracatu, Passos e Unaí. Ressalta-se, ademais, que o treinamento de peritos da área de papiloscopia e modelagem trouxe grande avanço para a análise de impressões que, anteriormente, somente era possível com a presença do suspeito da ação delituosa.

Implantação
dos Postos de
Perícias
Integradas.

No âmbito médico-legal, merece destaque a implantação do programa de qualidade “Programa Operacional Padrão e Produção”, que permitiu a liberação imediata de relatórios médico-periciais que não necessitam de demanda laboratorial.

Enfim, a dinâmica adotada por esta administração tem logrado notória repercussão nacional no que diz respeito ao emprego de conceitos inovadores de planejamento, pautados em alternativas direcionadas a cenários atuais e futuros, estabelecendo parcerias estratégicas para o alcance dos objetivos da instituição.

POLÍCIA MILITAR

POLÍCIA MILITAR

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

No início do primeiro mandato deste governo, em 2003, o cenário de segurança pública no estado era preocupante: capacidade preventiva dos órgãos de defesa social mitigada pela insuficiência de investimentos em pessoas e recursos logísticos, e comprometida quanto à eficiência pela desarticulação geográfica dos espaços de responsabilidade territorial das polícias civil e militar; eficácia da gestão de informação criminal prejudicada pela desintegração entre os bancos de dados das organizações nela envolvidas e pela inexistência de um ambiente de avaliação para a gestão da segurança pública capaz de congrega, de forma institucionalizada e perene, os gestores diretos da atividade-fim realizada no âmbito da segurança pública; crescimento anual dos índices criminais, desde meados da década anterior até os primeiros anos deste século, refletindo-se também como ascendente sensação de insegurança na população; interiorização da ocorrência de delitos antes observáveis apenas em grandes centros urbanos, sem o correspondente aporte de recursos logísticos nas agências policiais dos municípios limítrofes com outros estados.

Reagindo a esse contexto, o governo promoveu um conjunto de medidas para desencadear o tão esperado movimento de transformação da segurança pública, em direção à estabilização e queda dos índices de criminalidade, especialmente os relativos à capital e sua região metropolitana, bem como aos outros grandes centros urbanos do estado. Em linhas gerais, esse movimento modernizador priorizou o fortalecimento da capacidade do sistema de defesa social de produzir resultados objetivos, duradouros e monitoráveis.

Para alcance desse propósito, foi implantada, em 2003, a Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds), com a função de articular as ações das duas polícias, bem como as do Corpo de Bombeiros Militar e as relativas ao sistema prisional. Desse modo, reverteu-se o estado de isolamento entre as duas forças policiais, mediante um modelo de integração física, informacional e operacional. Nesse mesmo contexto, foram destacadas boas práticas institucionais de gestão pública orientada para resultados, mediante a instituição do Prêmio Excelência em Gestão Pública do Estado de Minas Gerais, tendo a PMMG sido premiada em suas duas edições pela experiência no campo da saúde dos policiais (2005) e devido à inovação representada pelo uso de indicadores para a avaliação do desempenho de agências policiais-militares (2006).

Atento ao valor estratégico das pessoas, como verdadeiras promotoras e viabilizadoras das mudanças desejadas, o governo do estado, em 2007, investiu na qualificação dos profissionais do sistema de defesa social, dentro do projeto estruturador Avaliação e Qualidade da Atuação dos Órgãos de Defesa Social. Isso representou, na PMMG, o investimento em 5 mil policiais, distribuídos em cursos de formação profissional, especialização e aperfeiçoamento, bem como o treinamento de mais de 17 mil servidores militares, acerca dos conhecimentos indispensáveis à atuação segura e eficaz contra o crime. Além dos cursos relativos ao acesso e progressão na carreira, essas qualificações versaram sobre temáticas como emprego de arma-de-fogo,

*Qualificação de
profissionais do
sistema de
defesa social.*

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

polícia comunitária, direitos humanos, policiamento em áreas de risco, corregedoria integrada e mediação de conflitos.

Ampliação do efetivo e reforma do Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais.

Nesse sentido, destaca-se o papel fundamental da Assembléia Legislativa no reconhecimento da importância da PMMG e no atendimento dos anseios dos seus integrantes. Assim, por meio da Lei n.º 16.678, de 10 de janeiro de 2007, viabilizou-se o indispensável aumento do efetivo da Polícia Militar até o ano de 2010, de tal modo que, em um período de quatro anos, o contingente da instituição passará de 48.044 para 51.669 policiais. Ademais, a Lei Complementar n.º 95, de 17 de janeiro de 2007, alterou o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais de modo a possibilitar maiores condições de progressão na carreira aos diversos postos e graduações, com base em critérios que valorizam a competência profissional.

Criação de três regiões de polícia militar, sete batalhões, três companhias independentes de meio ambiente e uma companhia independente de policiamento geral.

A integração dos órgãos de defesa social, iniciada no primeiro governo, evoluiu geograficamente, pela proposta de novas regiões integradas de segurança pública, em continuidade à bem-sucedida experiência adotada na capital. As áreas integradas resultam da compatibilização das áreas de competência das forças policiais com as divisões administrativas oficialmente adotadas pelas prefeituras, que constituem a referência dos indicadores demográficos, socioeconômicos e de infra-estrutura, bem como a base a partir da qual se organiza o planejamento e a oferta de serviços públicos essenciais.

Para viabilizar a adequada compatibilização de espaços de responsabilidade territorial das duas polícias, foram criadas três regiões de polícia militar, sete batalhões, três companhias independentes de meio ambiente e trânsito e uma companhia independente de policiamento geral, tendo-se concentrado a maioria dos investimentos no norte, nordeste e noroeste do estado, para adequação às demandas por policiamento diagnosticadas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado e o conseqüente aumento da capacidade preventiva da PMMG.

Cônsco de que a prevenção contra a ocorrência de delitos é a melhor estratégia de defesa social, o Governo de Minas apostou na continuidade e ampliação de programas que enfatizam a redução das circunstâncias de ingresso de jovens no crime, o que se procedeu, na PMMG, mediante o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), tendo-se treinado 200 policiais e, somente no primeiro semestre, mais de 140 mil crianças, adolescentes e pais foram acolhidos pelo programa. O Proerd está presente em 400 municípios mineiros, com 623 policiais-militares capacitados para ministrar o curso, e, desde sua implantação, já foram assistidos mais de 877 mil crianças, adolescentes e pais. Semelhante motivação estratégica justificou o aporte de recursos no Programa Jovens Construindo a Cidadania (JCC), que enfatiza a resolução de problemas de segurança pública pelo estímulo ao debate com as lideranças estudantis.

Reforçando a lógica preventiva, expandiu-se para a região noroeste de Belo Horizonte e para a Pedreira Prado Lopes o sistema de videomonitoramento, encontrando-se em fase de aquisição os equipamentos que tornarão possível a utilização dessa tática de prevenção contra delitos também em Montes Claros e Uberlândia. Verificou-se que, nos pontos onde já

existe o monitoramento por câmeras, houve redução geral de 40% nos índices de criminalidade e um aumento de 50% nas prisões de autores de delitos.

O suprimento das necessidades logísticas da PMMG também recebeu atenção, porém sob uma lógica de maior respeito à ênfase na natureza preventiva e repressiva da gestão da frota, o que se traduziu na continuidade do programa de gestão da frota com manutenção terceirizada, com a aquisição de 528 viaturas sob essa forma de administração, distribuídas para os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Essa inovação veio representar menos gastos com manutenção e redução dos índices de indisponibilidade de viaturas para o policiamento, de 35% em 2004, para 5% em 2007, bem como a possibilidade imediata de reposição da frota do interior do estado, para onde foram redistribuídas as viaturas preexistentes, com reflexos diretos na produtividade e efetividade do policiamento.

A comunicabilidade operacional, como ferramenta de eficiência e segurança do policiamento, e o acesso da população aos serviços da PMMG foram enfatizados por meio da aquisição de mais de 700 rádios de comunicação móveis e portáteis; instalação de uma nova torre de retransmissão das mensagens entre viaturas em Belo Horizonte e 16 centrais PABX. O aporte de recursos de tecnologia de informação na Polícia Militar teve um salto expressivo em 2007, adquirindo-se 80 servidores, os quais, instalados nas unidades da PMMG, elevaram a capacidade de trabalho e a segurança de dados. Além disso, foram adquiridos mais de mil novos microcomputadores, com instalação de boa parte desses recursos em destacamentos, como estratégia de continuidade do fortalecimento da capacidade de resposta da Polícia Militar nas fronteiras com outros estados e nos municípios de pequeno porte. Com esta aquisição, todas as cidades de Minas Gerais, até o nível de destacamento, passam a dispor de um microcomputador instalado e em uso, o que viabiliza a interligação com diversos serviços *on-line*, como internet e intranet, para imediata consulta e troca de informações que levam à localização e prisão de delinquentes. Além desses equipamentos, foram adquiridas 465 impressoras e 102 computadores de bordo, instalados em viaturas da RMBH. Estes últimos permitem a interligação *on-line* das viaturas operacionais com o Sids, sendo possível a utilização de diversos sistemas como acesso à base de dados de pessoas, veículos e armas.

Aparelhamento das unidades operacionais da Polícia Militar.

Essas melhorias corroboram o esforço de integração do sistema de defesa social, de que trata o Decreto n.º 43.778/2004, que criou o Sistema Integrado de Defesa Social (Sids), voltado ao aumento da intercomunicabilidade dos bancos de dados e ao aumento da eficiência dos órgãos incumbidos da segurança dos cidadãos.

Dois importantes módulos do Sids foram aprimorados, para aumento da eficiência dos órgãos de defesa social: o Relatório de Evento de Defesa Social (Reds) e o Controle de Atendimento e Despacho (Cad). Ambos são integrados aos sistemas administrativos (recursos humanos, viaturas e estrutura organizacional) e operacionais (sistema de informações policiais (Sip), Cadastro de Indivíduos – Identidade e Prontuário, Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavan) e Registro Nacional de Carteira de

Sistema Integrado de Defesa Social.

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

Habilitações (Renach)). O Reds está integrado à base de veículos (Detran/SDAK) para pesquisa, busca de dados e preenchimento de campos referentes à caracterização de veículos envolvidos em eventos de defesa social.

Em 2007, foi desenvolvida a rotina de integração entre os sistemas de Controle de Atendimento e Despacho (Cad), Registro de Eventos de Defesa Social (Reds) e Sistema SDAK (Detran/BIN), demandada nas reuniões do Igesp, que permitirá a geração de impedimentos de veículos no sistema de veículos (Detran/SDAK-BIN) a partir do registro de ocorrências de furto e roubo de veículos no Reds, com o objetivo de garantir a integridade das bases de dados e maior eficiência e segurança nas ações de abordagem de veículos automotores.

Para o acompanhamento dos procedimentos policiais e de bombeiros, desde o registro do fato policial até a execução penal, foi desenvolvido o armazém de informações do Sids. Este armazém destina-se à consolidação das informações dos diferentes sistemas ou bases de dados que compõem o Sids em um único banco de dados, com vistas a apoiar os processos de tomada de decisão e de gestão do sistema de defesa social. É por meio do armazém de informações que poderá ser feita a tramitação de um determinado fato policial desde o seu registro no Reds, passando pela investigação, a denúncia e o processo, até o cumprimento da sentença condenatória, se houver. Os eventos de defesa social serão registrados uma única vez, não importando qual órgão de prevenção, repressão ou persecução criminal primeiro agiu sobre ele.

Em 2007 foi consolidada a integração do atendimento de emergências policiais e de bombeiros em Belo Horizonte, com a implantação do módulo de Controle de Atendimento e Despacho (Cad) em todas as unidades da PMMG (em substituição ao sistema Copom), da Polícia Civil (em substituição ao sistema Cepolc) e do Corpo de Bombeiros Militar (em substituição ao sistema Cobom). O módulo Cad controla todos os atendimentos de emergências de polícia e bombeiro e todas as ações e operações dos órgãos envolvidos, o que veio permitir ainda o cumprimento de vários objetivos constantes do aludido decreto, a fim de harmonizar e integrar as ações das instituições que compõem o sistema de defesa social, e facilitar a coordenação de ocorrências de alta complexidade.

O conjunto dos esforços governamentais, comparando-se janeiro a outubro de 2006 e o mesmo período de 2007, resultou numa redução de 8,76% nos índices de criminalidade violenta, diminuição de 0,5% dos crimes contra o patrimônio, e decréscimo de 3,9% do maior desafio de segurança pública, o homicídio consumado.

Enfim, a estratégia governamental traçada no PMDI de fazer de Minas o melhor estado para se viver reflete-se, no que tange aos objetivos e ações estratégicas da PMMG, em um alinhamento das diretrizes do comando da instituição, convertidas na visão de futuro de tornar Minas Gerais o estado mais seguro para se viver.

*Desenvolvimento
do armazém de
informações do
Sids.*

*Redução dos
índices de
criminalidade
violenta, de
crimes contra o
patrimônio e
de homicídios
consumados.*

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS (IPSM)

O Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais (IPSM) foi criado em 1911 e tem como objetivo principal oferecer proteção contínua e efetiva à família militar mineira. É uma autarquia estadual dotada de autonomia administrativa e financeira, vinculada à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, regida pelas leis nº 10.366, de 28 de dezembro de 1990, nº 11.406, de 28 de janeiro de 1994, Lei Delegada nº 85, de 29 de janeiro de 2003, bem como pelo Regulamento aprovado pelo Decreto nº 43.581, de 11 de setembro de 2003, e tem por finalidade prestar assistência à saúde, social e previdenciária aos seus beneficiários constituídos por militares da ativa e inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, seus dependentes e pensionistas.

Durante o exercício de 2007 foi possível o cumprimento regular dos compromissos firmados pelo IPSM, bem como a quitação de todas as despesas previdenciárias do Instituto, visto que o Estado repassou o valor integral da contribuição previdenciária, mensalmente, o que corresponde a oito por cento descontada dos vencimentos dos militares da ativa e inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, ainda que as transferências financeiras referentes à contribuição patronal devidas ao IPSM, nos termos da legislação específica, não tenham sido integrais, pois, do montante previsto foi repassada uma média anual de 88,73%, representando uma redução de 11,27%.

*Quitação de
todas as
despesas
previdenciárias*

Assim, pode-se afirmar que a execução orçamentária do Instituto ocorreu de forma satisfatória, haja vista que as aprovações das cotas aconteceram regularmente, embora tenham ocorrido alguns atrasos concernentes às transferências financeiras.

O pagamento parcial relativo à contribuição patronal adotado pela Secretaria de Estado da Fazenda, a partir de 1995, resultou em uma retenção mensal, no exercício de 2007, de R\$ 4.143.119,31, o que contribuiu para a manutenção do desequilíbrio financeiro e atuarial do IPSM, não sendo possível constituir nenhuma reserva de contingência durante o ano de 2007.

O débito do Estado com o Instituto, que ao longo dos anos vem-se apresentando crescente, em decorrência da falta do pagamento integral das contribuições patronal e dos segurados, além das consignações, desde agosto de 1995, apresenta os seguintes valores históricos:

ESPECIFICAÇÃO	Débito de 1995 a 2006	Débito em 2007	SOMA
Contribuição dos Segurados	R\$92.487.460,82	-	R\$92.487.460,82
Consignações Retidas	R\$15.591.988,45	-	R\$15.591.988,45
Contribuição Patronal	R\$854.132.069,08	R\$340.927.668,91	R\$1.195.059.737,99
Total	R\$962.211.518,35	R\$340.927.668,91	R\$1.303.139.187,26

Fonte: IPSM (novembro de 2007)

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

A média mensal dos gastos com a assistência previdenciária apresentou os seguintes valores: concessão de pensão, R\$ 28.738.482,41; concessão de benefício pecúlio; R\$ 287.883,84; auxílio- funeral; R\$ 64.038,39; auxílio-natalidade; R\$ 59.000,00; auxílio-reclusão; R\$ 28.404,27.

A prestação previdenciária devida pela autarquia, estabelecida pela lei 10.366/90 compreende, também, a assistência à saúde a ser prestada a todos os seus beneficiários, de acordo com a amplitude que os recursos financeiros e as condições locais permitirem. Com este objetivo agregado à atividade- fim, é mantido constante empenho no revigoramento das ações de promoção, prevenção e manutenção da saúde dos militares estaduais e de seus dependentes, nos termos da legislação vigente e de conformidade com o Plano de Assistência à Saúde. Para essa finalidade, foi celebrado novamente o convênio de cooperação mútua entre as três instituições: Instituto de Previdência dos Servidores Militares, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, a vigor de 1.º de janeiro de 2007 até 31 de dezembro de 2011. Este instrumento respalda a gestão co-participativa da assistência à saúde dos militares estaduais pela referidas instituições, a qual dá consistência ao Sistema de Saúde PMMG-CBMMG-IPSM.

O IPSM tem hoje sob sua responsabilidade todo o processamento e pagamento das despesas com a assistência à saúde prestada ao pessoal da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, de seus dependentes, aos pensionistas e servidores civis segurados do IPSM, pelos mais de seis mil credenciados disseminados por todo o Estado. E segundo os registros, até novembro de 2007, esse público assistido pela autarquia constitui uma carteira de 203.309 vidas, sendo 65.357 militares, 124.658 dependentes, 12.592 pensionistas e 702 servidores civis do IPSM e das instituições militares. A quantidade de beneficiários teve um crescimento de 1,96% em relação ao ano anterior.

O processamento das contas da assistência à saúde ocorre no Sistema de Administração Hospitalar (SMAH), hospedado na Prodemge, o qual tem interface com os demais sistemas de gestão de pessoal da PMMG, do CBMMG e do IPSM, e foi implantado em 1990. No SMAH são parâmetros todas as regras técnicas e administrativas definidas no Plano de Assistência à Saúde, inclusive as do rateio automático de participação do segurado nas respectivas despesas. Estão cadastrados todos os prestadores de serviços, credenciados segundo suas especialidades. Essa rede credenciada atinge mais de 53% das cidades de Minas Gerais, o que garante uma excelente cobertura assistencial de saúde médico-hospitalar e odontológica e de serviços de apoio aos militares destacados no interior.

Visando a dinamizar as autorizações e a desburocratizar o processo de acesso aos benefícios, pelos segurados, com efetivo controle, tornou-se um dos macroobjetivos do IPSM estender para os demais municípios de Minas Gerais onde há prestadores de serviços de saúde, a efetiva implantação do Sistema Integrado de Gestão de Assistência à Saúde (SIGAS). Em operação desde 2004, tornou-se possível um controle mais eficaz dos procedimentos de assistência à saúde em face da captura de dados em tempo real, de modo on-line e via WEB, na Região Metropolitana de Belo Horizonte e na cidade de

Uberlândia. O SIGAS permite avaliar, antes da realização do procedimento, toda a conformidade no relacionamento beneficiário, prestador de serviços e benefício a ser acessado, que é a auditoria prospectiva pelo computador. Com essa medida de regulação implementada, um efetivo controle se traduziu em substancial redução de custos.

Como partícipe do convênio de cooperação mútua entre a PMMG/CBMMG/IPSM para assistência à saúde, o Instituto adquiriu e disponibilizou diversos equipamentos médico-hospitalares, instrumentais e ambulâncias, que foram cedidos mediante termos de doação e de cessão de uso, em 2007, contribuindo para o fortalecimento da rede orgânica de saúde, de forma a reequipar o hospital e demais unidades de saúde da PMMG e do CBMMG, perfazendo um montante aproximado de R\$6.260.000,00, com aparelhos de raio-Xs, cardioversor com marcapasso, ventiladores pulmonares, Laser para fotocoagulação, lêiser para oftamologia, videocolonoscópio, videoendoscópio, desfibrilador bifásico manual, micromotor cirúrgico, ambulância UTI/móvel, entre outros, conforme prevê convênio firmado pela autarquia com as instituições militares estaduais. Esta medida também representa economia nas despesas de saúde, uma vez que permite diminuir a utilização da rede contratada, que é considerada mais dispendiosa.

A prioridade de atendimento dos pacientes sempre ocorre na rede orgânica de assistência à saúde, que está distribuída nas unidades de saúde da PMMG e do CBMMG, como o Hospital da Polícia Militar, o Centro Odontológico, o Centro Farmacêutico e as diversas Seções de Assistência à Saúde (SAS) nas unidades militares, junto aos Núcleos de Atenção Integral à Saúde (NAIS), onde é oferecida assistência à saúde ao público previdenciário mediante um efetivo e pormenorizado controle sobre todos os procedimentos. O suporte que foi proporcionado pelo IPSM, em 2007, destinado ao fortalecimento da rede orgânica, revelou-se imprescindível para o atendimento dos militares e de todo o público beneficiário do sistema de saúde sob a responsabilidade do Instituto, propiciando qualidade, inclusive com as medidas de medicina ocupacional para os militares da ativa.

*Rede orgânica
de assistência
à saúde*

Devido à impossibilidade de a rede orgânica suprir todas as necessidades em Minas Gerais, mormente os procedimentos mais complexos nas áreas de cardiologia e neurologia, permaneceu destacada a procura pelos serviços prestados pela rede credenciada, que totalizaram em 2007, em todo o Estado, 3.533.437 procedimentos, entre os quais:

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

PROCEDIMENTOS	ATENDIMENTOS
Cirurgia	177.968
Farmácia	205.536
Odontologia	780.970
Consulta	554.389
Análise Clínica	1.134.530
Radiologia	100.988
Tomografia	10.347
Psiquiatria	255
Fisioterapia	38.040
Ultra-som	48.260
Nefrologia	1.481
Psicologia	22.373

Fonte: IPSM

O IPSM priorizou a contratação de pessoas jurídicas como prestadoras de serviços de saúde envolvendo serviços médicos, odontológicos, psicológicos, de fisioterapia e fonoaudiologia, objetivando a garantia da qualidade e da manutenção do sistema de saúde existente e, também, de forma a modernizar e aprimorar o atendimento ao seu quadro de segurados, ensejando redução de custos. Com esta medida, o sistema de saúde continua a ser aperfeiçoado, com comprovada qualidade do atendimento aos usuários, propiciando agilidade e economicidade.

O Instituto aperfeiçoou e intensificou ainda mais os trabalhos de auditoria técnica desenvolvidos em parceria com a PMMG e CBMMG, envolvendo as despesas de saúde, buscando a qualidade dos serviços prestados pela rede credenciada de forma a permitir a sua aprovação e pagamento regular, atendendo aos princípios jurídicos da economicidade, eficiência, legalidade e supremacia do interesse público, entre outros. Foram 1.346.098 contas emitidas pelos contratados, perfazendo um montante anual de R\$175.842.913,72, que, após devidamente auditado e ajustado às normas e exigências do Instituto, foi reduzido para R\$170.760.478,66, registrando uma economia de R\$5.082.435,00 ao longo do ano, o que representou uma redução média mensal das despesas de saúde no valor de R\$423.536,55.

Reforma da sede do IPSM

Vale destacar, também, que foi concluída a reforma da sede do IPSM, de forma a proporcionar mais conforto e melhores condições de trabalho e qualidade de vida aos seus servidores, sendo reformulado todo o seu projeto elétrico e a rede lógica de informática, com a alocação de novos equipamentos e mobiliários adequados, visando atender às reais necessidades funcionais do Instituto.

Em razão dos trabalhos desenvolvidos continuamente, consubstanciados no profissionalismo de seus funcionários e na homogeneidade de seu grupo de segurados, somados às ações de aperfeiçoamento e modernização, o IPSM cumpre plenamente sua missão de

órgão gestor da previdência social e da saúde de todo o pessoal ativo e inativo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, de seus dependentes e pensionistas, mantendo estreito relacionamento com todos os seus segurados distribuídos nos diversos municípios do Estado, exercendo importante papel de entidade de previdência social e assistência à saúde em Minas Gerais.

REFORMA AGRÁRIA

REFORMA AGRÁRIA

REFORMA AGRÁRIA

O Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER), autarquia vinculada à Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária (SEARA), tem como objetivo planejar, coordenar e executar a política agrária e fundiária do Estado, por meio da promoção de ações destinadas à democratização do acesso à terra, de acordo com as diretrizes do desenvolvimento sustentável em Minas Gerais.

Cinquenta novos servidores foram empossados em 2007, e deram um novo impulso para o desenvolvimento dos programas, proporcionando ao público da reforma agrária e da agricultura familiar maior agilidade no atendimento das demandas.

O Programa de Titulação de Terras Devolutas Rurais e Urbanas, principal programa do ITER, visa à regularização fundiária de pequenos posseiros, de forma maciça e gratuita, beneficiando famílias de baixa renda. Em 2007, no tocante à legitimação de terras devolutas, o ITER/SEARA manteve-se na política de priorizar a titulação gratuita dos pequenos posseiros de imóveis com áreas inferiores a 50 hectares, nos **termos da Lei Estadual nº 14.313/02**. O ITER firmou convênios com as prefeituras e ofereceu treinamento aos servidores indicados pelo Executivo Municipal, visando ao recebimento e conferência da documentação para processamento na autarquia.

*Titulação de
Terras Devolutas
Rurais e
Urbanas*

Foram emitidos, em 2007, um total de 3.273 títulos, sendo **2.257 rurais**, com mais de 30 mil hectares, e **1.016** títulos urbanos, totalizando mais de **213.800,52 m²**. Houve um reforço significativo no quadro de técnicos da área fundiária, o que permitiu triplicar os resultados.

O Programa de Regularização Fundiária (titulação) se reveste de grande importância para a fixação das famílias de posseiros à terra, já que a partir da regularização dos imóveis, com os respectivos registros das matrículas nos Cartórios de Registros de Imóveis do Estado, os novos proprietários podem se habilitar para a obtenção de financiamentos agrícolas e realizar investimentos em suas propriedades.

*Programa de
Regularização
Fundiária*

A SEARA/ITER realizou ampla divulgação de suas ações na área de regularização fundiária com a distribuição de 100 mil cartilhas direcionadas ao público rural, visando dar conhecimento sobre o trabalho de titulação a pequenos posseiros. Editou e distribuiu, ainda, um folheto contendo em linhas gerais todos os programas em curso na autarquia.

O ITER/SEARA enviou em 2007 à Advocacia Geral do Estado (AGE), para o ajuizamento das devidas ações discriminatórias, 35 processos de terras consideradas devolutas, a partir dos levantamentos realizados das cadeias dominiais dos imóveis, nos municípios de Januária (12 glebas), Bocaiúva (duas glebas), Grão Mogol (oito glebas), Taiobeiras (três glebas) e outras áreas nos Parques Lapa Grande em Montes Claros, com trabalhos de georreferenciamento, identificação e cadastro de ocupantes.

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

Mapa Fundiário

Juntamente com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), foi realizado um evento em Janaúba/MG para entregar oficialmente, às autoridades municipais, o Mapa Fundiário do Município, marcando um fato inédito: Janaúba entra para a história como o primeiro município do país a ter toda a sua malha fundiária georreferenciada, cadastrada e regularizada, cumprindo o objetivo do programa conveniado com o MDA/BID em sua primeira etapa.

Esta iniciativa é a consolidação de uma ação pioneira, em âmbito nacional, realizada pelo Estado de Minas Gerais, possibilitando ao município de Janaúba a coleta dos registros gráficos e literais necessários ao cadastro, à regularização fundiária e à retificação de registros de seus limites. A regularização de posses de terras devolutas possibilita ao pequeno agricultor familiar acesso aos diversos financiamentos agrícolas existentes, destinados aos proprietários de terras configurando-se, assim, importante meio de indução à cidadania da população rural de baixa renda.

Foi renovado o convênio com o MDA/BID para a realização da segunda etapa do programa. A SEARA/ITER já promoveu o **lançamento de mais nove municípios** a serem contemplados, ampliando ainda mais a ação do mapeamento dos imóveis rurais, visando também à regularização de posseiros. Essa segunda fase do programa, já iniciada, prevê em três anos o levantamento cadastral, georreferenciamento e mapeamento preciso de todos os imóveis dos seguintes municípios: Berilo, Grão-Mogol, Minas Novas, Chapada do Norte e Turmalina, Lagoa Grande, Patos de Minas, Presidente Olegário e Vazante.

Regularização fundiária de unidades de conservação estaduais

Na execução do convênio firmado entre o ITER/SEARA e o Instituto Estadual de Florestas (IEF), para a regularização fundiária de unidades de conservação estaduais e a identificação de áreas para parques estaduais, foram realizadas medições e georreferenciamento das áreas, ações discriminatórias administrativas e pesquisas cartoriais concentrando os trabalhos nas Unidades de Conservação: Parque Estadual Serra do Brigadeiro (Ervália), Parque Estadual do Pico do Itambé (Serro, Santo Antonio do Itambé, Serra Azul de Minas) constando 27 processos, Parque Estadual Verde Grande no município de Matias Cardoso, Reserva Biológica Serra Azul do município de Itacarambi e Jaíba, e uma gleba em Grão-Mogol foi destinada ao reassentamento das famílias atingidas pela barragem Cemig/Irape, com levantamento de uma área de 317,80 hectares.

Foram destinadas, em 2007, reservas de terras devolutas para os municípios, visando à execução de obras de interesse público, totalizando 659.030 m² nos seguintes municípios: Cantagalo, São Gonçalo do Pará, Miraí, Marilac, Conselheiro Pena, Palmópolis, Gouveia, Almenara, São Geraldo da Piedade, Jordânia, Divisópolis, Congonhas do Norte, Capelinha, São Geraldo da Piedade, Lagoa Formosa, Novo Horizonte, Elói Mendes, Rio Pardo de Minas, Morada Nova de Minas, Moema, Franciscópolis, Monte Alegre de Minas, Itabirinha, Santana do Riacho, Miradouro e Carlos Chagas.

Programa de Segurança Alimentar e Nutricional

Atendendo uma demanda dos movimentos sociais ligados à questão de reforma agrária no Estado, o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional

(PSA), sob a coordenação e execução do ITER, teve aprovado no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) projeto que garante a continuidade da execução do programa em Minas Gerais, beneficiando aproximadamente 5 mil famílias.

O programa lançado pelo ITER, há seis anos, inicialmente em áreas de acampamentos de famílias candidatas à reforma agrária, já beneficiou perto de 30 mil famílias ao longo desses anos. Visa à implantação de sistemas produtivos comunitários de alimentos para auto-abastecimento em pré-assentamentos e acampamentos que ainda não receberam créditos oficiais, fortalecendo as formas organizativas dos trabalhadores. Tornou-se referência nacional pela forma participativa e como alternativa à distribuição de cestas básicas. O programa estabelece, ainda, a devolução solidária por meio de doação do excedente da produção, com distribuição de alimentos para outras famílias acampadas na região, bem como às creches, escolas e hospitais, criando uma rede de solidariedade local e regional.

O programa é constituído de um Fórum Gestor, composto por representantes de movimentos sociais, órgãos e outros parceiros afetos à reforma agrária. Foram realizadas em 2007 as seguintes atividades:

- Espaços de Formação (capacitação): Seminário inicial de lançamento do programa contou com 250 participantes.
- Cursos de Formação: I Curso Estadual foi realizado e contou com a presença de 132 agentes mobilizadores e parceiros locais, representantes das comunidades acampadas e pré-assentadas selecionadas para o programa, técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, diretores e técnicos do ITER/MG, assessores da SEARA, totalizando 158 pessoas.
- Oficinas locais de formação: Foram realizadas em 68 acampamentos e pré-assentamentos.
- 2 Cursos Estaduais de Formação: Reuniram cerca de 310 participantes.
- Feiras/Oficinas Regionais: Foram realizadas sete Feiras/Oficinas Regionais, uma por região de MG: Paracatu, Almenara, Campo do Meio, Governador Valadares, Viçosa, Prata e Capelinha. Essas feiras tiveram o objetivo de mostrar à sociedade local a produção do assentamento e buscar parcerias para a comercialização de seus produtos na região, além de tentar quebrar o distanciamento entre a sociedade e as famílias assentadas.
- Cartilhas Educativas: elaboração e reprodução de 30 mil cartilhas educativas. As cartilhas são subdivididas em cinco volumes que se inter-relacionam, formando um kit didático para os cursos de formação ministrados às famílias beneficiárias do programa.
- Implantação de lavouras, hortas e criação de pequenos animais comunitários: foram recebidos 210 projetos produtivos, sendo 96 de pequenos animais, 94 projetos de lavouras e 20 hortas comunitárias e 168 projetos de campos de sementes, de milho, arroz, feijão, mandioca, amendoim e abóbora.
- Implantação de Cozinhas Comunitárias: Foram comprados e entregues 86 Kits de cozinhas comunitárias, no valor unitário de R\$1.352,24, totalizando R\$116.292,64.

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

Empreendimentos Econômicos Solidários

Nos Empreendimentos Econômicos Solidários houve o encerramento da capacitação para cerca de 1.100 assentados em organização e gestão solidária; elaboração de plano de negócio em agroecologia e desenvolvimento sustentável, educação cooperativista em produção, agroindustrialização e comercialização; organização de empresa rural comunitária; organização da produção e gerenciamento de cooperativas.

Implantação de minilaticínio para o fortalecimento da produção em assentamento do Vale do Rio Doce (Tumiritinga), beneficiando diretamente 33 famílias. Instalação de cerca de 100 bancos de proteínas, em 47 assentamentos, utilizando leguminosas, leucina e estilosantes, cujo objetivo é a melhoria da alimentação do gado leiteiro.

O ITER finalizou a implantação de duas casas de farinha em assentamentos em Lagoa Grande e João Pinheiro, e vários assentamentos da região metropolitana participaram de exposição dos produtos da agricultura familiar na Feira de Agricultura Urbana e Periurbana, ocorrida na ALMG.

Foram licitados e adquiridos equipamentos a serem implantados em assentamentos de reforma agrária, sendo: 4 quatro tanques de resfriamento de leite, uma seladora/datadora para empacotamento de café, conjuntos de apicultura e caldeira para produção de açúcar mascavo e rapadura. Tais equipamentos serão destinados, em 2008, ao fortalecimento e comercialização da produção excedente, beneficiando 600 famílias assentadas, já previamente selecionadas.

O apoio ao EES - Artesanato, no Programa Empreendimento Econômico Solidário do ITER, teve como base a demanda do grupo de mulheres do município de Mariana, cuja demanda era viabilizar um projeto para aquisição de material para confecção de tapetes de sisal. Este assentamento está inserido em uma região onde os tapetes de sisal são marcas registradas no cenário de artesanato mineiro. A SEARA/ITER promoveu a participação desse grupo em duas feiras, visando à inserção dos produtos artesanais no circuito comercial. Além disso, coordenou atividade de parceria com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), para aprimorar as técnicas de tingimento das fibras utilizadas na confecção dos tapetes.

Foi efetivada parceria com a Universidade Estadual (Uemg) Departamento de Design, para o desenvolvimento de catálogo e página na internet visando melhorar a comercialização dos produtos do assentamento, incluindo as painéis de pedra-sabão produzidas pelos assentados desse município.

O ITER, juntamente com outros órgãos envolvidos com a reforma agrária, inclusive a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, acompanha todas as ocupações de terra para que sejam garantidos os direitos humanos de todos os envolvidos, tendo por fim a paz no campo e o desenvolvimento social.

Na intermediação de conflitos agrários, a ação do Instituto visa garantir e preservar a vida das pessoas envolvidas na disputa, abrindo um canal de diálogo entre as partes, buscando a solução definitiva para o problema. Em novembro de 2007 existiam em Minas 11.200 famílias diretamente envolvidas em conflitos agrários, acumulando 176 focos de conflitos (acampamentos). Durante o ano ocorreram cerca de 20 novas ocupações envolvendo aproximadamente 630 famílias.

*Intermediação
de conflitos
agrários*

O ITER acompanhou 246 processos de reintegração de posse e interditos proibitórios de imóveis rurais em trâmites na Justiça Federal e na Vara de Conflitos Agrários do Estado. Atuou na mediação de três conflitos em imóveis urbanos, envolvendo 140 famílias. Participou como convidado/debatedor em cinco audiências públicas convocadas pela ALMG sobre assuntos relacionados a conflitos no campo e reforma agrária. Acompanhou, também, 13 reintegrações de posse, por decisão judicial, envolvendo famílias acampadas em dez municípios. Atuou como mediador em 88 audiências de conciliação na Vara Estadual de Conflitos Agrários e Justiça Federal, conseguindo acordos em 90% dessas audiências. Participou com o Ministério Público e a Vara Agrária em 70 vistorias e inspeções nas áreas de litígio pela posse da terra.

Houve uma diminuição de conflitos agrários ao longo de 2007, bem como redução no número de famílias acampadas. A quantidade de acordos judiciais amigáveis mostra a importância da atuação dos órgãos públicos na busca da conciliação e uso do diálogo como ferramenta de sustentação da paz no campo. Passo a passo o ITER vem consolidando sua atuação nessa questão e ganhando a confiança das lideranças de trabalhadores rurais que reconhecem essa importante presença do Estado no campo.

- O Crédito Fundiário é um programa que possibilita aos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra e jovens rurais o acesso a terra por meio de financiamento para aquisição de imóveis rurais. As taxas de juros variam de 3 a 6.5% ao ano, conforme as faixas de financiamento, que vão de R\$ 5 mil a R\$ 40 mil. Os prazos de pagamento são de 14 anos a 17 anos, e o prazo de carência é de 24 meses. São também financiados os investimentos em infra-estrutura básica (casas, energia elétrica, rede de abastecimento de água, estradas) e projetos produtivos comunitários. Apenas pode ser financiada a compra de áreas não passíveis de desapropriação.

Crédito Fundiário

Foram contratadas pelo Banco do Brasil e Banco do Nordeste, por intermédio da UTE/ITER, 58 propostas de financiamento, para atender 268 famílias, que já foram atendidas e já se encontram fixadas à terra. Outras 72 propostas (grupo de 122 famílias) foram encaminhadas aos Bancos e aguardam a contratação do financiamento. Mais 18 propostas (grupo de 60 famílias) foram aprovadas pelo CEDRS e estão com pendências de documento na UTE/ITER para obtenção do financiamento. Mais 29 propostas (grupo de 108 famílias) aguardam a aprovação do CEDRS e da Câmara Técnica de Assuntos Fundiários e 423 propostas (grupo de 1.111 famílias) estão em fase de análise esperando complementação da documentação para dar andamento aos processos de financiamento

Mensagem à Assembléia Legislativa -2008

Conforme Portaria conjunta MDA/INCRA nº 13, de 22/8/2005, foi instituído o GERA (Grupo Estadual de Política Agrícola para Reforma Agrária), na qual a UTE (Unidade Técnica Estadual do Programa Nacional de Crédito Fundiário), órgão vinculado ao ITER/SEARA, é um de seus componentes e responsável pela emissão da DAP (**Declaração de Aptidão**) para o PRONAF Grupos A e A/C de assentamentos financiados com recursos do Fundo de Terras. Esta Unidade Técnica Estadual (UTE/MG) encaminhou ao agente financeiro **20** Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) do Grupo A, beneficiando **20** famílias, totalizando **R\$ 360.000,00**.

Para a emissão das Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), a UTE/MG autorizou a emissão de **212** DAPs do Grupo A, beneficiando **212** famílias num montante de **R\$ 3,6** milhões e **40** DAPs Grupo A/C, beneficiando **40** famílias num montante de **R\$ 380.000,00**. Foram beneficiadas **272** famílias com recurso PRONAF, totalizando **R\$ 4.340.000,00** com recursos federais.

Programa do
Ministério de
Desenvolvimento
Agrário

O Programa do Ministério de Desenvolvimento Agrário, Arca de Letras, em parceria com o ITER, por meio de sua Unidade Técnica Estadual (UTE) visa ampliar as oportunidades culturais e educacionais de crianças, jovens e adultos de comunidades rurais. O programa foi criado pela Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário para incentivar a leitura e facilitar o acesso aos livros em assentamentos, comunidades de agricultura familiar e de remanescentes de quilombos. A UTE/MG (Unidade Técnica Estadual), vinculada ao ITER, tem sido um dos parceiros na implantação das bibliotecas rurais que, neste ano, entregou 214 arcas em várias comunidades rurais, proporcionando benefícios a **19.900 famílias** de comunidades rurais. Ainda em 2007, foi assinado termo de parceria/cooperação entre o ITER e a Superintendência de Administração Penitenciária (Sedese) para a construção de 200 arcas/bibliotecas que serão entregues em 2008.

- Com relação à regularização dos assentamentos do Programa Banco da Terra, foram analisadas 13 propostas, das quais uma no município de Arinos que encontra-se pendente de documentação, mas já está aprovada na Câmara Técnica. Dois projetos dos municípios de Brasília de Minas e Aimorés se encontram aprovados pelo CEDRS. Nove propostas dos municípios de Canápolis, Matutina, Leopoldina, Francisco Sá, João Pinheiro, Resplendor e Santa Rita do Itueto, foram encaminhadas ao Banco do Brasil para regularização e renegociação da dívida. Estão com seu quadro social regularizados dois projetos (um do município de Frutal e outro do município de Dom Bosco).

Por meio da UTE/ITER foram atendidas **691** famílias das associações do Programa Nacional de Crédito Fundiário executado pelo Idene, com valor contratado de **R\$ 5.324.413,88**, sendo liberado um montante de **R\$ 4.850.112,48**; e **315** famílias das associações do PNCF executado por esta Unidade Técnica Estadual, com valor contratado de **R\$ 2.007.230,00**, sendo liberados **R\$ 700.448,19**.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE (SES)

A Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES) implementa ações que visam à ampliação da oferta e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população, adequando-os às diferentes demandas de saúde, por meio dos seus projetos.

No Projeto Regionalização da Assistência à Saúde, cujo objetivo precípua é adequar a oferta e a qualidade de cuidados secundários e terciários, observada a distribuição territorial das redes de atenção à saúde em âmbito microrregional e macrorregional, desenvolveram-se ações alinhadas estrategicamente com a finalidade do projeto, como o Pro-Hosp, Câmara de Compensação Bipartite da Programação Pactuada Integrada, o Sistema Estadual de Regulação, o Samu, a rede estadual de transporte em saúde e a rede de urgência/emergência.

O Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais do SUS/MG (Pro-Hosp) tem consolidado a oferta da atenção hospitalar nos pólos macro e microrregionais de Minas Gerais. Com isso, o programa contribui para o desenvolvimento de um parque hospitalar no Estado, socialmente necessário e capaz de operar com eficiência, de prestar serviços de qualidade que atendam às necessidades e demandas da população, de preencher vazios assistenciais e inserir-se em redes integrais de atenção à saúde. Estão sendo contempladas 126 unidades hospitalares, abrangendo todos os 18 municípios-pólo macrorregionais e todas as 75 microrregiões do Estado, conforme ficou definido no Plano Diretor de Regionalização (PDR 2003/2006). Foram investidos recursos em obras, em equipamentos e no custeio das instituições. Ao todo, 265 profissionais foram capacitados nos cursos de especialização em gestão hospitalar, para o corpo técnico-gerencial dos hospitais, produzindo 119 planos diretores das instituições participantes.

*PRO-HOSP:
126
hospitais
contemplados*

Por meio da Câmara de Compensação Bipartite da Programação Pactuada Integrada foi possível assegurar o tratamento de Oncologia (radioterapia e quimioterapia) e Terapia Renal Substitutiva (TRS) a todos os usuários do SUS, mediante o ressarcimento de recursos financeiros aos prestadores de serviços relativos à produção ambulatorial e hospitalar não coberta pelo teto financeiro definido pelo Ministério da Saúde.

*Câmara de
Compensação
Bipartite*

O Sistema Estadual de Regulação Assistencial tem por objetivo regular, em co-gestão com os municípios, o acesso aos serviços hospitalares e ambulatoriais de média e alta complexidade, de urgência/emergência e eletivos, credenciados ao SUS-MG. Para tal, o Estado implantou as Centrais de Regulação, cuja estrutura conta com médicos reguladores, operando 24 horas por dia, nos sete dias da semana, ininterruptamente, cobrindo 100% das microrregiões assistenciais de saúde. Como instrumento deste processo, o SUS-Fácil vem agilizar a troca de informações entre as unidades administrativas e executoras dos serviços de saúde de Minas Gerais, garantindo, assim, melhorias constantes no acesso e atendimento prestado à população. Atualmente, 97% das internações/transferências são reguladas pelo Estado.

*Sistema
Estadual de
Regulação*

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

*SAMU –
Serviço de
Atendimento
Móvel de
Urgência: 16
municípios
beneficiados*

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) é destinado ao atendimento de socorro às urgências ou emergências médicas e vem garantindo, por meio do financiamento estadual, acesso aos serviços de saúde pré-hospitalar. Em 2007, foram beneficiados os seguintes municípios: Barbacena, Belo Horizonte, Betim, Contagem, Sarzedo, Ibirité, Governador Valadares, Ipatinga, Itabira, Juiz de Fora, Montes Claros, Ouro Preto, Mariana, Patos de Minas, Poços de Caldas e Sete Lagoas.

*Transporte em
Saúde:
Módulo eletivo
implantado*

O Estado está consolidando o Sistema Estadual de Transporte em Saúde, organizando e integrando os módulos de Urgência e Emergência, Transporte Eletivo, Amostras de Análises Clínicas e Resíduos Sólidos de Saúde, formando uma rede regional solidária e articulada. O módulo de transporte eletivo foi estruturado nas microrregiões de São João del-Rei e de Montes Claros/Bocaiúva, e está em fase final de implantação em São João Nepomuceno/Bicas e Ponte Nova. Os módulos de transporte de resíduos de serviços de saúde iniciarão seus serviços nas microrregiões de São João del-Rei e de Montes Claros/Bocaiúvas.

*10 UPAs em
implantação*

As Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) são pontos de assistência de atenção à saúde e visam atender os pacientes agudos ou crônicos com ou sem risco imediato de vida. Estas unidades compõem a rede estadual de urgência/emergência e estão localizadas estrategicamente para dar suporte às Unidades Básicas de Saúde (UBS). Para tal, estão em implantação dez UPAs nos municípios de Andradas, Curvelo, Juiz de Fora, Manhuaçu, Passos, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, São João del-Rei, Turmalina e Vespasiano.

*Viva Vida:
Redução da
Mortalidade
Infantil em
15%*

O Projeto Viva Vida, orientado pela meta de redução da mortalidade materna e infantil, desenvolve três grandes eixos: estruturação da rede Viva Vida de Atenção à Saúde, a qualificação dessa rede, e a construção de um processo de mobilização social.

Como forma de estruturar a rede assistencial prevê-se a implantação de 27 Centros Viva Vida de Referência Secundária. Esses centros têm abrangência microrregional e entre as suas várias atribuições estão o atendimento à criança de risco, a realização de pré-natal na gestante de alto risco, o planejamento familiar e a atenção às vítimas de violência sexual e doméstica. Já existem seis centros em funcionamento, nas cidades de Itabirito, Santo Antônio do Monte, Brasília de Minas, Janaúba, Capelinha e Frutal.

Outro investimento feito na rede assistencial foi a assinatura de convênio para a implantação da Casa de Apoio à Gestante. Tal estrutura, geralmente anexa às maternidades de alto risco, visa garantir a assistência adequada às gestantes de risco, bem como humanizar a assistência por meio da permanência das mães próximas a seus filhos recém-nascidos enquanto estes permanecem em uma UTI neonatal recebendo cuidados especiais.

No que se refere à qualificação da rede assistencial foram capacitados 711 profissionais da atenção primária, secundária e terciária de todo o Estado. Além disso, encontram-se implantados, em 483 municípios de Minas Gerais, os Comitês de Prevenção de Mortalidade Materna e, em 457 municípios, os Comitês de Prevenção de Óbito Infantil.

Foram criados dois Comitês Municipais de Defesa da Vida, que congregam vários atores e entidades com conhecimentos sobre os fatores que têm influências nas mortalidades infantil e materna em sua área de atuação, possibilitando uma melhor compreensão do problema e, conseqüentemente, maior eficiência nas maneiras de amenizá-lo.

Entre os principais resultados obtidos pelo programa está a redução da mortalidade infantil em aproximadamente 15% entre os anos de 2003 e 2006¹⁶.



Fonte: SES/MG

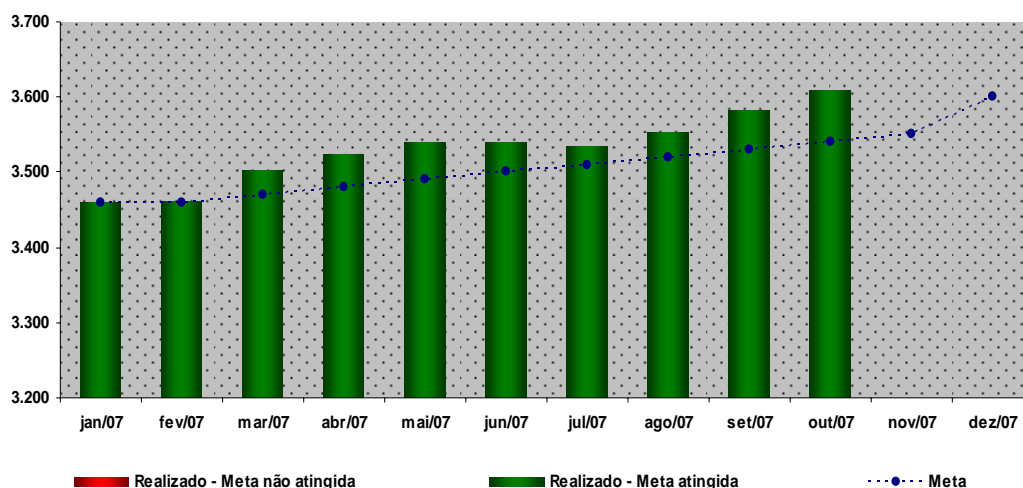
O Programa Saúde em Casa tem como objetivo ampliar e fortalecer a Estratégia Saúde da Família (ESF) por meio de repasses financeiros para a melhoria da infra-estrutura das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e de incentivos financeiros mensais para os municípios. Atualmente, Minas Gerais tem uma cobertura populacional da ESF de 64,6%. São 3.630 equipes de saúde da família recebendo o incentivo mensal do Estado em 830 municípios mineiros, o que representa 99,87% de adesão dos municípios ao Programa Saúde em Casa.

*Saúde em
casa: 64% de
cobertura
populacional*

¹⁶ Fonte: DATASUS/ Superintendência de Epidemiologia (dados provisórios de 2006)

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

O programa ainda repassou parte dos recursos necessários para construir, reformar ou ampliar e equipar 510 Unidades Básicas de Saúde¹⁷ em todo o Estado de Minas Gerais. O resultado dessa política de investimentos foi a diminuição das internações sensíveis à atenção ambulatorial em 12%¹⁸, nos últimos cinco anos.



Incentivo Saúde em Casa - 2007

Fonte: SES/MG

Assistência
Farmacêutica:
1,4 bilhão de
medicamentos
básicos
distribuídos

De acordo com a nova estrutura orgânica da SES, estabelecida pelo Decreto 44.479 de 9 de março de 2007, criou-se a Superintendência de Assistência Farmacêutica, responsável pelo programa “Farmácia de Minas”, que engloba, além do fornecimento de medicamentos para a atenção primária, medicamentos de alto custo e estratégicos e ações para a melhoria da assistência farmacêutica em todo o Estado de Minas Gerais.

O Programa de Dispensação de Medicamentos de Alto Custo pôde distribuir cerca de 32 milhões de unidades de medicamentos, para atender 60 mil pacientes por mês, já que ingressaram no programa, cerca de 40 mil novos usuários.

No que se refere à assistência farmacêutica da atenção primária – Programa Farmácia de Minas – em 2007, foi realizada a qualificação de 270 farmacêuticos responsáveis pela assistência farmacêutica municipal e regional. Estes farmacêuticos receberam treinamento para a capacitação dos seus atendentes de farmácia e para a utilização do Sistema de Gerenciamento em Assistência Farmacêutica (SIGAF), software desenvolvido e disponibilizado gratuitamente para todos os municípios do Estado. Com relação aos medicamentos estratégicos, o Estado de Minas Gerais investiu recursos três

¹⁷ Resoluções

¹⁸ FONTE: DATASUS

vezes superiores ao pactuado, na compra de medicamentos do Programa de Saúde Mental. Foram distribuídos mais de 1,2 bilhão de medicamentos básicos.

Situado na região norte da capital mineira e abrangendo uma população de aproximadamente 1,1 milhão, o Hospital Risoleta Tolentino Neves (Hospital de Venda Nova) atende aos municípios do seu entorno (Ribeirão das Neves, Vespasiano, Santa Luzia, São José da Lapa e Sabará) e tem papel fundamental na prestação dos serviços de saúde, principalmente na área de politraumatismo. Nesse sentido, o Estado renovou a parceria para dotá-lo de capacidade operacional, visando ao desenvolvimento de atividades assistenciais de saúde e de programas de ensino, pesquisa e extensão para assegurar o atendimento à população. Foi implantado um sistema informatizado de gestão hospitalar, a conta-cidadão, e realizado um diagnóstico para Acreditação Hospitalar. A parceria possibilitou a expansão da estrutura hospitalar, conforme quadro abaixo:

*Hospital
Venda
Nova:
431%
de expansão
estrutural*

Expansão Estrutural

HRTN – 2006/2007

Especialidade	Leitos / Salas	
	Antes	Atual
Clínica Médica	24	96 leitos
Clínica Cirúrgica	-	72 leitos
CTI Adulto	10	27 leitos
Centro Cirúrgico	-	6 salas
Maternidade	-	23 leitos
Pronto- Socorro	30	53 leitos
Neonatologia	-	5 leitos
Ativação do Ambulatório	-	Ativação
Total	64 leitos	276 leitos

Fonte: SES/MG

O Programa HIPERDIA tem como objetivo articular e integrar ações nas diversas comunidades do Estado para reduzir fatores de risco e a morbimortalidade pela hipertensão arterial e diabetes mellitus e suas complicações, priorizando a promoção de hábitos saudáveis de vida, a prevenção e diagnóstico precoce dessas patologias. Foram contemplados, com glicosímetro, tiras reagentes, seringas, lancetadores e insulina regular, mais de 16 mil pacientes diabéticos do tipo 1. Distribuiu-se para 100% dos municípios mineiros cartilha de Boas Práticas que Agitam Minas, divulgando promoção e prevenção da saúde. Foi definida a modelagem dos Centros de Referência para atendimento de hipertensos de alto e muito alto grau de risco e de diabéticos

HIPERDIA

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2008

insulino-dependentes, que oferecerá atendimento especializado aos pacientes. Esses centros funcionarão de forma integrada com alguns Centros Viva Vida.

Saúde Mental

Foram credenciados 11 Centros de Apoio Psicossocial (CAPS) nos municípios de Bambuí, Itabirito, Santo Antônio do Amparo, Santo Antônio do Monte, São João da Ponte, Almenara, Nova Serrana, Tombos, Nova Lima, Varginha e Juiz de Fora e foram capacitados 250 profissionais.

Saúde Indígena

O Programa de Saúde Indígena propiciou 704 capacitações entre profissionais, lideranças indígenas e outros envolvidos com a saúde indígena nas oito etnias presentes no Estado de Minas Gerais. Também foram repassados, para cada uma das etnias, computadores e materiais de informática para que as Unidades de Saúde Indígena fossem equipadas. Firmou-se parceria com o Instituto Estadual de Floresta (IEF) para o resgate da Medicina Tradicional Indígena com a elaboração de diagnóstico da situação da cobertura vegetal das terras sob jurisdição indígena de Minas Gerais, a promoção de sua regeneração e para apoio à implantação de hortas e pomares de plantas medicinais.

População Indígena de Minas Gerais

Etnia	Município de Jurisdição Indígena	População Total
Aranã	Coronel Murta/Araçuaí	*54
Kaxixó	Martinho Campos/Pompéu	339
Krenak	Resplendor	273
Maxakali	Bertópolis/Santa Helena	**1.362
Pankararu	Coronel Murta/Araçuaí	**28
Pataxó	Carmésia/Itapecerica	287
Xakriabá	São João das Missões	6.498
Xukuru-Kariri	Caldas	92
Total		8.933

Fonte: Novo Plano Distrital 2007.

*ISA; FUNASA 2001; SIASI de 12 de junho de 2005.

** Somatório junto aos municípios de Frei Gaspar e Ladainha.

Tendo como base informações heterogêneas de órgãos governamentais como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Funasa, IBGE e outras instituições ligadas à população indígena, torna-se impreciso afirmar o número populacional exato das etnias, podendo este encontrar-se subestimado. Esses dados correspondem, possivelmente, apenas às famílias que foram cadastradas.

Saúde Bucal

O Projeto Sorriso no Campo visa a contribuir para o avanço na organização da atenção primária em saúde bucal e promover melhoria na

situação de saúde das populações rural, indígena e quilombola dos municípios participantes, além de possibilitar a integração entre o ensino, a pesquisa e o serviço. Foram distribuídos mais de 407 mil escovas de dente, 98 mil cremes dentais (90g), 44 mil fios dentais (25m cada) e 10 mil unidades de flúor gel acidulado 1,23% (frasco 200 ml). Implantando-se 53 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

O Programa DST/HIV/Aids beneficiou 13 mil portadores com medicamentos anti-retrovirais. Foram investidos recursos para aquisição de medicamentos contra infecções oportunistas e DST, os quais foram distribuídos para os diversos municípios. Mais de 130 mil exames Elisa Anti-HIV foram realizados, bem como três campanhas de massa – “Carnaval”, “Sífilis” e “Dia Mundial de Luta Contra a Aids”. Firmou-se parceria com 18 ONGs, visando a alcançar populações específicas e vulneráveis no Estado de Minas Gerais, no que se refere à prevenção das DST/HIV/Aids e assistência aos portadores delas. Cerca de 6,2 milhões de preservativos masculinos foram distribuídos para Secretarias Municipais de Saúde e outras entidades governamentais e não-governamentais. Foram distribuídas, aproximadamente, 11 mil latas de fórmula infantil (leite) para crianças expostas ao HIV atendidas nas maternidades cadastradas no Projeto Nascer, bem como disponibilizados cerca de 80 mil testes rápidos e tratamento quimioprolático para essas maternidades.

*DST/ HIV/ AIDS:
13 mil
portadores
assistidos*

A Rede de Atenção à Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência viabilizou a implantação da Triagem Auditiva Neonatal (TAN) no Estado, possibilitando diagnosticar precocemente as possíveis alterações auditivas do neonato e intervir em tempo hábil para estimular a linguagem oral. Contando com 117 unidades credenciadas para a prestação de serviços ao deficiente mental e autista, foi possível atender aproximadamente 29 mil portadores de transtornos mentais. Foi realizada a 2.^a Jornada da Inclusão: Vitória pelo Esporte.

*Portador de
Deficiência:
implantação
do “TAN”*

A Vigilância Sanitária inspecionou 134 Serviços de Mamografia do Estado, promovendo um aumento progressivo no grau de acerto e precocidade no diagnóstico do câncer de mama. Dando continuidade ao Programa de Monitoramento das Instituições de Longa Permanência para Idosos, inspecionou 150 destas instituições, todos os núcleos de hemoterapia e hemocentros regionais e também todas as penitenciárias e centros de internação para adolescentes do Estado de Minas Gerais. Foram realizadas inspeções e análises na água tratada dos 74 serviços de diálise do Estado. Definiu estratégias para que os 853 municípios de Minas equacionem as questões locais referentes à destinação final, coleta e transporte dos resíduos, mediante programas de informação, orientação e fiscalização dos Planos de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde. Inspeccionou todos os hospitais psiquiátricos, todos os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e 50% das Comunidades Terapêuticas para Dependentes de Álcool e Outras Drogas. Por intermédio do Programa de Monitoramento da Qualidade Hemoterápica, foram coletados e testados, no laboratório da Funed/IOM, 3.840 tubos de soro, que demonstraram uma incongruência menor que 1%, indicando alta qualidade sorológica do produto hemoterápico produzido em Minas Gerais.

*Vigilância
Sanitária*

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

Na área de medicamentos e congêneres, a Vigilância Sanitária desenvolveu realizou 68 inspeções em indústrias com objetivo de Certificação das Boas Práticas de Fabricação, sendo 38 em indústrias farmacêuticas, 27 em indústrias de produtos para saúde, três em indústrias de cosméticos, e cadastrou seis estabelecimentos hospitalares para utilização do medicamento Misoprostol e 63 farmácias e drogarias que dispensam medicamentos de uso sistêmico à base de retinóides.

Em atendimento ao Programa Estadual de Monitoramento da Qualidade de Medicamentos e Cosméticos Comercializados no Estado de Minas Gerais, foram coletados e analisados 99 medicamentos e 131 cosméticos. Além disso, foram desenvolvidas ações em conjunto com a Polícia Federal de investigação de medicamentos manipulados e emagrecedores contendo na sua formulação associações medicamentosas proibidas.

A Vigilância Sanitária verificou, também, a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos consumidos pela população com o objetivo de garantir a adequação deles ao consumo, com base nos parâmetros legais vigentes como requisito para disponibilização no mercado. Esta verificação foi realizada por meio do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Alimentos em Minas Gerais (PROGVISA), que analisou 1.378 amostras de 30 categorias de alimentos, desencadeando 314 procedimentos administrativos (interdição cautelar, lavratura de auto de infração, entre outros) e gerando 120 inspeções nos estabelecimentos detentores das amostras que apresentaram desconformidades nos requisitos legais. Ainda na área de alimentos, foram apuradas 148 denúncias de consumidores e analisados 185 processos de registro de alimentos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que em parceria com a Vigilância Epidemiológica investiga doenças transmitidas por alimentos, com reuniões semanais para monitorar as ações conjuntas desencadeadas.

Foram avaliados 2.500 projetos arquitetônicos de estabelecimentos assistenciais de saúde e de interesse da saúde, de importantes programas estaduais, como Saúde em Casa, Viva Vida e Pro-Hosp, além da demanda de projetos apresentados pelas demais pessoas físicas e jurídicas do Estado.

Vigilância Epidemiológica

No que tange às ações desenvolvidas em prol da Vigilância Epidemiológica, cabe destacar as seguintes: intensificação das atividades do Programa de Combate à Dengue, melhorias na comunicação e mobilização social e na capacitação de profissionais de saúde. Foram investidos recursos financeiros em 155 municípios, conforme o Plano de Intensificação das Ações de Controle da Dengue 2006/2007. O Programa de Controle da Leishmaniose Visceral foi implementado nas áreas de maior risco. No programa de Vigilância da Raiva destaca-se, neste ano, a implantação do laboratório de sorologia no Instituto Otávio Magalhães da Funed, que qualifica a profilaxia da raiva em seres humanos. Na coordenação de fatores de risco não-biológicos, destaca-se a implantação dos programas de Vigilância da Qualidade do Ar e da Vigilância de População Exposta a Solo Contaminado que, somado aos programas da Qualidade da Água e à atuação conjunta com outros órgãos no atendimento a situações de emergências ambientais (desastres naturais e com produtos perigosos), qualificam a SES entre as mais atuantes do país neste setor.

Estudos epidemiológicos revelaram grande concentração de doenças crônicas não-transmissíveis (66% do total da carga de doenças em Minas Gerais). Este fato motivou a introdução da abordagem da saúde com ênfase na Promoção, tendo a criança e o adolescente como clientela preferencial. Foram desenvolvidos e implantados programas destinados a desenvolver o protagonismo juvenil e a instrumentalizar o jovem para enfrentar com qualidade mazelas como drogas, DSTs, gravidez precoce, violência, entre outras. Introduziu-se o Programa Saúde na Escola, com a capacitação de 2.885 escolas estaduais de ensino fundamental – 5ª a 8ª séries e do ensino médio, para trabalhar os temas saúde, comportamento, família e debates.

Realizou-se o acompanhamento, avaliação e contenção de surtos de rubéola, hepatite A, meningite viral (em Ipatinga), meningite meningocócica do sorogrupo C (em Sete Lagoas) e implementação do monitoramento das doenças diarreicas agudas e por alimentos.

Atingiu-se uma cobertura vacinal de aproximadamente 90%, na campanha contra a influenza, que tem como público-alvo a população com 60 anos ou mais.

FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS (FUNED)

A Funed, em 2007, foi marcada pela comemoração do centenário, sustentando sua posição como referência nacional na produção de unidades farmacêuticas e imunobiológicas, na realização de pesquisa e no monitoramento das ações de vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental. Entre os diversos eventos comemorativos, destacam-se o lançamento do Livro do Centenário, o seminário Rumo à Excelência - Qualidade e Biossegurança, o workshop do Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (ICGEB), a homenagem ao pesquisador mineiro Amílcar Vianna Martins, a reforma do Auditório Central José Agenor Álvares da Silva, a recuperação da fachada dos prédios e a réplica do laboratório em que o pesquisador Ezequiel Dias, fundador da instituição, trabalhava no início do século XX.

Em paralelo à comemoração dos 100 anos de vida da Funed, houve o ingresso de novos servidores na instituição por meio do concurso público realizado no ano anterior. O concurso ofertou 680 vagas, tendo sido realizadas oito convocações no exercício de 2007. Dessas convocações, 784 candidatos foram nomeados, dos quais 467 estão em efetivo exercício. No intuito de minimizar os impactos oriundos da substituição, a Funed preparou um Treinamento Introdutório para receber os novos efetivos.

A partir da retomada do terreno situado na Avenida Amazonas, 5.800, a Funed vem-se preparando para a construção de uma nova unidade para fabricação de biofármacos. Dois exemplos de medicamentos que poderão ser produzidos são o Interferon Alfa, utilizado no tratamento da hepatite C e a Eritropoietina Humana para o tratamento de doentes renais crônicos. O projeto da nova fábrica aguarda aprovação da Vigilância Sanitária, e a previsão é de

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2008

que a licitação para as obras e para os equipamentos seja feita no próximo ano, com expectativa de conclusão da obra em 2010.

*Produção e
distribuição de
medicamentos
atendendo aos
853
municípios*

Quanto à produção e à distribuição de medicamentos, do total de 71 itens básicos do Programa Farmácia de Minas, a Funed produziu, em 2007, 33 itens, por meio de quatro distribuições anuais, aos 853 municípios, o que perfaz uma rota de 408 mil quilômetros. Cada entrega transporta, em média, 1,3 tonelada. A Funed atendeu, também, aos programas de hanseníase e aids do Ministério da Saúde, produzindo três medicamentos: Talidomida, Nevirapina e Lamivudina + Zidovudina. Atendeu ainda ao Programa Nacional de Imunização (PNI), com a produção de soros anti-rábicos, antiescorpiônicos, antitetânicos e antiofídicos.

Ainda, 25 novos medicamentos encontram-se em fase de desenvolvimento, tendo sido incorporado ao processo produtivo um novo medicamento. Foram também publicados dois novos registros e solicitados outros dois. Duas patentes foram encaminhadas para depósito, 25 projetos de pesquisa estão em andamento e 20 publicações científicas foram veiculadas.

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE MINAS GERAIS (ESP-MG)

Criada em 3 de junho de 1946, a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais há 61 anos vem desempenhando um papel fundamental para a garantia das ações educacionais, essenciais no cumprimento da missão do Sistema Único de Saúde.

*ESP(MG)
torna-se
órgão
autônomo*

Em 25 de janeiro de 2007, graças à Lei Delegada N.º 135, a ESP-MG se tornou novamente um órgão autônomo, separando-se da Fundação Ezequiel Dias (Funed) e vinculando-se, resguardada a autonomia administrativa, financeira e didática, à Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES), com a finalidade de planejar, coordenar, executar e avaliar as atividades relacionadas ao ensino, à educação, à pesquisa e ao desenvolvimento institucional e de recursos humanos, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Sua missão é formar e desenvolver recursos humanos e produzir conhecimentos para a atenção à saúde, a consciência sanitária e a qualidade de vida.

*Coordenação
do processo
de
capacitação
dos 26 mil
agentes
comunitários
de saúde*

Ao longo de sua história, a Escola de Saúde Pública tem sido uma instituição única para o processo de aprimoramento dos serviços de saúde pública em Minas Gerais. Tem sido o suporte no âmbito da formação de recursos humanos necessários à política de reorganização e desenvolvimento sanitário em Minas Gerais.

Na área da educação, em 2007, a ESP-MG continuou sendo responsável pela execução de todas as atividades educacionais promovidas pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, e desenvolveu ações nos diversos níveis de formação e nas áreas de atenção à saúde, assistência farmacêutica, gestão, regulação e vigilância à saúde.

Em parceria com o Ministério da Saúde, assumiu a coordenação de todos os processos de capacitação dos 26 mil agentes comunitários de saúde (ACS) do Estado de Minas Gerais, seja executando diretamente as capacitações ou contratando e acompanhando a realização por outras instituições.

É importante destacar também a parceria da ESP-MG com a Prefeitura de Belo Horizonte, para a formação inicial de agentes comunitários de saúde do município.

Além desses parceiros, houve também parcerias com a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Estadual de Montes Claros, Universidade Federal de Juiz de Fora, Conselho Estadual de Educação, Conselho Estadual de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde de Betim, Secretaria Municipal de Saúde de Contagem, entre outras.

Foram capacitados mais de 10 mil profissionais, nas diversas áreas (Pro-Hosp, Direito Sanitário, Odontologia, Arquitetura de Estabelecimentos de Saúde, Vigilância em Saúde, Saúde Coletiva, Agentes Comunitário de Saúde, Auditoria em Saúde, Médico Regulador, Urgência e Emergência, Conselheiros de Saúde Microrregional, Assistência Farmacêutica, Humanização da Atenção, entre outros).

As ações educacionais da ESP-MG em 2007 contemplaram, aproximadamente, 300 municípios, atingindo todas as macrorregiões da saúde.

Na área da pesquisa, foram realizados três projetos:

- Saúde no Tribunal: jurisprudência e políticas públicas em confronto: em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais e a SES, cujo objeto é produzir conhecimento científico na interseção entre o direito e a saúde, por meio de ensaios, artigos e monografias, de forma que esse conhecimento ofereça subsídios para as decisões do Estado no que diz respeito ao direito em saúde e contribua para a elaboração de políticas de saúde pública mais eficientes;
- investigação de fatores relacionados à adoção do Sistema de Gerenciamento da Assistência Farmacêutica em municípios de Minas Gerais em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com o objetivo de investigar os fatores correlacionados à adoção do Sistema de Gerenciamento da Assistência Farmacêutica (Sigaf) e de que forma tais fatores afetam a adoção do sistema nos municípios;
- investigando a construção de conhecimento e a constituição dos sujeitos no processo de formação do THD, cujo objeto é investigar se a formação do técnico em Higiene Dental realizado pela ES-/MG está atingindo os objetivos previstos no seu plano de curso.

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DE MINAS GERAIS (HEMOMINAS)

Os trabalhos desenvolvidos pela Hemorrede, composta por 22 unidades operacionais, foram bastante expressivos. A Fundação Hemominas atua em todo o Estado de Minas Gerais com alto padrão de excelência e confiabilidade por meio da promoção de medidas preventivas de proteção da saúde do doador e do receptor nas seguintes atividades:

- Hemoterapia: captação de doadores; triagem clínica; coleta do sangue do doador apto clínico; realização de exames laboratoriais imunohematológicos e sorológicos do sangue coletado; provas laboratoriais pré-transfusional e diagnóstico/suporte terapêutico quando ocorrem reações adversas no ato transfusional (programa de hemovigilância); encaminhamento do doador inapto à investigação clínica.
- Hematologia: diagnóstico clínico e laboratorial; tratamento e acompanhamento dos pacientes portadores de coagulopatias hereditárias e hemoglobinopatias (são prestados serviços especializados de hematologia, infectologia, ortopedia, fisioterapia, odontologia, apoio psicossocial e pedagógico); orientação no diagnóstico e na terapêutica das intercorrências hemoterápicas de pacientes clínicos e cirúrgicos.
- Desenvolvimento de estudos, pesquisas e ensino: programa nas áreas de hemoterapia, hematologia e biologia molecular; treinamento de recursos humanos; divulgação das informações e disseminação dos conhecimentos à comunidade científica e à população.

Destacamos algumas atividades e ações realizadas objetivando o desenvolvimento dos programas institucionais básicos:

*Assistência
hematológica e
hemoterápica*

Assistência Hematológica e Hemoterápica. A cobertura hemoterápica atingiu, aproximadamente, 90%. Das 516 unidades contempladas com contratos de prestação de serviços, 485 contratos foram para fornecimento de hemocomponentes, sendo 262 na modalidade assistência hemoterápica e 223 agências transfusionais. O número de pacientes com coagulopatias e hemoglobinopatias cadastrados nos ambulatórios da Hemominas foi de 6.360. Foram realizadas, 62.051 consultas médicas especializadas. Além disso, a Hemominas atendeu, em 2007, 100% das anemias falciformes diagnosticadas pelo teste do pezinho.

Várias ações foram desenvolvidas para consecução dos resultados:

- implementação do Programa de Coleta Externa de Sangue: “Hemominas vai aonde o doador está”. Nas 127 coletas externas compareceram 20.287 candidatos e efetivadas 7.746 coletas;
- realização de 15 supervisões técnicas nas unidades;
- implantação do serviço de coleta e incineração do resíduo infectante;
- execução do programa de doador voluntário de medula óssea de acordo com as diretrizes do Registro Nacional (REDOME), com ampliação do horário para atendimento às pessoas interessadas em se cadastrarem. Importante ressaltar que, dos 420 mil candidatos à doação de medula

óssea no país, 105 mil (25%) foram cadastrados nas unidades da Hemominas. Foram cadastrados 29.776 doadores de medula.

Estudos e Pesquisas em Hematologia e Hemoterapia – Das quatro pesquisas programadas para serem realizadas com recursos próprios, uma foi concluída e três estão em andamento. Além disso, encontram-se em desenvolvimento, nas diversas unidades, mais de 30 pesquisas nas áreas de doação de sangue e componentes, imunohematologia, hemoglobinopatias, doenças transmissíveis e gestão em saúde. Com o objetivo de divulgação dessas pesquisas foi realizado o III Encontro de Pesquisadores da Fundação Hemominas, com a apresentação de 49 trabalhos, na forma de tema livre e pôsteres. Importante ressaltar que a Hemominas foi contemplada pela Fapemig com 15 bolsas de iniciação científica; três bolsas de incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico; 10 cursos no Programa de Capacitação de Recursos Humanos, e ainda foram aprovados dois projetos de pesquisa no Programa Pesquisador Mineiro para o SUS.

*Estudos e
pesquisas em
hematologia e
hemoterapia*

Realizaram-se ainda:

- 305 eventos de capacitação de recursos humanos das áreas técnica e administrativa (60% dos servidores efetivos, contratados, terceirizados e à disposição foram treinados, com um resultado de 21 horas-aula por servidor);
- Simpósio Hemominas de Transfusão Sangüínea do Alto Paranaíba e V Encontro das Agências Transfusionais do Núcleo Regional de Patos de Minas, objetivando a promoção e atualização dos conhecimentos em hematologia e hemoterapia e a troca de experiências entre os profissionais presentes;
- II Treinamento para Multiplicadores sobre Doação no Núcleo Regional de Divinópolis, quando 15 pessoas participaram com o objetivo de qualificar os cidadãos para desenvolverem voluntariamente o trabalho de captação de doadores.

Os principais resultados quantitativos estão demonstrados no quadro a seguir:

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

Áreas de atuação	Principais produções/indicadores	Resultados/Nº	
		Jan-Out	Anual*
Hematologia	Consultas médicas especializadas	62.051	74.461
	Pacientes cadastrados	6.360	...
	Doadores de medula óssea cadastrados	29.776	...
Hemoterapia	Candidatos à doação	289.174	347.009
	Bolsas coletadas nas unidades	221.910	266.292
	Bolsas coletadas externas às unidades	7.746	9.295
	Hemocomponentes produzidos (inclusive plasma)	586.412	703.694
	Hemocomponentes transfundidos	324.089	388.907
	Fatores transfundidos	58.939	70.727
	Exames realizados	1.817.382	2.180.858
	Unidades (hospitais, clínicas etc) atendidas	516	619,2
	Cobertura hemoterápica	89,97%	89,97%
Ensino e Pesquisa	Servidores treinados	60%	60%
	Eventos de capacitação de recursos humanos	305	305
	Pesquisas concluídas	5	5
	Pesquisas em andamento	30	30
* dados estimados			

Fonte: Hemominas

Adequação da
infra-estrutura
física da
Hemorrede

Adequação da infra-estrutura física da Hemorrede - Encontram-se em andamento 21 convênios assinados com o Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde, sendo sete para aquisição de equipamentos técnicos, laboratoriais, de informática, administrativos; cinco para reformas e adequações de unidades; e os demais contemplam treinamento, sistema de custos, microfilmagem de documentos, entre outros. Principais realizações:

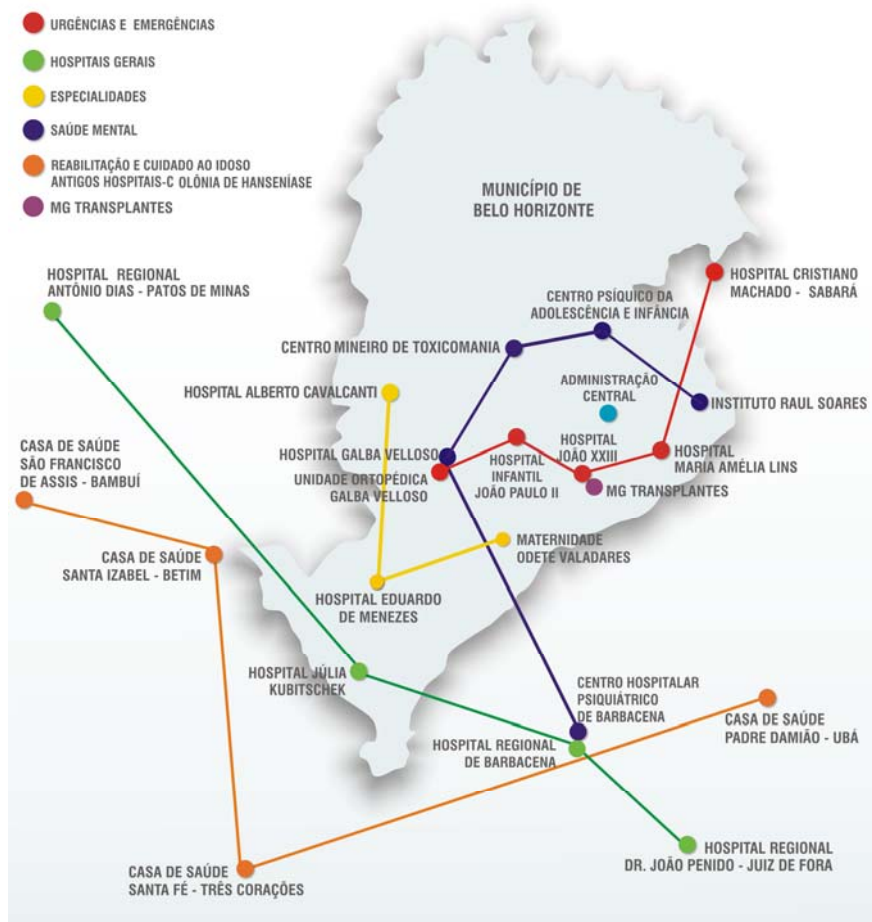
- inauguração do pavimento da coleta de sangue do Hemocentro de Belo Horizonte;
- realização de 75% da obra de reforma do Hemocentro de Montes Claros;
- elaboração e apresentação de 24 projetos para captação de recursos financeiros.

A Fundação Hemominas assinou em outubro, durante o Congresso da Associação Americana de Bancos de Sangue (AABB), nos Estados Unidos, um Acordo de Cooperação com o Héma-Québec, hemocentro público do Canadá. O convênio se deu entre o Estado de Minas Gerais e o Governo do Québec, realizado pela Subsecretaria de Assuntos Internacionais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE MINAS GERAIS (FHEMIG)

A Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig) - no ano em que completa 30 anos - reitera seu compromisso na busca pela excelência na qualidade dos serviços e da assistência prestada aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). A Fhemig foi criada a partir de uma estratégia de modernização do Governo do Estado, com a fusão de três antigas Fundações - FEAMUR (Urgência), FEAP (Psiquiatria) e FEAL (Hanseníase), graças à promulgação da Lei Estadual 7088/77.

A rede de hospitais da Fundação abrange o município de Belo Horizonte com 11 unidades, a região metropolitana da capital com duas e o interior do Estado com sete. Visando promover um alinhamento das diretrizes de gestão e considerando os diferentes graus de complexidade, os 20 hospitais que integram a Fhemig foram agrupados em cinco complexos assistenciais, reforçando a proposta de funcionamento de rede e permitindo maior racionalização e adequação administrativa. A ilustração demonstra a proposição do trabalho em rede que substitui o funcionamento anterior por unidades isoladas.



Fonte: Fhemig

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

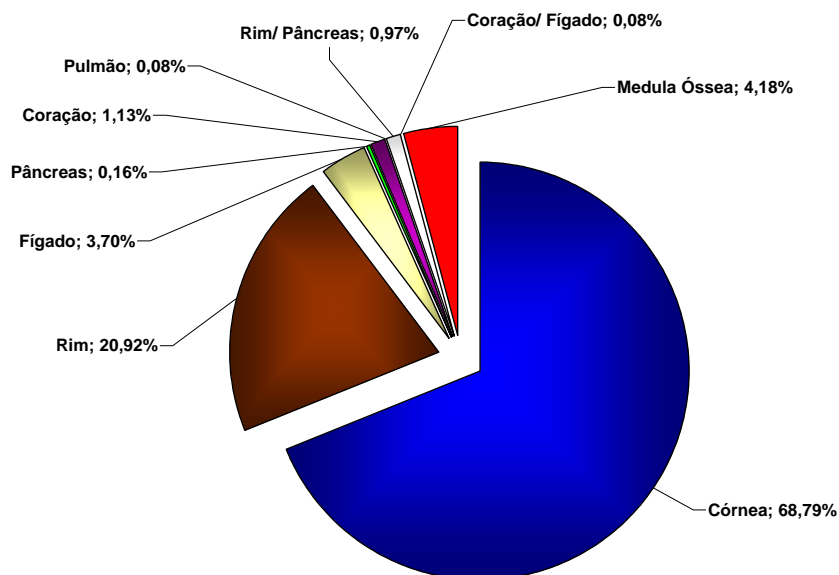
Em 2007, o MG Transplantes foi incorporado à Fhemig, sendo também transformado em um complexo devido à sua responsabilidade na captação de órgãos no Estado de Minas Gerais. O Complexo MG-Transplantes é reconhecido nacionalmente como uma das centrais de transplantes mais organizadas do país.

*Crescimento
do número de
doações de
órgãos*

O MG-Transplantes visa promover a captação e distribuição de órgãos, inscrevendo os potenciais receptores, e atua, conforme sua estrutura organizacional, com oito núcleos: Coração, Córnea, Fígado, Imunogenética, Medula Óssea, Pulmão, Rim e Assistência Social. Também é importante salientar o aumento nas doações de 4 para 5,7 por milhão de habitantes, representando aumento de 34% nas captações. O número de doações de córneas impactou de forma significativa a redução da fila de receptores. A expectativa é de que no prazo de dois anos não exista, no Estado, fila de espera para transplantes de córneas. A disponibilização de transporte aéreo para a equipe responsável pela retirada de órgãos e tecidos, assim como a continuidade dos investimentos em infra-estrutura, tem sido fundamental na configuração de um conjunto de ações que permite ao MG-Transplantes ocupar o lugar de segundo maior serviço de transplantes de órgãos do país.

Foram realizados, em 2007, 1.243 transplantes, conforme o gráfico a seguir:

Transplantes realizados no Estado de Minas Gerais por órgãos e tecidos até outubro de 2007



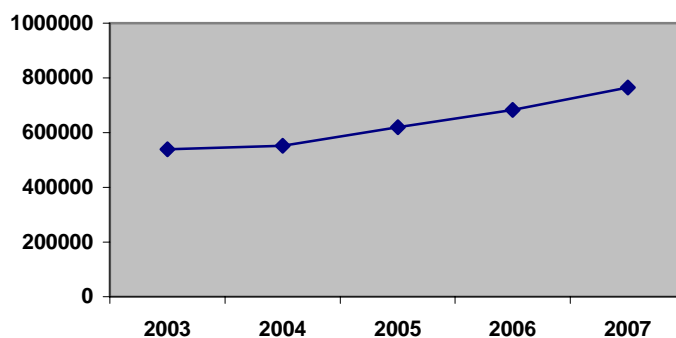
Fonte: MG Transplantes

Uma maior articulação entre planejamento, gestão e assistência, no entanto, fazia-se necessário para a agregação de novos valores à cultura institucional e para o estabelecimento de estratégias de atuação que de fato

promovessem alterações irreversíveis nos serviços prestados. Para tanto, a Fundação buscou, em 2007, com nova proposta organizacional, uma adequação funcional que possibilitasse relações mais profícuas entre as diversas áreas e que otimizasse a prestação de serviços de forma integrada e com efetividade nas ações.

Nos últimos quatro anos foram realizados os maiores investimentos da história da Fhemig. Como resultado, a Fundação oferece à população mineira atendimento com qualidade em curva ascendente, principalmente no setor de urgências e emergências e no tratamento de patologias de alta complexidade e maior custo.

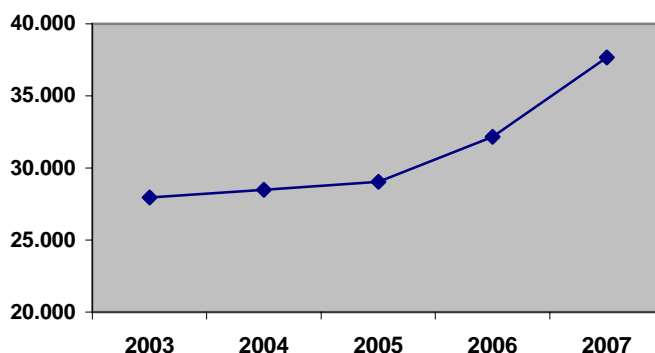
CONSULTAS DE URGÊNCIA NAS UNIDADES DA FHEMIG NO PERÍODO 2003 A 2007*



(*) estimado com base nos nove primeiros meses do

Fonte: Fhemig

CIRURGIAS REALIZADAS NAS UNIDADES DA FHEMIG 2003 A 2007*



(*) Estimado com base nos nove primeiros meses do ano

Fonte: Fhemig

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

*Implementação
do serviço de
radioterapia no
Hospital Alberto
Cavalcanti*

A implementação do serviço de radioterapia no Hospital Alberto Cavalcanti (HAC), com o pleno funcionamento do acelerador linear, possibilita o tratamento de tumores tanto superficiais, como os de pele, quanto profundos, como os de próstata. O objetivo é propiciar atendimento completo aos pacientes com câncer, uma vez que a unidade já oferecia tratamentos cirúrgicos e quimioterápicos. O HAC é o primeiro hospital público de Minas Gerais que oferece oncologia clínica. A operacionalização do acelerador linear vem ao encontro a um antigo sonho de transformação do hospital em um Centro de Alta Complexidade em Oncologia (Cacon).

Em cumprimento à meta da Agenda Setorial do Choque de Gestão, a Fundação iniciou em 2007 o processo de implantação de sistema para apuração de custos hospitalares. O objetivo é identificar o custo de cada área e atividade como também o custo do atendimento e internação dos pacientes. O sistema é uma ferramenta gerencial para o planejamento dos gastos, permitindo a avaliação da aplicação dos recursos e sua otimização na assistência médico-hospitalar. A meta é implantar o sistema em pelo menos 10 unidades hospitalares até dezembro de 2008.

Dando continuidade à gestão estratégica da clínica, foram desenvolvidos e publicados 15 protocolos clínicos. A elaboração dos protocolos encontra-se alicerçada em literatura específica sobre diretrizes e ordenamento do conhecimento, segundo as bases de evidências científicas. Cabe à vigilância epidemiológica e sanitária, com a implantação de software para controle de infecção hospitalar, promoção do uso seguro e racional de medicamentos.

A Fhemig, além da assistência aos usuários do SUS, também contribui para o fomento ao desenvolvimento técnico-científico, a formação e qualificação dos servidores da saúde do Estado de Minas Gerais. Na área da saúde do trabalhador, destaca-se a imunização de 65% dos servidores da Região Metropolitana e a redução de 30% de afastamento funcional.

Com o objetivo de proporcionar melhores condições de trabalho e garantia da qualidade da assistência, a Fhemig continua com os investimentos em obras e revitalizações das unidades assistenciais, entre elas:

- Hospital João XXIII: importante parcela das obras do hospital foi concluída, sem que houvesse redução no número de atendimentos. Foram investidos recursos para obras físicas e aquisição de equipamentos. Na primeira fase todo o setor de urgência e emergência foi reformado, com significativa ampliação do conforto e capacidade de atendimento. Também foi ampliado o número de leitos de CTI, que passou de 39 para 115.
- Hospital Maria Amélia Lins: a unidade, que foi o primeiro pronto-socorro da capital, passou por ampla reforma. Além das obras, novos equipamentos foram adquiridos para fortalecer a qualidade e segurança das cirurgias de alta complexidade ortopédica e reparadora de membros.
- Hospital Alberto Cavalcanti: o hospital deu importante passo para transformar-se em Centro de Alta Complexidade em Oncologia com a ativação do serviço de radioterapia.
- Centro Psíquico da Adolescência e Infância: instalação do serviço de

urgência e revitalização de várias áreas, como o alojamento conjunto e o ambulatório.

- Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena: recebeu importante investimento na revitalização do Pavilhão Galba Veloso, visando a humanizar os espaços e dar conforto aos pacientes.

TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS (SETOP) E DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS (DEOP)

O Estado de Minas Gerais tem como meta prioritária a garantia da implementação de redes de infra-estruturas modernas e eficazes que viabilizem a mobilidade de pessoas, bens e serviços com segurança, rapidez e comodidade, o que contribuirá para o desenvolvimento econômico e melhorias na qualidade de vida do cidadão. Paralelamente, haverá promoção de obras públicas compatíveis com as demandas da sociedade, bem como a salvaguarda do meio ambiente e do patrimônio artístico, histórico-cultural.

Ao longo de 2007, os órgãos que compõem o Sistema Transportes e Obras Públicas: a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop), o Departamento de Obras Públicas (Deop), o Departamento de Estradas de Rodagem (DER-MG) e o Trem Metropolitano de Belo Horizonte S.A. (Metrominas) foram responsáveis por obras e implementação de redes viárias em todo o Estado de Minas Gerais.

Com o advento da Lei Delegada nº. 165, de 25 de janeiro de 2007, em consonância com diretrizes do Programa Choque de Gestão, a Secretaria de Transportes e Obras Públicas sofreu diversas alterações quanto a suas competências e sua estrutura. A criação de duas subsecretarias acena priorizar o planejamento finalístico, capaz de conquistar recursos de fontes alternativas, como a realização de convênios, a captação de recursos federais e a parceria com as prefeituras municipais.

Com o crescimento da estrutura da Setop e de suas competências técnicas, houve a necessidade de otimização e incremento da estrutura de informática e de informação, para fornecer melhor suporte para as ações desenvolvidas pela Secretaria.

O exercício de 2007 trouxe a aquisição de novos equipamentos de informática, ampliação do seu *link* de acesso e busca por melhorias quanto à segurança da informação circulante. Destaca-se, nesse cenário, a reformulação do sítio eletrônico da Setop e a construção de um Sistema de Gestão de Convênios (SGC).

*Reformulação
do sítio
eletrônico da
Setop*

O novo portal da Secretaria conta hoje com estrutura mais moderna e dinâmica, condizente com as diretrizes técnicas e legais da Superintendência de Governança Eletrônica da Seplag. Brevemente, com o portal da *Intranet*, haverá mais acesso às informações relevantes à organização.

O Sistema de Gestão de Convênios (SGC) foi constituído com vistas à disseminação de informação segura e de qualidade a respeito dos convênios firmados entre a Setop e os municípios mineiros, assim como o acompanhamento de todas as fases do processo de convênio. O SGC objetiva, portanto, gerenciar de forma sistemática integrada os convênios públicos vinculados aos conceitos de gestão da informação informatizada.

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

O Programa Edificações Públicas tem por finalidade a construção, ampliação e reforma das edificações públicas para viabilizar a continuidade de projetos e atividades de forma a atender a população mineira com mais eficiência e eficácia. Foram concluídas 11 obras de reforma e três obras de construção de prédios públicos (3º Pelotão da 7ª Cia. da Polícia Militar Rodoviária, em Vespasiano, Sede Nacional de Paleontologia, em Uberaba, Posto da Polícia Militar, em Ibirité, e 18º Batalhão da Polícia Militar, em Contagem). Em andamento, há mais 19 obras.

O Programa Auxílio aos Municípios em Ações Emergenciais e Obras de Infra-Estrutura visa auxiliar os municípios, tanto financeiramente quanto em execução de obras diversas. O programa ganha maior importância frente à necessidade de obras emergenciais, em virtude das calamidades decorrentes de intempéries, como seca, geada e chuvas. O programa, além de apoiar os municípios em obras estratégicas, em execução direta ou por meio de convênios, possibilitará o melhoramento de infra-estrutura em diversos municípios com a celebração de, aproximadamente, 600 convênios, com investimentos estimados em 110 milhões de reais.

O Programa Aeroportuário de Minas Gerais (PROAERO) enfoca a adequação, ampliação e melhoria da malha aeroviária do Estado de Minas Gerais. O acesso aeroviário a todas as regiões de Minas Gerais permitirá que mais de 95% dos municípios mineiros estejam a uma distância menor que 100 quilômetros de um aeroporto pavimentado e balizado, operando 24 horas por dia. Foram concluídas as obras dos aeroportos de Manhuaçu, Diamantina e São João del-Rei.

O Programa Melhoria da Infra-Estrutura dos Acessos Viários permite facilitar o deslocamento de veículos e pessoas e o escoamento da produção, interligando localidades variadas e dinamizando a economia. A Setop, além de fornecer equipamentos aos municípios, executa - por meio do Deop e do DER - obras que colaboram para o objetivo deste programa, como pavimentação entre Divisa Nova e Botelhos, fornecimento de material betuminoso aos municípios de Uberlândia, Montes Claros, Juiz de Fora, Caxambu e São João Evangelista. Foram atendidos diversos municípios com a distribuição de equipamentos (vigas metálicas, mata-burros, bueiros metálicos e abrigos). A planilha que se segue demonstra a quantidade distribuída por região de planejamento:

Melhoria
dos acessos
viários

TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Região	Vigas Metálicas	Mata-Burros	Bueiros ARMCO'S (un)
Alto Paranaíba	48	95	45
Central	54	438	34
Centro Oeste de Minas	69	153	15
Jequitinhonha/Mucuri	46	225	25
Mata	69	229	68
Noroeste de Minas	75	26	7
Norte de Minas	68	380	14
Rio Doce	81	235	60
Sul de Minas	98	256	35
Triângulo	60	78	2
Total	668	2115	305

O Programa Estradas Turísticas e Ecológicas tem a finalidade de fomentar o desenvolvimento regional, com a construção ou recuperação de trechos, interligando diversos municípios mineiros dotados de potencial turístico. Este ano, numa parceria Ministério do Turismo / Secretaria de Estado de Turismo (Setur) / Setop, pavimentou-se a estrada Janaúba / Balneário Bico da Pedra. As obras de pavimentação de Campos do Jordão/ Itajubá e Camanducaia / Monte Verde deverão terminar no próximo exercício.

O Programa Ampliação e Reforma de Unidades da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais tem como objetivo construir, ampliar e reformar as unidades prediais da instituição, visando adequar sua estrutura física e aperfeiçoar os serviços prestados aos usuários. Neste importante projeto, foram concluídas as obras de reforma da Casa do Policial Civil e drenagem pluvial da Unidade Gameleira da Polícia Civil, em Belo Horizonte, a construção do prédio da Polícia Civil, em Lagoa Santa, e da Delegacia Regional em Alfenas.

Estão em andamento mais seis obras, sendo quatro em Belo Horizonte, uma em Andradadas e outra em Pouso Alegre.

O Programa Estruturador Centro Administrativo do Governo de Minas Gerais, de responsabilidade da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), objetiva aumentar a eficiência dos serviços públicos, racionalizar os processos administrativos e reduzir gastos. A despesa realizada neste programa destinou-se à elaboração de projetos executivos de arquitetura, estruturas e instalações complementares do Centro Administrativo.

*Elaboração de
projetos
executivos do
Centro
Administrativo*

O Programa Estruturador Redução da Criminalidade Violenta em Minas Gerais, sob a gerência da Secretaria de Estado de Defesa Social, busca reduzir os índices de criminalidade violenta em todo o Estado de Minas Gerais, especialmente nos grandes centros urbanos. Em 2007, construíram-se o Centro de Integração Profissional (CEIP) e Centro de Integração do Adolescente (CIA) de Divinópolis e Uberlândia e reformou-se o Centro de Internação Provisória de Montes Claros. As obras do CEIP de Juiz de Fora estão em andamento, devendo ser concluídas em 2008. Também foram concluídos os

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2008

projetos de AISP de Contagem, Vespasiano e Santa Luzia. Estão em andamento os projetos de Belo Horizonte e Ribeirão das Neves.

O Programa Estruturador Ampliação de Vagas e Modernização da Gestão do Sistema Prisional objetiva a redução da criminalidade violenta em Minas Gerais. Sua manutenção justifica-se pelo recrudescimento dos índices de criminalidade violenta do Estado de Minas Gerais nos últimos anos, especialmente nos grandes centros urbanos.

Conclusão
de obras na
área de
segurança

Em 2007, foram concluídos os presídios nos municípios de Caratinga e de João Pinheiro, a Cadeia Pública de Andradadas, o centro administrativo do Centro de Operações Especiais (COPE) de Belo Horizonte, e da Penitenciária de Formiga. Estão em andamento as obras de construção dos presídios do município de Coronel Fabriciano, Montes Claros e Teófilo Otoni, além da recuperação da Colônia Penal de Uberlândia.

O Programa Gestão de Projetos tem por objetivo auxiliar na programação, coordenação e controle da execução e implementação de políticas públicas nos setores de transportes e obras públicas com estudos, projetos e consultorias que permitam demonstrar a viabilidade de projetos apresentados e o acompanhamento daqueles aprovados. Neste exercício, houve diversos estudos e projetos, como:

- Gerenciamento e auscultação da rede rodoviária;
- Assessoramento ao desenvolvimento do Sistema de Gestão de Convênios;
- Elaboração de projetos aeroportuários.

Uma nova modelagem para o Sistema do Transporte Coletivo Metropolitano propiciará incremento da interligação entre os municípios, encurtamento de percursos hoje utilizados, aumento da oferta de destinos aos usuários, diminuição do tempo de traslado, redução dos custos operacionais, melhoria do nível de serviço e segurança aos usuários e uso de bilhetagem eletrônica. A licitação do Sistema de Transporte Coletivo Metropolitano está em andamento.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS (DER-MG)

O Programa Estruturador de Recuperação e Manutenção Rodoviária do Estado de Minas Gerais (ProMG) propõe recuperar e manter em condições adequadas a rede rodoviária pavimentada sob jurisdição do DER-MG, hoje com 16.019 quilômetros. O objetivo principal do ProMG é o restabelecimento das condições de segurança e conforto para o usuário. Até dezembro de 2007, terão sido executados serviços em 9.790 quilômetros, sendo 1.600 quilômetros no presente exercício. Dentro do ProMG destaca-se o ProMG Pleno que, por meio de um novo conceito de gestão de contratos, busca atingir e manter padrões de desempenho definidos que assegurem condições satisfatórias de segurança e trafegabilidade para um período de quatro anos.

Nessa nova sistemática, já foi contratada a recuperação e conservação de 1.800 quilômetros de rodovias, nas áreas da 1.^a Coordenadoria Regional (Belo Horizonte), 20.^a Coordenadoria Regional (Formiga), 16.^a Coordenadoria Regional (Oliveira), 3.^a Coordenadoria Regional (Pará de Minas) e 24.^a Coordenadoria Regional (Passos). Desse total, aproximadamente mil quilômetros foram recuperados até dezembro de 2007.

O Programa Estruturador Pavimentação de Ligações e Acessos Rodoviários aos Municípios (Proacesso) objetiva atender a 224 municípios. O Governo do Estado autorizou o início da pavimentação de acessos a 168 municípios, totalizando 3.740 quilômetros de rodovias, cujas obras beneficiarão diretamente cerca de 1.072.000 mineiros. Do início do programa até dezembro de 2007 foram pavimentados 1.594 quilômetros de rodovias, e 78 municípios já contam com acesso totalmente pavimentado. Encontram-se, em andamento, as obras de pavimentação dos acessos a 40 municípios. Existem, ainda, 50 obras em licitação e/ou com licitação em preparação. Além disso, o DER-MG está elaborando os projetos de engenharia rodoviária dos demais acessos incluídos no programa.

*Programa de
Pavimentação
de Acessos
avança*

Programa Estruturador Infra-Estrutura de Transportes do Triângulo e Alto Paranaíba visa reduzir os custos de transporte e aumentar a competitividade da indústria nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, incrementando a infra-estrutura portuária, aquaviária e implantando e recuperando a malha viária.

Até dezembro de 2007, foram elaborados os projetos de engenharia e contratadas as obras para pavimentação dos trechos Entroncamento Limeira do Oeste - Entroncamento MGT497(Carneirinho), com extensão de 19,60 quilômetros, Fosfertil - Entroncamento MG427, com extensão de 32 quilômetros, Fosfertil - Entroncamento Água Comprida, com extensão de 20,80 quilômetros, Entroncamento MG 427 - Ubatã, com extensão de 5,80 quilômetros e os projetos de restauração do trecho Entroncamento MG 427 - Água Comprida com extensão de 16 quilômetros, Canápolis-Capinópolis com extensão de 12,20 quilômetros e iniciado o projeto de engenharia do trecho Entroncamento Limeira do Oeste - Rio São Domingos com extensão de 39 km, totalizando 145,40 quilômetros. Além disso, estão em fase de licitação de projetos de engenharia os seguintes trechos: Pirajuba-Planura, Pirajuba-Frutas, Contorno de Pirajuba, Contorno de Campo Florido, Uberlândia-Campo Florido perfazendo um total de 160,2 quilômetros.

Também foram concluídas as pavimentações dos trechos Pirajuba-Entroncamento BR 262 (Boa Sorte), com extensão de 24,60 quilômetros, Entroncamento LMG 810-Entroncamento BR 262 (Serrinha) com extensão de 9,85 quilômetros, Ponte Alta-Entroncamento BR262 com extensão de 5,80 quilômetros, Delta-Jubaí-Ponte Alta com extensão de 35,40 quilômetros, Entroncamento Campina Verde-Honorópolis com extensão de 50,50 quilômetros e alargamento e restauração da MG 464 com extensão de 7 quilômetros, perfazendo 133,15 quilômetros.

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

Além disso, foram concluídos os serviços de recuperação do pavimento e balizamento noturno do Aeroporto de Iturama e iniciadas as obras para ampliação, melhoramento e balizamento noturno do Aeroporto de Frutal.

O Programa Estruturador Reestruturação da Plataforma Logística e de Transportes da RMBH, renomeado Infra-Estrutura de Transportes da RMBH, visa a melhorar as condições de transportes e a racionalizar a movimentação de bens no interior do tecido urbano da RMBH e nas interfaces com os corredores radiais de tráfego.

*Linha Verde:
Obras
concluídas
do Boulevard
Arrudas e da
duplicação
da MG 010*

Das três obras que integram a Linha Verde, duas já estão concluídas, o Boulevard Arrudas e a duplicação da rodovia MG 010. A adequação da Avenida Cristiano Machado será concluída em 2008, sendo quatro OAs já entregues à população, com destaque para o viaduto de intersecção da Rua Jacuí e Avenida Silviano Brandão.

Estão também em andamento as obras de duplicação em 5,3 quilômetros da rodovia MG 020 no trecho BH (Bairro Tupi) – Santa Luzia, com previsão de término em 2008.

No Programa Estruturador Estrada Real foram elaborados os projetos de engenharia e implantada a sinalização em 30 circuitos turísticos: Serras Verdes – Sul de Minas; Triângulo; Verde Trilha Bandeirantes; Canastra; Águas do Cerrado; Caminhos Verdes de Minas; Das Águas; Dos Diamantes; Guimarães; Minas-Rio; Dos Tropeiros; Lago Três Marias; Serras de Minas; Grutas e Mar de Minas; Caminhos do Cerrado; Trilha do Rio Doce; Camanducaia; Serras e Cachoeiras; Serra do Cabral; Grutas; Montanhas Mágicas da Mantiqueira; Malhas do Sul de Minas; Recanto dos Barões; Caminhos do Sul de Minas; Terras Altas da Mantiqueira; Vale Verde e Quedas D'água; Serras do Ibitipoca; Dos Lagos; Nascente do Rio Doce; Pico da Bandeira, compreendendo intervenção em 200 municípios.

Na concretização do Programa de Manutenção da Rede Rodoviária em 2007, o DER-MG recuperou 205 pontos críticos, constando da recuperação aterros aludidos, bueiros, operação tapa-buracos, remoção de barreiras, execução de cortinas atirantadas e gabiões.

O Programa de Pavimentação de Rodovias busca dotar o Estado de Minas Gerais de infra-estrutura rodoviária adequada ao desenvolvimento econômico por meio da pavimentação das rodovias alimentadoras da rede principal e das rodovias coletoras, estratégia para o sistema de transportes de bens e pessoas com qualidade.

Neste programa, estão em andamento obras nos seguintes trechos: Itabira-Nova Era; Brasília de Minas-Rio Pacuí; duplicação da MG 260 no trecho Cláudio-Divinópolis (acesso ao Distrito Industrial de Cláudio), ponte sobre o Córrego Espírito Santo (trecho MG 448-Mercês), Avenida Deusdedit Salgado em Juiz de Fora, Governador Valadares (Vila Isa-Pico Ibituruna), Itabira-João Monlevade, Januária (Contorno), Pouso Alegre-Borda da Mata (Av. Perimetral), Botelhos-São Gonçalo de Botelhos (lote 1) e São Gonçalo de Botelhos-Divisa

Nova (lote 2), Contorno de Lavras, Av. Magalhães Pinto (Montes Claros) e Viaduto sobre a BR 356, em Itabirito.

O Programa de Operação de Via tem como função fiscalizar os veículos de carga nas rodovias sob a responsabilidade do DER-MG, por meio de postos de pesagem, com operação, até outubro/2007, de 20 balanças em diversas regiões e rodovias do Estado. Até o final de 2007, a expectativa é de 30 balanças em condições de funcionamento.

*Controle e
segurança
nas rodovias*

Na Campanha Educativa de Trânsito, que tem por objetivo conscientizar o usuário sobre a importância da educação como fator essencial à segurança de todos, houve 122 blitzes abordando 40.937 pessoas, 144 palestras educativas alcançando 8.818 pessoas, nove cursos para 165 pessoas e 227 outras ações, beneficiando 20.815 pessoas.

Na fiscalização do Sistema de Transporte Intermunicipal de Passageiros, são atendidos 804 municípios, por meio de 1.788 linhas e serviços, com a utilização de uma frota de 4.800 veículos de passageiros e 228 empresas delegatárias, que transportaram 6.800.000 passageiros/mês.

Na fiscalização do Sistema de Transporte Metropolitano de Passageiros, são atendidos 34 municípios, por meio de 900 linhas e serviços com a utilização de uma frota de 2.445 veículos de passageiros e 46 empresas delegatárias que transportaram 18 milhões de passageiros/mês.

Na fiscalização do transporte irregular foram desenvolvidas as seguintes atividades: 4.900 blitzes; 220 mil veículos abordados; 30 mil autos lavrados; 3 mil veículos transbordados e 24 mil pessoas transbordadas.

A Diretoria de Projetos do DER-MG, para atender os diversos programas de governo do Estado de Minas Gerais, até novembro de 2007, concluiu 73 projetos de engenharia rodoviária. Além desses, há 45 projetos em fase de elaboração e 17 em processo de licitação.

TREM METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE S/A (METROMINAS)

O transporte de passageiros sobre trilhos na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) permanece sob gestão federal, uma vez que a União, por suas instâncias técnicas, especialmente o Ministério das Cidades e a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), cuidam de um novo modelo de transporte metroviário a ser discutido com o Estado e municípios de Belo Horizonte e Contagem, como forma de otimizar a transferência de seus sistemas.

A Setop vem acompanhando e contribuindo para a formatação do novo modelo de descentralização, para assegurar a adequada inserção do metrô no Sistema Operacional de Transportes da RMBH em condições de viabilidade econômico-financeira. Contemplar-se-ão não só os aspectos dos investimentos

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2008

necessários à conclusão da linha atual, mas também os projetos contratados para a expansão do sistema, ajustando-se a malha metroviária às necessidades atuais da rede de transporte regional.

TURISMO

TURISMO

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO (SETUR)

Dotar a Secretaria de Estado de Turismo de recursos humanos, de planejamento, gestão e cursos tecnológicos, capacitando-a a liderar o processo de fomento e promoção do turismo mineiro, a partir da imensa potencialidade socioeconômica que o setor apresenta, é a principal realização da Setur em 2007, entre outras iniciativas organizadoras e incentivadoras dos diversos segmentos dessa atividade.

O programa estruturador Estrada Real, maior programa turístico do Estado, possibilitou a capacitação de lideranças empresariais e comunitárias. Iniciou a formatação de dois roteiros estratégicos nas regiões do Sul de Minas e Central, por meio dos Circuitos Turísticos Serras Verdes, Caminhos do Sul de Minas, Terras Altas da Mantiqueira, Grutas e Belo Horizonte, totalizando 20 cidades.

Iniciou-se a criação do Sistema de Dados Estatísticos do Turismo, com a coleta e avaliação de dados estatísticos no âmbito da Estrada Real. O trabalho é realizado em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Instituto Estrada Real (IER), com execução pelo Núcleo de Estudos Aplicados e Sociopolíticos Comparados (NEASPOC), instituto de pesquisa vinculado à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). A primeira série abrangeu cinco circuitos turísticos e a segunda, já iniciada em 2007, expandiu-se para 14 circuitos da Estrada Real: Águas, Serra do Cipó, Diamantes, Ouro, Trilha dos Inconfidentes, Vilas e Fazendas, Caminhos do Sul de Minas, Terras Altas da Mantiqueira, Serra do Ibitipoca, Belo Horizonte, Caminhos Gerais, Serras Verdes do Sul de Minas, Triângulo Mineiro e Canastra.

Criação do sistema de dados estatísticos do turismo

Produtos da Estrada Real e circuitos integrados foram divulgados nos principais eventos turísticos nacionais e internacionais, com participação sobretudo em feiras.

Parcerias e ações de integração com outras Secretarias de Estado merecem destaque: com a Secretaria de Estado de Defesa Social realizou a estruturação do policiamento ostensivo na Estrada Real com as Polícias Militar e Civil do Estado. Foram realizados cursos de Facilitador e de Segurança Preventiva Orientada ao Turismo em Caeté, São Lourenço, São João del-Rei, Ouro Preto, Conselheiro Lafaiete, Barbacena, Juiz de Fora, Diamantina e Itabira, totalizando 200 policiais militares capacitados. Ocorreu a capacitação e sensibilização dos policiais civis em Diamantina, Itabira, São João del-Rei, Juiz de Fora, Ouro Preto e Belo Horizonte, envolvendo 120 policiais civis no curso de capacitação em segurança turística.

Estabelecimento de parcerias entre os setores

Com recursos disponibilizados pela Setur, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (Sedru), em convênio com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), realizará obras de saneamento básico em 22 municípios, em 2008. Com o Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais (Detel), implantou telefonia rural em Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro, Couto Magalhães de Minas, Diamantina e Serro.

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

Placas de sinalização turística foram implantadas nas principais rodovias dos circuitos Caminhos, Gerais, Serra do Brigadeiro e Montanhas Cafeeiras, em parceria com a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop) e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER-MG). Foram realizados dois encontros de gestão, em Ouro Preto e Contagem. Por meio do Fundo de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado de Minas Gerais (FUNDESE), da Estrada Real e do Programa de Desenvolvimento de Empreendimentos da Estrada Real, foram concedidos financiamentos, pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), a 17 microempresas, empresas de pequeno e médio porte e cooperativas de produção e comercialização, localizadas ou a serem implantadas nos municípios integrantes dos circuitos da Estrada Real.

*Convênio
firmado com o
BID para dar
continuidade
ao Programa
Estrada Real*

Para a continuidade do Programa Estrada Real, o Governo de Minas Gerais, por meio da Setur, firmou convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) visando à estruturação e ao desenvolvimento dos produtos turísticos da Estrada Real, prioritariamente nos núcleos de Ouro Preto, Santa Bárbara, São João del-Rei, Diamantina e Serra do Cipó. As ações realizadas em 2006/2007 resultaram na II FETER – Feira de Turismo, nas Mesas de Negócios, na criação da Rede de Micro e Pequenas Empresas da Estrada Real e no Diagnóstico das Termas e Circuito das Águas e o Estudo de Mercado da Serra do Cipó.

A busca de informações de mercado para uma maior comercialização do destino Minas fora do Estado, entre os principais operadores dos mercados nacional e internacional possibilitou o mapeamento das principais necessidades e demandas dos operadores e a identificação de potencialidades do turismo mineiro. Houve duas blitzes, uma no Rio de Janeiro em 34 operadoras que atuam com o mercado internacional, e outra em São Paulo, em 67 operadoras do mercado nacional. Foram realizadas ações de apoio à comercialização dos produtos de destinos estratégicos mineiros, por meio da divulgação dos destinos já formatados. Operadores e jornalistas nacionais e internacionais também vivenciaram alguns roteiros mineiros. O programa Rede de Receptivos Minas foi lançado durante o I Salão Mineiro de Turismo, com a participação de 25 receptivos mineiros.

A Setur, interlocutora em Minas do Ministério do Turismo, apóia os programas de segmentação Vai Brasil, Viaja Mais Melhor Idade e o Programa Aventura Segura – Pólo Serra do Cipó, que visa à capacitação e à certificação das empresas mineiras de turismo de aventura.

O maior evento do turismo de 2007 foi o I Salão Mineiro de Turismo. Realizado nos dias 26 e 27 de setembro, em parceria com o Sebrae/MG, apresentou e incentivou a comercialização dos produtos dos circuitos turísticos de Minas Gerais. Participaram 60 operadoras de todo o Brasil e 40 empresas receptivas do Estado.

A política de descentralização do turismo em Minas Gerais é exemplo para o país. A criação dos circuitos turísticos de Minas, como instâncias de governança regional, atende aos critérios do Ministério do Turismo e

demonstra que o desenvolvimento territorial do turismo pode ser fomentado e trabalhado de forma competente e compartilhada entre poder público e sociedade civil organizada. O Estado já conta com 58 circuitos turísticos criados e 43 certificados, concebidos como sociedades civis e de caráter privado, compondo uma fértil e estratégica rede de organização do turismo de Minas. Em 2007, foram certificados os circuitos: Moda, Serra do Brigadeiro, Pedras Preciosas e Lago de Irapé. Para o apoio à gestão foram firmados convênios com 12 circuitos turísticos certificados.

Em parceria com o Ministério do Turismo, Minas abrigou o Programa de Regionalização do Turismo – Fase II, com extenso programa de apoio ao desenvolvimento dos circuitos, em ações integradas com o Sebrae/MG, Senac/MG, entre outros. Foram realizadas dez oficinas e jornadas técnicas de qualificação dos serviços turísticos, com a presença dos presidentes e gestores de mais de 30 circuitos turísticos.

Ocorreu em 2007 o início da implantação de um programa de desenvolvimento regional, via turismo, para a região do Lago de Furnas, visando ao aumento do capital social e ao desenvolvimento sustentável das comunidades beneficiadas. Os circuitos envolvidos são Caminhos Gerais, Nascente das Gerais, Montanhas Cafeiras de Minas, Vale Verde e Quedas D'água. Por meio do Seminário Turístico do Lago de Furnas e Oficinas de Trabalho, foram definidas ações para o desenvolvimento do Destino Turístico Lago de Furnas. O Inventário da Oferta Turística (INVTUR), projeto-piloto do Ministério do Turismo, foi realizado na região, abrangendo 87 municípios e 13 instituições de ensino e pesquisa.

Obras de reforma e adaptação do Minascentro foram realizadas. Uma segunda etapa está prevista para 2008. Realizou-se também a recuperação do conjunto arquitetônico e paisagístico da Igreja São Francisco de Paula em Ouro Preto. Em andamento, encontra-se o programa de Revitalização de Trechos Ferroviários Turísticos, com a restauração das antigas estações ferroviárias dos municípios de Borda da Mata e de Araguari.

Foi lançada campanha Viva Minas Gerais, com o slogan “Minas. Não dá para explicar. Tem que viver”. Foram confeccionados banners, pôsteres, mapas, calendários, bolsas, sacolas, postais, entre outros, e veiculados anúncios publicitários na mídia impressa, eletrônica (rádio e internet).

A promoção dos atrativos turísticos do Estado, sua história, gastronomia, música, artes e a produção associada ao turismo – artesanato, gemas e jóias, produtos típicos mineiros – realizou-se no Rio de Janeiro, São Paulo, Argentina, Chile e Uruguai. A Setur esteve presente nos Jogos Pan-Americanos e na Feira das Américas (ABAV), a maior do Brasil, em outubro, no Rio de Janeiro, onde o estande de Minas foi premiado como o segundo mais criativo do evento. Foi elaborado o Plano de Promoção Internacional do Turismo de Minas Gerais, definindo estratégias de atuação em dez países: Portugal, Espanha, França, Reino Unido, Itália, Alemanha, Argentina, Chile, Uruguai e Estados Unidos. Foi publicado, pela primeira vez, o Calendário de Eventos Turísticos do Estado de Minas Gerais, nas versões geral e promocional.

Ações de divulgação do turismo mineiro

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2008

A comunicação social expandiu-se em apoio a todos os programas e iniciativas, alcançando veículos de circulação nacional, estadual e municipal, na mídia geral e especializada. Por meio de releases, entrevistas, ações diretas de divulgação e informação, presença em eventos e promoção de Fampress, a comunicação social cumpre seu papel de ferramenta essencial à promoção e comercialização da oferta turística.

A Setur, gestora do Prodetur/NE-II, articula os órgãos e entidades estaduais, prefeituras municipais e governo federal para a execução das obras contidas na matriz de investimentos relativa ao Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha, formado por nove municípios: Capelinha, Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Felício dos Santos, Itamarandiba, Minas Novas, São Gonçalo do Rio Preto, Serro e Turmalina. As ações, a partir de 2007, contemplam aplicação de R\$ 120 milhões, provenientes do BNB/BID, governos federal e estadual e prefeituras, até final de 2009. Está em andamento a implantação do sistema de esgotamento sanitário do Serro. E, em contratação, obras de saneamento de Diamantina. Estão em elaboração os projetos de quatro trechos rodoviários: trecho que liga Conceição do Mato Dentro ao Serro, Milho Verde ao Serro, Diamantina a Milho Verde e São Gonçalo do Rio Preto ao Parque Estadual do Rio Preto. As obras serão licitadas em março de 2008.

*Implantação
da Casa de
Minas*

Vitrine de Minas Gerais em São Paulo, principal mercado emissor de turistas e eventos da América Latina, a Casa de Minas, em implantação, concentrará a promoção do Estado e articulará novos negócios. A diversidade cultural de Minas e seus atrativos turísticos serão mostrados permanentemente, em ação contínua com o estímulo ao fluxo de negócios e representação de instituições públicas e privadas interessadas na promoção de Minas Gerais. A localização, esquina de Avenida Paulista com Rua Minas Gerais, facilita acesso e visibilidade e contribui para o êxito da iniciativa. Sua sustentabilidade decorrerá de ação compartilhada entre o setor público e o setor privado.

O Programa Decola Minas, implantado em 2007, visa ampliar rotas aéreas ligando os principais destinos turísticos de Minas aos grandes centros emissores do turismo nacional e internacional. Foi implementado, pela Total Linhas Aéreas, o novo voo que interliga, três vezes por semana, o Rio de Janeiro a São João del-Rei e a Belo Horizonte. Será introduzida nova rota da Transportes Aéreos Portugueses, a partir de fevereiro de 2008, a Europa a Minas Gerais (Lisboa/Belo Horizonte), sem escalas, com 259 assentos. A Setur prepara, para o início de 2008, ações promocionais em Portugal, Espanha, Itália, Alemanha e França.

A Setur elaborou o documento “Brasil 2014: história, tradição e paixão, ingredientes fundamentais da hospitalidade mineira”, com informações sobre atrativos turísticos, infra-estrutura hoteleira, rede de serviços, entregue à empresa Match - responsável pela avaliação dos Estados para receberem os jogos da Copa. Em parceria com a Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH), a Setur fundamentou o compromisso firmado pelo Governo do Estado e ABIH com a FIFA, o que garante a oferta de cinco mil leitos no Estado.

A Secretaria filiou-se à International Congress and Convention Association (ICCA), que atende às organizações na promoção internacional do turismo de eventos e negócios, objetivando uma maior interação do segmento aos grandes mercados internacionais e, conseqüentemente, ampliando o número de eventos realizados na capital e nos municípios mineiros com vocação para o turismo de negócios.

COMPANHIA MINEIRA DE PROMOÇÕES (PROMINAS)

A Prominas, vinculada à Setur, é a administradora dos Centros de Exposições e Feiras (Expominas) de Belo Horizonte, Araxá e Juiz de Fora e ainda do Centro de Convenções Minascentro. O ano de 2007 foi um tempo de fertilização do terreno do turismo de eventos e negócios em Minas Gerais, com um incremento de 51% em número de eventos desse segmento, considerando somente o Expominas BH.

*Administração
dos quatro
Centros de
Exposição do
Estado*

Este setor é muito importante para impulsionar o desenvolvimento econômico e compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social. Toda a movimentação inclui visitas técnicas, reuniões, exposições comerciais, compra e venda de produtos, serviços e outros. Os eventos, por sua vez, compreendem encontros programados e organizados, como congressos, convenções, simpósios, lançamentos, mostras, exposições e feiras.

Objetivando manter sua estrutura arquitetônica e preservar o patrimônio cultural, as obras de restauração, reforma e urbanização do entorno do Minascentro continuam com investimentos de mais de R\$ 2 milhões com recursos próprios e convênio entre a Setur e o Ministério do Turismo.

No Expominas foram feitos investimentos buscando eficiência operacional, adequação de espaços e implantação da automação do estacionamento.

Foi implantada política de modernização na área comercial com a nova organização de captação, contratos e pós-venda, equipamentos de ponta de desburocratização da convivência com o cliente.

Está em fase final a implementação do site interativo da Prominas, onde estarão disponíveis todos os dados dos centros de convenções e dos pavilhões de feiras, Expominas e do Minascentro.

ANEXO
Demonstrativo da Execução Física e Financeira
2007

ANEXO

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1231	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	8.999.648,00	12.038.117,71			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	5.247.498,00	6.295.515,07			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.024.088,00	4.001.733,18	PESSOA REMUNERADA	186	169
				UNIDADE		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	90.000,00	85.664,12			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.973.390,00	2.063.502,89			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	140.020,00	45.769,80	AUXÍLIO CONCEDIDO	120	86
				AUXÍLIO		
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	20.000,00	98.845,08	SERVIDOR VALORIZADO	40	52
				SERVIDOR		
340	PROJETO JAÍBA	35.000,00	399.177,85			
2017	APOIO À COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO JAÍBA	35.000,00	399.177,85	PROJETO APOIADO	1	0
				PROJETO		
351	PROGRAMA DE GESTÃO DO AGRONEGÓCIO	1.826.610,00	3.320.296,90			
4018	GESTÃO DOS MERCADOS LIVRES DO PRODUTOR - MLP'S	300.000,00	17.648,57	UNIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO SUPERVISIONADA	6	6
				UNIDADE		
4436	APOIO A GERAÇÃO DE TECNOLOGIAS AGROPECUÁRIAS	1.000,00	0	PÓLO TECNOLÓGICO IMPLANTADO	1	0
				POLO		
4439	APOIO A INFRA-ESTRUTURA E A EVENTOS DO AGRONEGÓCIO	700.000,00	1.991.003,54	EVENTO APOIADO	8	14
				EVENTO		
4582	COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS DO AGRONEGÓCIO	825.610,00	1.311.644,79	PROJETO APOIADO	7	7
				PROJETO		
407	AGROMINAS: AGREGAÇÃO DE VALOR, RASTREABILIDADE E CERTIFICAÇÃO DE CAFÉS EM MINAS GERAIS	1.090.000,00	478.858,14			
4128	CERTIFICAÇÃO DE PROPRIEDADES PRODUTORAS DE CAFÉ	580.000,00	0	PROPRIEDADE DE CAFÉ IDENTIFICADA	500	737
				PROPRIEDADE		
4131	CENTROS DE EXCELÊNCIA DO CAFÉ DE MINAS GERAIS	220.000,00	234.566,65	CENTRO DE EXCELÊNCIA IMPLANTADO	3	3
				CENTRO		
4133	CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO CAFÉ - CIC	200.000,00	150.000,00	CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO CAFÉ MANTIDO	1	1
				CENTRO		
4135	PROSPECÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS	90.000,00	94.291,49	NEGÓCIOS VIABILIZADOS	9	9
				NEGÓCIOS		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
504	PROGRAMA MINAS MAIS SEGURO	796.540,00	506.022,00			
1233	GARANTIA DE RENDA MÍNIMA E SUBVENÇÃO DO SEGURO RURAL	796.540,00	506.022,00	PRODUTOR SEGURADO	66.000	4.812
O número de agricultores que receberam o benefício é bem inferior ao número dos que aderiram ao Programa, porque a inscrição é voluntária e só recebem benefício os agricultores que tiveram perda superior a 50% em suas lavouras, e desde que seja motivada por seca decretada pelo município e reconhecida pelo Governo Federal.				PRODUTOR		
706	PROGRAMA DE FOMENTO A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	4.000,00	1.038.247,75			
4428	PRÓ-GENÉTICA – PROJETO DE MELHORIA DA QUALIDADE GENÉTICA DO REBANHO BOVINO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	1.000,00	0	INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL INSTALADA	60	0
				UNIDADE		
4430	AGROFOTA – MODERNIZAÇÃO DA FROTA AGRÍCOLA DE MINAS GERAIS	1.000,00	0	PATRULHA MECANIZADA ADQUIRIDA	10	0
				UNIDADE		
4431	PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DOS BACIAS DOS RIOS JEQUITINHONHA E PARDO	1.000,00	0	PROJETO IMPLANTADO	8	0
				PROJETO		
4432	SUPORTE AS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO	1.000,00	1.038.247,75	CADEIA PRODUTIVA APOIADA	5	6
				PERCENTUAL		
2111	FUNDAÇÃO RURAL MINEIRA-RURALMINAS	66.440.266,00	69.661.108,28			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	5.959.764,00	7.046.230,84			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.970.981,00	2.758.831,09			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.832.762,00	4.192.547,61	PESSOA REMUNERADA	160	160
				UNIDADE		
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	80.000,00	43.557,04	SERVIDOR VALORIZADO	50	11
O PADES foi liberado no final do ano, inviabilizando o início dos cursos programados.				SERVIDOR		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	76.021,00	51.295,10	AUXÍLIO CONCEDIDO	60	60
				AUXÍLIO		
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	596.582,00	1.447.327,41			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	596.582,00	1.447.327,41			
172	REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	4.034.980,00	495.367,12			
4299	CONTROLE DE PROCESSOS EROSIVOS NO MANEJO INTEGRADO DE SUB-BACIAS	4.032.980,00	495.367,12	MUNICÍPIO ATENDIDO	22	7
				MUNICÍPIO		
4302	AGENDA XXI	2.000,00	0	MUNICÍPIO ATENDIDO	3	0
				MUNICÍPIO		
273	INFRA-ESTRUTURA RURAL	2.771.733,00	1.880.002,76			
1530	ÁGUA NA ESCOLA	100.000,00	279.262,56	ESCOLA BENEFICIADA	20	5
				ESCOLA		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1542	CAMINHOS DE MINAS	769.758,00	196.904,73	ESTRADA CONSTRUÍDA/CONSERVADA A QUILÔMETRO	7.060	11.007
Devido à colaboração das Prefeituras, houve uma economia significativa de recursos na execução desta ação.						
1548	MELHORIA DA OFERTA DE ÁGUA NO ESTADO DE MINAS GERAIS	885.254,00	31.383,12	VOLUME DE ÁGUA OFERTADO METRO CÚBICO	24.150	19.630
Houve significativa economia de recursos devido à colaboração das Prefeituras na execução desta ação.						
4549	CONSTRUÇÃO, MELHORAMENTO E CONSERVAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA RURAL	1.016.721,00	1.372.452,35	ÁREA BENEFICIADA METRO QUADRADO	34.492.700	30.647.075
290	IRRIGAR MINAS	51.620.987,00	58.653.564,40			
1562	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO	51.620.987,00	58.653.564,40	PROJETO IMPLANTADO. PERCENTUAL	30	23
340	PROJETO JAÍBA	1.456.220,00	138.615,75			
4317	FISCALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO DO PROJETO JAÍBA II	43.060,00	3.982,22	PROJETO AVALIADO PROJETO	1	1
Feita a fiscalização da operação do Projeto Jaíba. A meta é avaliação de 01 projeto.						
4320	MANUTENÇÃO E REFORMA DE INFRA-ESTRUTURA DO PROJETO	340.000,00	52.869,83	REFORMA REALIZADA REFORMA	6	1
4370	ACOMPANHAMENTO DAS QUESTÕES FUNDIÁRIAS	20.160,00	5.246,00	LOTE REGULARIZADO UNIDADE	419	304
1614	APOIO AS CONDICIONANTES AMBIENTAIS DO PROJETO JAÍBA II	1.053.000,00	76.517,70	CONDICIONANTE ATENDIDA CONDICIONANTE	2	0
2371	INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA	41.181.828,00	47.175.092,23			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	30.831.966,00	33.407.606,13			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	26.226.947,00	28.328.177,61	PESSOA REMUNERADA UNIDADE	1.196	1.228
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	4.387.367,00	4.940.398,39			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	216.652,00	83.932,30	AUXÍLIO CONCEDIDO AUXÍLIO	186	145
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	1.000,00	55.097,83	SERVIDOR VALORIZADO SERVIDOR	1	1.212
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	308.263,56			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	308.263,56			
172	REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	874.000,00	713.948,38			
1904	CONTROLE DA COMERCIALIZAÇÃO E USO DE AGROTÓXICOS	874.000,00	713.948,38	ESTABELECIMENTO FISCALIZADO FISCALIZAÇÃO	1.230	3.584

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
340 PROJETO JAÍBA		550.000,00	695.849,00			
4882 VIGILÂNCIA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL NO PROJETO JAÍBA		550.000,00	695.849,00	PROPRIEDADE INSPECIONADA	1.600	1.688
				PROPRIEDADE		
407 AGROMINAS: AGREGAÇÃO DE VALOR, RASTREABILIDADE E CERTIFICAÇÃO DE CAFÉS EM MINAS GERAIS		890.000,00	4.042.132,34			
4416 AUDITORIA DE CONFORMIDADE DAS PROPRIEDADES DE CAFÉ		890.000,00	4.042.132,34	PROPRIEDADE INSPECIONADA	500	0
				PROPRIEDADE		
517 DEFESA SANITÁRIA		7.791.954,00	7.933.000,62			
4232 VIGILÂNCIA SANITÁRIA VEGETAL		1.046.168,00	1.041.537,02	ÁREA MONITORADA	95.759	122.111
				HECTARE		
4646 VIGILÂNCIA SANITÁRIA ANIMAL		6.745.786,00	6.891.463,60	ANIMAL MONITORADO	46.891.769	47.634.077
				ANIMAL		
526 SEGURANÇA DE ALIMENTOS		212.908,00	74.292,20			
4009 CERTIFICAÇÃO DE ORIGEM E QUALIDADE AGROPECUÁRIA		120.000,00	7.761,20	PROPRIEDADE CERTIFICADA	800	50
				PROPRIEDADE		
4532 INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL		34.513,00	20.845,00	PRODUTO DE ORIGEM ANIMAL INSPECIONADO	107.873	124.167
				TONELADA		
4561 CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS		10.678,00	5.740,00	PRODUTO AGROPECUÁRIO CERTIFICADO	192.758	42.629
				TONELADA		
4563 FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS		47.717,00	39.946,00	INSUMO AGROPECUÁRIO FISCALIZADO	41.598	52.013
				FISCALIZAÇÃO		
603 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS		30.000,00	0			
1394 UNIDADES DO IMA EM AMPLIAÇÃO E REFORMA		30.000,00	0	CONSTRUÇÃO E REFORMA REALIZADA	750	0
				METRO QUADRADO		
3041 EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS		128.958.937,00	129.208.701,53			
001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		101.558.011,00	100.085.458,85			
2002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS		3.779.654,00	3.193.358,71			
2417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS		97.778.357,00	96.892.100,14	PESSOA REMUNERADA	2.200	2.275
				UNIDADE		
002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS		1.000,00	0			
7004 PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS		1.000,00	0			
172 REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO		100.000,00	100.000,00			
1718 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO		100.000,00	100.000,00	PROJETO APOIADO	40	0

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				PROJETO		
223	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - NOVOS TEMPOS	15.879.926,00	22.876.039,02			
4290	PROMOÇÃO DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA - SEGURANÇA ALIMENTAR E MEIO AMBIENTE	8.058.926,00	7.440.359,49	AGRICULTOR FAMILIAR ATENDIDO	129.000	185.279
				AGRICULTOR		
4361	CONSTITUIÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE ESTRUTURAS ASSOCIATIVAS	7.821.000,00	15.435.679,53	ESTRUTURA ASSOCIATIVA ORGANIZADA	11.000	11.801
				UNIDADE		
340	PROJETO JAÍBA	380.000,00	37.200,00			
4881	ATIVIDADES DE EXTENSÃO RURAL AOS IRRIGANTES	380.000,00	37.200,00	FAMÍLIA ATENDIDA	1.816	1.935
				FAMÍLIA		
382	MINAS SEM FOME	10.100.000,00	5.573.380,44			
1035	IMPLANTAÇÃO DE LAVOURAS COMUNITÁRIAS	3.400.000,00	0	FAMÍLIA BENEFICIADA	70.000	68.959
				FAMÍLIA		
1040	PRÓ-POMAR	900.000,00	730.764,21	FAMÍLIA BENEFICIADA	15.000	19.458
				FAMÍLIA		
1082	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	100.000,00	259.666,90	PROJETO IMPLANTADO	10	15
				PROJETO		
1117	CRIAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS	250.000,00	249.802,60	FAMÍLIA BENEFICIADA	500	625
				FAMÍLIA		
1147	ATIVIDADES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E TÉCNICAS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS	2.000.000,00	1.606.701,34	BENEFICIÁRIO ATENDIDO	12.000	27.055
				BENEFICIÁRIO		
				<i>Na previsão inicial planejou-se despesas com alimentação de treinandos, que a Empresa acabou não permitindo, em consonância com legislação federal. Assim, houve sobre de recursos que permitiu aumento do número de cursos de 1.000 para 1.555 e, consequentemente, do público capacitado.</i>		
1187	TANQUE COMUNITÁRIO DE COLETA DE LEITE A GRANEL	750.000,00	678.398,78	TANQUE IMPLANTADO	25	71
				UNIDADE		
				<i>Houve significativa superação da meta física dada a adoção de estratégias mais eficientes de aquisição dos tanques, o que permitiu ampliar a execução da ação.</i>		
1376	INSTALAÇÃO DE UNIDADES COLETIVAS DE PROCESSAMENTO ARTESANAL DE ALIMENTOS	2.500.000,00	1.852.107,81	UNIDADE DE BENEFICIAMENTO INSTALADA	25	43
				UNIDADE		
				<i>A meta física foi superada devido à contabilização de unidades adquiridas este ano com recursos remanescentes do orçamento de 2006.</i>		
4251	CAPACITAÇÃO DE JOVENS RURAIS	200.000,00	195.938,80	JOVEM QUALIFICADO	1.200	1.290
				JOVEM		
407	AGROMINAS: AGREGAÇÃO DE VALOR, RASTREABILIDADE E CERTIFICAÇÃO DE CAFÉS EM MINAS GERAIS	940.000,00	536.623,22			
4486	TRANSFERÊNCIA E DIFUSÃO DE TECNOLOGIA NA CAFEICULTURA	940.000,00	536.623,22	CAFEICULTOR ATENDIDO	13.500	13.500
				CAFEICULTOR		
3051	EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS	40.598.941,00	53.515.505,51			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	32.614.720,00	36.246.264,69			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	31.071.685,00	34.544.623,69	PESSOA REMUNERADA	1.146	1.035
				UNIDADE		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.543.035,00	1.701.641,00			
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	3.508.716,77			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	3.508.716,77			
263	ENSINO TECNICO PARA O AGRONEGOCIO	1.251.000,00	1.050.879,04			
1184	FORMAÇÃO DE TÉCNICOS EM LATÍCIÑOS, AGROPECUÁRIA E COOPERATIVISMO	1.251.000,00	1.050.879,04	ALUNO FORMADO	100	95
				ALUNO		
297	GERAÇÃO DE CONHECIMENTO E DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA	5.612.221,00	10.863.145,01			
1226	DIFUSÃO DE TECNOLOGIA VIA PUBLICAÇÕES	250.287,00	250.287,00	PUBLICAÇÃO EDITADA	40	191
				EDIÇÃO		
1228	TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA ATRAVÉS DE MATRIZES E REPRODUTORES	208.573,00	197.415,44	MATRIZ E REPRODUTOR PRODUZIDO E TRANSFERIDO CABEÇA	261	160
1229	TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS ATRAVÉS DE SEMENTES BÁSICAS	630.000,00	3.985.000,00	SEMENTE PRODUZIDA E TRANSFERIDA	426	1.181
				TONELADA		
1230	TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA ATRAVÉS DE MUDAS QUALIFICADAS	292.002,00	292.002,00	MUDA QUALIFICADA PRODUZIDA E TRANSFERIDA	500	523
				MUDA (MIL)		
1260	DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS ATRAVÉS DE EVENTOS TÉCNICOS E DE CURSOS DE TREINAMENTO	417.000,00	415.363,64	EVENTO TÉCNICO CIENTÍFICO REALIZADO	740	717
				EVENTO		
1265	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL	3.772.645,00	5.598.781,20	TECNOLOGIA GERADA	51	51
				TECNOLOGIA		
4599	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS INTEGRADOS	41.714,00	124.295,73	PARCERIA FORMALIZADA	30	16
	<i>A execução financeira foi superior à meta programada em virtude da implantação do Programa de Desenvolvimento dos Municípios Parceiros da Epamig. De outro modo, a execução física ficou abaixo da meta projetada pela dificuldade encontrada na assinatura de novos convênios.</i>			PARCERIA		
340	PROJETO JAIBA	850.000,00	1.054.000,00			
4612	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA PARA A AGRICULTURA IRRIGADA E PARA A AGROINDÚSTRIA, DO PROJETO JAIBA.	600.000,00	804.000,00	TECNOLOGIA GERADA	12	12
				TECNOLOGIA		
4154	AÇÕES DO CONSÓRCIO DE PESQUISA DO PROJETO JAIBA	250.000,00	250.000,00	TECNOLOGIA GERADA	7	7
				TECNOLOGIA		
407	AGROMINAS: AGREGAÇÃO DE VALOR, RASTREABILIDADE E CERTIFICAÇÃO DE CAFÉS EM MINAS GERAIS	270.000,00	792.500,00			
4566	GERAÇÃO DE TECNOLOGIA SOBRE A CULTURA DO CAFEEIRO	270.000,00	792.500,00	TECNOLOGIA GERADA	3	3

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				TECNOLOGIA		
4041	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO JAÍBA	3.135.000,00	684.670,00			
340	PROJETO JAÍBA	3.135.000,00	684.670,00	PRODUTOR FINANCIADO	6	4
4332	FUNDO JAÍBA - JAÍBA IRRIGAR - PROGRAMA DE APOIO À AGRICULTURA IRRIGADA DO JAÍBA	3.135.000,00	684.670,00			
				PRODUTOR		
4061	FUNDO PRÓ-FLORESTA	4.180.000,00	0			
336	POTENCIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO MINEIRO	4.180.000,00	0	EMPRESA FINANCIADA	4	0
1544	FUNDO PRÓ-FLORESTA	4.180.000,00	0			
				EMPRESA		
4171	FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	314.545,00	0			
336	POTENCIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO MINEIRO	314.545,00	0	PRODUTOR FINANCIADO	1	0
1511	FUNDERUR - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	314.545,00	0			
				PRODUTOR		
5041	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	3.921.000,00	3.609.138,18			
274	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA	1.000,00	1.078.631,18	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	1	316
6492	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS.	1.000,00	1.078.631,18			
				EQUIPAMENTO		
340	PROJETO JAÍBA	100.000,00	0	FAMÍLIA ATENDIDA	1.816	1.935
8881	ATIVIDADES DE EXTENSÃO RURAL AOS IRRIGANTES	100.000,00	0			
				FAMÍLIA		
382	MINAS SEM FOME	3.250.000,00	2.530.507,00	TANQUE IMPLANTADO	25	65
3187	TANQUE COMUNITÁRIO DE COLETA DE LEITE A GRANEL	750.000,00	678.399,00			
				UNIDADE		
3376	INSTALAÇÃO DE UNIDADES COLETIVAS DE PROCESSAMENTO ARTESANAL DE ALIMENTOS	2.500.000,00	1.852.108,00	UNIDADE DE BENEFICIAMENTO INSTALADA	25	43
				UNIDADE		
407	AGROMINAS: AGREGAÇÃO DE VALOR, RASTREABILIDADE E CERTIFICAÇÃO DE CAFÉS EM MINAS GERAIS	570.000,00	0	CAFEICULTOR ATENDIDO	13.500	13.500
3486	TRANSFERÊNCIA E DIFUSÃO DE TECNOLOGIA NA CAFEICULTURA	570.000,00	0			
				CAFEICULTOR		
5051	EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS	278.328,00	0			
297	GERAÇÃO DE CONHECIMENTO E DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA	18.328,00	0	TECNOLOGIA GERADA	1	0
3265	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL	18.328,00	0			
				TECNOLOGIA		
340	PROJETO JAÍBA	260.000,00	0			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
8154	AÇÕES DO CONSÓRCIO DE PESQUISA DO PROJETO JAÍBA	60.000,00	0	TECNOLOGIA GERADA	7	7
				TECNOLOGIA		
3612	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA PARA A AGRICULTURA IRRIGADA E PARA A AGROINDÚSTRIA, DO PROJETO JAÍBA.	200.000,00	0	TECNOLOGIA GERADA	12	12
				TECNOLOGIA		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1221	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	43.254.656,00	38.379.690,62			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.512.457,00	4.711.944,30			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	340.907,00	717.732,92			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.123.204,00	3.796.791,39	PESSOA REMUNERADA	74	106
				UNIDADE		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	8.000,00	164.451,39			
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	1.000,00	5.220,00	SERVIDOR VALORIZADO	1	3
				SERVIDOR		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	39.346,00	27.748,60	AUXÍLIO CONCEDIDO	60	48
				AUXÍLIO		
301	INDUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	27.600,00	284.765,67			
4084	PROSPECÇÃO DE OPORTUNIDADES E DEMANDAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	7.600,00	4.648,07	AÇÃO DE INTEGRAÇÃO REALIZADA	400	274
				AÇÃO		
4613	APOIO TECNOLÓGICO A PROJETOS ESPECIAIS	10.000,00	8.284,08	PROJETO INDUZIDO	76	43
				PROJETO		
4626	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	10.000,00	271.833,52	PROJETO INDUZIDO	25	25
	<i>Execução financeira superior devido à utilização de saldo financeiro que não pode ser previsto quando da elaboração do orçamento.</i>			PROJETO		
311	INCLUSÃO DIGITAL	37.379.999,00	28.880.386,98			
1175	CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS CENTROS VOCACIONAIS TECNOLÓGICOS	34.514.999,00	24.922.352,39	CENTRO VOCACIONAL TECNOLÓGICO REGIONAL IMPLANTADO	108	6
	<i>Não houve o cumprimento da meta física prevista para o ano de 2007 em virtude de atrasos no repasse dos recursos federais. Dessa forma, houve uma reprogramação da meta física para o próximo exercício pela coordenação da ação.</i>			NÚCLEO		
1407	INFORMATIZAÇÃO DE CENTROS COMUNITÁRIOS E LOCAIS PÚBLICOS - TELECENTROS	2.515.000,00	2.639.646,38	INTERNET E SISTEMA DISPONIBILIZADO	150	31
	<i>Não houve o cumprimento da meta física prevista para o ano de 2007 em virtude de atrasos no repasse dos recursos federais. Dessa forma, houve uma reprogramação da meta física para o próximo exercício pela coordenação da ação.</i>			UNIDADE		
1705	IMPLANTAÇÃO DE BANCO DE DADOS SOCIAL	50.000,00	1.020.036,21	BANCO DE DADOS DISPONIBILIZADO	10	9
	<i>Houve aumento no escopo da ação em relação ao que fora inicialmente programado para o ano de 2007.</i>			CIDADE		
2045	INSTRUMENTALIZAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	300.000,00	298.352,00	CONSELHOS TUTELARES APOIADOS	1	0
	<i>Não houve a execução física prevista para a ação em virtude de redefinição de prioridades para a alocação dos recursos disponíveis.</i>			CONSELHOS TUTELARES		
395	SUPERVISÃO E CONTROLE DO ENSINO SUPERIOR	507.600,00	506.291,90			
2192	ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO SUPERIOR	7.600,00	6.291,90	ENSINO SUPERIOR SUPERVISIONADO E MELHORADO	1	1
				SISTEMA		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
4255	APOIO À IMPLANTAÇÃO DE CAMPUS UNIVERSITÁRIO PÚBLICO	500.000,00	500.000,00	UNIVERSIDADE APOIADA	2	2
				UNIVERSIDADE		
540	ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	2.827.000,00	3.996.301,77			
1195	MODERNIZAÇÃO DE INCUBADORAS E INCENTIVO À INOVAÇÃO	1.360.000,00	2.663.821,51	EMPRESA GRADUADA	15	28
				UNIDADE		
1196	OPERACIONALIZAÇÃO DO CENTRO MINAS DESIGN	960.000,00	720.892,40	PROJETO EXECUTADO	6	7
				PROJETO		
1199	OPERACIONALIZAÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE REFERÊNCIA EM SOFTWARE EMBARCADO	250.000,00	357.065,90	CERTIFICADO EXPEDIDO	200	0
	<i>Não houve a execução física prevista para a ação em virtude de redefinição de prioridades para a alocação dos recursos disponíveis.</i>			UNIDADE		
1201	PLANTIO E MANEJO DE FLORESTA PARA O SETOR MOVELEIRO	257.000,00	254.521,96	ÁREA PLANTADA	2.500	1.000
	<i>A execução física ficou aquém do que fora previsto inicialmente para o ano de 2007 em virtude de reprogramação necessária realizada pelos responsáveis pela coordenação da ação.</i>			HECTARE		
2071	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	183.647.403,00	181.852.699,20			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	10.272.850,00	8.174.123,86			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.425.380,00	2.384.126,83	PESSOA REMUNERADA	100	84
				UNIDADE		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	98.000,00	17.699,40	AUXÍLIO CONCEDIDO	33	26
				AUXÍLIO		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	3.000.000,00	150.604,62			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	5.699.470,00	5.602.735,24			
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	50.000,00	18.957,77	SERVIDOR VALORIZADO	146	10
				SERVIDOR		
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.546.693,00	1.546.688,41			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.546.693,00	1.546.688,41			
025	PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	157.840.683,00	164.065.459,13			
1025	APOIO A REDES DE PESQUISA TECNOLÓGICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	10.000.000,00	9.999.999,53	CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIA IMPLANTADO NÚCLEO	15	7
1027	PESQUISA PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE -SUS- GESTÃO COMPARTILHADA EM SAÚDE - PPSUS	7.000.000,00	0	PROJETO INDUZIDO	200	0
				PROJETO		
1028	INCENTIVO A INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS	773.979,00	193.925,18	PROJETO INDUZIDO	30	16
				PROJETO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1808	PROJETO PROTEOMA	4.629.174,00	0	PROJETO APOIADO	1	0
				PROJETO		
4064	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A INSTITUIÇÕES ESTADUAIS QUE PROMOVEM O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	4.000.000,00	3.675.447,12	BOLSA CONCEDIDA	400	512
				BOLSA		
4066	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA INSTITUIÇÕES FEDERAIS E PARTICULARES QUE PROMOVEM O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	38.000.000,00	25.965.481,94	BOLSA CONCEDIDA	3.000	5
				BOLSA		
4067	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS	2.000.000,00	1.227.432,52	ESTUDO ELABORADO	900	4.300
				ESTUDO		
4068	PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL	1.000.000,00	521.352,86	TECNOLOGIA GERADA	50	40
				TECNOLOGIA		
4069	DIVULGAÇÃO E DIFUSÃO DE RESULTADOS DE PESQUISA TECNOLÓGICA	1.500.000,00	541.033,26	MATERIAL DE DIVULGAÇÃO PRODUZIDO	30	60
				UNIDADE		
4077	FOMENTO A PROJETO DE DEMANDA UNIVERSAL	30.000.000,00	30.000.000,00	PROJETO APOIADO	680	842
				PROJETO		
4078	INDUÇÃO A PROGRAMAS E PROJETOS DE PESQUISA	21.091.007,00	57.535.858,05	PROJETO INDUZIDO	1.000	1.050
				PROJETO		
4080	INVESTIMENTOS EM EVENTOS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS	5.500.000,00	5.103.437,50	EVENTO APOIADO	700	1.230
				EVENTO		
4081	PROMOÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS	4.000.000,00	6.900.000,00	PROJETO PROMOVIDO	30	32
				PROJETO		
4259	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - PCRH	5.000.000,00	3.291.908,77	PESSOA FORMADA CAPACITADA E TREINADA	500	1.400
				PESSOA		
4273	PROJETO ENDOGOVERNAMENTAL	6.000.000,00	8.660.000,00	PROJETO APOIADO	30	25
				PROJETO		
4410	DIVULGAÇÃO DE PESQUISA NO ESTADO DE MINAS GERAIS	225.323,00	194.855,09	EVENTO APOIADO	30	32
				EVENTO		
4412	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO REGIONAL	1.330.000,00	340.323,76	BOLSA SELECIONADA	300	9
				BOLSA		
4417	CENTROS INTERATIVOS DE CIÊNCIAS - SCIENCE CENTERS IN MINAS GERAIS	1.500.000,00	1.803.719,42	PROJETO INDUZIDO	150	40
				PROJETO		
4760	INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR	541.200,00	373.100,00	BOLSA SELECIONADA	630	844
				BOLSA		
4771	APOIO A INFRA- ESTRUTURA PARA JOVENS PESQUISADORES	3.750.000,00	2.069.075,50	PROJETO APOIADO	170	167

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				PROJETO		
4778	APOIO A NÚCLEOS DE EXCELÊNCIA - PRONEX-MG	10.000.000,00	5.668.508,63	NÚCLEO APOIADO	300	25
				NÚCLEO		
540	ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	6.500.000,00	6.500.000,00			
1242	IMPLANTAÇÃO E APOIO A PARQUES TECNOLÓGICOS	6.500.000,00	6.500.000,00	INFRA-ESTRUTURA IMPLANTADA.	6	4
				UNIDADE		
632	PROGRAMA DE APOIO A PESQUISA EM EMPRESAS - PAPPE	7.487.177,00	1.566.427,80			
1217	FOMENTO A ATIVIDADE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E PROCESSOS INOVADORES	7.487.177,00	1.566.427,80	PROJETO INDUZIDO	300	5
				PROJETO		
2081	FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS	19.366.965,00	16.938.703,02			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	10.647.733,00	10.582.642,95			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	6.290.021,00	7.027.188,82	PESSOA REMUNERADA	217	199
				UNIDADE		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	10.000,00	7.302,10			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	4.179.112,00	3.441.087,66			
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	50.000,00	19.037,54	SERVIDOR VALORIZADO	20	38
				SERVIDOR		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	88.600,00	70.989,64	AUXÍLIO CONCEDIDO	63	62
				AUXÍLIO		
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	30.000,00	17.037,19			
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	106.026,00	1.033.244,07			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	106.026,00	1.033.244,07			
357	PROGRAMA DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	5.498.461,00	3.946.251,61			
1065	EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO	10.000,00	0	ALUNO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU FORMADO	20	24
	A discrepância entre os desempenhos físico e financeiro é justificada pelo aporte de recursos de parceiros à ação.			ALUNO		
2037	APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	102.000,00	72.001,74	BOLSA E ESTÁGIO IMPLEMENTADO	50	67
				BOLSA		
4012	SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	1.000.000,00	997.014,47	RELATÓRIO DE SERVIÇO EMITIDO	12.100	14.511
				RELATÓRIO		
4015	PROJETOS DE PESQUISA TECNOLÓGICA	2.886.461,00	1.437.233,15	RELATÓRIO DE PROJETO EMITIDO	5	16

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE		FINANCEIRO		FÍSICO		
PROGRAMA AÇÃO		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
A discrepância entre os desempenhos físico e financeiro pode ser justificada por: 1) aporte de recursos da FAPEMIG, executados fora do orçamento do CETEC; 2) aporte de recursos gerenciados por fundações; 3) contabilização de todos os relatórios de projetos emitidos, desenvolvidos ou não com recursos movimentados via SIAFI.				RELATÓRIO		
4333	CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	1.500.000,00	1.440.002,25	CONTRATO CUMPRIDO	160	0
Houve grande dificuldade de consolidação da meta física em decorrência da necessidade de revisão de metodologias e processos internos específicos, razão pela qual o valor executado ainda se encontra em apuração.				CONTRATO		
385	RECOMPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DO CETEC	1.545.689,00	515.897,69			
1151	MODERNIZAÇÃO LABORATORIAL DO CETEC	1.322.950,00	497.781,07	LABORATÓRIO INSTALADO, ADAPTADO OU MODERNIZADO LABORATÓRIO	4	4
A discrepância entre os desempenhos físico e financeiro pode ser justificada por: 1) aporte de recursos da FAPEMIG, principalmente de projetos endo-governamentais, executados fora do orçamento do CETEC; 2) aporte de recursos gerenciados por fundações; 3) frustração de investimentos em infra-estrutura com recursos da Fonte 60, em função do direcionamento destes para custeio; 4) Equívoco no estabelecimento das metas físicas: foi prevista somente a execução de um projetos, executado no orçamento do CETEC.						
4062	RECOMPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO CETEC	222.739,00	18.116,62	PROJETO EXECUTADO	1	4
A discrepância entre os desempenhos financeiro e físico pode ser justificada por: 1) aporte de recursos da FAPEMIG, principalmente de projetos endo-governamentais, executados fora do orçamento do CETEC; 2) aporte de recursos gerenciados por fundações; 3) frustração de investimentos em infra-estrutura com recursos da Fonte 60, em função do direcionamento destes para custeio; 4) Equívoco no estabelecimento das metas físicas: foi prevista somente a execução de um dos projetos, executado no orçamento do CETEC.				PROJETO		
521	PROGRAMA DE GESTÃO INSTITUCIONAL	10.000,00	6.493,45			
1073	MELHORIA DE PROCESSOS E TÉCNICAS DO SISTEMA DE GESTÃO	10.000,00	6.493,45	PROJETO EXECUTADO	1	1
				PROJETO		
536	PROGRAMA DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA	1.559.056,00	854.173,25			
1072	NÚCLEO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	10.000,00	1.323,32	PROJETO EXECUTADO	1	1
A discrepância entre os desempenhos físico e financeiro é justificada pela execução majoritária de projetos com recursos da FAPEMIG, não inseridos no orçamento do CETEC.				PROJETO		
4347	PROGRAMA DE APOIO À EXPORTAÇÃO - PROGEX	1.509.056,00	825.890,66	CONTRATO DE ADEQUAÇÃO TECNOLÓGICA DE PRODUTOS PARA EXPORTAÇÃO FIRMADO CONTRATO	75	50
4710	SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO PARA PEQUENA E MÉDIA INDÚSTRIA	40.000,00	26.959,27	SERVIÇO PRESTADO	500	1.517
O desempenho físico é justificado pela elevação da demanda por serviços, em função da fase de maturação do SBRT e da UAITEC. Paralelamente, a impossibilidade de desagregação dos dados financeiros da ação "Serviços Tecnológicos" causa um desempenho financeiro aquém do planejado.				SERVIÇO		
2151	FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF	3.974.231,00	3.920.704,60			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.386.411,00	1.848.021,48			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	114.027,00	117.740,54			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.071.000,00	1.547.250,12	PESSOA REMUNERADA	274	321
				UNIDADE		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	16.000,00	5.369,10			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	180.384,00	154.633,72	AUXÍLIO CONCEDIDO	205	214
				AUXÍLIO		
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	5.000,00	23.028,00	SERVIDOR VALORIZADO	20	128
				SERVIDOR		
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
152	CRESCER PARA A VIDA E PARA O TRABALHO.	21.000,00	20.993,68			
4315	OFICINAS PEDAGÓGICAS	10.000,00	9.993,68	CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDO NAS OFICINAS PEDAGÓGICAS	650	650
				CRIANÇA / ADOLESCENTE		
4321	ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO CLÍNICO	11.000,00	11.000,00	CRIANÇA ADOLESCENTE ATENDIDO NAS CLÍNICAS PSICOPEDAGÓGICAS	350	350
				CRIANÇA / ADOLESCENTE		
366	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO - ESCOLA SANDOVAL SOARES DE AZEVEDO	1.174.559,00	1.042.508,97			
4928	ENSINO MÉDIO	1.174.559,00	1.042.508,97	ALUNO DO ENSINO MÉDIO MATRICULADO	966	886
				ALUNO		
367	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - ESCOLA SANDOVAL SOARES DE AZEVEDO	1.391.261,00	1.009.180,47			
4936	ENSINO FUNDAMENTAL	1.391.261,00	1.009.180,47	ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL MATRICULADO	1.465	1.463
				ALUNO		
2281	FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO DE MINAS GERAIS	7.980.427,00	5.745.503,67			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	5.339.427,00	4.704.993,81			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	242.000,00	36.222,38			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.260.703,00	1.722.194,16	PESSOA REMUNERADA	201	77
				UNIDADE		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	3.620.170,00	2.884.782,63			
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	130.000,00	22.462,70	SERVIDOR VALORIZADO	20	18
				SERVIDOR		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	86.554,00	39.331,94	AUXÍLIO CONCEDIDO	197	655
				AUXÍLIO		
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	107.257,03			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	107.257,03			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
237	HABILITAÇÃO DE PROFESSORES, EM NÍVEL SUPERIOR, PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	722.000,00	70.992,25			
4214	CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO-SENSU	269.000,00	550,00	PROFISSIONAL PÓS-GRADUADO FORMADO PROFISSIONAL	30	0
Não foi aberto edital para matrícula para o curso de Pós Graduação Latu-Sensu.						
4215	DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA.	207.000,00	3.132,25	ARTIGO E REVISTA PUBLICADO	12	1
A baixa execução orçamentária deveu-se a concentração dos processos de aquisições/contratações na Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças, responsável pela infra-estrutura da Instituição.				UNIDADE		
4400	HABILITAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	246.000,00	67.310,00	PROFESSOR HABILITADO	50	107
				PROFESSOR		
337	TRABALHO E DIGNIDADE SOCIAL PARA TODOS	733.000,00	483.598,66			
4788	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	733.000,00	483.598,66	ATIVIDADE DE CAPACITAÇÃO REALIZADA PROFISSIONAL	670	1.285
393	CURSOS TÉCNICOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	1.185.000,00	378.661,92			
4118	FORMAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL	1.185.000,00	378.661,92	ALUNO FORMADO	387	663
				ALUNO		
2311	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	81.746.956,00	95.113.005,37			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	63.095.977,00	70.805.085,01			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	40.000,00	37.327,67			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	8.253.020,00	7.242.734,89			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	53.937.615,00	62.429.563,14	PESSOA REMUNERADA	2.846	2.731
				UNIDADE		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	800.000,00	980.431,15	AUXÍLIO CONCEDIDO	800	1.045
				AUXÍLIO		
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	15.342,00	14.276,50			
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	50.000,00	100.751,66	SERVIDOR VALORIZADO	1.020	1.148
				SERVIDOR		
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
058	ATENDIMENTO HOSPITALAR E AMBULATORIAL	17.055.100,00	20.320.156,85			
4709	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL- ESCOLA CLEMENTE DE FARIA	17.055.100,00	20.320.156,85	PROCEDIMENTO EXECUTADO	311.292	384.767
				PROCEDIMENTO		
135	DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA CIENTÍFICA	40.000,00	39.711,90			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
4782	APOIO A PROJETOS DE PESQUISA CIENTÍFICA	40.000,00	39.711,90	PROJETO E PESQUISA CONCLUÍDO	85	77
				PROJETO / PESQUISA		
136	CONSTRUÇÕES E REFORMAS PREDIAIS	938.876,00	434.300,17			
1809	CONSTRUÇÃO E REFORMA PREDIAIS	938.876,00	434.300,17	PRÉDIO CONSTRUÍDO	1	0
	<i>Foi aplicado parte dos recursos e a obra ainda não foi concluída.</i>			PRÉDIO		
138	ENSINO PROFISSIONAL	234.003,00	3.149.825,87			
4802	PROMOÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES	234.003,00	3.149.825,87	ALUNO QUALIFICADO	400	1.376
	<i>Por meio de convênios com Prefeituras foram criados novos cursos para atender demandas locais.</i>			ALUNO		
139	ENSINO SUPERIOR	175.000,00	174.513,35			
4740	ENSINO DE TERCEIRO GRAU	150.000,00	149.541,90	ALUNO FORMADO	1.651	2.353
				ALUNO		
4861	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS - UNIMONTES	25.000,00	24.971,45	ALUNOS QUE INGRESSARAM PELO SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS DIPLOMADOS .	270	0
	<i>Os alunos beneficiados serão graduados em 2008. Os recursos foram utilizados para custear alunos beneficiados com a reserva de vaga.</i>			ALUNO DIPLOMADO		
140	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	40.000,00	39.059,76			
4823	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	40.000,00	39.059,76	AÇÃO DE INTEGRAÇÃO REALIZADA	380	1.009
	<i>O quantitativo físico foi subestimado.</i>			AÇÃO		
143	PRESERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS	167.000,00	150.352,46			
4173	GERENCIAMENTO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO CULTURAL	167.000,00	150.352,46	SERVIÇO PRESTADO	733.692	390.822
				SERVIÇO		
2331	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	18.450.989,00	18.710.020,73			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	15.907.363,00	16.384.920,68			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	7.856.245,00	8.606.822,68			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	40.000,00	29.972,10			
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	375.000,00	131.062,85			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	7.525.118,00	7.561.682,44	PESSOA REMUNERADA	361	336
				UNIDADE		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	110.000,00	55.380,61	AUXÍLIO CONCEDIDO	102	97
				AUXÍLIO		
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	1.000,00	0	SERVIDOR VALORIZADO	1	0
				SERVIDOR		
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	21.417,00	0			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	21.417,00	0			
241	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	338.740,00	426.729,80			
4721	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	338.740,00	426.729,80	TREINAMENTO REALIZADO	1.046	233
				PARTICIPANTE		
246	VERIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO METROLÓGICA E DA QUALIDADE	1.913.469,00	1.866.196,25			
1131	CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIO DE CALIBRAÇÃO	115.000,00	0	LABORATÓRIO DE CALIBRAÇÃO CREDENCIADO LABORATÓRIO	1	0
4409	INSPEÇÃO E CAPACITAÇÃO DE VEÍCULOS COM PRODUTOS PERIGOSOS	148.000,00	137.993,85	INSPEÇÃO REALIZADA	5.161	1.343
	<i>Os postos de Inspeção e Capacitação de Veículos que transportam produtos perigosos das Regionais de Uberlândia e Varginha perderam todo a sua demanda para a iniciativa privada. Hoje o IPEM-MG funciona, para inspeção, somente com o posto de Contagem.</i>			INSPEÇÃO		
4414	VERIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO EM PRODUTOS PRÉ-MEDIDOS	169.804,00	129.793,65	PRODUTO PRÉ-MEDIDO FISCALIZADO	100.000	100.223
				PRODUTO		
4418	VERIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO EM PRODUTOS COM CONFORMIDADE AVALIADA PELO INMETRO	145.565,00	265.167,26	AÇÃO FISCAL REALIZADA	58.250	71.383
				AÇÃO		
4419	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS METROLÓGICOS	1.300.100,00	1.298.247,08	INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO VERIFICADO	2.306.506	1.775.716
				INSTRUMENTO		
4421	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CALIBRAÇÃO	35.000,00	34.994,41	RELATÓRIO TÉCNICO DE CALIBRAÇÃO EXPEDIDO	527	487
				RELATÓRIO		
257	AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS	270.000,00	32.174,00			
1019	REFORMA E ADEQUAÇÃO DO LABORATÓRIO DE CALIBRAÇÃO	200.000,00	32.174,00	LABORATÓRIO ADAPTADO	1	0
	<i>Utilizado recursos financeiros para reposição de equipamentos. As obras devem ocorrer em 2008.</i>			LABORATÓRIO		
1024	REFORMA E ADEQUAÇÃO DO LABORATÓRIO DE VOLUMETRIA	70.000,00	0	LABORATÓRIO ADAPTADO	1	0
				LABORATÓRIO		
2351	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	36.384.047,00	42.115.743,03			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	20.533.571,00	24.187.819,76			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	19.093.476,00	22.862.267,86	PESSOA REMUNERADA	647	1.055
				UNIDADE		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	6.660,00	2.196,29			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.089.600,00	1.096.298,05			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	208.050,00	209.122,58	AUXÍLIO CONCEDIDO	4.164	244
				AUXÍLIO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	135.785,00	17.934,98	SERVIDOR VALORIZADO	64	150
				SERVIDOR		
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	10.468,83			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	10.468,83			
158	CONSTRUÇÃO DOS CAMPI DA UEMG	3.994.417,00	4.978.174,86			
1143	EXECUÇÃO DE OBRAS DO CAMPUS DA UEMG EM FRUTAL	2.700.000,00	4.300.000,00	ÁREA CONSTRUÍDA	6.192	3.870
				METRO QUADRADO		
1144	AMPLIAÇÃO DO CAMPUS DA UEMG EM ITUIUTABA	600.000,00	633.295,24	ÁREA CONSTRUÍDA	1.131	423
				METRO QUADRADO		
1689	CONSTRUÇÃO DO CAMPUS DA UEMG EM BELO HORIZONTE	694.417,00	44.879,62	ESTUDO E PROJETO ELABORADO	3	2
				ESTUDO / PROJETO		
178	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR	11.855.059,00	12.939.279,58			
4047	PROJETOS DE PESQUISA CIENTÍFICA	1.000.000,00	853.341,45	PROJETO E PESQUISA CONCLUÍDO	17	17
				PROJETO / PESQUISA		
4143	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	570.000,00	559.777,55	PROJETO CONCLUÍDO	18	18
				PROJETO		
4191	SISTEMA DE BOLSAS A ALUNOS CARENTES DOS CAMPI UEMG E FUNDAÇÕES ASSOCIADAS	4.500.000,00	4.217.404,30	BOLSA CONCEDIDA	12.857	7.218
				BOLSA		
4698	ENSINO DE TERCEIRO GRAU	5.653.751,00	7.252.711,38	ALUNO MATRICULADO	3.651	3.956
	Com a criação de novas unidades o número de alunos matriculados passou para 4.454			ALUNO		
4860	SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS - UEMG	131.308,00	56.044,90	ALUNO BENEFICIADO	254	320
				ALUNO		
2401	INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS	3.696.524,00	2.867.686,04			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3.660.024,00	2.842.681,20			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.160.592,00	2.392.339,13	PESSOA REMUNERADA	64	62
				UNIDADE		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	6.000,00	2.549,91			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	472.432,00	434.846,06			
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	1.000,00	360,00	SERVIDOR VALORIZADO	1	1
				SERVIDOR		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	20.000,00	12.586,10	AUXÍLIO CONCEDIDO	20	0

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				AUXÍLIO		
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
159	DENSIFICAÇÃO DA REDE BÁSICA DE MARCOS DE 1ª ORDEM	12.000,00	11.128,78			
1191	IMPLANTAÇÃO DA REDE DE MARCOS GEODÉSICOS DE 1ª ORDEM	12.000,00	11.128,78	EQUIPAMENTO INSTALADO	50	10
				EQUIPAMENTO		
288	ORDENAMENTO TERRITORIAL DE MINAS GERAIS	13.000,00	10.448,50			
1558	ATUALIZAÇÃO DO MAPA GEOPOLÍTICO OFICIAL	6.000,00	3.960,00	MAPA ESTADUAL ELABORADO	1	1
				MAPA		
1560	ATUALIZAÇÃO DOS MAPAS OFICIAIS POR REGIÕES DE PLANEJAMENTO, MICRO E MESORREGIÕES HOMOGÊNEAS	7.000,00	6.488,50	MAPA ESTADUAL ELABORADO	2	2
				MAPA		
300	PRESERVAÇÃO DO ACERVO DA ESTRUTURAÇÃO GEOPOLÍTICA DE MINAS GERAIS	10.500,00	3.427,56			
1192	PRESERVAÇÃO DOS DOCUMENTOS OFICIAIS DA ESTRUTURAÇÃO GEOPOLÍTICA DE MINAS GERAIS	3.000,00	2.194,31	ACERVO RESTAURADO	1	1
				OBJETO		
1193	PRESERVAÇÃO DO ACERVO CARTOGRÁFICO E BIBLIOGRÁFICO DO IGA	7.500,00	1.233,25	SISTEMA DESENVOLVIDO	1	0
				SISTEMA		
				A PRESERVAÇÃO NÃO FOI CONCLUÍDA TOTALMENTE NO ANO DE 2007 (FÍSICO). COM A COMPRA DE 1 SCANNER DENTRO DE UM PROJETO DE PESQUISA, A EXPECTATIVA DE CUSTOS COM SERVIÇOS DIMINUI E OS MATERIAIS DE CONSUMO FORAM ADQUIRIDOS NO PROGRAMA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS.		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1401	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	235.427.734,00	255.618.829,17			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	177.906.786,00	178.708.646,37			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	172.823.977,00	174.282.436,08	PESSOA REMUNERADA	5.304	4.519
				UNIDADE		
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.505.049,00	2.918.845,30			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	87.000,00	72.133,49			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.475.000,00	1.417.211,32			
2058	AUXÍLIO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, FUNERAL E DOENÇA PARA SERVIDORES MILITARES - BM	15.760,00	18.020,18	AUXÍLIO CONCEDIDO	12	1
				AUXÍLIO		
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	13.116.855,00	23.283.315,23			
7007	PROVENTOS DE INATIVOS MILITARES	13.116.855,00	23.283.315,23			
029	ASSISTÊNCIA AO BOMBEIRO MILITAR	283.036,00	204.935,56			
2635	ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	75.000,00	127.160,36	BOMBEIRO MILITAR ASSISTIDO	200	190
				BOMBEIRO		
2638	ASSISTÊNCIA MÉDICO-PSICOLÓGICA A MILITARES	90.619,00	46.528,21	ATENDIMENTO MÉDICO/PSICOLÓGICO REALIZADO	34.502	21.907
				UNIDADE		
2849	ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA	117.417,00	31.246,99	ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO REALIZADO	25.699	11.839
				ATENDIMENTO		
308	PROMOÇÃO DE DEFESA CIVIL	43.121.057,00	51.520.295,67			
1385	COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS ATIVIDADES DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS	45.000,00	40.126,41	SEMINÁRIO REALIZADO	5	1
				SEMINÁRIO		
2038	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES PREDIAIS DO CBMMG	2.000.000,00	1.487.841,32	UNIDADE PREDIAL REFORMADA/AMPLIADA	10	0
	<i>As obras de reforma e ampliação de unidades prediais desta ação se encontram em andamento, razão pela qual não há execução física informada.</i>			UNIDADE		
4235	RECRUTAMENTO, TREINAMENTO E FORMAÇÃO DE BOMBEIROS MILITARES	3.098.333,00	2.457.006,74	MILITAR CAPACITADO	18.000	31.516
				UNIDADE		
4254	PREVENÇÃO E COMBATE A SINISTROS	36.059.364,00	46.266.891,97	OCORRÊNCIA DE BOMBEIRO REALIZADA	228.000	288.905
				OCORRÊNCIA		
4834	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO	1.918.360,00	1.268.429,23	EQUIPAMENTO DE COMUNICAÇÃO ADQUIRIDO	236	529
				EQUIPAMENTO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
313 REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS	1.000.000,00	1.901.636,34			
1137 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL - SIDS - CBMMG	1.000.000,00	1.901.636,34	SISTEMA MANTIDO EM FRAÇÃO DO CBM	15	15
			FRAÇÃO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : CULTURA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1271	SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA	13.392.996,00	16.867.043,98			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	9.682.512,00	11.905.571,39			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	174.219,00	199.668,78			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	5.809.654,00	7.160.781,75	PESSOA REMUNERADA	248	295
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	3.424.589,00	4.212.123,61	UNIDADE		
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	1.000,00	16.820,00	SERVIDOR VALORIZADO	1	75
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	90.000,00	181.268,60	SERVIDOR		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	183.050,00	134.908,65	AUXÍLIO CONCEDIDO	220	165
659	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	616.000,00	656.689,24			
4057	APOIO ÀS MANIFESTAÇÕES DA CULTURA IMATERIAL	616.000,00	656.689,24	PROJETO APOIADO	12	16
660	GESTÃO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO CULTURAL	879.538,00	920.230,91			
4063	GESTÃO DO ACERVO DA SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS	288.948,00	249.242,59	DOCUMENTO TEXTUAL PROCESSADO	6.000	31.233
	<i>As metas previstas foram ultrapassadas devido a melhoria significativa no quadro de recursos humanos com a contratação através de concursos, de 34 bibliotecários no 2º semestre de 2006, aumento considerável no número de doações de livros, aumento considerável no número de livros adquiridos com recursos orçamentários, captação de recursos através do projeto de informatização da SUB, que viabilizou a contratação de 4 bibliotecários e 3 bolsistas.</i>			DOCUMENTO		
4070	GESTÃO DOS ACERVOS DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO	77.000,00	64.776,25	ACERVO TRATADO	200	210
4074	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS USUÁRIOS DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO E SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS	135.860,00	125.223,40	USUÁRIO ATENDIDO	503.000	1.175.969
	<i>As metas previstas foram ultrapassadas devido ao desenvolvimento de projetos aprovados em leis de incentivo, acesso online à base de dados da Secretaria de Estado, maior visibilidade junto a comunidade, aumento do número de visitas as bibliotecas públicas, bem como ao Arquivo Público Mineiro.</i>			USUÁRIO		
4086	GESTÃO DE ACERVO PELA SUPERINTENDÊNCIA DE MUSEUS	68.080,00	58.399,47	ACERVO PROCESSADO	570	443
4104	PRODUÇÃO EDITORIAL	25.000,00	13.327,30	PUBLICAÇÃO EDITADA.	3.500	14.000
	<i>As metas previstas foram ultrapassadas, principalmente no mês de dezembro, devido a publicação do caderno técnico e livros do Arquivo Público Mineiro que estavam programados para julho e foram adiados para o mês de dezembro. Outros fatores que contribuíram para o aumento da execução física foram: A publicação dos Cartões de Guignard para Amalita; a publicação de 1000 volumes da Revista do Arquivo Público Mineiro; 1000 volumes do livro Panfletos Abolicionistas: o 13 de maio em versos; 1000 volumes do livro São João Del Rey; 1000 volumes do livro Teófilo Ottoni e a Companhia de Mucuri: a modernidade possível; 1000 volumes do livro Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais (1782).</i>			EXEMPLAR		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : CULTURA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
4109	ASSESSORIA TÉCNICA	229.650,00	385.826,86	ASSESSORIA PRESTADA	2.030	6.666
				ASSESSORIA		
4112	GERENCIAMENTO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO CULTURAL	55.000,00	23.435,04	PÚBLICO ATENDIDO	8.000	47.731
	<i>As metas previstas foram ultrapassadas devido a reformatação do site da Secretaria de Estado de Cultura - SEC, e a criação, neste exercício, das Superintendência de Interiorização e de Fomento e Incentivo à Cultura, ambas com intensa interlocução com o interior do Estado, isto vem estimulando os cidadãos a procurar a SEC, principalmente por intermédio do site, o que justifica a superação das metas em todos os trimestres.</i>			PESSOA		
661	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA	143.000,00	142.631,98			
4108	PROMOÇÃO DE AÇÃO EDUCATIVA	28.000,00	27.641,12	OFICINA REALIZADA.	1.260	1.677
				PARTICIPANTE		
4114	FORMAÇÃO DE GESTORES NA ÁREA DA CULTURA E QUALIFICAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO ARTÍSTICO-CULTURAL	115.000,00	114.990,86	TREINAMENTO REALIZADO	200	328
				PARTICIPANTE		
662	FOMENTO À PRODUÇÃO CULTURAL	1.711.000,00	2.902.295,94			
4117	GESTÃO DE MECANISMOS DE INCENTIVO À CULTURA	88.000,00	90.709,64	PÚBLICO ATENDIDO	9.000	13.064
				PESSOA		
4126	ESTÍMULO À PRODUÇÃO CULTURAL	1.623.000,00	2.811.586,30	PROJETO APOIADO	10	46
	<i>As metas previstas foram ultrapassadas devido a demanda reprimida no primeiro semestre, em função da redistribuição da liberação das cotas de 2007, estabelecida pela JPOF. vários projetos tiveram suas aprovações e efetivações proteladas, ocorrendo um acúmulo de apoios.</i>			PROJETO		
663	PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	256.346,00	245.650,67			
4058	PUBLICAÇÃO DE PRODUÇÃO LITERÁRIA E ARTÍSTICA	142.396,00	142.623,66	SUPLEMENTO LITERÁRIO EDITADO	15	10
				EDIÇÃO		
4209	PROMOÇÃO DE EXPOSIÇÕES DE ACERVOS	63.950,00	59.828,33	EXPOSIÇÃO REALIZADA	30.000	31.883
				VISITANTE		
4213	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE INCENTIVO À LEITURA	50.000,00	43.198,68	EVENTO CULTURAL PROMOVIDO	20	245
	<i>As metas da execução física foram superiores à execução financeira devido a captação de recursos de projetos aprovados em leis de incentivo que viabilizaram a realização de maior número de ações de incentivo à leitura. Destaca-se também o número de exposições literárias realizadas pela Superintendência de Bibliotecas Públicas - SUB e a reativação do serviço de caixa-estante.</i>			EVENTO		
664	INFRA-ESTRUTURA CULTURAL	104.600,00	93.973,85			
4083	RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES FINALÍSTICAS	104.600,00	93.973,85	ÁREA BENEFICIADA	100	95
				METRO QUADRADO		
2171	FUNDAÇÃO DE ARTE DE OURO PRETO	2.598.371,00	3.558.113,57			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	606.587,00	1.510.940,39			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	173.134,00	563.119,96			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	68.607,00	50.606,79			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : CULTURA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	362.846,00	897.213,64	PESSOA REMUNERADA	29	42
				UNIDADE		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	1.000,00	0	AUXÍLIO CONCEDIDO	10	0
				AUXÍLIO		
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	1.000,00	0	SERVIDOR VALORIZADO	1	0
				SERVIDOR		
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
659	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	917.550,00	888.259,49			
4278	RESGATE E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL	497.320,00	181.475,10	EVENTO REALIZADO	36	25
				EVENTO		
4279	CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE OBRAS	306.230,00	278.009,06	SERVIÇO REALIZADO	40	14
				SERVIÇO		
4420	CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	114.000,00	428.775,33	MANUTENÇÃO EFETUADA	1	1
				UNIDADE		
660	GESTÃO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO CULTURAL	32.400,00	83.681,19			
1107	GESTÃO DO ACERVO DA FAOP E DO MEMORIAL PEDRO ALEIXO	32.400,00	83.681,19	PROJETO ENCAMINHADO E MONITORADO	2	2
				PROJETO		
661	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA	804.224,00	815.855,85			
4274	QUALIFICAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO NAS ÁREAS ARTÍSTICO-CULTURAIS	100.900,00	76.991,31	ALUNO QUALIFICADO	500	500
				ALUNO		
4275	FORMAÇÃO TÉCNICA EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE BENS CULTURAIS MÓVEIS	330.524,00	250.821,32	ALUNO FORMADO	36	23
				ALUNO		
4276	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO NA CONSTRUÇÃO CIVIL	372.800,00	488.043,22	ALUNO QUALIFICADO	270	270
				ALUNO		
663	PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	236.610,00	259.376,65			
4277	PROMOÇÃO DE AÇÃO EDUCATIVA	236.610,00	259.376,65	EVENTO REALIZADO	40	11
				EVENTO		
A execução financeira ficou superior à execução física devido ao fato de que o recebimento de recursos destinados à realização do seminário Arte Hoje ocorreu de forma tardia, de modo que as despesas ficaram em 2007, mas a realização do seminário irá ocorrer em 2008.						
2181	FUNDAÇÃO CLÓVIS SALGADO	15.724.294,00	17.844.083,18			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	13.756.294,00	14.518.883,33			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	9.952.096,00	10.202.793,99	PESSOA REMUNERADA	438	421
				UNIDADE		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	40.000,00	4.197,96			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : CULTURA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	3.451.544,00	4.068.929,16			
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	1.000,00	37.622,74	SERVIDOR VALORIZADO	1	168
				SERVIDOR		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	161.654,00	58.319,12	AUXÍLIO CONCEDIDO	145	175
				AUXÍLIO		
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	150.000,00	147.020,36			
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
661	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA	75.000,00	71.999,88			
4208	FORMAÇÃO E DIFUSÃO ARTÍSTICO CULTURAL	75.000,00	71.999,88	ALUNO FORMADO	100	26
	<i>A execução financeira ficou superior à execução física pelo fato de que houveram gastos com produção de peças teatrais e apresentações dos formandos.</i>			ALUNO		
663	PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	390.000,00	2.741.861,54			
4192	PROMOÇÃO ARTÍSTICO CULTURAL	90.000,00	0	PÚBLICO ATENDIDO	500.000	841.400
	<i>Apresentações foram realizadas via OSCIP Instituto Cultural Orquestra Sinfônica.</i>			PESSOA		
4206	PRODUÇÃO, APRESENTAÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS ESPETÁCULOS DOS CORPOS ARTÍSTICOS DA FCS	300.000,00	2.741.861,54	PÚBLICO ATENDIDO	70.000	85.153
	<i>Ocorreram eventos patrocinados pelo Instituto Cultural Sérgio Magnani.</i>			PESSOA		
664	INFRA-ESTRUTURA CULTURAL	1.502.000,00	511.338,43			
2039	READEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DA FCS	1.502.000,00	511.338,43	INFRAESTRUTURA IMPLANTADA	3	3
	<i>As obras previstas nessa ação foram realizadas com patrocínio do Instituto Cultural Sérgio Magnani.</i>			INFRA-ESTRUTURA		
2201	INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS	17.186.494,00	12.746.304,08			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4.902.421,00	4.791.957,62			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	423.047,00	465.042,14			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	9.000,00	5.763,06			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	4.330.171,00	4.234.398,87	PESSOA REMUNERADA	144	134
				UNIDADE		
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	1.000,00	0	SERVIDOR VALORIZADO	1	0
				SERVIDOR		
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	95.883,00	37.914,15			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : CULTURA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	43.320,00	48.839,40	AUXÍLIO CONCEDIDO	52	47
				AUXÍLIO		
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
144	CIRCUITO CULTURAL PRAÇA DA LIBERDADE	6.110.000,00	4.126.152,24			
1211	DIVULGAÇÃO DO CIRCUITO CULTURAL PRAÇA DA LIBERDADE	800.000,00	0	CIRCUITO DIVULGADO	1	0
				UNIDADE		
1212	PROJETOS DOS CENTROS CULTURAIS EM FASE DE CONCEPÇÃO	1.000.000,00	0	PROJETO ELABORADO	3	0
				PROJETO		
1468	RECUPERAÇÃO, RESTAURAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE EDIFÍCIOS DO CIRCUITO CULTURAL	100.000,00	30.000,00	PRÉDIO RESTAURADO	1	1
	<i>A execução financeira refere-se somente ao início da restauração do antigo prédio da Secretaria de Estado da Fazenda (restauração da cobertura), ficando o restante da execução da obra para o ano de 2008.</i>			PRÉDIO		
1579	APOIO A GESTÃO DO CIRCUITO CULTURAL	750.000,00	2.137.473,25	MODELO DE GESTÃO IMPLANTADO	1	0
	<i>Foram executados contratos de serviço de assessoria especializada nos monumentos do Circuito Cultural Praça da Liberdade e a elaboração de website para o Circuito Cultural, como outras despesas relativas à gestão do Circuito Cultural, o que configura a execução física de apoio à gestão do programa. Foram executados também: Mudança da Hemeroteca Pública Estadual; Projeto arquitetônico do entorno e dos Edifícios da Praça da Liberdade; Reforma do mobiliário da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; Locação do imóvel da Hemeroteca Pública Estadual.</i>			UNIDADE		
1585	ADEQUAÇÃO AMBIENTAL E DE SEGURANÇA DA ÁREA DO CIRCUITO CULTURAL	2.000.000,00	1.909.114,04	PROJETO IMPLANTADO	4	7
				PROJETO		
1587	ELABORAÇÃO DO INVENTÁRIO QUALITATIVO DOS MONUMENTOS DO CIRCUITO CULTURAL	30.000,00	0	RELATÓRIO ELABORADO	1	0
				RELATÓRIO		
1592	ELABORAÇÃO DO INVENTÁRIO E RESTAURAÇÃO DOS BENS MÓVEIS DOS MONUMENTOS DO CIRCUITO CULTURAL	400.000,00	10.550,00	SERVIÇO REALIZADO	200	0
	<i>Os recursos foram utilizados, no ano de 2007, para elaborar inventário envolvendo a totalidade dos bens a serem restaurados nos anos de 2008 e 2009.</i>			SERVIÇO		
4205	RECUPERAÇÃO RESTAURAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, MUSEU MINEIRO E CIAT/ RAINHA DA SUCATA	1.000.000,00	39.014,95	PRÉDIO REFORMADO	3	3
	<i>A execução financeira refere-se somente à primeira etapa da obra do Arquivo Público Mineiro e à restauração do Museu Mineiro e do CIAT/Rainha da Sucata. A segunda etapa da obra do Arquivo Público Mineiro ficou para o ano de 2008 (obra já licitada e contratada em 2007).</i>			PRÉDIO		
4429	RECUPERAÇÃO, RESTAURAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	30.000,00	0	PRÉDIO REFORMADO	1	0
				PRÉDIO		
175	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE - FASE II - PRODETUR/NE-II	2.689.800,00	0			
1619	PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL	2.689.800,00	0	MUNICÍPIO BENEFICIADO	1	0
	<i>reformulação do projeto</i>			MUNICÍPIO		
659	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	3.410.273,00	3.820.955,09			
4060	PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	30.000,00	50,00	BEM CULTURAL PROTEGIDO	25	109

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : CULTURA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
A execução financeira refere-se somente a diárias de viagem dos técnicos do IEPHA com o objetivo de realizar levantamentos em diversos municípios com o intuito de proteger os bens materiais e imateriais do Estado.				BEM CULTURAL		
1042	CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	3.350.273,00	3.801.315,29	PROJETO/INTERVENÇÃO EM BEM MÓVEL/IMÓVEL CONCLUÍDO	2	247
Na previsão para 2007, foi considerado como "Dados Físicos" somente a restauração de duas capelas em Minas Novas. No entanto, a ação engloba várias outras atividades como, projetos, vistorias, laudos e obras, justificando assim, a alta execução física.				BEM MÓVEL/IMÓVEL		
4053	PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA LOCAL	30.000,00	19.589,80	MUNICÍPIO ATENDIDO	550	688
				MUNICÍPIO		
661	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA	43.000,00	5.326,88			
4100	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	43.000,00	5.326,88	CURSO REALIZADO	35	40
A expressiva execução física se justifica pelo fato de que as palestras, cursos oferecidos e participação em fóruns tiveram um gasto apenas com deslocamento.				CURSO		
663	PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	30.000,00	1.912,25			
4082	DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	30.000,00	1.912,25	PUBLICAÇÃO CULTURAL EDITADA	3	20
O valor realizado, refere-se a pagamentos de diárias de viagem. O trabalho é basicamente efetuado nas dependências do Iepha, sendo necessário realizar tais viagens para a exposição do material produzido.				PUBLICAÇÃO		
2211	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	6.877.150,00	14.736.086,41			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6.876.150,00	14.729.096,51			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	454.329,00	1.027.191,67	PESSOA REMUNERADA	21	31
				UNIDADE		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	4.661,00	2.737,24			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	6.378.260,00	13.684.469,70			
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.000,00	0			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	27.900,00	10.735,90	AUXÍLIO CONCEDIDO	21	15
				AUXÍLIO		
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	10.000,00	3.962,00	SERVIDOR VALORIZADO	21	9
				SERVIDOR		
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	6.989,90			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	6.989,90			
3151	RÁDIO INCONFIDÊNCIA	7.556.088,00	8.158.311,49			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4.737.366,00	5.237.783,01			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	690.000,00	634.120,49			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	85.000,00	139.589,04			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : CULTURA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.961.366,00	4.423.899,48	PESSOA REMUNERADA	148	147
				UNIDADE		
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.000,00	40.174,00			
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
663	PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	600.000,00	732.480,50			
4217	PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DE PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICA, CULTURAL E JORNALÍSTICA	600.000,00	732.480,50	PROGRAMA RADIOFÔNICO TRANSMITIDO	8.760	8.760
				HORA		
664	INFRA-ESTRUTURA CULTURAL	2.217.722,00	2.188.047,98			
1089	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS	1.530.000,00	1.618.077,47	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	1	0
		<i>A compra do Transmissor digital não ocorreu em razão do Ministério das Comunicações não ter definido o modelo do rádio digital.</i>		EQUIPAMENTO		
2016	MANUTENÇÃO E PRODUÇÃO TÉCNICA	687.722,00	569.970,51			
4491	FUNDO ESTADUAL DE CULTURA	5.020.000,00	6.672.801,74			
699	FOMENTO E INTERIORIZAÇÃO CULTURAL EM MINAS GERAIS	5.020.000,00	6.672.801,74			
1159	APOIO A AÇÕES E PROJETOS CULTURAIS VIA FUNDO ESTADUAL DA CULTURA	5.020.000,00	6.672.801,74	PROJETO APROVADO	24	109
				PROJETO		
5151	RÁDIO INCONFIDÊNCIA LTDA.	1.530.000,00	0			
664	INFRA-ESTRUTURA CULTURAL	1.530.000,00	0			
3089	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS	1.530.000,00	0	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	1	0
				EQUIPAMENTO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DEFENSORIA PÚBLICA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1441	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	64.478.040,00	59.303.454,52			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	60.184.033,00	53.799.105,28			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	58.968.292,00	51.501.461,37	PESSOA REMUNERADA	1.152	893
				UNIDADE		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.149.268,00	2.235.639,31			
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	1.000,00	9.822,00	SERVIDOR VALORIZADO	1	55
				SERVIDOR		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	65.473,00	52.182,60	AUXÍLIO CONCEDIDO	50	53
				AUXÍLIO		
390	ASSISTÊNCIA JURÍDICA	4.294.007,00	5.504.349,24			
4033	ASSISTÊNCIA JURÍDICA	4.259.007,00	5.323.342,77	ATENDIMENTO JURÍDICO PRESTADO	1.118.248	891.887
				ATENDIMENTO		
1034	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ATENDIMENTO JURÍDICO ESPECIALIZADO	35.000,00	181.006,47	NÚCLEO IMPLANTADO	2	0
	A execução financeira se deve à devolução de recursos de convênio não utilizados (R\$149.403,64), sendo que o restante (R\$31.602,83) foi aplicado nos núcleos montados no ano de 2006. Por sua vez, os núcleos programados para este ano serão implantados no início de 2008, dado que os convênios somente foram assinados no final de 2007.			NÚCLEO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DEFESA SOCIAL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1451	SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL	477.466.803,00	450.538.196,89			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	67.835.122,00	82.201.110,69			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	24.736.120,00	29.547.017,97			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	42.442.411,00	52.271.402,80	PESSOA REMUNERADA	2.565	2.661
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	456.591,00	330.643,92	AUXÍLIO CONCEDIDO	350	419
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	200.000,00	52.046,00	SERVIDOR VALORIZADO	500	915
				SERVIDOR		
213	LARES GERAES	380.000,00	78.000,00			
1105	LOCAÇÃO LARES GERAES SEGURANÇA PÚBLICA	380.000,00	78.000,00	UNIDADE HABITACIONAL LOCADA	85	0
				UNIDADE HABITACIONAL		
306	INTEGRAÇÃO E EFICIÊNCIA DA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES POLICIAIS	800.000,00	0			
1080	MONITORAMENTO DA VIOLÊNCIA EM EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS	100.000,00	0	COMISSÃO DE MONITORAMENTO DA VIOLÊNCIA EM EVENTOS IMPLANTADA / MANTIDA COMISSÃO	18	13
4087	POLÍCIA COMUNITÁRIA EM MINAS GERAIS	700.000,00	0	AGENTE CAPACITADO	300	1.381
	<i>A execução desta ação foi possível em virtude da aplicação de recursos de ações correlatas dos projetos estruturadores sob gestão da Seds.</i>			AGENTE		
312	REFORMA E PROFISSIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL	229.796.532,00	237.004.623,75			
4124	MANUTENÇÃO DE UNIDADES PRISIONAIS	53.887.531,00	56.018.405,84	SENTENCIADO ASSISTIDO	5.602	2.436
				SENTENCIADO		
4223	MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA DE FRANCISCO SÁ	4.983.807,00	6.362.408,23	SENTENCIADO ASSISTIDO	332	311
				SENTENCIADO		
4225	MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA DÊNIO MOREIRA DE CARVALHO	4.688.359,00	4.504.041,68	SENTENCIADO ASSISTIDO	348	356
				SENTENCIADO		
4226	MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA ARIOSVALDO DE CAMPOS PIRES	5.221.841,00	4.859.980,86	SENTENCIADO ASSISTIDO	396	436
				SENTENCIADO		
4227	MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA DR. MANOEL MARTINS LISBOA JÚNIOR	5.432.186,00	5.048.744,26	SENTENCIADO ASSISTIDO	396	392
				SENTENCIADO		
4228	MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA REGIONAL DE TRÊS CORAÇÕES	5.063.262,00	5.325.267,98	SENTENCIADO ASSISTIDO	396	415
				SENTENCIADO		
4229	MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA REGIONAL DE PATROCÍNIO	4.888.247,00	5.567.875,44	SENTENCIADO ASSISTIDO	396	424
				SENTENCIADO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DEFESA SOCIAL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
4230	MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA ALUIZIO IGNÁCIO DE OLIVEIRA	4.936.250,00	5.982.953,33	SENTENCIADO ASSISTIDO	396	7.216
				SENTENCIADO		
4231	MANUTENÇÃO DO PRESÍDIO REGIONAL INSPETOR JOSÉ MARTINHO DRUMOND	8.008.921,00	13.499.310,75	SENTENCIADO ASSISTIDO	966	1.373
				SENTENCIADO		
4338	MANUTENÇÃO DO PRESÍDIO FLORAMAR	4.927.395,00	3.907.579,08	SENTENCIADO ASSISTIDO	397	350
				SENTENCIADO		
4340	MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA DE TEÓFILO OTONI	4.388.122,00	2.403.402,31	SENTENCIADO ASSISTIDO	280	272
				SENTENCIADO		
4341	MANUTENÇÃO DO PRESÍDIO DE VESPASIANO	4.566.626,00	3.181.365,58	SENTENCIADO ASSISTIDO	396	233
				SENTENCIADO		
4345	MANUTENÇÃO DO PRESÍDIO HÍBRIDO SÃO JOAQUIM DE BICAS	8.817.567,00	11.962.373,85	SENTENCIADO ASSISTIDO	1.100	1.259
				SENTENCIADO		
4349	MANUTENÇÃO DO PRESÍDIO SETE LAGOAS	4.369.180,00	2.360.576,28	SENTENCIADO ASSISTIDO	300	286
				SENTENCIADO		
4350	MANUTENÇÃO DO PRESÍDIO MONTES CLAROS	5.000.591,00	318.816,23	SENTENCIADO ASSISTIDO	400	472
				SENTENCIADO		
4354	MANUTENÇÃO DO PRESÍDIO FORMIGA	5.042.830,00	376.666,85	SENTENCIADO ASSISTIDO	400	253
				SENTENCIADO		
4355	MANUTENÇÃO DO PRESÍDIO GOVERNADOR VALADARES	4.552.408,00	3.209.193,37	SENTENCIADO ASSISTIDO	400	530
				SENTENCIADO		
4358	MANUTENÇÃO CERESP GAMELEIRA	6.100.000,00	7.538.426,62	SENTENCIADO ASSISTIDO	800	1.196
				SENTENCIADO		
4360	MANUTENÇÃO DO CERESP BETIM	5.661.569,00	2.912.749,09	SENTENCIADO ASSISTIDO	800	965
				SENTENCIADO		
4362	MANUTENÇÃO DO CERESP IPATINGA	3.423.819,00	325.312,07	SENTENCIADO ASSISTIDO	400	0
	<i>Não há registro de execução física, uma vez que a unidade ainda continua sob a gestão da Polícia Civil, embora a Seds já se responsabilize pelos agentes penitenciários, o que justifica os dispêndios ocorridos.</i>			SENTENCIADO		
4867	MANUTENÇÃO DOS HOSPITAIS PSIQUIÁTRICO E DE TOXICÔMANOS	2.499.466,00	5.030.302,40	SENTENCIADO ASSISTIDO	373	357
				SENTENCIADO		
4870	MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA AGOSTINHO DE OLIVEIRA JÚNIOR	5.590.012,00	5.221.567,92	SENTENCIADO ASSISTIDO	506	486
				SENTENCIADO		
4879	MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA FRANCISCO FLORIANO DE PAULA	5.564.822,00	4.966.076,54	SENTENCIADO ASSISTIDO	471	470
				SENTENCIADO		
4884	MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA NELSON HUNGRIA	13.592.595,00	18.061.905,35	SENTENCIADO ASSISTIDO	1.363	1.513

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DEFESA SOCIAL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				SENTENCIADO		
4885	MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA PROFESSOR JASON SOARES ALBERGARIA	5.598.941,00	6.017.453,02	SENTENCIADO ASSISTIDO	396	395
				SENTENCIADO		
4887	MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA REGIONAL DOUTOR PIO CANEDO	5.030.701,00	4.907.704,24	SENTENCIADO ASSISTIDO	396	349
				SENTENCIADO		
4897	MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA PROFESSOR JOÃO PIMENTA DA VEIGA	5.006.193,00	4.669.779,99	SENTENCIADO ASSISTIDO	396	436
				SENTENCIADO		
4898	MANUTENÇÃO DO PRESÍDIO PROFESSOR JACY DE ASSIS	8.819.765,00	10.874.400,21	SENTENCIADO ASSISTIDO	1.039	1.365
				SENTENCIADO		
4899	MANUTENÇÃO DA CASA DE DETENÇÃO ANTÔNIO DUTRA LADEIRA	11.697.690,00	19.159.710,14	SENTENCIADO ASSISTIDO	1.540	22.156
				SENTENCIADO		
4903	MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA JOSÉ MARIA ALKIMIN	9.839.836,00	10.375.643,96	SENTENCIADO ASSISTIDO	859	867
				SENTENCIADO		
1106	GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DOS SISTEMA DE DEFESA SOCIAL	2.596.000,00	2.054.630,28	SUPERVISÃO REALIZADA..	100	1.200
				PERCENTUAL		
313	REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS	132.724.149,00	108.827.156,74			
1067	INTEGRAÇÃO DA GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA - IGESP	1.100.000,00	220.119,90	MODELO DE GESTÃO INTEGRADA IMPLANTADO	1	0
	<i>Recurso utilizado para acompanhamento do IGESP nas oito regiões integradas de segurança pública onde a metodologia já foi implantada.</i>			RISP-REGIÃO INTEGRADA SEGURANÇA PÚBLICA		
1687	GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA	2.000.000,00	858.123,42	AÇÃO TÁTICA OU DE INTELIGÊNCIA REALIZADA	20	50
				AÇÃO		
1787	FICA VIVO - CONTROLE DE HOMICÍDIOS DE MINAS GERAIS	7.000.000,00	6.440.833,15	JOVEM EM ATENDIMENTO REGULAR EM COMUNIDADES COM ALTO ÍNDICE DE HOMICÍDIOS JOVEM	13.000	13.293
1670	MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	1.500.000,00	1.444.870,49	ATENDIMENTO PARA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS REALIZADO	15.000	17.246
				ATENDIMENTO		
1673	REINTEGRAÇÃO SOCIAL DO PÚBLICO DAS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS E DOS EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL	3.000.000,00	1.071.312,54	PESSOA ATENDIDA	5.000	12.701
				PESSOA		
1703	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL - SIDS	28.500.000,00	22.046.291,03	MÓDULO DE SISTEMA IMPLANTADO/MANTIDO.	25	9
				MÓDULO		
1713	IMPLANTAÇÃO DAS ÁREAS INTEGRADAS DE POLICIAMENTO	100.000,00	61.102,40	ÁREA INTEGRADA DELIMITADA	5	0
	<i>Mapas das RISPs se encontram em fase de definição, porém não foram publicados em 2007.</i>			ÁREA		
1719	TREINAMENTO INTEGRADO PARA O SISTEMA DE DEFESA SOCIAL	11.388.361,00	5.043.816,24	SERVIDOR TREINADO	5.500	4.154
				SERVIDOR		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DEFESA SOCIAL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1068	INTEGRAÇÃO DAS CORREGEDORIAS DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL	6.680.000,00	2.858.094,61	CORREGEDORIA EQUIPADA E CAPACITADA.	4	4
				CORREGEDORIA		
1075	criação e manutenção de núcleos de prevenção à criminalidade	14.299.500,00	10.313.369,84	NÚCLEO DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE CRIADO / MANTIDO / EXPANDIDO NÚCLEO	26	31
1830	MODERNIZAÇÃO DO ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	2.769.000,00	1.044.445,01	SERVIDOR TREINADO/CAPACITADO	1.100	736
				SERVIDOR		
1909	CONSOLIDAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL	3.920.000,00	9.314.280,88	MACROPROCESSOS IMPLANTADOS E CONSOLIDADOS UNIDADE	3	3
4099	ATENDIMENTO AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI	43.967.288,00	44.713.651,95	ADOLESCENTE ATENDIDO	3.122	1.208
				ADOLESCENTE		
4376	ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DE CENTROS SÓCIO-EDUCATIVOS	3.900.000,00	1.934.119,42	UNIDADE ESTRUTURADA	10	4
				UNIDADE		
4955	PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE	1.300.000,00	903.499,98	CRIANÇA E ADOLESCENTE ATENDIDO	150	150
				PESSOA		
4958	ATENDIMENTO A ADOLESCENTES E JOVENS EGRESSOS DO CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	1.300.000,00	559.225,88	ADOLESCENTE E JOVEM ATENDIDO	240	84
				PESSOA		
644	AMPLIAÇÃO DE VAGAS E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA PRISIONAL	45.931.000,00	22.427.305,71			
1684	CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PENITENCIÁRIOS	4.500.000,00	2.051.532,44	SERVIDOR CAPACITADO	7.250	4.104
				SERVIDOR		
1176	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES PRISIONAIS - SEDS	12.406.000,00	7.830.914,77	VAGA CRIADA	1.372	128
				VAGA		
1178	REFORMA DE UNIDADES PRISIONAIS - SEDS	5.000.000,00	1.440.627,22	UNIDADE PREDIAL REFORMADA	35	9
				UNIDADE		
1179	MELHORIA E ESTRUTURAÇÃO DA SEGURANÇA DO SISTEMA PRISIONAL	18.250.000,00	7.086.460,24	UNIDADE REAPARELHADA	20	55
				UNIDADE		
1180	IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO POR RESULTADOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO – GESPEN	1.575.000,00	428.386,61	UNIDADE COM METODOLOGIA IMPLEMENTADA UNIDADE	43	47
1183	IMPLEMENTAÇÃO DA PARCERIA PÚBLICO PRIVADA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO	200.000,00	0	CONTRATO PPP ASSINADO	1	0
				CONTRATO		
1254	MELHORIA E ESTRUTURAÇÃO DO ATENDIMENTO AO PRESO	4.000.000,00	3.589.384,43	UNIDADE ESTRUTURADA PARA O ATENDIMENTO	20	1
				UNIDADE		
A estruturação de unidades depende do atendimento de diferentes critérios. Contudo, em 2007 somente parte deles foram contemplados nas 20 unidades prisionais programadas, o que explica a baixa execução física.						
4141	FUNDO PENITENCIÁRIO ESTADUAL	1.020.000,00	299.205,14			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DEFESA SOCIAL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
312 REFORMA E PROFISSIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL	1.020.000,00	299.205,14	UNIDADE ATENDIDA	30	5
1645 APOIO AO PROGRAMA DE AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA PRISIONAL	1.020.000,00	299.205,14			
			UNIDADE		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DESENVOLVIMENTO DO VALE DO JEQUITINHONHA / MUCURI E NORTE

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2421	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS	110.487.209,00	119.136.008,92			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3.518.110,00	5.101.074,01			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	100.000,00	99.201,00			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.948.420,00	2.673.684,87			
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	1.000,00	990,00	SERVIDOR VALORIZADO	1	1
				SERVIDOR		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	19.000,00	17.115,97	AUXÍLIO CONCEDIDO	14	18
				AUXÍLIO		
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.449.690,00	2.310.082,17	PESSOA REMUNERADA	75	71
				UNIDADE		
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	57.729,09			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	57.729,09			
091	CIDADÃO NOTA DEZ	14.764.375,00	7.516.546,48			
1116	ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE POR MEIO DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	14.684.375,00	6.947.306,31	ALUNO ALFABETIZADO	178.750	51.948
				ALUNO		
1434	CAPACITAÇÃO DE ALFABETIZADORES E GESTORES	80.000,00	569.240,17	ALFABETIZADOR/GESTOR CAPACITADO	7.571	2.940
	<i>A programação física não foi cumprida em virtude do atraso no cronograma de liberação de recursos do governo federal. O início da execução da fase v, programado para julho de 2007, deu-se apenas em novembro de 2007. O programa terá continuidade e foram gastos recursos para que a meta física possa ser computada no início de 2008.</i>			ALFABETIZADOR/GESTOR		
639	CIDADÃO.NET	649.016,00	1.387.265,96			
1459	IMPLANTAÇÃO DE TELECENTROS	649.016,00	1.387.265,96	TELECENTRO IMPLANTADO	20	0
	<i>Os telecentros não foram implantados devido a problemas na captação de recursos, mas a rede social formada pelos 110 telecentros foi mantida, as pessoas foram capacitadas e as melhores práticas dos telecentros foram identificadas e premiadas. Todas as outras ações necessárias à manutenção dos telecentros implantados foram mantidas e supervisionadas. Além disso, recursos foram utilizados tanto no convenio 003/2003 - pagamento de bolsistas, como 056/2003 - metas diversas.</i>			TELECENTRO		
640	LEITE PELA VIDA	57.710.750,00	56.661.369,97			
1467	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE LEITE PASTEURIZADO	57.710.750,00	56.661.369,97	LITRO DE LEITE ADQUIRIDO/DISTRIBUIDO	67.895.000	52.778.652
				LITRO		
641	COMUNIDADE VIVA	3.195.859,00	6.499.699,15			
1011	IMPLANTAÇÃO DE COZINHAS COMUNITÁRIAS SERTANEJAS	41.600,00	240.409,98	UNIDADE IMPLANTADA	10	10
	<i>FOI DADO INÍCIO AO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA INSTALAÇÃO DAS COZINHAS SERTANEJAS, MAS AS DEZ NOVAS COZINHAS IMPLANTADAS CUPREM A META DO CONVÊNIO 003/2003.</i>			UNIDADE		
1014	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS - OVINO CULTURA	2.932.000,00	0	NÚCLEO IMPLANTADO	20	0

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DESENVOLVIMENTO DO VALE DO JEQUITINHONHA / MUCURI E NORTE

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				NÚCLEO		
1018	INCENTIVO À IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURAS DE COMERCIALIZAÇÃO VOLTADAS PARA O ARTESANATO	50.000,00	77.758,74	CENTRO IMPLANTADO	2	0
	Nesta ação, foram implementadas as seguintes atividades em 2007: 1) atualização do diagnóstico do setor nos 144 municípios das regiões norte e nordeste de Minas; 2) acompanhamento dos 12 Comitês Intermunicipais (CIA); 3) fortalecimento da Associação Centro de Negócios Artesanato em Movimento (Cenato), incluindo a compra de equipamentos para o seu funcionamento.			CENTRO		
1164	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS DE APICULTURA	32.259,00	175.498,66	NÚCLEO IMPLANTADO	10	3
	OS RECURSOS FORAM GASTOS COM A AQUISIÇÃO DE TODOS OS MATERIAIS PARA IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS DE APICULTURA (CONVÊNIO 003/2003), ALÉM DA CAPACITAÇÃO, EXECUÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO.			NÚCLEO		
4326	CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS DE PLACAS	140.000,00	6.006.031,77	CISTERNA CONSTRUÍDA	100	110
				CISTERNA		
642	TURISMO SOLIDÁRIO	50.000,00	108.706,29			
1526	CAPACITAÇÃO DE AGENTES DIVERSOS E IMPLANTAÇÃO DE INFRA ESTRUTURA VOLTADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SOLIDÁRIO	50.000,00	108.706,29	NÚCLEO IMPLANTADO	2	0
	O Programa teve como foco a promoção/ comercialização e divulgação dos destinos e do Turismo Solidário. Foram confeccionados 7.000 folders, 5.000 catálogos, camisetas, canetas, cartões de visitas, blocos de anotações e banner que foram utilizados em feiras voltadas para a atividade turística. Os grupos gestores passaram por 4 (quatro) capacitações. Será proposta a alteração do produto para "capacitação realizada".			NÚCLEO		
688	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL	30.598.099,00	41.803.617,97			
4426	ADMINISTRAÇÃO, SUPERVISÃO E MONITORAMENTO DO PROJETO	3.598.099,00	2.502.087,36	SUPERVISÃO REALIZADA..	1.200	834
				PERCENTUAL		
4427	APOIO AO AGRICULTOR FAMILIAR	27.000.000,00	39.301.530,61	SUBPROJETO IMPLANTADO	500	815
				UNIDADE		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1461	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	39.608.591,00	19.644.269,46			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8.566.391,00	8.956.730,57			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	4.117.950,00	3.246.047,50			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	820.000,00	384.102,60			
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	20.025,00	4.154,00	SERVIDOR VALORIZADO	119	6
				SERVIDOR		
2042	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	0	1.085,19			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.454.591,00	5.261.865,89	PESSOA REMUNERADA	119	121
				UNIDADE		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	53.800,00	10.546,60	AUXÍLIO CONCEDIDO	24	24
				AUXÍLIO		
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	100.025,00	48.928,79			
134	GESTÃO AMBIENTAL MG SÉCULO XXI	663.000,00	886.516,70			
1220	ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA.	15.000,00	886.516,70	MATRIZ DE RESULTADO ELABORADA	100	0
				UNIDADE		
1224	MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO	648.000,00	0	CARTEIRA DE PROJETOS ELEGÍVEIS ELABORADA	100	0
				PERCENTUAL		
258	EMPRESA MINEIRA COMPETITIVA	2.220.000,00	1.509.437,95			
4207	FACILITA MINAS	2.220.000,00	1.509.437,95	UNIDADE IMPLANTADA	12	7
				UNIDADE		
378	PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	4.300.000,00	1.479.771,77			
1623	IMPLANTAÇÃO DO ARCABOUÇO FISCALIZADOR/REGULATÓRIO DE PPP EM MINAS GERAIS	300.000,00	0	ESTUDO ELABORADO	1	0
				ESTUDO		
1639	AValiação DO PROGRAMA PPP	80.000,00	32.060,60	AValiação REALIZADA	1	1
				AValiação		
1029	MODELAGENS DE PROJETOS PPP	3.490.000,00	1.000.000,00	PROJETO MODELADO	3	1
				PROJETO		
1085	GESTÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO AMBIENTE PPP NO ESTADO	430.000,00	447.711,17	PESSOA CAPACITADA	400	155
				PESSOA		
391	ENERGIA ELÉTRICA PARA O NOROESTE MINEIRO	4.787.000,00	0			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1173	EXPANSÃO DO SISTEMA DE SUBTRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO	4.787.000,00	0	LINHAS DE TRANSMISSÃO, SUBESTAÇÕES E REDE DE DISTRIBUIÇÃO EXPANDIDA PERCENTUAL	69	0
410	PLATAFORMA LOGÍSTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	950.000,00	853.298,53			
1203	INTEGRAÇÃO DO AITN COM OS PORTOS SECOS DO ESTADO DE MG	200.000,00	200.000,00	CARGA AÉREA MOVIMENTADA TONELADA	40.000	32.000
1205	APERFEIÇOAMENTO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL REFERENTE AO AEROPORTO INDUSTRIAL E PORTO SECO INDUSTRIAL	150.000,00	101.272,00	LEGISLAÇÃO APROVADA UNIDADE	1	1
1208	VIABILIZAÇÃO DE VÔOS INTERNACIONAIS A PARTIR DO AITN	100.000,00	100.000,00	VÔO INTERNACIONAL INICIADO UNIDADE	3	5
1209	EXPANSÃO DO AEROPORTO INDUSTRIAL NO AITN	200.000,00	200.000,00	CARGA AÉREA MOVIMENTADA TONELADA	40.000	32.000
1210	PLANO DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO RODOANEL	100.000,00	100.000,00	ESTUDO ELABORADO ESTUDO	2	1
1238	PROMOÇÃO DA PLATAFORMA LOGÍSTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	200.000,00	152.026,53	EMPRESA IMPLANTADA EMPRESA	20	4
<i>A meta física foi parcialmente cumprida em decorrência de atraso na implantação do aeroporto industrial pela Infraero.</i>						
530	MAPEAMENTO GEOLÓGICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	1.240.000,00	0			
1602	LEVANTAMENTO AEROGEOFÍSICO DE MINAS GERAIS	1.240.000,00	0	MAPEAMENTO AEROGEOFÍSICO COORDENADO E ACOMPANHADO QUILOMETRO LINEAR	212.105	0
538	EXPORTA MINAS	940.000,00	918.662,00			
4052	NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA EM COMÉRCIO EXTERIOR	302.000,00	302.000,00	PUBLICAÇÃO TÉCNICA SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR EM MINAS GERAIS REALIZADA PUBLICAÇÃO	14	10
4056	CENTRAL EXPORTAMINAS	229.000,00	207.662,00	ATENDIMENTO REALIZADO ATENDIMENTO	345	229
4283	ARTICULAÇÃO DE AÇÕES DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EMPRESA MINEIRA EXPORTADORA	409.000,00	409.000,00	PROMOÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTO REALIZADA PARTICIPAÇÃO/PROMOÇÃO	10	16
540	ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	1.285.000,00	971.452,15			
1112	PROMOÇÃO DO ARRANJO PRODUTIVO MOVELEIRO	550.000,00	550.000,00	VALOR EXPORTADO PERCENTUAL	30	0
<i>A execução financeira desta ação compreende repasse de recursos para o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) bem como para o Instituto de Desenvolvimento Integrado (Indi) tendo em vista a execução e o acompanhamento de ações no âmbito do arranjo produtivo moveleiro.</i>						

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1130	OPERACIONALIZAÇÃO DO NÚCLEO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL E IMPLANTAÇÃO DOS COMITÊS DE INTELIGÊNCIA DOS APLS	375.000,00	172.521,16	ESTUDO REALIZADO	12	0
A execução financeira compreende repasse de recursos para a Sectes e para o Indi, a fim de viabilizar a constituição dos núcleos de informações estratégicas para competitividade industrial, bem como tendo em vista a implantação dos comitês de inteligência dos arranjos produtivos.				UNIDADE		
1141	PROMOÇÃO DO ARRANJO PRODUTIVO ELETROELETRÔNICO	300.000,00	248.930,99	PROTOCOLO ASSINADO	4	0
A execução financeira desta ação compreende repasse de recursos para o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) bem como para o Instituto de Desenvolvimento Integrado (Indi) tendo em vista a execução e o acompanhamento de ações no âmbito do arranjo produtivo eletroeletrônico.				UNIDADE		
1182	ESTRUTURAÇÃO DE FUNDOS VENTURE CAPITAL	50.000,00	0	FUNDO CRIADO	1	0
				UNIDADE		
1797	CONCESSÃO DE ÁREA INDUSTRIAL E INFRAESTRUTURA PARA O PARQUE DE SEMICONdutoRES DE MG	10.000,00	0	INFRA-ESTRUTURA IMPLANTADA	1	0
				UNIDADE		
569	PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO EM MINAS GERAIS	248.200,00	278.491,97			
4172	ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO ARTESANATO MINEIRO	80.000,00	78.000,00	AÇÃO REALIZADA	70	3
O recurso alocado nesta ação foi suficiente apenas para a execução dos três produtos registrados.				AÇÃO		
4184	ROTAS E ESPAÇOS PARA O ARTESANATO	168.200,00	200.491,97	AÇÃO REALIZADA	30	12
				AÇÃO		
577	CONSOLIDAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS - MINAS DO PRINCÍPIO AO FIM	9.908.000,00	206.635,54			
1127	PRODUTIVIDADE, QUALIDADE E COMPETITIVIDADE DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DE MINAS GERAIS	9.708.000,00	0	ARRANJO PRODUTIVO APOIADO	34	0
				PERCENTUAL		
4313	ESTUDOS E PLANEJAMENTOS REGIONAIS DE CADEIAS PRODUTIVAS	200.000,00	206.635,54	CADEIA PRODUTIVA APOIADA	35	0
Não houve execução física, porque o repasse de recursos (referente ao convênio que lastreia a ação) foi realizado somente em dezembro de 2007.				PERCENTUAL		
618	EMPRÉSTIMO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO - DEVELOPMENT POLICY LOAN (DPL)	10.000,00	10.000,00			
1213	EMPRÉSTIMOS EXTERNOS PARA O ESTADO	10.000,00	10.000,00	RECURSO DESEMBOLSADO	41	41
				PERCENTUAL		
645	MINAS ALÉM-FRONTTEIRAS	380.000,00	350.297,17			
1761	JOVENS MINEIROS CIDADÃOS DO MUNDO	180.000,00	180.000,00	PROGRAMA IMPLEMENTADO	1	1
				PROGRAMA		
4050	REDE DE ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	200.000,00	170.297,17	ACORDO, PROGRAMA, PROJETO OU OPERAÇÃO DE CRÉDITO REALIZADA	4	3
				ATIVIDADE		
658	ENERGIA NA IRRIGAÇÃO	2.961.000,00	2.891.000,00			
1047	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O POLO DE CITRICULTURA NO TRIÂNGULO MINEIRO.	2.891.000,00	2.891.000,00	CAPACIDADE ENERGÉTICA AMPLIADA	62	60
				PERCENTUAL		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1146	ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA ELÉTRICA PARA PÓLOS DE IRRIGAÇÃO	70.000,00	0	PLANO DE AMPLIAÇÃO DA IRRIGAÇÃO ELABORADO	100	0
				PERCENTUAL		
666	PLANO MINEIRO DA SILVICULTURA	70.000,00	0			
1048	ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SILVICULTURA.	70.000,00	0	RELATÓRIO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SILVICULTURA ELABORADO	100	0
				PERCENTUAL		
667	ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA ENERGÉTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	70.000,00	6.439,69			
1145	AValiação e validação do planejamento energético	70.000,00	6.439,69	RELATÓRIO ELABORADO	4	1
<i>Esta ação registra baixa execução financeira, dado que fora realizada em parceria com a Cemig.</i>				RELATÓRIO		
674	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO INDUSTRIAL, DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS	340.000,00	185.940,30			
1064	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE CONTROLES E DADOS DOS FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO	60.000,00	1.362,82	SISTEMA IMPLANTADO	60	0
<i>O Sistema de Controle dos Fundos de Desenvolvimento teve sua implantação postergada para 2008.</i>				SISTEMA		
1163	PROMOÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM ESTUDOS E AVALIAÇÃO DO SISTEMA LOGÍSTICO DE MINAS GERAIS	100.000,00	16.297,15	PROJETO, PLANO, ELEMENTO DE COMUNICAÇÃO VISUAL ELABORADO	50	0
<i>Os recursos executados nesta ação tiveram como objeto estudos preliminares que embasarão a elaboração de projetos para o setor logístico de Minas Gerais.</i>				PROJETO		
4166	PROMOÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS, EXPOSIÇÕES E OUTROS EVENTOS	180.000,00	168.280,33	EVENTO REALIZADO	30	9
				EVENTO		
696	REDE MINEIRA DO CONHECIMENTO	270.000,00	43.250,00			
4281	REDE DE INTELIGÊNCIA DO CONHECIMENTO	270.000,00	43.250,00	PROJETO, COMITÊ OU SEMINÁRIO REALIZADO	3	3
				ATIVIDADE		
700	DIFUSÃO TÉCNICA DO SETOR MINEROMETALÚRGICO	400.000,00	96.345,12			
1167	PERFIL DA ECONOMIA MINERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	200.000,00	96.345,12	PERFIL DA ECONOMIA MINERAL EDITADO	1	0
<i>A conclusão do Perfil da Economia Mineral do Estado de Minas Gerais, desenvolvido em parceria com a Fundação João Pinheiro, está prevista para fevereiro de 2008.</i>				PERFIL		
1168	PERFIL DA INDÚSTRIA DA FUNDIÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS	200.000,00	0	PERFIL DA INDÚSTRIA DA FUNDIÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS EDITADO.	1	0
				PERFIL		
2251	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	16.096.394,00	18.746.158,13			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	11.465.802,00	13.032.830,27			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	579.255,00	612.650,88			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	2.260.244,00	2.769.386,41			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	1.000,00	0	AUXÍLIO CONCEDIDO	1	0
				AUXÍLIO		
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.508.201,00	1.471.047,69			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	6.914.102,00	8.131.468,21	PESSOA REMUNERADA	187	179
				UNIDADE		
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	203.000,00	48.277,08	SERVIDOR VALORIZADO	187	222
				SERVIDOR		
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	2.692.148,00	3.422.962,69			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	2.692.148,00	3.422.962,69			
130	REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS E ATIVIDADES AFINS	1.938.444,00	2.290.365,17			
4002	REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS E ATIVIDADES AFINS	1.938.444,00	2.290.365,17	REQUERIMENTO ATENDIDO	327.000	428.888
				REQUERIMENTO		
4111	FUNDO DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	132.464.064,00	144.043.424,60			
217	ESTRADA REAL	3.500.000,00	3.382.860,00			
1927	FUNDESE- ESTRADA REAL - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS DA ESTRADA REAL	3.500.000,00	3.382.860,00	EMPRESA FINANCIADA	120	53
				EMPRESA		
258	EMPRESA MINEIRA COMPETITIVA	30.500.000,00	35.180.842,00			
1453	FUNDESE - EMPRESA MINEIRA COMPETITIVA - PROGRAMA DE INCENTIVO À COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS MINEIRAS	30.500.000,00	35.180.842,00	FINANCIAMENTO CONCEDIDO	100	103
				UNIDADE		
365	PROPAGAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	6.000.000,00	8.362.000,00			
1930	FUNDESE - BASE TECNOLÓGICA PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO AO DESENVOLVIMENTO DE MÉDIAS, PEQUENAS E MICROEMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA	6.000.000,00	8.362.000,00	EMPRESA FINANCIADA	11	18
				EMPRESA		
374	FOMENTO AOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS	92.464.064,00	97.117.722,60			
1973	FUNDESE - GERAMINAS - PROGRAMA DE APOIO CREDITÍCIO AO DESENVOLVIMENTO DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DE MINAS GERAIS	92.464.064,00	97.117.722,60	EMPRESA FINANCIADA	4.300	2.836
	A execução física está abaixo do programado, porque houve um aumento do valor médio dos financiamentos concedidos.			EMPRESA		
4471	FUNDO MÁQUINAS PARA O DESENVOLVIMENTO - FUNDOMAQ	24.697.450,00	1.435.401,43			
680	PROGRAMA MÁQUINAS PARA O DESENVOLVIMENTO	24.697.450,00	1.435.401,43			
1110	MÁQUINAS PARA O DESENVOLVIMENTO	24.697.450,00	1.435.401,43	BEM DE CAPITAL CEDIDO	132	0
	Não houve execução física na ação, porque os gastos realizados referem-se ao pagamento de DPVAT e seguro obrigatório dos bens adquiridos pelo Fundomac.			BEM DE CAPITAL		
4481	FUNDO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	31.850.361,00	6.710.000,00			
208	CORREDORES RADIAIS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	14.350.000,00	6.710.000,00			
1245	MONITORAMENTO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA MG-050, NA MODALIDADE DE PPP	2.100.000,00	375.000,00	CONTRATO DE CONCESSÃO MONITORADO	372	0

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				HORA TRABALHADA		
1246	CONTRATAÇÃO DE VERIFICADOR INDEPENDENTE PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA CONCESSIONÁRIA CONTRATADA NA MG-050	1.000.000,00	150.000,00	CONTRATO DE CONCESSÃO GERENCIADO	372	0
	----			CONTRATO		
1248	CONVÊNIO COM A POLÍCIA RODOVIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	4.125.000,00	0	POLICIAMENTO REALIZADO	372	0
				QUILÔMETRO		
1250	PAGAMENTO DE CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, RELATIVA À TARIFA DE PEDÁGIO DA MG-050, CONFORME DISPOSTO NO CONTRATO DE CONCESSÃO	3.000.000,00	0	CONTRATO DE CONCESSÃO EXECUTADO	372	0
				QUILÔMETRO		
1252	CONVÊNIO COM O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	4.125.000,00	6.185.000,00	ATENDIMENTO DE URGÊNCIA EMERGÊNCIA REALIZADO	372	0
				ATENDIMENTO		
378	PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	17.500.361,00	0			
1235	IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRUTURA DE GARANTIAS	17.500.361,00	0	PROJETO COM GARANTIA ESTRUTURADA	2	0
				PROJETO		
4501	FUNDO DE EQUALIZAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	41.665.498,00	0			
350	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO	41.665.498,00	0			
1189	APOIO A EMPREENDIMENTOS ESTRATÉGICOS PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS	41.665.498,00	0	EMPRESA FINANCIADA	15	0
				EMPRESA		
4511	FUNDO DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO - FINDES	246.620.000,00	420.930.667,81			
350	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO	246.620.000,00	420.930.667,81			
1148	FINDES/PRÓ GIRO - PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO INTEGRADO.	32.619.000,00	133.179.769,75	EMPRESA FINANCIADA	50	44
	<i>O valor físico inicialmente programado teve como base estimativa real de financiamentos para 2007.</i>			EMPRESA		
1150	FINDES/INTEGRAÇÃO - PROGRAMA DE FINANCIAMENTO A PRODUTORES INTEGRADOS	3.000.000,00	529.587,98	PRODUTOR FINANCIADO	120	15
				PRODUTOR		
1153	FINDES/PRÓ ESTRUTURAÇÃO - PROGRAMA DE ESTRUTURAÇÃO COMERCIAL DE EMPREENDIMENTOS ESTRATÉGICOS	1.000,00	2.568.037,08	EMPRESA FINANCIADA	1	1
				EMPRESA		
1154	FINDES/PRÓ INVEST - PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO	211.000.000,00	284.653.273,00	EMPRESA FINANCIADA	25	36
				EMPRESA		
4521	FUNDO DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO EM MINAS GERAIS - FUNDOMIC	46.814.000,00	26.210.000,00			
708	PROGRAMA DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO EM MINAS GERAIS - MINAS COMUNICA	46.814.000,00	26.210.000,00			
1215	UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NO ESTADO DE MINAS GERAIS	46.814.000,00	26.210.000,00	ACESSO A TELEFONIA MÓVEL GARANTIDO	104	67
				MUNICÍPIO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
501 I	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS	60.212.000,00	18.038.358,00			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	7.300.000,00	15.820,00			
6001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL -CODEMIG	7.300.000,00	15.820,00	PRÉDIO REFORMADO	1	0
	<i>Entre as etapas de reforma do prédio sede da Codemig, apenas fora concluída a reforma das redes de esgoto sanitário e pluvial.</i>			PRÉDIO		
318	GESTÃO DE NEGÓCIOS	29.652.000,00	5.876.824,00			
3002	COMPLEMENTAÇÃO DA INFRA ESTRUTURA DO GRANDE HOTEL DE ARAXÁ	1.050.000,00	893.737,00	INFRA-ESTRUTURA CONSTRUÍDA	70	60
				PERCENTUAL		
3004	PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS	5.600.000,00	2.113.792,00	PROJETO EXECUTADO	3	0
	<i>As obras para revitalização do Circuito da Águas em Caxambu, Cambuquira e Lambari encontram-se em andamento.</i>			PROJETO		
3005	COMPLEMENTAÇÃO DAS INSTALAÇÕES OPERACIONAIS DO EXPOMINAS JUIZ DE FORA	7.000.000,00	2.473.192,00	INSTALAÇÃO COMPLEMENTADA	100	35
				PERCENTUAL		
3006	OTIMIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO DO EXPOMINAS- BH	1.000.000,00	0	TRINCHEIRA CONSTRUÍDA	100	0
				PERCENTUAL		
3007	COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS DO EXPOMINAS- BH	7.000.000,00	0	CENTRO DE FEIRA COMPLEMENTADO	100	0
				PERCENTUAL		
3818	REFORMA E RESTAURAÇÃO DO PALACE CASSINO DE POÇOS DE CALDAS	5.000.000,00	166.874,00	PRÉDIO REFORMADO	1	0
	<i>Os recursos executados em 2007 permitiram apenas a conclusão da reforma da rede de esgoto sanitário. Encontra-se em fase de licitação a reforma da fachada do prédio do Palace Cassino.</i>			PRÉDIO		
3906	GESTÃO AMBIENTAL DOS DIREITOS MINERÁRIOS E DAS UNIDADES INDUSTRIAIS, HIDROTERMAIS E HOTELEIRA DA CODEMIG	1.002.000,00	204.909,00	LICENÇA AMBIENTAL OBTIDA	6	3
				UNIDADE		
3940	MELHORIA NA INFRA-ESTRUTURA DO EXPOMINAS-ARAXÁ	2.000.000,00	24.320,00	CENTRO DE FEIRAS E EXPOSIÇÃO MELHORADO.	100	0
	<i>Não houve realização física da ação, porque das melhorias previstas na infra-estrutura do Expominas-Araxá foi concluído apenas o projeto de prevenção e combate a incêndio.</i>			PERCENTUAL		
409	GESTÃO MINERAL	3.800.000,00	154.697,00			
3009	PROJETO QUADRILÁTERO FERRÍFERO	1.000.000,00	0	PROJETO EXECUTADO.	7.000	0
	<i>Ação suspensa por determinação da diretoria da Codemig.</i>			QUILÔMETRO QUADRADO		
3010	PROJETO GÁS NATURAL	300.000,00	31.823,00	PROJETO EXECUTADO	1	0
	<i>O Projeto Gás Natural encontra-se em fase de levantamento geoquímico do sistema petrolífero da Bacia do Rio São Francisco.</i>			PROJETO		
3655	AValiação DO PORTFÓLIO MINERAL DA CODEMIG	1.000.000,00	105.336,00	PROJETO EXECUTADO	5	1
				PROJETO		
3662	NOVOS NEGÓCIOS NO SETOR MINERAL	1.500.000,00	17.538,00	NEGÓCIOS VIABILIZADOS	1	0
	<i>Após a avaliação do prospecto mineral no sudoeste do estado, esta ação foi encerrada por apresentar baixo potencial.</i>			NEGÓCIOS		
541	GESTÃO DE INFORMAÇÕES MINERAIS	2.500.000,00	2.627.410,00			
3726	GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES GEOLÓGICAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	1.500.000,00	2.235.426,00	MAPA GEOLÓGICO CONCLUÍDO	60.000	60.000

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				QUILÔMETRO QUADRADO		
3819	DIFUSÃO TÉCNICA DO SETOR MINERAL	1.000.000,00	391.984,00	EVENTO APOIADO	6	5
				EVENTO		
560	APORTE DE CAPITAL - CODEMIG	6.000.000,00	1.850.000,00			
6828	PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA - PROMINAS	6.000.000,00	1.850.000,00	INVESTIMENTO REALIZADO	1	1
				INVESTIMENTO		
635	IMPLANTAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DE ÁREAS INDUSTRIAIS PLANEJADAS	10.960.000,00	7.513.607,00			
3008	GESTÃO AMBIENTAL DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS	1.000.000,00	186.005,00	LICENÇA AMBIENTAL OBTIDA	7	2
				LICENÇA		
3291	ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE INFRA ESTRUTURA PARA ÁREAS INDUSTRIAIS	9.960.000,00	7.327.602,00	PROJETO ELABORADO	7	2
				PROJETO		
5121	COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS	1.250.398.674,00	1.377.188.691,33			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	489.000,00	704.000,00			
6004	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL - CEMIG	489.000,00	704.000,00			
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	5.887.000,00	5.082.691,33			
7865	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA - CEMIG	5.887.000,00	5.082.691,33			
619	APORTE DE CAPITAL - CEMIG	1.086.663.674,00	1.362.426.000,00			
6805	DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	1.086.663.674,00	1.362.426.000,00			
687	NOVOS INVESTIMENTOS EM USINAS, SUBESTAÇÕES E LINHAS DE TRANSMISSÃO	157.359.000,00	8.976.000,00			
3013	NOVOS INVESTIMENTOS EM USINAS	13.529.000,00	5.288.000,00	USINA CONSTRUÍDA	3	2
				USINA		
3014	NOVOS INVESTIMENTOS EM LINHAS DE TRANSMISSÃO	24.330.000,00	41.000,00	LINHA DE TRANSMISSÃO INSTALADA	265	0
	No âmbito desta ação, encontra-se em andamento as obras de construção da linha de transmissão Furnas-Pimenta.			QUILÔMETRO		
8003	AQUISIÇÃO DE ATIVOS - CEMIG	119.500.000,00	3.647.000,00			
	OS custos lançados referem-se ainda a pagamentos à TBE, adquirida em 2006. Não houve outras aquisições em 2007.					
5131	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS	480.600,00	93.662,89			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	480.600,00	93.662,89			
6946	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL- INDI	480.600,00	93.662,89	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	30	186
				EQUIPAMENTO		
5201	BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A.	54.300.200,00	45.058.558,00			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4.928.000,00	2.641.330,00			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
6005	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL - BDMG	4.928.000,00	2.641.330,00			
606	CAPITALIZAÇÃO DO BDMG	49.372.200,00	42.417.228,00			
6554	CAPITALIZAÇÃO DO BDMG	49.372.200,00	42.417.228,00	AUMENTO DE CAPITAL REALIZADO. R\$ (REAIS)	49.372.200	42.417.228
5251	COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS	63.394.000,00	17.859.604,63			
219	OFERTA DE GÁS NATURAL	63.394.000,00	17.859.604,63			
3364	DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL	63.394.000,00	17.859.604,63	REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CONSTRUÍDA	230	9
	<i>Está em andamento processo de licitação para construção dos gasodutos do Vale do Aço e do Sul de Minas. As licitações estão previstas para maio de 2008.</i>			QUILÔMETRO		
5391	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.	1.011.525.000,00	543.070.307,00			
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	236.746.000,00	225.435.307,00			
7005	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	187.038.000,00	183.280.416,00			
7003	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	49.708.000,00	42.154.891,00			
019	GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	690.941.000,00	281.605.000,00			
3030	CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS OU TÉRMICAS	125.349.000,00	220.914.000,00	USINA CONSTRUÍDA	5	0
	<i>Os recursos executados no âmbito desta ação se referem à construção dos aproveitamentos hidrelétricos de Pipoca, Cachoeirão e Baguari abarcando também as obras do Programa Minas PCH. No entanto, nenhuma nova usina fora concluída em 2007. Igualmente, parte significativa dos recursos foram gastos(R\$ 89.159 mil) por ocasião da operação comercial do aproveitamento hidrelétrico de Irapé, aprovado pelo Conselho de Administração em 20/12/07 como término do projeto.</i>			USINA		
3032	MANUTENÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS OU TÉRMICAS	69.194.000,00	52.800.000,00	REFORMA E MELHORIA DE USINA EXECUTADA	1	6
				USINA		
3051	MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DAS USINAS HIDRELÉTRICAS OU TÉRMICAS	15.398.000,00	7.891.000,00	AÇÃO REALIZADA	1	1
				AÇÃO		
8004	AQUISIÇÃO DE ATIVOS - CEMIG GT	481.000.000,00	0			
037	TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	83.838.000,00	36.030.000,00			
3052	EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO	61.459.000,00	23.737.000,00	LINHA DE TRANSMISSÃO INSTALADA	48	13
				QUILÔMETRO		
3061	EXPLORAÇÃO DE SUBESTAÇÕES E LINHAS DE TRANSMISSÃO	8.704.000,00	6.186.000,00	AÇÃO REALIZADA	1	1
				AÇÃO		
6994	MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA A TRANSMISSÃO	13.675.000,00	6.107.000,00	AÇÃO REALIZADA	1	1
				AÇÃO		
5401	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	1.301.768.000,00	1.107.784.155,56			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS		267.337.000,00	246.604.155,56			
7001 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA - CEMIG DISTRIBUIÇÃO		138.891.000,00	136.932.467,00			
7002 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA - CEMIG DISTRIBUIÇÃO		128.446.000,00	109.671.688,56			
045 DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		510.780.000,00	486.285.000,00			
3071 EXPANSÃO DAS LIGAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA NO MERCADO URBANO		223.677.000,00	315.869.000,00	CONSUMIDOR ATENDIDO	159.092	182.244
				UNIDADE		
3074 MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DE APOIO DA DISTRIBUIÇÃO.		117.510.000,00	103.838.000,00	AÇÃO REALIZADA	1	1
				AÇÃO		
3076 EXPANSÃO, REFORMA E MELHORIA DO SISTEMA DE SUBTRANSMISSÃO		169.593.000,00	66.578.000,00	QUILÔMETRO DE LINHA CONSTRUÍDO	3.171	155
				QUILÔMETRO		
268 100% ELETRIFICAÇÃO RURAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS - LUZ PARA TODOS		511.901.000,00	365.099.000,00			
3517 EXECUÇÃO DO PROGRAMA PARA 100% DE ELETRIFICAÇÃO RURAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS - ÁREA DE CONCESSÃO CEMIG		511.901.000,00	365.099.000,00	CONSUMIDOR ATENDIDO	57.000	47.365
				CONSUMIDOR		
391 ENERGIA ELÉTRICA PARA O NOROESTE MINEIRO		11.750.000,00	9.796.000,00			
3436 EXPANSÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO EM MÉDIA TENSÃO		11.750.000,00	9.796.000,00	REDE DE DISTRIBUIÇÃO EM MT	191	191
Embora não estivessem inicialmente previstas obras de subtransmissão, foram gastos R\$ 2.218 mil nesse segmento.				QUILÔMETRO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1471 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA	277.466.455,00	35.348.394,24			
001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6.106.271,00	5.858.593,62			
2002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.203.514,00	1.591.965,24			
2001 DIREÇÃO SUPERIOR	56.577,00	162.388,80			
2417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.532.105,00	3.871.632,23	PESSOA REMUNERADA	143	146
			UNIDADE		
2427 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.250.259,00	178.065,35			
2420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	61.066,00	51.812,00	AUXÍLIO CONCEDIDO	66	58
A diferença entre a previsão da LOA e a execução deve-se a erro no preenchimento do formulário à época da elaboração da Proposta.			AUXÍLIO		
2018 DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	2.750,00	2.730,00	SERVIDOR VALORIZADO	27	13
A diferença entre a previsão na LOA e a execução deve-se a erro de preenchimento de formulários à época da elaboração da proposta.			SERVIDOR		
080 SANEAMENTO BÁSICO: MAIS SAÚDE PARA TODOS	175.848.685,00	19.472.265,68			
1578 IMPLANTAR, AMPLIAR E MELHORAR SISTEMAS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS COLETADOS NAS ÁREAS URBANAS	5.891.000,00	2.263.355,00	SISTEMA DE DISPOSIÇÃO E OU TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS IMPLANTADO SISTEMA	18	18
1616 DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES DE SANEAMENTO	300.000,00	0	SISTEMA DESENVOLVIDO E IMPLANTADO	1	0
A ação foi planejada em 2007 e será executada a partir de 2008.			UNIDADE		
1214 ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE SISTEMAS DE SANEAMENTO FORA DA ÁREA DE CONCESSÃO DA COPASA.	4.000.000,00	598.832,00	PROJETO ELABORADO	80	0
A SEDRU firmou contrato com a FUNDEP somente em 28/12/07 para elaboração de diagnóstico de saneamento na Bacia do Rio Doce e fez repasse de parte dos recursos financeiros ainda em 2007. Os projetos serão elaborados em 2008.			PROJETO		
1225 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS VALES DO JEQUITINHONHA, MUCURI E SÃO MATEUS	147.055.771,00	0	MUNICÍPIO ATENDIDO	92	0
Em 2007 ocorreu a regularização da subsidiária da COPASA - COPANOR que ficará responsável por essa ação a partir de 2008, o que não incorreu em despesas financeiras.			MUNICÍPIO		
1388 IMPLANTAR SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE SANEAMENTO	7.537.000,00	7.999.315,20	SISTEMA DE SANEAMENTO SIMPLIFICADO IMPLANTADO	72	166
			UNIDADE		
1567 INSTALAR MÓDULOS SANITÁRIOS EM RESIDÊNCIAS DE FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA	4.508.000,00	4.508.000,00	MÓDULO SANITÁRIO INSTALADO	1.734	874
			MÓDULO SANITÁRIO		
1574 IMPLANTAR SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO EM LOCALIDADES SEM CONCESSÃO À COPASA	6.556.914,00	4.102.763,48	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO IMPLANTADO	17	4
			UNIDADE		
175 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE - FASE II - PRODETUR/NE-II	10.023.000,00	3.282.610,97			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA

ÓRGÃO / ENTIDADE		FINANCEIRO		FÍSICO		
PROGRAMA AÇÃO		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1996	ESTUDO E IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	10.023.000,00	3.282.610,97	MUNICÍPIO BENEFICIADO	2	0
<i>Convênio SETUR / MTUR ainda não foi celebrado</i>				MUNICÍPIO		
213	LARES GERAES	81.577.373,00	153.637,50			
1644	CONSTRUÇÃO OU MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS E PRODUÇÃO DE LOTES URBANIZADOS NA ZONA URBANA	57.100.161,00	120.182,50	UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUÍDA	6.758	369
<i>A taxa de execução física foi baixa pois meta a física foi reprogramada durante o exercício para 389 unidades.</i>				UNIDADE HABITACIONAL		
1647	CONSTRUÇÃO OU MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS NA ZONA RURAL	24.477.212,00	33.455,00	UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUÍDA	2.898	0
				UNIDADE HABITACIONAL		
217	ESTRADA REAL	2.900.000,00	2.900.000,00			
1218	SANEAMENTO BÁSICO NA ESTRADA REAL	2.900.000,00	2.900.000,00	MUNICÍPIO ATENDIDO	2	23
<i>A execução física foi superior à meta física devido à reprogramação ao longo do exercício.</i>				MUNICÍPIO		
259	REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO METROPOLITANA E DESENVOLVIMENTO URBANO	908.540,00	1.079.598,40			
1232	GOVERNANÇA METROPOLITANA	908.540,00	1.079.598,40	FUNÇÃO INTEGRADA	10	0
				UNIDADE		
614	AÇÕES EMERGENCIAIS DE SANEAMENTO	2.000,00	2.200.000,00			
1970	POÇOS PROFUNDOS - PERFURAÇÃO, INSTALAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	1.000,00	0	POÇO PERFURADO INSTALADO ATENDIDO	1	0
				POÇO		
4963	ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR CAMINHÕES-PIPA	1.000,00	2.200.000,00	CAMINHÃO PIPA DISPONIBILIZADO	1	1
<i>Assinatura de 1 convenio com a COPASA para abastecimento de água com caminhão pipa em diversos municípios, em estado de calamidade pública.</i>				CAMINHÃO		
669	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO	100.586,00	401.688,07			
1061	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	60.000,00	12.154,89	LOTE REGULARIZADO	2.000	0
				UNIDADE		
1227	CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UNIDADES MICRORREGIONAIS DE GESTÃO COMPARTILHADA	40.586,00	389.533,18	UNIDADE MICRORREGIONAL DE GESTÃO COMPARTILHADA INSTITUÍDA E IMPLEMENTADA	1	0
				UNIDADE		
238I	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS	4.697.269,00	5.104.606,47			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3.221.929,00	3.540.695,43			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.759.980,00	2.170.712,24	PESSOA REMUNERADA	77	75
				UNIDADE		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	10.000,00	9.970,40			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.339.749,00	1.265.494,29			
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	1.000,00	8.325,88	SERVIDOR VALORIZADO	1	32

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				SERVIDOR		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	26.200,00	16.698,79	AUXÍLIO CONCEDIDO	19	13
				AUXÍLIO		
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	85.000,00	69.493,83			
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	52.250,81			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	52.250,81			
027	RADIODIFUSÃO	955.340,00	1.181.957,88			
4481	MANUTENÇÃO NOS SISTEMAS DE TRANSMISSÃO E RETRANSMISSÃO DE TV IMPLANTADOS.	955.340,00	1.181.957,88	MANUTENÇÃO REALIZADA	400	903
				SERVIÇO		
217	ESTRADA REAL	500.000,00	317.175,74			
1135	IMPLANTAÇÃO DE TELEFONIA RURAL NA ESTRADA REAL	500.000,00	317.175,74	POSTO TELEFÔNICO RURAL INSTALADO	40	21
				POSTO TELEFÔNICO		
280	TELEFONIA RURAL	19.000,00	12.526,61			
4523	PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO SISTEMA DE TELEFONIA RURAL.	5.000,00	2.550,00	POSTO TELEFÔNICO RURAL INSTALADO	1	1
				POSTO TELEFÔNICO		
4525	MANUTENÇÃO NOS POSTOS TELEFÔNICOS RURAIS INSTALADOS.	14.000,00	9.976,61	MANUTENÇÃO REALIZADA	50	44
				SERVIÇO		
4101	FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO	95.012.824,00	96.785.623,28			
213	LARES GERAES	86.000.000,00	96.785.623,28			
1078	PROGRAMA LARES - HABITAÇÃO POPULAR	60.000.000,00	73.217.368,42	UNIDADE HABITACIONAL FINANCIADA	4.500	2.402
				UNIDADE HABITACIONAL		
1113	LARES GERAES- SEGURANÇA PÚBLICA	26.000.000,00	23.568.254,86	UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUÍDA	520	273
				UNIDADE HABITACIONAL		
341	APOIO AOS PROGRAMAS HABITACIONAIS	9.012.824,00	0			
1842	PROJETOS ESPECIAIS E EMERGENCIAIS	9.012.824,00	0	PROJETO EXECUTADO	507	0
				PROJETO		
4331	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	1.000,00	0			
556	FUNDO METROPOLITANO	1.000,00	0			
1989	APOIO FINANCEIRO AO DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	1.000,00	0	PROJETO APOIADO	1	0
				PROJETO		
5071	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	51.000,00	258.870,00			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	50.000,00	257.870,00			
6513	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA - COHAB	50.000,00	257.870,00			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	1.000,00			
7524 AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA INTERNA - COHAB	1.000,00	1.000,00			
5081 COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	987.501.000,00	947.679.213,00			
001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	63.801.000,00	36.796.314,00			
6188 MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL - COPASA	63.801.000,00	36.796.314,00			
002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	109.800.000,00	145.442.034,00			
7189 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA - COPASA	19.400.000,00	12.892.572,00			
7341 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA - COPASA	90.400.000,00	132.549.462,00			
080 SANEAMENTO BÁSICO: MAIS SAÚDE PARA TODOS	813.900.000,00	765.440.865,00			
8108 EXPANSÃO E GARANTIA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM LOCALIDADES COM CONCESSÃO DA COPASA	255.300.000,00	360.889.635,00	ECONOMIA RESIDENCIAL DE ÁGUA ATENDIDA	66.000	121.670
			ECONOMIA RESIDENCIAL		
8159 EXPANSÃO E GARANTIA DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM LOCALIDADES COM CONCESSÃO DA COPASA	438.800.000,00	352.195.328,00	ECONOMIA RESIDENCIAL DE ESGOTO ATENDIDA	120.000	97.051
			ECONOMIA RESIDENCIAL		
8163 IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO EM LOCALIDADES COM CONCESSÃO DA COPASA	119.800.000,00	52.355.902,00	ESGOTO COLETADO TRATADO	45	42
			PERCENTUAL		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1481	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	126.845.968,00	86.227.003,22			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	36.850.497,00	35.164.910,61			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	12.306.061,00	11.768.878,66			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	35.000,00	20.362,80			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	22.367.536,00	21.877.470,88	PESSOA REMUNERADA	1.609	1.609
2992	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS	140.000,00	132.569,92	UNIDADE		
2765	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS	80.000,00	53.140,33			
2767	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO	40.000,00	31.011,80			
2770	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS DIFUSOS	16.000,00	0			
2792	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	80.000,00	42.424,04			
2799	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	80.000,00	51.414,23			
2807	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	200.000,00	37.895,32			
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	240.000,00	149.236,23			
2699	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE PARTICIPAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA	50.000,00	20.655,38			
2702	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL ANTI-DROGAS	50.000,00	491,83			
2706	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA	50.000,00	32.339,70			
2751	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DA MULHER	60.000,00	63.463,38			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	985.900,00	860.487,60	AUXÍLIO CONCEDIDO	798	642
				AUXÍLIO		
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	60.000,00	18.069,41	SERVIDOR VALORIZADO	150	533
				SERVIDOR		
2041	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	10.000,00	4.999,10			
255	POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	17.224.561,00	21.110.289,05			
4314	CERTIFICAÇÃO DOS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES	1.000,00	0	ESTUDO ELABORADO	1	0
				ESTUDO		
4437	INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA	7.394.057,00	11.515.541,16	TRABALHADOR INSCRITO	248.579	358.568
				PESSOA		
4461	DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS BÁSICAS PARA O TRABALHO	5.000,00	0	TRABALHADOR CAPACITADO	163	0
				TRABALHADOR		
4463	PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO	780.307,00	1.103.700,00	EDIÇÃO PESQUISA PED REALIZADA	12	12
				PESQUISA		
4471	SEGURO-DESEMPREGO	3.132.022,00	2.659.326,13	TRABALHADOR HABILITADO	166.560	256.825
				TRABALHADOR		
4478	QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DO TRABALHADOR	5.912.175,00	5.831.721,76	TRABALHADOR QUALIFICADO/REQUALIFICADO	11.232	5.975
				PESSOA		
262	INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NAS POLÍTICAS SETORIAIS BÁSICAS	0	1.843.600,63			
4180	PUBLICAÇÃO DE BOLETIM INFORMATIVO DE AÇÕES EM PROL DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA	0	5.810,00	PUBLICAÇÃO PRODUZIDA	6.000	8.000
				PUBLICAÇÃO		
4466	ORIENTAÇÃO PARA A INCLUSÃO E PROMOÇÃO SOCIAL DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	0	1.837.790,63	PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA ATENDIDA	10.000	10.998
				PESSOA		
277	PROTEÇÃO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E REPARAÇÃO A VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS.	205.000,00	6.894,20			
4153	ABRIGAMENTO PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	200.000,00	6.894,20	PESSOA ATENDIDA	100	85
	<i>Abrigamento realizado em convênio com a PM de Gov. Valadares, com reserva de vagas para o Estado, onde são acolhidas mulheres vítimas de violência. Mesmo não havendo desembolso financeiro do Estado, foi cumprido a meta física por se tratar de reserva de vagas.</i>			PESSOA		
4515	INDENIZAÇÃO ÀS VÍTIMAS DE TORTURA	5.000,00	0	INDENIZAÇÃO À VÍTIMAS DE TORTURA PAGA	1	0
				INDENIZAÇÃO		
282	INCENTIVO AO DESPORTO	2.021.600,00	53.013,56			
4527	PROMOÇÃO DO DESPORTO	2.021.600,00	53.013,56	DESSPORTISTA BENEFICIADO	10.000	0
	<i>A atividade foi transferida para a Secretaria de Esportes e da Juventude, de modo que toda execução física e financeira ficou a cargo daquela secretaria.</i>			DESSPORTISTA		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
286	INTEGRAÇÃO SOCIAL PELO ESPORTE E LAZER	1.012.400,00	0			
4545	ATIVIDADES DE LAZER	1.012.400,00	0	EVENTO REALIZADO	100	0
				EVENTO		
305	DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES E INCREMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	6.924.000,00	10.109.119,91			
4854	POLÍTICA DE APOIO AO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO	6.924.000,00	10.109.119,91	ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA APOIADA	30	0
				ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA		
622	INCLUSÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS VULNERABILIZADAS	54.929.910,00	12.486.491,23			
4200	COMBATE À VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	791.990,00	703.744,37	ATENDIMENTO AO CIDADÃO REALIZADO	157.670	3.416
				PESSOA		
1576	GESTÃO DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - APOIO AOS MUNICÍPIOS E CONSELHOS E IMPLANTAÇÃO E MONITORAMENTO DO SIPIA	535.020,00	330.598,64	MUNICÍPIO APOIADO	230	160
				MUNICÍPIO		
4408	PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS E TESTEMUNHAS AMEAÇADAS - PROVITA	753.900,00	781.126,81	PROVITA/ PESSOA ASSISTIDA	55	65
				PESSOA		
4457	POUPANÇA JOVEM	50.000.000,00	8.236.348,94	JOVEM ATENDIDO	50.000	3.888
				PESSOA		
4728	DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL DAS DIRETORIAS REGIONAIS / SEDESE E APOIO A ENTIDADES E MUNICÍPIOS NA GESTÃO DO SUAS	2.849.000,00	2.434.672,47	PROJETO APOIADO	20	19
				PROJETO		
630	PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	710.000,00	622.018,51			
2043	QUILOMBOLAS DE MINAS GERAIS RESGATANDO RAÍZES	100.000,00	100.000,00	AÇÃO REALIZADA	1	1
				AÇÃO		
2044	CENTRO DE REFERÊNCIA DE GAYS, LÉSBICAS, BISEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	100.000,00	62.377,37	CENTRO DE REFERÊNCIA INSTALADO	1	1
				CENTRO DE REFERÊNCIA		
4155	IMPLANTAÇÃO DO MEMORIAL DOS DIREITOS HUMANOS	30.000,00	30.000,00	MEMORIAL DE DIREITOS HUMANOS INSTALADO	1	1
				MEMORIAL		
4298	CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO DOS DIREITOS DO IDOSO, DA MULHER E DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE SOCIAL	30.000,00	29.889,00	CAMPANHA REALIZADA	3	0
	<i>Os recursos financeiros foram utilizados para custear a campanha que será divulgada em 2008</i>			CAMPANHA		
4445	PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER	350.000,00	299.763,12	AÇÃO REALIZADA	5	3
				AÇÃO		
4458	ESCRITÓRIO DE DIREITOS HUMANOS	100.000,00	99.989,02	ESCRITÓRIO DE DIREITOS HUMANOS INSTALADO	1	1
				ESCRITÓRIO DE DIREITOS HUMANOS		
643	PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO	3.943.000,00	3.415.788,72			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1590	CAPACITAÇÃO DO CORPO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO PARA O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO	793.000,00	332.356,40	PROFISSIONAL QUALIFICADO	793	795
				PROFISSIONAL		
1598	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS PÚBLICOS DE PROMOÇÃO DO TRABALHO	2.560.000,00	1.791.601,95	CENTRO PUBLICO DE PROMOÇÃO AO TRABALHO IMPLANTADO UNIDADE	8	8
1603	INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE COMPETÊNCIAS BÁSICAS PARA O TRABALHO	220.000,00	182.163,00	TRABALHADOR CAPACITADO	7.200	10.616
				TRABALHADOR		
1610	QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	10.000,00	970.497,40	PROFISSIONAL QUALIFICADO	20	5.453
				PROFISSIONAL		
4189	INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO	200.000,00	9.745,72	ESTÁGIO - EMPREGO REALIZADO	500	116
				PESSOA		
4364	QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL PARA MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA	80.000,00	78.824,25	TRABALHADOR CAPACITADO	400	311
				TRABALHADOR		
4380	QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	80.000,00	50.600,00	PORTADOR DE DEFICIÊNCIA QUALIFICADO	80	80
				PESSOA		
655	REDE DE SUPORTE SOCIAL NA ATENÇÃO AO DEPENDENTE QUÍMICO	165.000,00	539,32			
4307	MUNICIPALIZAÇÃO DAS AÇÕES ANTIDROGAS	165.000,00	539,32	MUNICÍPIO - ENTIDADE MOBILIZADA	300	0
	<i>Esta ação foi transferida para a SEEJ, de forma que a execução física e financeira ficou a cargo daquela secretaria.</i>			UNIDADE		
689	MINAS ESPORTE	2.860.000,00	1.414.337,48			
4072	CAMPOS DE LUZ	500.000,00	0	CAMPO DE FUTEBOL ILUMINADO	15	0
				CAMPO DE FUTEBOL		
4487	CURUMIM - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	1.420.000,00	1.399.940,00	CRIANÇA E ADOLESCENTE ATENDIDO	2.500	12.991
				PESSOA		
4628	MINAS OLÍMPICA - NOVA GERAÇÃO	940.000,00	14.397,48	ATLETA PARTICIPANTE	3.300	30.055
				ATLETA		
4091	FUNDO PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA	4.565.000,00	7.647.478,81			
622	INCLUSÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS VULNERABILIZADAS	4.565.000,00	7.647.478,81			
4951	GESTÃO DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - QUALIFICAÇÃO DE RH PARA A GEST. E CONTR. DA POLÍTICA DE ATEND. AOS DIREITOS DA CRIANÇA DO ADOLESC	450.000,00	331.483,44	PESSOA CAPACITADA	1.920	1.472
				PESSOA		
4630	GESTÃO DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - APOIO AOS MUNICÍPIOS E ENTIDADES NAS POLÍTICAS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	4.115.000,00	7.315.995,37	PROJETO APOIADO	43	72
				PROJETO		
4251	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	22.155.092,00	22.739.062,39			
622	INCLUSÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS VULNERABILIZADAS	22.155.092,00	22.739.062,39			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
4633	GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - DESCENTRALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	670.000,00	224.303,21	MUNICÍPIO ASSESSORADO	853	853
				MUNICÍPIO		
4640	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	1.711.812,00	3.170.499,70	ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	7.190	21.138
				ATENDIMENTO		
4775	GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - QUALIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA GESTÃO E CONTROLE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000.000,00	712.404,35	PESSOA CAPACITADA	4.000	6.580
				PESSOA		
4875	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS	400.000,00	472.660,00	MUNICÍPIO BENEFICIADO	28	40
				MUNICÍPIO		
4462	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - ATENDIMENTO À CRIANÇA	1.187.677,00	420.377,06	CRIANÇA EM MEIO ABERTO ATENDIDA	3.775	930
				CRIANÇA		
4521	GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - REVISÃO E AVALIAÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)	879.620,00	152.474,94	BENEFÍCIO REVISADO	43.981	43.073
				BENEFÍCIO		
4543	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ATENDIMENTO SOCIAL AO IDOSO	822.438,00	795.809,49	IDOSO ATENDIDO	454	380
				PESSOA		
4575	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL / PETI - BOLSA	123.480,00	2.961,32	CRIANÇA/ADOLESCENTE PROTEGIDO	343	0
				CRIANÇA/ADOLESCENTE		
4605	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL / PETI - JORNADA AMPLIADA	173.277,00	63.583,70	CRIANÇA/ADOLESCENTE PROTEGIDA	343	0
				CRIANÇA / ADOLESCENTE		
4357	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ATENDIMENTO AO MIGRANTE E À POPULAÇÃO DE RUA	953.362,00	1.366.096,14	PESSOA ATENDIDA	5.000	9.343
				PESSOA		
4359	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	6.416.105,00	5.992.874,00	CENTRO IMPLANTADO - IMPLEMENTADO	81	116
				CENTRO		
4365	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO	250.000,00	74.166,66	JOVEM QUALIFICADO	130	0
				JOVEM		
4366	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA FAMÍLIA	460.000,00	507.719,17	CRIANÇA ADOLESCENTE FAMÍLIA ATENDIDA	2.730	1.479
				ATENDIMENTO		
4389	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ABRIGAMENTO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	3.837.821,00	5.848.419,02	CRIANÇA / ADOLESCENTE / PESSOA COM DEFICIÊNCIA ABRIGADA	864	596
				PESSOA		
4394	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ENFRENTAMENTO AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	362.000,00	318.570,79	AÇÃO REALIZADA	36	1.232
				AÇÃO		
4401	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - INSERÇÃO PRODUTIVA DE FAMÍLIAS VULNERABILIZADAS	100.000,00	99.476,11	PROJETO APOIADO	5	5

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				PROJETO		
4402	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - FAMÍLIA ACOLHEDORA	350.000,00	349.965,24	MUNICÍPIO ATENDIDO	4	9
				MUNICÍPIO		
1990	GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSIST. SOCIAL - IMPLANTAÇÃO DE SIST. DE INFORMAÇÃO, MONIT. E AVAL.DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	690.000,00	459.207,95	MÓDULO DE SISTEMA IMPLANTADO/MANTIDO.	1	1
				MÓDULO		
4249	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - CENTRO DE REFERÊNCIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS/ CONSÓRSIO	1.767.500,00	1.707.493,54	CENTRO IMPLANTADO	16	14
				CENTRO		
4421	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS	1.000,00	0			
630	PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	1.000,00	0			
4917	APOIO ÀS AÇÕES DO FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	1.000,00	0			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : EDUCAÇÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1261 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO		3.534.109.797,00	3.914.197.723,00			
001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		316.208.396,00	295.844.292,92			
2090 ADMINISTRAÇÃO DA AÇÃO EDUCACIONAL		8.233.305,00	6.194.599,47			
2182 MANUTENÇÃO DAS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DE ENSINO		141.415.087,00	156.902.674,50			
2183 OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DO FUNDEF		15.000,00	2.694,86			
2187 OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO		1.803.614,00	2.592.901,94			
2018 DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR		300.000,00	64.246,50	SERVIDOR VALORIZADO	1.000	157
				SERVIDOR		
2020 DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO		25.000,00	11.674,37	SERVIDOR VALORIZADO	50	20
				SERVIDOR		
2001 DIREÇÃO SUPERIOR		4.313.304,00	3.879.707,86			
2002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS		160.103.086,00	126.195.793,42			
116 MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL		2.271.549.608,00	2.437.754.217,67			
1156 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS ESCOLARES - ENSINO FUNDAMENTAL		45.816.000,00	36.995.142,44	PRÉDIO BENEFICIADO	71	71
				PRÉDIO		
2443 DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E VALORIZAÇÃO DO EDUCADOR		6.612.800,00	1.370.983,07	PROFISSIONAL BENEFICIADO	14.760	14.760
				PROFISSIONAL		
2447 PADRÕES DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA DO ENSINO FUNDAMENTAL		138.669.000,00	162.352.288,21	ESCOLA BENEFICIADA	3.610	3.610
				ESCOLA		
2748 APOIO ADMINISTRATIVO DO ENSINO FUNDAMENTAL		804.671.161,00	481.779.132,44	PROFISSIONAL BENEFICIADO	59.200	59.200
				PROFISSIONAL		
4210 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL		1.275.780.647,00	1.755.256.671,51	ALUNO ATENDIDO	1.695.968	1.695.968
				ALUNO		
117 ATENDIMENTO AO ENSINO PROFISSIONAL		2.025.084,00	382.969,23			
4956 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL		2.025.084,00	382.969,23	ALUNO ATENDIDO	4.376	4.376
				ALUNO		
119 ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO INFANTIL		18.585.444,00	19.443.936,04			
4736 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL		18.585.444,00	19.443.936,04	ESCOLA BENEFICIADA	86	86

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : EDUCAÇÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				ESCOLA		
180	ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	45.135.196,00	64.873.518,22			
4351	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - ENSINO FUNDAMENTAL	8.444.289,00	16.440.283,91	PESSOA REMUNERADA	900	2.095
				UNIDADE		
4831	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	36.690.907,00	48.433.234,31	JOVEM E ADULTO ATENDIDO	179.418	179.418
				JOVEM E ADULTO		
181	ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO ESPECIAL	102.512.613,00	107.874.134,06			
4269	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	31.249.508,00	23.116.029,24	ESCOLA PREPARADA PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	950	950
				ESCOLA		
4907	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - ENSINO FUNDAMENTAL	71.263.105,00	84.758.104,82	PESSOA REMUNERADA	5.500	5.500
				UNIDADE		
269	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	63.511.730,00	73.695.932,17			
2483	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	63.511.730,00	73.695.932,17	ALUNO BENEFICIADO COM MERENDA ESCOLAR	1.710.000	1.710.000
				ALUNO		
281	COOPERAÇÃO ESTADO E MUNICÍPIO	50.095.000,00	89.732.066,33			
2092	TRANSPORTE ESCOLAR	44.350.000,00	79.034.344,56	ALUNO BENEFICIADO	200.000	200.000
				ALUNO		
4522	ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS	5.645.000,00	10.597.721,77	MUNICÍPIO BENEFICIADO	100	109
				MUNICÍPIO		
4913	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	100.000,00	100.000,00	PROFESSOR CAPACITADO	4.000	4.000
				PROFESSOR		
310	UNIVERSALIZAÇÃO E MELHORIA DO ENSINO MÉDIO	102.230.000,00	108.459.189,06			
1334	EXPANSÃO DO ENSINO MÉDIO	56.100.000,00	79.375.999,51	ALUNO ATENDIDO	900.000	900.000
				ALUNO		
1674	ESCOLAS REFERÊNCIA DO ENSINO MÉDIO	16.250.000,00	3.499.838,68	ESCOLA IDENTIFICADA COMO REFERÊNCIA	369	369
				ESCOLA DE ENSINO MÉDIO		
1677	ESCOLA VIVA, COMUNIDADE ATIVA NO ENSINO MÉDIO	5.000.000,00	0	ESCOLA PREPARADA PARA ATUAR EM ÁREA DE RISCO	127	0
				ESCOLA		
1680	ESCOLAS EM REDE NO ENSINO MÉDIO	19.600.000,00	19.605.127,46	ESCOLA ASSISTIDA	1.720	1.720
				ESCOLA		
2915	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O ENSINO MÉDIO	1.000.000,00	3.467.346,00	ALUNO ATENDIDO	350.000	350.000
				ALUNO		
4386	EXPANSÃO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	4.280.000,00	2.510.877,41	ALUNO ATENDIDO	175	175
				ALUNO		
328	MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	106.267.568,00	169.499.093,54			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : EDUCAÇÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1539	ESCOLA REFERÊNCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL	4.062.500,00	1.288.054,28	ESCOLA IDENTIFICADA COMO REFERÊNCIA	235	235
				ESCOLA		
1763	ESCOLA VIVA COMUNIDADE ATIVA	10.998.000,00	3.224.615,42	ESCOLA PREPARADA PARA ATUAR EM ÁREA DE RISCO	187	187
				ESCOLA		
1791	ESCOLAS EM REDE NO ENSINO FUNDAMENTAL	21.500.000,00	25.151.384,95	ESCOLA ASSISTIDA	3.612	3.612
				ESCOLA		
2136	AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	68.707.068,00	117.150.685,34	ESCOLA BENEFICIADA	3.612	3.612
				ESCOLA		
4388	AMPLIAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR	1.000.000,00	22.684.353,55	ALUNO ATENDIDO	100.000	100.000
	Ocorreu um aumento de alunos atendidos com merenda nas escolas de tempo integral, que gerou a necessidade de ampliar a execução financeira.			ALUNO		
353	AVALIAÇÃO EDUCACIONAL	4.550.000,00	8.290.975,16			
2859	AVALIAÇÃO EDUCACIONAL	4.550.000,00	8.290.975,16	ESCOLA AVALIADA	3.610	3.610
				ESCOLA		
634	ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA	1.340.000,00	660.000,00			
4261	ATENDIMENTO À ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA	1.340.000,00	660.000,00	ESCOLA BENEFICIADA	9	9
				ESCOLA		
638	MELHORIA DO ENSINO MÉDIO	450.099.158,00	537.687.398,60			
2369	APOIO ADMINISTRATIVO DO ENSINO MÉDIO	55.000.213,00	17.117.317,72	PROFISSIONAL BENEFICIADO	2.950	2.950
	A meta financeira foi superestimada.			PROFISSIONAL		
2431	PADRÕES DE FUNCIONAMENTO ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO	6.083.000,00	5.215.430,31	ESCOLA DE ENSINO MÉDIO BENEFICIADA	1.720	1.720
				ESCOLA		
4392	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	389.015.945,00	515.354.650,57	ESCOLA DO ENSINO MÉDIO ATENDIDA	1.720	1.720
				ESCOLA DE ENSINO MÉDIO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : ESPORTE E JUVENTUDE

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1531	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E DA JUVENTUDE - SEEJ	0	27.436.765,07			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	0	7.134.641,00			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	0	17.941,89			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	0	3.350.713,25			
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	0	11.800,00	SERVIDOR VALORIZADO	150	99
				SERVIDOR		
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	0	3.520.665,85	PESSOA REMUNERADA	1.609	126
	<i>O quantitativo era referente aos servidores da SEDESE. Com a criação da SEEJ o quantitativo correto é de 126 servidores com remuneração de pessoal.</i>			UNIDADE		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	0	21.689,90	AUXÍLIO CONCEDIDO	798	32
	<i>O quantitativo era referente aos servidores da SEDESE. Com a criação da SEEJ o quantitativo correto é de 32 servidores que recebem auxílio transporte e alimentação.</i>			AUXÍLIO		
2753	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE DESPORTOS	0	0			
2702	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL ANTI-DROGAS	0	0			
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	83.001,45			
2742	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	0	128.828,66			
282	INCENTIVO AO DESPORTO	0	7.836.403,17			
4527	PROMOÇÃO DO DESPORTO	0	1.694.293,00	DESSPORTISTA BENEFICIADO	10.000	30.058
				DESSPORTISTA		
4535	APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES E MUNICÍPIOS	0	6.142.110,17	ENTIDADE - MUNICÍPIO APOIADO	150	135
				UNIDADE		
286	INTEGRAÇÃO SOCIAL PELO ESPORTE E LAZER	0	916.440,19			
4545	ATIVIDADES DE LAZER	0	2.150,00	EVENTO REALIZADO	100	3
	<i>O programa está sendo reformulado.</i>			EVENTO		
4552	PINTANDO A LIBERDADE	0	914.290,19	MATERIAL ESPORTIVO CONFECCIONADO	90.000	84.163
				MATERIAL		
622	INCLUSÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS VULNERABILIZADAS	0	1.371.548,91			
4352	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - APOIO À ESTRUTURAÇÃO DA REDE COMPLEMENTAR DE SUPORTE SOCIAL AO DEPENDENTE QUÍMICO	0	1.371.548,91	ENTIDADE APOIADA	47	356
				ENTIDADE		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : ESPORTE E JUVENTUDE

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO	
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO EXECUTADO
630	PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	0	11.356,34		
4193	PROJETO VOCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, SOCIAL E HUMANO	0	11.356,34	JOVEM ATENDIDO	15.000 15.000
				PESSOA	
655	REDE DE SUPORTE SOCIAL NA ATENÇÃO AO DEPENDENTE QUÍMICO	0	776.626,60		
4043	CONCURSO DE FRASES, DESENHOS E PROJETOS 'VIVA FELIZ SEM DROGAS'	0	89.341,10	ESCOLA PARTICIPANTE	19.000 19.000
				ESCOLA	
4258	APOIO ÀS ENTIDADES DE REINserÇÃO SOCIAL DO DEPENDENTE QUÍMICO	0	292.800,00	ENTIDADE APOIADA	20 11
				ENTIDADE	
4305	FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS E AGENTES MULTIPLICADORES DE ATENÇÃO AO DEPENDENTE QUÍMICO	0	103.685,00	AGENTE CAPACITADO	400 234
				AGENTE	
4306	ESTRUTURAÇÃO DO OBSERVATÓRIO MINEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS - OMID.	0	145.035,50	PESQUISA DESENVOLVIDA	1 1
	<i>Houve a realização de um concurso com a produção de 33 vídeos em 21 instituições em Belo Horizonte, 3 em juiz de Fora, 4 em Conselheiro Lafaiete, 1 na Chapada Gaúcha, 1 em Campo Belo, 1 em Betim e 2 Contagem.</i>			PESQUISA	
4307	MUNICIPALIZAÇÃO DAS AÇÕES ANTIDROGAS	0	145.765,00	MUNICÍPIO - ENTIDADE MOBILIZADA	300 23
				UNIDADE	
689	MINAS ESPORTE	0	9.389.748,86		
4628	MINAS OLÍMPICA - NOVA GERAÇÃO	0	2.946.194,98	ATLETA PARTICIPANTE	3.300 30.055
				ATLETA	
4072	CAMPOS DE LUZ	0	0	CAMPO DE FUTEBOL ILUMINADO	15 0
				CAMPO DE FUTEBOL	
4260	OFICINAS DE ESPORTE OLÍMPICO E PARA-OLÍMPICO	0	682.423,76	ATLETA PARTICIPANTE	2.500 6.226
				ATLETA	
4318	MINAS OLÍMPICA - JOGOS ESCOLARES DE MINAS GERAIS - JEMG	0	2.216.993,36	ALUNO PARTICIPANTE	70.000 111.936
				ALUNO	
4322	MINAS OLÍMPICA - JOGOS DO INTERIOR DE MINAS - JIMI	0	1.744.946,76	ATLETA PARTICIPANTE	13.000 14.501
				ATLETA	
4325	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS	0	1.599.190,00	ENTIDADE - MUNICÍPIO APOIADO	20 25
				UNIDADE	
4328	QUALIFICAÇÃO DE AGENTES E PROFISSIONAIS DO ESPORTE	0	0	PESSOA CAPACITADA	400 0
				PESSOA	
4459	ACADEMIA NA ESCOLA	0	100.000,00	ALUNO ATENDIDO	4.500 445
				ALUNO	
4464	SEMPRE JOVEM COM ÊNFASE NA TERCEIRA IDADE	0	0	PESSOA IDOSA PARTICIPANTE	1.200 0
				PESSOA	

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : ESPORTE E JUVENTUDE

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
4467	CAMPOS VERDES	0	0	CAMPO DE FUTEBOL REVITALIZADO	10	0
				CAMPO DE FUTEBOL		
4468	ESPORTE NA ESCOLA COM ÊNFASE NO XADREZ	0	100.000,00	ALUNO CRIANÇA ADOLESCENTE PARTICIPANTE CRIANÇA / ADOLESCENTE	150.000	0
2161 FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CAIO MARTINS		2.778.976,00	3.159.514,91			
001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		1.491.369,00	1.790.493,46			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.221.741,00	1.565.361,53	PESSOA REMUNERADA	93	99
				UNIDADE		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	33.788,00	25.466,20	AUXÍLIO CONCEDIDO	35	31
				AUXÍLIO		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	219.840,00	193.720,73			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	6.000,00	5.945,00			
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	10.000,00	0	SERVIDOR VALORIZADO	92	4
				SERVIDOR		
002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS		1.000,00	45.149,49			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	45.149,49			
032 CAIO MARTINS PRÓ-CRIANÇAS E ADOLESCENTES		1.286.607,00	1.323.871,96			
4042	ACOLHIMENTO E EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E PARCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES POBRES.	1.286.607,00	1.323.871,96	ALUNO QUALIFICADO	1.350	1.243
				ALUNO		
2231 ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁDIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS		5.039.821,00	5.942.388,78			
001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		1.949.437,00	2.698.429,51			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	12.000,00	5.011,51			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	883.801,00	1.423.379,15	PESSOA REMUNERADA	69	67
				UNIDADE		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	923.536,00	1.188.528,53			
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	60.000,00	23.458,18			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	69.100,00	52.558,90	AUXÍLIO CONCEDIDO	69	33
				AUXÍLIO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : ESPORTE E JUVENTUDE

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	1.000,00	5.493,24	SERVIDOR VALORIZADO	I	26
				SERVIDOR		
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	47.634,00	51.086,56			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	47.634,00	51.086,56			
329	ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁDIOS	3.042.750,00	3.192.872,71			
4773	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESTÁDIO MINEIRINHO	826.000,00	487.897,51	ESTÁDIO CONSERVADO E MANTIDO	I	I
				ESTÁDIO		
4785	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESTÁDIO MINEIRÃO	1.835.507,00	2.623.460,16	ESTÁDIO CONSERVADO E MANTIDO	I	I
				ESTÁDIO		
4795	PROMOÇÕES E EVENTOS	381.243,00	81.515,04	EVENTO REALIZADO	254	243
				EVENTO		
4321	FUNDO ESTADUAL DE PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO E REPRESSÃO DE ENTORPECENTES	870.700,00	0			
655	REDE DE SUPORTE SOCIAL NA ATENÇÃO AO DEPENDENTE QUÍMICO	870.700,00	0			
2027	APOIO AS AÇÕES DO FUNDO ESTADUAL DE PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO E REPRESSÃO DOS ENTORPECENTES	870.700,00	0			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : FAZENDA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1191 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA		426.850.777,00	554.947.145,99			
001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		360.264.777,00	505.185.534,15			
2002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS		10.216.897,00	8.567.544,86			
2417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS		325.921.453,00	480.053.189,55	PESSOA REMUNERADA	4.442	4.243
				UNIDADE		
2001 DIREÇÃO SUPERIOR		1.440.000,00	507.270,65			
2018 DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR		600.000,00	484.526,14	SERVIDOR VALORIZADO	1.500	2.057
				SERVIDOR		
2030 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS		481.467,00	580.845,29			
2420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO		583.800,00	237.922,69	AUXÍLIO CONCEDIDO	370	194
				AUXÍLIO		
2427 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		21.021.160,00	14.754.234,97			
210 MODERNIZAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL		38.600.000,00	21.573.043,16			
1121 REORGANIZAÇÃO DE PROCESSOS PARA ATINGIR RESULTADOS		100.000,00	90.000,00	PROCESSO OTIMIZADO E MODERNIZADO	1	28
				UNIDADE		
1328 COMPUTADOR - FERRAMENTA PARA UM CONTROLE FISCAL EFETIVO		5.200.000,00	3.827.421,81	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	400	400
				EQUIPAMENTO		
1333 FROTA EM DIA - SUPORTE ESSENCIAL À AÇÃO FISCAL		5.500.000,00	2.313.435,69	VEÍCULO EM CONDIÇÃO DE USO DISPONIBILIZADO	650	669
				VEÍCULO		
1864 MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DA FAZENDA		8.700.000,00	3.730.797,76	MANUTENÇÃO EFETUADA	35	45
				UNIDADE		
1892 EDUCAÇÃO FISCAL - UM PRESSUPOSTO PARA A CIDADANIA		900.000,00	402.736,04	EVENTO REALIZADO	2.000	2.652
A execução financeira ficou na ordem de 79%, tendo em vista que, com a utilização da modalidade "pregão", algumas licitações ficaram com preços menores que o previsto inicialmente. Sobre a execução física o PROEFE utiliza os critérios e ponderações estabelecidos no Acordo de Resultados. No decorrer do ano, nas várias Regionais, as modalidades de ações desenvolvidas, com maior ponderação, fizeram com que o número de eventos fosse superior ao previsto.				EVENTO		
1986 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - EM BUSCA DA EXCELÊNCIA FISCAL		13.700.000,00	6.577.751,08	MÓDULO DE SISTEMA IMPLANTADO/MANTIDO.	5	11
				MÓDULO		
2960 AMPLIANDO A MOBILIDADE FISCAL		1.800.000,00	1.566.339,24	DESLOCAMENTO REALIZADO	12.000	12.939
				DESLOCAMENTO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : FAZENDA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
4323	APRENDER PARA FAZER MELHOR	2.700.000,00	3.064.561,54	SERVIDOR CAPACITADO.	165.000	223.346
				HORA TREINAMENTO		
326	GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO E DE TRIBUTAÇÃO ESTADUAL	27.936.000,00	28.168.902,17			
4755	DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SEF	27.936.000,00	28.168.902,17	GERENCIAMENTO DA FISCALIZAÇÃO, ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO MANTIDO SERVIÇO	0	0
	<i>Produto equivocadamente escolhido à época da elaboração da ação. O correto seria "Serviço Operacional Implantado". Tal produto não possui meta física, motivo pelo qual o físico executado é zero e houve execução financeira.</i>					
335	GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES CONTÁBEIS RELATIVAS À GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DO ESTADO	20.000,00	11.825,69			
2779	EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES CONTÁBEIS RELATIVAS À GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DO ESTADO	20.000,00	11.825,69	SERVIÇO REALIZADO	0	0
	<i>Produto equivocadamente escolhido à época da elaboração da ação. O correto seria "Serviço Operacional Implantado". Tal produto não possui meta física, motivo pelo qual o físico executado é zero e houve execução financeira.</i>			SERVIÇO		
346	GERENCIAMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO ESTADO, DOS GASTOS PÚBLICOS E DA DÍVIDA ESTADUAL	30.000,00	7.840,82			
2811	DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES RELATIVAS À GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO ESTADO	30.000,00	7.840,82	SERVIÇO REALIZADO	0	0
	<i>Produto equivocadamente escolhido à época da elaboração da ação. O correto seria "Serviço Operacional Implantado". Tal produto não possui meta física, motivo pelo qual o físico executado é zero e houve execução financeira.</i>			SERVIÇO		
1911	EGE SEC.FAZENDA-ENCARGOS DIVERSOS	8.262.859.987,00	8.853.965.173,45			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	30.160.744,00	32.140.885,80			
2445	PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR	1.000,00	0			
2733	PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-SETOR SAÚDE	2.044.400,00	2.564.400,00			
2825	PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-SETOR EDUCAÇÃO	2.578.600,00	2.184.599,94			
2871	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - SIAFI	11.772.047,00	11.495.001,31			
2893	PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-FAPEMIG	300.000,00	450.000,00			
2924	PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-DEMAIS UNIDADES DO PODER EXECUTIVO	13.462.697,00	15.446.884,55			
2350	PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.000,00	0			
2053	PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	1.000,00	0			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : FAZENDA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	8.232.699.243,00	8.821.824.287,65			
7010	ENCARGOS DECORRENTES DE INDENIZAÇÕES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS DETERMINADAS EM LEI	252.000,00	252.000,00			
7620	ENCARGOS DECORRENTES DA EXTINÇÃO DE FUNDOS ESTADUAIS	1.000,00	0			
7658	ENCARGOS DEVIDOS AOS INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA	2.000,00	62.817.174,65			
7663	CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA FORMAÇÃO DE PASEP	178.870.524,00	203.549.222,00			
7786	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA CENTRAL	43.296.000,00	164.954.827,72			
7798	PARTICIPAÇÃO NO AUMENTO DO CAPITAL DE EMPRESAS FINANCEIRAS E COMERCIAIS	1.000,00	0			
7844	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	5.451.317.328,00	5.843.161.834,61			
7846	ENCARGOS DECORRENTES DA EXTINÇÃO DA MINASCAIXA, DECRETO Nº 39.835, DE 25/08/98	7.859.790,00	5.983.400,34			
7862	TRANSFERÊNCIAS AO FUNSET	1.816.129,00	1.816.129,00			
7886	GESTÃO DA DÍVIDA CONTRATADA INTERNA	2.379.025.967,00	2.393.015.247,02			
7896	GESTÃO DA DÍVIDA CONTRATADA EXTERNA	170.257.505,00	146.274.452,31			
1915	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO A EMPRESAS	49.381.200,00	64.624.467,24			
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	49.381.200,00	64.624.467,24			
7723	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE	1.000,00	0			
7734	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - COHAB	1.000,00	0			
7737	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA	1.000,00	0			
7752	PROGRAMAÇÃO A CARGO DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MG - BDMG	49.372.200,00	62.120.067,32			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : FAZENDA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
7758	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA COMPANHIA ENEGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	1.000,00	0			
7759	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA TRANSPORTES METROPOLITANOS DE BELO HORIZONTE S.A.	1.000,00	0			
7700	PROGRAMAÇÃO À CARGO DA MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S/A - MGI	1.000,00	0			
7707	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S/A - MGS	1.000,00	0			
7541	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CODEMIG	2.000,00	2.504.399,92			
5191 MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.		580.000,00	831.923,10			
001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		80.000,00	61.561,65			
6595	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA - MGI	80.000,00	61.561,65			
608 APORTE DE CAPITAL - MGI		500.000,00	770.361,45			
8601	PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA - MGI	500.000,00	770.361,45			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : GOVERNADORIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1071	GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	10.820.638,00	15.747.550,56			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4.886.328,00	6.935.780,10			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.185.865,00	4.702.451,09	PESSOA REMUNERADA	66	70
				UNIDADE		
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	107.405,00	124.220,88			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	36.758,00	22.542,90	AUXÍLIO CONCEDIDO	27	16
				AUXÍLIO		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.555.300,00	1.478.966,37			
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	1.000,00	607.598,86	SERVIDOR VALORIZADO	35	28
				SERVIDOR		
057	SERVIÇO ESPECIAL DE SEGURANÇA	4.796.530,00	6.942.860,60			
4125	PROTEÇÃO GOVERNAMENTAL A AUTORIDADES E SEGURANÇA FÍSICA DOS PALÁCIOS	4.796.530,00	6.942.860,60			
064	AÇÕES DE DEFESA CIVIL NOS MUNICÍPIOS MINEIROS	1.137.780,00	1.868.909,86			
4211	ASSISTÊNCIA A MUNICÍPIOS EM CALAMIDADE OU EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	1.137.780,00	1.868.909,86	MUNICÍPIO ASSISTIDO	406	323
				MUNICÍPIO		
1081	ADVOCACIA GERAL DO ESTADO	126.344.733,00	157.988.328,14			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	36.109.886,00	42.532.383,43			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	34.767.045,00	41.284.305,32	PESSOA REMUNERADA	584	573
				UNIDADE		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	17.320,00	241,41			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.247.511,00	1.131.425,41			
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	1.000,00	20.850,00	SERVIDOR VALORIZADO	1	157
				SERVIDOR		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	77.010,00	95.561,29	AUXÍLIO CONCEDIDO	55	89
				AUXÍLIO		
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	78.390.845,00	99.579.028,31			
7803	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	78.390.845,00	99.579.028,31			
320	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL, COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA E ACESSORAMENTO JURÍDICO AO ESTADO	11.842.076,00	15.876.916,40			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : GOVERNADORIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
4017	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL, COBRANÇAS DA DÍVIDA ATIVA E ASSESSORAMENTO JURÍDICO AO ESTADO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE E NO INTERIOR	11.842.076,00	15.876.916,40	ATENDIMENTO JURÍDICO PRESTADO	120.337	238.126
				ATENDIMENTO		
325	REPRESENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO ESTADO E JULGAMENTOS ADMINISTRATIVOS	1.926,00	0			
4750	DECISÕES SOBRE RECLAMAÇÕES EFETUADAS POR SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS	1.926,00	0	PROCESSO/RECURSO JULGADO	2.200	3.898
A meta física realizada foi com execução financeira na ação (4017) - Representação Extrajudicial do Estado e Julgamentos Administrativos.				PROCESSO		
1101	OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	4.553.060,00	4.771.324,93			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3.567.311,00	4.480.634,27			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	27.604,00	250,00			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.651.463,00	1.966.569,47			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.873.444,00	2.507.053,00	PESSOA REMUNERADA	129	45
				UNIDADE		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	13.800,00	2.992,80	AUXÍLIO CONCEDIDO	47	2
				AUXÍLIO		
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	1.000,00	3.769,00	SERVIDOR VALORIZADO	40	94
				SERVIDOR		
194	PROGRAMA DOS DIREITOS DO CIDADÃO	985.749,00	290.690,66			
4285	OPERACIONALIZAÇÃO DA OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	985.749,00	290.690,66	DEMANDA DA SOCIEDADE ATENDIDA	1.124	3.431
A execução física foi superior devido à modernização tecnológica do sistema de gestão da ouvidoria que possibilitou a disponibilização do acesso via web com maior agilidade, permitindo assim o aumento das manifestações atendidas. Do financeiro programado, foi transferido para a SEDS R\$604.016,00 referente a convênios.				DEMANDA		
1521	AUDITORIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	3.887.810,00	7.211.487,56			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3.684.810,00	6.378.620,06			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.250.292,00	4.796.374,84	PESSOA REMUNERADA	180	94
				UNIDADE		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	40.000,00	34.087,56			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	996.718,00	1.111.242,95			
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	139.000,00	102.509,26	SERVIDOR VALORIZADO	180	336
				SERVIDOR		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	13.800,00	5.520,50	AUXÍLIO CONCEDIDO	10	12
				AUXÍLIO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : GOVERNADORIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	245.000,00	328.884,95			
605	CONTROLE INTERNO	178.000,00	811.366,88			
4393	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA E MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE INTERNO	15.000,00	12.702,09	PROJETO ELABORADO E ACOMPANHADO	2	11
	<i>Houve uma reavaliação da meta física no mês de abril que deveria ter sido reprogramada para 10, o que não foi feito. Já se previa o resultado anual que foi 11, como não teve o lançamento na reprogramação este foi o fator determinante da diferença do físico previsto "2" para o executado "11".</i>			PROJETO		
4551	GERENCIAMENTO DO SUBSISTEMA DE AUDITORIA OPERACIONAL	15.000,00	12.952,48	TRABALHO DE AUDITORIA COORDENADO	3.000	4.552
				TRABALHO		
4570	GERENCIAMENTO DA AUDITORIA DE GESTÃO	148.000,00	785.712,31	RELATÓRIO DE AUDITORIA ELABORADO	19	30
	<i>A pedido da SEPLAG a AUGÉ realizou uma série de Notas Técnicas sobre OSCIP'S, isto fez com que o programado físico e financeiro ficasse bem acima do anteriormente planejado, porque esses trabalhos são classificados como relatórios de auditoria também, e não estavam planejados.</i>			RELATÓRIO		
607	CORREIÇÃO ADMINISTRATIVA	25.000,00	21.500,62			
4572	GERENCIAMENTO DO SUBSISTEMA DE CORREIÇÃO ADMINISTRATIVA	25.000,00	21.500,62	PROCEDIMENTO CONCLUÍDO	200	239
				PROCEDIMENTO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : GOVERNO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1111	ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS EM BRASÍLIA	747.279,00	850.017,85			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	493.714,00	652.025,27			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	485.704,00	643.770,07	PESSOA REMUNERADA	17	15
				UNIDADE		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	7.010,00	6.095,20	AUXÍLIO CONCEDIDO	6	10
				AUXÍLIO		
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	1.000,00	2.160,00	SERVIDOR VALORIZADO	1	3
				SERVIDOR		
196	REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO DE MINAS GERAIS EM BRASÍLIA	253.565,00	197.992,58			
4286	REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO DE MINAS GERAIS EM BRASÍLIA	253.565,00	197.992,58			
1141	ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO RIO DE JANEIRO	260.563,00	227.135,10			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	205.615,00	182.409,28			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	203.115,00	181.475,28	PESSOA REMUNERADA	5	5
				UNIDADE		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	2.500,00	934,00	AUXÍLIO CONCEDIDO	1	2
				AUXÍLIO		
197	REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO RIO DE JANEIRO	54.948,00	44.725,82			
4287	REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO RIO DE JANEIRO	54.948,00	44.725,82			
1161	ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS EM SÃO PAULO	69.368,00	99.591,21			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.000,00	13.408,74			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.000,00	13.027,44	PESSOA REMUNERADA	1	2
				UNIDADE		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	1.000,00	381,30	AUXÍLIO CONCEDIDO	1	1
				AUXÍLIO		
199	REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO DE MINAS GERAIS EM SÃO PAULO	67.368,00	86.182,47			
4288	REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO DE MINAS GERAIS EM SÃO PAULO	67.368,00	86.182,47			
1491	SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO	52.823.626,00	141.350.298,17			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	20.982.108,00	37.166.077,56			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	10.145.649,00	17.203.233,64	PESSOA REMUNERADA	352	445
				UNIDADE		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	9.423.900,00	17.364.366,61			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : GOVERNO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	206.000,00	125.136,70	AUXÍLIO CONCEDIDO	141	120
				AUXÍLIO		
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	968.540,00	1.906.726,04			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	237.019,00	540.144,07			
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	1.000,00	26.470,50	SERVIDOR VALORIZADO	1	57
				SERVIDOR		
183	ADMINISTRAÇÃO DE PALÁCIOS	786.781,00	876.503,13			
4246	ADMINISTRAÇÃO DOS PALÁCIOS DA LIBERDADE E DOS DESPACHOS	350.934,00	388.280,68			
4668	ADMINISTRAÇÃO DA RESIDÊNCIA OFICIAL DO GOVERNADOR	435.847,00	488.222,45			
187	COORDENAÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR	1.200.804,00	1.772.593,19			
4266	ASSESSORIA DO CERIMONIAL	463.975,00	730.950,46			
4268	ASSESSORIA À GESTÃO DO GOVERNADOR DO ESTADO	489.530,00	726.485,46			
4270	ASSISTÊNCIA À AÇÃO DA VICE GOVERNADORIA	247.299,00	315.157,27			
193	COMUNICAÇÃO SOCIAL	27.853.933,00	80.751.212,14			
4280	DIVULGAÇÃO GOVERNAMENTAL	27.853.933,00	80.751.212,14			
276	PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - PADEM	0	19.084.441,32			
1507	APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.	0	19.084.441,32	MUNICÍPIO ATENDIDO	1	427
	A ausência de execução física e financeira no decorrer do exercício, ocorreu visto que este programa constava das ações da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, cujas dotações orçamentárias foram transpostas para a Secretaria de Estado de Governo para atender competências definidas na Lei Delegada nº 124, de 25 de janeiro de 2007, conforme Decreto de 26 de fevereiro de 2007.			MUNICÍPIO		
338	SEGURANÇA ALIMENTAR	500.000,00	552.611,40			
2783	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR DE MINAS GERAIS - CONSEA	500.000,00	552.611,40			
382	MINAS SEM FOME	1.500.000,00	1.146.859,43			
1310	MUTIRÃO PELA SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL EM MINAS GERAIS - PRO SAN	1.500.000,00	1.146.859,43	PROJETO DE SEGURANÇA ALIMENTAR APOIADO	1	1

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : GOVERNO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
A execução financeira se refere :4.764 lavouras ,2.500 pomares,185 projetos de apicultura,elaboração de 1 cartilha,realização de 44 seminários,20 plenárias regionais,33 oficinas municipais,4 módulos de curso de formação.				PROJETO		
2041	LOTERIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	31.489.049,00	22.365.443,99			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6.293.841,00	3.560.150,91			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	2.250.000,00	1.372.010,16			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.138.042,00	1.950.402,30	PESSOA REMUNERADA	114	51
A execução física desta ação ficou menor do que o programado devido a redução na contratação de novos servidores na operacionalização de jogos, como consequência da realização de contratos de permissão a terceiros de explorarem jogos da loteria convencional.				UNIDADE		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	110.000,00	45.512,50			
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	200.000,00	11.310,21	SERVIDOR VALORIZADO	114	2
O número de servidores contemplados nesta ação ficou abaixo do programado devido à queda da receita da LEMG, fator este que implicou em uma contenção de gastos neste programa.				SERVIDOR		
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	584.799,00	168.386,23			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	11.000,00	12.529,51	AUXÍLIO CONCEDIDO	2	13
A execução física desta ação ficou maior do que o programado devido ao ingresso de novos servidores por meio de concurso público.				AUXÍLIO		
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
182	EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE LOTERIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS	25.194.208,00	18.805.293,08			
4243	OPERACIONALIZAÇÃO DE JOGOS DE LOTERIA	25.194.208,00	18.805.293,08	RECURSO ARRECADADO	32.407.995	21.491.530
Houve um decréscimo na execução física e financeira desta ação, devido ao término do contrato de parceria com a GETEC do Brasil, que explorava jogos on-line.				R\$ MIL		
2391	IMPrensa Oficial do Estado de Minas Gerais	43.969.906,00	26.402.812,83			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	26.064.587,00	18.289.889,03			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	7.917.237,00	8.508.463,61	PESSOA REMUNERADA	322	322
				UNIDADE		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	14.076.910,00	8.073.981,97			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	105.500,00	84.678,43	AUXÍLIO CONCEDIDO	198	198
				AUXÍLIO		
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.876.940,00	1.600.825,13			
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	50.000,00	21.257,00	SERVIDOR VALORIZADO	30	5

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : GOVERNO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				SERVIDOR		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	38.000,00	682,89			
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	721.736,00	1.619.945,33			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	721.736,00	1.619.945,33			
113	EDIÇÃO E CONFECÇÃO GRÁFICA	17.142.583,00	6.468.622,27			
4119	EDIÇÃO E IMPRESSÃO DO JORNAL MINAS GERAIS	12.142.583,00	4.388.921,22	JORNAL MINAS GERAIS IMPRESSO	357.600.000	362.560.456
				PÁGINA		
4127	CONFECÇÃO DE IMPRESSOS, FORMULÁRIOS E SERVIÇOS GRÁFICOS EM GERAL.	5.000.000,00	2.079.701,05	IMPRESSO CONFECCIONADO	10.080.000	13.195.568
				IMPRESSO		
121	COMERCIALIZAÇÃO DE JORNAL E SERVIÇOS GRÁFICOS EM GERAL.	41.000,00	24.356,20			
4130	ASSINATURA DO JORNAL MINAS GERAIS	5.000,00	0	ASSINATURA REALIZADA	194.400	174.449
	<i>Não existe execução financeira nesta ação, porque seus gastos foram executados na ação Planejamento, Gestão e Finanças.</i>			ASSINATURA		
4132	ASSINATURA DO JORNAL MINAS GERAIS - VIA INTERNET	5.000,00	0	ACESSO ELETRÔNICO REALIZADO	12.144.000	15.374.485
	<i>Não existe execução financeira nesta ação, porque seus gastos foram executados na ação Planejamento, Gestão e Finanças.</i>			ACESSO		
4138	VENDA AVULSA DE CADERNOS DO JORNAL MINAS GERAIS	31.000,00	24.356,20	CADERNO VENDIDO	144.000	116.541
				CADERNO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1371	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	38.669.854,00	31.104.506,47			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6.084.994,00	12.533.260,11			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.611.775,00	4.498.923,09	PESSOA REMUNERADA	138	138
				UNIDADE		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.774.843,00	7.558.502,34			
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	120.000,00	73.969,75			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	20.000,00	5.181,10	AUXÍLIO CONCEDIDO	12	12
				AUXÍLIO		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	558.376,00	396.683,83			
134	GESTÃO AMBIENTAL MG SÉCULO XXI	7.850.000,00	5.788.160,74			
1165	NÚCLEOS DE GESTÃO AMBIENTAL	100.000,00	0	NÚCLEO IMPLANTADO/ CONSOLIDADO	2	2
	<i>Para execução da ação utilizou-se da estrutura já instalada no SISEMA, sem necessidade de aporte de recursos financeiros.</i>			NÚCLEO		
1170	SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO AMBIENTAL	2.700.000,00	2.840.464,17	MÓDULO DE SISTEMA IMPLANTADO/MANTIDO.	8	8
				MÓDULO		
1322	ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	2.200.000,00	2.343.886,56	PLANO DE ZONEAMENTO AMBIENTAL COORDENADO/APOIADO PLANO	2	2
4139	AValiação AMBIENTAL ESTRATÉGICA	400.000,00	27.885,00	AVAlIAÇÃO REALIZADA	3	2
	<i>A execução financeira de 2007 se refere à última parcela do repasse à COOPETEC, referente aos Termos de Referência das seguintes Avaliações Ambientais Estratégicas: Setor Rodoviário, Setor Energético e Setor Agricultura.</i>			AVAlIAÇÃO		
4152	APOIO A PROJETOS DE APROVEITAMENTO DE CREDITOS DE CARBONO	500.000,00	89.925,55	PROJETO APOIADO	300	0
				PROJETO		
4167	FORTEALECIMENTO INSTITUCIONAL	1.000.000,00	270.366,76	SERVIDOR TREINADO E CAPACITADO	1.000	1.884
	<i>Os treinamentos foram realizados utilizando-se a capacidade já instalada no SISEMA e a parceria da FIEMG.</i>			SERVIDOR PÚBLICO		
4534	INDICADORES AMBIENTAIS	250.000,00	0	IDPA - INDICE DE DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA AMBIENTAL DIVULGADO ÍNDICE	1	1
	<i>A despesa foi executada dentro o Orçamento da FEAM, órgão que coordenou a publicação dos Indicadores.</i>					
4538	EDUCAÇÃO E EXTENSÃO AMBIENTAL	700.000,00	215.632,70	COMISSÃO IMPLANTADA	2	0
	<i>A implantação das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental foram concluídas em 2006. Em 2007 foi dado suporte financeiro ao seu funcionamento.</i>			COMISSÃO		
172	REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	2.500.000,00	293.378,20			
1338	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	500.000,00	60.653,20	MUNICÍPIO APOIADO	13	0

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
<i>Recursos financeiros foram remanejados para atender a outras demandas que surgiram ao longo de 2007.</i>				MUNICÍPIO		
4403	COORDENAÇÃO E GESTÃO DE AÇÕES NA BACIA DO RIO DAS VELHAS - META 2010	2.000.000,00	232.725,00	PROJETO COORDENADO E APOIADO	1	1
				PROJETO		
175	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE - FASE II - PRODETUR/NE-II	6.534.860,00	0			
4434	ESTRUTURAÇÃO DOS PARQUES ESTADUAIS E DOS ATRATIVOS NATURAIS	3.366.660,00	0	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO IMPLANTADA/ESTRUTURADA	2	0
<i>Programa ainda se encontra em fase de negociação junto ao Governo Federal.</i>				UNIDADE		
4435	PRESERVAÇÃO DE MANANCIAS E CONTROLE DA ÁGUA	662.600,00	0	MUNICÍPIO APOIADO	9	0
<i>Não houve execução, tanto física quanto financeira, porque o programa ainda se encontra em fase de negociação junto ao governo federal</i>				MUNICÍPIO		
4440	FORTELECIMENTO DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	2.505.600,00	0	MUNICÍPIO BENEFICIADO	9	0
<i>Programa se encontra em fase de negociação junto ao governo federal</i>				MUNICÍPIO		
675	GESTÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	15.700.000,00	12.489.707,42			
2013	GESTÃO AMBIENTAL DESCENTRALIZADA	3.000.000,00	3.186.368,32	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL APOIADA	8	8
				SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL		
4003	FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA	5.200.000,00	2.130.262,79	AÇÃO REALIZADA	10	12
<i>A meta foi cumprida utilizando recursos dos órgãos do SISEMA, que após a criação do Comitê Gestor de Fiscalização Ambiental - CGFAI, passaram a atuar integrados na fiscalização ambiental.</i>				AÇÃO		
4170	GESTÃO AMBIENTAL	7.500.000,00	7.173.076,31	PROJETO COORDENADO E APOIADO	7	7
				PROJETO		
2091	FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	21.154.390,00	19.049.772,90			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	13.154.932,00	12.320.753,21			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.600.000,00	3.299.825,19			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	9.937.600,00	7.777.168,13	PESSOA REMUNERADA	230	230
				UNIDADE		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	350.000,00	294.008,59			
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	400.000,00	24.051,76	SERVIDOR VALORIZADO	60	32
				SERVIDOR		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	10.000,00	4.137,80	AUXÍLIO CONCEDIDO	11	9
				AUXÍLIO		
2804	APOIO À GESTÃO AMBIENTAL DESCENTRALIZADA	857.332,00	921.561,74			
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	610,00			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	610,00			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
134	GESTÃO AMBIENTAL MG SÉCULO XXI	1.300.000,00	999.825,66			
4157	MINAS SEM LIXÕES	1.300.000,00	999.825,66	MUNICÍPIO APOIADO	300	337
				MUNICÍPIO		
142	GESTÃO DA MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL	5.398.458,00	3.378.968,47			
4312	MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR	1.100.000,00	33.596,13	ESTAÇÃO INSTALADA	4	4
<i>As redes foram implantadas em convênio com a Petrobrás que teve que cumprir uma condicionante ambiental assumindo o custo da instalação das estações, e por esse motivo as despesas se limitaram somente à manutenção.</i>				ESTAÇÃO		
4337	AVALIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS CONTAMINADAS	1.200.000,00	943.514,20	ÁREA RECUPERADA	2	2
				ÁREA		
4385	AVALIAÇÃO DAS EMISSÕES DE OPACIDADE DE VEÍCULOS PESADOS A DIESEL	413.669,00	0	VEÍCULO INSPECIONADO	1.000	0
				VEÍCULO		
4618	REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL	1.319.789,00	850.524,38	PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL CONCLUÍDO	2.000	577
				PROCESSO		
4622	FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	1.365.000,00	1.551.333,76	EMPREENDIMENTO FISCALIZADO / VISTORIADO	3.200	1.006
<i>Parte da meta física programada foi executada pela SEMAD, uma vez que o Comitê Gestor da fiscalização ambiental - CGFAI/SEMAD, assumiu a coordenação da fiscalização no Estado.</i>				AUTO / RELATÓRIO		
172	REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	1.300.000,00	2.349.615,56			
4141	TRATAMENTO DE EFLUENTES E RESÍDUOS URBANOS	1.300.000,00	2.349.615,56	MUNICÍPIO APOIADO	140	224
				MUNICÍPIO		
2101	INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS	94.300.286,00	151.303.641,91			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	47.106.652,00	44.103.389,69			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	380.000,00	311.985,45			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	23.707.221,00	23.203.498,78	PESSOA REMUNERADA	1.055	960
				UNIDADE		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	22.479.431,00	20.200.452,93			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	160.000,00	136.198,98	AUXÍLIO CONCEDIDO	55	256
				AUXÍLIO		
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	380.000,00	251.253,55	SERVIDOR VALORIZADO	650	650
				SERVIDOR		
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	874.114,00	1.907.657,39			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	874.114,00	1.907.657,39			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ÓRGÃO / ENTIDADE		FINANCEIRO		FÍSICO		
PROGRAMA AÇÃO		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
172	REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	2.500.000,00	26.503.733,99			
	1577 AMPLIAÇÃO DA BASE FLORESTAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	1.500.000,00	1.100.181,55	ÁREA AMBIENTAL RECUPERADA.	1.150	0
	<i>Os recursos serão descentralizados para os escritórios regionais do IEF para dar início à execução da ação.</i>			HECTARE		
1032	IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	1.000.000,00	25.403.552,44	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO IMPLANTADA/ESTRUTURADA	2	2
	<i>Em março foi suplementado o montante de R\$ 21.000.000,00 destinados a regularização fundiária de áreas referentes às condicionantes do Projeto Jaíba.</i>			UNIDADE		
186	CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	24.369.520,00	31.100.577,22			
	4010 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	6.997.020,00	12.852.877,92	CONTROLE E FISCALIZAÇÃO REALIZADO	198.000	144.930
	<i>Devido a mudanças metodológicas foi adotada uma nova estratégia para essa ação afetando a forma de controle das fiscalizações realizadas.</i>			UNIDADE		
4022	MONITORAMENTO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL	9.725.000,00	9.691.935,64	PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL CONCLUÍDO	1.000	753
				PROCESSO		
4262	AMPLIAÇÃO DA BASE FLORESTAL	6.080.000,00	7.438.177,43	ÁREA REFORESTADA	28.000	23.714
				HECTARE		
4264	GESTÃO DA PESCA E DA AQUICULTURA	1.567.500,00	1.117.586,23	LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO PESQUEIRA CONCEDIDA	38.000	29.011
				LICENÇA		
340	PROJETO JAÍBA	1.350.000,00	666.709,35			
	1055 RECUPERAÇÃO E FOMENTO DO PROJETO JAÍBA	200.000,00	76.290,00	MUDA PRODUZIDA	180	0
	<i>Os trabalhos para recuperação e fomento do Projeto Jaíba iniciarão em maio de 2008.</i>			MUDA (MIL)		
1057	FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DO PROJETO JAÍBA	400.000,00	144.463,78	VISTORIA REALIZADA	240	17
	<i>Foram iniciadas as ações de fiscalização do Projeto Jaíba.</i>			VISTORIA		
1058	ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE ÁREAS PROTEGIDAS	600.000,00	170.343,51	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO IMPLANTADA/ESTRUTURADA	1	0
	<i>Foram iniciados os processos de regularização fundiária na área do Projeto Jaíba.</i>			UNIDADE		
1059	IMPLANTAÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO DAS APAS	150.000,00	275.612,06	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO COM SISTEMA DE GESTÃO IMPLANTADO	2	0
	<i>Foi repassado a Univ. Federal de Lavras recursos para a conclusão dos Planos de Manejo da área do Jaíba.</i>			UNIDADE		
703	GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS	18.100.000,00	47.021.574,27			
	4405 CRIAÇÃO, AMPLIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS	12.600.000,00	43.408.024,54	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO ADMINISTRADA	5	5
	<i>A aprovação da Câmara de Biodiversidade para a aplicação dos recursos, e as propriedades rurais sem registro legal que impede a sua aquisição, são fatores que comprometem a execução financeira.</i>			UNIDADE		
4406	PROTEÇÃO DA MATA ATLÂNTICA EM MINAS GERAIS - PROMATA	5.500.000,00	3.613.549,73	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO COM SISTEMA DE GESTÃO ASSISTIDA	5	5
				UNIDADE DE CONSERVAÇÃO		
2241 INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS		40.247.146,00	38.297.868,86			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8.964.653,00	8.430.622,35			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	250.000,00	127.233,44			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	4.107.610,00	3.823.246,03			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	4.108.864,00	3.772.455,08	PESSOA REMUNERADA	167	133
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	352.179,00	25.597,02	SERVIDOR VALORIZADO	124	80
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	46.000,00	11.149,20	AUXÍLIO CONCEDIDO	27	93
2804	APOIO À GESTÃO AMBIENTAL DESCENTRALIZADA	100.000,00	670.941,58			
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
075	GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	29.481.493,00	28.222.940,92			
4036	CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS EM MINAS GERAIS	557.568,00	351.848,55	OUTORGA CONCEDIDA	3.000	1.869
4037	MONITORAMENTO DO TEMPO E DO CLIMA	112.687,00	45.806,84	SISTEMA IMPLANTADO	1	1
4164	GESTÃO DESCENTRALIZADA E PARTICIPATIVA DA ÁGUA	2.111.500,00	1.402.240,35	COMITÊ DE BACIAS APOIADO	32	29
4174	MONITORAMENTO DAS ÁGUAS	1.813.738,00	1.557.827,64	RELATÓRIO ELABORADO	1	1
4656	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS PARA O SEMI-ÁRIDO MINEIRO - PROÁGUA	24.886.000,00	24.865.217,54	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA IMPLANTADO	7	5
172	REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	1.800.000,00	1.644.305,59			
1659	MONITORAMENTO DAS ÁGUAS PARA AVALIAÇÃO DA POLUIÇÃO HÍDRICA	1.800.000,00	1.644.305,59	REDE DE MONITORAMENTO DA ÁGUA IMPLANTADA	9	9
4341	FUNDO DE RECUPERAÇÃO, PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	59.355.772,00	2.779.922,26			
080	SANEAMENTO BÁSICO: MAIS SAÚDE PARA TODOS	19.264.175,00	0			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
4451	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS VALES DO JEQUITINHONHA, MUCURI E SÃO MATEUS - FHIDRO	19.264.175,00	0	MUNICÍPIO ATENDIDO.	92	0
	<i>Em 2007 ocorreu a regularização da subsidiária da COPASA - COPANOR que ficará responsável por essa ação a partir de 2008, o que não incorreu em despesas financeiras.</i>			UNIDADE		
172	REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	18.361.597,00	367.004,64			
1030	APOIO ÀS AÇÕES DE RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	18.361.597,00	367.004,64	PROJETO APOIADO	20	1
	<i>Baixa execução física e financeira devido às dificuldades para aprovar os projetos e operacionalizar o desembolso dos recursos.</i>			PROJETO		
360	FHIDRO	21.730.000,00	2.412.917,62			
1944	FHIDRO - FUNDO DE RECUPERAÇÃO, PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	21.730.000,00	2.412.917,62	PROJETO APROVADO	1	23
				PROJETO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : PLANEJAMENTO E GESTÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1501	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	126.422.239,00	111.081.930,83			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	47.630.651,00	64.159.610,83			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	39.518.975,00	45.614.180,86	PESSOA REMUNERADA	1.342	1.166
				UNIDADE		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	691.660,00	591.594,80			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	469.910,00	246.091,44	AUXÍLIO CONCEDIDO	600	469
				AUXÍLIO		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	6.682.071,00	17.700.140,53			
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	268.035,00	7.603,20	SERVIDOR VALORIZADO	250	310
	<i>Em 2007, a maior parte das ações de desenvolvimento da Seplag foram realizadas por meio de recursos de capacitação advindos de outros programas.</i>			SERVIDOR		
035	CENTRO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	23.200.000,00	1.688.571,01			
1071	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO	23.200.000,00	1.688.571,01	CENTRO ADMINISTRATIVO IMPLANTADO	10	0
	<i>Em 2007, foram executadas etapas que antecedem e preparam a implantação propriamente dita do Centro Administrativo: 1) execução de contratos entre a Seplag e o Cetec para implantação de estação de monitoramento de ar na área do Centro Administrativo; 2) contrato entre a Seplag e a MGS para segurança do imóvel do Centro Administrativo e 3) convênio entre Seplag e Codemig para contratação de estudos para definição de valores a serem pagos na desapropriação de áreas do entorno do centro.</i>			PERCENTUAL		
267	POSTO DE SERVIÇO INTEGRADO URBANO (PSIU)	0	3.541.502,11			
1480	EXPANSÃO DA REDE DE POSTOS DE SERVIÇOS INTEGRADOS URBANOS (PSIU)	0	235.000,00	POSTO PSIU IMPLANTADO.	1	0
	<i>Não há programação financeira porque a gestão dos Postos de Serviços Integrados Urbanos (PSIU) foi transferida para a Seplag em 25 de janeiro de 2007. Ademais, não existe previsão para implantação de novos postos.</i>			POSTO		
4482	OPERACIONALIZAÇÃO DOS POSTOS DE SERVIÇOS INTEGRADOS URBANOS (PSIU)	0	3.306.502,11	ATENDIMENTO PRESTADO	4.800.000	3.310.824
	<i>Não houve programação financeira porque a gestão dos Postos de Serviços Integrados Urbanos (PSIU) foi transferida para a Seplag em 25 de janeiro de 2007.</i>			ATENDIMENTO		
271	CHOQUE DE GESTÃO - PESSOAS, QUALIDADE E INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	12.566.179,00	2.558.821,91			
1202	AValiação DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	500.000,00	425.769,37	SERVIDOR AVALIADO	97.000	31.286
	<i>A meta física não foi integralmente executada devido à alteração do calendário de avaliação.</i>			SERVIDOR		
1303	AValiação DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL	570.000,00	153.103,75	GRAU DE EFETIVIDADE DOS ACORDOS DE RESULTADO APURADO PERCENTUAL	85	96
1354	ADOÇÃO DE NOVO MODELO DE PARCERIA NA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	570.000,00	589.258,31	GRAU DE EFETIVIDADE DOS TERMOS DE PARCERIA APURADO PERCENTUAL	85	86
1712	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS PARA SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	7.300.000,00	1.183.435,53	SERVIDOR BENEFICIADO	138.000	112.963

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : PLANEJAMENTO E GESTÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				UNIDADE		
1851	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO	3.626.179,00	207.254,95	PROJETO PNAGE EXECUTADO	20	7
				PERCENTUAL		
287	GOVERNANÇA ELETRÔNICA	6.835.000,00	5.791.728,41			
1793	IMPLANTAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	2.426.000,00	2.206.554,82	MODELO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO IMPLANTADO PERCENTUAL	70	80
1794	IMPLANTAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO	1.958.000,00	1.372.856,86	MODELO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO IMPLANTADO PERCENTUAL	70	81
1796	DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO	2.451.000,00	2.212.316,73	SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO DISPONIBILIZADO PERCENTUAL	100	99
340	PROJETO JAÍBA	5.500.000,00	4.364.218,35			
1090	TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DO PROJETO JAÍBA	4.500.000,00	4.364.218,35	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO IMPLANTADA/ESTRUTURADA A UNIDADE	1	0
	<i>Os recursos financeiros gastos nesta ação compreendem contratos de prestação de serviços celebrados entre a Seplog e a Copasa. Esta empresa deve assumir a concessão do serviço de irrigação no início de 2008.</i>					
1177	AQUISIÇÃO DAS ÁREAS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO PROJETO JAIBA	1.000.000,00	0	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO ADMINISTRADA UNIDADE	1	0
348	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO GOVERNAMENTAL	2.263.420,00	2.025.430,41			
1045	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.160.000,00	721.996,94	MÓDULO DE SISTEMA IMPLANTADO/MANTIDO. MÓDULO	5	2
2011	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	393.200,00	222.996,00	SISTEMA MANTIDO SISTEMA	7	7
2855	COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO	20.000,00	7.782,81	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA AVALIADA RELATÓRIO	1	1
2911	AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DO PLANO PLURIANUAL	10.000,00	4.659,10	PPAG AVALIADO PLANO	1	1
4065	DATAGERAIS	615.220,00	171.199,98	ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL - IMRS ATUALIZADO DOCUMENTO	1	0
	<i>Os recursos executados no âmbito desta ação se destinaram à implantação do Datagerais, que é um sistema de informação que irá agregar uma multiplicidade de indicadores de Minas Gerais, entre os quais se encontram aqueles que compõem o índice mineiro de responsabilidade social. A atualização do IMRS não foi possível neste ano, devido à recente reforma administrativa ocorrida na Fundação João Pinheiro, razão pela qual essa meta fora internamente reprogramada para o exercício de 2008.</i>					
4240	MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DO PPAG	10.000,00	2.707,90	PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PPAG MONITORADO PLANO	1	1
4407	ELABORAÇÃO DA LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESTADUAL	25.000,00	17.489,35	LEI ELABORADA LEI	2	2

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : PLANEJAMENTO E GESTÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
4553	COORDENAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL	30.000,00	876.598,33	PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL ELABORADO E REVISADO PLANO	I	I
<i>Houve uma execução financeira bem superior à inicialmente programada devido à necessidade de contratação de serviços de consultoria.</i>						
352	GESTÃO ESTRATÉGICA DE SUPRIMENTOS	11.326.000,00	10.467.552,29			
1083	PORTAL DE COMPRAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	2.155.320,00	2.155.320,00	SISTEMA CONCEBIDO, IMPLANTADO E MANTIDO	I	I
<i>Dos oito módulos previstos para este sistema apenas o módulo de fornecedores foi implantado em janeiro de 2007, razão pela qual a execução física desta ação registra desde então o valor igual a 1. Aproximadamente 49% das etapas deste projeto encontram-se finalizadas.</i>				SISTEMA		
1857	DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS DE SUPRIMENTOS PARA O ESTADO	1.894.778,00	1.703.641,73	POLÍTICA IMPLANTADA	I	I
				METODOLOGIA IMPLANTADA		
1905	IMPLEMENTAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS - SIAD	2.325.000,00	1.683.697,94	MODELO DE GESTÃO IMPLANTADO	I	0
<i>Cerca de 84% das etapas desta ação já se encontram concluídas, não sendo totalmente implementada em 2007 devido a restrições orçamentárias.</i>				UNIDADE		
2908	MANUTENÇÃO E AUDITORIA DO SIAD	4.950.902,00	4.924.892,62	SISTEMA MANTIDO	I	I
<i>O Siad tem sido objeto de várias melhorias ao longo de todo o exercício. Contudo, apenas 70% das etapas previstas de auditoria no referido sistema foram concluídas em 2007.</i>				SISTEMA		
356	GERAES - GESTÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS E AÇÕES DO ESTADO	225.000,00	193.973,20			
4869	MONITORAMENTO DOS PROJETOS ESTRUTURADORES	145.000,00	100.690,29	PROJETO COORDENADO E APOIADO	35	35
				PROJETO		
4873	AValiação DOS RESULTADOS DOS PROJETOS ESTRUTURADORES	80.000,00	93.282,91	PROJETO AVALIADO	35	35
				PROJETO		
359	GESTÃO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO	180.088,00	3.049.334,67			
1934	GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	180.088,00	3.049.334,67	SISTEMA DE CONTROLE IMOBILIÁRIO APERFEIÇOADO	I	I
				SISTEMA		
364	PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS	782.000,00	143.510,65			
2964	COORDENAÇÃO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL	390.000,00	111.222,77	AÇÃO DE COORDENAÇÃO REALIZADA	50	50
				AÇÃO		
2966	DESENVOLVIMENTO DA CENTRAL DE PROJETOS	31.000,00	20.797,40	PROJETO ENCAMINHADO E MONITORADO	42	4
				PROJETO		
4422	ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS DE ENTRADA	20.000,00	11.490,48	TREINAMENTO REALIZADO	3	I
				PARTICIPANTE		
4423	MONITORAMENTO DE IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE(S) DE ATENDIMENTO INTEGRADO E ELABORAÇÃO DE METODOLOGIA REPLICÁVEL	341.000,00	0	ESTUDO, PROJETO E MONITORAMENTO REALIZADO	2	I
<i>Não houve execução financeira em 2007, porque a meta física da ação foi executada com recursos remanescentes do orçamento de 2006.</i>				ESTUDO / PROJETO		
371	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	15.113.901,00	13.097.676,99			
1194	SAÚDE OCUPACIONAL	272.000,00	44.969,65	AÇÃO REALIZADA	300	334
				AÇÃO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : PLANEJAMENTO E GESTÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1967	IMPLEMENTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	4.253.394,00	3.952.859,61	SISTEMA IMPLANTADO.	I	I
				Sistema Módulo		
2040	PERÍCIAS MÉDICAS	658.920,00	86.336,12	PERÍCIA MÉDICO-LEGAL REALIZADA	145.000	141.287
				PERÍCIA		
2968	MANUTENÇÃO DO SISAP	9.924.587,00	9.013.511,61	SISTEMA MANTIDO	I	I
				SISTEMA		
4424	REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS	5.000,00	0	CONCURSO PÚBLICO REALIZADO	I	9
				CONCURSO REALIZADO		
	Não houve execução financeira nesta ação porque a maior parte dos contratos de operacionalização de concursos públicos são feitos sem ônus para os cofres públicos.					
410	PLATAFORMA LOGÍSTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	800.000,00	0			
4438	IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DO SUMIDOURO	800.000,00	0	PARQUE IMPLANTADO	I	0
				UNIDADE		
	Em dezembro de 2007, 45% das etapas de implantação do Parque do Sumidouro estavam concluídas.					
1941	EGE-SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	134.496.713,00	78.088.315,73			
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	72.081.844,00	77.163.406,81			
7441	PENSÕES ESPECIAIS E INDENIZAÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL	71.615.428,00	77.163.406,81			
7220	PAGAMENTO À MGS POR INDENIZAÇÃO TRABALHISTA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS	466.416,00	0			
601	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS GERENCIAIS CORPORATIVOS	956.646,00	924.908,92			
2215	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DE PONTO - FORPONTO	46.000,00	47.430,00	SISTEMA MANTIDO	I	I
				SISTEMA		
2219	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE PROTOCOLO - SIPRO	910.646,00	877.478,92	SISTEMA MANTIDO	I	I
				SISTEMA		
677	RECURSOS PARA CONTRAPARTIDA A CONVÊNIOS	61.458.223,00	0			
2015	RECURSOS PARA CONTRAPARTIDA A CONVÊNIOS	61.458.223,00	0			
2011	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	511.642.659,00	559.547.187,77			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	150.173.506,00	143.767.579,92			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	116.492.617,00	115.756.857,56	PESSOA REMUNERADA	4.314	3.985
				UNIDADE		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	1.874.000,00	468.704,09			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	17.387.760,00	14.760.161,82			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : PLANEJAMENTO E GESTÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2019	GESTÃO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FUNPEMG	1.000.000,00	393.338,00			
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	300.000,00	211.082,70	SERVIDOR VALORIZADO	240	172
				SERVIDOR		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	1.300.000,00	1.101.557,45	AUXÍLIO CONCEDIDO	1.700	1.874
				AUXÍLIO		
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	11.819.129,00	11.075.878,30			
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	68.276.365,00	72.819.957,28			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	68.276.365,00	72.819.957,28			
315	ATENÇÃO À SAÚDE DO SEGURADO	223.090.220,00	265.168.972,36			
4113	ENSINO E PESQUISA	75.600,00	546,77	PESQUISA REALIZADA	9	10
	<i>Os trabalhos de pesquisa utilizam a estrutura física do Hospital Governador Israel Pinheiro e o corpo docente do curso de mestrado é composto sobretudo pelos próprios servidores do Ipsemg. Em 2007, não houve necessidade de se efetuar grandes investimentos na unidade de ensino e pesquisa.</i>			PESQUISA		
4685	ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA PRÓPRIA NA CAPITAL	2.593.000,00	1.849.224,47	PROCEDIMENTO ODONTOLÓGICO REALIZADO	310.300	306.651
				PROCEDIMENTO		
4708	ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO HOSPITAL GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	56.704.000,00	56.604.663,09	ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR PRESTADO	1.967.838	2.017.748
				ATENDIMENTO		
4729	ASSISTÊNCIA À SAÚDE PRÓPRIA NO INTERIOR	3.850.000,00	3.289.887,88	ATENDIMENTO MÉDICO ODONTOLÓGICO PRESTADO	207.600	148.495
				ATENDIMENTO		
4738	ASSISTÊNCIA À SAÚDE DESCENTRALIZADA NO INTERIOR	94.927.620,00	98.823.617,08	ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR E ODONTOLÓGICO PRESTADO	3.440.764	3.432.123
				ATENDIMENTO		
4746	ASSISTÊNCIA À SAÚDE DESCENTRALIZADA NA CAPITAL	57.400.000,00	79.119.130,06	ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR E ODONTOLÓGICO PRESTADO	955.350	910.265
				ATENDIMENTO		
4756	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	1.700.000,00	1.312.190,52	BENEFICIÁRIO ATENDIDO	69.233	68.594
				BENEFICIÁRIO		
4777	PROMOÇÃO DA SAÚDE DO SERVIDOR	100.000,00	0	ATENDIMENTO PRESTADO	10.000	28.829
	<i>A execução financeira desta ação é realizada dentro da ação 4708 - Assistência à Saúde no HGIP.</i>			ATENDIMENTO		
4784	PRESERVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	5.740.000,00	24.169.712,49	CONSTRUÇÃO E REFORMA REALIZADA	66.982	47.390
	<i>A diferença registrada na execução financeira ocorreu em função da necessidade de aporte adicional de recursos para adequação das obras, sem contudo alterar a metragem prevista. Além disso, dadas as prioridades do Ipsemg em 2007, algumas obras deixaram de ser executadas.</i>			METRO QUADRADO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : PLANEJAMENTO E GESTÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
349	PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGUROS	68.486.868,00	73.393.521,20			
4833	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS	27.038.575,00	28.455.288,23	AUXÍLIO DIVERSO PAGO	1.800	1.914
				AUXÍLIO		
4838	PROVENTOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO - CONVÊNIOS	41.448.293,00	44.938.232,97	PROVENTO PAGO	4.790	4.803
				PROVENTO		
693	ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMPLEMENTAR AO SEGURO	1.615.700,00	4.397.157,01			
4048	ASSISTÊNCIA SOCIAL AO SEGURO	800.000,00	635.169,30	BENEFICIÁRIO ATENDIDO	60.000	52.484
				BENEFICIÁRIO		
4071	CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO	720.000,00	674.724,93	AUXÍLIO DIVERSO PAGO	1.700	1.519
				AUXÍLIO		
4089	PROMOÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA	95.700,00	3.087.262,78	PESSOA ATENDIDA	1	0
	<i>O Hotel da Previdência de Araxá está fechado para reformas desde 2003 e se mantém fechado até o momento. A execução financeira compreende despesas de manutenção e segurança das suas dependências, abarcando também aporte adicional de recursos para a compra de mobiliário para o hotel.</i>			PESSOA		
2061	FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO	21.554.383,00	22.377.254,81			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	14.539.214,00	15.817.085,42			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	3.263.220,00	4.901.449,16			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	80.000,00	77.431,69			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	11.180.688,00	10.815.984,57	PESSOA REMUNERADA	235	260
				UNIDADE		
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	1.000,00	0	SERVIDOR VALORIZADO	1	0
				SERVIDOR		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	14.306,00	22.220,00	AUXÍLIO CONCEDIDO	30	63
				AUXÍLIO		
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	402.669,88			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	402.669,88			
190	FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS/PROJETOS EM GESTÃO PÚBLICA	587.834,00	564.058,44			
4330	FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	557.834,00	539.871,83	SERVIDOR/ALUNO QUALIFICADO/FORMADO	200	665
				SERVIDOR QUALIFICADO		
4336	ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA	30.000,00	24.186,61	PROJETO E PESQUISA EM ANDAMENTO	2	4
				PROJETO / PESQUISA		
254	PRODUÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS	767.142,00	774.920,42			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : PLANEJAMENTO E GESTÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
4701	COLETA E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS SECUNDÁRIOS E PRIMÁRIOS	767.142,00	774.920,42	SISTEMA DESENVOLVIDO	9	11
				SISTEMA		
271	CHOQUE DE GESTÃO - PESSOAS, QUALIDADE E INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4.521.660,00	3.749.011,96			
4145	FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PELA ESCOLA DE GOVERNO PAULO NEVES DE CARVALHO	4.521.660,00	3.749.011,96	ALUNO QUALIFICADO	2.500	2.237
				ALUNO		
322	DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS APLICADAS	1.137.533,00	1.069.508,69			
4730	ESTUDOS ADMINISTRATIVOS E CONSULTORIAS ORGANIZACIONAIS	536.362,00	247.955,86	PROJETO E PESQUISA EM ANDAMENTO	5	3
				PROJETO / PESQUISA		
4747	ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS ECONÔMICOS E SOCIAIS	257.930,00	286.789,75	PROJETO E PESQUISA EM ANDAMENTO	4	5
				PROJETO / PESQUISA		
4754	ESTUDOS, PESQUISAS E CONSULTORIAS MUNICIPAIS	210.000,00	480.157,11	PROJETO E PESQUISA EM ANDAMENTO	5	8
				PROJETO / PESQUISA		
4827	PUBLICAÇÕES DE PESQUISAS HISTÓRICAS E CULTURAIS	133.241,00	54.605,97	PESQUISA PUBLICADA	6	2
				PESQUISA		
4431	FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	155.339.248,00	0			
624	ASSISTENCIA PREVIDENCIARIA	155.339.248,00	0			
4055	CONSTITUIÇÃO DE FUNDO GARANTIDOR PARA PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS	155.339.248,00	0	FUNDO GARANTIDOR CONSTITUÍDO	428.027	456.249
	<i>De acordo com a Lei Complementar n.º 64, de 25 de março de 2002, os recursos financeiros serão utilizados para pagamento de benefícios somente a partir de 31 de dezembro de 2009. Por esse motivo, não há registro de execução financeira.</i>			R\$ MIL		
4461	FUNDO FINANCEIRO DE PREVIDÊNCIA	3.005.556.991,00	3.469.069.552,72			
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	3.005.556.991,00	3.469.069.552,72			
7225	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FHEMIG	20.458.708,00	23.236.987,13			
7312	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-HEMOMINAS	637.245,00	826.951,15			
7205	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-DER	163.078.396,00	167.237.715,07			
7209	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FUNED	3.616.593,00	3.974.915,58			
7008	BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE PENSÃO	379.212.322,00	622.177.054,28			
7473	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IEF	3.820.244,00	4.116.420,49			
7484	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IGAM	492.854,00	534.911,32			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : PLANEJAMENTO E GESTÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
7428	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FEAM	1.348.312,00	1.405.062,82			
7550	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-ADEMG	451.419,00	508.092,25			
7586	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-UTRAMIG	192.327,00	234.392,92			
7617	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-LOTERIA	1.015.236,00	1.026.022,78			
7022	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FAPEMIG	379.660,00	414.673,30			
7045	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-CETEC	6.954.679,00	6.787.588,64			
7046	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-UNIMONTES	4.163.858,00	4.855.306,82			
7047	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IPEM	876.378,00	897.547,38			
7060	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-UEMG	5.149.367,00	6.816.425,36			
7082	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IGA	1.848.064,00	2.002.624,06			
7083	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-RURALMINAS	2.705.989,00	2.872.022,10			
7088	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IMA	7.777.042,00	8.294.299,33			
7089	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF	247.522,00	190.802,12			
7091	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FUCAM	232.105,00	257.839,44			
7094	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FAOP	36.781,00	26.890,62			
7096	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FUNDAÇÃO CLÓVIS SALGADO	1.023.691,00	1.263.801,35			
7104	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IEPHA	646.178,00	675.038,09			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : PLANEJAMENTO E GESTÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
7105	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FUNDAÇÃO TV MINAS	307.296,00	297.189,34			
7115	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-DEOP	2.221.525,00	2.474.929,02			
7840	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IPSM	626.541,00	620.576,43			
7722	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FJP	7.627.331,00	7.911.750,49			
7631	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IMPrensa OFICIAL	4.188.000,00	4.239.349,58			
7529	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-JUCEMG	2.126.096,00	2.236.918,34			
7533	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-DETEL	779.334,00	715.259,01			
7725	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IPSEMG	84.193.221,00	82.839.119,82			
7922	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-ITER	1.000,00	0			
7939	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IDENE	451.619,00	495.981,59			
7957	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	1.403.804.644,00	1.532.396.524,93			
7959	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-SECRETARIA DE SAÚDE	63.908.982,00	65.657.246,99			
7962	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DAS DEMAIS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO	828.956.432,00	908.551.322,78			
5141	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	752.000,00	3.070.942,43			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	270.000,00	103.994,20			
6002	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA - PRODEMGE	270.000,00	103.994,20			
613	EFICIÊNCIA TECNOLÓGICA E OPERACIONAL	482.000,00	2.966.948,23			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : PLANEJAMENTO E GESTÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
3667	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA	482.000,00	2.966.948,23	INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA ATUALIZADA PERCENTUAL	100	100
5381 MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.		1.002.000,00	3.679.075,00			
001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		501.000,00	2.361.473,00			
6003	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL INTERNA - MGS	501.000,00	2.361.473,00			
604 APOIO A SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS		501.000,00	1.317.602,00			
8512	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	501.000,00	1.317.602,00			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1511	POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	606.013.409,00	693.058.244,76			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	522.724.485,00	582.143.570,33			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	418.977.866,00	468.580.703,34	PESSOA REMUNERADA	9.886	10.718
				UNIDADE		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	2.328.000,00	1.181.790,82			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	83.256.919,00	86.687.924,13			
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	17.260.700,00	24.900.616,89			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	900.000,00	584.262,99	AUXÍLIO CONCEDIDO	589	578
				AUXÍLIO		
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	1.000,00	208.272,16	SERVIDOR VALORIZADO	1	0
	<i>Os recursos empenhados serão efetivamente despendidos em cursos a serem ministrados em 2008.</i>			SERVIDOR		
217	ESTRADA REAL	150.000,00	150.000,00			
4433	SENSIBILIZAÇÃO DE POLICIAIS CIVIS NO ÂMBITO DA ESTRADA REAL	150.000,00	150.000,00	POLICIAL TREINADO/REICLADO	120	125
				POLICIAL		
228	RECOLHIMENTO E GUARDA DE DETENTOS DO ESTADO	27.481.800,00	40.036.493,82			
4379	ASSISTÊNCIA AOS DETENTOS	27.481.800,00	40.036.493,82	DETENTO ASSISTIDO	23.000	18.710
	...			DETENTO		
229	PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, EXERCÍCIO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	5.894.119,00	9.708.888,23			
4291	IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL	502.194,00	627.899,10	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E OU CRIMINAL EMITIDO	1.970.949	2.213.288
				DOCUMENTO		
4292	REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICO-LEGAIS	1.080.154,00	249.668,68	PERÍCIA MÉDICO-LEGAL REALIZADA	30.000	52.914
				PERÍCIA		
4293	REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS TÉCNICO-CIENTÍFICAS	192.000,00	135.916,37	PERÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA REALIZADA	100.000	118.081
				PERÍCIA		
4316	GESTÃO DA INFORMAÇÃO	321.204,00	26.385,00	RELATÓRIO EMITIDO	33.697	77.773
				RELATÓRIO		
4381	SUPERVISÃO, NORMATIZAÇÃO E PROCESSAMENTO DE FEITOS CORREICIONAIS	118.000,00	164.439,97	PROCEDIMENTO DISCIPLINAR CONCLUÍDO	2.189	1.653
				PROCEDIMENTO		
4383	INVESTIGAÇÕES E POLÍCIA JUDICIÁRIA	3.680.567,00	8.504.579,11	PROCEDIMENTO CRIMINAL INSTAURADO	362.103	339.366
				PROCEDIMENTO		
230	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE POLICIAIS CIVIS	5.725.906,00	5.810.170,15			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ÓRGÃO / ENTIDADE		FINANCEIRO		FÍSICO		
PROGRAMA AÇÃO		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
4387	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	5.725.906,00	5.810.170,15	POLICIAL CAPACITADO	3.000	1.464
				POLICIAL		
234	ENSINO MÉDIO E FUNDAMENTAL- ESCOLA ESTADUAL ORDEM E PROGRESSO	31.400,00	0			
2389	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - ESCOLA ORDEM E PROGRESSO	30.400,00	0	ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL ATENDIDO	550	557
Não há execução financeira nesta ação, dado que o Colégio Ordem e Progresso é mantido em parceria com a Secretaria de Estado de Educação.				ALUNO		
2390	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO- ESCOLA ORDEM E PROGRESSO	1.000,00	0	ALUNO DO ENSINO MÉDIO ATENDIDO	1.180	1.159
Não há execução financeira nesta ação, dado que o Colégio Ordem e Progresso é mantido em parceria com a Secretaria de Educação.				ALUNO		
235	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS DA POLÍCIA CIVIL	1.000,00	1.122.732,80			
1393	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES PREDIAIS	1.000,00	1.122.732,80	UNIDADE AMPLIADA/REFORMADA	47	34
				UNIDADE		
240	ADMINISTRAÇÃO DE TRÂNSITO	30.046.760,00	29.923.311,09			
4398	EMISSION DE DOCUMENTOS, CONTROLE E REGISTRO DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO	30.046.760,00	29.923.311,09	DOCUMENTO EMITIDO	5.730.138	7.051.261
				DOCUMENTO		
244	ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL DA POLÍCIA CIVIL	256.939,00	117.342,65			
2399	ATENDIMENTO AMBULATORIAL	256.939,00	117.342,65	ATENDIMENTO AMBULATORIAL REALIZADO	135.000	95.684
				ATENDIMENTO		
313	REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS	11.700.000,00	22.780.792,78			
1693	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL - SIDS - PCMG	2.500.000,00	2.542.887,86	SISTEMA MANTIDO EM FRAÇÃO DA PC	120	0
				FRAÇÃO		
1297	FICA VIVO - CONTROLE DE HOMICÍDIOS - PC	1.200.000,00	958.124,43	DELEGACIA DE HOMICÍDIOS ESTRUTURADA	5	26
				DELEGACIA		
1318	IMPLANTAÇÃO DAS ÁREAS INTEGRADAS DE POLICIAMENTO - PCMG	8.000.000,00	19.279.780,49	ÁREA INTEGRADA IMPLANTADA	25	27
				ÁREA		
376	REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL	1.861.000,00	1.230.155,30			
1005	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE PROCEDIMENTOS POLICIAIS VIA WEB - PCNET	1.000.000,00	803.366,00	UNIDADE COM SISTEMA IMPLANTADO	60	0
O recurso gasto nesta ação foi utilizado para pagamento à Prodemge de etapa referente ao desenvolvimento do sistema PCNET.				UNIDADE		
1006	RENOVAÇÃO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL	1.000,00	0	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	300	0
				EQUIPAMENTO		
1451	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE INFORMAÇÃO DE DEFESA SOCIAL	600.000,00	0	CENTRO IMPLANTADO	1	0
				CENTRO		
1987	REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DAS AÇÕES DA POLÍCIA CIVIL	260.000,00	426.789,30	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	1.000	143
				EQUIPAMENTO		
384	APOIO PSICOSSOCIAL AO POLICIAL CIVIL	140.000,00	34.787,61			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO	
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO EXECUTADO
1020	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL	140.000,00	34.787,61	ATENDIMENTO PRESTADO	5.000 7.089
				ATENDIMENTO	

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1251	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	2.520.756.530,00	2.857.198.050,77			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.237.428.296,00	1.540.813.678,32			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	4.993.634,00	6.567.951,03			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.217.644.423,00	1.518.169.612,70	PESSOA REMUNERADA	48.893	43.445
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	1.714.954,00	2.520.377,91	UNIDADE		
2063	AUXÍLIO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, FUNERAL E DOENÇA PARA SERVIDORES MILITARES - PM	1.830.482,00	2.117.430,86	AUXÍLIO CONCEDIDO	19.589	747
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	11.244.803,00	11.438.305,82	AUXÍLIO		
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.119.067.025,00	1.092.434.857,03			
7007	PROVENTOS DE INATIVOS MILITARES	1.119.067.025,00	1.092.434.857,03			
217	ESTRADA REAL	150.000,00	150.000,00			
1108	ESTRUTURAÇÃO DO POLICIAMENTO OSTENSIVO NA ESTRADA REAL	150.000,00	150.000,00	POLICIAL CAPACITADO	120	141
231	POLÍCIA OSTENSIVA	108.074.294,00	135.721.768,85			
2005	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES PREDIAIS DA POLÍCIA MILITAR	175.000,00	517.282,22	UNIDADE PREDIAL REFORMADA/AMPLIADA	1	1
2731	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÕES	6.599.999,00	11.764.398,10	EQUIPAMENTO DE COMUNICAÇÃO ADQUIRIDO	900	1.481
4391	POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL	97.427.491,00	101.078.479,39	OCORRÊNCIA DE POLICIAMENTO OSTENSIVO REALIZADA	4.240.642	4.167.574
4395	POLICIAMENTO OSTENSIVO DE TRÂNSITO	2.215.809,00	15.338.210,24	OCORRÊNCIA DE POLICIAMENTO DE TRÂNSITO REALIZADA	370.000	324.116
4396	POLICIAMENTO OSTENSIVO DE MEIO AMBIENTE	1.655.995,00	7.023.398,90	OCORRÊNCIA DE POLICIAMENTO AMBIENTAL REALIZADA	47.604	58.927
243	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO - COLÉGIO TIRADENTES	23.101.157,00	23.800.785,20			
2402	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - COLÉGIO TIRADENTES	12.647.629,00	12.736.827,58	ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL MATRICULADO	13.329	13.752
2406	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO - COLÉGIO TIRADENTES	10.453.528,00	11.063.957,62	ALUNO DO ENSINO MÉDIO MATRICULADO	7.480	6.216

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				ALUNO		
304	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	2.302.293,00	2.401.730,69			
2624	TREINAMENTO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	2.302.293,00	2.401.730,69	MILITAR CAPACITADO	31.570	31.320
				UNIDADE		
306	INTEGRAÇÃO E EFICIÊNCIA DA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES POLICIAIS	220.000,00	711.622,50			
1496	REAPARELHAMENTO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	200.000,00	711.622,50	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	25	400
				EQUIPAMENTO		
1536	POLÍCIA COMUNITÁRIA EM MINAS GERAIS - PMMG	20.000,00	0	PROJETO IMPLANTADO	1	0
	Ação não realizada devido à não celebração dos convênios que lastreavam a sua execução.			PROJETO		
309	ASSISTÊNCIA AO MILITAR	14.413.465,00	14.337.305,89			
2649	ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	454.106,00	228.067,33	MILITAR ASSISTIDO	3.704	1.774
				UNIDADE		
2652	ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOLÓGICA	10.936.119,00	12.472.217,52	ATENDIMENTO MÉDICO/PSICOLÓGICO REALIZADO	647.633	2.188.946
				UNIDADE		
2653	ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA	3.023.240,00	1.637.021,04	ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO REALIZADO	129.500	330.155
				ATENDIMENTO		
313	REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS	16.000.000,00	46.826.302,29			
1800	IMPLANTAÇÃO DAS ÁREAS INTEGRADAS DE POLICIAMENTO - PMMG	12.000.000,00	39.233.254,52	ÁREA INTEGRADA IMPLANTADA	25	5
				ÁREA		
1821	FICA VIVO- CONTROLE DE HOMICÍDIOS - PMMG	1.500.000,00	1.499.707,90	GEPAR - GRUPO ESPECIALIZADO EM POLICIAMENTO EM ÁREA DE RISCO ESTRUTURADO GRUPO	3	4
1688	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL - SIDS - PMMG	2.500.000,00	6.093.339,87	SISTEMA MANTIDO EM FRAÇÃO DA PM	97	97
				FRAÇÃO		
2121	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	622.886.617,00	605.342.110,41			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	19.586.793,00	14.189.442,75			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	90.000,00	11.287,47			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.489.680,00	2.536.947,31	PESSOA REMUNERADA	170	93
				UNIDADE		
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.820.018,00	2.751.324,55			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	80.000,00	46.447,10	AUXÍLIO CONCEDIDO	40	23
				AUXÍLIO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	45.000,00	11.464,40	SERVIDOR VALORIZADO	43	12
				SERVIDOR		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	13.062.095,00	8.831.971,92			
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	13.038.492,00	18.390.071,23			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	13.038.492,00	18.390.071,23			
211	PRESTAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	384.665.693,00	386.142.861,68			
4324	CONCESSÃO DE PENSÃO	371.126.432,00	380.727.604,44	PENSÃO PAGA	9.235	9.257
				PENSÃO		
4327	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS	6.664.342,00	5.278.799,28	AUXÍLIO CONCEDIDO	4.580	3.276
				AUXÍLIO		
4329	RESERVA DE BENEFÍCIOS	6.874.919,00	136.457,96	RESERVA TÉCNICA CONSTITUÍDA	7.023	136
				R\$ MIL		
214	SISTEMA DE SAÚDE DOS MILITARES	205.595.639,00	186.619.734,75			
4371	ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR AOS SEGURADOS E A SEUS DEPENDENTES.	183.912.898,00	167.817.577,37	ATENDIMENTO MÉDICO REALIZADO	2.900.000	2.888.085
				ATENDIMENTO		
4372	ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA AOS SEGURADOS E A SEUS DEPENDENTES.	21.682.741,00	18.802.157,38	ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO REALIZADO	680.000	407.585
				ATENDIMENTO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : REFORMA AGRÁRIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
241 I	INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	5.851.446,00	8.278.650,85			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3.493.104,00	5.026.649,78			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.821.352,00	2.925.803,14	PESSOA REMUNERADA	79	110
				UNIDADE		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	46.000,00	131.837,97			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.604.752,00	1.942.588,87			
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	1.000,00	1.000,00	SERVIDOR VALORIZADO	1	10
				SERVIDOR		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	20.000,00	25.419,80	AUXÍLIO CONCEDIDO	53	27
				AUXÍLIO		
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
339	APOIO A REFORMA AGRÁRIA	2.357.342,00	3.252.001,07			
1008	CRÉDITO FUNDIÁRIO	21.000,00	664.970,14	FAMÍLIA ASSENTADA	2.500	459
	<i>Meta superestimada na ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária para 2007, além de problemas no decorrer do processo junto ao IEF, que não forneceu os laudos solicitados pela UTE, e a falta de documentação básica para aprovação das propostas de financiamento pelo Programa.</i>			FAMÍLIA		
1036	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA EM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA	151.000,00	0	INFRA-ESTRUTURA IMPLANTADA	40	0
				INFRA-ESTRUTURA		
4006	DESENVOLVIMENTO RURAL E SUSTENTÁVEL	837.576,00	2.026.653,27	FAMÍLIA BENEFICIADA	15.000	5.056
	<i>Os movimentos sociais não desenvolveram atividades referentes aos convênios de capacitação por motivo de readequação dos cursos e plano de trabalho, tendo em vista o reajustamento dos custos programados.</i>			FAMÍLIA		
4054	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	1.145.993,00	475.938,53	TÍTULO CONCEDIDO	1.430	2.388
	<i>O incremento observado no alcance da meta foi ocasionado, principalmente, pelo reforço de pessoal concursado do ITER, aumentando em cerca de 1/3 sua força de trabalho, potencializando as ações do Órgão.</i>			TÍTULO		
4093	MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	55.000,00	46.284,41	CONFLITO INTERMEDIADO	60	89
				CONFLITO		
4790	OBTENÇÃO DE NOVAS ÁREAS PARA REFORMA AGRÁRIA	146.773,00	38.154,72	PARECER JURÍDICO ENCAMINHADO	56	33
				PARECER		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : RESERVA DE CONTINGÊNCIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1991 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	274.178.391,00	0			
999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	274.178.391,00	0			
9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	274.178.391,00	0			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : SAÚDE

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
132I	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE	204.547.595,00	207.709.023,74			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	204.547.595,00	207.709.023,74			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	41.538.400,00	46.735.697,00			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	90.000,00	74.148,80			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	3.370.600,00	2.807.918,71	AUXÍLIO CONCEDIDO	3.380	2.107
				AUXÍLIO		
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	159.547.595,00	158.002.755,04	PESSOA REMUNERADA	10.007	10.007
				UNIDADE		
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	1.000,00	88.504,19	SERVIDOR VALORIZADO	1	1.145
				SERVIDOR		
154I	ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - ESP - MG	0	4.935.608,99			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	0	1.776.692,35			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	0	29.959,40			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	0	752.338,94			
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	0	0	SERVIDOR VALORIZADO	0	0
	Não houve programação física e financeira para esta ação, uma vez que a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais foi criada em 25/01/2007, por meio da Lei Delegada N.º 135.			SERVIDOR		
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	0	993.829,18	PESSOA REMUNERADA	0	41
	Não houve programação física e financeira para esta ação, uma vez que a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais foi criada em 25/01/2007, por meio da Lei Delegada N.º 135.			UNIDADE		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	0	564,83	AUXÍLIO CONCEDIDO	0	15
	Não houve programação física e financeira para esta ação, uma vez que a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais foi criada em 25/01/2007, por meio da Lei Delegada N.º 135.			AUXÍLIO		
412	GERAÇÃO DE CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS E BIOTECNOLÓGICOS	0	2.264,00			
4194	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NA ÁREA DE SAÚDE	0	2.264,00	PESQUISA DESENVOLVIDA	0	0
	Não houve programação física e financeira para esta ação, porque a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais foi criada em 2007 por meio da Lei Delegada n. 135, de 25/01/07. A execução física referente à ação 4194 foi informada pela Funed.			PESQUISA		
519	CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-FUNED/ESP	0	3.156.652,64			
4465	CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	0	3.156.652,64	PROFISSIONAL TREINADO	0	3.625
	Não houve programação física e financeira para esta ação, porque a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais foi criada em 2007 por meio da Lei Delegada n. 135, de 25/01/07.			PROFISSIONAL		
226I	FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS	96.076.180,00	91.895.792,37			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	24.506.916,00	26.739.582,26			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : SAÚDE

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	11.379.000,00	8.223.205,39			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	1.470.700,00	1.115.710,01			
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	281.000,00	16.882,50	SERVIDOR VALORIZADO	680	734
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	11.231.216,00	17.351.867,86	PESSOA REMUNERADA	306	740
O executado está acima do programado devido a posse dos novos concursados da Funed.				SERVIDOR		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	145.000,00	31.916,50	AUXÍLIO CONCEDIDO	36	55
O executado está acima do programado devido a posse dos novos concursados da Funed.				UNIDADE		
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.552.569,00	16.416.482,40	AUXÍLIO		
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.552.569,00	16.416.482,40			
327	PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MEDICAMENTOS	42.617.536,00	42.081.594,04			
4764	DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS E FITOTERÁPICOS	42.617.536,00	42.081.594,04	MEDICAMENTO PRODUZIDO	1.100.240	804.206
				UNIDADE (MIL)		
361	PRODUÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS	5.925.000,00	3.592.508,58			
4919	SERVIÇOS LABORATORIAIS	5.925.000,00	3.592.508,58	SERVIÇO PRESTADO	600.000	587.342
				SERVIÇO		
412	GERAÇÃO DE CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS E BIOTECNOLÓGICOS	2.168.000,00	817.710,98			
4194	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NA ÁREA DE SAÚDE	2.168.000,00	817.710,98	PESQUISA DESENVOLVIDA	24	32
				PESQUISA		
519	CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-FUNED/ESP	8.131.000,00	2.247.914,11			
4465	CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	8.131.000,00	2.247.914,11	PROFISSIONAL TREINADO	8.000	7.519
				PROFISSIONAL		
528	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS - FUNED	11.175.159,00	0			
1547	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS	11.175.159,00	0	UNIDADE PREDIAL CONSTRUÍDA REFORMADA AMPLIADA	8	0
				UNIDADE PREDIAL		
2271	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	447.402.594,00	448.823.271,01			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	304.813.519,00	322.708.800,38			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	15.000,00	5.725,86			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	31.020.111,00	24.203.414,57			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : SAÚDE

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	173.756.562,00	165.283.793,37	PESSOA REMUNERADA	8.447	8.086
				UNIDADE		
2008	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL SOB REGIME DE CONTRATO ADMINISTRATIVO	87.568.446,00	129.417.729,19	PESSOA REMUNERADA	6.720	7.089
				UNIDADE		
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	5.009.400,00	1.010.383,72	SERVIDOR VALORIZADO	6.677	9.147
	<i>Por redefinição de prioridades, foi remanejado crédito orçamentário para atender custeio das Unidades Assistenciais.</i>			SERVIDOR		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	1.200.000,00	1.229.668,89	AUXÍLIO CONCEDIDO	6.094	6.434
	<i>A diferença entre o programado e o executado, se deve ao aumento das passagens, fazendo com que mais servidores tenham direito ao benefício.</i>			AUXÍLIO		
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6.244.000,00	1.558.084,78			
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	537.586,00	9.261.285,95			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	537.586,00	9.261.285,95			
161	ATENDIMENTO HOSPITALAR AMBULATORIAL E EMERGENCIAL	120.466.608,00	101.487.677,51			
4029	COMPLEXO PSIQUIÁTRICO	14.903.134,00	11.774.956,72	ATENDIMENTO PRESTADO	163.028	289.185
	<i>O físico realizado está superior ao programado, porque não foram previstos os atendimentos do Centro Mineiro de Toxicomania e do Centro Psiquiátrico da Adolescência e Infância, que seriam transferidos para o município de Belo Horizonte, cuja municipalização não foi concretizada.</i>			ATENDIMENTO		
4030	COMPLEXO DE REABILITAÇÃO E CUIDADO AO IDOSO	17.415.598,00	8.772.672,64	ATENDIMENTO REALIZADO	2.759.046	2.911.624
				ATENDIMENTO		
4203	COMPLEXO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	30.841.789,00	33.438.354,82	ATENDIMENTO PRESTADO	1.586.997	3.122.031
	<i>A execução física e financeira ficou acima do programado, porque foi incorporado a esta ação o Hospital Infantil João Paulo II e o Hospital Cristiano Machado.</i>			ATENDIMENTO		
4453	COMPLEXO DE ESPECIALIDADES	27.378.993,00	19.332.083,36	ATENDIMENTO PRESTADO	2.675.779	1.456.847
	<i>A execução física e financeira ficou inferior ao programado, considerando que a Unidade "Hospital Infantil João Paulo II", passou a pertencer ao Complexo de Urgência e Emergência a partir de janeiro 2007.</i>			ATENDIMENTO		
4454	COMPLEXO DE HOSPITAIS GERAIS	29.927.094,00	28.169.609,97	ATENDIMENTO PRESTADO	3.273.099	2.784.484
	<i>A diferença entre o físico programado e o realizado foi em função da não ampliação do serviço de neonatologia do HJK.</i>			ATENDIMENTO		
515	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-FHEMIG	6.686.820,00	7.019.055,90			
4224	FORMAÇÃO DE RESIDENTES	6.686.820,00	7.019.055,90	RESIDÊNCIA MÉDICA OFERECIDA	315	262
				RESIDÊNCIA MÉDICA		
518	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS - FHEMIG	14.898.061,00	8.346.451,27			
1251	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS	14.898.061,00	8.346.451,27	UNIDADE PREDIAL REFORMADA/AMPLIADA	10	4
				UNIDADE		
2321	FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE MINAS GERAIS	86.817.848,00	80.095.671,55			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : SAÚDE

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		45.648.564,00	40.183.189,36			
2417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS		38.608.564,00	33.617.752,83	PESSOA REMUNERADA	1.400	1.470
				UNIDADE		
2420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO		100.000,00	74.730,91	AUXÍLIO CONCEDIDO	123	239
				AUXÍLIO		
2018 DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR		630.000,00	382.251,95	SERVIDOR VALORIZADO	1.300	1.402
				SERVIDOR		
2002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS		6.310.000,00	6.108.453,67			
002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS		47.000,00	147.233,66			
7004 PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS		47.000,00	147.233,66			
062 ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DA HEMORREDE E CETEBIO EM MG		1.709.737,00	190.028,06			
1197 REFORMA E ADAPTAÇÃO DE UNIDADES PREDIAIS - HEMOMINAS		1.709.737,00	190.028,06	UNIDADE REFORMADA/ADAPTADA	4	0
<i>Encontram-se em andamento a execução dos convênios assinados com o Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde, para reforma e ampliação das Unidades da Fundação Hemominas de Montes Claros, Juiz de Fora, Governador Valadares e Uberaba.</i>				UNIDADE		
078 ASSISTÊNCIA HEMATOLOGICA E HEMOTERÁPICA		39.312.547,00	39.499.113,36			
4144 DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE SANGUE E HEMODERIVADOS		36.450.367,00	39.499.113,36	HEMOCOMPONENTE PRODUZIDO	703.670	703.694
				BOLSA		
4845 MANUTENÇÃO DO BANCO DE SANGUE, CORDÃO UMBILICAL, PLACENTÁRIO E OUTROS		2.862.180,00	0	SANGUE DE CORDÃO UMBILICAL ARMAZENADO	1	0
<i>Não houve execução física, porque a captação de recursos está sendo negociada com o Ministério da Saúde.</i>				SANGUE ARMAZENADO		
083 ESTUDOS E PESQUISAS EM HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA		100.000,00	76.107,11			
4110 DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA		100.000,00	76.107,11	ESTUDO/PESQUISA REALIZADO	4	1
<i>Concluída apenas 1 pesquisa, as outras 3 estão em desenvolvimento.</i>				ESTUDO / PESQUISA		
4291 FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE		1.208.060.134,00	1.372.692.955,68			
509 REGIONALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE.		769.800.000,00	729.919.808,53			
1158 GESTÃO REGIONAL DE SAÚDE		100.000,00	41.244,53	UNIDADE IMPLANTADA	1	1
				UNIDADE		
1557 VIVA VIDA		40.000.000,00	19.202.577,58	CENTRO VIVA VIDA CONTEMPLADO	27	6
				CENTRO		
1564 ESTRUTURAÇÃO DA REDE ASSISTENCIAL		100.000,00	10.000.000,00	INVESTIMENTO EM PONTOS ASSISTENCIAIS REALIZADO	1	1
<i>Execução financeira alta em virtude da prestação de serviço para implantação do sistema de triagem urgência/emergência na rede estadual de saúde com fornecimento da licença de uso de software e bens necessários.</i>				PONTO ASSISTENCIAL		
4241 SISTEMA ESTADUAL DE REGULAÇÃO EM SAÚDE		15.000.000,00	8.014.137,89	CENTRAL DE REGULAÇÃO IMPLANTADA	15	13

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : SAÚDE

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				UNIDADE		
4256	FORTELECIMENTO E MELHORIA DA QUALIDADE DOS HOSPITAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - PRÓ HOSP	95.000.000,00	85.493.438,55	UNIDADE HOSPITALAR CONTEMPLADA	120	126
				UNIDADE HOSPITALAR		
4363	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE TRANSPORTE SANITÁRIO	8.000.000,00	19.154.905,08	VEÍCULO DISTRIBUÍDO	50	40
				VEÍCULO		
4382	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL / PROGRAMAÇÃO PACTUADA INTEGRADA	597.600.000,00	580.003.254,90	PROCEDIMENTO REALIZADO	248.766.281	163.171.361
				PROCEDIMENTO		
4384	SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU	14.000.000,00	8.010.250,00	UNIDADE ATENDIDA	20	16
				UNIDADE		
520	SAÚDE EM CASA - ATENÇÃO PRIMÁRIA	145.819.859,00	136.609.441,12			
4335	SAÚDE EM CASA - INCENTIVO ÀS EQUIPES	52.500.000,00	56.409.731,32	INCENTIVO MENSAL PAGO POR EQUIPE PSF	3.600	3.630
				INCENTIVO		
4447	FARMÁCIA DE MINAS - MEDICAMENTOS	54.819.859,00	40.794.262,27	MEDICAMENTO BÁSICO DISTRIBUÍDO	700.000.000	1.527.727.626
				MEDICAMENTO		
4449	SAÚDE EM CASA - INFRAESTRUTURA	37.500.000,00	38.660.000,00	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CONTEMPLADA	234	510
				UNIDADE BÁSICA CONTEMPLADA		
4450	SAÚDE NA ESCOLA	1.000.000,00	745.447,53	ESCOLA BENEFICIADA	577	0
	<i>O Programa Saúde na Escola realizou o 1º módulo da capacitação do Programa, direcionada às equipes de PSF e profissionais das escolas estaduais, realizada em Varginha, em dezembro de 2007.</i>			ESCOLA		
531	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	182.268.820,00	227.970.120,87			
4239	MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS	172.268.820,00	207.378.953,57	PACIENTE ATENDIDO	40.000	111.171
				PACIENTE		
4309	MEDICAMENTOS ESTRATÉGICOS	10.000.000,00	20.591.167,30	MEDICAMENTO DISTRIBUÍDO	50.000.000	46.299.486
				MEDICAMENTO		
543	GESTÃO DO SUS	2.100.000,00	10.559.569,53			
2305	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM SAÚDE	1.000.000,00	6.541.587,58	COMPUTADOR EM REDE INSTALADO	1.500	2.000
				COMPUTADOR		
2311	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS	100.000,00	991.267,66	REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA	11	11
				REUNIÃO		
4075	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	1.000.000,00	3.026.714,29	CURSO REALIZADO	60	67
				CURSO		
546	ATENÇÃO À SAÚDE	81.702.142,00	232.648.110,10			
4045	FORTELECIMENTO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE	24.100.000,00	69.527.117,21	MUNICÍPIO ATENDIDO	60	251
				MUNICÍPIO		
4150	ASSISTÊNCIA À PESSOAS PORTADORAS DE DST/HIV/AIDS	3.550.173,00	4.319.270,06	PACIENTE ATENDIDO	11.000	12.932

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : SAÚDE

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				PACIENTE		
4289	HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	100.000,00	0	UNIDADE HOSPITALAR CONTEMPLADA	18	0
				UNIDADE HOSPITALAR		
4446	ATENÇÃO A SAÚDE INDÍGENA, MENTAL, BUCAL E DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	5.173.861,00	8.465.795,68	AÇÃO REALIZADA	240	424
				AÇÃO		
4781	PROMOÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES DE SAÚDE	48.778.108,00	150.335.927,15	AÇÃO REALIZADA	360	406
				AÇÃO		
695	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	26.369.313,00	34.985.905,53			
4221	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	6.166.505,00	10.052.736,33	ESTABELECIMENTO INSPECIONADO	3.145	3.126
				ESTABELECIMENTO		
4242	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL	20.202.808,00	24.933.169,20	RELATÓRIO EMITIDO	58	55
				RELATÓRIO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1301	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS	224.953.236,00	339.878.964,48			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4.213.788,00	8.436.844,76			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.925.599,00	5.880.281,61	PESSOA REMUNERADA	101	140
				UNIDADE		
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	1.000,00	30,00	SERVIDOR VALORIZADO	1	0
				SERVIDOR		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.242.639,00	2.518.239,63			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	44.550,00	38.293,52	AUXÍLIO CONCEDIDO	41	35
				AUXÍLIO		
014	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	3.890.000,00	12.517.434,91			
1012	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS	950.000,00	9.051.912,86	UNIDADE CONSTRUÍDA	7	4
Obras concluídas: Vespasiano, Uberaba, Ibirité e Contagem; Obras em andamento: São João Del Rey, Ribeirão das Neves, Uberaba, Montes Claros, Uberlândia e Belo Horizonte.				UNIDADE		
1866	AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DA SEF	400.000,00	3.700,00	UNIDADE AMPLIADA/REFORMADA	19	0
Obras em andamento: Itabirito - Projeto de Iluminação do Pátio do Posto Fiscal Geraldo Arruda				UNIDADE		
1948	AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS PÚBLICOS	2.540.000,00	3.461.822,05	UNIDADE AMPLIADA/REFORMADA	9	11
Reprogramação física da Ação passou para 24 obras, sendo: obras concluídas: Belo Horizonte - 09 e Uberlândia - 02; obras em andamento: Belo Horizonte - 13				UNIDADE		
035	CENTRO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	10.526.000,00	9.250.860,39			
1092	ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS DE ARQUITETURA, ESTRUTURAS E INSTALAÇÕES COMPLEMENTARES	8.326.000,00	9.250.860,39	PROJETO ELABORADO	16	16
				PROJETO		
1093	PROJETOS DE ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA	2.200.000,00	0	PROJETO ELABORADO.	75	0
O valor de R\$2.200.000,00 referente a Ação 1093 - Projetos de Adequação da Infra-Estrutura Urbana, foi remanejado por intermédio de Decreto, registrado no Siaf sob nº248 de 13/12/07 para Ação 1049 - Apoio Financeiro aos Municípios em Situação de Calamidade e em Obras de Infra-Estrutura, visando atender obras de investimentos adicionais de convênios com diversos Municípios, visto que não houve gasto desse recurso na ação 1093.				PERCENTUAL		
036	AUXILIO AOS MUNICÍPIOS EM AÇÕES EMERGENCIAIS E OBRAS INFRA-ESTRUTURAIS	24.232.000,00	202.425.725,37			
1049	APOIO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS EM SITUAÇÃO DE CALAMIDADE E EM OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	24.122.000,00	93.135.186,75	MUNICÍPIO APOIADO	70	854
Obras concluídas: São Geraldo, Barão de Cocais. Obras em andamento: Obras em 05 municípios. OBS: Houve repasses de verbas para convênios com diversos municípios.				MUNICÍPIO		
1050	EXECUÇÃO DE OBRAS EMERGENCIAIS E INFRA-ESTRUTURAIS EM APOIO AOS MUNICÍPIOS	100.000,00	20.384.155,63	MUNICÍPIO ATENDIDO	5	15
Existem obras em andamento em diversos municípios, inclusive com recursos anteriores.				MUNICÍPIO		
1129	INVESTIMENTOS ESPECIAIS EM APOIO AOS MUNICÍPIOS	10.000,00	88.906.382,99	PROJETO APOIADO	1	11
Existem obras em andamento Projeto Mineirinhos em diversos municípios.				PROJETO		
049	INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES DO TRIÂNGULO - ALTO PARANAÍBA	3.000.000,00	1.000.000,00			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1149	MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA DE AEROPORTOS NO TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍBA	3.000.000,00	1.000.000,00	AEROPORTO MELHORADO	2	0
<i>As obras dos aeroportos de Unai e Frutal já se encontram em fase de conclusão, no entanto, sua finalização só se dará no ano de 2008. Portanto, a execução financeira de 2007 só terá a correspondente execução física em 2008.</i>				AEROPORTO		
155	MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA DOS ACESSOS VIÁRIOS	18.000.000,00	10.686.190,37			
1001	FORNECIMENTO DE MATERIAL BETUMINOSO	4.000.000,00	1.892.621,20	MATERIAL BETUMINOSO FORNECIDO	3.404	1.400
				TONELADA		
1002	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO OU REFORMA DE ESTRADAS E/OU LOGRADOUROS PÚBLICOS	2.900.000,00	4.500.000,00	ESTRADA CONSTRUÍDA/CONSERVADA	6	0
<i>OBRAS EM ANDAMENTO: Divisa Nova - Botelhos.</i>				QUILÔMETRO		
4185	FORNECIMENTO DE BUEIROS METÁLICOS	3.000.000,00	1.249.643,48	BUEIRO METÁLICO FORNECIDO	1.000	305
				BUEIRO		
4201	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS	100.000,00	124.211,85	PONTE E VIADUTO CONSTRUÍDO ATENDIDO	1	1
<i>Obra concluída: Cláudio.</i>				PONTE E VIADUTO		
4204	FORNECIMENTO DE MATA-BURROS	3.000.000,00	0	MATA-BURRO FORNECIDO	1.200	2.115
<i>A Setop efetuou liberações de mata burros referentes às aquisições feitas no orçamento anterior.</i>				MATA-BURRO		
4212	FORNECIMENTO DE VIGAS METÁLICAS	5.000.000,00	2.919.713,84	VIGA METÁLICA FORNECIDA	416	668
<i>A Setop efetuou entrega de vigas metálicas, adquiridas no orçamento anterior.</i>				VIGA		
175	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE - FASE II - PRODETUR/NE-II	10.438.000,00	1.506.154,20			
1360	ESTUDO, REFORMAS E IMPLANTAÇÃO DE AEROPORTOS - PRODETUR/NE/II	6.980.000,00	1.506.154,20	AEROPORTO MELHORADO	1	0
<i>Obras em andamento no aeroporto de Diamantina.</i>				AEROPORTO		
4404	ILUMINAÇÃO SUBTERRÂNEA DO CENTRO HISTÓRICO DE DIAMANTINA E SERRO	3.458.000,00	0	MUNICÍPIO APOIADO	2	0
<i>O valor de R\$1.558.000,00 foi remanejado por intermédio de Decreto, registrado no Siaf sob nº248 de 13/12/07 para Ação 1049 - Apoio Financeiro aos Municípios em Situação de Calamidade e em Obras de Infra-Estrutura, visando atender obras de investimentos adicionais de convênios com diversos Municípios.</i>				MUNICÍPIO		
176	ESTRADAS TURÍSTICAS E ECOLÓGICAS	7.500.000,00	5.747.362,02			
1207	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO OU REFORMA DE ESTRADAS TURÍSTICAS E ECOLÓGICAS	7.500.000,00	5.747.362,02	ESTRADA CONSTRUÍDA/CONSERVADA	18	3
<i>Existem obras em andamento.</i>				QUILÔMETRO		
210	MODERNIZAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL	9.407.000,00	9.548.734,76			
1190	AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS UNIDADES DA RECEITA	3.773.000,00	6.223.809,84	UNIDADE AMPLIADA/REFORMADA	52	14
<i>Existem obras em andamento.</i>				UNIDADE		
1206	POSTO DE FISCALIZAÇÃO - O CONTROLE COMEÇA NAS FRONTEIRAS	5.634.000,00	3.324.924,92	UNIDADE CONSTRUÍDA	4	1
<i>Obras concluídas-Construção do Posto Fiscal em Extrema, Obras em andamento-Construção de Posto Fiscal em Borda da Mata e Fronteira</i>				UNIDADE		
217	ESTRADA REAL	1.000,00	0			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1132	RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO ANEXO DO CONJUNTO MUSEOLÓGICO MARIANO PROCÓPIO EM JUIZ DE FORA	1.000,00	0	PRÉDIO REFORMADO	1	0
				PRÉDIO		
235	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS DA POLÍCIA CIVIL	5.828.683,00	4.142.284,79			
1186	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA POLÍCIA CIVIL	5.828.683,00	4.142.284,79	UNIDADE CONSTRUÍDA	9	6
	<i>Obras concluídas: Belo Horizonte (reforma Casa do Policial, drenagem pluvial 18 Polícia Civil e construção Delegacia Seccional Noroeste); Lagoa Santa (construção prédio Polícia Civil); Alfenas (construção Delegacia Regional); Pouso Alegre (construção Delegacia Regional). Obras em andamento: Andradas (construção da cadeia pública), Belo Horizonte (construção Delegacia Distrital Bairro Estoril, construção Delegacia Distrital Alípio de Melo, construção prédio cinds/coseg, construção da 18ª delegacia distrital).</i>			UNIDADE		
313	REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS	40.200.000,00	10.145.646,96			
1686	IMPLANTAÇÃO DAS ÁREAS INTEGRADAS DE POLICIAMENTO - SETOP	31.200.000,00	275.444,02	PRÉDIO CONSTRUÍDO / REFORMADO	14	0
	<i>Foram concluídos os projetos da AISP de Contagem, Vespasiano e Santa Luzia. Existem projetos em andamento para AISP de Belo Horizonte e Ribeirão das Neves e os da Risp/Ciad de Montes Claros e Risp de Juiz de Fora.</i>			PRÉDIO		
1757	CONSTRUÇÃO DE CENTROS SOCIOEDUCATIVOS	9.000.000,00	9.870.202,94	UNIDADE CONSTRUÍDA	3	2
	<i>Obras concluídas em Divinópolis (Cia/Ceip), Uberlândia (CIA/CEIP) e Montes Claros (Cia). Obras em andamento em Juiz de Fora (CIA/CEIP).</i>			UNIDADE		
347	INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - RMBH	250.000,00	83.781,74			
1088	SUPERVISÃO DO PROJETO LINHA VERDE	250.000,00	83.781,74	SUPERVISÃO REALIZADA..	100	34
	<i>Obra em andamento. Pagamento serviços de consultoria Linha Verde.</i>			PERCENTUAL		
633	INFRA-ESTRUTURA EM MODAIS DE TRANSPORTE NO ESTADO DE MINAS GERAIS	38.017.765,00	16.110.978,23			
1007	CONSTRUÇÃO E MELHORAMENTO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS DE MINAS GERAIS	600.000,00	0	TRECHO MELHORADO	2	0
				QUILÔMETRO		
1249	CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS	5.938.616,00	0	AEROPORTO CONSTRUÍDO	1	0
				AEROPORTO		
1253	MELHORAMENTO DE AEROPORTOS	31.479.149,00	16.110.978,23	AEROPORTO MELHORADO	5	3
	<i>Obras concluídas: Manhuaçu, Diamantina, São João Del Rey. Obras em andamento: Governador Valadares, Ubá.</i>			AEROPORTO		
644	AMPLIAÇÃO DE VAGAS E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA PRISIONAL	44.349.000,00	44.577.596,87			
1679	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES PRISIONAIS - SETOP	41.349.000,00	42.004.703,91	VAGA CRIADA	2.036	1.061
	<i>Obras em andamento de presídios em Caratinga, Teófilo Otoni e Coronel Fabriciano.</i>			VAGA		
1682	REFORMA DE UNIDADES PRISIONAIS - SETOP	3.000.000,00	2.572.892,96	UNIDADE PREDIAL REFORMADA	2	0
	<i>Obras em andamento de reforma da Colônia Penal Jacy de Assis em Uberlândia e de construção de poços artesianos no Triângulo e Alto Paranaíba.</i>			UNIDADE		
651	GESTÃO DE PROJETOS	5.000.000,00	3.699.369,11			
2004	ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PROJETOS EM TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS	5.000.000,00	3.699.369,11	ESTUDO E PROJETO ELABORADO	4	0
	<i>Obras em andamento: Belo Horizonte - 03 Projetos em andamento.</i>			ESTUDO / PROJETO		
689	MINAS ESPORTE	100.000,00	0			
1155	CONSTRUÇÃO DO CENTRO OLÍMPICO DE FORMAÇÃO ESPORTIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	100.000,00	0	CENTRO CONSTRUÍDO	1	0

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				CENTRO		
2141	DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	18.908.118,00	75.645.457,87			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	12.787.118,00	8.991.062,82			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	4.691.435,00	5.701.933,41	PESSOA REMUNERADA	140	136
				UNIDADE		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	20.000,00	10.597,42			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	6.062.283,00	2.904.070,52			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	46.000,00	27.150,80	AUXÍLIO CONCEDIDO	33	20
				AUXÍLIO		
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.907.400,00	267.926,32			
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	60.000,00	79.384,35	SERVIDOR VALORIZADO	45	15
				SERVIDOR		
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	17.635,37			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	17.635,37			
079	GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PÚBLICA	6.120.000,00	66.636.759,68			
4102	GERENCIAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PÚBLICA	6.000.000,00	66.545.880,82	SERVIÇO REALIZADO	60	50
				SERVIÇO		
4103	FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	120.000,00	90.878,86	OBRA FISCALIZADA/ACOMPANHADA OBRA	450	240
2301	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS	1.233.079.586,00	1.268.470.989,92			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	168.248.376,00	172.436.014,35			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	34.694.415,00	36.430.303,21			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	100.000,00	62.982,24			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	128.233.961,00	132.997.064,12	PESSOA REMUNERADA	4.602	4.284
				UNIDADE		
2018	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	120.000,00	72.022,20	SERVIDOR VALORIZADO	500	42
				SERVIDOR		
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.700.000,00	2.591.921,33			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	400.000,00	281.721,25	AUXÍLIO CONCEDIDO	1.000	233
				AUXÍLIO		
002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	67.218.586,00	104.385.689,14			
7011	TRANSFERÊNCIAS AO FUNSET - DER/MG	1.705.603,00	1.705.603,00			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	65.512.983,00	102.680.086,14			
049	INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES DO TRIÂNGULO - ALTO PARANAÍBA	44.500.000,00	38.179.004,64			
1221	PAVIMENTAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS DE APOIO AO SETOR PRODUTIVO	23.500.000,00	17.181.290,03	RODOVIA PAVIMENTADA E RESTAURADA	59	76
	<i>A execução financeira refere-se a obras de pavimentação realizadas em 2005. Ficando a execução financeira das obras realizadas em 2007 para o próximo ano.</i>			QUILÔMETRO		
1454	PAVIMENTAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS NO TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍBA	21.000.000,00	20.997.714,61	RODOVIA PAVIMENTADA E RESTAURADA	46	83
				QUILÔMETRO		
068	PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS	76.560.000,00	67.149.534,43			
1296	IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS (PONTES E VIADUTOS)	505.000,00	2.268.000,00	PONTE E VIADUTO CONSTRUÍDO ATENDIDO	3	1
				PONTE E VIADUTO		
4098	PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS DA REDE ESTADUAL	1.045.000,00	64.447.852,95	RODOVIA MELHORADA/PAVIMENTADA	8	43
				QUILÔMETRO		
4171	PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS DA REDE FEDERAL DELEGADA-DNIT	75.000.000,00	433.681,48	RODOVIA MELHORADA/PAVIMENTADA	52	0
	<i>Recursos gastos em desapropriação, obras de recuperação do meio-ambiente e devolução ao DNIT.</i>			QUILÔMETRO		
4443	OBRAS DE MELHORAMENTO/PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS EM PARCERIAS	10.000,00	0	RODOVIA MELHORADA/PAVIMENTADA	10	0
				QUILÔMETRO		
123	PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DA REDE RODOVIÁRIA	46.900.000,00	62.284.782,21			
4134	CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS E FEDERAIS DELEGADAS	46.500.000,00	58.256.757,25	RODOVIA CONSERVADA	23.318	7.237
				QUILÔMETRO		
4142	RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS E FEDERAIS DELEGADAS	300.000,00	4.028.024,96	RODOVIA RESTAURADA	62	18
				QUILÔMETRO		
4188	OBRAS EMERGENCIAIS EM RODOVIAS ESTADUAIS E FEDERAIS DELEGADAS	50.000,00	0	EXTENSÃO DE RODOVIA RECUPERADA	10	0
				QUILÔMETRO		
4444	OBRAS DE RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS EM PARCERIAS	50.000,00	0	RODOVIA RESTAURADA	1	0
				QUILÔMETRO		
124	PROGRAMA DE DUPLICAÇÃO DA RODOVIA FERNÃO DIAS (BR381)	7.739.131,00	3.314.978,35			
1231	OBRAS DE DUPLICAÇÃO DA RODOVIA FERNÃO DIAS (BR381)	7.739.131,00	3.314.978,35	SERVIÇO REALIZADO	6	0

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Existem 5 convênios para a realização de serviços em andamento (Parque Diamante, aquisição de equipamentos CBMMG, área de proteção ambiental SEMAD, FJP e 2 postos avançados CBMMG).				SERVIÇO		
126	METROPLAN	1.600.000,00	0			
4346	REDUÇÃO DO CUSTO DO TRANSPORTE DO SISTEMA METROPOLITANO	1.600.000,00	0	SERVIÇO DE TRANSPORTE ADEQUADO	1	0
				SERVIÇO		
127	PROGRAMA DE INFRA-ESTRUTURA EM MUNICÍPIOS	3.400.000,00	571.875,00			
1347	MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA DE CORREDORES DE TRANSPORTE COLETIVO DA RMBH	3.400.000,00	571.875,00	VIA URBANA PAVIMENTADA	50	0
Recursos gastos na melhoria de acessos dos corredores, na instalação de abrigos de passageiros e na pavimentação de techos, que ainda não tiveram sua medição informada em Km.				QUILÔMETRO		
175	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE - FASE II - PRODETUR/NE-II	53.760.220,00	2.202.051,91			
4441	ESTUDO, IMPLANTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS DE ACESSO PRODETUR	53.267.220,00	2.202.051,91	TRECHO DE RODOVIA IMPLANTADO E CONSERVADO	3	0
Recursos gastos em 41,76% do projeto executado de Conceição do Mato Dentro - Serro; 35,59% projeto executado Diamantina; 47,48% do projeto executado São Gonçalo do Rio Preto.				UNIDADE		
4442	SINALIZAÇÃO TURÍSTICA - PRODETUR	493.000,00	0	MUNICÍPIO BENEFICIADO	9	0
A ação não foi implementada pois não houve licitação para esses serviços no ano de 2007.				MUNICÍPIO		
208	CORREDORES RADIAIS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	2.500.000,00	180.000,00			
1847	ESTUDOS, PROJETOS E MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE CONCESSÃO DOS CORREDORES	50.000,00	100.000,00	ESTUDO, PROJETO E MONITORAMENTO REALIZADO	3	1
				ESTUDO / PROJETO		
4097	ALARGAMENTO DA PONTE SOBRE O RIO TURVO	2.450.000,00	80.000,00	PONTE ALARGADA	1	0
Gastos com o projeto de engenharia rodoviária.				UNIDADE		
212	TURISMO EM MINAS	831.272,00	791.655,06			
1470	SINALIZAÇÃO TURÍSTICA	831.272,00	791.655,06	SINALIZAÇÃO INSTALADA	350	447
				SINALIZAÇÃO		
217	ESTRADA REAL	1.000.000,00	399.999,97			
1240	SINALIZAÇÃO TURÍSTICA MUNICIPAL NA ESTRADA REAL	600.000,00	0	MUNICÍPIO ATENDIDO	4	0
Os Projetos de Sinalização de Circuitos Turísticos pertencentes ao Projeto Estruturador da Estrada Real, referentes ao Programa 26.695.217.1240, foram implementados na dotação 26.695.212.1470, prevista para esses serviços desde o edital				MUNICÍPIO		
1477	SINALIZAÇÃO TURÍSTICA RODOVIÁRIA NA ESTRADA REAL	400.000,00	399.999,97	CIRCUITO SINALIZADO	3	3
				CIRCUITO		
340	PROJETO JAIBA	5.000.000,00	343.467,20			
1837	REFORÇO DA INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA DOS MUNICÍPIOS DO PROJETO JAIBA	5.000.000,00	343.467,20	ANEL DE CONTORNO RODOVIÁRIO IMPLANTADO	6	0
Chegou-se ao final do ano com 12,26% do projeto executado.				QUILÔMETRO		
347	INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - RMBH	42.000.000,00	132.387.390,46			
1101	ANEL DE CONTORNO DO AEROPORTO INTERNACIONAL TANCREDO NEVES	1.000.000,00	200.000,00	ANEL DE CONTORNO RODOVIÁRIO IMPLANTADO	18	0
O recurso financeiro foi destinado no projeto de engenharia rodoviária do entroncamento MG/010 - Confin - entroncamento MG/424 (contorno norte do Aeroporto Tancredo Neves), em agosto de 2007				QUILÔMETRO		
1103	LINHA VERDE	30.000.000,00	104.466.346,62	MELHORIA REALIZADA	35	35

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
<i>Além da meta realizada informada houve despesa referente à desapropriação para bens não patrimoniais, execução de obras de artes especiais, material betuminoso, projeto de engenharia, Cernig, terraplenagem e drenagem.</i>				QUILÔMETRO		
1382	RESTAURAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA MG 424	1.000.000,00	221.043,89	RODOVIA RESTAURADA	50	0
<i>Chegou-se ao final do ano com 90,16% do projeto executado.</i>				QUILÔMETRO		
1384	READEQUAÇÃO E DUPLICAÇÃO DA RODOVIA MG 020	10.000.000,00	27.499.999,95	RODOVIA DUPLICADA	6	20
				QUILÔMETRO		
397	PAVIMENTAÇÃO DE LIGAÇÕES E ACESSOS RODOVIÁRIOS AOS MUNICÍPIOS	486.000.000,00	289.295.321,98			
1128	MELHORIA DE LIGAÇÕES E ACESSOS EM RODOVIAS DO VALE DO RIO DOCE	85.000.000,00	13.799.999,35	RODOVIA MELHORADA/PAVIMENTADA	90	11
<i>Houve atraso nas licitações, concentrando a execução física e financeira nos dois últimos trimestres, sem atingir a meta prevista.</i>				QUILÔMETRO		
1961	MELHORIA DA ACESSIBILIDADE DE MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE - PROPROCESSO	400.950.000,00	275.495.322,63	RODOVIA MELHORADA/PAVIMENTADA	836	429
<i>Estão sendo realizadas obras com as seguintes características: serviços preliminares (terraplenagem, OAE e Drenagem, etc); 1ª fase do sistema integrado de getão de infra-estrutura viária do DER/MG (SGIV); supervisão de obras; projeto de engenharia rodoviária; desapropriação para bens não patrimoniais; material betuminoso.</i>				QUILÔMETRO		
1972	OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DE LIGAÇÕES RODOVIÁRIAS EM CONVÊNIO COM A UNIÃO	50.000,00	0	RODOVIA MELHORADA/PAVIMENTADA	45	0
				QUILÔMETRO		
636	PRO MG - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	225.812.001,00	394.549.225,22			
1239	DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS - PROMG	5.000.000,00	1.500.000,00	PROJETO ELABORADO	20	28
				PROJETO		
1325	PROMG FUNCIONAL	58.482.001,00	237.477.627,47	EXTENSÃO DE RODOVIA RECUPERADA	480	7.121
<i>Houve aporte de recursos no início do ano para recuperação emergencial devido a chuvas e investimentos adicionais na ação em agosto e dezembro de 2007.</i>				QUILÔMETRO		
2316	DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA DE MONITORAMENTO DO PROGRAMA	140.000,00	367.495,00	METODOLOGIA DESENVOLVIDA	1	0
<i>O número de contratos monitorados pela consultoria contratada do DER foi superior ao previsto e além disso o DER executou despesas relativas à estrutura montada para o monitoramento do controle de contratos.</i>				METODOLOGIA		
4247	PROMG ESTRADA REAL - RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS VIAS DE ACESSO	60.750.000,00	73.787.716,03	VIAS DE ACESSO RECUPERADA	612	341
				QUILÔMETRO		
4339	PROMG PLENO	101.440.000,00	81.416.386,72	EXTENSÃO DE RODOVIA CONSERVADA	1.453	1.079
				QUILÔMETRO		
668	AUXÍLIOS A MUNICÍPIOS EM AÇÕES EMERGENCIAIS VIÁRIAS	10.000,00	0			
4151	RECUPERAÇÃO DE ACESSOS MUNICIPAIS	10.000,00	0	MUNICÍPIO ATENDIDO	20	0
				MUNICÍPIO		
4381	FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DE TRANSPORTES	74.343.435,00	50.212.436,81			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	890.000,00	572.436,58			
2029	ADMINISTRAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA ARRECAÇÃO DO FUNTRANS	890.000,00	572.436,58			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
125	PROGRAMA DE OPERAÇÃO DE VIA - OPERVIA	38.494.435,00	23.812.162,86			
4244	CONTROLE DO TRANSPORTE DE CARGAS ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE BALANÇAS FIXAS E MÓVEIS	29.504.435,00	20.124.322,86	BALANÇA OPERADA	60	21
				UNIDADE		
4294	FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE VELOCIDADE	8.880.000,00	3.608.910,00	FAIXA DE ROLAMENTO MONITORADA	48	0
	<i>Não houve realização de meta física por falta da assinatura do contrato. O valor financeiro liquidado só ocorreu em dezembro.</i>			FAIXA MONITORADA		
4452	FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	10.000,00	0	VEÍCULO FISCALIZADO	1.500	0
	<i>A execução física da ação foi implementada com recursos de outra ação.</i>			VEÍCULO		
4878	CAMPANHA EDUCATIVA DE TRÂNSITO	100.000,00	78.930,00	CAMPANHA EDUCATIVA REALIZADA	10	0
	<i>A execução física desta ação foi implementada com recursos de outra ação.</i>			CAMPANHA		
636	PRO MG - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	34.959.000,00	25.827.837,37			
4176	MELHORAMENTO DE RODOVIAS	34.959.000,00	25.827.837,37	RODOVIA CONSERVADA	23.318	1.955
	<i>Meta superestimada, contendo toda a malha viária estadual. Foi realizada intervenções em 1.955 Km.</i>			QUILÔMETRO		
526 I	TREM METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE S.A.	1.000,00	0			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.000,00	0			
6248	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL - TRANSPORTES METROPOLITANOS	1.000,00	0			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : TURISMO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1411 SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO		21.834.750,00	9.971.339,43			
001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		3.373.898,00	4.612.931,83			
2002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS		1.824.865,00	2.192.729,84			
2420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO		14.432,00	15.132,49	AUXÍLIO CONCEDIDO	16	13
				AUXÍLIO		
2417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS		1.524.601,00	2.367.044,35	PESSOA REMUNERADA	51	68
				UNIDADE		
2018 DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR		10.000,00	38.025,15	SERVIDOR VALORIZADO	26	43
				SERVIDOR		
<i>Houve expressiva execução física em função de aporte de recursos.</i>						
175 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE - FASE II - PRODETUR/NE-II		10.131.120,00	361.915,45			
4272 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA UNIDADE EXECUTORA ESTADUAL-UEE/MG		2.256.800,00	361.915,45	UNIDADE ATENDIDA	1	1
				UNIDADE		
<i>Aquisição de R\$ 244.754,50 em equipamentos e R\$ 120.735,95 em softwares para o fortalecimento da unidade executora estadual do Prodetur em Belo Horizonte.</i>						
4295 PLANO DE CARREIRAS MUNICIPAL		682.200,00	0	MUNICÍPIO BENEFICIADO	9	0
				MUNICÍPIO		
<i>Convênio SETUR / MTUR não celebrado. Recurso repassado para o IDENE.</i>						
4297 PLANO DE GESTÃO DO TURISMO		719.400,00	0	MUNICÍPIO BENEFICIADO	9	0
				MUNICÍPIO		
<i>Convênio SETUR / MTUR não celebrado. Recurso repassado para o IDENE.</i>						
4308 GESTÃO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL		1.399.920,00	0	AÇÃO DE CAPACITAÇÃO REALIZADA	6	0
				MUNICÍPIO		
<i>Convênio SETUR/ MTUR ainda não foi celebrado.</i>						
4310 CAPACITAÇÃO DO PROFISSIONAL E DA POPULAÇÃO PARA O TURISMO		1.508.460,00	0	PESSOA CAPACITADA	500	0
				PESSOA		
<i>Convênio SETUR / MTUR não celebrado. Recurso repassado para o IDENE.</i>						
4311 CAPACITAÇÃO E INCENTIVO A INVESTIMENTOS DO SETOR PRIVADO		3.564.340,00	0	AÇÃO DE CAPACITAÇÃO REALIZADA	6	0
				MUNICÍPIO		
<i>Convênio SETUR / MTUR não celebrado. Recurso repassado para o IDENE.</i>						
207 CIRCUITOS TURÍSTICOS		110.000,00	213.950,30			
4300 CONSOLIDAÇÃO E APOIO AOS CIRCUITOS TURÍSTICOS		110.000,00	213.950,30	CIRCUITO IMPLANTADO	10	14
				CIRCUITO		
212 TURISMO EM MINAS		2.720.232,00	2.137.103,10			
4079 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO		1.240.232,00	1.788.557,38	AÇÃO REALIZADA	6	11
				AÇÃO		
4122 ELABORAÇÃO DE MATERIAL PROMOCIONAL		1.400.000,00	0	MATERIAL DE DIVULGAÇÃO PRODUZIDO	12	0
				UNIDADE		
<i>Não foram firmados junto ao MTUR convênios para aporte de recursos nesta ação.</i>						
4137 REALIZAÇÃO DE EVENTOS PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO		80.000,00	348.545,72	EVENTO PROMOVIDO/APOIADO	8	16
				EVENTO		
217 ESTRADA REAL		5.499.500,00	2.645.438,75			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2008
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2007
SETOR : TURISMO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1569	CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	1.720.000,00	239.460,00	AÇÃO REALIZADA	200	33
				AÇÃO		
1920	CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COLETA E AVALIAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS DO TURISMO NA ESTRADA REAL	300.000,00	215.061,54	ESTUDO ESTATÍSTICO REALIZADO	1	1
				ESTUDO		
4035	DIVULGAÇÃO DA ESTRADA REAL	1.129.500,00	851.082,85	PARTICIPAÇÃO EM EVENTO REALIZADO	45	52
				EVENTO		
4348	INTEGRAÇÃO DOS CIRCUITOS TURÍSTICOS NO DESENVOLVIMENTO DA ESTRADA REAL	300.000,00	138.249,78	EVENTO REALIZADO	3	4
				EVENTO		
4353	PROMOÇÃO DA ESTRADA REAL	1.550.000,00	1.201.584,58	MATERIAL DE DIVULGAÇÃO PRODUZIDO	60	184
				UNIDADE		
4356	POTENCIALIZAÇÃO DO ECOTURISMO	500.000,00	0	AÇÃO REALIZADA	20	0
				AÇÃO		
	Ação não executada, pois o recurso foi remanejado para outras ações do orçamento.					
4151	FUNDO DE ASSISTÊNCIA AO TURISMO	1.000,00	0			
212	TURISMO EM MINAS	1.000,00	0			
4140	FASTUR - APOIO FINANCEIRO AO TURISMO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA	1.000,00	0	EMPRESA FINANCIADA	1	0
				EMPRESA		
5241	COMPANHIA MINEIRA DE PROMOÇÕES	6.320.000,00	5.000,00			
001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	320.000,00	0			
6991	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL - PROMINAS	320.000,00	0	PROJETO EXECUTADO	1	0
				PROJETO		
709	CAPITALIZAÇÃO DA PROMINAS	6.000.000,00	5.000,00			
6006	CAPITALIZAÇÃO DA PROMINAS	6.000.000,00	5.000,00	AUMENTO DE CAPITAL REALIZADO.	6.000.000	0
				R\$ (REAIS)		
	Não ocorreu aumento de capital.					

